PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Quinta-Feira, 12 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10638

ASSINADO DIGITALMENTE TJMT DJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

SUUM CUIQUE TRIBUERE

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

TRIBUNAL DE JUSTIÇA **3**
Presidência **3**
Órgão Especial 5
Conselho da Magistratura 6

Vice Presidência **6**
Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência 42

Corregedoria-Geral da Justiça **46**
Diretoria Geral 47
Coordenadoria de Magistrados 47

Coordenadoria Judiciária **47**
Departamento Judiciário Auxiliar 47
Primeira Câmara de Direito Privado 47
Segunda Câmara de Direito Privado 59
Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo 72
Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo 93
Terceira Câmara de Direito Privado 109
Quarta Câmara de Direito Privado 139
Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado 172
Segunda Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado 173
Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo 175
Primeira Câmara Criminal 176
Segunda Câmara Criminal 197
Terceira Câmara Criminal 211
Turma de Câmaras Criminais Reunidas 221
Secretaria de Câmara Especial 221
Seção de Direito Privado 222
Seção de Direito Público e Coletivo 222

Coordenadoria de Recursos Humanos **222**
Coordenadoria Financeira **226**
Fundo de Apoio ao Judiciário - Departamento do Funajuris 226

Coordenadoria Administrativa **230**
Departamento Administrativo **230**
Supervisão dos Juizados Especiais **230**
Turma Recursal Única 230

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidência

Informação

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018869-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALFREDO CORREA DA SILVA (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (BENEFICIÁRIO)
JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL ÚNICA DA COMARCA DA CAPITAL (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1018869-50.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018938-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
STA CASA DE MISERICORDIA E MATERNIDADE DE RONDONOPOLIS (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ROTARY CLUB DE RONDONOPOLIS (BENEFICIÁRIO)

Certifico que o Processo nº 1018938-82.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

Informação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018944-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DIMAS BERNARDO BUNGENSTAB (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DE JULIO PIOVEZAN OAB - MT20746-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DRA. PATRÍCIA CENI DOS SANTOS - CONVOCADA/Juíza Titular da Turma Recursal Única do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1018944-89.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018869-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALFREDO CORREA DA SILVA (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (BENEFICIÁRIO)
JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL ÚNICA DA COMARCA DA CAPITAL (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1018869-50.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0093155-65.2009.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PETROLUZ DIESEL LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAYNA LANNES ANDRADE OAB - MT6446-O (ADVOGADO)
ALEXANDRE MENDONCA GIARETTA OAB - MT9649 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOBRES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOBRES OAB - 03.424.272/0001-07 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0126902-06.2009.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GISLANE FONTES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO ALVES FERRAZ OAB - MT5632 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOBRES (REQUERIDO)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0102436-69.2014.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S. A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA MARQUES DE MENDONCA COELHO OAB - MT16067 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE OAB - 37.465.408/0001-49 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0055841-75.2015.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDA DIONE SIMAN LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS OAB - MT5701 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE OAB - 37.465.408/0001-49 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à

eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0079760-25.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANA KHIPPAIZ NOGUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIEDA NOGUEIRA OAB - SP202144 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE OAB - 03.755.477/0001-75 (REPRESENTANTE)

De ordem do Exmo. Sr. Dr. AGAMENON ALCANTARA MORENO JUNIOR, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios, intimo para manifestação da Fazenda Pública em relação à eventual processo de compensação ou pagamento administrativo sobre o valor requisitado, bem como, manifestação das partes sobre o último cálculo de atualização do valor devido e a checagem dos dados pessoais e bancários do credor e de seu advogado, em caso de existência de honorários contratuais, sob pena de anuência e concordância tácita.

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0054050-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO AURELIO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0054050-32.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: BENEDITO AURELIO FERREIRA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, A decisão de ID 23210981 deferiu o processamento do precatório pelo valor de R$ 35.146,96 (trinta e cinco mil cento e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos), porém, determinou a expedição de ofício ao juízo solicitante para que esclarecesse acerca de eventual incongruência entre o valor requisitado pelo ofício requisitório e aquele homologado no processo da execução. Em resposta, aportou aos autos o Ofício n. 61/2019-GAB, onde o juízo solicitante ratifica o valor requisitado, no montante de R$ 45.780,97 (quarenta e cinco mil setecentos e oitenta reais e noventa e sete centavos), e encaminha cópia das peças processuais respectivas ao fato. Diante disso, acolho a ratificação do juízo solicitante para corrigir, parcialmente, a decisão de ID 23210981 e DEFERIR o processamento deste precatório no montante de R$ 45.780,97 (quarenta e cinco mil setecentos e oitenta reais e noventa e sete centavos). No mais, ratifico a referida decisão em seus demais termos e determino o seu cumprimento integral. Intimem-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0051533-88.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PEDRO DE BRITO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ ALFEU SOUZA RAMOS OAB - MT6693-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ OAB - 03.533.064/0001-46 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0051533-88.2018.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: JOAO PEDRO DE BRITO FILHO DEVEDOR:REQUERIDO: MUNICIPIO DE CUIABÁ REPRESENTANTE: MUNICIPIO DE CUIABÁ Vistos, No expediente ID 22214962, a PGM informou inexistência de lançamentos referente à eventual pagamento administrativo em nome do credor. Desse modo, cumpra-se o despacho ID 12614477. Às providências. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0066861-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ITAMAR NOGUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURA FABIANA LEAO DE BARROS OAB - MT12366-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0066861-24.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: ITAMAR NOGUEIRA DEVEDOR:REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO REPRESENTANTE: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, Em petição de ID 24811461 a parte credora postula pelo pagamento em superpreferência, em razão do evento idade e também de doença grave, anexando, na oportunidade, documentos a fim de comprovar o preenchimento dos requisitos. É a síntese. Decido. Inicialmente, diante da pluralidade de temas a serem abordados nestes autos, necessária se faz a sua divisão em tópicos a fim de melhor compreensão das medidas aqui determinadas. · PREFERÊNCIA EM RAZÃO DA IDADE Embora a petição que pleiteia o pagamento da preferência pelo evento idade esteja desacompanhada de documentos a fim de comprovar que a credora se encaixa nos requisitos legais, verifico que a sentença de interdição e curatela anexada aos autos é suficiente a suprir a situação, comprovando que além de idosa, a credora se enquadra nos requisitos das alíneas “b” e “d”, do art. 13 da Resolução n. 115/2010 do CNJ, que é fundamentada no inciso XIV do art. 6º da Lei n. 7.713/1988, com redação dada pela Lei n. 11.052/2004. A sentença em comento se lastreia em laudos médicos e estudos psicossociais realizados com a credora nos autos do processo de interdição, os quais apontam a existência de deficiência visual e alienação mental, além de haver expressa referência, pelo magistrado prolator do julgado, de que a idade da credora ultrapassa os 60 (sessenta) anos. A Constituição Federal (art. 100, § 2º) estabeleceu que os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais; ou sejam portadores de doença grave, serão pagos com preferência sobre todos os demais. · PREFERÊNCIA EM RAZÃO DE DOENÇA GRAVE O §2º, do art. 100, da CF e o §18, do art. 97, do ADCT, ambos com redação advinda da EC n. 62, de 09/12/2009, estabelecem que: “...os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou seja, portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos...”, enquanto que a Resolução n. 115/2010 do CNJ dispõe que serão considerados portadores de doenças graves os portadores das moléstias graves elencadas no inciso XIV do artigo 6º da Lei n. 7.713/1998 com redação dada pela Lei n. 11.052/2004. Não só em virtude da legislação supracitada, mas sobretudo pelo que dispõe o parágrafo único do art. 13 da Resolução 115/2010-CNJ, com as introduções da Resolução n. 123/2010 “... pode ser beneficiado pela preferência constitucional o credor portador de doença grave, assim considerada com base na conclusão de medicina especializada comprovada em laudo médico oficial, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo”. Assim, concessão do benefício não pode ser concedida por doença grave, uma vez que o credor não trouxe aos autos os documentos comprobatórios de sua condição. Por mais que haja menção nos pareceres e decisões que anexou ao seu petitório, quanto à existência da doença alegada, em razão do que dispõe a norma do CNJ, tenho que a prova apresenta é insuficiente a ensejar o enquadramento da parte como portador de doença grave, devendo assim ser indeferida sua pretensão nesse sentido. Assim, com base no art. 100, § 2º da CF, Lei Estadual n° 7.894/2003 e em sintonia com decisão do STF,

proferida na ADI 4357/DF, concedo o pagamento da verba superpreferência pelo evento idade, condicionada a inexistência de compensação e/ou pagamento administrativo, ao credor ITAMAR NOGUEIRA. Por prudência e cautela, antes do pagamento, ordeno: 1. Atualize-se o valor requisitado, no prazo de até 05 (cinco) dias, pelos índices oficiais, nos estritos termos, balizas e parâmetros demarcados pelo STF; 2. Intime-se o credor, para, no prazo de até 05 (cinco) dias, informar se cedeu, total ou parcialmente, ou se está sendo ou foi objeto de compensação o crédito deste requisitório, bem como declinar dados bancários de sua titularidade; 3. Materialize-se o pagamento da verba superpreferencial (até o valor equivalente ao quíntuplo - 05 x 100 UPFs - estabelecido para RPV nos termos do art. 87 do ADCT/CF c.c Lei Estadual n° 7.894/2003), na conta bancária do credor. Na ausência de suporte financeiro, certifique-se e volva-me concluso para bloqueio. Impostos e contribuições previdenciárias, se existentes, serão calculados, retidos e recolhidos, observando-se a natureza jurídica da ação e da credora. Efetuado o pagamento até o limite da prioridade, o precatório deverá aguardar em ordem cronológica para quitação de eventual saldo remanescente. Caso total a ser pago em prioridade seja equivalente ao valor do precatório, este restará integralmente pago, com plena quitação, por parte do credor em favor do devedor. Cumpra-se mediante as certificações necessárias. Intimem-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Intimação Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0073427-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LAIR MARIA JOSE CALDEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DORIANE JUREMA PSENDZIUK CARVALHO OAB - MT5262-O (ADVOGADO)
ANTONIO DE SOUZA MORENO OAB - MT17326-A (ADVOGADO)
JOSIELLEN THAYANE MATOS DA SILVA OAB - MT20406-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÚMERO ÚNICO: 0073427-86.2019.8.11.0000 CLASSE: PRECATÓRIO (1265) ASSUNTO: [Pagamento] CREDOR:REQUERENTE: LAIR MARIA JOSE CALDEIRA DEVEDOR:REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. O Departamento Auxiliar da Presidência certifica que foram cumpridas as exigências constantes nos artigos 266 e 267 do RITJ/MT e na Resolução n. 115/2010-CNJ. Determino ao devedor que proceda à inclusão em seu orçamento do PR acima identificado, no valor de R$ 37.122,75 (trinta e sete mil cento e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos), nos termos e para os fins colimados no art. 100/CF. Inclua-se este PR na ordem cronológica de apresentação, observada a inscrição no TJMT e a natureza do crédito. Em conformidade com os princípios da efetividade, concentração de atos e economia processual, a diligência para obter informações inerentes a eventual compensação e/ou pagamento administrativo sobre o mesmo título será materializada na ocasião do pagamento. De igual forma, em prestígio aos princípios da economia e celeridade processual, inclusive recomendação do Conselho Nacional de Justiça, cópia desta decisão substituirá o ofício requisitório. No tocante à prioridade no pagamento, a Constituição Federal (art. 100, § 2º) estabeleceu que os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais, serão pagos com superpreferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins disposto no § 3º do mesmo artigo. No mesmo sentido, por meio da Emenda Constitucional n. 99/2017, promulgada em 14/12/2017, foi acrescido ao art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o § 2º, com o seguinte teor: "§ 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório". A Fazenda Pública Estadual está inscrita no Regime Especial e por meio da Lei n. 10.656, de 28/12/2017, definiu os procedimentos para pagamento de obrigações de pequeno valor, fixando o limite para RPV em 100 (cem) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso (UPFs/MT), independente da natureza do crédito. Assim, com base no art. 100, § 2º, da CF, c/c § 2º, do art. 102, do ADCT, concedo o benefício da prioridade constitucional, em razão da idade, à credora LAIR MARIA JOSÉ CALDEIRA, correspondente até ao quíntuplo do valor fixado na Lei n. 10.656, de 28.12.2017, ou seja, até 500 UPF's. Atualize-se o valor requisitado, nos estritos termos, balizas e parâmetros demarcados pelo STF. Com os cálculos nos autos, intime-se o ente público devedor, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Não havendo oposição, materialize-se o pagamento da prioridade constitucional na conta bancária da credora. Impostos e contribuições previdenciárias, se incidentes, serão calculados, retidos e recolhidos, observando-se a natureza jurídica da ação e do credor. Com o efetivo recebimento do valor, a credora dará ao devedor, plena, geral e irrevogável quitação deste PR e respectiva ação originária. Dê-se ciência ao Juízo Requisitante e às partes. Intime-se. Cumpra-se. AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JÚNIOR Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018938-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
STA CASA DE MISERICORDIA E MATERNIDADE DE RONDONOPOLIS (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (RECLAMADO)
Outros Interessados:
ROTARY CLUB DE RONDONOPOLIS (BENEFICIÁRIO)

Certifico que o Processo nº 1018938-82.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

Certidão Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1018944-89.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DIMAS BERNARDO BUNGENSTAB (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DE JULIO PIOVEZAN OAB - MT20746-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DRA. PATRÍCIA CENI DOS SANTOS - CONVOCADA/Juíza Titular da Turma Recursal Única do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (RECLAMADO)

Certifico que o Processo nº 1018944-89.2019.8.11.0000 – Classe: RECLAMAÇÃO (244) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-498 PRECATÓRIO
Processo Número: 0061598-50.2015.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON BARBOSA RIOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERLEY RODRIGUES RIBEIRO OAB - MT3022 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 0061598-50.2015.8.11.0000 - Classe: PRECATÓRIO (1265) – originariamente físico em 2º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 731/2019/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO CONCILIADOR DA CENTRAL DOS PRECATÓRIOS.

Órgão Especial

Informação

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018906-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DESEMBARGADORA CLARICE CLAUDINO DA SILVA (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR GUIOMAR TEODORO BORGES (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018906-77.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO - OE.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018906-77.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DESEMBARGADORA CLARICE CLAUDINO DA SILVA (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR GUIOMAR TEODORO BORGES (SUSCITADO)

Certifico, que o processo de n. 1018906-77.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 14:39:27 e distribuído inicialmente para o Des(a). RONDON BASSIL DOWER FILHO

Intimação Classe: CNJ-343 MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL
Processo Número: 1014893-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ANIS FAIAD (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ULISSES RABANEDA DOS SANTOS OAB - MT8948-O (ADVOGADO)
RENAN FERNANDO SERRA ROCHA SANTOS OAB - MT19701-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR PEDRO SAKAMOTO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação: Ao Impetrante se ainda há interesse no prosseguimento do mandamus, no prazo de 05 (cinco) dias. Ass.: Exma. Sra. Desa. Clarice Claudino da Silva, Relatora

Conselho da Magistratura

Decisão do Presidente

Pedido de Averbação de Tempo de Serviço n. 16/2018 CIA n.º 0061737-94.2018.8.11.0000
Requerente: Francisco Toninato - Oficial de Justiça
Resumo da decisão de fls. 28/29-TJ/CM
Vistos, etc. Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido de averbação de tempo de serviço formulado pelo servidor **Francisco Toninato**, para determinar averbação do tempo de contribuição contido na certidão apresentada, que totalizam 2.305 dias, correspondendo a 06 anos, 03 meses e 25 dias, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 130, inc. IV, ambos da Lei Complementar Estadual n. 04/90. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Cuiabá, 06 de dezembro de 2019. Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA - Presidente do Tribunal de Justiça

Pedido de Averbação de Tempo de Serviço n. 21/2009 Cia n. 0026301-40.2019.8.11.0000
Requerente: Suriene Izane Mayer - Agente da Infância e Juventude
Resumo da decisão de fls. 08/09-TJ/CM.
Vistos, etc.Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido de averbação de tempo de serviço formulado pela servidora **Suriene Izane Mayer**, para determinar a averbação do tempo de contribuição que totalizam 323 dias, correspondendo a 10 meses e 23 dias, com suporte no art. 127, da Lei Complementar Estadual n. 04/90.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA - Presidente do Tribunal de Justiça

Pedido de Averbação de Tempo de Serviço n.º 9/2018 CIA n.º 0033779-36.2018.11.0000
Requerente: Zenita de Oliveira e Souza - Auxiliar Judiciário
Vistos, etc. **Deferido** o pedido de averbação de tempo de serviço formulado pela servidora Zenita de Oliveira e Souza, constatou-se erro material na data da decisão de fls. 25. Diante disso, acolho a retificação e altero a data ao final da decisão de fls. 25 para constar "30 de maio de 2019". Cumpra-se. Cuiabá, 05 de dezembro de 2019. Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA - Presidente do Tribunal de Justiça

DEPARTAMENTO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, em Cuiabá, 11 de dezembro de 2019
Bel. ANGELO FABRÍCIO DE SOUZA LIMA
Diretor do Departamento do Conselho da Magistratura
conselho.magistratura@tjmt.jus.br

Atos do Presidente

ATO N. 1668/2019-CM, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão proferida nos autos de Pedido de Pagamento de Pensão n. 04/2019 (NU. 0053268-25.2019.8.11.0000), em 25.11.2019,
RESOLVE:
Conceder à Senhora NECELINA SOUSA LOURENÇO LUZ, portadora do RG n. 2827419-DGPC/GO e CPF n. 819.328.201-91, o pagamento de pensão vitalícia, nos termos do artigo 40, parágrafo 7º, inciso I e parágrafos 8º e 18, todos da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 19.12.2003, c/c o artigo 245, inciso I, alínea "a", 246 e 247, inciso I, todos da Lei Complementar n. 04, de 15.10.1990, na porcentagem de 100% (cem por cento), dos proventos que eram percebidos em vida pelo servidor aposentado LUCIMAR DA LUZ CARVALHO, Matrícula n. 4606, Agente da Infância e Juventude-PTJ, da Comarca de Barra do Garças, enquadrado pela Lei n. 8.709, de 18.09.2007, revogada pela Lei n. 8.814, de 15.01.2008; com efeitos retroativos a data do óbito (02.08.2019).
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça
(documento assinado digitalmente)

DEPARTAMENTO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, em Cuiabá, 11 de dezembro de 2019
Bel. ANGELO FABRÍCIO DE SOUZA LIMA
Diretor do Departamento do Conselho da Magistratura
conselho.magistratura@tjmt.jus.br

Vice Presidência

Intimação

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1004904-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO LUIZ DE MORAES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR LIMA DE ARRUDA OAB - MT16198-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Banco Sistema S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARINA PARANAIBA MENDES OAB - SP330812 (ADVOGADO)
MARCELO ANTONIO MURIEL OAB - SP83931 (ADVOGADO)
EDMUNDO MARCELO CARDOSO OAB - MT3449-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) Banco Sistema S/A para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0055737-91.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSELHA FRANCISCA DOS SANTOS (APELADO)
NEILA MARIA BOTELHO DO PRADO MORAES (APELADO)
SILMARA DE SOUZA CAMPOS (APELADO)
ANTONIO DE SOUZA (APELADO)
ANTONIO ALENCAR DE SOUSA (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
DEJANGO RIBER OLIVEIRA CAMPOS OAB - MT8874-B (ADVOGADO)
EVERTON BENEDITO DOS ANJOS OAB - MT12464-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) JOSELHA FRANCISCA DOS SANTOS e outros (4) para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001754-91.2014.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBADILO SILVA CARVALHO OAB - PR44016-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANA KROHLING DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAROLINE FREIRE TEIXEIRA OAB - MT15662-O (ADVOGADO)
ADRIANA PAULA TANSSINI RODRIGUES SILVA OAB - MT10361-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SAGA JAPAN COMERCIO DE VEICULOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) FABIANA KROHLING DE SOUZA para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016410-03.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA KAROLAINE FIGUEIREDO DE FREITAS PERON (APELADO)
ANSELMO SAUDER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILSON PEAGUDO DE FREITAS OAB - MT1101-O (ADVOGADO)
JOAO MARTINS FILHO OAB - MT11500-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S A (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) ANA KAROLAINE FIGUEIREDO DE FREITAS PERON e outros para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008366-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR CORREA DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA OAB - MT21387-B (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA APARECIDA MARONI DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) BANCO DO BRASIL SA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000356-61.2001.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO PINTO DA ROCHA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ PEREIRA PARDIN OAB - MT4776-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SEBASTIAO LEANDRO DE PAULA (APELADO)
MARTILIA CANDIDA DUTRA DE PAULA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO DE ASSIS RAMALHO ARAUJO OAB - MT3642-A (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) SEBASTIAO LEANDRO DE PAULA e outros para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento ao STJ interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006343-09.2017.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO JANTALIA BARBOSA OAB - DF22232 (ADVOGADO)
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO PACHECO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO DE CARVALHO OAB - MT1792-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) CARLOS ALBERTO PACHECO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002191-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALFREDO ZUCCA NETO OAB - SP154694-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA (AGRAVADO)
ADM DO BRASIL LTDA (AGRAVADO)
BANCO JOHN DEERE S.A. (AGRAVADO)
NILSON MULLER (AGRAVADO)
AGROPECUARIA AURORA LTDA - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO UMBERTO LUCHESI OAB - SP76458-O (ADVOGADO)
GUILHERME FERNANDES GARDELIN OAB - SP132650-O (ADVOGADO)
VALESKA FERNANDES LUCCHI OAB - SP357495 (ADVOGADO)
GUSTAVO EMANUEL PAIM OAB - MT14606-A (ADVOGADO)
ANA CAROLINA DE FIGUEIREDO MUNARI CANOZO OAB - SP203856-O (ADVOGADO)
ALAN VAGNER SCHMIDEL OAB - MT7504-O (ADVOGADO)
KLEBER JORGE JUNIOR OAB - MT20778-O (ADVOGADO)
LUCIANA COSTA PEREIRA OAB - MT17498-O (ADVOGADO)
HAIANA KATHERINE MENEZES FOLLMANN OAB - MT18024-A (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
FABIANNY CALMON RAFAEL OAB - MT21897-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
SEBASTIAO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR OAB - MT7187-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NILSON MULLER - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) BANCO JOHN DEERE S.A. e outros (4) para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007924-59.2017.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO JANTALIA BARBOSA OAB - DF22232 (ADVOGADO)

EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO PACHECO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO DE CARVALHO OAB - MT1792-O (ADVOGADO)
SILVANA PACHECO LEAL OAB - MT3714-O (ADVOGADO)
ARAMITAN FARIA CASSIANO JORGE DE CARVALHO OAB - MT18850-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) CARLOS ALBERTO PACHECO para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012413-76.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - MT22165-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE FERREIRA DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO LUIZ FERREIRA DA SILVA OAB - MT6565-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) JOSE FERREIRA DA SILVA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013199-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE DIRCE ZERIAL PARIS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WISAMARA OLIVEIRA DA SILVA OAB - MT200600-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CLAUDIA ZERIAL PARIS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) ESPÓLIO DE DIRCE ZERIAL PARIS para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003315-40.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CASSIMIRO FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO PAGOTTO REIS OAB - MT19573-A (ADVOGADO)
GERSON LEVY RABONE PALMA OAB - MT18609-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE LUCIANO FERREIRA (APELADO)

RECURSO ESPECIAL NOS AUTOS DA APELAÇÃO 1003315-40.2017.8.11.0002 RECORRENTE: JOSE CASSIMIRO FILHO RECORRIDO: ALEXANDRE LUCIANO FERREIRA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por JOSE CASSIMIRO FILHO com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Privado assim ementado (Id. 8500264): APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - AUSÊNCIA DO REQUISITO – POSSE ANTERIOR AO ESBULHO – IMPROCEDÊNCIA - RECURSO DESPROVIDO. Não se faz necessária à citação de ambos os cônjuges nas ações possessórias, exceto nos casos de composse, conforme determinação § 2º, do artigo 73, do Código de Processo Civil. Cabe ao autor da ação de reintegração de posse o ônus de comprovar todos os requisitos exigidos e elencados no art. 927 do Código de Processo Civil. A não comprovação da posse anterior do requerente e também do esbulho praticado pelo réu, conduz à improcedência do pedido. A exigência de prequestionamento para a interposição de recurso especial ou extraordinário deve ser cumprida pela parte e não pelo órgão julgador, dispensado de apontar expressamente se restaram ou não violados dispositivos legais ou constitucionais. (N.U 1003315-40.2017.8.11.0002, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 19/06/2019, Publicado no DJE 10/07/2019) Os Embargos de Declaração de Id. 8767672 foram rejeitados conforme decisão de Id. 14523492. Alega violação aos artigos 7º e 489, §1º do CPC, uma vez que o acórdão recorrido não teria enfrentado a alegação e documentos que comprovariam a posse anterior do recorrente, bem como ofensa aos artigos 1.647 do Código Civil e artigo 73, §1º do CPC, uma vez que a esposa do réu não teria consentido com relação à demanda, além de divergência jurisprudencial. Recurso tempestivo (Id. 17772469). Contrarrazões sob Id. 24710980. É o relatório. Decido. Não aplicação da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, “b”, II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Do reexame de matéria fática (Súmula 7 do STJ) Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A violação artigos 7º e 489, §1º do CPC está amparada na assertiva de que o acórdão recorrido não teria enfrentado a alegação e documentos que comprovariam a posse anterior do recorrente. Neste ponto, consignou-se no aresto recorrido que: “Nesse contexto, deveria o autor comprovar que realmente exercia a posse do bem anteriormente à ocorrência do alegado esbulho, bem como a data em que este ocorreu. No entanto, depois de submetido o processo ao crivo do contraditório e a dilação probatória verificou-se que o autor não se desincumbiu do ônus que lhe competia. Como se vê, as testemunhas arroladas viram muito pouco o autor e não afirmaram se de fato ele exerceu a posse do bem imóvel desde a sua aquisição, e, considerando que objeto da demanda é a reintegração de posse de imóvel, o ônus de comprovação de que realmente exercia a posse do bem anterior à ocorrência do suposto esbulho praticado pelo requerido, o qual não restou demonstrado pelo autor, que dele não se desincumbiu.” Id. 8447268. P.4 Logo, para rever o entendimento firmado no aresto sobre esse ponto, é necessário o exame de fatos e provas, o que atrai o óbice sumular acima mencionado. Registre-se que está prejudicada a análise dos pressupostos de admissibilidade pertinentes à alínea “c” (art. 105, III, CF), diante da aplicação do verbete sumular 7 do STJ. A propósito: “PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO IRRISÓRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. (...) 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das Instâncias ordinárias, e só pode ser alterada em Recurso Especial quando tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura. 3. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme sua Súmula 7: ‘A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial’. 4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude da aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto. 5. Recurso Especial não conhecido”. (REsp 1765987/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Igual entendimento é aplicado à alegada afronta aos artigos 1.647 do Código Civil e artigo 73, §1º do CPC, cuja controvérsia se refere ao fato de que a esposa do réu não teria consentido com relação à demanda, pois também é imprescindível o reexame das provas produzidas nos autos. Confira-se: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. INEXISTÊNCIA DE COMPOSSE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/ STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Concluindo o Tribunal estadual pela ausência de composse no presente

caso, rever o entendimento firmado implica, necessariamente, o reexame de provas e fatos o que é defeso em recurso especial, conforme dispõe a Súmula 7 desta Corte. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 714.379/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 05/02/2016). Registre-se que está prejudicada a análise dos pressupostos de admissibilidade pertinentes à alínea "c" (art. 105, III, CF), diante da aplicação do verbete sumular 7 do STJ. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO IRRISÓRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. (...) 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das Instâncias ordinárias, e só pode ser alterada em Recurso Especial quando tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura. 3. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme sua Súmula 7: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial'. 4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude da aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto. 5. Recurso Especial não conhecido". (REsp 1765987/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão os entendimentos do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 4 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça XIV

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003315-40.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CASSIMIRO FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO PAGOTTO REIS OAB - MT19573-A (ADVOGADO)
GERSON LEVY RABONE PALMA OAB - MT18609-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE LUCIANO FERREIRA (APELADO)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS AUTOS DA APELAÇÃO 1003315-40.2017.8.11.0002 RECORRENTE: JOSE CASSIMIRO FILHO RECORRIDO: ALEXANDRE LUCIANO FERREIRA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por JOSE CASSIMIRO FILHO com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Privado assim ementado (Id. 8500264): APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - AUSÊNCIA DO REQUISITO – POSSE ANTERIOR AO ESBULHO – IMPROCEDÊNCIA - RECURSO DESPROVIDO. Não se faz necessária à citação de ambos os cônjuges nas ações possessórias, exceto nos casos de composse, conforme determinação § 2º, do artigo 73, do Código de Processo Civil. Cabe ao autor da ação de reintegração de posse o ônus de comprovar todos os requisitos exigidos e elencados no art. 927 do Código de Processo Civil. A não comprovação da posse anterior do requerente e também do esbulho praticado pelo réu, conduz à improcedência do pedido. A exigência de prequestionamento para a interposição de recurso especial ou extraordinário deve ser cumprida pela parte e não pelo órgão julgador, dispensado de apontar expressamente se restaram ou não violados dispositivos legais ou constitucionais. (N.U 1003315-40.2017.8.11.0002, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 19/06/2019, Publicado no DJE 10/07/2019) Os Embargos de Declaração de Id. 8767672 foram rejeitados conforme decisão de Id. 14523492. Alega ofensa aos artigos 5º, inciso LV e 93, inciso IX da Constituição Federal, uma vez que as provas constantes nos autos demonstrariam a posse de boa-fé do recorrente, e alega ainda violação ao artigo 5º, caput e inciso XXII da Constituição Federal, uma vez que a decisão feriria o direito de propriedade do recorrente. Recurso tempestivo (Id. 17772469). Contrarrazões sob Id. 24710979. É o relatório. Decido. Não aplicação da sistemática de repercussão geral. Não foi encontrado no Supremo Tribunal Federal tema afetado que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de repercussão geral no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "a", "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Reexame de matéria fática (Súmula 279 do STF) Nos termos do artigo 102, III, da Constituição Federal, a competência do Supremo Tribunal Federal restringe-se à aplicação e à uniformização da interpretação de normas constitucionais, não sendo possível o exame de fatos e provas, conforme dispõe a Súmula 279/STF. Quanto à alegação de violação aos artigos 5º, inciso LV e 93, inciso IX da Constituição Federal, e ainda ao artigo 5º, caput e inciso XXII, nota-se que incide também o teor da Súmula 279 do STF, pois, para a reforma do julgado, é necessário o reexame da matéria fática, eis que no acórdão consignou-se que o autor não comprovou os fatos constitutivos de seu direito. Confira-se: "Nesse contexto, deveria o autor comprovar que realmente exercia a posse do bem anteriormente à ocorrência do alegado esbulho, bem como a data em que este ocorreu. No entanto, depois de submetido o processo ao crivo do contraditório e a dilação probatória verificou-se que o autor não se desincumbiu do ônus que lhe competia. Como se vê, as testemunhas arroladas viram muito pouco o autor e não afirmaram se de fato ele exerceu a posse do bem imóvel desde a sua aquisição, e, considerando que objeto da demanda é a reintegração de posse de imóvel, o ônus de comprovação de que realmente exercia a posse do bem anterior à ocorrência do suposto esbulho praticado pelo requerido, o qual não restou demonstrado pelo autor, que dele não se desincumbiu." Id. 8447268. P.4 Dessa forma, sendo insuscetível de revisão os entendimentos do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STF, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça XIV

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004743-23.2012.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. (APELANTE)
RICARDO BORGES DE CASTRO CUNHA (APELANTE)
AGROPASTORIL MATO GROSSO ACRE LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-S (ADVOGADO)
GESSICA DE ARRUDA OLIVEIRA OAB - MT22673-O (ADVOGADO)
FABRICIO TORBAY GORAYEB OAB - MT6351-O (ADVOGADO)
DIOGO IBRAHIM CAMPOS OAB - MT13296-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGROTOOLS GESTAO E MONITORAMENTO GEO - ESPACIAL DE RISCOS LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THOMAZ HENRIQUE RODRIGUES DE CARVALHO OAB - MT14808-O (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 0004743-23.2012.11.0011 RECORRENTE: AGROTOOLS GESTÃO E MONITORAMENTO GEO-ESPACIAL DE RISCOS LTDA. RECORRIDOS: RICARDO BORGES CASTRO CUNHA E OUTROS Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 20618456) interposto por AGROTOOLS GESTÃO E MONITORAMENTO GEO-ESPACIAL DE RISCOS LTDA. com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Quarta Câmara de Direito Privado assim ementado (id 11977465): "APELAÇÃO – CERCEAMENTO DE DEFESA – AFASTADO NO MÉRITO - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE LUCROS CESSANTES – PROCEDÊNCIA – EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS FORNECEDORAS DO FRIGORÍFICO – DENUNCIAÇÃO A LIDE DO FRIGORÍFICO CONTRATANTE – EXCLUSÃO - ALTERAÇÃO FLORESTAL VERIFICADA – AUSÊNCIA DE EQUÍVOCO PASSÍVEL DE INDENIZAÇÃO – SENTENÇA REFORMADA – AÇÃO INDENIZATÓRIA IMPROCEDENTE – CONDENAÇÃO DOS AUTORES EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - § 8º, ART. 85 E REQUISITOS DO § 2º, CPC – CONDENAÇÃO DA DENUNCIANTE EM HONORÁRIOS

ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DENUNCIADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não se pode imputar responsabilidade a requerida apelante, prestadora de serviço de monitoramento ambiental de propriedades fornecedoras de gado para o frigorífico, porquanto visualizado, ainda que por ocorrência de fogo, alteração ambiental na área de criação dos autores, além de não haver compromisso contratual de compra e venda do gado por parte da denunciada". (TJMT – Quarta Câmara de Direito Privado – RAI n. 0004743-23.2012.8.11.0011, Relatora: Des GUIOMAR TEODORO BORGES, j. em 14/08/2019). Opostos Embargos de Declaração (id 13368988), estes foram rejeitados no acórdão de id 17017979. A Recorrente alega violação aos artigos 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, ao argumento de que a Câmara de origem condenou os Recorridos ao pagamento de honorários sucumbenciais, cujo valor foi arbitrado de forma equitativa, no montante de R$ 50.000,00, o que não é possível, por haver, in casu, o montante exato do proveito econômico pretendido (valor da causa). Sustenta que não houve denunciação da lide em relação à empresa Mafrig, mas sim chamamento ao processo, de modo que não é devida a condenação de honorários em favor a esta última Recorrida, por se tratar de litisconsórcio passivo. Recurso tempestivo (id 20640472). Contrarrazões no id 25894499. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, incidindo, in casu, o disposto no artigo 1.030, V, "a", do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Pressupostos satisfeitos A partir da provável ofensa ao artigo 85 §§ 2º e 8º, do Código Processo Civil, a Recorrente alega que o arbitramento dos honorários advocatícios de forma equitativa é de caráter subsidiário, ou seja, só pode ser utilizada nos casos em que, havendo ou não condenação: (i) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (ii) o valor da causa for muito baixo, o que, definitivamente, não é o presente caso, porquanto não se configurou nenhuma das duas hipóteses. Observa-se que houve o devido prequestionamento da matéria acima mencionada, o que impede a incidência das Súmulas 211 do STJ, 282 e 356, do STF. Além disso, a tese recursal não pretende alterar o quadro fático já reconhecido pelo acórdão, mas rever a moldura legal que lhe foi dada (não aplicação da Súmula 7 do STJ), não incidindo, também, no caso concreto, nenhuma outra súmula impeditiva. Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Em interpretação conjunta do artigo 1.034, parágrafo único, do CPC, e à Súmula 292/STF, fica dispensado o exame dos demais dispositivos supostamente violados. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Extraordinário na Apelação Cível n. 0004743-23.2012.8.11.0011 RECORRENTES: RICARDO BORGES CASTRO CUNHA E OUTRO RECORRIDOS: AGROTOOLS GESTÃO E MONITORAMENTO GEO-ESPACIAL DE RISCOS LTDA E OUTRO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário (id 20615992) interposto por RICARDO BORGES CASTRO CUNHA E OUTRO com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão assim ementado (id 11977465): "APELAÇÃO – CERCEAMENTO DE DEFESA – AFASTADO NO MÉRITO - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE LUCROS CESSANTES – PROCEDÊNCIA – EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS FORNECEDORAS DO FRIGORÍFICO – DENUNCIAÇÃO A LIDE DO FRIGORÍFICO CONTRATANTE – EXCLUSÃO - ALTERAÇÃO FLORESTAL VERIFICADA – AUSÊNCIA DE EQUÍVOCO PASSÍVEL DE INDENIZAÇÃO – SENTENÇA REFORMADA – AÇÃO INDENIZATÓRIA IMPROCEDENTE – CONDENAÇÃO DOS AUTORES EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - § 8º, ART. 85 E REQUISITOS DO § 2º, CPC – CONDENAÇÃO DA DENUNCIANTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DENUNCIADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não se pode imputar responsabilidade a requerida apelante, prestadora de serviço de monitoramento ambiental de propriedades fornecedoras de gado para o frigorífico, porquanto visualizado, ainda que por ocorrência de fogo, alteração ambiental na área de criação dos autores, além de não haver compromisso contratual de compra e venda do gado por parte da denunciada". (TJMT – Quarta Câmara de Direito Privado – RAI n. 0004743-23.2012.8.11.0011, Relatora: Des GUIOMAR TEODORO BORGES, j. em 14/08/2019). Opostos Embargos de Declaração (id 13368988), estes foram rejeitados no acórdão de id 17017979. Os Recorrentes alegam ofensa aos artigos 5º, XXII e XXIII, 90, IX, e. 170, da Constituição Federal, ao argumento de que "(...) a lide tem por objeto indenização por danos materiais e morais c/c lucro cessante em virtude de ato ilícito realizado pela Recorrida, consubstanciado no erro na elaboração e conclusão de laudo técnico, o qual ocasionou a suspensão equivocada do contrato comercial". (id 20615992 - p. 13) Asseveram que "tais fatos foram sobejamente comprovados mediante prova documental oficial – Parecer Técnico da Sema -MT, a qual foi 'desconsiderada'; e por fim DISTORCIDA SUA VALORAÇÃO PELO E. TJMT". (id 20615992 - p. 13/14) Recurso tempestivo (id 20640472). Contrarrazões nos id's 25896462 e 25894457. É o relatório. Decido. Da sistemática de repercussão geral Não foi encontrado no Supremo Tribunal Federal tema afetado que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de repercussão geral no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "a", "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Reexame de matéria fática (Súmula 279 do STF) Nos termos do artigo 102, III, da Constituição Federal, a competência do Supremo Tribunal Federal restringe-se à aplicação e à uniformização da interpretação de normas constitucionais, não sendo possível o exame de fatos e provas, conforme dispõe a Súmula 279/STF. A suposta violação aos artigos 371 e 405 do CPC, está amparada na assertiva de que restou comprovado nos autos que a empresa Agrotools, de forma errônea, injustificada, negligente e imprudente, apontou em seu relatório que, em 03.11.2010, houve um desmatamento dentro do imóvel rural da Fazenda Santa Alice, razão pela qual, o Frigorifico Marfrig Alimentos, que é o principal comprador dos bovinos criados no imóvel rural em questão, suspendeu a compra dos animais junto aos Recorrentes. No entanto, constou do aresto que "(...) não se visualiza defeito na prestação do serviço pela requerida Agrotools, porquanto, ainda que não tenha havido propriamente desflorestamento (corte raso) no imóvel dos autores apelados, a imagem satélite datada de 11/11/2010, em comparação com a imagem datada de 08/09/2010 (id 7263009), indica a ocorrência de alteração ambiental na área do polígono. E nessa quadra, a desconformidade noticiada pela requerida apelante à empresa frigorífica, não se traduz em ato ilícito capaz de gerar o dano material e moral alegados, porquanto, de alguma forma, houve alteração ambiental". (id 11972488 - p. 3) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão os entendimentos do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STF, o que obsta a admissão recursal. A propósito: "Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Servidor público municipal. Progressão funcional. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. Não se presta o recurso extraordinário para o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos, bem como da legislação infraconstitucional. Incidência das Súmulas nºs 279 e 280/STF. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita". (ARE 1222540 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 20/11/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-264 DIVULG 03-12-2019 PUBLIC 04-12-2019). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão os entendimentos do órgão julgador, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STF, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 0004743-23.2012.11.0011 RECORRENTES: RICARDO BORGES CASTRO CUNHA E OUTRO RECORRIDOS: AGROTOOLS GESTÃO E MONITORAMENTO GEO-ESPACIAL DE RISCOS LTDA. E OUTRO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 20615982) interposto por RICARDO BORGES CASTRO CUNHA E OUTRO com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão da Quarta Câmara de Direito Privado assim ementado (id 11977465): "APELAÇÃO –

CERCEAMENTO DE DEFESA – AFASTADO NO MÉRITO - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE LUCROS CESSANTES – PROCEDÊNCIA – EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS FORNECEDORAS DO FRIGORÍFICO – DENUNCIAÇÃO A LIDE DO FRIGORÍFICO CONTRATANTE – EXCLUSÃO - ALTERAÇÃO FLORESTAL VERIFICADA – AUSÊNCIA DE EQUÍVOCO PASSÍVEL DE INDENIZAÇÃO – SENTENÇA REFORMADA – AÇÃO INDENIZATÓRIA IMPROCEDENTE – CONDENAÇÃO DOS AUTORES EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - § 8º, ART. 85 E REQUISITOS DO § 2º, CPC – CONDENAÇÃO DA DENUNCIANTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DENUNCIADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não se pode imputar responsabilidade a requerida apelante, prestadora de serviço de monitoramento ambiental de propriedades fornecedoras de gado para o frigorífico, porquanto visualizado, ainda que por ocorrência de fogo, alteração ambiental na área de criação dos autores, além de não haver compromisso contratual de compra e venda do gado por parte da denunciada". (TJMT – Quarta Câmara de Direito Privado – RAI n. 0004743-23.2012.8.11.0011, Relatora: Des GUIOMAR TEODORO BORGES, j. em 14/08/2019). Opostos Embargos de Declaração (id 13368988), estes foram rejeitados no acórdão de id 17017979. Os Recorrentes alegam violação aos artigos 371 e 405 do Código de Processo Civil, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que são comodatários da Fazenda Santa Alice, explorando a pecuária de cria, recria e engorda de bovinos, fornecendo -os para abates. Asseveram que restou comprovado nos autos que a empresa Agrotools, de forma errônea, injustificada, negligente e imprudente, apontou em seu relatório que, em 03.11.2010, houve um desmatamento dentro do imóvel rural da Fazenda Santa Alice, razão pela qual, o Frigorifico Marfrig Alimentos, que é o principal comprador dos bovinos criados no imóvel rural em questão, suspendeu a compra dos animais junto aos Recorrentes. Recurso tempestivo (id 20640472). Contrarrazões nos id's 25879998 e 25894498. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC (. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Do reexame de matéria fática (Súmula 7 do STJ) Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 371 e 405 do CPC, está amparada na assertiva de restou comprovado nos autos que a empresa Agrotools, de forma errônea, injustificada, negligente e imprudente, apontou em seu relatório que, em 03.11.2010, houve um desmatamento dentro do imóvel rural da Fazenda Santa Alice, razão pela qual, o Frigorifico Marfrig Alimentos, que é o principal comprador dos bovinos criados no imóvel rural em questão, suspendeu a compra dos animais junto aos Recorrentes. No entanto, constou do aresto "(...) não se visualiza defeito na prestação do serviço pela requerida Agrotools, porquanto, ainda que não tenha havido propriamente desflorestamento (corte raso) no imóvel dos autores apelados, a imagem satélite datada de 11/11/2010, em comparação com a imagem datada de 08/09/2010 (id 7263009), indica a ocorrência de alteração ambiental na área do polígono. E nessa quadra, a desconformidade noticiada pela requerida apelante à empresa frigorífica, não se traduz em ato ilícito capaz de gerar o dano material e moral alegados, porquanto, de alguma forma, houve alteração ambiental". (id 11972488 - p. 3) Consignou-se, ainda, que "(...) indevido dizer que o Relatório enviado pela Agrotools a Marfrig, no qual aponta inconformidade na área dos autores apelados, se mostra viciado. Ora, de acordo com o laudo acima referido, houve desflorestamento causado como efeito de fogo". (11972488 - p. 4) Logo, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. FIANÇA NÃO EXONERADA. INSCRIÇÃO EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ILÍCITO. MERO DISSABOR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não há falar em ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. 2. O acolhimento da pretensão recursal quanto à alegada existência do ato ilícito e do dever de indenizar o agravante pelos danos morais supostamente sofridos, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 1411924/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 0004743-23.2012.8.11.0011 RECORRENTE: BENICIO ADVOGADOS ASSOCIADOS RECORRIDO: AGROPASTORIL MATO GROSSO ACRE LTDA., RICARDO BORGES DE CASTRO CUNHA, E AGROTOOLS GESTÃO E MONITORAMENTO GEO-ESPACIAL DE RISCOS LTDA. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 20628485) interposto por BENICIO ADVOGADOS ASSOCIADOS com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão da Quarta Câmara de Direito Privado assim ementado (id 11977465): "APELAÇÃO – CERCEAMENTO DE DEFESA – AFASTADO NO MÉRITO - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE LUCROS CESSANTES – PROCEDÊNCIA – EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS FORNECEDORAS DO FRIGORÍFICO – DENUNCIAÇÃO A LIDE DO FRIGORÍFICO CONTRATANTE – EXCLUSÃO - ALTERAÇÃO FLORESTAL VERIFICADA – AUSÊNCIA DE EQUÍVOCO PASSÍVEL DE INDENIZAÇÃO – SENTENÇA REFORMADA – AÇÃO INDENIZATÓRIA IMPROCEDENTE – CONDENAÇÃO DOS AUTORES EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - § 8º, ART. 85 E REQUISITOS DO § 2º, CPC – CONDENAÇÃO DA DENUNCIANTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA DENUNCIADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não se pode imputar responsabilidade a requerida apelante, prestadora de serviço de monitoramento ambiental de propriedades fornecedoras de gado para o frigorífico, porquanto visualizado, ainda que por ocorrência de fogo, alteração ambiental na área de criação dos autores, além de não haver compromisso contratual de compra e venda do gado por parte da denunciada". (TJMT – Quarta Câmara de Direito Privado – RAI n. 0004743-23.2012.8.11.0011, Relatora: Des GUIOMAR TEODORO BORGES, j. em 14/08/2019). Opostos Embargos de Declaração (id 13368988), estes foram rejeitados no acórdão de id 17017979. O Recorrente alega violação ao artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que "(...) a sistemática atribuída na distribuição da sucumbência infringe veementemente o disposto no art. 85 do Código de Processo Civil, posto que o arbitramento por equidade não se coaduna com a realidade fática dos autos, tendo em vista que esta peticionária foi incluída na lide indevidamente pela Embargada/Agrotools e participou dos mesmos embates processuais, não fazendo jus o arbitramento dos honorários advocatícios inferior ou desigual ao arbitrado para esta no importe de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)". Recurso tempestivo (id 20640472). Sem contrarrazões. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Do reexame de matéria fática (Súmula 7 do STJ) Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação ao artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, está amparada na assertiva de que "(...) a sistemática

atribuída na distribuição da sucumbência infringe veementemente o disposto no art. 85 do Código de Processo Civil, posto que o arbitramento por equidade não se coaduna com a realidade fática dos autos, tendo em vista que esta peticionária foi incluída na lide indevidamente pela Embargada/Agrotools e participou dos mesmos embates processuais, não fazendo jus o arbitramento dos honorários advocatícios inferior ou desigual ao arbitrado para esta no importe de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)". Nessa linha, o Recorrente assevera que "(...) trabalhou nos autos forma intensiva, tanto quanto a Recorrida Agrotools, de modo, que não se justifica que os honorários advocatícios desta sejam inferiores ao arbitrado em sede recursal". (id 20628485 - p. 9) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS EM AÇÕES CONEXAS. INCLUSÃO. VERIFICAÇÃO. ANÁLISE DE LEI LOCAL OU DO ACORDO. IMPOSSIBILIDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. DISTRIBUIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. JUÍZO DE EQUIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. 1. A verba de sucumbência devida nas execuções fiscais é independente daquela a ser arbitrada em ações conexas, como embargos do devedor ou ações anulatórias. Precedentes. 2. Cuidando de adesão a parcelamento tributário, a questão relativa à inclusão dos honorários devidos em ações conexas à execução fiscal dependerá do que vier a ser disciplinado na legislação de regência do benefício fiscal. 3. Hipótese em que está consignado no acórdão recorrido que o parcelamento não incluiu os honorários advocatícios devidos nos embargos à execução fiscal, de modo que a revisão dessa premissa pressupõe o reexame da lei local de regência e/ou dos termos ajustados, o que é inviável na instância especial. Inteligência das Súmulas 280 do STF e 5 do STJ, respectivamente. 4. 'A revisão do acórdão recorrido quanto à distribuição dos ônus sucumbenciais, com o propósito de verificar a proporção de decaimento de cada uma das partes, pressupõe o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ' (AgInt no REsp 1.222.914/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 30/03/2017). 5. As teses relativas à aplicação do juízo de equidade previsto no art. 85, § 8º, do CPC/2015 e à suposta exorbitância da quantia arbitrada não foram efetivamente analisadas no acórdão recorrido, carecendo o recurso especial, nesse pontos, do requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 do STJ. 6. Agravo interno desprovido". (AgInt no AREsp 1474450/GO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 11/11/2019). [mutatis mutandis] Registre-se que está prejudicada a análise dos pressupostos de admissibilidade pertinentes à alínea "c" (art. 105, III, CF), diante da aplicação do verbete sumular 7 do STJ. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO IRRISÓRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. (...) 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das Instâncias ordinárias, e só pode ser alterada em Recurso Especial quando tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura. 3. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme sua Súmula 7: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial'. 4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude da aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto. 5. Recurso Especial não conhecido". (REsp 1765987/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001543-77.2014.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - NOBRES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO FRANCISCO DE FIGUEIREDO JUNIOR (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GRACIELI SOARES DE CARVALHO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT20283-O (ADVOGADO)
LIOMAR SANTOS DE ALMEIDA OAB - MT21001-O (ADVOGADO)
HUDSON LUIZ DE OLIVEIRA OAB - MT21613-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
PAULO VICTOR DA SILVA SANTOS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CRIMINAL N. 0001543-77.2014.8.11.0030 RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO RECORRIDO: ANTONIO FRANCISCO DE FIGUEIREDO JUNIOR Decisão: Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002488-18.2005.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
H. B. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARISTIDES JOSE BOTELHO DE OLIVEIRA OAB - MT3911-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
M. F. R. (TERCEIRO INTERESSADO)
C. A. C. P. J. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
K. M. B. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
C. M. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
G. A. D. S. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CRIMINAL N. 0002488-18.2005.8.11.0018 RECORRENTE: HELITON BIRNFELD RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (Id. 26563984) interposto por HELITON BIRNFELD, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Primeira Câmara Criminal deste Sodalício, assim ementado (Id. 21615542): "APELAÇÃO CRIMINAL – HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO – ALEGADO JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS – INOCORRÊNCIA – CONDENAÇÃO LASTREADA EM VERSÃO PROPORCIONADA PELO CONJUNTO PROBATÓRIO – ÍNTIMA CONVICÇÃO DOS JURADOS – CONDENAÇÃO MANTIDA – DOSIMETRIA DA PENA QUE NÃO MERECE REPAROS – RECURSO DESPROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. Não há falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando o corpo de jurados analisa as teses invocadas pela acusação e pela defesa, e opta por uma delas, inclusive no que concerne às situações que qualificam o crime de homicídio. Não há ilegalidade na exasperação da pena-base quando as provas demonstram que o crime foi planejado, com antecedência, pelos agentes. Não há desproporcionalidade se a pena-base é acrescida de 1/6 (um sexto), ante o caráter desfavorável da culpabilidade. "Na hipótese de existência de pluralidade de qualificadoras, não configura bis in idem a utilização de uma, a fim de qualificar o delito; e das demais, na segunda fase da dosimetria, consideradas agravantes genéricas, desde que haja previsão legal expressa; ou, de forma residual, na primeira etapa dosimétrica, como circunstâncias judiciais negativas a fundamentar a majoração da pena-base" [...] (STJ, AgRg no REsp 1773721/GO). "Em se tratando de atenuantes e agravantes, a lei não estabelece os percentuais de fração de diminuição e de aumento que devem ser utilizados. Em decorrência, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a fração de 1/6, mínima prevista para as majorantes e minorantes, deve guiar o julgador no momento da dosimetria da pena, de modo que, em situações específicas, é permitido o aumento superior a 1/6, desde que haja fundamentação concreta. [...]" (STJ, AgRg no REsp 1822454/GO)." (Ap. 0002488-18.2005.8.11.0018, DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL REUNIDAS, Julgado em 12/11//2019, Publicado DJE em 18/11/2019) Alega: (i) decisão manifestamente contrária

à prova dos autos, visto que não contribuiu de forma alguma para que a morte da vítima; (ii) necessidade de reconhecimento da participação de menor importância; (iii) violação ao art. 386, VII, diante da não ocorrência da qualificadora de emprego de meio cruel e (iv) necessidade de exclusão das qualificadoras de motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima. Recurso tempestivo (Id. 27012956). Contrarrazões – Id. 27691995. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione à questão discutida neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Deficiência de fundamentação. Súmula 284 do STF. Na interposição do Recurso Especial, é necessário que as razões recursais sejam redigidas com fundamentações precisas, identificando exatamente o suposto dispositivo legal violado, a controvérsia correspondente, bem como as circunstâncias de como teria ocorrido a afronta legal, conforme dispõe a Súmula 284 do STF. Ademais, se a parte não infirma os fundamentos do acórdão impugnado, aplica-se, igualmente, o enunciado de súmula acima mencionado. A propósito: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA. (...) 2. A alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284-STF. (...) 5. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 828.593/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 18/04/2016) (destaquei) "PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. ALEGADA EXISTÊNCIA DE VÍCIO NA QUESITAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. INCIDÊNCIA DA AGRAVANTE POR TER SIDO O CRIME PRATICADO CONTRA CRIANÇA E DA QUALIFICADORA DA UTILIZAÇÃO DE RECURSO QUE DIFICULTE OU TORNE IMPOSSÍVEL A DEFESA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. 1. Se, nas razões do recurso especial, a parte recorrente não infirma os fundamentos do acórdão recorrido, tem aplicação, por analogia, o Enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 2. Enquanto a agravante prevista art. 61, II, "h", do Código Penal é objetiva e incide em razão de ter sido praticado o crime contra criança, a qualificadora de que cuida o artigo 121, IV, do Código Penal envolve considerações específicas do caso concreto, para verificação acerca da presença de recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima, não havendo falar em bis in idem. 3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1634727/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017) (destaquei) In casu, a despeito de alegar a ocorrência de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, necessidade de reconhecimento da participação de menor importância e de exclusão das qualificadoras de emprego de meio cruel, motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima, verifica-se se que o Recorrente se limitou a reproduzir, de forma praticamente literal, as razões contidas na no recurso de Apelação, ignorando por completo os fundamentos consignados no acórdão recorrido para rejeição das teses apresentadas. Dessa forma, considerando que as razões recursais não infirmaram os fundamentos do aresto, impossibilitando a exata compreensão da matéria apresentada, resta obstada a admissão do recurso, nos termos do enunciado sumular acima indicado. Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. v

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001560-12.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDENCIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL LOPES MOREIRA OAB - RS57313-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE SALVADOR MARTINS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAICON ANTONIO FLORENCIO OAB - MT20621-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA LUIZA FERREIRA DE FRANCA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
S MARTINS - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 1001560-12.2016.8.11.0003 RECORRENTE: ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A RECORRIDO: ESPOLIO DE SR. SALVADOR MARTINS Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 22556994) interposto por ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Segunda Câmara de Direito Privado assim ementado (id 19192997): "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITOS E DANOS MORAIS – SEGURO PRESTAMISTA – NEGATIVA DE COBERTURA – ALEGADA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS – MORTE COMPROVADA – QUITAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO – POSTERGAÇÃO – ENSEJANDO COBRANÇA DE PARCELAS INDEVIDAMENTE – CDC APLICABILIDADE – RESTITUIÇÃO EM DOBRO – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM INDENIZATÓRIO – RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Por tratar-se de relação de consumo, no contrato de seguro no qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante o pagamento de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato é da seguradora o ônus de demonstrar fato desconstitutivo do direito do segurado. Tendo a apelada cumprido com seu ônus de demonstrar a existência do seguro prestamista, que beneficia a instituição financeira que concedeu o empréstimo, em caso de morte do segurado, a qual resta comprovada, inexiste razão da exigência de novos documentos com postergação da cobertura securitária e consequente cobrança de parcelas do contrato a ser quitado por força do seguro prestamista; configura cobrança indevida e enseja o dever de restituição em dobro dos valores cobrados e descontado em conta corrente. Sendo que essa negativa injustificada de cobertura securitária de seguro prestamista configura dano moral a ser indenizado, cujo valor determinado na origem deve ser mantido, por atender os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, à luz das peculiaridades do caso em si". (TJMT – Segunda Câmara de Direito Privado – Apelação n. 1001560-12.2016.8.11.0003, Relator: Des SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, j. em 30/01/2018). A Recorrente alega violação aos artigos 186, 188 e 927, do Código Civil, ao argumento de que "(...) houve apresentação de justificativa do motivo do não pagamento da indenização securitária, ao contrário do entendimento do tribunal a quo. Destaca -se que, não se cumpriu com o contrato firmado em razão da inércia da recorrida, o que foi devidamente exposto nos autos". Argumenta que "o mero inadimplemento do contrato – mesmo que injustificado, o que aqui não ocorre – ainda assim não ensejaria o direito à indenização por danos morais, sendo isso um incômodo a que estão sujeitos os contratantes na hipótese de divergência acerca das respectivas cláusulas do pacto firmado". Suscita afronta aos artigos 940 do Código Civil, e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, porquanto não restou demonstrado nos autos nenhum ato de má-fé, abuso ou leviandade, supostamente praticado pela Seguradora, tornando imperiosa a determinação de que a repetição se dê de forma simples. Recurso tempestivo (id 22605499). Contrarrazões no id 26564498. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ. Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação aos artigos 186, 188 e 927 DO CÓDIGO CIVIL, está amparada na assertiva de que houve apresentação de justificativa do motivo do não pagamento da indenização securitária, ao contrário do entendimento do tribunal a quo, de

modo que não há falar em ato ilícito, e, por conseguinte, em indenização por danos morais. Quanto aos artigos 940 do Código Civil, e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, a Recorrente assevera qu foi demonstrado nos autos nenhum ato de má-fé, abuso ou leviandade, supostamente praticado pela Seguradora, tornando imperiosa a determinação de que a repetição se dê de forma simples. No entanto, constou do aresto ora impugnado que a "(...) autora/apelada cumpriu com seu ônus, de demonstrar a existência do seguro prestamista, que beneficia a Instituição Financeira, no caso de morte do segurado, não havendo razão para a demora excessiva em cumprir o que foi contratado, conforme o contido na citada Proposta de Seguro Capital de Giro Protegido carreado para os autos, inclusive pela própria apelante/seguradora, que em síntese estabelece: (...)". (id 16925990 - p. 2) Consignou-se, ainda, no decisum objurgado, in verbis: "Quanto a restituição em dobro dos valores descontados da conta corrente do de cujus, a irresignação da apelante é de que não se comprova a má-fé, pois, agiu com base ao que foi contratado, a restituição deve ser de forma simples. Não procede essa irresignação. (...) No presente caso, restou evidenciado o erro injustificável da seguradora, que, mesmo diante da informação da morte do segurado, não ultimou a cobertura securitária permitindo a continuidade de se cobrar as parcelas do financiamento efetuando os descontos em conta corrente do segurado, privando a parte de utilizar os recursos para atender despesas outras, quando a logica seria suspender a cobrança dessas parcelas até que se apurasse o ocorrido, em caso de dúvidas infundadas quanto a validade do contrato". (id 16925990 - p. 3) Logo, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO E NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDADOS. (...) 2. O Tribunal de origem, com amparo no acervo fático e probatório dos autos, concluiu pela existência de ato ilícito e de danos morais indenizáveis. Alterar tais conclusões demandaria o revolvimento de matéria fática, providência que esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte. Precedentes. 3. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível na hipótese de o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe reexaminar o valor fixado a título de indenização, uma vez que referida análise demanda incursão na seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes. 4. Agravo interno desprovido". (AgInt nos EDcl no AREsp 1524784/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 27/11/2019). "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDE PRATICADA POR TERCEIRO. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE PARTICULARIDADES QUE EXTRAPOLAM O MERO DISSABOR. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVÂNCIA. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (...) 2. A revisão de matérias - quantum indenizatório fixado a título de danos morais e a ausência de má-fé da instituição bancária para fins de afastamento da repetição em dobro do indébito, quando as instâncias ordinárias a reconhecem -, que demandam o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, não pode ser feita na via especial, diante do óbice da Súmula 7 deste Tribunal. Decisão agravada mantida. 3. Agravo interno desprovido". (AgInt no AREsp 1273916/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007428-44.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - MT22165-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIRGINIA PINTO XAVIER (APELADO)
Z COMERCIO E VESTUARIO EIRELI - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARILEI CARDOSO OAB - MT12904-O (ADVOGADO)
ALEX SANDRO RODRIGUES CARDOSO OAB - MT11393-O (ADVOGADO)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 0007428-44.2011.8.11.0041 RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S/A RECORRIDO: K. ROCHA SILVA - ME E VIRGINIA PINTO XAVIER Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 22132980) interposto por BANCO DO BRASIL S/A com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra a decisão monocrática proferida pela Desembargadora MARILSEN ANDRADE ADDARIO, da Segunda Câmara de Direito Privado (id 1587519). O Recorrente alega que "(...) estando o Recorrido em mora, face o não cumprimento de suas obrigações, ante a existência de saldo devedor nas operações celebradas entre as partes, perfeitamente válida a cobrança da comissão de permanência, posto que pactuada". (id 22132980 - p. 14) Assevera que "o Requerido fez várias alegações, aduzindo de forma genérica a prática de capitalização de juros, sem em momento algum demonstrar sua utilização, em que momento verificou -se, qual a diferença havida se linear fosse o cálculo, deixando a cargo do Poder Judiciário tal verificação, o que não pode prosperar". (id 22132980 - p. 14) Recurso tempestivo (id 22302488). Sem contrarrazões, conforme id 26393979. É o relatório. Decido. Sistemática de recursos repetitivos O Recorrente sustenta que na hipótese de inadimplência, e, consequentemente, da existência de saldo devedor nas operações celebradas entre as partes, é perfeitamente válida a cobrança da comissão de permanência devidamente pactuada. A questão abordada no recurso encontra-se afetada pela sistemática de recursos repetitivos, sendo necessária a sua aplicação no caso. Com efeito, no julgamento do paradigma REsp n. 1.058.114/RS (Tema 52) o Superior Tribunal de Justiça pacificou a orientação segundo a qual, uma vez pactuada, a cobrança de comissão de permanência firmada em valor não superior ao do somatório dos demais encargos remuneratórios e moratórios estipulados no contrato, exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual, conforme a seguinte tese fixada na ocasião. Confira-se a íntegra do aresto: "DIREITO COMERCIAL E BANCÁRIO. CONTRATOS BANCÁRIOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. VERBAS INTEGRANTES. DECOTE DOS EXCESSOS. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. ARTIGOS 139 E 140 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO. ARTIGO 170 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. 1. O princípio da boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, inclusive daquela originada de relação de consumo. No que diz respeito ao devedor, a expectativa é a de que cumpra, no vencimento, a sua prestação. 2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para viger após o vencimento da dívida. 3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC. 4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos arts. 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no art. 170 do Código Civil brasileiro. 5. A decretação de nulidade de cláusula contratual é medida excepcional, somente adotada se impossível o seu aproveitamento. 6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido". (REsp 1058114/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/2009, DJe 16/11/2010). Ao apreciar tal questão o órgão fracionário deste Tribunal assim concluiu (id 17902496 - p. 4): "Isso porque, como é cediço, a comissão de permanência possui três

finalidades essenciais, quais sejam: assegurar a base econômica do negócio, por meio dos juros remuneratórios; inibir a protelação na liquidação da dívida, com os juros de mora, e reprimir o comportamento desidioso pela aplicação da multa contratual. Logo, se a comissão de permanência já é composta pelos juros remuneratórios, juros moratórios e correção monetária, resulta ilegal e abusiva sua cobrança quando cumulada com outros encargos de mora". Assim, ao analisar o acórdão recorrido, observa-se que este se encontra em conformidade com a orientação do STJ, pois, para este caso, ambos os Tribunais entenderam que é permitida a cobrança de comissão de permanência, pactuada em valor não superior ao do somatório dos demais encargos remuneratórios e moratórios estipulados no contrato, exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual. Posto isso, é o caso de se negar seguimento ao Recurso Especial, diante da sistemática de precedentes qualificados, com fundamento no art. 1.030, I, "b", do CPC, em face da conformidade do acórdão impugnado com o paradigma REsp n. 1.058.114/RS (Tema 52). Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Ausência de interesse recursal O Recorrente assevera, ainda, que "(...) o Requerido fez várias alegações, aduzindo de forma genérica a prática de capitalização de juros, sem em momento algum demonstrar sua utilização, em que momento verificou -se, qual a diferença havida se linear fosse o cálculo, deixando a cargo do Poder Judiciário tal verificação, o que não pode prosperar". (id 22132980 - Pág. 14) Em análise da pretensão recursal, observa-se que o Recorrente é carecedor de interesse, uma vez que seu objetivo já foi alcançado, consoante decidido no acórdão ora invectivado, verbis: "Com relação à capitalização dos juros, ao caso, descabe maiores considerações, pois basta uma singela análise da sentença recorrida para se constatar que citado indexador foi mantido pelo juízo singular, senão vejamos: [...] A cobrança de juros capitalizados nos contratos de mutuo é permitida quando houver expressa pactuacão. Nesse aspecto, conforme demonstrado, o contrato previu de forma expressa a capitalização e, como consequência, inexiste qualquer ilegalidade. Destarte, ausente o interesse recursal do apelante neste tópico". (id 17902496 - p. 3) Desse modo, considerando que a pretensão recursal já foi atendida pela decisão recorrida, é desnecessária e inútil a ferramenta processual manejada, o que impede a admissão do recurso, neste ponto. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, "b" (sistemática de precedentes qualificados – Tema 52), e inciso V (ausência de interesse recursal), do CPC, conforme fundamentação acima. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012251-39.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA JOICE DE SOUZA PAES (APELANTE)
GLENIO DE SOUZA OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS GABRIEL SILVA FRANCA OAB - MT19363-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE RUBIMAR NERY DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALVARO LUIZ PEDROSO MARQUES DE OLIVEIRA OAB - MT7666-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESPÓLIO DE MARIA LÚCIA CAMILO DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
VALESCA LUKIELY PAULA DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 0012251-39.2015.8.11.0003 RECORRENTES: LUCIANA JOICE DE SOUZA PAES E GLÊNIO DE SOUZA OLIVEIRA RECORRIDA: VALESCA LUKIELY PAULA DA SILVA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id 23889970) interposto por LUCIANA JOICE DE SOUZA PAES E GLÊNIO DE SOUZA OLIVEIRA com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão da Primeira Câmara de Direito Privado assim ementado (id 8410696): "AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL – MEAÇÃO DE BENS – INSTRUMENTO DE ACORDO DE DISSOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL FORMALIZADO ENTRE AS PARTES – VALIDADE – MANIFESTAÇÃO DE VONTADE EXPRESSA QUE DEVE PREVALECER - AUSÊNCIA DE FILHOS ENTRE A RELAÇÃO CONJUGAL – SETENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. Havendo pactuação de acordo entre as partes conviventes da dissolução da união estável legalmente registrada em cartório e, assinado por testemunhas, antes do óbito de ambos, que comprova a data do início e termino da união e, não havendo vinculo hereditário e nem alimentar entre os ex-conviventes, não há direito a ser invocado". (TJMT – Primeira Câmara de Direito Privado – Apelação Cível n. 0012251-39.2015.8.11.0003, Relatora: Desª SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, j. em 25/06/2019). Opostos Embargos de Declaração (id 8544802), estes foram rejeitados no acórdão de id 20100477. Os Recorrentes alegam violação ao artigo 489, § 1º, do IV, do Código de Processo Civil, além de divergência jurisprudencial, "(...) ao argumento de que ao atribuir presunção de veracidade à instrumento particular, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso se olvidou da análise de todo o arcabouço probatório produzido durante a instrução processual perante o Primeiro Grau, e mais, quanto a forte argumentação dos Requerentes na exordial, alegações finais e contrarrazões, e ainda a fundamentação do Magistrado de Piso que sabidamente julgou procedente – parcialmente – ação". (id 23889970 - p. 8) Argumentam que "(...) restou omisso a decisão, ao menos, quanto a: § Ao fato de que ambos morreram em comoriência; § À Produção de prova testemunhal em audiência, que categoricamente asseverou quanto a ausência de separação de fato entre o casal; § documentos públicos (fls. 49) e declarações firmada em cartório por agente de saúde (Fls. 46) demonstrando de forma verossímil a realidade fática. § A linha cronológica fundamentada[1] na decisão de piso; § A exceção de contrato não cumprido prevista no Art. 476 do Código Civil, alegada nas contrarrazões". (id 23889970 - p. 8) Suscitam afronta ao artigo 1.725 do Código Civil, ao argumento de que "(...) ainda que se considerasse válido o termo que colocou fim à união estável, tal se daria apenas no que se refere às demais cláusulas, e não ao disposto na CLÁUSULA TERCEIRA, in verbis: 'cláusula terceira – Que o regime combinado foi o da separação total de bens, ou seja, todos e quaisquer bens móveis ou imóveis, diretos e rendimentos, adquiridos por qualquer dos CONVIVENTES durante a vigência da União Estável permanece com quem os adquiriu ou ganhou, não se comunicando com os bens da outra parte; os bens aquestos não se comunicarão'." Nessa linha, pontuam que "não há como se admitir validade à cláusula terceira do instrumento particular supostamente celebrado entre as partes, que estabelecia que seus efeitos retroagiriam ao período anterior à assinatura do instrumento, atribuindo efeitos ex tunc ao regime de bens pactuado". (id 23889970 - p. 12) Recurso tempestivo (id 24817455). Contrarrazões no id 25971588. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Da suposta violação ao artigo 489, § 1º, do IV, do CPC A partir da suposta ofensa ao artigo ao artigo 489, § 1º, do IV, do CPC, a Recorrente alega que ao atribuir presunção de veracidade a instrumento particular, o órgão julgador deixou de analisar todo o arcabouço probatório produzido durante a instrução processual, notadamente as argumentações na exordial, alegações finais e contrarrazões, e ainda a fundamentação do Juízo de primeiro grau. Argumenta que não foram analisados os seguintes fatos: a) ambos morreram em comoriência; b) a produção de prova testemunhal em audiência, que categoricamente asseverou quanto à ausência de separação de fato entre o casal; c) documentos públicos (fls. 49) e declarações firmadas em cartório por agente de saúde (Fls. 46) demonstrando de forma verossímil a realidade fática; d) a linha cronológica fundamentada na decisão de primeiro grau; e) a exceção de contrato não cumprido prevista no art. 476 do Código Civil, alegada nas contrarrazões. No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora, ainda que de forma sucinta, adotou fundamento suficiente para refutar as indigitadas alegações, como se observa da transcrição abaixo: "Diante as provas lançadas nos autos, tem-se que quando da comoriência os conviventes já se encontravam separados, pois a união pendurou tão somente de fevereiro de 2007 a junho de 2012, conforme vontade expressa manifestada em vida pelos falecidos, consubstanciada no instrumento Particular de Dissolução de Contrato de União Estável (doc II), onde houve a mútua vontade de se extinguir a união estável havida entre os de cujus e seus efeitos patrimoniais, facilmente se afere que não há direito a ser invocado pelos autores no que se refere a eventual partilha dos bens advindos desta união. (...) Assim, existindo nos autos

instrumento particular de dissolução de contrato de união estável (fls.131/133), no qual ficou acordado que o regime seria o de separação total de bens; bem como que a união teve término da data de 20/06/2012, não há como manter a r. sentença atacada, nem mesmo tornar-se de oficio nulo por estar revestido de legalidade e fé pública pelo Cartório do 2º Tabelionato da comarca de Rondonópolis/MT. Ademais, vale ressaltar que o acordo celebrado entre as partes falecidas está revestido de formalidade legal, incluindo a assinatura de testemunhas; portanto, tem-se como valido o acordo, inclusive quanto ao inviável reconhecimento do pretendido direito de meação dos bens descritos na inicial". (id 8410696 - p. 5/6) Diante desse quadro, não há evidência de violação ao artigo 489, § 1º, IV, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7 do STJ) Conforme o artigo 105, III, da CF, a competência do Superior Tribunal de Justiça restringe-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais e, consequentemente, não é possível o exame de matéria fático-probatória, o que inclui a interpretação de cláusulas contratuais, conforme prelecionam as Súmulas 5 e 7 do STJ. Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. INDENIZAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ). 2. Agravo interno a que se nega provimento". (AgInt no AREsp 927.217/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 14/12/2018). (g.n.) No caso, quanto à suposta violação ao artigo 1.725 do Código Civil, os Recorrentes asseveram que não há como se admitir validade à cláusula terceira do instrumento particular que colocou fim à união estável dos então conviventes, a qual estabelecia que seus efeitos retroagiriam ao período anterior à assinatura do instrumento, atribuindo efeitos ex tunc ao regime de bens pactuado. No entanto, para verificar a nulidade da indigitada cláusula, é necessário o reexame e a reinterpretação de prova documental, atraindo a aplicação do óbice sumular. A propósito: "RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATOS. OMISSÃO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SOLIDARIEDADE. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. CLÁUSULA PENAL. PRESENÇA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 5 DO STJ. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. MULTA. RECURSO PROCRASTINATÓRIO. NÃO INCIDÊNCIA. (...) 4. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo acerca da nulidade ou não da cláusula 5ª do contrato decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos, de modo que rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas e na interpretação do negócio jurídico contratual, o que é defeso nesta fase recursal, ante os óbices representados pelas Súmulas 5 e 7 do STJ. (...) 7. Agravo interno não provido". (AgInt no AgInt no AREsp 1460030/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar a interpretação de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VII

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007466-12.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIZANIA RAIMUNDA DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GEOVANNA KAROLYNNE RODRIGUES MONTEIRO DE OLIVEIRA OAB - MT25453-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) ELIZANIA RAIMUNDA DOS SANTOS para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023770-78.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIAL KUMBUCA DE CEREAIS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONI CEZAR CLARO OAB - MT20186-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTES GABOARDI LTDA - ME (APELADO)
TRANSPORTES RODOMARAJU LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCAS FERLA OAB - RS91291-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) TRANSPORTES GABOARDI LTDA - ME e outros para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-152 AÇÃO RESCISÓRIA
Processo Número: 1003654-39.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO)
MARCELO SALVI OAB - SC40989-O (ADVOGADO)
DARIEL ELIAS DE SOUZA OAB - MT11945-B (ADVOGADO)
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT13884-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE RAIMUNDO KLEIN (RÉU)
CLAUDIA KLEIN ZAIDEN DE BARROS (RÉU)
ROSELI MIRIAM KLEIN (RÉU)
MARCELO JOSE KLEIN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILSON MASSAIUKI SIO JUNIOR OAB - MT9661-A (ADVOGADO)
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG116521-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) JOSE RAIMUNDO KLEIN e outros (3) para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005577-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA (AGRAVANTE)
BOM JESUS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (AGRAVANTE)
AUTO POSTO TRANSAMERICA LTDA (AGRAVANTE)
BOA ESPERANCA AGROPECUARIA LTDA (AGRAVANTE)
ABJ COMERCIO AGRICOLA LTDA (AGRAVANTE)
AGROPECUARIA ARAGUARI LTDA (AGRAVANTE)
FAZENDA SAO BENEDITO LTDA (AGRAVANTE)
FAZENDA SAO MATEUS LTDA (AGRAVANTE)
W W AGROPECUARIA LTDA. (AGRAVANTE)
FAZENDA SAO JORGE LTDA (AGRAVANTE)
EDILENE PEREIRA MORAIS VIGOLO (AGRAVANTE)
GERALDO VIGOLO (AGRAVANTE)
FAZENDA SAO JOSE LTDA (AGRAVANTE)
NELSON JOSE VIGOLO (AGRAVANTE)
SEMEARE AGROPECUARIA LTDA (AGRAVANTE)
V. S. AGRICOLA E PECUARIA LTDA (AGRAVANTE)
ROSEMARI KONAGESKI VIGOLO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL LUIS THOMAZ BASTOS OAB - SP122443 (ADVOGADO)
IVO WAISBERG OAB - SP146176 (ADVOGADO)
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA OAB - SP248704 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO MOTTA DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO OLIVEIRA CASTRO OAB - MT9237-O (ADVOGADO)
LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO OAB - MT13700-O (ADVOGADO)
EMILIA CARLOTA GONCALVES VILELA OAB - MT13206-O (ADVOGADO)
GABRIELA BENINE SALICIO OAB - MTA0018244 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) LEANDRO MOTTA DA SILVA para, no

prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001546-28.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO JULIO DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT11551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALIVAL GOMES SILVA (APELADO)
ALIVAL GOMES SILVA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL DA COSTA GARCIA OAB - MT9478-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LORRAINE PEREIRA GOMES (TESTEMUNHA)
RODRIGO ALMEIDA DA SILVA (TESTEMUNHA)
MARILZA DIAS DA CRUZ (TESTEMUNHA) (TESTEMUNHA)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) ALIVAL GOMES SILVA - ME e outros para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0024097-23.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO OAB - MG103082-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEUSA ANTONIA RIBEIRO AZAMBUJA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA ANGHEBEN GUIRRO OAB - MT12480-O (ADVOGADO)
SANDRA MARIA LOURENCO PRIETO OAB - MT12383-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Recorrido(s) CLEUSA ANTONIA RIBEIRO AZAMBUJA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao Recurso Especial interposto(s).

Despacho Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005181-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IVONETE FERREIRA DE SOUZA (AGRAVANTE)
GILZA DARCY GONCALVES DE BASTOS SANTOS (AGRAVANTE)
LAZARA MARIA DE FREITAS (AGRAVANTE)
MARIA JOSE DE ALMEIDA PAULA (AGRAVANTE)
ALZIRA FERREIRA DE SOUZA (AGRAVANTE)
VAGNER ANTONIO DE PAULA (AGRAVANTE)
RICIDIR LIRANCO ARANTES (AGRAVANTE)
WALTERLEY DE SOUZA PAIVA (AGRAVANTE)
ELZA MARIA DE ARRUDA (AGRAVANTE)
SENHORA MARIA DA SILVA (AGRAVANTE)
ELIANE VICENCIA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
CIRENO VIANA (AGRAVANTE)
FRANCISCO SOARES CANDIAL (AGRAVANTE)
JONAS DE OLIVEIRA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
JOELSON SOARES DOURADO (AGRAVANTE)
ELISANGELA DE ARAUJO DE OLIVEIRA SANTOS (AGRAVANTE)
LUCILENE ALVES DE ALENCAR (AGRAVANTE)
ROSENI DE ALMEIDA SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO SOUZA GALVAO OAB - RS65378 (ADVOGADO)
TOMAS SOUZA GALVAO OAB - GO40095 (ADVOGADO)
TOMAS ESCOSTEGUY PETTER OAB - RS63931 (ADVOGADO)
MARCELO DOS REIS MARTELLI OAB - AL11821B (ADVOGADO)
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS S/A (AGRAVADO)
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (AGRAVADO)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (AGRAVADO)
BRADESCO SEGUROS S/A (AGRAVADO)
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANA DE ALMEIDA E SILVA OAB - PE21098 (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
DANIELA BENES SENHORA HIRSCHFELD OAB - SP171674-O (ADVOGADO)
JOSE ARMANDO DA GLORIA BATISTA OAB - SP41775-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial em Agravo de Instrumento n. 1005181-21.2019.8.11.0000 RECORRENTE ROSENI DE ALMEIDA SANTOS E OUTROS RECORRIDO SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS E OUTROS Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (ID 24785492) interposto por ROSENI DE ALMEIDA SANTOS E OUTROS, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado, conforme ementa de ID 11510970, encaminhado a esta Vice-Presidência para juízo de admissibilidade. Intimados para comprovarem a hipossuficiência (ID 25603951), a Recorrente manifestou-se conforme ID 27090970, juntado documento comprovando sua condição financeira (ID 27090971), bem como requerendo dilação do prazo por mais 15 (quinze) dias, a fim de trazer novos documentos, em razão do grande número dos Recorrentes. É o relatório. Assim, em atenção ao pleito de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, defiro o pedido de dilação de prazo, por 15 (quinze) dias, para que a parte Recorrente possa comprovar, de forma clara a hipossuficiência requerida. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. IX

Despacho Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1005773-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE COSTA ANUNCIACAO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

VICE-PRESIDÊNCIA PJE N. 1005773-65.2019.8.11.0000. RECORRENTE: MARLENE COSTA ANUNCIAÇÃO. RECORRIDO: ESTADO DE MATO GROSSO. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por MARLENE COSTA ANUNCIAÇÃO, requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Quanto ao pleito para a concessão dos benefícios da justiça gratuita postulada, observa-se que não há comprovação do alegado. Assim, intime-se a parte Recorrente para comprovar sua hipossuficiência financeira no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da gratuidade, conforme dispõe o artigo 99, § 2°, do CPC. Após, à conclusão. Cumpra-se. Publique-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VIII

Despacho Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003765-30.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS SANTOS MAGALHAES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ZILENE MARIA DO CARMO BISSOLLI OAB - MT17061-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO SANTOS MAGALHAES (APELADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial em Apelação Cível n. 0003765-30.2018.8.11.0013 RECORRENTE CARLOS SANTOS MAGALHÃES RECORRIDO JOÃO SANTOS MAGALHÃES Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (ID 27207950) interposto por CARLOS SANTOS MAGALHÃES, contra o acórdão da Primeira Câmara de Direito Privado, conforme ementa de ID 16999955, encaminhado a esta Vice-Presidência para juízo de admissibilidade. A controvérsia do Recurso consiste na alegação de que a posse exercida pelo Recorrido no imóvel sob litígio é precária e injusta,

uma vez que decorrente de contrato de comodato, referente ao imóvel denominado Sítio Estrela. A Secretaria certificou que "o Recorrente não efetuou o recolhimento das custas judiciais do Recurso Especial, em virtude do pedido de Justiça Gratuita no Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça" (ID 27264450). É o relatório. Assim, em atenção ao pleito de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, intime-se a parte Recorrente para comprovar, de forma clara a hipossuficiência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento dos benefícios da Justiça Gratuita, conforme dispõe o artigo 99, § 2°, do CPC. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. IX

Decisão do Vice-Presidente

Protocolo Número/Ano: 64859 / 2019

RAI AO STJ Nº 64859/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 97064/2016 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE SORRISO AGRAVANTE(S) - ARMAZENS GERAIS VEDANA LTDA E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). NOILVES VEDANA - OAB 11221-b/mt, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). RODRIGO CARVALHO DOS SANTOS - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 90014199)

Decisão: AGRAVANTE(S):
ARMAZENS GERAIS VEDANA LTDA E OUTRO(s)
AGRAVADO(S):
ESTADO DE MATO GROSSO
D E C I S Ã O Vistos, etc.Trata-se de Agravo ao Superior Tribunal de Justiça interposto por ARMAZENS GERAIS VEDANA LTDA E OUTRO(s) com fundamento no art. 1.042 do Código de Processo Civil contra decisão desta Vice-Presidência que negou seguimento ao Recurso Especial. Pois bem, nas razões do Recurso não se verificam as hipóteses de incidência do art. 1.042, § 2º, do CPC. Desse modo, mantenho a decisão agravada de fls. 866/867-TJMT, e determino a remessa dos autos ao STJ, conforme dispõe o art. 1.042, § 4º, do CPC.Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.XIX

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 69573 / 2019

REC. ESPECIAL Nº 69573/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 38263/2018 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL RECORRENTE(S) - UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (Advs: Dra. ANA PAULA SIGARINI GARCIA - OAB 10133/mt, Dr. FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO - OAB 7627-a/mt, Dr. JOAQUIM FELIPE SPADONI - OAB 6197/mt, Dr. JORGE LUIZ MIRAGLIA JAUDY - OAB 6735-O/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - FRANCISCO PINHEIRO MEDEIROS (Advs: Dr(a). ELIANETH GLÁUCIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO SILVA - DEFENSORA PÚBLICA - OAB 3.912/MT)

Decisão: Posto isso, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Cumpra-se.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 64308 / 2019

REC. ESPECIAL Nº 64308/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 112908/2014 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL RECORRENTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dra. MÁRCIA REGINA SANTANA DUARTE - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 3194/MT), RECORRIDO(S) - ANA LÚCIA DE CASTRO ÁVILA SANTOS E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). TATIANA BARBOSA FARIAS MACHADO - OAB 11120/mt, Dr(a). OUTRO(S))

Decisão: RECORRENTE(S):
ESTADO DE MATO GROSSO
RECORRIDO(S):
ANA LÚCIA DE CASTRO ÁVILA SANTOS E OUTRO(s)
Vistos, etc.Trata-se de Recurso Especial interposto por ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo assim ementado fl. 257-TJ: "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2001 - ABERTURA DE NOVO CONCURSO DURANTE A VALIDADE DO CERTAME ANTERIOR - EDITAL Nº 001/2002 - PRETERIÇÃO CONFIGURADA - RECURSO PROVIDO. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal "O acórdão recorrido está alinhado com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o mérito de tema com repercussão geral, RE 837.311-RG – Tema 784, sob a relatoria do Ministro Luiz Fux, reconheceu o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas previstas no edital, "quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração (...). (ARE 1036214 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 09/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-139 DIVULG 23-06-2017 PUBLIC 26-06-2017) (Apelação n. 112908/2014, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 27/02/2018 e Publicado em 08/03/2018) " A Recorrente alega que o acórdão violou o art. 1º do Decreto n. 20.910/32, uma vez que o direito dos Recorridos de questionar a continuação do certame foi extinto em 2006, após 05 anos do ato administrativo de exclusão dos mesmos do concurso público, ocorrendo a prescrição da pretensão.Assevera a não incidência do precedente do STJ, utilizado no acórdão.E por fim, aduz ofensa ao princípio da segurança jurídica.O Recurso é tempestivo conforme certidão de fl. 335-TJ.Os Recorridos apresentaram contrarrazões as fls. 350/383-TJ.É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivosNão foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC.Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Violação ao artigo 1º do Decreto n. 20.910/32. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJNos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça restringe-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, o que afasta o exame de matéria fático-probatória, conforme dispõe a sua Súmula 7/STJ.Ao apontar a violação ao artigo 1º do Decreto n. 20.910/32, o Recorrente sustenta que o direito dos Recorridos de questionar a continuação do certame foi extinto em 2006, após 05 anos do ato administrativo de exclusão dos mesmos do concurso público.No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre estes pontos, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai óbice da Súmula 7 do STJ.Nesse sentido:"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. NECESSIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. APURAÇÃO DA DEFASAGEM. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. 1. Não ocorreu omissão no aresto combatido, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. 2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, a fim de que se verifique a alegação da desnecessidade do processo de liquidação, tal como trazida a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 2. No mais, o aresto estadual não destoa da jurisprudência desta Corte, pois "o Superior Tribunal de Justiça possui farta jurisprudência no sentido de que a liquidação é fase do processo de cognição, só sendo possível iniciar a execução se o título, certo pelo trânsito em julgado da sentença de conhecimento, estiver líquido (cf. AgRg no AREsp 214.471/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 4/2/2013 (AgRg no AREsp 325.162/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/8/2013, DJe 30/8/2013)" (AgRg no REsp 1499557/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/2/2015, DJe 20/2/2015). 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1075329/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 15/08/2019)" Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ausência de prequestionamento. Súmulas 282 e 356 do STFCom o objetivo de evitar a supressão de Instância, nos termos do artigo 105, inciso III, da

Constituição Federal, para que o Superior Tribunal de Justiça tenha condições de reexaminar a controvérsia suscitada, é preciso que a questão tenha sido decidida em única ou última Instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal, ex vi Súmula 282/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".Ainda que, caso se conclua pela existência de omissão no julgado, para que a matéria seja considerada prequestionada, é imprescindível que sejam opostos Embargos de Declaração com a indicação precisa do ponto supostamente omisso, em aplicação da Súmula 356/STF – "O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". Nesse sentido:"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. INDIVISIBILIDADE DO IMÓVEL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS DOS AUTOS. SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 7 DO STJ. 1. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2. Para afastar o entendimento a que chegou a Corte de origem, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar a possibilidade de dividir o bem imóvel penhorado, como sustentado neste recurso especial, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em recurso especial, por óbice da Súmula 7/STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'. 3. Agravo interno a que se nega provimento". (AgInt no REsp 1760106/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018). Dessa forma, verifica-se que em relação à mencionada violação ao Princípio da Segurança Jurídica, essa questão não foi abordada pelo acórdão impugnado, e também não trazida quando opostos Embargos de Declaração, situação que obsta o seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça e impede a admissão do recurso. Posto isso, nego seguimento ao Recurso Especial.Publique-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS,Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.IV

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68735 / 2019

REC. ESPECIAL Nº 68735/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 75847/2015 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE SORRISO

RECORRENTE(S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Advs: Dr(a). NARA CAVALCANTI SELLMER - PROCURADORA FEDERAL - OAB 2140765), RECORRIDO(S) - WAGNER CONCEIÇÃO DE SOUZA (Advs: Dr. MAURÍCIO VIEIRA SERPA - OAB 12758/mt, Dr(a). OUTRO(S))

Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Publique-se. Cumpra-se.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68664 / 2019

REC. ESPECIAL Nº 68664/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 103983/2016 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE SORRISO

RECORRENTE(S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Advs: Dr(a). ADRIANO DE ÁVILA FURIATI - PROCURADOR FEDERAL - OAB 9001388), RECORRIDO(S) - ANTONIO CÍCERO DE SOUZA (Advs: Dr(a). KARINA WU ZORUB - OAB 11433-B/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Publique-se. Cumpra-se.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68677 / 2019

REC. ESPECIAL Nº 68677/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 109610/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

RECORRENTE(S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Advs: Dr(a). PAULO ALCEU DALLE LASTE - PROCURADOR FEDERAL - OAB 9001374), RECORRIDO(S) - ZILDA PEDRO (Advs: Dr(a). GRAZIELE PENACHIONI CLAUDINO - OAB 16305/mt, Dra. REGINA CÉLIA SABIONI LOURIMIER - OAB 9087/mt)

Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68686 / 2019

REC. ESPECIAL Nº 68686/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 92106/2016 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL

RECORRENTE(S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Advs: Dr(a). DAVI PEREIRA ALVES - PROCURADOR FEDERAL - OAB 90014194), RECORRIDO(S) - SÉRGIO VERÍSSIMO DA SILVA (Advs: Dr. NILSON MORAES COSTA - OAB 8349/mt, Dr(a). OUTRO(S))

Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68705 / 2019

REC. ESPECIAL Nº 68705/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 153475/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE CÁCERES

RECORRENTE(S) - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO NACIONAL - INSS (Advs: Dr(a). KATIELLE AUREA MORIS - PROCURADORA FEDERAL - OAB 18779/MT), RECORRIDO(S) - SERAPIÃO SANTANA DE ALMEIRA (Advs: Dr(a). RENATA FARIA DE OLIVEIRA VILELA - OAB 5433/mt, Dr(a). OUTRO(S))

Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Publique-se. Cumpra-se.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 64586 / 2019

REC. EXTRAORDINÁRIO Nº 64586/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 112908/2014 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL

RECORRENTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dra. MÁRCIA REGINA SANTANA DUARTE - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 3194/MT), RECORRIDO(S) - ANA LÚCIA DE CASTRO ÁVILA SANTOS E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). TATIANA BARBOSA FARIAS MACHADO - OAB 11120/mt, Dr(a). OUTRO(S))

Decisão: RECORRENTE(S):
ESTADO DE MATO GROSSO
RECORRIDO(S):
ANA LÚCIA DE CASTRO ÁVILA SANTOS E OUTRO(s)

Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo assim ementado fl. 257-TJ: "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2001 - ABERTURA DE NOVO CONCURSO DURANTE A VALIDADE DO CERTAME ANTERIOR - EDITAL Nº 001/2002 - PRETERIÇÃO CONFIGURADA - RECURSO PROVIDO. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal "O acórdão recorrido está alinhado com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o mérito de tema com repercussão geral, RE 837.311-RG – Tema 784, sob a relatoria do Ministro Luiz Fux, reconheceu o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas previstas no edital, "quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração (...). (ARE 1036214 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 09/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-139 DIVULG 23-06-2017 PUBLIC 26-06-2017) (Apelação n. 112908/2014, DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 27/02/2018 e Publicado em 08/03/2018) " O Recorrente sustenta a necessidade de reformar o acórdão recorrido para restabelecer a sentença, pois a retomada de um concurso vinte anos após sua anulação fere os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.O Recurso é tempestivo, fl. 340-TJ.Os Recorridos apresentaram contrarrazões as fls. 386/410-TJ.É o relatório. Decido. Da

necessidade de identificação do dispositivo legal violado. Súmula 284/STFSem a identificação precisa do dispositivo legal supostamente violado, ou objeto de dissídio jurisprudencial, fica prejudicada a análise da controvérsia, o que caracteriza deficiência de fundamentação, e atrai a aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.A propósito:"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE VIDA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ. 1. O conhecimento do recurso especial pelas alíneas 'a"'e 'c' do permissivo constitucional exige a indicação de qual ou quais os dispositivos de lei que supostamente teriam sido violados ou objeto de interpretação divergente entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF. Precedentes. 2. O Tribunal de origem, com base na análise do acervo probatório dos autos, concluiu que o segurado faz jus ao recebimento da indenização correspondente à cobertura securitária, por entender que a questão relativa ao pagamento da indenização de forma proporcional ao grau de invalidez do segurado, encontra-se tão somente nas condições gerais da apólice, da qual não há prova de que o autor, na condição de segurado, tomou conhecimento. Assim, para rever o entendimento do acórdão recorrido, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e reinterpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão das Súmulas 5 e 7 do STJ. Precedentes. 3. Agravo interno desprovido". (AgInt no AREsp 1220109/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018). In casu, não se demonstrou de forma individualizada e específica quais dispositivos de lei federal foram supostamente violados, o que faz incidir a Súmula 284/STF.Portanto, há que ser obstada a admissão recursal com base em qualquer das alíneas do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.Posto isso, nego seguimento ao Recurso Especial.Publique-se. Cumpra-se.Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.IV

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 138928 / 2016

REC. ESPECIAL Nº 138928/2016 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 63952/2016 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL

RECORRENTE(S) - BEATRIZ IRBER E OUTRO(s) (Advs: Dra. MÁRCIA NIEDERLE - OAB 10458/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MARILCI M. F. DE SOUZA COSTA E SILVA - PROC. ESTAD - OAB 4646)

Decisão: Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação. Publique-se. Cumpra-se.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 90931 / 2017

REC. ESPECIAL Nº 90931/2017 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 111449/2016 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL

RECORRENTE(S) - JOSÉ CARLOS ALBUÊS E OUTRO(s) (Advs: Dra. ANTONIO ALMIR MAZINI JUNIOR - OAB 21870/ MT, Dr(a). CAMILA SIRTOL PARREIRA - OAB 22.957/O, Dra. MÁRCIA NIEDERLE - OAB 10458/mt, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MARILCI M. F. DE S. COSTA E SILVA (PROC. ESTADO) - OAB 4646/mt)

Decisão: Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68363 / 2019

REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 68363/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 40356/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EMBARGANTE - TITO ELIAS BERNI E OUTRO(s) (Advs: Dr. BRUNO DEVESA CINTRA - OAB 14230/MT, Dr(a). PAULO CESAR CARMO DE OLIVEIRA - OAB 163319/SP), EMBARGADO - JOÃO IRINEU ARAÚJO CARNEIRO (Advs: Dr(a). SOLANGE CARNEIRO CAMPOS - OAB 10893/MT, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - ODIR SOUZA DE SOUZA E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). PAULO RICARDO PETERSEN DE SOUZA - OAB 69507-B/RS), EMBARGADO - ESPÓLIO DE OSMAR TELCK, REPRESENTADO POR DIVA ADAMI TELCK E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). ANDRE PERUZZOLO - OAB 143567-B/SP, Dr(a). RICARDO PORTUGAL GOUVEA - OAB 16235/SP, Dr(a). RODRIGO LICHS COELHO DE SOUZA - OAB 17750/SC, Dr(a). OUTRO(S))

Decisão: Razões estas postas, inexistindo o vício apontado no art. 1.022 do CPC, acolho os embargos opostos para tornar sem efeito a decisão de fl. 385/385v-TJ e determinar a conclusão do REsp n. 15300/2019, a fim de que seja feita a admissibilidade recursal. Publique-se. Cumpra-se.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE/RELATORA)

Protocolo Número/Ano: 105225 / 2017

REC. ESPECIAL Nº 105225/2017 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 25480/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL

RECORRENTE(S) - AMIL TEREZINHA OLIVEIRA DE ASSIS E SILVA E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). ANTONIO ALMIR MAZINI JUNIOR - OAB 21.870/O, Dr(a). CAMILA SIRTOL PARREIRA - OAB 22.957/O, Dra. MÁRCIA NIEDERLE - OAB 10458/mt, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). CLÁUDIA REGINA SOUZA RAMOS - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 900001327)

Decisão: Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação. Publique-se. Cumpra-se.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 65408 / 2017

REC. ESPECIAL Nº 65408/2017 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 151583/2016 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL

RECORRENTE(S) - DORACI MANTOVANI BATISTA E OUTRO(s) (Advs: Dra. MÁRCIA NIEDERLE - OAB 10458/MT), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. GERALDO DA COSTA RIBEIRO FILHO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 3234-B/MT)

Decisão: Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação. Publique-se. Cumpra-se.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 11671 / 2016

REC. ESPECIAL Nº 11671/2016 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 133579/2015 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL

RECORRENTE(S) - ADELAIDE EVANGELISTA DA GUIA E OUTRO(s) (Advs: Dra. MÁRCIA NIEDERLE - OAB 10458/mt), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. LUIS OTÁVIO TROVO MARQUES DE SOUZA - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 5266/MT)

Decisão: Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação.

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 165000 / 2015

REC. ESPECIAL Nº 165000/2015 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 120727/2015 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL

RECORRENTE(S) - CLEIDE BASILISIA DE FIGUEIREDO E OUTRO(s) (Advs: Dra. MÁRCIA NIEDERLE - OAB 10458/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. GERALDO DA

COSTA RIBEIRO FILHO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 3234-B/MT)
Decisão: Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 68696 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 68696/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) REMESSA NECESSÁRIA 32707/2017 - CLASSE: CNJ-199) COMARCA DE BARRA DO GARÇAS
RECORRENTE(S) - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL -INSS (Advs: Dr(a). DIEGO PEREIRA MACHADO - PROCURADOR FEDERAL - OAB 900001256), RECORRIDO(S) - VALDECIR BATISTA DOS SANTOS (Advs: Dr(a). FABIANA CARLA DE OLIVEIRA - OAB 16659/MT, Dr(a). OUTRO(S))
Decisão: Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Publique-se. Cumpra-se.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 74804 / 2019
REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 74804/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 141951/2015 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO
EMBARGANTE - CLEUSELI MISSASSI HELLER (Advs: Dr. IVAN CARLOS SANTORE - OAB 6170-b/mt), EMBARGADO - MINISTÉRIO PÚBLICO, INTERESSADO(S) - ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE PEIXOTO DE AZEVEDO E OUTRO(s) (Advs: Dr. IRINEU PAIANO FILHO - OAB 6097-a/mt)
Decisão: Posto isso, nego provimento aos Embargos de Declaração.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE/RELATORA)

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001274-34.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SERASA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
ERNESTO BORGES NETO OAB - MT8224-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JORGE DAVID GONZALEZ GALLARDO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILBERTO DE MORAES VIANA OAB - MT19177-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1001274-34.2016.8.11.0003 RECORRENTE: SERASA S.A. RECORRIDO: JORGE DAVID GONZALES GALLARDO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por SERASA S.A. com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Segunda Câmara de Direito Privado (ID 7794964): “RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO – ENVIO ENDEREÇO DIVERSO – FORNECIDO PELO CREDOR – NÃO DEMONSTRAÇÃO - DANO MORAL PURO – COMPENSAÇÃO DO ABALO SOFRIDO - DEVER DE INDENIZAR – SUCUMBÊNCIA INVERTIDA - SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO EM PARTE. O artigo 43, § 2.º, do Código de Defesa do Consumidor, dispõe que compete à entidade que mantém o cadastro, efetuar a notificação prévia do consumidor/devedor antes de proceder a inscrição. Não comprovada a prévia comunicação ao consumidor quanto a inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito em endereço fornecido pela empresa credora, é ilegal a negativação realizada, sendo passível de indenização por dano moral. A notificação ao consumidor deve ser enviada no endereço informado pelo credor, ausente essa comprovação afigura-se aleatório o endereço escolhido pelo órgão de proteção ao crédito para o envio da correspondência. O valor da indenização por dano moral deve ser fixado pelo julgador de modo a compensar a vítima pelo abalo sofrido, sem provocar seu enriquecimento ilícito e levando em conta de que deve ser adequado ao desestímulo da conduta ilícita, atento ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade.” (APELAÇAO CÍVEL 1001274-34.2016.8.11.0003, DES. SEBASTIAO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 29/05/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 11239980). Alega violação ao artigo 43, §2º, do CDC e divergência jurisprudencial, uma vez que o Recorrido foi previamente comunicado acerca da inscrição no cadastro de inadimplentes. Recurso tempestivo (ID 23282995). Sem contrarrazões (ID 27012485). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos O recurso especial discute questão relativa à necessidade de prévia notificação ao consumidor quanto à inclusão do seu nome em cadastro de inadimplente e que o descumprimento enseja a reparação ao dano moral advindo. A parte recorrente alega violação ao artigo 43, §2º, do CDC, ao argumento de que a notificação prévia da inscrição do nome do Recorrido no cadastro de inadimplentes foi encaminhada para endereço informado pela credora. O órgão fracionário deste Tribunal, conforme ementa acima transcrita, assim decidiu: “O apelante alega que a apelada incluiu o seu nome por duas vezes no cadastro de inadimplentes sem a comunicação prévia; informando inclusive, que as dívidas estão sendo discutidas nos autos próprios. Compulsando os autos observa-se que o endereço trazido na inicial é o seguinte: “Rua Evaristo Nunes Santana, nº 104, Res. Marechal Rondon, CEP 78.700-000”, enquanto o endereço da comunicação previa formulado pela apelada quanto a inscrição da negativação é: “R 30 9, QD 21 V 09, NUC HAB MAL RONDON - RONDONOPOLIS 78715-556 MT” (Id 7132111 – Pág. 4/5). (...) Sendo certo que, a apelada/requerida somente afastaria sua responsabilidade, caso comprovasse que o endereço errôneo ao qual foi enviada a notificação, fora fornecido pelo próprio credor associado. Todavia, é cediço que o banco de dados do SERASA é alimentado pelas empresas credenciadas, e não consumidores. Ou seja, o endereço a ser enviada a prévia notificação de negativação deve ser aquele apontado pelo credor que alimenta o banco de dados cadastrais da empresa. Nesse cenário fático, verifica-se que a empresa apelada não comprovou que o endereço ao qual enviou a prévia notificação fora fornecido pelo credor, sobretudo porque apenas colacionou etiqueta (print) de seu sistema interno, não apta a demonstrar que as informações ali existentes, teriam sido fornecidas pelo credor. Desse modo, conclui-se que o apelante não foi previamente notificado.” (ID 7794951). No julgamento do recurso paradigma (REsp n. 1.083.291/RS, Tema 59) o Superior Tribunal de Justiça concluiu que “o dever fixado no § 2º do art. 43 do CDC, de comunicação prévia do consumidor acerca da inscrição de seu nome em cadastros de inadimplentes, considera-se cumprido pelo Órgão de Manutenção do Cadastro com o envio de correspondência ao endereço fornecido pelo credor, sendo desnecessária a comprovação da ciência do destinatário mediante apresentação de Aviso de Recebimento”, consoante ementa a seguir transcrita: “Direito processual civil e bancário. Recurso especial. Inscrição em cadastro de proteção ao crédito. Prévia notificação. Desnecessidade de postagem da correspondência ao consumidor com aviso de recebimento. Suficiência da comprovação do envio ao endereço fornecido pelo credor. I- Julgamento com efeitos do art. 543-C, § 7º, do CPC. - Para adimplemento, pelos cadastros de inadimplência, da obrigação consubstanciada no art. 43, §2º, do CDC, basta que comprovem a postagem, ao consumidor, do correspondência notificando-o quanto à inscrição de seu nome no respectivo cadastro, sendo desnecessário aviso de recebimento. - A postagem deverá ser dirigida ao endereço fornecido pelo credor. II- Julgamento do recurso representativo. - A Jurisprudência do STJ já se pacificou no sentido de não exigir que a prévia comunicação a que se refere o art. 43, §2º, do CDC, seja promovida mediante carta com aviso de recebimento. - Não se conhece do recurso especial na hipótese em que o Tribunal não aprecia o fundamento atacado pelo recorrente, não obstante a oposição de embargos declaratórios, e este não veicula sua irresignação com fundamento na violação do art. 535

do CPC. Súmula 211/STJ. - O STJ já consolidou sua jurisprudência no sentido de que 'a ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43, §2º do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais, salvo quando preexista inscrição desabonadora regularmente realizada.' (Recurso Especiais em Processos Repetitivos nºs 1.061.134/RS e 1.062.336/RS) Não se conhece do recurso especial quando o entendimento firmado no acórdão recorrido se ajusta ao posicionamento do STJ quanto ao tema. Súmula n.º 83/STJ." Assim, ao analisar o acórdão recorrido, observa-se que este se encontra em conformidade com a orientação do STJ, pois o órgão fracionário deste Tribunal concluiu que a comunicação prévia do consumidor acerca da inscrição de seu nome em cadastro de inadimplente deve ser enviada ao endereço fornecido pelo credor, o que não foi demostrado no caso dos autos. Diante disso, em face da conformidade do acórdão impugnado com o julgamento do recurso paradigma (Tema 59) o recurso não comporta seguimento neste ponto. Superada a análise da aplicabilidade da sistemática dos recursos repetitivos, passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Ausência de identificação do dispositivo legal violado. Sem a identificação precisa do dispositivo legal supostamente violado, ou objeto de dissídio jurisprudencial, fica prejudicada a análise da controvérsia, o que caracteriza deficiência de fundamentação, e atrai a aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE VIDA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ. 1. O conhecimento do recurso especial pelas alíneas 'a"'e 'c' do permissivo constitucional exige a indicação de qual ou quais os dispositivos de lei que supostamente teriam sido violados ou objeto de interpretação divergente entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF. Precedentes. 2. O Tribunal de origem, com base na análise do acervo probatório dos autos, concluiu que o segurado faz jus ao recebimento da indenização correspondente à cobertura securitária, por entender que a questão relativa ao pagamento da indenização de forma proporcional ao grau de invalidez do segurado, encontra-se tão somente nas condições gerais da apólice, da qual não há prova de que o autor, na condição de segurado, tomou conhecimento. Assim, para rever o entendimento do acórdão recorrido, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e reinterpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão das Súmulas 5 e 7 do STJ. Precedentes. 3. Agravo interno desprovido". (AgInt no AREsp 1220109/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018). In casu, quanto à tese acerca da pretensão de exclusão ou redução do quantum indenizatório não se demonstrou de forma individualizada e específica quais dispositivos de lei federal foram supostamente violados, o que faz incidir a Súmula 284/STF e impede a admissão do recurso. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0055733-20.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ACOFER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON OAB - MT12099-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 0055733-20.2015.8.11.0041 RECORRENTE: ACOFER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. RECORRIDO: CLARO S.A. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por ACOFER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Privado, assim ementado (ID 20713985): "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – AQUISIÇÃO DE SETE LINHAS DE INTERNET MÓVEL COM VELOCIDADE 4G - MÁ PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – NÃO COMPROVAÇÃO –RESCISÃO UNILATERAL - INCIDÊNCIA DE MULTA – LEGALIDADE – DANOS MORAIS – NÃO CONFIGURAÇÃO - SENTENÇA MANTIDA - HONORÁRIOS RECURSAIS – ARBITRAMENTO - RECURSO NÃO PROVIDO. 'Mesmo em se tratando de responsabilidade objetiva, cabe ao autor comprovar o nexo de causalidade entre o dano e o serviço prestado pelo réu.' (AgRg no REsp 1293832/PR). Se a apelante não demonstra a falha na prestação dos serviços pela empresa de telefonia e rescinde o contrato de forma unilateral, incide por cancelamento. Reconhecida a regularidade das cobranças e o cabimento da multa contratual, inexiste o dever de indenização por danos morais. Ao julgar o Recurso, ao final não provido, o Tribunal deverá majorar a verba honorária anteriormente definida, levando em conta o trabalho adicional realizado nessa fase (art. 85, §11, do CPC)."(Apelação Cível 0055733-20.2015.8.11.0041, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 23/10/2019). Alega violação aos artigos 186, 187 e 927 do CC, artigo 51, I e VI, do CDC, artigo 369 do CPC, além de divergência jurisprudencial, tendo em vista a ocorrência de cerceamento de defesa e dano moral. Recurso tempestivo (ID 24796469). Contrarrazões (ID 27349486). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Ausência de prequestionamento. Súmulas 282 e 356 do STF. Com o objetivo de evitar a supressão de Instância, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, para que o Superior Tribunal de Justiça tenha condições de reexaminar a controvérsia suscitada, é preciso que a questão tenha sido decidida em única ou última Instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal, ex vi Súmula 282/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada". Ainda, que caso se conclua pela existência de omissão no julgado, para que a matéria seja considerada prequestionada, é imprescindível que sejam opostos Embargos de Declaração com a indicação precisa do ponto supostamente omisso, em aplicação da Súmula 356/STF – "O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". A propósito: "TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. INDIVISIBILIDADE DO IMÓVEL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS DOS AUTOS. SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 7 DO STJ. 1. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. 2. Para afastar o entendimento a que chegou a Corte de origem, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar a possibilidade de dividir o bem imóvel penhorado, como sustentado neste recurso especial, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em recurso especial, por óbice da Súmula 7/STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'. 3. Agravo interno a que se nega provimento". (AgInt no REsp 1760106/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018). Dessa forma, verifica-se que em relação à suposta violação ao artigo 369 do CPC, em que a parte recorrente alega ocorrência de cerceamento de defesa, tendo em vista a necessidade de prova testemunhal para comprovação da má prestação dos serviços prestados pela empresa recorrida (sinal de internet defeituoso e serviço pago e não disponibilizado), a questão não foi abordada pelo acórdão impugnado, tampouco foram opostos Embargos de Declaração para prequestionar a matéria, situação que obsta o seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça e impede a admissão do recurso neste ponto. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ. Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à

uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A partir da suposta violação aos artigos 186, 187 e 927 do CC e artigo 51, I e VI, do CDC a Recorrente sustenta a comprovação dos requisitos ensejadores da reparação civil e a impossibilidade de aplicação de multa pela rescisão contratual, tendo em vista a má prestação de serviço pela empresa recorrida. No acórdão impugnado ficou consignado que: "E mesmo que tivesse sido comprovado, a multa só não incidiria se houvesse uma nova contratação com a Claro, com continuidade dos serviços, o que não ocorreu, pois a apelante fez a avença com a empresa de telefonia concorrente. Ademais, o seu representante foi informado que receberia faturas com multas contratuais e parcelamentos dos equipamentos, mesmo assim prosseguiu com o rompimento antes do término do prazo de fidelidade, como se verifica no protocolo n. 2015701504813 (Id. 17764488). Nesse período, a apelante não podia simplesmente dar por rescindido o contrato e migrar para outra operadora sem ao menos notificar a empresa sobre a má qualidade dos seus serviços, ou no mínimo produzir provas consistentes a esse respeito (art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil). (...) No tocante aos danos morais, como não foi demonstrada a culpa da apelada e, por consequência, a relação de causa e efeito, não há o dever de indenizar, mesmo com o apontamento nos órgãos de proteção ao crédito, já que a cobrança do débito é legal." (ID 20713979) No entanto, para rever o entendimento firmado no aresto recorrido sobre este ponto, é necessário o exame dos fatos e provas dos autos, o que atrai o óbice sumular acima mencionado, conforme preconiza o STJ: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LEILÃO. VÍCIO. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. VALOR ARBITRADO. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. (...) 2. Não há como rever as conclusões do tribunal de origem que resultam da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda em virtude da incidência da Súmula nº 7/STJ. (...) 4. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 1269094/PR, Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 01/03/2019). Dissídio Jurisprudencial Registre-se que está prejudicada a análise dos pressupostos de admissibilidade pertinentes à alínea "c" (artigo 105, III, CF), diante da aplicação do verbete sumular 7 do STJ. Nesse sentido é o Enunciado 31 do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil: "Reconhecida a aplicabilidade da Súmula 7 do STJ com relação ao requisito previsto na alínea 'a' do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, fica prejudicado o exame do dissídio jurisprudencial invocado com fundamento na alínea 'c' do mesmo dispositivo". (Enunciado nº 31 – CPVIP). A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO IRRISÓRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. (...) 4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude da aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto. 5. Recurso Especial não conhecido". (REsp 1765987/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013364-02.2013.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SAFRA S A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT45445-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDVANDE GONCALVES DE QUEIROZ (APELADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 0013364-02.2013.8.11.0002 RECORRENTE: BANCO SAFRA S/A RECORRIDO: EDVANDE GONÇALVES DE QUEIROZ Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por BANCO SAFRA S/A com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Privado, assim ementado (ID 11728976): "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE EXECUÇÃO – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – ARTIGO 485, III, DO CPC – ABANDONO DA CAUSA – EFETIVAÇÃO DA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO – INÉRCIA - SENTENÇA DE EXTINÇÃO CONFIRMADA – RECURSO DESPROVIDO. Correta a sentença que extinguiu o feito sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, III, do CPC, diante da inércia da parte autora que, mesmo intimada pessoalmente, para dar andamento na causa, não se pronunciou no prazo legal." (APELAÇÃO CÍVEL 001364-02.2013.8.11.0002, DES. JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 14/08/2019). Alega violação ao artigo 5º, LV, da CF, tendo em vista a ocorrência de cerceamento de defesa. Recurso tempestivo (ID 25473983). Sem contrarrazões (ID 24412463). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Violação da Constituição Federal. Via inadequada. Consoante os artigos 102, III e 105, III, ambos da Constituição Federal, é patente que a afronta a dispositivo constitucional não pode ser objeto de análise nesta via, sob pena de usurpação de competência do STF, uma vez que ao STJ cabe apenas pacificar a interpretação dada a dispositivo de lei federal. Confira-se: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, TIDOS POR VIOLADOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, NA VIA ESPECIAL, PELO STJ. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. (...) IV. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à impossibilidade de manifestação desta Corte, em sede de Recurso Especial, ainda que para fins de prequestionamento, a respeito de alegada violação a dispositivos da Constituição Federal. Precedentes. V. Embargos de Declaração rejeitados." (EDcl no AgInt no AREsp 1291936/PR, Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 25/02/2019). Assim, em relação à suposta violação ao artigo 5º, LV, da CF, o Recurso Especial constitui via inadequada para a análise da questão, o que obsta a sua admissão. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011588-60.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
ALAN ZABOT ANJOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA CRESTANI PALMA OAB - MT23195-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WANDERLEY FERNANDES RIBEIRO (APELADO)
DIEGO F. ROCHA & CIA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NAIARA CRISTINA TONETTA OAB - MT24068/O (ADVOGADO)
ITALO JORGE SILVEIRA LEITE OAB - MT10074-O (ADVOGADO)
JOSEMAR CARMERINO DOS SANTOS OAB - MT7072-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto nos autos da APELAÇÃO CÍVEL n. 0011588-60.2017.8.11.0055 Recorrente: ALAN ZABOT ANJOS Recorridos: WANDERLEY FERNANDES RIBEIRO E OUTRA Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto por ALAN ZABOT ANJOS com fundamento no artigo 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Segunda Câmara de Direito Privado, assim ementado (ID 7549588): "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE HONORÁRIOS DE CORRETAGEM – CONTRATO PREVISÃO –

CUMPRIMENTO POR PARTE DO CORRETOR – CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – FATO INCONTROVERSO – CLÁUSULAS CONTRATUAIS - MÉRITO - AÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA UM E EXCLUINDO OUTRO – AMBOS RESPONSÁVEIS – AMBOS DEVEM ARCAR COM SUA COTA PARTE – LIMITES DO PEDIDO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MAJORAÇÃO – INTERPRETAÇÃO DO § 11, DO ARTIGO 85, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Preliminar aventada pelo réu rejeitada, no mérito, dar guarida a pretensão do autor para julgar procedente a demanda, nos termos do pedido inicial. 1. Preliminar – Não há o que se falar em cerceamento de defesa quando o magistrado, fazendo suas razões de fato e de direito, julga o feito antecipadamente com base no em prova documental, isto é, quando não existindo controvérsia de fato, as cláusulas contratuais direcionam para determinar quem tem razão em relação aos fatos já comprovados. 2. Mérito – Prevendo o contrato o pagamento de comissão de corretagem e cumprido este por parte do Corretor, não há como albergar pretensão de não pagamento da obrigação contratual assumida por ambas as partes. Prevendo o contrato que, em caso de rescisão a corretagem é devida, o desajuste não é causa de eximir deste pagamento. Se as partes contratantes, buscando isentar de pagamento, anotam que o distrato se deu com convenção imotivada, isto não retira o direito do corretor em receber os honorários contratados e, neste aspecto, por simples hermenêutica, entende-se que ambos são responsáveis. 3. Procedente o mérito, atente-se ao que foi pedido na inicial, limites da lide e, desta forma, impõe-se a condenação de ambos os requeridos ao pagamento de sua cota parte em relação a culpa pela rescisão. No caso, 50% (cinquenta por cento) para cada réu. 4. A correção monetária, aplicando-se o INPC deverá ser a partir do ajuizamento da lide (Lei 6.899/81) e os juros de mora a partir da constituição em mora dos devedores, operada pela citação válida. A liquidação deve ser feita por simples cálculos aritméticos. 5. Os honorários, fixados inicialmente em primeiro grau em 10% (dez por cento), devem ser majorados, a títulos dos alcunhados honorários recursais, pelos serviços desempenhados pelo advogado depois da prolação da sentença". (TJMT, RAC 0011588-60.2017.8.11.0055, DES. SEBASTIAO DE MORAES FILHO, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 15/05/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 15069004). Recurso tempestivo (ID). O Recorrente apresentou seu recurso especial sem a comprovação do pagamento do preparo, conforme certidão de ID 24042478. Intimado para recolher o preparo na forma dobrada (artigo 1.007, §4º, do CPC), sob pena de deserção (ID 24978985), o Recorrente apresentou comprovante de recolhimento das custas judiciais na forma simples, conforme certidão ID 26544955. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Deserção. Nos termos do artigo 1.007, § 2º, do CPC, o não pagamento do preparo ou o pagamento parcial sem complementação, após a intimação da parte para regularização, conduz à deserção do recurso, obstando, assim, o seu seguimento. No caso, foi certificado no ID 24042478, que a interposição do recurso se deu sem o devido preparo e, embora intimado, o Recorrente não efetuou o seu recolhimento em dobro (ID 26544955), situação que inviabiliza o seguimento recursal. No mesmo sentido, já decidiu o STJ em situação semelhante, vejamos: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREPARO. IRREGULARIDADE.INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM DOBRO. ART. 1007, § 4º, DO CPC/2015.NÃO ATENDIMENTO. APLICAÇÃO DA PENA DE DESERÇÃO. 1. Nos termos do art. 1.007, § 4º, do CPC/2015, não havendo a comprovação do recolhimento do preparo no ato da interposição do recurso, o recorrente será intimado para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção. 2. No caso dos autos, a recorrente foi intimada para efetuar o recolhimento em dobro (fls. 170-174, e-STJ); porém, não cumpriu corretamente a determinação, tendo em vista que após o referido despacho juntou a guia do pagamento anterior e uma nova guia de pagamento na forma simples. 3. Recurso Especial não conhecido." (REsp 1754999/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 21/11/2018). "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREPARO. IRREGULARIDADE. INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO EM DOBRO. ART. 1007, § 4º, DO CPC/2015. NÃO ATENDIMENTO. APLICAÇÃO DA PENA DE DESERÇÃO. 1. Nos termos do art. 1.007, § 4º, do CPC/2015, não havendo a comprovação do recolhimento do preparo no ato da interposição do recurso, o recorrente será intimado para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção. 2. No caso dos autos, a recorrente foi intimada para efetuar o recolhimento em dobro (fls. 170-174,e-STJ); porém, não cumpriu corretamente a determinação, tendo em vista que após o referido despacho juntou a guia do pagamento anterior e uma nova guia de pagamento na forma simples. 3. Recurso Especial nãoconhecido."(REsp 1754999/GO, Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 21/11/2018). Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002092-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO)
VITORIA NASCIMENTO MOLINA OAB - MT24570-O (ADVOGADO)
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALERIO CESAR LENTCH PAWLINA (AGRAVADO)
KARINA ARAUJO PAWLINA (AGRAVADO)
FABIO MARGATO SALAZAR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JENNYFER MORAES DE LIMA OAB - MT22767-A (ADVOGADO)
MAYRA MORAES DE LIMA OAB - MT5943-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial 1002092-87.2019.8.11.0000 RECORRENTE: BANCO BRADESCO S/A RECORRIDOS: FÁBIO MARGATO SALAZAR E OUTROS Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por BANCO BRADESCO S/A com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Privado, assim ementado (ID 8392965): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – ALEGAÇÃO DE FALSIDADE DE ASSINATURA – ÔNUS DA PROVA – INCUMBÊNCIA A QUEM PRODUZIU O DOCUMENTO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 429, II DO NCPC (EQUIVALENTE AO ARTIGO 389, II, DO CPC/1973) – DECISÃO MANTIDA – AGRAVO DESPROVIDO. À luz do artigo 429, II, do NCPC, incumbe a quem produziu o documento em que se contesta a assinatura, a sua autenticidade." (N.U. 1002092-87.2019.8.11.0000, DES. SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 09/07/2019). Os Embargos de Declaração foram rejeitados (ID 19889480). Alega violação aos artigos 95, 429, I, e 1.022, II, III do CPC, uma vez que os ônus dos honorários periciais incumbem àquele que requereu a prova pericial. Recurso tempestivo (ID 25820957). Contrarrazões (ID 27632549 e 27112496). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos. Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, V, "a", do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Pressupostos satisfeitos. Ao apontar violação aos artigos 95 e 429, I, do CPC, o Recorrente alega que o suporte dos honorários periciais não deve ser imputado à instituição financeira, já que foram os Recorridos que pleitearam a realização de exame pericial, a fim de comprovar a falsidade do contrato que instruiu a Ação Monitória. Observa-se que houve o devido prequestionamento da matéria acima mencionada, o que impede a incidência das Súmulas 211 do STJ, 282 e 356 do STF. Além disso, a tese recursal não pretende alterar o quadro fático já reconhecido pelo acórdão, mas rever a moldura legal que lhe foi dada (não aplicação da Súmula 7 do STJ), não incidindo, também, no caso concreto, nenhuma outra súmula impeditiva. Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Em interpretação conjunta do artigo 1.034, parágrafo único, do CPC e Súmula 292/STF, fica dispensado o exame dos demais dispositivos supostamente violados. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de

Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1013324-33.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDO REIS PEREIRA DA MATA (AGRAVADO)
LUCINEIA BARBOSA DA SILVA (AGRAVADO)
WILSON ALBUQUERQUE LOUZADA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEAN DA SILVA MOREIRA OAB - MT17683-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Agravo Interno 1013324-33.2018.8.11.0000 AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ AGRAVADOS: FERNANDO REIS PEREIRA DA MATA E OUTROS AGRAVO INTERNO – DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL POR APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE RECURSOS REPETITIVOS – ART. 1.030, § 2º, DO CPC – NECESSIDADE DE EVIDENCIAR O DESACERTO DA DECISÃO IMPUGNADA – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DISTINÇÃO E/OU SUPERAÇÃO DO TEMA APLICADO – MESMOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NO RECURSO ESPECIAL – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – RECURSO IMPROVIDO. Nas razões do recurso deve ser impugnado precisamente o fundamento que dá sustentação à decisão recorrida, de modo a evidenciar o desacerto da decisão atacada, o equívoco na aplicação de precedente do STJ em recurso especial representativo da controvérsia, isto é, que o recurso paradigma não se aplica ao caso concreto ou que trata de posicionamento já ultrapassado, sob pena de violação ao princípio da dialeticidade (STJ, AgRg no AREsp 674.501/SP e AgRg no AREsp 88.007/SC). Agravo interno a que se nega provimento. Vistos, etc. Trata-se de Recurso de Agravo Interno interposto por MUNICÍPIO DE CUIABÁ contra a decisão que negou seguimento ao Recurso Especial por estar em consonância com a tese firmada sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 871/STJ). O Recorrente afirma não ser razoável que lhe seja imputado o pagamento dos honorários periciais, porquanto, na fase de liquidação de sentença, ainda não se pode afirmar que a parte autora/agravada possui valores a receber, em razão da existência de defasagem remuneratória. Desse modo, não há definição de quem foi o vencido ou o vencedor da demanda. Aduz que o ônus da perícia deve ser suportado pela parte que requereu, realizada pelo Poder Judiciário ou custeada pelo próprio Estado de Mato Grosso, não se podendo de atribuir o ônus do pagamento ao Recorrente. Pretende o provimento do Agravo e o seguimento do Recurso Especial. Recurso tempestivo (ID 23061997). Sem contrarrazões (ID 26794983). É o relatório. Decido. Consoante se verifica na decisão impugnada (ID 20767960) a Vice-Presidência negou seguimento ao Recurso Especial com base no entendimento sedimentado em recurso repetitivo identificado sob o Tema 871/STJ (REsp n. 1.274.466/SC). Consigne-se que, nos termos do 1.030, § 2º, do Código de Processo Civil, cabe Agravo Interno ao Tribunal local da decisão que nega seguimento a recurso especial com base na sistemática de recursos repetitivos. Confira-se: "Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá. I – negar seguimento:(...) b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos; (...) III – sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional;(...) § 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021". Por outro lado, na interposição de qualquer recurso, as respectivas razões devem impugnar precisamente o fundamento que dá sustentação à decisão atacada, tendo o recorrente o ônus de evidenciar o desacerto do decisum, pois, caso contrário, haverá violação ao princípio da dialeticidade. Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO COMBATIDA. ART. 932, III, DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE NÃO ATENDIDO. 1. Em que pese ao agravante ter sustentado a inaplicabilidade da Súmula 83/STJ por se tratar de recurso amparado na alínea 'a' do permissivo constitucional, a fundamentação expendida não foi apta a cumprir o requisito da dialeticidade. 2. Cabia ao recorrente indicar julgados contemporâneos ou supervenientes aos precedentes utilizados na decisão agravada, de modo a demonstrar que a matéria não seria pacífica naquele momento ou que estaria superada. Poderia ainda, se fosse o caso, demonstrar a existência de distinção do caso tratado nos autos. Precedentes. 3. O óbice contido na Súmula 83/STJ também se aplica aos recursos especiais interpostos com base na alínea 'a' do permissivo constitucional. Precedentes. 4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 827751/RS, Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/05/2019). Nesse contexto, na hipótese de agravo interno interposto com o objetivo de impugnar a decisão da Vice-Presidência que nega seguimento ao recurso especial com base na sistemática de recursos repetitivos, é imprescindível que se demonstre que os recursos paradigmas utilizados como fundamento não se aplicam ao caso concreto ou que se trata de posicionamento já ultrapassado. Como acima citado, a decisão recorrida negou seguimento ao Recurso Especial com base no entendimento sedimentado em recurso repetitivo identificado sob o Tema 871/STJ (REsp n. 1.274.466/SC), consoante se verifica do decisum, in verbis: "Sistemática de recursos repetitivos – artigo 1.030, III, do CPC O Recorrente defende que a perícia determinada nos autos de origem deve ser arcada pelo Autor da ação, uma vez que o Município ainda não restou caracterizado como devedor. A questão abordada se encontra afetada pela sistemática de recursos repetitivos, sendo necessária a sua aplicação no caso. Nesse passo, o julgamento do recurso paradigma (REsp n. 1274466/SC, Tema 871) o Superior Tribunal de Justiça concluiu que: "RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PROCESSUAL CIVIL. TELEFONIA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ENCARGO DO VENCIDO. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: (1.1) 'Na liquidação por cálculos do credor, descabe transferir do exequente para o executado o ônus do pagamento de honorários devidos ao perito que elabora a memória de cálculos'. (1.2) 'Se o credor for beneficiário da gratuidade da justiça, pode-se determinar a elaboração dos cálculos pela contadoria judicial'. (1.3) 'Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento ou por artigos), incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais'. 2. Aplicação da tese 1.3 ao caso concreto. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO." (REsp 1274466/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 21/05/2014). Assim, ao analisar o acórdão recorrido, observa-se que este se encontra em conformidade com a orientação do STJ, pois, para este caso, referida corte entendeu que os honorários periciais devem ser suportados pelo devedor. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, e em face da conformidade do acórdão impugnado com o julgamento do recurso paradigma (Tema 871), este não merece ser admitido." (ID 20767960) Diante desse quadro, há violação ao princípio da dialeticidade, pois não foi evidenciado o desacerto da decisão da Vice-Presidência, mas apenas reiterado as razões do Recurso Especial que impugna o julgamento do acórdão recorrido. Ante o exposto, nego provimento ao Agravo Interno. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XI

Decisão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0016026-45.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSIMAR LOURENCO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL DA SILVA BARBOSA OAB - MT11510-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (ASSISTENTE)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

VICE-PRESIDÊNCIA RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NOS AUTOS DE APELAÇÃO N. 0016026-45.2015.8.11.0041. RECORRENTE: ESTADO DE MATO GROSSO. RECORRIDO: JOSIMAR LOURENÇO. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, assim ementado (id. 12237507-TJ): "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DE COBRANÇA – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – CONVERSÃO DA MOEDA DE CRUZEIRO REAL EM URV – PREJUDICIAL DE MÉRITO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - REJEITADA – SERVIDOR DO EXECUTIVO – DIREITO AO ACRÉSCIMO DA DIFERENÇA DECORRENTE DA CONVERSÃO DE VENCIMENTOS PARA URV – EXISTÊNCIA DE EFETIVA DEFASAGEM NA REMUNERAÇÃO E NO PERCENTUAL, BEM COMO REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA, A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO – INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – QUE OS ÍNDICES PARA ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO SEJAM FIXADO NA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA, OBSERVADO O QUE FOR DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO TEMA 810/STF – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DEFINIDOS QUANDO LIQUIDADA A SENTENÇA – RECURSO DO ESTADO DE MATO GROSSO – PARCIALMENTE PROVIDO – SENTENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA. 1. Tratando-se de parcelas de trato sucessivo, que se renova mês a mês, ocorre a prescrição apenas das prestações referentes ao quinquênio anterior à propositura da ação, conforme orientação consolidada na Súmula nº 85 do colendo Superior Tribunal de Justiça. 2. Os Tribunais Superiores já pacificaram entendimento de que os servidores públicos federais, estaduais ou municipais - inclusive do Poder Executivo - têm direito ao acréscimo da diferença decorrente da conversão de seus vencimentos para a Unidade Real de Valor - URV, nos moldes previstos na Lei 8.880/94, levando-se em conta a data do efetivo pagamento. (Ag 126295/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/12/2016, Publicado no DJE 16/12/2016) 3. Para a fixação do índice decorrente da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, deve ser considerada a reestruturação financeira da carreira, acaso ocorrida, consoante decidiu o Supremo Tribunal Federal: STF, Tribunal Pleno, RE 561836/RN, relator Ministro Luiz Fux, DJe 10/2/2014 (Apelação/Remessa Necessária 85268/2016, Rel. Des. Luiz Carlos da Costa, 4ª Câmara Cível, julgado em 19.07.2016). 4. Somente em liquidação de sentença por arbitramento poderá ser apurada a concreta existência de defasagem remuneratória, bem como o eventual índice, decorrente da utilização do método de conversão previsto na lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. 5. As verbas percebidas por servidores públicos resultantes da diferença apurada na conversão de suas remunerações da URV para o Real têm natureza salarial e, portanto, estão sujeitas à incidência de Imposto de Renda e de Contribuição Previdenciária. 6. Estabelecer que os índices para atualização do débito serão fixados na liquidação da sentença, observado o que vier a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema n. 810. (Apelação n. 0016026-45.2015.8.11.0041, DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 16/09/2019)." O recurso de Embargos de Declaração foi rejeitado (id. 23857475-TJ). O Recorrente alega violação aos artigos 189 do CC; 1º do Decreto n. 20.910/32 e Súmula 85 do STJ, aduzindo a prescrição das diferenças salariais resultantes da conversão a título de URV. Recurso tempestivo (id. 25566538-TJ). Contrarrazões no id. 27474467. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Da violação de súmula - Não cabimento (súmula 518/STJ) Com base na interpretação do artigo 105, III, da CF, pode-se afirmar que o Recurso Especial tem como finalidade impugnar decisões que: violem ou neguem vigência à lei federal; julguem válido ato de governo local contestado em face de lei federal ou que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal. Assim, não é cabível Recurso Especial contra decisão judicial que supostamente viole enunciado de Súmula do STJ, ex vi Súmula 518/STJ. Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. OFENSA A ENUNCIADO SUMULAR. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DE MÉRITO. NÃO CONHECIMENTO. 1. O Plenário do STJ decidiu que 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2). 2. O apelo nobre não constitui via adequada para a análise de eventual contrariedade a enunciado sumular, por não estar compreendido na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal - Súmula 518 do STJ. 3. Os dispositivos de lei federal tidos por violados no recurso especial não podem ser analisados, porquanto se referem à questão meritória do processo e este foi extinto pela decadência da ação. 4. Agravo interno desprovido". (AgInt no REsp 1629421/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 12/03/2019)". (AgRg no AREsp 426.471/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 09/09/2016). (g.n.)". Dessa forma, o Recurso Especial não é o meio adequado para impugnar o acórdão recorrido quanto à suposta contrariedade a Súmula 85 do STJ, o que obsta a sua admissão neste ponto. Da decisão em conformidade com o entendimento do STJ (Súmula 83 do STJ) A Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, o recorrente sustenta que as ações de cobrança da diferença resultante da conversão da moeda em URV estão prescritas, porquanto foram ajuizadas após 05 (cinco) anos da edição das leis de regência das carreiras dos servidores. No acórdão impugnado ficou consignado que (id. 16158995-TJ): "Desse modo, aos servidores que não recebiam seus vencimentos no último dia do mês, é possível a ocorrência de decréscimo relativo aos dias que não foram incluídos na correção, desde que não tenha sido corrigida a defasagem remuneratória. Por esta razão, a pretensão ao recálculo dos vencimentos com base na conversão correta em URV não se refere a pleito de aumento salarial, mas de aplicação de medida prevista em Lei Federal, que deveria ser observada por todas as pessoas jurídicas de direito público, ou seja, é aplicável tanto aos servidores federais quanto aos estaduais e municipais, inclusive do Poder Executivo. A propósito: RETRATAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR FORÇA DOS ARTIGOS 1.030, II, ALÍNEA 'B', E 1.036 AMBOS DO NCPC – APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – URV – DIREITO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO – MATÉRIA JÁ CONSOLIDADA – APURAÇÃO DA REAL DEFASAGEM E DO PERCENTUAL DE 11,98% EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO – ARTIGO 475-C DO CPC – PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO ESPOSADO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Os Tribunais Superiores já pacificaram entendimento de que os servidores públicos federais, estaduais ou municipais - inclusive do Poder Executivo - têm direito ao acréscimo da diferença decorrente da conversão de seus vencimentos para a Unidade Real de Valor - URV, nos moldes previstos na Lei 8.880/94, levando-se em conta a data do efetivo pagamento. O reconhecimento deste direito e da real existência de defasagem salarial, entretanto, não induz ao reconhecimento do direito ao percentual de 11,98%, indistintamente, devendo, portanto, ser o mesmo apurado em liquidação de sentença por arbitramento, em consonância com o entendimento firmado pelos tribunais superiores, afastando-se, assim, qualquer possibilidade de recebimento em dobro ou em percentual indevido. (Ag 126295/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/12/2016, Publicado no DJE 16/12/2016). [Destaquei] Portanto, os Servidores do executivo fazem jus à incorporação aos vencimentos dos valores devidos em virtude de erro na conversão de cruzeiros reais para Unidade Real de Valor (URV). Quanto à apuração do direito, o entendimento majoritário é no sentido de ser ele apurado mediante liquidação de sentença por arbitramento. Da Incorporação do Índice na Restruturação da Carreira e Apuração na Liquidação da Sentença Muito embora o Recorrente afirme que o percentual relativo à URV já teria sido aplicado à remuneração do servidor, não mais fazendo jus o Apelado ao direito de qualquer defasagem, entendo que não há como acolher o pedido, porquanto é impossível aferir se a reestruturação supriu, por completo, eventual defasagem, pois tal circunstância dependerá de cálculo a ser apurado em liquidação de sentença, principalmente porque o Apelante não comprovou a data do efetivo pagamento ao Apelado, a fim de confrontar se houve a quitação ou não das diferenças postuladas. Desse modo, se, após a liquidação por arbitramento, houver sido constatado que o Apelante efetuou, corretamente, a conversão dos Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor – URV, não será obrigado a fazê-lo novamente. O próprio STF

pronunciou em sede de Repercussão Geral (RE 561836, Relator Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-9-2013, que nem todo servidor sofreu a defasagem, e mesmo aos que sofreram o percentual é variável, ressaltando que o índice de 11,98% não é fixo, razão pela qual é necessária a liquidação de sentença por arbitramento para apurar a concreta existência desta defasagem, e, acaso existente, qual o índice devido, refletindo a modalidade mais eficaz, na hipótese, cujo limite máximo a ser alcançado é o percentual de 11,98%. A propósito: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte." (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014). [Destaquei] Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. [...] 2. Ainda que superado o referido óbice, o aresto recorrido não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que "somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa" (AgRg nos EDcl no REsp 1.237.530/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 29/05/2012, DJe 13/06/2012)". 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1564386/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 29/03/2016). [Destaquei] Além disso, ainda é preciso consignar que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração, deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. Desse modo, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, é na liquidação de sentença que deverá ser apurada a concreta existência da perda salarial e qual o índice devido, refletindo a modalidade mais eficaz, na hipótese, cujo limite máximo a ser alcançado é o percentual de 11,98%, como já afirmado alhures." Desse modo, deve ser aplicado o referido verbete sumular quanto à suposta afronta aos artigos 1º do Decreto nº 20.910/32 e 189 do Código Civil, visto que o entendimento exposto no acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação sedimentada no STJ. Por fim, consigne-se que, embora a Súmula n. 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. [...] 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido". (AgInt no AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.) Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. Maria Helena G. Póvoas, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VIII

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010460-47.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO EDUARDO JALLAGEAS ALCANTARA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA MARIA MANCOSO BAPTISTA OAB - MT3560-A (ADVOGADO)
MAURI CARLOS ALVES DE ALMEIDA FILHO OAB - MT9981-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial na Apelação Cível n. 1006255-89.2016.8.11.0041. RECORRENTE: HILTON FERNANDES DE CAMPOS. RECORRIDO: ESTADO DE MATO GROSSO. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por HILTON FERNANDES DE CAMPOS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, assim ementado (id. 1988745-TJ): "APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO DE COBRANÇA - DIFERENÇA SALARIAL –PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO - AFASTADA – MÉRITO CONVERSÃO ERRÔNEA DE CRUZEIROS REAIS EM URV - APURAÇÃO DO PERCENTUAL E DA OCORRÊNCIA DA EFETIVA DEFASAGEM EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - MATÉRIA PACIFICADA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DEFINIÇÃO QUANDO LIQUIDADO O JULGADO – ARTIGO 85§ 4º, INCISO II DO CPC - CORREÇÃO MONETÁRIA - IPCA-E - RECURSO DESPROVIDO E SENTENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA. 1. Quando há o reconhecimento de diferenças remuneratórias decorrentes da conversão da moeda, a prescrição atinge tão somente as parcelas anteriores aos 5 (cinco) anos que antecederam a data da propositura (Súmula 85 do STJ), por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, que se renova mês a mês. 2. Como nem todo servidor sofreu defasagem salarial, e até aqueles que sofreram, o percentual é variável, sendo necessária a liquidação de sentença para apuração do montante devido. 3. Não sendo líquida a sentença, a fixação do percentual dos honorários advocatícios somente ocorrerá quando liquidado o julgado, nos termos do artigo 85, §4º, inciso II do Código de Processo Civil. 4. Em relação a correção monetária incidente sobre as

condenações judiciais da Fazenda Pública, deve-se utilizar o IPCA-E, a partir de 25/03/2015, conforme entendimento exarado no Tema 810/STF. 5. Recurso desprovido. 6. Sentença parcialmente retificada.". (Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo – Apelação n. 1006255-89.2016.8.11.0041, Relatora: DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, j. em 14/05/2018). O Recorrente alega violação ao artigo 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09, além de divergência jurisprudencial, ao argumento de que a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, remete exclusivamente ao regime especial de pagamento de precatórios expedidos ou pagos até 25/03/2015, de modo que a referida modulação não se aplica aos processos em curso. Requer o provimento do recurso para que a correção monetária seja calculada com base no INPC até o advento da Lei n. 11/960/2009 (29/06/2009), e após pelo IPCA, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período. Recurso tempestivo. Contrarrazões no id. 2350415-TJ. Na decisão de id. 1253206-TJ foi determinado o sobrestamento do trâmite processual deste recurso, em virtude da interposição de Embargos de declaração nos paradigmas REsp's ns. 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS (Tema 905). É o relatório. Decido. Do não sobrestamento do feito Saliente-se, de início, que tanto os Embargos de Declaração opostos nos recursos repetitivos afetos ao Tema 905, como aqueles manejados RE 870.947/SE (Tema 810), nos quais determinou-se o sobrestamento deste recurso, já foram julgados, sendo rejeitados, concluindo-se pelo afastamento da pretendida modulação de efeitos da decisão anteriormente prolatada, mantendo-se incólume os acórdãos de mérito proferidos nos referidos paradigmas. Desse modo, em virtude da ausência de alteração do aresto meritório, já publicado, exsurge a possibilidade de os Tribunais aplicarem desde já as teses firmadas pelos Tribunais Superiores. Aliás, esse foi o entendimento da Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, quando do juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto contra o aresto proferido no paradigma REsp 1.492.221 – PR (Tema 905/STJ). Com efeito, constou da decisão, in verbis: "É certo que, na decisão de fls. 2139/2147, atribuí efeito suspensivo ao presente Recurso Extraordinário até a publicação do acórdão dos aclaratórios. Observo, porém, que os quatro embargos de declaração opostos pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) conjuntamente com a Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ), pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS, foram rejeitados, sem que houvesse a modulação de efeitos da decisão anteriormente prolatada, em julgamento havido na sessão do Supremo Tribunal Federal de 03/10/2019 (ata publicada em 18/10/2019). Em consequência, o acórdão de mérito manteve-se hígido, o que já autoriza os Tribunais do País a aplicarem a tese posta, tal qual decidiu o STF, no Plenário e nas Turmas". Aplicação da tese firmada nos paradigmas REsp's ns. 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS - Tema 905 do STJ Discute-se no presente recurso a aplicabilidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora. Conforme relatado, o Recorrente alega que a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, remete exclusivamente ao regime especial de pagamento de precatórios expedidos ou pagos até 25/03/2015, de modo que a referida modulação não se aplica aos processos em curso, não sendo possível, portanto, a utilização do índice oficial da remuneração básica da caderneta de poupança (TR) ao presente caso. Desse modo, requer o provimento do recurso para que a correção monetária seja calculada com base no INPC até o advento da Lei n. 11/960/2009 (29/06/2009), e após pelo IPCA, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período. A referida questão foi submetida a julgamento pelo STJ, sob o rito dos precedentes qualificados, nos REsp's ns. 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS (Tema 905), tendo sido fixada a tese de que "o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza". (g.n.) Ainda nessa linha, a Colenda Corte Superior firmou o posicionamento de que "o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário". (g.n.) Por outro lado, no tocante à alegada modulação de efeitos fixada nas ADI's 4.425/DF e 4.357/DF, foi fixada a tese de que "a modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório". (g.n.) Ademais, em Embargos de Declaração opostos no paradigma REsp 1.495.146/MG, julgado em 13/06/2018, concluiu-se pela inexistência de modulação dos efeitos das decisões proferidas ante a sistemática de precedentes qualificados (Tema 905), consoante se depreende da ementa abaixo transcrita: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS. 1. O aresto embargado contém fundamentação suficiente para demonstrar que 'a modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório'. Ressalte-se que a pendência de julgamento de embargos de declaração, apresentados nos autos do RE 870.947/SE, não implica a existência de vício no acórdão embargado. 2. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos. 3. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no REsp 1495146/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/2018, DJe 19/06/2018). Confira-se a íntegra da ementa do referido paradigma: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A CONDENAÇÃO JUDICIAL DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. " TESES JURÍDICAS FIXADAS. 1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza. 1.1 Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária. No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário. 1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão. A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório. 2. Juros de mora: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária. 3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação. 3.1 Condenações judiciais de

natureza administrativa em geral. As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E. 3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos. As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E. 3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas. No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital. 3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária. As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009). 3.3 Condenações judiciais de natureza tributária. A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de indébitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices. 4. Preservação da coisa julgada. Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressalvar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto. 'SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO. 5. No que se refere à alegada afronta aos arts. 128, 460, 503 e 515 do CPC, verifica-se que houve apenas a indicação genérica de afronta a tais preceitos, sem haver a demonstração clara e precisa do modo pelo qual tais preceitos legais foram violados. Por tal razão, mostra-se deficiente, no ponto, a fundamentação recursal. Aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'. 6. Quanto aos demais pontos, cumpre registrar que o presente caso refere-se a condenação judicial de natureza previdenciária. Em relação aos juros de mora, no período anterior à vigência da Lei 11.960/2009, o Tribunal de origem determinou a aplicação do art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (1%); após a vigência da lei referida, impôs a aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009). Quanto à correção monetária, determinou a aplicação do INPC. Assim, o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação acima delineada, não havendo justificativa para reforma. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ". (REsp 1492221/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 20/03/2018). (g.n.) Adentrando ao caso concreto, verifica-se que a Câmara julgadora consignou que "(...)Diante disso, firmou-se entendimento no sentido de aplicar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, a partir de 25 de março de 2015, consoante modulação dos efeitos das decisões proferidas nas ADI's 4.357/DF e 4.425/DF.". (id. 651205-TJ). Assim, observa-se que o aresto recorrido aparenta estar em dissonância com o posicionamento fixado no paradigma REsp 1.492.221–PR (Tema 905), segundo o qual, nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, não é possível a utilização de índice oficial de remuneração da caderneta de poupança na correção monetária, bem como que se mostra descabida a modulação de efeitos fixada nas ADI's 4.425/DF e 4.357/DF em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório. Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. VIII

Decisão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1002421-78.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
EDIL DA SILVA LEITE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDIL DA SILVA LEITE (APELADO)
MUNICÍPIO DE CUIABÁ (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto no Recurso de Apelação Cível / Reexame Necessário n. 1002421-78.2016.8.11.0041 RECORRENTE(S): EDIL DA SILVA LEITE RECORRIDO(S): MUNICÍPIO DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id. 813299) interposto por EDIL DA SILVA LEITE, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, assim ementado (id. 772466): "RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL COM REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DE COBRANÇA – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – CONVERSÃO DA MOEDA DE CRUZEIROS REAIS EM URV – PRELIMINAR – CERCEAMENTO DE DEFESA –AUSÊNCIA DE PROVA – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – PROVA DOCUMENTAL – SUFICIÊNCIA – PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO E PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PREJUDICIAIS DE MÉRITO AFASTADAS – SERVIDOR DO EXECUTIVO – DIREITO AO ACRÉSCIMO DA DIFERENÇA DECORRENTE DA CONVERSÃO DE VENCIMENTOS PARA URV – ARTIGO 168 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEFINIDOS QUANDO LIQUIDADA A SENTENÇA – JUROS MORATÓRIOS – INSERIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO, COM OS ÍNDICES OFICAIS DE REMUNERAÇÃO BÁSICA E JUROS APLICADOS À CADERNETA DE POUPANÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA – APLICAÇÃO PELO INPC ATÉ O ADVENTO DA LEI Nº 11.960/2009 – EXISTÊNCIA DE EFETIVA DEFASAGEM NA REMUNERAÇÃO E NO PERCENTUAL, BEM COMO REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA, A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO – INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – RECURSO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO – RECURSO DO MUNICÍPIO PARCIALMENTE PROVIDO – SENTENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA. 1. O juiz tão somente deferirá as provas necessárias à instrução do processo, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil. Assim, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da lide, inexiste cerceamento de defesa (Apelação / Reexame Necessário 95432/2014, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/05/2015, Publicado no DJE 22/05/2015). 2. Não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação nas demandas onde se postula diferenças salariais, referentes à conversão de cruzeiros reais para URV, conforme dispõe a Súmula nº. 85 do STJ. 3. Tratando-se de parcelas de trato sucessivo, que se renova mês a mês, ocorre a prescrição apenas das prestações referentes ao quinquênio anterior à propositura da ação, conforme orientação consolidada na Súmula nº 85, do Colendo Superior Tribunal de Justiça. 4. Os Tribunais Superiores já pacificaram entendimento de que os servidores

públicos federais, estaduais ou municipais - inclusive do Poder Executivo - têm direito ao acréscimo da diferença decorrente da conversão de seus vencimentos para a Unidade Real de Valor - URV, nos moldes previstos na Lei 8.880/94, levando-se em conta a data do efetivo pagamento. (Ag 126295/2015, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/12/2016, Publicado no DJE 16/12/2016) 5. Para a fixação do índice decorrente da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, deve ser considerada a reestruturação financeira da carreira, acaso ocorrida, consoante decidiu o Supremo Tribunal Federal: STF, Tribunal Pleno, RE 561836/RN, relator Ministro Luiz Fux, DJe 10/2/2014. Recurso provido em parte. Sentença ratificada nos seus demais termos. (Apelação/Remessa Necessária nº 85268/2016, Rel. Des. Luiz Carlos da Costa, 4ª Câmara Cível, julgado em 19.7.2016). 6. Somente em liquidação de sentença por arbitramento poderá ser apurada a concreta existência de defasagem remuneratória, bem como o eventual índice, decorrente da utilização do método de conversão previsto na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. 7. As verbas percebidas por servidores públicos resultantes da diferença apurada na conversão de suas remunerações da URV para o Real têm natureza salarial e, portanto, estão sujeitas à incidência de Imposto de Renda e de Contribuição Previdenciária. 8. Aplica-se à correção monetária o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, desde o momento em que as parcelas deveriam ser pagas até o advento da Lei nº. 11.960/2009, que deu nova redação ao artigo 1º-F da Lei nº. 9.494/1997, e, após, os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. 9. Sobre os possíveis valores encontrados, incidirão juros moratórios serão inseridos a partir da citação, com os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados a caderneta de poupança, conforme os termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. 10. O art. 85 do novo CPC, em vigor desde 18/3/2016, em seus parágrafos 3º e 4º, que trata da condenação em honorários quando for vencida a Fazenda Pública, determina que, não sendo líquida a sentença, a definição do percentual, nos termos previstos nos incisos I a V, somente ocorrerá quando liquidado o julgado." (TJMT. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL / REEXAME NECESSÁRIO 1002421-78.2016.8.11.0041. RELATORA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS. PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO. Julgado em 05/06/2017. Publicado em 27/06/2017). A Recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação ao artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, ao argumento de que a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 1º-F da lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, remete exclusivamente ao regime especial de pagamento de precatórios expedidos ou pagos até 25/03/2015, de modo que a referida modulação não se aplica aos processos em curso. Requer o provimento do recurso para que a correção monetária seja calculada com base no INPC até o advento da Lei n. 11/960/2009 (29/06/2009), e após pelo IPCA, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período. Recurso tempestivo, visto que o acórdão foi publicado em 27/06/2017 (id. 307088), e o recurso protocolizado em 30/06/2017 (id. 813299). Isento de preparo em razão da concessão dos benefícios da Justiça Gratuita (id. 151963). Contrarrazões no id. 1070934 e id. 1070949. No id. 2182962, foi determinado o sobrestamento do trâmite processual deste recurso, em virtude do efeito suspensivo concedido nos autos dos Embargos de Declaração opostos no paradigma RE 870.947/SE (Tema 810). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Do não sobrestamento do feito Saliente-se, de início, que os Embargos de Declaração opostos no RE 870.947/SE (Tema 810), processado perante a sistemática de precedentes qualificados, nos quais determinou-se o sobrestamento deste recurso, já foram julgados, sendo rejeitados, concluindo-se pelo afastamento da pretendida modulação de efeitos da decisão anteriormente prolatada, mantendo-se incólume o acórdão de mérito proferido no indigitado paradigma. Desse modo, em virtude da ausência de alteração do aresto meritório, já publicado, exsurge a possibilidade de os Tribunais aplicarem desde já as teses firmadas pelos Tribunais Superiores. Aliás, esse foi o entendimento da Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, quando do juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto contra o aresto proferido no paradigma REsp 1.492.221 – PR (Tema 905/STJ). Com efeito, constou da decisão, in verbis: "É certo que, na decisão de fls. 2139/2147, atribuí efeito suspensivo ao presente Recurso Extraordinário até a publicação do acórdão dos aclaratórios. Observo, porém, que os quatro embargos de declaração opostos pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) conjuntamente com a Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ), pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS, foram rejeitados, sem que houvesse a modulação de efeitos da decisão anteriormente prolatada, em julgamento havido na sessão do Supremo Tribunal Federal de 03/10/2019 (ata publicada em 18/10/2019). Em consequência, o acórdão de mérito manteve-se hígido, o que já autoriza os Tribunais do País a aplicarem a tese posta, tal qual decidiu o STF, no Plenário e nas Turmas". Aplicação da tese firmada nos paradigmas REsp's ns. 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS - Tema 905 do STJ Discute-se, no presente recurso, a aplicabilidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora. Conforme relatado, a Recorrente alega que a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, remete exclusivamente ao regime especial de pagamento de precatórios expedidos ou pagos até 25/03/2015, de modo que a referida modulação não se aplica aos processos em curso, não sendo possível, portanto, a utilização do índice oficial da remuneração básica da caderneta de poupança (TR) ao presente caso. Desse modo, requer o provimento do recurso para que a correção monetária seja calculada com base no INPC até o advento da Lei n. 11/960/2009 (29/06/2009), e após pelo IPCA, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período. A referida questão foi submetida a julgamento pelo STJ, sob o rito dos precedentes qualificados, nos REsp's ns. 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS (Tema 905), tendo sido fixada a tese de que "o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza". (g.n.) Ainda nessa linha, a Colenda Corte Superior firmou o posicionamento de que "o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário". (g.n.) Por outro lado, no tocante à alegada modulação de efeitos fixada nas ADI's 4.425/DF e 4.357/DF, foi fixada a tese de que "a modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório". (g.n.) Ademais, em Embargos de Declaração opostos no paradigma REsp 1.495.146/MG, julgado em 13/06/2018, concluiu-se pela inexistência de modulação dos efeitos das decisões proferidas pela sistemática de precedentes qualificados (Tema 905), consoante se depreende da ementa abaixo transcrita: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS. 1. O aresto embargado contém fundamentação suficiente para demonstrar que 'a modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório'. Ressalte-se que a pendência de julgamento de embargos de declaração, apresentados nos autos do RE 870.947/SE, não implica a existência de vício no acórdão embargado. 2. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos. 3. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no REsp 1495146/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/2018, DJe

19/06/2018). Confira-se a íntegra da ementa do referido paradigma: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A CONDENAÇÃO JUDICIAL DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. " TESES JURÍDICAS FIXADAS. 1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza. 1.1 Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária. No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário. 1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão. A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório. 2. Juros de mora: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária. 3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação. 3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral. As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E. 3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos. As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E. 3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas. No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital. 3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária. As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009). 3.3 Condenações judiciais de natureza tributária. A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de indébitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices. 4. Preservação da coisa julgada. Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressalvar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto. 'SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO. 5. No que se refere à alegada afronta aos arts. 128, 460, 503 e 515 do CPC, verifica-se que houve apenas a indicação genérica de afronta a tais preceitos, sem haver a demonstração clara e precisa do modo pelo qual tais preceitos legais foram violados. Por tal razão, mostra-se deficiente, no ponto, a fundamentação recursal. Aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'. 6. Quanto aos demais pontos, cumpre registrar que o presente caso refere-se a condenação judicial de natureza previdenciária. Em relação aos juros de mora, no período anterior à vigência da Lei 11.960/2009, o Tribunal de origem determinou a aplicação do art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (1%); após a vigência da lei referida, impôs a aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009). Quanto à correção monetária, determinou a aplicação do INPC. Assim, o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação acima delineada, não havendo justificativa para reforma. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ". (REsp 1492221/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 20/03/2018). (g.n.) Adentrando ao caso concreto, verifica-se que a Câmara julgadora consignou que "enquanto o pleno do STF não decide a questão versada no mencionado Recurso Extraordinário, alinho-me ao entendimento desta egrégia Terceira Câmara de Direito Público, no sentido de aplicar para a correção monetária o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, desde o momento em que as parcelas deveriam ser pagas até o advento da Lei nº. 11.960/2009, que deu nova redação ao artigo 1º-F da Lei nº. 9.494/1997, quando então passarão a incidir os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança." (id. 737060). Assim, observa-se que o aresto recorrido aparenta estar em dissonância com o posicionamento fixado no paradigma REsp 1.492.221–PR (Tema 905), segundo o qual, nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, não é possível a utilização de índice oficial de remuneração da caderneta de poupança na correção monetária, bem como que se mostra descabida a modulação de efeitos fixada nas ADI's 4.425/DF e 4.357/DF em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório. Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005389-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PEROLA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (AGRAVANTE)
RONDISBEL RONDONOPOLIS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS PINTO PAIXAO OAB - PR18115-A (ADVOGADO)
RAIMAR ABILIO BOTTEGA OAB - MT3882-O (ADVOGADO)
HENRIQUE REZENDE IUNES DE SOUSA OAB - MT12867-O (ADVOGADO)
FRANCISCO DE CARVALHO OAB - MT1792-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LIVIA GONCALVES PINHO PIANA DE FARIA OAB - MG106880 (ADVOGADO)
JULIANA CORDEIRO DE FARIA OAB - MG63427 (ADVOGADO)
FERNANDA THEODORO GOMES OAB - MT16018-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
WANDERLEY FERREIRA BENITES (TERCEIRO INTERESSADO)
ARTICA DIST. DE BEBIDAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):

MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto no Recurso de Agravo de Instrumento n. 1005389-05.2019.8.11.0000 RECORRENTE(S): RONDISBEL – RONDONÓPOLIS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA E OUTRA RECORRIDO(S): COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id. 21464456) interposto por RONDISBEL – RONDONÓPOLIS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA E OUTRA, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Privado, assim ementado (id. 9511454): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA – PERITO JUDICIAL – DESÍDIA EM RESPONDER OS QUESITOS SUPLEMENTARES – NOMEAÇÃO DE NOVO PROFISSIONAL – POSSIBILIDADE – MANUTENÇÃO DO LAUDO JÁ APRESENTADO – RECURSO PROVIDO. "É possível a substituição dos peritos no curso de perícia se isso for necessário para a lisura da prova e do processo, mesmo que apenas para esclarecimentos suplementares. Os trabalhos inicialmente elaborados podem ser considerados válidos, apesar de incompletos, ensejando a nomeação de novo profissional somente para complementá-los." (AgInt no AREsp 629.939/RJ)." (TJMT. AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 1005389-05.2019.8.11.0000. RELATOR DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO. QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Julgado em 24/07/2019). Opostos Embargos de Declaração (id. 10918454) pelo Recorrente, decidiu-se, in verbis (id. 17908495): "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA – ERRO MATERIAL – EXISTÊNCIA – VÍCIO SANADO – INSURGÊNCIA CONTRA INTERPRETAÇÃO DADA A ARTIGO DO CPC - PROPÓSITO DE MODIFICAR O JULGADO – VIA INADEQUADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. O erro material existente no acórdão deve ser sanado para fazer constar o correto resultado do julgamento. A irresignação com a interpretação dada pelo julgador a artigo de lei não autoriza ingressar com Embargos de Declaração, pois deixa evidente o propósito de modificar o aresto, o que é vedado nesta via." (TJMT. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 1005389-05.2019.8.11.0000. RELATOR DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO. QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Julgado em 02/10/2019. Publicado em 04/10/2019). As Recorrentes alegam, além de divergência jurisprudencial, violação aos artigos 370 e 371 do CPC, ao argumento de que caberia apenas ao juízo da causa decidir sobre eventual nomeação de novo perito, posto que é o destinatário da prova, sendo indevida a determinação da substituição do especialista pelo Tribunal, em sede de Agravo de Instrumento. Efeito suspensivo indeferido no id. 22386482. Recurso tempestivo (id. 21627511) e devidamente preparado (id. 21706961). Contrarrazões no id. 21706961. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso. Por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, portanto, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Com essas considerações, passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Reexame de matéria fática. Súmula 7 do STJ Nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das Leis Federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. No caso dos autos, ao apontar a contrariedade aos artigos 370 e 371 do CPC, as Recorrentes alegam que, por ser o destinatário da prova, caberia apenas ao juízo da causa decidir sobre eventual destituição do perito, sendo indevida a determinação da substituição do especialista pelo Tribunal, em sede de Agravo de Instrumento. Quanto ao ponto, consignou-se no acórdão recorrido (id. 8492890): "Há, todavia, uma particularidade: A desídia do perito se deu, não por ocasião da elaboração de seu laudo, mas, em vez disso, no momento em que se solicitaram esclarecimentos adicionais." Por essa razão, este caso comporta a mesma solução daquele, ou seja, a destituição do perito, pois aqui, ele mesmo afirmou que seu trabalho estaria encerrado, chegando a fazer juízo de valor sobre os quesitos da parte, não os respondendo e ainda os desprezando, mostrando-se claramente desidioso, além da alta complexidade do processo. Contudo, como nesta demanda o que motiva a destituição é a ineficiência para responder os quesitos suplementares, uma vez que o laudo precisa de esclarecimentos, importante registrar a aplicação do citado §3º do art. 480 do CPC, mantendo-se a análise técnica fornecida, que poderá ser apreciada pelo magistrado quando for proferir a sentença, mas há necessidade de que outro profissional seja designado para que a prova alcance seu objetivo de elucidar os fatos e subsidiar a decisão.." (g.n.) Assim, infirmar a conclusão do Tribunal de Origem quanto à substituição do perito demandaria o reexame dos fatos e provas dos autos, atraindo o óbice sumular acima mencionado. A propósito, segue entendimento jurisprudencial que, mutatis mutandis, amolda-se ao caso em exame: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SUBSTITUIÇÃO DE PERITO. HIPÓTESES NÃO VERIFICADAS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Concluindo as instâncias de cognição pela desnecessidade de substituição do perito quando inexistente indício de suspeição e impedimento do profissional nomeado e não configuradas as hipóteses de substituição previstas no art. 468 do CPC/2015, escapa o reexame da questão da competência desta Corte Superior, haja vista a incidência do óbice da Súmula nº 7/STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1154937/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 12/03/2018)." Registre-se que está prejudicada a análise dos pressupostos de admissibilidade pertinentes à alínea "c" do artigo 105, III da Constituição Federal, diante da aplicação do verbete sumular 7 do STJ. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO IRRISÓRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. (...) 3. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme sua Súmula 7: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial'. 4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude da aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto. 5. Recurso Especial não conhecido". (REsp 1765987/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009887-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ERLIDA GUCIONE NORBERTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMIZAEL JOSE CANDIDO OAB - MT23138-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CUIABA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO)
KAMILA MICHIKO TEISCHMANN OAB - MT16962-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto no Agravo de Instrumento n. 1009887-47.2019.8.11.0000 RECORRENTE(S): ERLIDA GUCIONE NORBERTO RECORRIDO(S): ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CUIABÁ Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id. 21478992) interposto por ERLIDA GUCIONE NORBERTO, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Privado, assim ementado (id. 17946953): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS – QUEDA DE MACA NO CENTRO CIRÚRGICO – FRATURAS NA FACE, PERDA ÓSSEA DE MANDÍBULA E DE DENTIÇÃO – TRATAMENTO RESTAURADOR E PENSÃO MENSAL – TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA – ARTIGO 300 DO CPC – REQUISITOS PRESENTES – DECISÃO MANTIDA – PAGAMENTO

POSTULADO EM MEIO SALÁRIO MÍNIMO – INTERLOCUTÓRIA ULTRA PETITA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC, cabe a concessão de tutela de urgência para determinar o custeio de tratamento restaurador e pensão mensal temporária a paciente que não foi adequadamente assistida e sofreu queda da maca no centro cirúrgico e, por consequência, fraturas na face, perda óssea de mandíbula e de dentição. O juiz tem de ater-se às pretensões deduzidas pelas partes, por força do princípio da adstrição ou da congruência entre o pedido e a decisão (arts. 141 e 492 do CPC), que, caso contrário, será citra, ultra ou extra petita. Se concedeu direito além do que foi demandado, deve ser reformada para ajustar-se aos limites da causa." (TJMT. AGRAVO DE INSTRUMENTO 1009887-47.2019.8.11.0000. RELATOR DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO. QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Julgado em 02/10/2019. Publicado em 04/10/2019). A Recorrente alega que o magistrado não estaria adstrito ao valor de pensão mensal requerido na exordial, não sendo extra petita a decisão que arbitra valor superior. Recurso tempestivo (id. 21518486) e isento de preparo em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita (id. 21478995). Contrarrazões no id. 26734453. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso. Por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, portanto, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Com essas considerações, passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Necessidade de identificação do dispositivo legal violado (Súmula 284/STF) Sem a identificação precisa do dispositivo legal supostamente violado, ou objeto de dissídio jurisprudencial, fica prejudicada a análise da controvérsia, o que caracteriza deficiência de fundamentação, e atrai a aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, conforme preconiza o STJ, senão vejamos: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DE VIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ. 1. O conhecimento do recurso especial pelas alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional exige a indicação de qual ou quais os dispositivos de lei que supostamente teriam sido violados ou objeto de interpretação divergente entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF. Precedentes. (...) (AgInt no AREsp 1220109/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018). In casu, embora a Recorrente defenda que o magistrado não estaria adstrito ao valor de pensão mensal requerido na exordial, não sendo extra petita a decisão que arbitra valor superior, deixou de demonstrar de forma específica e individualizada os dispositivos de Lei Federal supostamente violados ou que tiveram interpretação divergente de outros Tribunais, bem como em que medida o acórdão recorrido os teria vulnerado. Assim, está inviabilizada a exata compreensão da controvérsia, o que faz incidir a Súmula 284/STF. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015648-09.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ADEVANIL SANTOS RODRIGUES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ACASSIO MUNIZ JUNIOR OAB - MT8872-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
seguradora Lider (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial na Apelação Cível n. 0015648-09.2015.8.11.0003 RECORRENTE (S): ADEVANIL SANTOS RODRIGUES RECORRIDO (S): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por ADEVANIL SANTOS RODRIGUES com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado assim ementado (ID 20112987): "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE – AUSÊNCIA DE PROVAS – LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO . De acordo com o disposto no art. 3º da Lei 6.194/1974, para o recebimento de indenização de seguro DPVAT, exige-se, além da prova do acidente automobilístico, que as lesões dele decorrentes tenham causado morte ou invalidez permanente, total ou parcial, da vítima. Não é devida indenização do seguro DPVAT quando a perícia judicial atesta a inexistência de sequelas permanentes. (TJMT – Terceira Câmara de Direito Privado – RAC n. 0015648-09.2015.8.11.0003, Relator: Des DIRCEU DOS SANTOS, j. em 16/10/2019). O Recorrente alega que há comprovação da sua invalidez permanente para o recebimento do seguro DPVAT. Recurso tempestivo (ID 23681989). Contrarrazões ID 26936089. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Necessidade de identificação do dispositivo legal violado (Súmula 284/STF) Sem a identificação precisa do dispositivo legal supostamente violado, ou objeto de dissídio jurisprudencial, fica prejudicada a análise da controvérsia, o que caracteriza deficiência de fundamentação, e atrai a aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE VIDA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ. 1. O conhecimento do recurso especial pelas alíneas 'a"'e 'c' do permissivo constitucional exige a indicação de qual ou quais os dispositivos de lei que supostamente teriam sido violados ou objeto de interpretação divergente entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF. Precedentes. 2. O Tribunal de origem, com base na análise do acervo probatório dos autos, concluiu que o segurado faz jus ao recebimento da indenização correspondente à cobertura securitária, por entender que a questão relativa ao pagamento da indenização de forma proporcional ao grau de invalidez do segurado, encontra-se tão somente nas condições gerais da apólice, da qual não há prova de que o autor, na condição de segurado, tomou conhecimento. Assim, para rever o entendimento do acórdão recorrido, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e reinterpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão das Súmulas 5 e 7 do STJ. Precedentes. 3. Agravo interno desprovido". (AgInt no AREsp 1220109/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018). In casu, não se demonstrou de forma individualizada e específica quais dispositivos de lei federal foram supostamente violados quanto a comprovação da sua invalidez permanente, ou que tiveram interpretação divergente de outros Tribunais, o que faz incidir a Súmula 284/STF. Ademais, para rever o entendimento firmado pela Câmara sobre a comprovação da invalidez permanente para o recebimento do seguro DPVAT, demanda a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai o óbice sumular 7/STJ. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 06 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. X

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010645-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IMPORTADORA E EXPORTADORA JARDIM CUIABA LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR OAB - MT7187-O (ADVOGADO)
HAIANA KATHERINE MENEZES FOLLMANN OAB - MT18024-A (ADVOGADO)
GUSTAVO EMANUEL PAIM OAB - MT14606-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENGECON ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCILENE CARNEIRO XAVIER OAB - MT7956-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial no Agravo de Instrumento n. 1010645-26.2019.8.11.0000 RECORRENTE(s): IMPOSTADORA E EXPORTADORA JARDIM CUIABÁ LTDA RECORRIDO(s): ENGECON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - ME Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por IMPORTADORA E EXPOSTADORA JARDIM CUIABÁ LTDA com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado assim ementado (ID 22150971): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO – BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA CORRENTE DO HOSPITAL – INVIABILIZAÇÃO DO BOM FUNCIONAMENTO DO NOSOCÔMIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL À SOCIEDADE – ADEQUAÇÃO DA MEDIDA RESTRITIVA - SUBSTITUIÇÃO POR MODO IGUALMENTE EFICAZ, MAS MENOS COATIVO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Em que pese a penhora de dinheiro gozar de preferência sobre os demais bens do executado, restou corroborado nos autos que o bloqueio de numerários inviabilizaria as atividades do nosocômio, exigindo a adequação da medida restritiva, a fim de se escolher outro meio igualmente eficaz, mas menos coativo, relativamente aos direitos restringidos. Apesar da relevância que circunda a pretensa satisfação da obrigação por parte da exequente, não há como descurar do núcleo essencial do direito fundamental à saúde, no caso representado pela preservação imediata da atividade prestada pela agravante. (TJMT – Terceira Câmara de Direito Privado – RAI n. 1010645-26.2019.8.11.0000, Relator: Des JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, j. em 11/09/2019). Opostos Embargos de Declaração, decidiu-se, in verbis (ID 22150971): "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ERRO MATERIAL VERIFICADO – VÍCIO NA PARTE DISPOSITIVA SANADO – ONDE SE LÊ AGRAVADA, LEIA-SE AGRAVANTE - OMISSÃO INEXISTENTE – INTENÇÃO EM VER O QUANTUM DELIMITADO PELO JUÍZO AD QUEM, SEM OS CONSECTÁRIOS LEGAIS DEFINIDOS EM SENTENÇA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS DE ENGECON REJEITADOS – EMBARGOS DE IMPORTADORA E EXPORTADORA JARDIM CUIABÁ PARCIALMENTE ACOLHIDOS. Os embargos de declaração são cabíveis apenas para sanar omissão, obscuridade ou contradição contida no julgado, ou ainda, eventual erro material, ao que, constatada a existência de um desses vícios, o acolhimento do recurso é medida que se impõe. "Os aclaratórios não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado" (STJ - Terceira Turma - EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 743.156/SP - Rel. Ministro MOURA RIBEIRO - Julgado em 16/06/2016 - DJe 22/06/2016) (TJMT – Terceira Câmara de Direito Privado – RED n. 1010645-26.2019.8.11.0000, Relator: Des JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, j. em 30/10/2019). A Recorrente alega violação ao artigo 1.022, II, do CPC, ao argumento de que o acórdão recorrido foi omisso uma vez que deixou de constar no dispositivo do acórdão os termos específicos dos votos orais quanto ao saldo remanescentes e a quantidade de parcelas. Recurso tempestivo (ID 25816462). Contrarrazões no ID 27623979. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do artigo 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Da suposta violação ao artigo 1.022, II, do CPC A partir da suposta ofensa ao artigo 1.022, II, do CPC, a parte recorrente alega que o órgão fracionário deste Tribunal não analisou a questão referente: "(...).ao trecho "Para a quitação do saldo devedor", a fim de que constasse expressamente no dispositivo do Acórdão, nos termos dos votos orais proferidos na sessão de julgamento, que o saldo devedor, após a liberação dos R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em favor do Exequente, corresponderia ao valor de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), e, ainda, que este seria adimplido em 32 (trinta e duas) parcelas a serem descontadas no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais mensais) sob o faturamento mensal da Recorrente junto ao Plano de Saúde Unimed, até a extinção da obrigação. (Num. 25703476 – Pág. 15) No entanto, do exame do acórdão recorrido, verifica-se que a Câmara julgadora manifestou-se em relação ao aludido ponto, como se observa da transcrição abaixo (ID 22150971 e ID 22150971): "(...) Nesse viés, ante a possibilidade de satisfação da obrigação por medidas menos gravosas que o bloqueio de receitas capaz de inviabilizar a atividade prestada pelo hospital, a liberação do montante faz-se imperiosa no caso em apreço. Por outro lado, em que pese a agravante ofertar, em substituição da apreensão de valores, o faturamento mensal junto ao Plano de Saúde Unimed, a documentação carreada ao presente recurso evidencia que a sua capacidade de saldar o aludido débito junto à exequente é maior do que o alegado na inicial. Isso porque, o feito originário permaneceu paralisado por alguns meses, objetivando a composição entre as partes, que restou infrutífera. No entanto, apesar de não ter havido acordo, as petições carreadas aos autos, assim como os e-mails trocados entre os causídicos, comprovam que a agravante ofertou a quantia de "R$400.000,00 (quatrocentos mil reais) de entrada, mediante a liberação parcial dos recursos que se encontram apreendidos por decisão judicial", e mais o valor aproximado de R$50.000,00 "a vencerem no 10º dia útil de cada mês" (ID. 8815217 – Pág. 5). Assim, não é crível admitir a oferta em substituição da penhora nos moldes estabelecidos na inicial, no importe de 1,5% (um e meio por cento) sobre os recebíveis junto à UNIMED, ou seja, o equivalente à R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) mensais, quando a própria parte agravante se dispõe a pagar quantia maior em diálogos prévios ao acordo que não se concretizou. Ora, se ofertou é porque o desfalque de tal quantia não lhe gera prejuízo de grande monta, capaz de tolher-lhe o desenvolvimento das atividades diárias, assim como inviabilizar a prestação de serviços indispensáveis à sociedade. Isso posto, dou parcial provimento ao recurso, para que seja autorizado tão somente o levantamento da quantia de R$400.000,00 (quatrocentos mil reais) em favor da exequente, ora agravada, determinando o imediato desbloqueio do valor remanescente. Para a quitação do saldo devedor, atualizado nos moldes estabelecidos na sentença, deverá ser descontado o valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) sob o faturamento mensal da agravada junto ao Plano de Saúde Unimed, até a extinção da obrigação. " (...) No mais, em que pese a embargante alegar omissão no acórdão, in casu, verifica-se que a sua real intenção é ter o quantum delimitado pelo juízo ad quem, sem os consectários legais definidos em sentença. Em que pese sua pretensão, conforme já salientado quando da apreciação dos embargos opostos por Engecon Engenharia e Comércio Ltda. – ME., na parte dispositiva do acórdão foi admitida a atualização do saldo devedor, razão pela qual não há que se falar em limitação nos moldes apontados pela executada"." (g.n.) Diante desse quadro, não há evidência de violação ao artigo 1.022, II, do CPC, o que conduz à inadmissão do recurso neste ponto. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. x

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1002294-98.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALENCAR LIBANO DE PAULA OAB - MT16175-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAETANO FERREIRA NETO (AGRAVADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto no Recurso de Agravo de Instrumento n. 1002294-98.2018.8.11.0000 RECORRENTE(S): MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT RECORRIDO(S): CAETANO FERREIRA NETO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id. 22710988) interposto por MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT, com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, assim ementado (id. 16215470): "AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA – ARTIGO 174 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – INTERRUPÇÃO DO INSTITUTO COM A CITAÇÃO FRUTÍFERA – DECURSO DO LUSTRO – OBSERVAÇÃO – PRESCRIÇÃO CONFIGURADA – RECURSO DESPROVIDO. A prescrição da pretensão executória, contemplada no artigo 174 do Código Tributário Nacional, se perfaz com o decurso do lustro entre e a constituição definitiva do crédito tributário e o despacho que determina a citação, logo, se o lapso é constatado, há de se manter o reconhecimento efetuado na decisão recorrida." (TJMT. AGRAVO DE INSTRUMENTO 1002294-98.2018.8.11.0000. RELATOR DR. MÁRCIO APARECIDO GUEDES. PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO. Julgado em 06/09/2019. Publicado em 23/09/2019.). O Recorrente alega violação aos artigos 240, §3º e 280 do Código de Processo Civil, bem como à súmula 106 do STJ, ao argumento de que a demora na citação do Recorrido se deu em razão da morosidade do Poder

Judiciário. Recurso tempestivo (id. 22906499). Sem contrarrazões, conforme id. 26803997. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos O Recorrente alega violação aos artigos 240, §3º e 280 do Código de Processo Civil, sob a assertiva que a demora na citação se deu em razão da morosidade do Poder Judiciário. A questão em debate foi afetada pela sistemática de recursos repetitivos. No julgamento do recurso paradigma REsp nº 1102431/RJ (Tema 179), o Superior Tribunal de Justiça concluiu que "a perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário", conforme ementa abaixo transcrita: "PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR CULPA DO PODER JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. 1. O conflito caracterizador da lide deve estabilizar-se após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes, uma vez que a prescrição indefinida afronta os princípios informadores do sistema tributário. 2. A perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário. Inteligência da Súmula 106/STJ. (Precedentes: AgRg no Ag 1125797/MS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 16/09/2009; REsp 1109205/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe 29/04/2009; REsp 1105174/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 09/09/2009; REsp 882.496/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 26/08/2008; AgRg no REsp 982.024/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 08/05/2008) 3. In casu, a Corte de origem fundamentou sua decisão no sentido de que a demora no processamento do feito se deu por culpa dos mecanismos da Justiça, verbis: "Com efeito, examinando a execução fiscal em apenso, constata-se que foi a mesma distribuída em 19/12/2001 (fl.02), tendo sido o despacho liminar determinando a citação do executado proferido em 17/01/2002 (fl. 02 da execução). O mandado de citação do devedor, no entanto, somente foi expedido em 12/05/2004, como se vê fl. 06, não tendo o Sr. Oficial de Justiça logrado realizar a diligência, por não ter localizado o endereço constante do mandado e ser o devedor desconhecido no local, o que foi por ele certificado, como consta de fl. 08, verso, da execução em apenso. Frustrada a citação pessoal do executado, foi a mesma realizada por edital, em 04/04/2006 (fls. 12/12 da execução). (...) No caso destes autos, todavia, o fato de ter a citação do devedor ocorrido apenas em 2006 não pode ser imputada ao exequente, pois, como já assinalado, os autos permaneceram em cartório, por mais de dois anos, sem que fosse expedido o competente mandado de citação, já deferido, o que afasta o reconhecimento da prescrição. (...) Ressalte-se, por fim, que a citação por edital observou rigorosamente os requisitos do artigo 232 do Código Processual Civil e do art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80, uma vez que foi diligenciada a citação pessoal, sem êxito, por ser o mesmo desconhecido no endereço indicado pelo credor, conforme certificado pelo Sr. Oficial de Justiça, à fl. 08, verso dos autos da execução." 4. A verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ. 5. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem para prosseguimento do executivo fiscal, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008." (REsp 1102431/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 01/02/2010) (g.n.) Contudo, verifica-se que, apesar de a matéria ter sido julgada pela sistemática de recursos repetitivos, não é o caso de se aplicar o paradigma neste feito, posto que não consta do acórdão a informação de que demora no processamento do feito tenha ocorrido por culpa dos mecanismos da Justiça, o que impede a aplicação do paradigma. Com essas considerações, passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Violação de súmula - Não cabimento (Súmula 518/STJ) Com base na interpretação do artigo 105, III, da Constituição Federal, pode-se afirmar que o Recurso Especial tem como finalidade impugnar decisões que violem ou neguem vigência à lei federal infraconstitucional, que julguem válido ato de governo local contestado em face de lei federal e quando houver divergência de interpretação da lei federal. Assim, não é cabível Recurso Especial contra decisão judicial que supostamente viole enunciado de Súmula do STJ, ex vi Súmula 518/STJ. Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. OFENSA A ENUNCIADO SUMULAR. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DE MÉRITO. NÃO CONHECIMENTO. 1. O Plenário do STJ decidiu que 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2). 2. O apelo nobre não constitui via adequada para a análise de eventual contrariedade a enunciado sumular, por não estar compreendido na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal - Súmula 518 do STJ. 3. Os dispositivos de lei federal tidos por violados no recurso especial não podem ser analisados, porquanto se referem à questão meritória do processo e este foi extinto pela decadência da ação. 4. Agravo interno desprovido". (AgInt no REsp 1629421/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 12/03/2019)". (AgRg no AREsp 426.471/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 09/09/2016). (g.n.) Dessa forma, quanto à suposta contrariedade à Súmula 106 do STJ, o Recurso Especial não é o meio processual adequado para impugnar o acórdão recorrido, o que obsta a sua admissão neste ponto. Da ausência de prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF) Com o objetivo de evitar a supressão de Instância, nos termos do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, para que o Superior Tribunal de Justiça tenha condições de reexaminar a controvérsia suscitada, é preciso que a questão tenha sido decidida em única ou última Instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal, ex vi Súmula 282 do STF. Consigne-se, ainda, que caso se conclua pela existência de omissão no julgado, para que a matéria seja considerada prequestionada, é imprescindível que sejam opostos Embargos de Declaração com a indicação precisa do ponto supostamente omisso, em aplicação da Súmula 356/STF. A propósito: "TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. INDIVISIBILIDADE DO IMÓVEL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS DOS AUTOS. SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 7 DO STJ. 1. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal. (...)". (AgInt no REsp 1760106/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018). Dessa forma, verifica-se que em relação à suposta violação aos artigos 240, §3º e 280 do Código de Processo Civil, em que a parte recorrente alega que a demora na citação do Recorrido se deu em razão da morosidade do Poder Judiciário, a questão não foi abordada pelo acórdão impugnado, tampouco foram opostos aclaratórios para prequestionar a matéria, situação que obsta o seu reexame pelo Superior Tribunal de Justiça e impede a admissão do recurso. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002190-27.2012.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GILSEMAR FIGUEIRA DE SANTANA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT11551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OBJETIVA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA VICE PRESIDÊNCIA Recurso Especial interposto no Recurso de Apelação Cível n. 0002190-27.2012.8.11.0003 RECORRENTE(S): GILSEMAR

FIGUEIRA DE SANTANA RECORRIDO(S): OBJETIVA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial (id. 22604986) interposto por GILSEMAR FIGUEIRA DE SANTANA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Privado, assim ementado (id. 12459450): "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – OBRAS EM VIA PARALELA DE ACESSO AO BAIRRO – SINALIZAÇÃO DO LOCAL COM PLACAS DE ADVERTÊNCIA – REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL INEXISTENTES – ÔNUS DO ART. 373, II, DO CPC SATISFEITO – DEMANDA IMPROCEDENTE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Tendo o réu se desvencilhado do ônus de fazer prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, II, do CPC), no sentido de que a obra realizada estava adequadamente sinalizada e de que o condutor da motocicleta foi quem deu causa ao evento, tal condição afasta sua responsabilidade e conduz a improcedência da ação indenizatória." (TJMT. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL N. 0002190-27.2012.8.11.0003. RELATOR DES. DIRCEU DOS SANTOS. TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Julgado em 21/08/2019. Publicado em 28/08/2019). Os Embargos de Declaração de id. 14296953, opostos pelo Recorrente, foram rejeitados (id. 19023516). O Recorrente alega violação aos artigos 5º, LV e 93, IX, da Constituição Federal, bem como aos artigos 7º, 8º, e 489, do Código de Processo Civil, ao argumento de que o órgão fracionário deste Tribunal teria deixado de valorar provas apresentadas pelo Recorrente, que comprovariam a ausência de sinalização na pista em obras. Aponta, outrossim, violação ao artigo 37, §6º, da CF e ao artigo 14 da Lei 8078/90, sob a assertiva de que a responsabilidade da Recorrida seria objetiva, com base na teoria do risco administrativo, não sendo afastada pela culpa de terceiro. Recurso tempestivo (id. 22701959) e isento de preparo em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita (id. 22788975). Sem contrarrazões, conforme id. 26620995. É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso. Por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, portanto, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Com essas considerações, passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Violação da Constituição Federal. Via inadequada Consoante os artigos 102, III e 105, III, ambos da Constituição Federal, é patente que a afronta a dispositivo constitucional não pode ser objeto de análise nesta via, sob pena de usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal, uma vez que ao Superior Tribunal de Justiça cabe apenas pacificar a interpretação dada a dispositivo de Lei Federal. Confira-se: "PROCESSO PENAL E PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO JULGADO COLEGIADO. INOCORRÊNCIA. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. REGIME PRISIONAL. INOVAÇÃO RECURSAL. EXAME DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. (...) 3. A via especial não comporta o exame de preceitos constitucionais, cuja competência encontra-se adstrita ao âmbito do Supremo Tribunal Federal, conforme prevê o art. 102 da Constituição Federal.(...)". (EDcl no AgInt no AREsp 685.051/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 11/05/2018). Assim, em relação à suposta violação aos artigos 5º, LV; 37, §6º e 93, IX, da Constituição Federal, o Recurso Especial constitui via inadequada para a análise da questão, o que obsta a sua admissão neste ponto. Da suposta violação ao artigo 489, §1º, IV do CPC A partir da suposta violação ao art. 489, §1º, IV, do CPC, a parte recorrente alega que o órgão fracionário deste Tribunal não teria se manifestado especificamente quanto aos argumentos deduzidos nas razões da apelação, os quais seriam suficientes para, em tese, infirmar a conclusão adotada no aresto. Nesse contexto, o Recorrente afirma que a Câmara julgadora ignorou provas por ele apresentadas, tais como boletim de ocorrência e fotos do local do acidente, e deixou de apreciar a alegação de que a Recorrida responderia objetivamente, por ser prestadora de serviço público. No entanto, nestes pontos, consignou-se no aresto recorrido que (id. 12459450): "Restou comprovado nos autos, por meio de fotografias e de testemunhas inquiridas em audiência instrutória, a existência de sinalização na obra. O boletim de ocorrência não tem o condão de fazer prova inequívoca, eis que produzido segundo relato do próprio do recorrente. Da mesma forma, as fotografias da inicial não abarcaram as placas que se encontravam no local bem antes do início das obras. Digo isto porque a empresa apelada se desincumbiu do ônus de produzir prova no sentido de que a obra realizada estava adequadamente sinalizada e de que o condutor da motocicleta foi quem deu causa ao evento. (...) Em conclusão, restando ausentes os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, bem como tendo a apelada se feito prova da existência de fato impeditivo do direito do autor, nos termos do art. 373, II, do CPC/15, impõe-se a manutenção do decisum que bem julgou improcedente a demanda e extinguiu o processo." (g.n.) Desse modo, não há falar em violação ao artigo 489, §1º, IV, do CPC, posto que foram apreciadas as provas, e a responsabilidade da empresa, o que conduz à inadmissão do recurso. Decisão em conformidade com o STJ (Súmula 83 do STJ) A Súmula 83 do STJ preconiza que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". In casu, o Recorrente sustenta violação ao artigo 14 da Lei 8078/90, sob a assertiva de que os a responsabilidade da Recorrida seria objetiva, com base na teoria do risco administrativo, não sendo afastada pela culpa de terceiro. No acórdão impugnado ficou consignado que (id. 12459450): "Digo isto porque a empresa apelada se desincumbiu do ônus de produzir prova no sentido de que a obra realizada estava adequadamente sinalizada e de que o condutor da motocicleta foi quem deu causa ao evento. (...) Em conclusão, restando ausentes os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, bem como tendo a apelada se feito prova da existência de fato impeditivo do direito do autor, nos termos do art. 373, II, do CPC/15, impõe-se a manutenção do decisum que bem julgou improcedente a demanda e extinguiu o processo." (g.n.) Observa-se, portanto, que o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal está em consonância com a jurisprudência pacífica do STJ, conforme se extrai da ementa do julgado abaixo: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. RECONSIDERAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SÚMULA N. 83 DO STJ. CULPA PELO ACIDENTE. PRETENSÃO DE REVISÃO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO PROVIDO. 1. "A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Essa responsabilidade objetiva baseia-se na teoria do risco administrativo, em relação à qual basta a prova da ação, do dano e de um nexo de causa e efeito entre ambos, sendo, porém, possível excluir a responsabilidade em caso de culpa exclusiva da vítima, de terceiro, ou, ainda, em caso fortuito ou força maior" (AgInt no REsp n. 1.793.661/RJ, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 3/9/2019, DJe 19/9/2019). Aplicação da Súmula n. 83 do STJ. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ. 3. O Tribunal de origem afastou a responsabilidade objetiva da ré, pois concluiu pela culpa exclusiva da vitima. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial. 4. Agravo interno a que se dá provimento para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte e negar provimento ao agravo nos próprios autos. (AgInt no AREsp 1520197/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019) (g.n.) Por fim, consigne-se que, embora a Súmula n. 83 do STJ tenha sido formulada quando a alegação for fundada no permissivo da alínea "c" do artigo 105, III, da CF, esta é plenamente aplicável na hipótese da alínea "a". A propósito: "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. MORTE DE CRIANÇA POR ELETROCUSSÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO INTERPOSIÇÃO. SÚMULA Nº 126/STJ. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. SÚMULA Nº 83/STJ. APLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. [...] 6. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que a Súmula nº 83/STJ se aplica a ambas as alíneas (a e c) do permissivo constitucional. Precedentes. 7. Indenização arbitrada em quantia ínfima (R$ 20.000,00) se comparada a casos análogos. 8. Agravo interno não provido". (AgInt no

AREsp 924.819/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018). (g.n.) Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVIII

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013199-65.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBI FACHIN OAB - MT3799-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FATIMA GUIA OLIVEIRA DA SILVA (AGRAVADO)
ELZA ALVES DA SILVA BARBOSA (AGRAVADO)
EDSIO DA SILVA LEITE (AGRAVADO)
SABINA DA SILVA MARQUES (AGRAVADO)
AGENOR DOS SANTOS PONDENCIANO (AGRAVADO)
DULCREIA ALVES DE ARRUDA (AGRAVADO)
NEORLY RAMOS DE ALMEIDA SILVA (AGRAVADO)
DULCINEIA ALVES DE ARRUDA (AGRAVADO)
CRISTINA OTAVIANA ROSA DA SILVA (AGRAVADO)
MIGUEL ANGELO RAMIREZ (AGRAVADO)
CREUZA JESUS SIQUEIRA DE LIMA (AGRAVADO)
MARIA APARECIDA RUFINO SOARES DA SILVA (AGRAVADO)
CLEMILDES APARECIDA BARBOSA GONCALVES (AGRAVADO)
LENISE FERREIRA DE MORAES (AGRAVADO)
CELIA MARIA DE JESUS (AGRAVADO)
IVANY MARQUES DA SILVA (AGRAVADO)
ABIGAIL GALVAO DA CRUZ (AGRAVADO)
GUTEMBERG SOUZA MAGALHAES (AGRAVADO)
VANIA CRISTINA DA SILVA VENEGA (AGRAVADO)
SOLANGE MARIA DE SIQUEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial no Agravo de Instrumento n. 1013199-65.2018.8.11.0000 RECORRENTE: MUNICÍPIO DE CUIABÁ RECORRIDOS: AGENOR DOS SANTOS PONDENCIANO E OUTROS Vistos e etc. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo MUNICÍPIO DE CUIABÁ com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, assim ementado (ID 25475452): "AGRAVO INTERNO INTERPOSTO NO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES – HONORÁRIOS PERICIAIS – ENCARGOS PERICIAIS - ÔNUS DO DEVEDOR - QUESTÃO PACIFICADA PELO STJ - RECURSO DESPROVIDO. 1.[...] Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento), incumbe ao devedor a antecipação dos HONORÁRIOS PERICIAIS. (REsp 1274466/SC, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 14/05/2014, Dje 21/05/2014). 2. Ausentes elementos novos hábeis à reforma da decisão recorrida. 3. Agravo interno desprovido. (AI 1013199-65.2018.8.11.0000, DESa. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 25/11/2019). Alega violação aos artigos 95 e 98 do CPC, ao argumento de que a perícia determinada nos autos de origem deve ser arcada pelo Autor da ação, uma vez que o Município ainda não restou caracterizado como devedor. Recurso tempestivo (ID 26545979). Contrarrazões (ID 27380494). É o relatório. Decido. Sistemática de recursos repetitivos – artigo 1.030, III, do CPC O Recorrente defende que a perícia determinada nos autos de origem deve ser arcada pelo Autor da ação, uma vez que o Município ainda não restou caracterizado como devedor. A questão abordada se encontra afetada pela sistemática de recursos repetitivos, sendo necessária a sua aplicação no caso. O órgão fracionário deste Tribunal, por sua vez, entendeu que: "(...).1.[...] Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento), incumbe ao devedor a antecipação dos HONORÁRIOS PERICIAIS. (REsp 1274466/SC, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 14/05/2014, Dje 21/05/2014). (ID 25475452) Nesse passo, o julgamento do recurso paradigma (REsp n. 1274466/SC, Tema 871) o Superior Tribunal de Justiça concluiu que: "Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento ou por artigos), incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais". Confira-se: "RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PROCESSUAL CIVIL. TELEFONIA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ENCARGO DO VENCIDO. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: (1.1) 'Na liquidação por cálculos do credor, descabe transferir do exequente para o executado o ônus do pagamento de honorários devidos ao perito que elabora a memória de cálculos'. (1.2) 'Se o credor for beneficiário da gratuidade da justiça, pode-se determinar a elaboração dos cálculos pela contadoria judicial'. (1.3) 'Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento ou por artigos), incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais'. 2. Aplicação da tese 1.3 ao caso concreto. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO." (REsp 1274466/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 21/05/2014)". Assim, ao analisar o acórdão recorrido, observa-se que este se encontra em conformidade com a orientação do STJ, pois, para este caso, referida corte entendeu que os honorários periciais devem ser suportados pelo devedor. Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, I, "b", do CPC, e em face da conformidade do acórdão impugnado com o julgamento do recurso paradigma (Tema 871), este não merece ser admitido. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. X

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0032636-30.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ODIL COSTA SABINO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO)
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE WALTER RABELLO MACHADO JUNIOR (APELADO)
TV GAZETA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO STABILE RIBEIRO OAB - MT3213-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Extraordinário interposto na Apelação Cível n. 0032636-30.2011.8.1.0041 RECORRENTE (S): ODIL COSTA SABINO RECORRIDO (S): TV GAZETA LTDA E OUTRO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ODIL COSTA SABINO, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão da Terceira Câmara de Direito Privado, assim ementado (ID 20269481): "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – VEICULAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA – REPORTAGEM TELEVISIVA DE REGISTRO POLICIAL – CRÍTICAS GENÉRICAS – RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO – LIBERDADE NO EXERCÍCIO DO DIREITO À INFORMAÇÃO – ABUSO NÃO DEMONSTRADO – AUSÊNCIA DE INTENÇÃO DIFAMATÓRIA OU OFENSIVA À IMAGEM DO AUTOR – AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. O conteúdo da matéria veiculada que não extrapola os limites da informação, apresentando apenas uma narrativa dos fatos registrados em ocorrência não propicia a violação ao direito de imagem e ofensa a honra, não caracterizando ato ilícito causador de dano moral indenizável.(RAC 0032636-30.2011.8.11.0041, DESA. ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 16/010/2019)". Alega ofensa ao artigo 5º, V, X, e 220 da CF. Recurso tempestivo (ID 23249981). Contrarrazões (ID 26412047) É o relatório. Decido. Da sistemática de repercussão geral Não foi encontrado no Supremo Tribunal Federal tema afetado que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de repercussão geral no caso concreto, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "a", "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade Reexame de matéria fática (Súmula 279 do STF) Nos termos do artigo 102, III, da Constituição Federal, a competência do Supremo Tribunal Federal restringe-se à aplicação e à

uniformização da interpretação de normas constitucionais, não sendo possível o exame de fatos e provas, conforme dispõe a Súmula 279/STF. Quanto à suposta violação aos artigos 5º, V, X, e 220 da CF, cuja controvérsia consiste na alegação de que é devida a indenização aos danos morais uma vez que teve sua honra ofendida ao ser citado de forma ultrajante em matéria jornalística divulgada pelos Recorridos, sem ter tido o direito de resposta, é necessário o exame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a aplicação da referida súmula, conforme preconiza sua jurisprudência: EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Constitucional. Matéria veiculada em página da internet. Indenização por danos morais. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes. 1. Não se presta o recurso extraordinário para o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos (Súmula nº 279/STF), nem para a análise da legislação infraconstitucional pertinente. (...). (ARE 1183342 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 05/04/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-084 DIVULG 23-04-2019 PUBLIC 24-04-2019)". (g.n.). Dessa forma, sendo insuscetível de revisão os entendimentos do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STF, o que obsta a admissão recursal. Inviável, portanto, a admissão do recurso neste ponto. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003653-28.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CAMILO RIBEIRO (APELANTE)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELADO)
JOSE CAMILO RIBEIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Recurso Especial na Apelação Cível n. 1003653-28.2016.8.11.0041 RECORRENTE(s): JOSE CAMILO RIBEIRO RECORRIDO(s): ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por JOSE CAMILO RIBEIRO com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra o acórdão da Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo assim ementado (ID 2266509): "RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO DE COBRANÇA - DIFERENÇA SALARIAL – PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO - AFASTADA. PRELMIINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA POR AUSENCIA DE PROVA PERICIAL - REJEITADA. MÉRITO - CONVERSÃO ERRÔNEA DE CRUZEIROS REAIS EM URV – APURAÇÃO DO PERCENTUAL E DA OCORRÊNCIA DA EFETIVA DEFASAGEM EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA –PRECEDENTES OS TRIBUNAIS SUPERIORES HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS –DEFINIÇÃO QUANDO LIQUIDADO O JULGADO – ARTIGO 85§ 4º, INCISO II DO CPC - CORREÇÃO MONETÁRIA RETIFICADA - OBSERVÂNCIA DO TEMA 810/STF - APELOS DESPROVIDOS E SENTENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA. 1. Quando há o reconhecimento de diferenças remuneratórias decorrentes da conversão da moeda, a prescrição atinge tão somente as parcelas anteriores aos 5 (cinco) anos que antecederam a data da propositura (Súmula 85 do STJ), por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, que se renova mês a mês. 2. Como nem todo servidor sofreu defasagem salarial, e até aqueles que sofreram, o percentual é variável, sendo necessária a liquidação de sentença para apuração do montante devido. 3. É desnecessidade a produção de prova pericial, para aferir se a Apelada faz jus aos valores pleiteados, porque, a matéria já é pacificada, e, quanto à comprovação da condição individual da autora, para efeito de apuração do montante devido (e se devido), será objeto da fase de liquidação e cumprimento de sentença. 4. Não sendo líquida a sentença, a fixação do percentual dos honorários advocatícios somente ocorrerá quando liquidado o julgado, nos termos do artigo 85, §4º, inciso II do Código de Processo Civil. 5. Em relação a correção monetária incidente sobre as condenações judiciais da Fazenda Pública, deve-se utilizar o IPCA-E, a partir de 25/03/2015, conforme entendimento exarado no Tema 810/STF. 6. Apelos desprovidos. 7. Sentença parcialmente retificada. (TJMT – Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo – RAC n. 1003653-28.2016.8.11.0041, Relatora: Desª MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, j. em 21/05/2018). Requer o provimento do recurso para que a correção monetária seja calculada com base no IPCA-E, desde a data em que as parcelas deveriam ter sido pagas. Recurso tempestivo (fl. 2317847-TJ). Contrarrazões às fls. 2440109-TJ. No ID 2513595, foi determinado o sobrestamento do trâmite processual deste recurso, em virtude do efeito suspensivo concedido nos autos dos Embargos de Declaração opostos no paradigma RE 870.947/SE (Tema 810). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Do não sobrestamento do feito Saliente-se, de início, que os Embargos de Declaração opostos no RE 870.947/SE (Tema 810), processado perante a sistemática de precedentes qualificados, nos quais determinou-se o sobrestamento deste recurso, já foram julgados, sendo rejeitados, concluindo-se pelo afastamento da pretendida modulação de efeitos da decisão anteriormente prolatada, mantendo-se incólume o acórdão de mérito proferido no indigitado paradigma. Desse modo, em virtude da ausência de alteração do aresto meritório, já publicado, exsurge a possibilidade de os Tribunais aplicarem desde já as teses firmadas pelos Tribunais Superiores. Aliás, esse foi o entendimento da Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, quando do juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto contra o aresto proferido no paradigma REsp 1.492.221 – PR (Tema 905/STJ). Com efeito, constou da decisão, in verbis: "É certo que, na decisão de fls. 2139/2147, atribuí efeito suspensivo ao presente Recurso Extraordinário até a publicação do acórdão dos aclaratórios. Observo, porém, que os quatro embargos de declaração opostos pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) conjuntamente com a Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ), pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS, foram rejeitados, sem que houvesse a modulação de efeitos da decisão anteriormente prolatada, em julgamento havido na sessão do Supremo Tribunal Federal de 03/10/2019 (ata publicada em 18/10/2019). Em consequência, o acórdão de mérito manteve-se hígido, o que já autoriza os Tribunais do País a aplicarem a tese posta, tal qual decidiu o STF, no Plenário e nas Turmas". Acórdão em conformidade com a tese firmada nos paradigmas REsp's ns. 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS - Tema 905 do STJ Discute-se no presente recurso a aplicabilidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora. Conforme relatado, o Recorrente alega que a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, remete exclusivamente ao regime especial de pagamento de precatórios expedidos ou pagos até 25/03/2015, de modo que a referida modulação não se aplica aos processos em curso, não sendo possível, portanto, a utilização do índice oficial da remuneração básica da caderneta de poupança (TR) ao presente caso. Desse modo, requere o provimento do recurso para que a correção monetária seja calculada com base no IPCAE, desde a data em que as parcelas deveriam ter sido pagas. A referida questão foi submetida a julgamento pelo STJ, sob o rito dos precedentes qualificados, nos REsp's ns. 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS (Tema 905), tendo sido fixada a tese de que "o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza". (g.n.) Ainda nessa linha, a Colenda Corte Superior firmou o posicionamento de que Ainda nessa linha, a Colenda Corte Superior firmou o posicionamento de que "o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário". (g.n.) Por outro lado, no tocante à alegada modulação de efeitos fixada nas ADI's 4.425/DF e 4.357/DF, foi fixada a tese de que "a modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta

de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório". (g.n.) Ademais, em Embargos de Declaração opostos no paradigma REsp 1.495.146/MG, julgado em 13/06/2018, concluiu-se pela inexistência de modulação dos efeitos das decisões proferidas ante a sistemática de precedentes qualificados (Tema 905), consoante se depreende da ementa abaixo transcrita: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS. 1. O aresto embargado contém fundamentação suficiente para demonstrar que 'a modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório'. Ressalte-se que a pendência de julgamento de embargos de declaração, apresentados nos autos do RE 870.947/SE, não implica a existência de vício no acórdão embargado. 2. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos. 3. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl no REsp 1495146/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/2018, DJe 19/06/2018). Confira-se a íntegra da ementa do referido paradigma: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A CONDENAÇÃO JUDICIAL DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. " TESES JURÍDICAS FIXADAS. 1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza. 1.1 Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária. No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário. 1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão. A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório. 2. Juros de mora: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária. 3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação. 3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral. As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E. 3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos. As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E. 3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas. No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital. 3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária. As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009). 3.3 Condenações judiciais de natureza tributária. A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de indébitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices. 4. Preservação da coisa julgada. Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressalvar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto. 'SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO. 5. No que se refere à alegada afronta aos arts. 128, 460, 503 e 515 do CPC, verifica-se que houve apenas a indicação genérica de afronta a tais preceitos, sem haver a demonstração clara e precisa do modo pelo qual tais preceitos legais foram violados. Por tal razão, mostra-se deficiente, no ponto, a fundamentação recursal. Aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'. 6. Quanto aos demais pontos, cumpre registrar que o presente caso refere-se a condenação judicial de natureza previdenciária. Em relação aos juros de mora, no período anterior à vigência da Lei 11.960/2009, o Tribunal de origem determinou a aplicação do art. 3º do Decreto-Lei 2.322/87 (1%); após a vigência da lei referida, impôs a aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009). Quanto à correção monetária, determinou a aplicação do INPC. Assim, o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação acima delineada, não havendo justificativa para reforma. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ". (REsp 1492221/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 20/03/2018). (g.n.) Adentrando ao caso concreto, verifica-se que a Câmara julgadora consignou que "(...)Com o julgamento do Recurso Extraordinário 870.947/SE, encerrado dia 20 de setembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o art. 1º - F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei 11.960, de 29 de junho de 2009, em relação à débitos não tributários, é inconstitucional, no que se refere à correção monetária. Diante disso, firmou-se entendimento no sentido de aplicar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, a partir de 25 de março de 2015, consoante modulação dos efeitos das decisões proferidas nas ADI's 4.357/DF e 4.425/DF. (..). o ato sentencial para determinar que e a correção monetária seja calculada pelos índices do IPCA-E, a partir de 25 de março de 2015, consoante modulação dos efeitos das decisões proferidas nas ADI's 4.357/DF e 4.425/DF, mantendo a sentença nos demais termos.". (ID 2266509) Assim, observa-se que o aresto recorrido aparenta estar em dissonância com o posicionamento fixado no paradigma REsp 1.492.221–PR (Tema 905),

segundo o qual, nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, não é possível a utilização de índice oficial de remuneração da caderneta de poupança na correção monetária, bem como que se mostra descabida a modulação de efeitos fixada nas ADI's 4.425/DF e 4.357/DF em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório. Ante o exposto, em face da aparente desconformidade do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no recurso paradigma (Tema 905), devolvam-se os autos à Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, nos termos do artigo 1.030, II, do CPC, para um possível juízo de retratação. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. x

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014155-18.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SOPAVE NORTE S/A MERCANTIL RURAL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON JACOB FERREIRA OAB - MT9845-O (ADVOGADO)
LUIS CARLOS NESPOLI JUNIOR OAB - MT19139-A (ADVOGADO)
DOUGLAS LUIZ DA CRUZ LOUZICH OAB - MT10823-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MR ASSESSORIA EMPRESARIAL E AGRONEGOCIO EIRELI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO ZIRPOLI FILHO OAB - SP238003 (ADVOGADO)
LUIZ PAVESIO JUNIOR OAB - SP136478 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JOSE ANTONIO SALDANHA POMPEU CARDOSO OAB - MT21046/O (ADVOGADO)
PATRICIA ZAMIGNANI MALUF (TERCEIRO INTERESSADO)
DENIS ROBERTO ZAMIGNANI (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEXANDRE UEBI MALUF (TERCEIRO INTERESSADO)
VALERIA REGINA ZAMIGNANI GEMENES (TERCEIRO INTERESSADO)
REINALDO GEMENES (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial nº 1005183-88.2019.811.0000 RECORRENTE: SOPAVE NORTE S/A MERCANTIL RURAL RECORRIDO: MR ASSESSORIA EMPRESARIAL Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por SOPAVE NORTE S/A MERCANTIL RURAL, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Privado assim ementado (ID. 4298435): "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – LIMINAR DEFERIDA COM BASE EM DOCUMENTOS – NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO E QUIÇA INSPEÇÃO JUDICIAL – FATOS RELEVANTES E PERTINENTES AGITADOS NO PROCESSO – DOCUMENTOS QUE NÃO FORNECEM COM SEGURANÇA OS REQUISITOS DO ARTIGO 561 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – DECISÃO REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Nas ações possessórias de reintegração de posse, para fins de concessão da liminar prescrita no artigo 562 do Código de Processo Civil, deve o autor comprovar, de forma convincente, os requisitos estabelecidos no artigo 561 antecedente. 2. Não havendo como a prova documental apresentada dar conotação da existência de posse velha ou nova, questão der fato, não se vislumbra a possibilidade de deferimento sem as providências de justificação, sobretudo a parte alega a edificação de várias benfeitorias, situação que, neste mesmo parâmetro, caso não justificado suficientemente na audiência, eventual possibilidade de realização de inspeção judicial, sobretudo porque neste, comprovadas as edificações, possível detectar data das mesmas, o que, de igual forma, influiria em questão do rito (sumário ou ordinário) estabelecido á espécie. 3. Decide açodadamente o magistrado, neste contexto, o deferimento de liminar sem tais providências e baseando em situações semelhantes onde se fez a justificação porque, em se tratando de imóvel de grande dimensão, cada fato é um fato e não pode ser generalizado. (TJMT, RAI 1014155-18.2017.811.0000, Desa. Clarice Claudino da Silva, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 07/11/2018). " Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados pelo acórdão prolatado (ID. 19779971). O Recorrente sustenta violação aos artigos 507, 1.017, inciso I e § 3º, 1.021, 1.022 e 1.026, § 2º, todos do Código de Processo Civil, a fim de reconhecer a intempestividade do Agravo de Instrumento interposto. Recurso tempestivo (ID. 23657970). Contrarrazões (ID. 27444464). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Compulsando os autos, verifica-se a inexistência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos no caso concreto, não incidindo, portanto, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Recolhimento da multa aplicada nos Embargos Declaratórios. Conforme certidão (ID. 23696481), a parte não realizou o recolhimento da multa fixada em 0,5% (meio por cento) sobre o valor atualizado da causa, em razão da natureza protelatória dos Embargos de Declaração. Ocorre que, não se tratando de reiteração de Embargos de Declaração, não se inclui na regra do artigo 1.026, §3º do CPC. Desse modo, inadmissível a cobrança do recolhimento da multa aplicada nos Embargos Aclaratórios. Ato decisório não definitivo. Súmula 735 do STF. Aplicação analógica. Nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça a aplicação e a uniformização da interpretação de normas infraconstitucionais, não sendo possível o cabimento de Recurso Especial contra acórdão proferido em sede de tutela provisória, ante o caráter precário da decisão. Assevera o Recorrente que o acórdão afronta aos artigos 507, 1.017, inciso I e § 3º, 1.021, 1.022 e 1.026, § 2º, todos do Código de Processo Civil, a fim de reconhecer a intempestividade do Agravo de Instrumento interposto. O órgão fracionário deu parcial provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Recorrente, revogando a decisão do juízo monocrático e, via de consequência, determinar a realização da audiência de justificação e, se for o caso, proceder a inspeção judicial. Insta esclarecer que o processo ainda está pendente de julgamento do mérito da demanda. Neste caso, a decisão é provisória, incidindo, por analogia, a Súmula n. 735/STF, segundo a qual, "não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar". Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (ART. 544 DO CPC). AGRAVO DE INSTRUMENTO (ART. 522 DO CPC) INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE APRECIOU ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL. MANUTENÇÃO DO DECISUM PELO TRIBUNAL. INSURGÊNCIA QUE SE LIMITA AO MÉRITO DISCUTIDO NA AÇÃO PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DA QUESTÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. JUÍZO PROVISÓRIO. AUSÊNCIA DE "CAUSA DECIDIDA". INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 735/STF. 1. O recurso especial interposto contra aresto que julgou a antecipação de tutela ou liminar deve limitar-se aos dispositivos relacionados aos requisitos da tutela de urgência, notadamente em casos em que o seu deferimento ou indeferimento importa ofensa direta às normas legais que disciplinam tais medidas. Dessa forma fica obstada a análise de suposta violação de normas infraconstitucionais relacionadas ao mérito da ação principal, porquanto as instâncias ordinárias não decidiram definitivamente sobre o tema, sendo proferido, apenas e tão somente, um juízo provisório sobre a questão. 2. "Não pode ser conhecido o recurso especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa, que, em liminar, é tratada apenas sob juízo precário de mera verossimilhança. Quanto a tal matéria, somente haverá 'causa decidida em única ou última instância' com o julgamento definitivo". (REsp 765.375/MA, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 06/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 176) 3. Inteligência da Súmula 735 do STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar". 4. Agravo interno não provido. (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 1321619/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 26/02/2019) – destaquei. "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 1.022, I, E III, E 1.026, § 1º, DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. TUTELA DE URGÊNCIA. NATUREZA PRECÁRIA E PROVISÓRIA DO DECISUM QUE, EM REGRA, NÃO AUTORIZA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 735 DA SÚMULA DO STF. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO ANTE A PRESENÇA DE RISCO DE DANO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. A recorrente não demonstrou de que modo os arts. 1.022, I, e III, e 1.026, § 1º, do CPC/2015 foram violados pelo acórdão recorrido, porquanto não indicados, na petição de recurso especial, os pontos do acórdão embargado tidos como omissos, obscuros ou contraditórios. Dessa forma, a fundamentação apresentada no recurso se mostra

deficiente, dada a alegação genérica de afronta a dispositivo de lei federal, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 2. Consoante a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial postulando o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, pois esta possui natureza precária e provisória do juízo de mérito, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância a quo. Dessa forma, configura-se a ausência do pressuposto constitucional relativo ao esgotamento das instâncias ordinárias, imprescindível ao trânsito da insurgência extraordinária, o que atrai a aplicação analógica da Súmula 735/STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar." 3. A análise do preenchimento ou não dos requisitos da tutela de urgência demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula n. 7/STJ. 4. Agravo interno improvido." (STJ, AgInt no AREsp 1346554/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019) – destaquei. Portanto, no tocante à aventada violação aos artigos ora mencionados, inadmissível o recurso, face ao óbice da Súmula 735/STF. Posto isso, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Intimem-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII

Decisão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005164-19.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA VIEIRA MIYAMOTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial Nº 1005164-19.201.811.0000 RECORRENTE: MARIA APARECIDA VIEIRA MIYAMOTO RECORRIDO: BANCO BRADESCO S.A. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA APARECIDA VIEIRA MIYAMOTO, com fundamento no art. 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Privado deste Sodalício, assim ementado (ID. 7550385). “RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO EM ASSEMBLEIA DE CREDORES – CLAUSULA QUE EXCLUI GRANTIAS FIDEJUSSÓRIAS – IMPOSSIBILIDADE – CONTRARIA O DISPOSTO NO ART. 49, §1º DA LEI 11.101/2005, SÚMULA 485 DO STJ E O RECURSO ESPECIAL - REsp 1333349/SP JULGADO EM SEDE DE REPETITIVO – RECURSO DESPROVIDO. Em que pese o plano de recuperação judicial operar a novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais fidejussórias estão preservadas, de maneira que o credor pode exercer seus direitos contra terceiros garantidores, conforme disposto no art. 49,§1º da Lei 11.101.2005. (Agravo Interno nº 1005164-19.2018.811.0000, DES. SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 14/05/2019).” Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados (ID. 20103453). Alega violação aos arts. 49, §2º e 50 ambos da Lei n. 11.101/2005, na medida em que a aprovação, em assembleia geral de credores, da supressão de todas as garantias fidejussórias e reais existentes em nome dos credores, enseja, consequentemente, a nulidade da Ação de Execução proposta em face dos avalistas da empresa recuperanda. Recurso tempestivo (ID. 25271451). A parte Recorrida ofertou contrarrazões (ID. 26924978). É o relatório. Decido. Sistemática de recursos repetitivos. Conforme cediço, por ocasião do julgamento do REsp n. 1.333.349/SP sob o rito dos recursos repetitivos, o STJ fixou a tese paradigma que deu origem ao Tema 885, segundo o qual “a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005.” Ocorre, todavia, que o referido paradigma não exaure a questão recursal trazida no Recurso Especial. Isso porquê, a divergência jurisprudencial alegada pelos Recorrentes a partir da compreensão do art. 49, §1º, da Lei n. 11.101/05, está amparada na interpretação adotada pelo STJ no julgamento dos EDcl no REsp n. 1.532.943/MT, a qual daria azo à conclusão de que, constando do plano de recuperação – a ser votado em assembleia geral de credores – a supressão de todas as garantias reais ou fidejussórias ofertadas, devem ser suspensas todas as execuções dos débitos da recuperanda, inclusive aquelas movidas em desfavor dos terceiros garantidores. Assim, não há como realizar o juízo prelibatório de admissibilidade segundo a sistemática de precedentes. Com isso, passo à análise dos demais pressupostos de admissibilidade. Pressupostos satisfeitos. A partir da provável ofensa ao artigo 49, §1º, da Lei n. 11.101/2005, a parte Recorrente defende que a recuperação judicial do devedor principal obsta o prosseguimento das ações de execução ajuizadas contra terceiros devedores solidários, quando previsto no plano de recuperação a supressão de todas as garantias fidejussórias e reais, de forma que, com a respectiva aprovação em assembleia geral, esta vincula todos os credores arrolados, ainda que haja discordância, motivo pelo qual devem ser extintas as execuções em face dos sócios e avalistas. Observa-se que houve o devido prequestionamento da matéria acima mencionada, o que impede a incidência das Súmulas 211 do STJ, 282 e 356, do STF. Além disso, a tese recursal não pretende alterar o quadro fático já reconhecido pelo acórdão, mas rever a moldura legal que lhe foi dada (não aplicação da Súmula 7 do STJ), não incidindo, também, no caso concreto, nenhuma outra súmula impeditiva. Dessa forma, presentes todas as condições processuais necessárias, dou seguimento ao recurso pela aduzida afronta legal. Em interpretação conjunta do art. 1.034, parágrafo único, do CPC e Súmula 292/STF, fica dispensado o exame dos demais dispositivos supostamente violados. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004966-30.2005.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
SHIRLEI MARIA MALTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO GONCALVES PEREIRA OAB - MT4929-B (ADVOGADO)
HAMILTON VIRGILIO MEDEIROS OAB - MT4783-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE PHILOMENA OTERO (APELADO)
ESPÓLIO DE BENEDITO OTERO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALDETE OTERO OAB - 02118980159 (REPRESENTANTE)
CARLOS ALBERTO KOCH OAB - MT7299-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA JANET ARDUINI MARQUES DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
VIVIANE OTERO (TERCEIRO INTERESSADO)
LEIDIANE ALVES OTERO (TERCEIRO INTERESSADO)
NILSON MARQUES DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDMAR JOAQUIM RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO)
VANNUCCE OTERO (TERCEIRO INTERESSADO)
WALTER OTERO JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
WALTER OTERO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ DOMINGOS AQUINO (TERCEIRO INTERESSADO)
VALDETE OTERO (TERCEIRO INTERESSADO)
IVONE DE AQUINO (TERCEIRO INTERESSADO)
PAULO CESAR OSSUCHI (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSÉ ANTONIO RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
ALESSANDRO NICOLI (TERCEIRO INTERESSADO)
HELTON MARTINY (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS

Tribunal de Justiça de Mato Grosso PJe - Processo Judicial Eletrônico Recurso Especial Nº 0004966-30.2005.811.0040 RECORRENTE: SHIRLEY MARIA MALTA RECORRIDO: ESPÓLIO DE PHILOMENA ORETO, ESPÓLIO DE BENEDITO OTERO E VALDETE OTERO Vistos, etc. Trata-se de Recurso Especial interposto por SHIRLEY MARIA MALTA, com fundamento no

artigo 105, inciso III, alíneas "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Câmara de Direito Privado, assim ementado (ID 8951639): "RECURSO DE AGRAVO INTERNO OPOSTO NO RECURSO DE APELAÇÃO – REINTEGRAÇÃO DE POSSE – EXISTÊNCIA DE DEMANDA – AÇÃO DEMARCATÓRIA – MESMAS PARTES – CARÁTER DÚPLICE DA DEMANDA - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. É de se reconhecer a ausência de interesse processual da parte decorrente da existência de demanda que tem mesma finalidade e que envolve as mesmas partes litigantes. (TJMT – 0004966-30.2005.811.0041, DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 29/05/2019)" Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados no acórdão proferido no (ID. 19220956). Alega violação aos artigos 82, §10 do CPC, aduzindo que não deu causa ao ajuizamento da ação em duplicidade de mesma matéria, e, que mesmo assim, lhe foi imposto o ônus de arcar com os honorários sucumbenciais no percentual de 17% sobre o valor da causa atualizada. Recurso tempestivo (ID. 22904471). Contrarrazões (ID. 26794978). É o relatório. Decido. Da sistemática de recursos repetitivos Não foi verificada a existência, no Superior Tribunal de Justiça, de tema que se relacione às questões discutidas neste recurso e, por consequência, não há aplicação da sistemática de recursos repetitivos, não incidindo, in casu, a previsão do art. 1.030, I, "b", II e III, do CPC. Passo ao exame dos demais pressupostos de admissibilidade. Reexame de matéria fática (Súmula 7 do STJ) Nos termos do artigo 105, III, da Constituição Federal, a competência do Superior Tribunal de Justiça cinge-se à aplicação e à uniformização da interpretação das leis federais, não sendo possível, pois, o exame de matéria fático-probatória, ex vi Súmula 7/STJ. A suposta violação ao artigo 82, §10 do CPC, a parte Recorrente defende que não foi parte que deu causa ao ajuizamento de ações que tratam de matéria idêntica e, que mesmo assim, lhe foi imposto o ônus de arcar com os honorários sucumbenciais no percentual de 17% sobre o valor da causa, de modo que pugna pela reforma do julgamento em face do fundamento da condenação sucumbencial estar fadado de premissas equivocadas. Neste ponto, consignou-se no aresto recorrido que: "É certo ainda que referida demanda judicial possui sua natureza jurídica de caráter dúplice, podendo para tanto na mesma lide ser analisado os limites e marcos da propriedade, bem como a reinvindicação sobre eventual área que porventura tenha sido invadida. Portanto, equivocado se faz a tramitação de duas demandas judiciais para alcançar o mesmo fim, o que se torna desnecessário a movimentação da máquina judicial com processos que tenham por objeto o alcance de mesmo fim. Não se pode deixar de considerar ainda, que referida demanda demarcatória possui idênticas partes em seus polos, o que por si só, resta caracterizado a presente demanda a ausência de interesse de agir da Apelante para a propositura desta demanda judicial de Reintegração de Posse sobre o mesma área rural. Outrossim, contrário do que afirma a Apelante, referida área é justamente a mesma em que se discute junto à ação demarcatória, que se diga, tramitou em apenso a presente demanda possessória, isso porquê tratar-se idêntico imóvel em que se discute a sua linha divisória, tanto que o Magistrado determinou a reunião dos processos. Logo, com a ação demarcatória poderá o Juízo determinar o restabelecimento e/ou restituição da faixa de área invadida, até mesmo porque na demanda demarcatória a Apelante visa justamente levantar as cercas que estariam supostamente em colocadas indevidamente. Assim, em razão do caráter dúplice da ação demarcatória, tem-se que esses ficaram estremados os limites da propriedade que se discute as partes litigantes, razão pela qual feita a demarcação, restarão estabelecidas quais as partes do bem pertencerão à cada uma das partes da ação que litiga as partes, ou seja, a sentença que julgar procedente o pedido demarcatório determinará a restituição da área invadida, inclusive declarando o domínio sobre o imóvel. Nessa linha de raciocínio, em razão da natureza dúplice da ação demarcatória e tendo a mesma finalidade da ação possessória, deve prevalecer a ação mais abrangente, logo, acertado se faz o julgamento proferido pelo Juízo a quo. Assim, evidenciado a ausência de interesse no ajuizamento da ação, resta configurado ao caso a carência da ação o que torna imperioso a extinção do processo sem seu julgamento de mérito, ex vi do que determina a regra do Art. 485, VI, do CPC. Insta consignar ainda, que referia conclusão restou mantida no RAC n. 000143-62.1995.8.11.0040, no qual versa sobre idêntica matéria e propriedade objeto da lide. Logo, para rever o entendimento firmado no aresto sobre esse ponto, é necessário o exame de fatos e provas, o que atrai o óbice sumular acima mencionado. Confira-se: "PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO VERIFICADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. TRIBUNAL A QUO ENTENDEU QUE A PARTE RECORRENTE DEU CAUSA AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. VALOR NÃO EXORBITANTE. I – [...] V - Ademais, com relação à suscitada violação do art. 85, § 10, do CPC/2015, verifica-se o Tribunal vergastado assentou-se no acervo probatório dos autos para entender que a parte recorrente deu causa ao ajuizamento da ação, condenando-a ao pagamento das verbas de sucumbência. VI - Dessa forma, para se concluir de modo diverso do decisum recorrido, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento esse vedado no âmbito do recurso especial, por óbice da Súmula n. 7/STJ. VII - Assim, quanto à correspondente divergência jurisprudencial alegada, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017 e AgInt no AREsp 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017. VIII – [...] X - Agravo interno improvido." (AgInt no AREsp 1320586/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 10/12/2018) (g.n.) Registre-se que está prejudicada a análise dos pressupostos de admissibilidade pertinentes à alínea "c" (Art. 105, III, CF), diante da aplicação do verbete sumular 7 do STJ. A propósito: "PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO IRRISÓRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA PREJUDICADA. (...) 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o quantum da verba honorária, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração delineados na lei processual. Sua fixação é ato próprio dos juízos das Instâncias ordinárias, e só pode ser alterada em Recurso Especial quando tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura. 3. Dessa forma, modificar o entendimento proferido pelo aresto confrontado implica reexame da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme sua Súmula 7: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial'. 4. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada, em virtude da aplicação da Súmula 7 do STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as conclusões díspares ocorreram não em razão de entendimentos diversos, mas de fatos, provas e circunstâncias específicas do caso concreto. 5. Recurso Especial não conhecido". (REsp 1765987/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 23/11/2018). (g.n.) Dessa forma, sendo insuscetível de revisão o entendimento do órgão fracionário deste Tribunal por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedada está a análise da referida questão pelo STJ, o que obsta a admissão recursal. Posto isso, nego seguimento ao Recurso Especial. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. XVII

Secretaria Auxiliar da Vice-Presidência

Decisão do Vice-Presidente

RECURSO ESPECIAL 0107808-57.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 14/2018) – RECORRENTE(S): GENISON BRITO ALVES LIMA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107809-42.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 14/2018) – RECORRENTE(S): GENISON BRITO ALVES LIMA (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Compulsando os autos, verifico que o recurso protocolado às fls. 117/124, apesar de ter sido autuado como Recurso Extraordinário, se trata de cópia integral do Recurso Especial 01077808-57.2018, o que torna inadmissível o seu conhecimento. Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial." (Desa. MARIA HELENA

G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107779-07.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 37/2018) – RECORRENTE(S): ANTONIO JOSE ESPERANDIO (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107835-40.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 37/2018) – RECORRENTE(S):): ANTONIO JOSE ESPERANDIO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0108425-17.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 54/2018) – RECORRENTE(S): JEFFERSON DIAS CHAVES (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0108190-50.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 54/2018) – RECORRENTE(S): JEFFERSON DIAS CHAVES (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107807-72.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 11/2018) – RECORRENTE(S): FAUSTO JOSÉ FREITAS DA SILVA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107849-24.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 11/2018) – RECORRENTE(S): FAUSTO JOSÉ FREITAS DA SILVA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107834-55.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 58/2018) – RECORRENTE(S): ALGACIR ROMEU BRISOLA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107863-08.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 58/2018) – RECORRENTE(S): ALGACIR ROMEU BRISOLA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107778-22.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 81/2018) – RECORRENTE(S): EDER CLAY DE SANTANA LEAL (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107846-69.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 81/2018) – RECORRENTE(S): EDER CLAY DE SANTANA LEAL (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107819-86.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 9/2018) – RECORRENTE(S): VALTER CARDOSO RIBEIRO DE OLIVEIRA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107829-33.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 9/2018) – RECORRENTE(S): VALTER CARDOSO RIBEIRO DE OLIVEIRA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107781-74.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 32/2018) – RECORRENTE(S): CLOCY HUGUENEY LOPES DE OLIVEIRA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107860-53.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 32/2018) – RECORRENTE(S): CLOCY HUGUENEY LOPES DE OLIVEIRA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 01078818-04.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 82/2018) – RECORRENTE(S): PAULO RUBENS VILELA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0108192-20.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 82/2018) – RECORRENTE(S): PAULO RUBENS VILELA (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107840-62.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 68/2018) – RECORRENTE(S): HAMILTON CEZAR VIEIRA DE CAMARGO (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego

seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107850-09.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 68/2018) – RECORRENTE(S): HAMILTON CEZAR VIEIRA DE CAMARGO (Adv.(s) DR. GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107813.79.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 36/2018) – RECORRENTE(S): VINICIUS FRANCISCO PREZOTO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107811.12.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 36/2018) – RECORRENTE(S): VINICIUS FRANCISCO PREZOTO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107760.98.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 71/2018) – RECORRENTE(S): CHRISTIAN ALESSANDRO CABRAL (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107852.76.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 71/2018) – RECORRENTE(S): CHRISTIAN ALESSANDRO CABRAL (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107830.18.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 60/2018) – RECORRENTE(S): CINTHIA GOMES DA ROCHA CUPIDO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107822.41.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 60/2018) – RECORRENTE(S): CINTHIA GOMES DA ROCHA CUPIDO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107831.03.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 57/2018) – RECORRENTE(S): VALTER FURTADO FILHO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107845.84.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 57/2018) – RECORRENTE(S): VALTER FURTADO FILHO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107804.20.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 10/2018) – RECORRENTE(S): ALESSANDRAH MARQUEZ FERRONATO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107866.60.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 10/2018) – RECORRENTE(S): ALESSANDRAH MARQUEZ FERRONATO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107805.05.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 74/2018) – RECORRENTE(S): JOÃO HENRIQUE DE BRITO SANTOS (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0108203.49.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 74/2018) – RECORRENTE(S): JOÃO HENRIQUE DE BRITO SANTOS (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107800.80.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 65/2018) – RECORRENTE(S): ADRIANO RUBIO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107858.83.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 65/2018) – RECORRENTE(S): ADRIANO RUBIO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107783.44.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 7/2018) – RECORRENTE(S): LILIANE DE SOUZA SANTOS MURATA COSTA (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o

exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0108197.42.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 7/2018) – RECORRENTE(S): LILIANE DE SOUZA SANTOS MURATA COSTA (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107768.75.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 8/2018) – RECORRENTE(S): WELBER BATISTA FRANCO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107865.75.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 8/2018) – RECORRENTE(S): WELBER BATISTA FRANCO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107832.85.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 62/2018) – RECORRENTE(S): DELSON RODRIGUES DE MOURA LOPES (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107854.46.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 62/2018) – RECORRENTE(S): DELSON RODRIGUES DE MOURA LOPES (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107785.14.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 38/2018) – RECORRENTE(S): AQUILES TOSCHI JUNIOR (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107833.70.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 38/2018) – RECORRENTE(S): AQUILES TOSCHI JUNIOR (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107763.53.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 79/2018) – RECORRENTE(S): FÁBIO JOÃO DA SILVEIRA (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107770.45.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 59/2018) – RECORRENTE(S): THORMIRES AROLDO PINTO GODOY (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107815.49.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 76/2018) – RECORRENTE(S): ALEXANDRE MORAIS FRANCO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO ESPECIAL 0107802.50.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 34/2018) – RECORRENTE(S): JOSÉ ANTONIO CAVADAS FILHO (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Especial, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 0107823.26.2018 (RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL 72/2018) – RECORRENTE(S): SILVIA MARIA PAULUZI (Adv.(s) DR(A). GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA, OAB/MT 4032, DR(A). FRANCINI CORREA DA SILVA, OAB/MT 24370), RECORRIDO(S): ESTADO DE MATO GROSSO - Decisão: "... Ante o exposto, nego seguimento ao Recurso Extraordinário, por ser manifestamente inadmissível." (Desa. MARIA HELENA G. PÓVOAS, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça).

Protocolo Número/Ano: 73072 / 2019 REC. ESPECIAL Nº 73072/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 13367/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE RONDONÓPOLIS RECORRENTE(S) - BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S. A. (Advs: Dr(a). MAURO PAULO GALERA MARI - OAB OAB/MT 3056, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - SEBASTIANA MENDES PEREIRA (Advs: Dr. DIVINO BATISTA DE SOUZA - OAB 6433/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Decisão: "**...**Diante disso, nos termos do artigo 1.007, § 4º, do CPC, intime-se a parte Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar o recolhimento, em dobro, do valor devido das custas, sob pena de deserção."

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Protocolo Número/Ano: 76288 / 2019

Decisão: "...Portanto, à vista dos dispositivos acima mencionados, indefiro o pleito de fls. 83/102-TJ, facultando ao Peticionante a extração de cópias das peças necessárias para direcionar o seu pedido no Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição, através de autos complementares."

Ass.: EXMA. SRA. DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (VICE-PRESIDENTE)

Intimação do Vice-Presidente

Protocolo Número/Ano: 76484 / 2019

RAI AO STJ Nº 76484/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 20660/2018 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA

AGRAVANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dra. CLAUDIA REGINA SOUZA RAMOS - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 4263-O/MT), AGRAVADO(S) - CECÍLIA KRUG (Advs: Dr(a). GRACIELLY ROSA ORMOND - OAB 18163-O/MT)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 67812 / 2019

RAI AO STJ Nº 67812/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO

71648/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - EDILSON VICENSI E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). ANGELICA LUCI SCHULLER - OAB 16791/mt, Dr. LAURO SULEK - OAB 3403/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - AGROPECUÁRIA SANTO ESTEVÃO S. A. (Advs: Dr. LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS - OAB 7202/MT, Dr(a). PAULO ROBERTO TAVARES DE SENA - OAB 6432-B/MT, Dr(a). TABAJARA AGUILAR PRAEIRO ALVES - OAB 18960-O/MT, Dr(a). OUTRO(S)), INTERESSADO(S) - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 76875 / 2019
RAI AO STJ Nº 76875/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 71648/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, INTERESSADO(S) - EDILSON VICENSI E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). ANGELICA LUCI SCHULLER - OAB 16791/mt, Dr. LAURO SULEK - OAB 3403/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - AGROPECUÁRIA SANTO ESTEVÃO S. A. (Advs: Dr. LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS - OAB 7202/MT, Dr(a). PAULO ROBERTO TAVARES DE SENA - OAB 6432-B/MT, Dr(a). TABAJARA AGUILAR PRAEIRO ALVES - OAB 18960-O/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 73400 / 2019
RAI AO STJ Nº 73400/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 142054/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). MARILCI MALHEIROS FERNANDES DE SOUZA COSTA E SILVA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 4.646/mt), AGRAVADO(S) - ANA LUIZA DE ARAÚJO DA SILVA (Advs: Dr. JOSÉ KROMINSKI - OAB 10896/mt, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 76588 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 76588/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 123214/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE
RECORRENTE(S) - IZAIR ANTÔNIO CEOLIN E OUTRA(s) (Advs: Dr. ABEL SGUAREZI - OAB 8347/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - ADILCE MARIA CEOLIN E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). ALINE DAL MOLIN - OAB 15887/MT, Dr(a). MARIONE ALCANTARA - OAB 64943/rs, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) recorrido(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 66352 / 2019
RAI AO STJ Nº 66352/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 131311/2016 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). CLÁUDIA REGINA SOUZA RAMOS - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 900001327), AGRAVADO(S) - CEVERINA ROZARIO DOS SANTOS (Advs: Dr. ADEMYR CÉSAR FRANCO - OAB 14091/MT, Dr. CARLOS REZENDE JÚNIOR - OAB 9059/MT, Dra. DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALLARI REZENDE - OAB 6057/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 76200 / 2019
RAI AO STJ Nº 76200/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 4370/2018 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE
AGRAVANTE(S) - ESPÓLIO DE VALDEMIRO GUENO, REPRESENTADO POR SEU INVENTARIANTE UMBERTO JOÃO GUENO E OUTRA(s) (Advs: Dr. LEONARDO RANDAZZO NETO - OAB 3504-A/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - FERNANDO CESAR DALMOLIN (Advs: Dr(a). ARIANA TANARA BASTOS DE LIMA - OAB 7.469/MT, Dr(a). DARLEY DA SILVA CAMARGO - OAB 6526-B/MT, Dr(a). EUDER OLIVEIRA RIBEIRO - OAB 10.271/MT, Dr. JOÃO OLIVEIRA DE LIMA - OAB 4257-B/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 76208 / 2019
RAI AO STJ Nº 76208/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 4376/2018 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE
AGRAVANTE(S) - ESPÓLIO DE VALDEMIRO GUENO, REPRESENTADO POR SEU INVENTARIANTE UMBERTO JOÃO GUENO E OUTRA(s) (Advs: Dr. LEONARDO RANDAZZO NETO - OAB 3504-A/MT), AGRAVADO(S) - FERNANDO CESAR DALMOLIN (Advs: Dra. ARIANE TANARA BASTOS DE LIMA - OAB 7669/MT, Dr(a). DARLEY DA SILVA CAMARGO - OAB 6526-B/MT, Dr(a). EUDER OLIVEIRA RIBEIRO - OAB 10271/MT, Dr(a). JOÃO DE OLIVEIRA LIMA - OAB 4.257-B/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 76303 / 2019
RAI AO STJ Nº 76303/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 4375/2018 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE
AGRAVANTE(S) - ESPÓLIO DE VALDEMIRO GUENO, REPRESENTADO POR SEU INVENTARIANTE UMBERTO JOÃO GUENO E OUTRA(s) (Advs: Dr. LEONARDO RANDAZZO NETO - OAB 3504-A/MT, Dr(a). OUTRO(S)), AGRAVADO(S) - FERNANDO CESAR DALMOLIN (Advs: Dra. ARIANE TANARA BASTOS DE LIMA - OAB 7669/MT, Dr(a). DARLEY DA SILVA CAMARGO - OAB 6526-B/MT, Dr(a). EUDER OLIVEIRA RIBEIRO - OAB 10271/MT, Dr(a). JOÃO DE OLIVEIRA LIMA - OAB 4.257-B/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 76778 / 2019
RAI AO STJ Nº 76778/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 25643/2018 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - JANIO VIEGAS DE PINHO E OUTRA(s) (Advs: Dr. EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB 8548/MT), AGRAVADO(S) - ESPÓLIO DE FABIANO VIEGAS DINIZ, REPRESENTADO POR SUA INVENTARIANTE TATIANA SANGALLI PADILHA (Advs: Dr. ANTÔNIO LUIZ FERREIRA DA SILVA - OAB 6565/MT)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Protocolo Número/Ano: 65187 / 2019
REC. ESPECIAL Nº 65187/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 35565/2018 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
RECORRENTE(S) - GILBERTO ANDREATTA E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). MARCISIO FOLETTO PEREIRA - OAB 20686/MT, Dr(a). OUTRO(S)), RECORRIDO(S) - NILSON MARTINS MARQUES (Advs: Dr(a). CRISTINNY NUNES RONDON SANTANA - OAB 22716/MT, Dr. OTACÍLIO PERON - OAB 3684-A/MT, Dr(a). OUTRO(S))

Intimação ao(s) recorrido(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Corregedoria-Geral da Justiça

Portaria Conjunta

PORTARIA CONJUNTA PRES-CGJ N. 1579, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019
Amplia a suspensão do expediente no âmbito da 9ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, de que trata Portaria Conjunta PRES-CGJ n. 1.511, de 3 de dezembro de 2019.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como em conformidade com a decisão exarada nos autos da Proposição n. 3/2019 (CIA n. 0052273-12.2019.8.11.0000);

RESOLVEM:
Art. 1º Ampliar a suspensão do expediente no âmbito da 9ª VaraCível da Comarca de Cuiabá, de que trata a Portaria Conjunta PRES-CGJ n. 1.511, de 3 de dezembro de 2019, nos termos desta Portaria Conjunta.
Art. 2º Ficará suspenso o expediente, no âmbito da 9ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, no período de 7 de janeiro de 2020 a 20 de janeiro de 2020, sem prejuízo das audiências já designadas, que serão realizadas normalmente.
Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
(documento assinado digitalmente)
Desembargador LUIZ FERREIRA DA SILVA
(documento assinado digitalmente)

Diretoria Geral

Portaria Presidência

PORTARIA N. 1584/2019/PRES, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019
Altera o art. 1º da Portaria n. 319-PRES, de 12 de fevereiro de 2019, quanto à composição da Comissão para elaboração do Manual de Redação do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais e regimentais,
RESOLVE:
Art. 1º Alterar a redação do art. 1º da Portaria n. 319-PRES, de 12 de fevereiro de 2019, alterada pelas Portarias n. 692/2019-DGTJ e 1022/PRES-2019, no que concerne aos membros da Comissão constituída para a elaboração do Manual de Redação do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, que fica assim redigido:
"Art. 1º Instituir comissão, composta pelos seguintes membros:
I - Des. Luiz Ferreira da Silva - Corregedor-Geral da Justiça;
II - GermanoAleixo Filho - Assessor de Assuntos Pedagógicos;
III - Marlene Aparecida Dorileo de Castro - Assessora Jurídica de Desembargador;
IV - Claudenice Deijany Farias de Costa - Diretora-Geral;
V - Aline Paula Motta - Coordenadora de Gabinete da Corregedoria;
VI - Danilo Pereira da Silva - Técnico Judiciário;
VII - Thiago Fabrício dos Santos- Assessor Técnico-Jurídico;
VIII - Mariane Aparecida Leite de Oliveira Weissheimer - Coordenadora de Comunicação;
IX - Melissa Esteves Matsubara Zimermam - Assessora Técnico-Jurídico;
X - Michelli Marina dos Santos Costa Freitas - Assessora Técnico-Jurídico."
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

Coordenadoria de Magistrados

Portaria Presidência

PORTARIA Nº 1468/2019-PRES
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o expediente (0061406-78.2019), subscrito pela Exma. Sra. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos,
RESOLVE:
Convocar o Excelentíssimo Senhor Desembargador JOÃO FERREIRA FILHO, para completar quórum na Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, na sessão do dia 25.11.2019, segunda-feira, Plenário 3, às 14h, em face da ausência justificada da Desa. Helena Maria Bezerra Ramos.
Cuiabá, 4 de dezembro de 2019.
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça

Coordenadoria Judiciária

Departamento Judiciário Auxiliar

Distribuição e Redistribuição

Aos 10/12/2019 foram distribuídos/redistribuídos os seguintes processos:

CÂMARA: TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Inquérito Policial 76336/2019 Classe: 279 - CNJ
RELATOR(A) DES. PEDRO SAKAMOTO
Origem: COMARCA DE PORTO ESPERIDIÃO
Protocolo: 76336/2019
Número Único: 0076336-04.2019.8.11.0000
Assunto: EXECUÇÃO
REQUERENTE(S): DELEGADO DE POLÍCIA DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE PORTO ESPIRIDIÃO
DISTRIBUIÇÃO - Sorteio
Magistrados participantes do sorteio: DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES. PAULO DA CUNHA, DRA. GLENDA MOREIRA BORGES, DES. RUI RAMOS RIBEIRO, DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES. MARCOS MACHADO, DES. PEDRO SAKAMOTO, DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO e DES. GILBERTO GIRALDELLI
Não foram registrados impedimentos.

CÂMARA: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Apelação 76311/2019 Classe: 417 - CNJ
RELATOR(A) DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
Origem: COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE
Protocolo: 76311/2019
Número Único: 0002089-72.2018.8.11.0037
Assunto: EXECUÇÃO
APELANTE(S): TERESA PADILHA
APELADO(S): MINISTERIO PUBLICO
DISTRIBUIÇÃO - Sorteio
Magistrados participantes do sorteio: DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES. PAULO DA CUNHA e DES. MARCOS MACHADO
Magistrados impedidos: DR. ALEXANDRE DELICATO PAMPADO e DRA. LIDIANE DE ALMEIDA ANASTÁCIO

CÂMARA: PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO

Remessa Necessária 136221/2017 Classe: 199 - CNJ
RELATOR(A) DR. MARCIO APARECIDO GUEDES
Origem: COMARCA CAPITAL
Protocolo: 136221/2017
Número Único: 0044541-27.2014.8.11.0041
Assunto: EXECUÇÃO
INTERESSADO(S): ALE COMBUSTÍVEIS S.A.
ADVOGADO(S): Dr(a). OUTRO(S)
Dr(a). RICARDO FERNANDES MAGALHÃES DA SILVEIRA - OAB 87849/RJ
INTERESSADO(S): PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - PLENO DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO
REDISTRIBUIÇÃO - Por Determinação
.
Magistrados impedidos: DR. ROBERTO TEIXERA SEROR e DR. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

Remessa Necessária 145277/2017 Classe: 199 - CNJ
RELATOR(A) DR. MARCIO APARECIDO GUEDES
Origem: COMARCA DE BRASNORTE
Protocolo: 145277/2017
Número Único: 0001219-71.2014.8.11.0100
Assunto: EXECUÇÃO
INTERESSADO(S): MADEREIRA QUARAÍ LTDA
ADVOGADO(S): Dr(a). OUTRO(S)
Dr. SILVIO CÉSAR DOS SANTOS - OAB 7806-B/MT
INTERESSADO(S): ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.
REDISTRIBUIÇÃO - Por Determinação
.
Magistrados impedidos: DR. VAGNER DUPIM DIAS e DR. CONRADO MACHADO SIMÃO

Para atendimento ao artigo 83 inciso II do RI - 10ª Ed. o sorteio é realizado primeiramente entre as câmaras competentes seguido do sorteio entre os magistrados que a compõem.
NIL ROSINHA QUEIROZ BRAGAGLIA
Diretor(a) do Departamento Judiciário Auxiliar

Primeira Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018870-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO CEZAR DE ANDRADE FILHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARNALDO SILVA ARAUJO OAB - MT13840-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
POLLYANA RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018870-35.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018884-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
S. P. MARTINS - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIRLEIA STROBEL OAB - MT5256-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGRO FERRAGENS LUIZAO LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDGARDE ALVES DE OLIVEIRA OAB - 029.343.718-16 (PROCURADOR)

Certifico que o Processo nº 1018884-19.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018898-03.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
MARLUCIA ALVES DA SILVA (AGRAVADO)
RENATO FERREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
SONIA ELZA DA SILVA (AGRAVADO)
GILSON MARIO DA SILVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018898-03.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018934-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARDOSO DE SOUZA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUNIO CESAR COELHO DA SILVA OAB - MT19199-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANE LOURENCO DA CONCEICAO TORRES (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018934-45.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018941-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
V. H. B. M. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIANA GYSELE RODRIGUES FRANCO OAB - MT25921/O (ADVOGADO)
MARCIO FREDERICO ARRUDA MONTENEGRO OAB - MT15329-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. D. B. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018941-37.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018945-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINVALDO SANTOS BRITO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARTI MATOS CARRIJO FRAGA OAB - MT4574-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018945-74.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018949-14.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DAIR PEREIRA DO NASCIMENTO (AGRAVANTE)
MARIANA VICENTE DO NASCIMENTO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELL JOSE GIRALDES PORTELA OAB - MT10081-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO LUIZ VICENTE (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018949-14.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008963-76.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO SANTOS (APELANTE)
MARCELO MACEDO DE FREITAS (APELANTE)
RAIMUNDO RAMOS DE SANTANA (APELANTE)
ROBSON BENEDITO CARVALHO (APELANTE)
ANTONIO PROCOPIO DE FIGUEIREDO (APELANTE)
DARIO SANTANA PIRES (APELANTE)
CICERO VIEIRA DOS REIS (APELANTE)
BENEDITO MARIANO DOS SANTOS (APELANTE)
SEBASTIAO RODRIGUES GONCALVES (APELANTE)
MARIA DALVA PEREIRA DA SILVA (APELANTE)
IRANI MARIA FERREIRA SELIN (APELANTE)
SERGIO BORGES DA SULVA (APELANTE)
TELMA GLORIA LOPES DO ESPIRITO SANTO (APELANTE)
VETURINO TEODORO DE SOUZA (APELANTE)
MARLENE ALVES DE MIRANDA (APELANTE)
NATHALIA FERREIRA MIRANDA (APELANTE)
RODRIGO ANDRE DE PINHO (APELANTE)
DEUZINA ALMEIDA DOS SANTOS (APELANTE)
DAMIAO FELISMINO DO NASCIMENTO (APELANTE)
MANOEL DA SILVA GASTINO (APELANTE)
JAIME DINIZ RODRIGUES (APELANTE)
BERNARDO RAMOS CORREA (APELANTE)
FRANCISCO VIEIRA REIS (APELANTE)
DOMINGOS SAVIO DE SOUSA VELOSO (APELANTE)
SUZAMAR APARECIDA DE PORTUGAL (APELANTE)
ESPOLIO DE CICERO VIEIRA DOS REIS (APELANTE)
IGNESIO CLEMENTINO SOARES (APELANTE)
IVONE MARIA DA SILVA PORTUGAL (APELANTE)
ANTONIO ALVES ROSA (APELANTE)
ABEDOM DE FREITAS MORAES (APELANTE)
REUS INCERTOS, DESCONHECIDOS, INOMINADOS, EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS. (APELANTE)
DIVINO SILVA DE SOUZA (APELANTE)
ASSOCIACAO JONAS PINHEIRO DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DO COXIPO DO OURO (APELANTE)

JOSUE FERREIRA PAELO (APELANTE)
MANOEL MESSIAS RODRIGUES (APELANTE)
MARIA JOSE RODRIGUES (APELANTE)
DANIELA RODRIGUES DA SILVA (APELANTE)
REGINA ESTELA DA LUZ SILVA (APELANTE)
CICERO LUIZ SCHIMAIHEL (APELANTE)
NARSIZO SIMAO DE ALMEIDA (APELANTE)
JOSE FRANCISCO DA COSTA (APELANTE)
APARECIDO BORGES PEREIRA (APELANTE)
LUCIA BORGES (APELANTE)
MARIA DO CARMO VIEIRA DOS REIS (APELANTE)
SEBASTIAO MARCELINO DA CRUZ (APELANTE)
ALEZ LUIZ DE MACEDO (APELANTE)
LUCIANA RODRIGUES DA SILVA (APELANTE)
PEDRO PEREIRA DOS SANTOS (APELANTE)
WILZA SORAYA BRULIN HOLISVIQUE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE BENEDITO SANT ' ANA DA SILVA FREIRE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE OAB - MT8942-O (ADVOGADO)
CAIME SHIMAZAKI FOSS OAB - MT26399/O (ADVOGADO)
DANIELLE AVILA ALMEIDA OAB - MT14442-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LEILA BARROS SILVA FREIRE (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0008963-76.2009.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Esbulho / Turbação / Ameaça] Relator: Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS Turma Julgadora: [DES(A). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, DES(A). JOAO FERREIRA FILHO, DES(A). SEBASTIAO DE MORAES FILHO] Parte(s): [LEILA BARROS SILVA FREIRE - CPF: 314.238.921-00 (APELADO), MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE - CPF: 483.726.411-53 (ADVOGADO), CICERO VIEIRA DOS REIS (APELANTE), BENEDITO MARIANO DOS SANTOS (APELANTE), ANTONIO PROCOPIO DE FIGUEIREDO (APELANTE), DARIO SANTANA PIRES (APELANTE), RAIMUNDO RAMOS DE SANTANA (APELANTE), ROBSON BENEDITO CARVALHO (APELANTE), BENEDITO SANTOS (APELANTE), MARCELO MACEDO DE FREITAS (APELANTE), ANTONIO ALVES ROSA (APELANTE), ABEDOM DE FREITAS MORAES (APELANTE), IGNESIO CLEMENTINO SOARES (APELANTE), IVONE MARIA DA SILVA PORTUGAL (APELANTE), SUZAMAR APARECIDA DE PORTUGAL (APELANTE), ESPOLIO DE CICERO VIEIRA DOS REIS (APELANTE), FRANCISCO VIEIRA REIS - CPF: 522.197.551-34 (APELANTE), DOMINGOS SAVIO DE SOUSA VELOSO - CPF: 736.674.393-34 (APELANTE), JAIME DINIZ RODRIGUES (APELANTE), BERNARDO RAMOS CORREA - CPF: 027.926.481-04 (APELANTE), DAMIAO FELISMINO DO NASCIMENTO (APELANTE), MANOEL DA SILVA GASTINO (APELANTE), RODRIGO ANDRE DE PINHO (APELANTE), DEUZINA ALMEIDA DOS SANTOS (APELANTE), MARLENE ALVES DE MIRANDA (APELANTE), NATHALIA FERREIRA MIRANDA (APELANTE), TELMA GLORIA LOPES DO ESPIRITO SANTO (APELANTE), VETURINO TEODORO DE SOUZA (APELANTE), IRANI MARIA FERREIRA SELIN (APELANTE), SERGIO BORGES DA SULVA (APELANTE), SEBASTIAO RODRIGUES GONCALVES (APELANTE), MARIA DALVA PEREIRA DA SILVA (APELANTE), PEDRO PEREIRA DOS SANTOS (APELANTE), WILZA SORAYA BRULIN HOLISVIQUE (APELANTE), ALEZ LUIZ DE MACEDO (APELANTE), LUCIANA RODRIGUES DA SILVA (APELANTE), MARIA DO CARMO VIEIRA DOS REIS - CPF: 920.611.251-15 (APELANTE), SEBASTIAO MARCELINO DA CRUZ - CPF: 106.989.901-10 (APELANTE), APARECIDO BORGES PEREIRA (APELANTE), LUCIA BORGES (APELANTE), NARSIZO SIMAO DE ALMEIDA - CPF: 209.376.521-72 (APELANTE), JOSE FRANCISCO DA COSTA (APELANTE), REGINA ESTELA DA LUZ SILVA - CPF: 314.318.101-00 (APELANTE), CICERO LUIZ SCHIMAIHEL (APELANTE), MARIA JOSE RODRIGUES (APELANTE), DANIELA RODRIGUES DA SILVA (APELANTE), JOSUE FERREIRA PAELO (APELANTE), MANOEL MESSIAS RODRIGUES - CPF: 161.638.771-87 (APELANTE), DIVINO SILVA DE SOUZA - CPF: 545.288.101-82 (APELANTE), ASSOCIACAO JONAS PINHEIRO DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO DO COXIPO DO OURO (APELANTE), REUS INCERTOS, DESCONHECIDOS, INOMINADOS, EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS. (APELANTE), ESPÓLIO DE BENEDITO SANT ' ANA DA SILVA FREIRE (APELADO), DANIELLE AVILA ALMEIDA - CPF: 270.429.428-33 (ADVOGADO), LEILA BARROS SILVA FREIRE - CPF: 314.238.921-00 (REPRESENTANTE/NOTICIANTE), CAIME SHIMAZAKI FOSS - CPF: 050.722.971-10 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – JULGAMENTO ANTECIPADO – INOCORRÊNCIA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Presentes os requisitos do art. 355, I, do NCPC, impõe-se o julgamento antecipado da lide, não caracterizando este fato a nulidade por cerceamento de defesa. Além disso, o juiz é o destinatário da prova e deve decidir quais provas são relevantes à formação de sua convicção. O § único do artigo 370, do CPC, incumbe ao magistrado indeferir, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000273-42.2014.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
RAMIRO MURAD FILHO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANESSA KOMATSU OAB - SP238729-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO MOURA LIMA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
OTAVIO NUNES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
DOLIRIA LUIZA DE OLIVEIRA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0000273-42.2014.8.11.0022 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Intervenção de Terceiros] Relator: Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS Turma Julgadora: [DES(A). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, DES(A). JOAO FERREIRA FILHO, DES(A). SEBASTIAO DE MORAES FILHO] Parte(s): [RAMIRO MURAD FILHO - CPF: 025.812.628-00 (EMBARGADO), VANESSA KOMATSU - CPF: 296.401.918-50 (ADVOGADO), RODRIGO MOURA LIMA - CPF: 909.039.781-72 (EMBARGANTE), DUILIO PIATO JUNIOR - CPF: 318.172.111-53 (ADVOGADO), DUILIO PIATO JUNIOR - CPF: 318.172.111-53 (ADVOGADO), RODRIGO MOURA LIMA - CPF: 909.039.781-72 (EMBARGADO), RAMIRO MURAD FILHO - CPF: 025.812.628-00 (EMBARGANTE), VANESSA KOMATSU - CPF: 296.401.918-50 (ADVOGADO), DOLIRIA LUIZA DE OLIVEIRA SILVA - CPF: 841.647.781-72 (TERCEIRO INTERESSADO), OTAVIO NUNES DA SILVA - CPF: 016.509.801-59 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM PREQUESTIONAMENTO – RECURSO DE APELAÇÃO – EMBARGOS DE TERCEIRO – VÍCIOS INEXISTENTES – MATÉRIA DEVIDAMENTE TRATADA - INTENÇÃO DO EMBARGANTE DE REDISCUTIR A MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – NECESSÁRIA OBEDIÊNCIA AOS DITAMES DO ART. 1.022, CPC/2015 (ANTERIOR ART. 535, CPC/1973) – DECISÃO COLEGIADA CLARA E COERENTE – MATÉRIA PREQUESTIONADA - EMBARGOS REJEITADOS. Ainda que para fins de prequestionamento, não havendo erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, mas mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, apesar de devidamente abordados todos os aspectos relevantes ao deslinde da causa, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010746-44.2014.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ALOISIO ALVES DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAICOM PEDRO DUARTE DE MORAES OAB - MT22768-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVIA ANUNCIACAO OLIVEIRA (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
JUSSARA MARIA FONSECA SANTOS LIRA OAB - MT16656-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0010746-44.2014.8.11.0004 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Reconhecimento / Dissolução, Inventário e Partilha] Relator: Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS Turma Julgadora: [DES(A). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, DES(A). JOAO FERREIRA FILHO, DES(A). SEBASTIAO DE MORAES FILHO] Parte(s): [VIVIA ANUNCIACAO OLIVEIRA - CPF: 593.654.391-91 (APELADO), JUSSARA MARIA FONSECA SANTOS LIRA - CPF: 240.557.511-68 (ADVOGADO), ALOISIO ALVES DE SOUZA - CPF: 284.241.071-87 (APELANTE), MAICOM PEDRO DUARTE DE MORAES - CPF: 041.786.281-43 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RECONHECIMENTO C/C DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E ANULAÇÃO DE ACORDO AMIGÁVEL DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL – OFENSA A DIALETICIDADE – SENTENÇA GÉNERICA – PRELIMINARES REJEITADAS – PARTILHA – ALEGAÇÃO DE IMÓVEIS VENDIDOS, INDISPONÍVEIS, COM INVASÃO – ESCRITURAS QUE CONTEM DECLARAÇÃO DE ESTADO CÍVEL DIVERSO DA REALIDADE – AUSÊNCIA DE PROVA DA ANUÊNCIA DA COMPANHEIRA COM AS ALIENAÇÕES – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. No caso concreto, não há como presumir que a companheira tenha anuído com a alienação dos terrenos, tendo em vista que nas escrituras públicas o réu se declarou divorciado, omitindo seu verdadeiro estado civil. Nos termos do artigo 1.725, do CC "Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens. ". E, do artigo 1.647, I, do mesmo artigo, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010934-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO DE ASSIS SANTANA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL KRUEGER OAB - MT12058-A (ADVOGADO)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1010934-56.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Seguro] Relator: Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS Turma Julgadora: [DES(A). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, DES(A). JOAO FERREIRA FILHO, DES(A). SEBASTIAO DE MORAES FILHO] Parte(s): [JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS - CPF: 074.596.986-01 (ADVOGADO), PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ: 61.198.164/0001-60 (AGRAVANTE), FRANCISCO DE ASSIS SANTANA - CPF: 680.103.899-00 (AGRAVADO), RAFAEL KRUEGER - CPF: 968.957.721-20 (ADVOGADO), LUIZ HENRIQUE VIEIRA - CPF: 027.320.216-28 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT - HONORÁRIOS PERICIAIS – PAGAMENTO IMPOSTO À RÉ – PROVA REQUERIDA POR AMBOS OS LITIGANTES – NECESSIDADE DE RATEIO – APLICABILIDADE DO ART. 95 DO CPC - BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA - OBSERVÂNCIA DO ART. 95, §3º DO CPC E DA RESOLUÇÃO Nº 232/2016-CNJ C/C ART. 504 DA CNGC- TJMT - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. "Se autor e réu pugnaram pela prova pericial, o pagamento dos respectivos honorários deve ser rateado entre ambos, nos termos do art. 95 do CPC. Nos casos em que o postulante for beneficiário da justiça gratuita, o § 3o do citado artigo enuncia que a perícia poderá ser I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado; II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça". (N.U 1004880-74.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 22/05/2019, Publicado no DJE 24/05/2019).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0030102-40.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SILVANA ALVES DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ODAIR APARECIDO BUSIQUIA OAB - MT11564-A (ADVOGADO)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0030102-40.2016.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Contratos Bancários, Indenização por Dano Moral] Relator: Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS Turma Julgadora: [DES(A). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, DES(A). JOAO FERREIRA FILHO, DES(A). SEBASTIAO DE MORAES FILHO] Parte(s): [SILVANA ALVES DE SOUZA - CPF: 925.094.951-00 (APELADO), ODAIR APARECIDO BUSIQUIA - CPF: 387.270.809-00 (ADVOGADO), BANCO DO BRASIL SA - CNPJ: 00.000.000/5167-59 (APELANTE), NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - CPF: 668.018.009-06 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA. ART. 1.003 DO CC. INAPLICABILIDADE. CONTRATO FIRMADO APÓS A RETIRADA DO EX-SÓCIO DO QUADRO SOCIETÁRIO EMPRESA. ALEGAÇÃO DE QUE A PARTE ERA FIADORA NO CONTRATO. NÃO COMPROVAÇÃO. OFENSA ART. 373, II DO CPC. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO "IN RE IPSA". DANO MORAL CONFIGURADO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. PEDIDO DE MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DANO MATERIAL COMPROVADO. DEVER DE INDENIZAR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CARACTERIZADA. ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A regra do parágrafo único art. 1.003 do Código Civil acerca da responsabilidade por até dois anos de ex-sócio após a averbação da modificação do contrato, pressupõe que o ex-sócio tenha contraído obrigação em momento anterior a sua retirada da sociedade. 2. Nos termos do art. 373, II, do CPC, é ônus do réu provar a existência de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor, assim não o fazendo resta acolhida a pretensão autoral. 3. "A inscrição/manutenção indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplente enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos." (AgRg no AREsp 456.673/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe 21/05/2014) 4. A fixação do quantum indenizatório a título de danos morais deve sopesar os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, atentando-se ao grau de culpa do ofensor, extensão dos danos e capacidade econômica das partes, o caráter compensatório e punitivo da indenização. 5. Se o valor fixado a título de dano moral se mostra justo, moderado e razoável, atende aos escopos da condenação, especialmente aquele de não se constituir em fator de enriquecimento ilícito e servir de reprovação e prevenção à conduta lesiva, não há falar em modificação. 6. Comprovado nos autos o prejuízo financeiro decorrente de atitude ilícita,

imperiosa a condenação ao pagamento de indenização a título de danos materiais. 7. Configurada a litigância de má-fé a aplicação da sanção prevista no diploma processual é medida que se impõe. 8. Recurso desprovido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0036818-59.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON YOSHINARI FERREIRA DA CRUZ (APELANTE)
LIBERTY SEGUROS S/A (APELANTE)
ANNE CAROLINE CHINAGLIA AMORIM YOSHINARI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STEPHANNI FERREIRA SILVA OAB - MT17617-O (ADVOGADO)
RUBIA EMANUELLA SOARES RIBEIRO OAB - MT16120-O (ADVOGADO)
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)
SILVIA PACHECO CASTANHO OAB - MT15680-O (ADVOGADO)
LUCIANO LUIS BRESCOVICI OAB - MT6814-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VANDO GOMES DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAIK HALLEY MAGALHAES OAB - MT18893-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
INDIANA SEGUROS S/A (TERCEIRO INTERESSADO)
ARACI VENERANDA KWIECINSKI (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 0036818-59.2011.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Indenização por Dano Moral, Acidente de Trânsito] Relator: Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS Turma Julgadora: [DES(A). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, DES(A). JOAO FERREIRA FILHO, DES(A). SEBASTIAO DE MORAES FILHO] Parte(s): [VANDO GOMES DA SILVA - CPF: 015.950.661-10 (APELADO), MAIK HALLEY MAGALHAES - CPF: 799.130.591-00 (ADVOGADO), CESAR PRADO DE SOUZA - CPF: 825.549.788-91 (APELANTE), LUCIANO LUIS BRESCOVICI - CPF: 758.114.809-20 (ADVOGADO), ANNE CAROLINE CHINAGLIA AMORIM YOSHINARI - CPF: 967.630.781-53 (APELANTE), SILVIA PACHECO CASTANHO - CPF: 024.910.381-88 (ADVOGADO), LIBERTY SEGUROS S/A - CNPJ: 61.550.141/0001-72 (APELANTE), JACO CARLOS SILVA COELHO - CPF: 361.251.211-00 (ADVOGADO), RUBIA EMANUELLA SOARES RIBEIRO - CPF: 019.998.081-00 (ADVOGADO), STEPHANNI FERREIRA SILVA - CPF: 022.023.621-69 (ADVOGADO), INDIANA SEGUROS S/A - CNPJ: 61.100.145/0001-59 (TERCEIRO INTERESSADO), ARACI VENERANDA KWIECINSKI - CPF: 299.672.791-68 (REPRESENTANTE/NOTICIANTE), JEFFERSON YOSHINARI FERREIRA DA CRUZ (APELANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU OS RECURSOS. E M E N T A APELAÇÕES CÍVEIS – INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO – SEQUELAS PERMANENTES – IRREVERSÍVEIS – DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE FÍSICA DA VÍTIMA-APELADA AFERIDA POR MEIO DE LAUDO PERICIAL – COMPROMETIMENTO DO PÉ DIREITO – DIFICULDADE PARA TRABALHAR – DIMUNIÇÃO DO SUPORTE FÍSICO DOS MEMBROS INFERIORES – CULPA DOS REQUERIDOS/APELANTES CONSTATADA – DANO MORAL FIXADO EM R$ 30.000,00 (TRINTA MIL) – OBSERVÂNCIA AOS DITAMES DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E CARÁTER PEDAGÓGICO DA CONDENAÇÃO – ABATIMENTO DO VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE DPVAT SEM CORREÇÃO MONETÁRIA – INVIABILIDADE DA CORREÇÃO – VALOR JÁ RECEBIDO – IMPOSSIBILIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL – DIFERENCIAÇÃO ENTRE PATAMAR DE FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA ADVOCATÍCIA – POSSIBILIDADE À LUZ DO DISPOSTO NO ARTIGO 85, § 2º, I a IV DO CPC – SITUAÇÕES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL QUE AVALIZAM O TRATAMENTO DIFERENCIADO – AUSÊNCIA DE CLÁUSULA EXPRESSA DE EXCLUSÃO DOS DANOS MORAIS – INCORPORAÇÃO DOS DANOS MORAIS PELOS DANOS PESSOAIS PREVISTOS NA APÓLICE – APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 402 DO STJ – MATÉRIA PREQUESTIONADA - APELOS DESPROVIDOS. É adequada a fixação de danos morais no valor de R$ 30.000,00, quando efetivamente há, em decorrência de acidente de trânsito, a aferição dos danos causados, que acarretaram a diminuição permanente de atividade física, laboral, e estética, mormente quando os membros inferiores ficam danificados, verificando-se a angústia decorrente da situação de incapacidade parcial permanente, não se constituindo, de maneira alguma, em enriquecimento indevido, atendendo-se, ao mesmo tempo, o caráter pedagógico da condenação. Não é viável a correção monetária do valor recebido a título de pagamento de DPVAT, o qual deverá ser subtraído do valor fixado por danos morais, ante a impossibilidade da atualização do capital que já foi pago. Admite-se a diferenciação de patamar de fixação de verba honorária advocatícia, à luz do artigo 85, § 2º, I a IV do CPC, eis que é possível que haja diferença de atuação profissional, levando-se em consideração o grau de zelo, a diferença de complexidade e o tempo de trabalho. Verificando-se a ausência de cláusula expressa de exclusão dos danos morais, ainda que não haja previsão na apólice no que se refere a tal verba, impõe-se aplicar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (Súmula n. 402), de que tais danos ficam incorporados pelos danos pessoais efetivamente previstos na apólice.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009058-31.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ OSORSKI (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
C B LIMA REFRIGERACAO - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERSON LEVY RABONE PALMA OAB - MT18609-O (ADVOGADO)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1009058-31.2017.8.11.0002 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Perdas e Danos, Cheque] Relator: Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS Turma Julgadora: [DES(A). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, DES(A). JOAO FERREIRA FILHO, DES(A). SEBASTIAO DE MORAES FILHO] Parte(s): [C B LIMA REFRIGERACAO - ME - CNPJ: 02.230.867/0001-69 (APELADO), GERSON LEVY RABONE PALMA - CPF: 029.628.491-21 (ADVOGADO), LUIZ OSORSKI - CPF: 361.522.421-34 (APELANTE), DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 02.528.193/0001-83 (REPRESENTANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO MONITÓRIA – CONDENAÇÃO AO ÔNUS SUCUMBENCIAL - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA INDEFERIDO – HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA NÃO DEMONSTRADA – DEMANDA SOB PATROCÍNIO DA DEFENSORIA PÚBLICA – IRRELEVÂNCIA – CONDIÇÃO DE CURADORIA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. “A condição de miserabilidade, em relação ao réu citado fictamente, não se presume, ainda que tenha havido a nomeação de Defensor Público para o exercício do múnus da Curadoria Especial. (N.U 0008913-31.2013.8.11.0002, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 24/07/2019, publicado no DJE 29/07/2019)”

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018730-94.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA DE ASSUNCAO ROCHA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSEANY BARROS DE LIMA OAB - MT7959-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LEANDRO ROCHA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
LEANDRO ROCHA DA SILVA 03089781107 (TERCEIRO INTERESSADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS A EXECUÇÃO – NOTA DE CRÉDITO COMERCIAL – CERCEAMENTO DE DEFESA – NÃO CONFIGURADO – DESNECESSIDADE D PROVA PERICIAL – JUROS – LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO – DESCABIMENTO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. As taxas de juros remuneratórios não são limitadas a 12% ao ano, e devem ter como parâmetro a média de mercado regulado pelo BACEN na época da contratação. Contudo, a circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, a conclusão de

cobrança abusiva, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras. (AgRg no AREsp 428.125/MS). Desde a MP nº 2.170-36/2001, em vigor por força da Emenda Constitucional nº 32, é permitida a capitalização mensal dos juros remuneratórios, desde que expressamente pactuada, bastando, para tanto, que a taxa de juros anual seja superior ao duodécuplo da mensal. Precedente do STJ. (Ap, 24654/2014, DES.JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 01/07/2014, Data da publicação no DJE 15/07/2014) Desnecessária a realização de perícia, portanto, não há que se falar em cerceamento de defesa.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012307-67.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO BARBOSA DE ARAUJO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARTA SEBASTIANA DE OLIVEIRA OAB - MT19174-A (ADVOGADO)
RENATO FERREIRA COUTINHO OAB - MT16360-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – NEXO CAUSAL - BOLETIM DE OCORRÊNCIA – RELATÓRIO MÉDICO - LAUDO PERICIAL JUDICIAL – DEMONSTRADO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - QUANTIFICAÇÃO DA LESÃO – APLICAÇÃO DA LEI 11.945/09 – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – MODERAÇÃO E RAZOABILIDADE – INDENIZAÇÃO – DIREITO RECONHECIDO - ÔNUS SUCUMBENCIAL – INTEGRAL – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Suficiente a documentação carreada aos autos para comprovar nexo causal entre o acidente e as lesões dele decorrentes, bem como Laudo Pericial que, em seu parecer técnico elaborado por perito oficial, descreve, delimita e demonstra o dano e a incapacidade definitiva do membro do corpo humano afetado. O juiz deve agir com moderação e razoabilidade ao atender à qualidade e à quantidade do trabalho, bem como o proveito da parte, a fim de não onerar o vencido em demasia nem desqualificar o trabalho do advogado (STJ AgRg no REsp 1.194.995/SP). O reconhecimento do direito à indenização do seguro obrigatório - DPVAT, ainda que em percentual abaixo da quantia pleiteada, embasa a condenação integral da seguradora ao pagamento das despesas sucumbenciais (STJ REsp 1200645/SP).

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001208-33.2016.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA EUNICE PASSOS DE LIMA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL SOUZA NASCIMENTO CAMARGO OAB - MT22193-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO PASSOS ROSA (EMBARGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO – OMISSÃO – EXISTÊNCIA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS – MAJORAÇÃO - CABIMENTO – ARTIGO 85 §11º DO NCPC – VÍCIO SANADO – EMBARGOS ACOLHIDOS. Ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar os honorários advocatícios anteriormente fixados, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal (art. 85, §11º, do NCPC).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002738-71.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALECSANDRO VAZ COSTA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCA DA SILVA LUZARDO OAB - MT19031-O (ADVOGADO)
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – NEXO CAUSAL - BOLETIM DE OCORRÊNCIA – RELATÓRIO MÉDICO - LAUDO PERICIAL JUDICIAL – DEMONSTRADO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - QUANTIFICAÇÃO DA LESÃO – APLICAÇÃO DA LEI 11.945/09 – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Suficiente a documentação carreada aos autos para comprovar nexo causal entre o acidente e as lesões dele decorrentes, bem como Laudo Pericial que, em seu parecer técnico elaborado por perito oficial, descreve, delimita e demonstra o dano e a incapacidade definitiva do membro do corpo humano afetado.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0040382-07.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RITA ISABEL DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO PAGOTTO REIS OAB - MT19573-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS MARIO TEIXEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS MARIO TEIXEIRA OAB - MT13912-O (ADVOGADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA C/C DANOS MORAIS – MANDATO - ATO ILÍCITO DEMONSTRADO – DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO – DANO MORAL DEVIDO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. “O advogado que recebe e aceita mandato que veicula poderes para defender o seu constituinte em juízo assume os deveres e responsabilidades inerentes à sua nobre profissão enquanto atuar no patrocínio da causa. (...). (STJ – Quarta Turma - REsp 596.613/RJ - Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA - Julgado em 19/02/2004-DJ02/08/2004,p.411). Dispõe o art. 373, do CPC, que ao autor e réu são direcionadas normas objetivas, quanto ao ônus da prova, sua distribuição e consequente produção. Desta forma, o ônus estará a cargo do autor, quando necessitar provar fato constitutivo de seu direito, nos termos do artigo 373, I do CPC. “As provas produzidas nos autos dão suporte à tese esposada pelo autor, no sentido de que os seus procuradores se apropriaram de valores oriundos de demanda judicial patrocinada por estes. Indenização por danos morais. Evidenciado o dano, mormente em face da atitude ilícita dos advogados, que retiveram indevidamente verba que pertencia ao seu cliente, cabível a condenação. (Apelação Cível, Nº 70082354622, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ergio Roque Menine, Julgado em: 29-08-2019)”

Intimação

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1001198-59.2017.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIDINEI DOS SANTOS GALAN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOIR AUGUSTO LACCAL DA SILVA OAB - MT9457-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões ao Agravo Interno no prazo legal, nos termos do art. 1.021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015319-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MIGUEL SEVERIANO MARCONDES (AGRAVANTE)
MARILZA MARIA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
ROSIMEIRE ALVES DA SILVA (AGRAVANTE)
LUZINETE NEVES DOS SANTOS (AGRAVANTE)
SANTINA FELICIA GUMULIAUSKIS DE SOUZA (AGRAVANTE)
MIRIAN PIZOTO DE QUEIROZ (AGRAVANTE)
PEDRO PAULO DE SOUZA (AGRAVANTE)
ANA LUCIA VIEIRA (AGRAVANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALERIA LEMES DE MEDEIROS OAB - DF27403O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (TERCEIRO INTERESSADO)

Pelo exposto, com fundamento nos arts. 1.011, I, e 932, IV, "b", ambos do CPC/2015, dou provimento ao recurso para reformar a decisão agravada, e, reconhecendo inexistência de interesse da CEF na lide, determinar o prosseguimento do feito perante a Justiça Estadual. Custas pela agravada. Intime-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001350-82.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULINO LUIZ DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Portanto, provejo parcialmente o apelo, e o faço para redistribuir o ônus sucumbencial, inclusive honorários advocatícios, na proporção de 70% à Porto Seguro e 30% à parte autora, devendo ser observado o que dispõe o art. 98, §3º, do CPC em relação ao autor/apelado. Custas pela apelante. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018730-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR TORRES VEDANA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NOILVES VEDANA OAB - MT11221-A (ADVOGADO)
ALEXANDRE TORRES VEDANA OAB - MT14013-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUELI GARCIA DE CARVALHO (AGRAVADO)
VALTER JOSE DOMINGUES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALESSANDER GIROTTO FERNANDES NOGUEIRA OAB - MG87851 (ADVOGADO)
DIVINO JOSE GIROTTO OAB - MG28460 (ADVOGADO)
IVONIR GIROTTO OAB - MG49707 (ADVOGADO)
VALDEMIR GIROTTO OAB - MG47035 (ADVOGADO)

Portanto, intime-se a parte agravante para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, individualize e identifique os documentos referentes a cada arquivo que compõe o instrumento recursal, especificando no campo de "descrição do documento" qual é o conteúdo/documento presente em cada "Id", sob pena de "retirada da visibilidade" dos documentos não identificados (Resolução nº 04/2016/TP, art. 13-A, §3) e, se isso impedir a completa cognição da controvérsia, de negativa de seguimento do agravo. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015687-40.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VIVIANE IZABELLA DA SILVA AUGUSTIN (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO HENRIQUE GUARESCHI OAB - MT9724-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MILENA PIRAGINE OAB - MT17210-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, IV, "a", do CPC/2015, nego provimento ao recurso. Custas pela apelante. Intimem-se. Expedindo o necessário. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2.019 Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1021541-39.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAOLA FABIANNI SILVA GRANJA DE ALENCAR (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)

Isto posto, nego provimento ao recurso e mantenho a sentença por seus próprios fundamentos. Considerando a regra do art. 85, §11, do CPC, fixo em R$ 200,00 (duzentos reais) o valor dos honorários advocatícios fixados em sede recursal. Custas pela apelante. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018617-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. C. M. M. T. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL GOMES SOARES DE SOUSA OAB - MT23833-O (ADVOGADO)
JOAO GABRIEL PEROTTO PAGOT OAB - MT12055-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
KARINA COSTA MARQUES MEDEIROS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Assim, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeitos suspensivo à decisão agravada. Intime-se o agravado, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015, para que responda no prazo de 15 (quinze) dias. Ouça-se a d. Procuradoria Geral de Justiça. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018617-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. C. M. M. T. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL GOMES SOARES DE SOUSA OAB - MT23833-O (ADVOGADO)
JOAO GABRIEL PEROTTO PAGOT OAB - MT12055-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
KARINA COSTA MARQUES MEDEIROS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018768-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

JOSE ARMANDO ARGENTA (AGRAVANTE)
RUBIA ARGENTA DEON (AGRAVANTE)
RODRIGO CALETTI DEON (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE BARBOSA MATIAS OAB - MT21936-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)

Assim, considerando que o agravante deixou transcorrer em branco o prazo legal para interposição de agravo contra a decisão hostilizada, impõe-se o reconhecimento da intempestividade recursal, pelo que nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento. Custas pelo agravante. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018444-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VIACAO XAVANTE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA LOURENCO SILVA OAB - MT20409-A (ADVOGADO)
WESLEY EDUARDO DA SILVA OAB - MT13617-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BOSCO RODRIGUES CARNEIRO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERIN LEONEL VILELA OAB - MT15821-A (ADVOGADO)
ALVARO AUGUSTO CARVALHO JESUS PEREIRA OAB - MT18160-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JOSE EDUARDO PENA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Intime-se a agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, instruir o recurso com o comprovante do preparo recursal, efetivado no ato da interposição, porquanto, o prazo de 5 dias conferido pelo parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 844/2018-PRES/TJMT destina-se à comprovação do recolhimento do preparo, e não ao seu pagamento em si, que deve ser realizado no ato da interposição do recurso, ou, se não efetuado o preparo no ato da interposição, no mesmo prazo, recolha em dobro o preparo recursal, sob pena de deserção nos termos do art. 1.007, §4º, do CPC/2015, com a advertência, ainda, do §5º do mesmo artigo ("É vedada a complementação se houver insuficiência parcial do preparo, inclusive porte de remessa e retorno, no recolhimento realizado na forma do §4º"). Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018674-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EWYLLIN MARIA MARTINS LEMOS (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCAS DOS SANTOS GOMES OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EULINDA MARIA ALVES DA SILVA OAB - MT16351-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Ú. M. D. S. O. (TERCEIRO INTERESSADO)

Assim, admito a interposição recursal tal como efetivada (CPC, art. 1.015), de modo que recebo e autorizo o processamento do agravo por instrumento, e INDEFIRO o pedido de antecipação da pretensão recursal (CPC, art. 1.019, I), ficando o quadro assim acertado até que a Turma Julgadora, melhor e mais informada pelo subsídio de outros elementos que virão aos autos, inclusive pelo contraponto que será feito pelas contrarrazões, possa decidir com certeza e segurança sobre o mérito do recurso. Intime-se o agravado, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que responda no prazo de 15 dias. Após, dê-se vista dos autos a Procuradoria Geral de Justiça. Expeça-se o necessário. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018674-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EWYLLIN MARIA MARTINS LEMOS (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCAS DOS SANTOS GOMES OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EULINDA MARIA ALVES DA SILVA OAB - MT16351-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Ú. M. D. S. O. (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1010779-87.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VIVALDO DA SILVA VIEIRA (AGRAVANTE)
AGUACERITO LEATHER COMERCIO DE COUROS (AGRAVANTE)
LAUZIMAR FERNANDO MORANDI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SABRINA LIMA DERKOSKI OAB - MT18337-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CEZINO DA CRUZ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NIVANDO CRUZ DE CAMPOS OAB - MT23830/O (ADVOGADO)

Desta feita, nos termos do artigo 998 do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência conforme requerido, declarando extinto este Recurso. Determino a retirada dos autos da pauta de julgamento. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo. Cumpra-se. Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014042-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA OAB - MT5134-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOUIZE HONORATO DE FREITAS (AGRAVADO)
ALEXANDRE AUGUSTIN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO DE SOUZA SALLES JUNIOR OAB - MT6716-O (ADVOGADO)
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA OAB - MT15836 (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL Dr. JOÃO DE SOUZA SALLES JÚNIOR PARA PRESTAR INFORMAÇÕES: "...Primeiro, considerando que os autos foram instruídos com os documentos necessários à aferição da matéria de mérito recursal, e que a decisão agravada foi proferida justamente pelo MM. Juiz que conduz os autos da recuperação judicial, não diviso motivo à adoção da providência de requisitar informações ao Juízo recuperacional. Por outro lado, visando instruir da melhor forma possível os autos para a análise e enfrentamento da questão, acolho o pedido do Parquet para que seja requisitada informações ao administrador judicial quanto à discussão abordada nestes autos. INTIME-SE, pois, o administrador judicial, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o tema discutido nos autos da presente impugnação de crédito (Proc. nº 3911-67.2019.811.0003). Após, com ou sem manifestação, à d. Procuradoria Geral de Justiça. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator"

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014670-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELEDIR LOPES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL JOSE PAULI OAB - MT20244-A (ADVOGADO)
VANDERSON PAULI OAB - MT13534-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANILDO LYRA (AGRAVADO)

Verifica-se que o agravante ELEDIR LOPES não recolheu o preparo do recurso e não é beneficiário da gratuidade da justiça. INTIME-SE, pois, a parte agravante para que, no mesmo e único quinquídio, recolha em dobro o valor do preparo, sob pena de deserção (CPC, art. 1.007, §4º), ou, então, traga ao instrumento recursal comprovante do tempestivo recolhimento do preparo; cabendo a advertência do §5º do supracitado art. 1.007 de que é "vedada a complementação se houver insuficiência parcial do preparo, inclusive porte de remessa e retorno, no recolhimento realizado na forma do §4º". Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016902-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAIRA INES NOSCHANG (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURYTANIA CELESTE BRITO DOS SANTOS BAUERMEISTER OAB - MT16311-A (ADVOGADO)
FLAVIO LUCIANO DE TARSON HUERGO BAUERMEISTER OAB - MT7328-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA MENDES MIRANDA DE BRITTO OAB - MS14837-A (ADVOGADO)
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

Assim, antes de receber o recurso, ordeno a intimação da agravante para que, no prazo de cinco dias, apresente nestes autos prova cabal do deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita, ou então efetue o pagamento do preparo recursal, sob pena de não conhecimento do recurso por deserção. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013353-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA PILONETO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDER DE MEIRA COELHO OAB - MT24136/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (AGRAVADO)
GUILHERMINO RAMAO PINHEIRO DA SILVA (AGRAVADO)
PAULO CESAR DE ALMEIDA JOSETTI EIRELI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE CARDOSO DE SOUZA HIGA OAB - MT14500-O (ADVOGADO)

Considerando que a agravante informou na petição de id. 27550959 que a empresa AYMORÉ procedeu com a baixa do gravame, julgo prejudicado o recurso, face a perda do objeto. Intimem-se, e, após as providências cabíveis, arquive-se. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018824-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIAO CUIABANA DE ASSOC DE MORADORES DE BAIRROS UCAMB (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROBERTO LENZI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NANDA LUZ SOARES QUADROS OAB - MT19494-O (ADVOGADO)

Assim, ordeno a intimação da agravante para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente prova cabal da incapacidade econômica alegada, ou, no mesmo prazo, promova o preparo recursal, sob pena de negativa de seguimento ao recurso por deserção. Cumpra-se, expedindo o necessário. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018739-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. P. L. G. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANILO GAIVA MAGALHAES DOS SANTOS OAB - MT19493-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
SERGIO HENRIQUE LACERDA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Assim, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeitos suspensivo à decisão agravada. Intime-se o agravado, na forma do art. 1.019, II, do CPC/2015, para que responda no prazo de 15 (quinze) dias. Ouça-se a d. Procuradoria Geral de Justiça. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018739-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. P. L. G. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANILO GAIVA MAGALHAES DOS SANTOS OAB - MT19493-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
SERGIO HENRIQUE LACERDA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

INTIMAÇÃO AO(S) AGRAVADO(S) para apresentar(em) contrarrazões, no prazo legal, nos termos do art. 1.019, inc. II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018816-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)
MARIA LUCILIA GOMES OAB - MT5835-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CEZAR BENEDITO VOLPI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CEZAR BENEDITO VOLPI OAB - 085.578.372-91 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
AUTO POSTO MILENIO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

Portanto, intime-se a parte agravante para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, individualize e identifique os documentos referentes a cada arquivo que compõe o instrumento recursal, especificando no campo de "descrição do documento" qual é o conteúdo/documento presente em cada "Id", sob pena de "retirada da visibilidade" dos documentos não identificados (Resolução nº 04/2016/TP, art. 13-A, §3) e, se isso impedir a completa cognição da controvérsia, de negativa de seguimento do agravo. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018868-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. P. D. E. D. M. G. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALNICE SILVA DOS SANTOS OAB - 746.760.249-91 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
M. D. C. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018868-65.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 18:58:44 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOAO FERREIRA FILHO

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018870-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO CEZAR DE ANDRADE FILHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARNALDO SILVA ARAUJO OAB - MT13840-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
POLLYANA RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018870-35.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 19:52:32 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOAO FERREIRA FILHO

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018884-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
S. P. MARTINS - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIRLEIA STROBEL OAB - MT5256-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGRO FERRAGENS LUIZAO LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDGARDE ALVES DE OLIVEIRA OAB - 029.343.718-16 (PROCURADOR)

Certifico, que o processo de n. 1018884-19.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 10:20:10 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOAO FERREIRA FILHO

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018403-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO DE SOUZA (AGRAVANTE)
MARIA JOSE SARTORI DE SOUZA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA LENZI OAB - MT13287O (ADVOGADO)
PEDRO HENRIQUE GONCALVES OAB - MT11999-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR FERANTI (AGRAVADO)
Outros Interessados:
ANACLETO SANTIM (TERCEIRO INTERESSADO)

Assim, determino a “retirada de visibilidade” dos documentos a partir do identificador nº 26553460 e ss, e, considerando que esta providência prejudica sobremaneira a cognição da matéria, aliado ao fato de o agravante não ter cumprido o disposto no art. 13-A da Resolução nº 04/2016/TP, com fulcro no §3º da Resolução nº 04/2016/TP e parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, nego seguimento ao recurso. Custas pelo agravante. Cuiabá/MT, 10 de dezembro de 2019. Des. JOÃO FERREIRA FILHO Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018898-03.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
MARLUCIA ALVES DA SILVA (AGRAVADO)
RENATO FERREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
SONIA ELZA DA SILVA (AGRAVADO)
GILSON MARIO DA SILVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018898-03.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Protocolo Número/Ano: 75099 / 2019
REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 75099/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 23474/2017 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
EMBARGANTE - BV FINANCEIRA S. A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (Advs: Dr(a). LUIZ RODRIGUES WAMBIER - OAB 14.469-A/MT, Dr(a). MAURI MARCELO BEVERVANÇO JUNIOR - OAB 42.277/PR, Dr(a). OUTRO(S)), EMBARGADO - ALEXANDRO COELHO (Advs: Dr(a). FABIANE MARTINS MATTOS - OAB 8920- B/MT)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Protocolo Número/Ano: 75326 / 2019
REC. AGRAVO INTERNO Nº 75326/2019 (INTERPOSTO NOS AUTOS DO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 12500/2014 - CLASSE: CNJ-202) COMARCA CAPITAL
AGRAVANTE(S) - HSBC BANK BRASIL S. A. - BANCO MÚLTIPLO (Advs: Dr(a). EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - OAB 15686-A/MT, Dr(a). TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM WAMBIER - OAB 15732-A/MT), AGRAVADO(S) - ANADIR VIRGÍNIA DOS SANTOS E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). ANTONIO CAMARGO JUNIOR - OAB 15066/PR)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018934-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARDOSO DE SOUZA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUNIO CESAR COELHO DA SILVA OAB - MT19199-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TATIANE LOURENCO DA CONCEICAO TORRES (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018934-45.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018941-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
V. H. B. M. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIANA GYSELE RODRIGUES FRANCO OAB - MT25921/O (ADVOGADO)
MARCIO FREDERICO ARRUDA MONTENEGRO OAB - MT15329-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
D. D. B. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018941-37.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018945-74.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINVALDO SANTOS BRITO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARTI MATOS CARRIJO FRAGA OAB - MT4574-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018945-74.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016625-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DOLANNES HENRIQUE DA SILVA (AGRAVANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
VALDINEIDE OVIDIO DA SILVA DIAS OAB - MT12803-A (ADVOGADO)
FABIO SOUZA PONCE OAB - MT9202-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AIRTON MENDES FERREIRA (AGRAVADO)
EDIVALDO RODRIGUES TELES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO SERGIO BARBOSA ROS OAB - MT17838-A (ADVOGADO)

Intimação ao Agravante para fornecer novo endereço do Agravado, tendo em vista a devolução do AR pelo motivo "não existe o número indicado" id 26858024, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016625-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DOLANNES HENRIQUE DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDINEIDE OVIDIO DA SILVA DIAS OAB - MT12803-A (ADVOGADO)
FABIO SOUZA PONCE OAB - MT9202-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AIRTON MENDES FERREIRA (AGRAVADO)
EDIVALDO RODRIGUES TELES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO SERGIO BARBOSA ROS OAB - MT17838-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido formulado, para manter incólume a decisão anterior; por conseguinte, determinando o prosseguimento regular do feito. Ademais, os autos já se encontram prontos para elaboração do voto do mérito. Dessa forma, aguardem-se o julgamento do recurso. Intimem-se. Cumpra-se. Des. Sebastião Barbosa Farias Relator

Intimação do Relator

Protocolo Número/Ano: 103945 / 2010 APELAÇÃO Nº 103945/2010 - CLASSE CNJ - 198 COMARCA DE RONDONÓPOLIS APELANTE(S) - BANCO SANTANDER BRASIL S. A. (Advs: Dr. MARCO ANDRÉ HONDA FLÔRES - OAB 9708-a/mt, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - ANTONIA MARIA PAIM NEVES (Advs: Dr(a). JANAINA DE FRANÇA BORGES - OAB 18745/B/MT, Dr(a). NÁDIA FERNANDES RIBEIRO - OAB 4038/mt)
Decisão: determino que se proceda a intimação do Banco Santander Brasil S.A para que o mesmo manifeste a respeito da petição de fls. 181-186/TJ.
Ass.: EXMA. SRA. DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO (RELATORA)

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0035102-55.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTADORA CRESCENTE LTDA - ME (APELANTE)
D N DE ALMEIDA & CIA LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL DA CRUZ MULLER ABREU LIMA OAB - MT6177-O (ADVOGADO)
JANE STELLE BECA SANTOS OAB - MT23432-O (ADVOGADO)
JOACIR MAURO DA SILVA JUNIOR OAB - MT14325-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LIBERTY SEGUROS S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO DA CONCEICAO GOMES CLEMENTE OAB - SP178171-O (ADVOGADO)
DEBORA DOMESI SILVA LOPES OAB - SP238994-O (ADVOGADO)
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB - SP273843-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0035102-55.2015.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008637-94.2015.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMILTON DA CONCEICAO BORGES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABRICIA NICOLE MOURA RIBEIRO DE SOUZA OAB - MT24965-A (ADVOGADO)
ARTUR DENICOLO OAB - MT18395-O (ADVOGADO)
ALBANO DENICOLO OAB - MT13516-B (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0008637-94.2015.8.11.0045 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004698-82.2010.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARILENE SCHREINER BOHM (APELADO)
JAMES ROBERTO BOHM (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THUANY PRISCILA ZUANAZZI OAB - MT17217-O (ADVOGADO)
TIAGO MATHEUS SILVA BILHAR OAB - MT13412-O (ADVOGADO)
EDSON SALLES DE SOUZA OAB - MT21382-O (ADVOGADO)
DANIELA HOFFMANN ZAMBENEDETTI OAB - MT13461-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0004698-82.2010.8.11.0045 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010528-41.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED NORTE MATO GROSSO COOPERATIVA TRABALHO MEDICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA ALINE PINHEIRO OAB - MT25641-O (ADVOGADO)
LUIZ FERNANDO BRESSAN ARANDA OAB - MT12089-O (ADVOGADO)
ANA ELISA DEL PADRE DA SILVA OAB - MT15318-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. D. C. D. N. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUANE MENDES DE SOUSA OAB - GO45053 (ADVOGADO)
HELAINE FERREIRA ARANTES OAB - GO26268-O (ADVOGADO)
WANESSA FERREIRA RODRIGUES OAB - GO41134-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0010528-41.2018.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000552-16.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANA RETUIWE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A. (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0000552-16.2018.8.11.0110 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0030448-69.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LORRAYNE CHRISTYNA PEREIRA DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE BATISTA FILHO OAB - PR19793-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGE TRANSPORTES LTDA - ME (APELADO)
NILSON OLIVEIRA ALVARENGA (APELADO)
TUT TRANSPORTES LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO JENEZERLAU DOS SANTOS OAB - MT3613-O (ADVOGADO)
CECILIANA MARIA FANTINATO VIEIRA OAB - MT8464-A (ADVOGADO)
ALVIDES ATAIDIO GONCALVES OAB - MT13440-A (ADVOGADO)
WILBER NORIO OHARA OAB - MT8261-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0030448-69.2008.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010584-11.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
J. F. (APELANTE)
J. P. F. (APELANTE)
L. V. M. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO CESAR VIECELLI OAB - MT24154-O (ADVOGADO)
ROGERIO YOSHIAKI YAMASAKI OAB - MT14093-O (ADVOGADO)
GILBERTO DIAS CAROLINA OAB - GO49007-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
G. F. M. (APELADO)
J. M. F. M. (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0010584-11.2017.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001631-22.2016.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
B. B. P. D. C. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT9309-A (ADVOGADO)
ANDREI TEIXEIRA COSTA TAKAKI OAB - MT12981-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
F. R. D. S. (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001631-22.2016.8.11.0006 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006434-48.2013.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
D. R. M. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO DA PIEVE OAB - MT11284-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. R. D. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS ROGERIO MENDES OAB - MT16057-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0006434-48.2013.8.11.0040 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023591-13.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
OI S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERONILDES JARDIM DE FRANCA (APELADO)
BEATRIZ RODRIGUES VAZ DE FRANCA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SANDRA ELIANE JOHN OAB - MT12756-O (ADVOGADO)
RAFAEL ANTONIO SCOPEL OAB - RS109255-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0023591-13.2018.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016585-52.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
ADAO CLENIO PEREIRA VALIM (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO GOMES PEREIRA OAB - MT21073-O (ADVOGADO)
JOAQUIM GOMES DE OLIVEIRA OAB - MT17614-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE HENRIQUE CARDOSO ABRAHAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE HENRIQUE CARDOSO ABRAHAO OAB - MT5897-O (ADVOGADO)
DANIELLY FERREIRA LIMA DE FREITAS OAB - MT18068-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0016585-52.2018.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0042331-37.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J E FORRO LTDA - ME (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0042331-37.2013.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOÃO FERREIRA FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0038980-51.2016.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:
UNIAOINVEST PARTICIPACOES LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFFERSON DO CARMO ASSIS OAB - PR4680-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA L.D.B LANDOLFI - ME (APELADO)
ADRIANA LUCIA DUARTE BATISTA LANDOLFI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIEL COSTA LEITE OAB - MT6608-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0038980-51.2016.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Segunda Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018876-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PROMINAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA OAB - MT3221-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO ADIB HAGE (AGRAVADO)
Hercilia de Barros Maciel Hage (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018876-42.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018915-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO DE OLIVEIRA JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIADNE NASLY DA SILVA CABANA OAB - MT24234-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO MARIANO SOLER (AGRAVADO)
RENATA BATISTA GOMES SOLER (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018915-39.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018937-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LORRAYNE AMORIM BARBOSA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDER JOSE ALVES OAB - MT24709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018937-97.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007992-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALESKA VILAS BOAS ALVES FERREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
ADEILDO FERREIRA DA SILVA (AGRAVADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA - INDEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA – AMPLIAÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – ART. 15, DO DECRETO-LEI FEDERAL Nº. 3.365/41 – SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O INTERESSE PRIVADO – SITUAÇÃO DE URGÊNCIA EVIDENCIADA - DECISÃO REFORMADA - AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. Aplicam-se ao caso as disposições do Decreto-Lei nº. 3.365/41, que regula as normas sobre a desapropriação, prevendo, no artigo 40, a constituição de servidão, mediante indenização, bem como o exame da pretensão liminar limita-se à verificação dos requisitos impostos no seu art. 15. No caso a autora, ora agravante, requer a imissão na posse para a ampliação da rede de energia no imóvel descrito na inicial, de propriedade dos requeridos/agravados, para a ampliação da Linha de Distribuição de energia elétrica 138 KV, a qual interligará a Subestação Barro Duro/Chapada dos Guimarães, invocando o art. 15 do Decreto-Lei acima mencionado, bem como a Resolução Autorizativa nº 6.624/2017 da ANEEL. A urgência da medida restou consubstanciada também na Resolução Autorizativa nº. 6.624/2017 da ANEEL, que declarou a utilidade pública das áreas necessárias à instalação da linha de transmissão, por meio da instituição de servidão administrativa. Considerando a supremacia do interesse público sobre o interesse privado, sendo, em tese, direito líquido e certo a instituição da servidão, resta caracterizada a situação de urgência no caso apresentado, notadamente porque a não instalação da linha de transmissão no imóvel individuado na inicial acarreta a paralisação de toda a obra que envolve a sua ampliação, podendo ocasionar danos irreparáveis ou de difícil reparação.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1013545-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO BARROS DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE DESPROVEU O AGRAVO- NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL- GRATUIDADE DA JUSTIÇA- AUSENTE PROVA ACERCA DA NECESSIDADE DO BENEFÍCIO- INDEFERIMENTO MANTIDO- PARCELAMENTO DENEGADO-DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.–AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Nas razões do agravo interno não há fatos ou fundamentos novos suficientes para alterar a decisão monocrática agravada. 2- Consoante redação do artigo 98 do Código de Processo Civil, tem direito à gratuidade da justiça a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar custas, despesas processuais e honorários advocatícios. No entanto, no caso em apreço o agravante não demonstrou sua incapacidade de suportar os encargos processuais. 3- Nos termos do previsto no §6º, do artigo 98, do Código de Processo Civil, conforme o caso, pode o juiz conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. No caso, considerando que o valor da causa não é exorbitante, tampouco excessivo ao ponto de impossibilitar seu pagamento, mostrando compatível com seus rendimentos mensais, vai

indeferido o pedido de parcelamento. 4- Caso desprovido o agravo interno, em votação unânime, possível a condenação da agravante no pagamento de multa de 3% (três por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do § 4º do art. 1.021 do CPC/15.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012913-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENEIDA VENANCIO MIGNOT ROCHA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORDELISMAR JOSE ALVES JUNIOR OAB - MT23223-O (ADVOGADO)
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR OAB - MT11322-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAURILIO FARIA COSTA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIA ROSSETTO THEODORO OAB - MT11675-B (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE - INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR APÓS A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA – NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTS. 300 E 561, DO CPC – PRINCÍPIO DA IMEDIATIDADE – DECISÃO MANTIDA - AGRAVO DESPROVIDO. A parte agravante não logrou êxito em demonstrar os requisitos elencados no artigo 561, do CPC, em especial no que toca ao exercício da posse anterior e o Juiz que preside o feito determinou a realização de audiência de justificação prévia, como determina o art. 562, do CPC, tendo indeferido o pedido de liminar formulado pela parte autora, com base na prova oral produzida em tal audiência. Imperioso manter a decisão agravada a fim de prestigiá-la, com aplicação do Princípio da Imediatidade, uma vez que o prolator da decisão ora atacada é quem melhor pôde avaliá-la, pois teve atuação direta sobre a prova oral colhida na audiência de justificação, ou seja, teve contato direto e imediato com a prova oral. Inclusive, não se mostra razoável modificar a decisão recorrida, sob pena de supressão de instância, pois cabe ao Juízo monocrático apreciar todas as demais provas cabíveis e requeridas, durante a fase instrutória, até o momento em que for proferida a sentença.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011330-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDVAR PEREIRA COSTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO TAUIL ADOLFO OAB - MT8208-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AURILENE GUIMARAES FERREIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLOVIS BARROS MARQUES OAB - MT3579-O (ADVOGADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PENHORA DE MEAÇÃO DE IMÓVEL - ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE - BEM DE FAMÍLIA – RECONHECIMENTO AFASTADO - RECURSO DESPROVIDO. De se negar o reconhecimento da impenhorabilidade, se no caso, inviabilizaria a satisfação do débito executado, que decorre dos alugueis advindos do imóvel partilhado entre os litigantes, o qual teve a meação do agravante penhorada como forma de concretizar a quitação da dívida para com a ex-cônjuge, ou seja, trata-se de uma obrigação propter rem, que se constitui em função da coisa, que a segue e que obriga o proprietário.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010060-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RONALDO QUEIROGA SANTA RITA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER JOSE MENEZES ALVES OAB - MT13379-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUVENAL OLIVEIRA SILVA (AGRAVADO)
MARILZA LIMA SANTOS (AGRAVADO)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. EMENTA: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE – TUTELA DE URGÊNCIA – INDEFERIMENTO – PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DO ARTIGO 300 DO CPC/15 – IMÓVEL ARREMATADO EM LEILÃO – TÍTULO DE DOMÍNIO – COMPROVAÇÃO – REGISTRO EM MATRÍCULA – INSTRUMENTO PARTICULAR DE VENDA E COMPRA DE BEM IMÓVEL COM PACTO ADJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA, COM FORÇA DE ESCRITURA PÚBLICA – AÇÃO ANULATÓRIA DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL EM TRÂMITE – CAUSA DE PREJUDICIALIDADE EXTERNA – INEXISTÊNCIA – RECURSO PROVIDO. A ação de imissão de posse é própria para aqueles que detêm o título do domínio, mas não exercem a posse. Assim, o seu deferimento pressupõe, além da prova do domínio, a delimitação do bem e a posse injusta de um terceiro. A aquisição da propriedade do imóvel em leilão, por meio do registro em matrícula de Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia, com força de escritura pública, confere ao titular do domínio direito pleno de usar, gozar, dispor da coisa, tratando-se de título legítimo a amparar o pleito de imissão na posse, não sendo o ajuizamento de ação anulatória causa de prejudicialidade externa sem que haja pronunciamento jurisdicional positivo (tutela antecipada para obstar os efeitos da mora) naqueles autos.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008887-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
C. V. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA MORAES MIRANDA OAB - MT11943/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E. J. (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIÃO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. EMENTA: RECURSO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, PARTILHA DE BENS E DIVIDENDOS, GUARDA DOS FILHOS E ALIMENTOS – PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA – IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA – CONSTATAÇÃO – DEFERIMENTO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ALEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – DIVISÃO DOS BENS E DÍVIDAS DO CASAL – CONTA BANCÁRIA/DÍVIDA DE PESSOA JURÍDICA – PEDIDO DE CAUÇÃO OU DEPÓSITO PARA SALDAR DÍVIDAS – QUESTÕES NÃO AFETAS À VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Comprovada a hipossuficiência alegada pela parte autora da “Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Partilha de Bens e Dividendos, Guarda dos Filhos e Alimentos”, que demonstra a impossibilidade de arcar com as custas/despesas processuais, imperioso o deferimento do benefício da gratuidade de justiça. A recente Lei Federal nº 13.894, de 29 de outubro de 2019, alterou a a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência, não havendo previsão de partilha de bens (que poderá levar mais tempo), bem como para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, inclusive a inversa, por sua vez, é cabível em todas as fases do processo

de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução, inclusive nas ações de divórcio, alimentos e partilha de bens, contudo, não na Vara Especializada em Violência Doméstica.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018876-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PROMINAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADILSON DE CASTRO OLIVEIRA OAB - MT3221-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO ADIB HAGE (AGRAVADO)
Hercilia de Barros Maciel Hage (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018876-42.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 22:18:31 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARILSEN ANDRADE ADDARIO

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010163-65.2014.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MEIRE ELEN ESCOBAR REZENDE (APELADO)
ISAC LUIZ DE REZENDE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURYANNE CONCEICAO DE ARRUDA OAB - MT14853-A (ADVOGADO)
VERA LUCIA DA CONCEICAO ARRUDA OAB - MT9430-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002160-39.2016.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEILA DOS SANTOS ALMEIDA OAB - MT25148-A (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALICE RODRIGUES DA SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO PORTO FRANCO PIOLA OAB - MT13978-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000412-20.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MBL ALIMENTOS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALTAIR TROVA DE OLIVEIRA OAB - PR19882-O (ADVOGADO)
CELITO LILIANO BERNARDI OAB - MT7008-A (ADVOGADO)
FELIPE AUGUSTO STUKER OAB - MT15536-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRIGORIFICO SANTA RITA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ULISSES DUARTE JUNIOR OAB - MT7459-A (ADVOGADO)
VANDERLEI NEZZI OAB - MT8452-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1014371-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HILTON CORREA DA COSTA JUNIOR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS OAB - MT7202-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008850-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA SEGURADORA S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZEBINA MARIA DE SOUZA (EMBARGADO)
FRANCISCO DE OLIVEIRA (EMBARGADO)
GENY GUEDES DE OLIVEIRA (EMBARGADO)
ELIZIA FRANCISCA DE PAULA OLIVEIRA (EMBARGADO)
LAIS ANGELITA PENHA (EMBARGADO)
MARIA JOSE DE OLIVEIRA ALMEIDA (EMBARGADO)
MOACIR JOAO DE ALMEIDA (EMBARGADO)
CASSIA LEMES DE ABREU MACIEL (EMBARGADO)
ADEMIR PEREIRA MACIEL (EMBARGADO)
NILZETE PEREIRA BORGES (EMBARGADO)
LUZENYL CRISTINA DE ARRUDA (EMBARGADO)
MARIA CANDIDA (EMBARGADO)
RITA BEATRIZ DA SILVA CAMPOS (EMBARGADO)
MARIA DA CRUZ DANIEL DE MIRANDA (EMBARGADO)
EUDIRLEIA ANA FERNANDES (EMBARGADO)
ROGERIO FERNANDES DOMINGOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006754-17.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO ROSARIO DE SOUZA NEVES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-A (ADVOGADO)
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1004986-44.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELAINE CRISTINA BANDEIRA DE LIMA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA

DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1021277-56.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZIARA VIANA XAVIER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000174-10.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SPE BROOKFIELD CONTORNO LESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL BATTIPAGLIA SGAI OAB - SP214918-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE BEVILACQUA BECK (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA MAMEDE BECK ROVERI OAB - MT13621-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
TG CONTORNO LESTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001823-90.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KAIRO KENNEDY FERREIRA DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001088-86.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RENIFFER MARCELO DA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
JAYANE LEDNA ALMEIDA DE OLIVEIRA OAB - MT19164-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0027612-45.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE VICENTE GOMES DE ARRUDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELDER KENNIDY DE ALMEIDA SANTOS OAB - MT18890-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA LUCIA DE MELLO ARRUDA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005253-25.2015.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO GALIASSI (APELANTE)
AGUILERA AUTOPECAS LTDA (APELANTE)
HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A (APELANTE)
ANCORATUR TRANSPORTES COLETIVOS EIRELI - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO EDUARDO MORO OAB - MT41303 (ADVOGADO)
MARIA ANTONIETA SILVEIRA CASTOR OAB - MT6366-O (ADVOGADO)
VINICIUS SEGATTO JORGE DA CUNHA OAB - MT12649-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A (APELADO)
MAURO GALIASSI (APELADO)
AGUILERA AUTOPECAS LTDA (APELADO)
ANCORATUR TRANSPORTES COLETIVOS EIRELI - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO EDUARDO MORO OAB - MT41303 (ADVOGADO)
VINICIUS SEGATTO JORGE DA CUNHA OAB - MT12649-A (ADVOGADO)
MARIA ANTONIETA SILVEIRA CASTOR OAB - MT6366-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004079-58.2012.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO BORTULUZZI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS CAMPOS DIAS PAYAO OAB - SP96057-O (ADVOGADO)
FERNANDA SAMIRA PAYAO FRANCO OAB - SP239437-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0028905-60.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CESAR REGGIORI BRITO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA CRISTINA BRANDAO SILVA CAMARGO OAB - MT16013-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSALVO NUNES PEREIRA (APELADO)
SHIRLEY KYOKO TAKANO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBSON PEREIRA RAMOS OAB - MT9610-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018008-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO DE SIQUEIRA LUZ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-A (ADVOGADO)
JUNIOR LUIS DA SILVA CRUZ OAB - MT18283-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000161-59.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO RODRIGO FRIZZO OAB - MT33150-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZUQUETTI & MARZOLA PARTICIPACOES E REPRESENTACOES LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO JACOB FILHO OAB - MT45526-O (ADVOGADO)
FELIPE KERCHE DO AMARAL MARTIN OAB - SP311463-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014436-14.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AGROPECUARIA ANINHA NOVIS LTDA - EPP (APELANTE)
ANA BEATRIZ NOVIS NEVES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO CELESTINO CORREA DA COSTA NETO OAB - MT4611-A (ADVOGADO)
BETTANIA MARIA GOMES PEDROSO OAB - MT6522-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIELI BERWANGER MEDEIROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALAN GUSTAVO DE OLIVEIRA OAB - SP237936 (ADVOGADO)
GILBERTO MALTZ SCHEIR OAB - MT8848-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001011-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO DA FAZENDA (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FRARE & FRARE LTDA - EPP (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCAS VIEIRA ALVES OAB - MT20716-A (ADVOGADO)
FELIPE BEDIN BIASOTTO OAB - MT9183-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1009807-91.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WANDIL SALLES GARCIA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCA DA SILVA LUZARDO OAB - MT19031-O (ADVOGADO)
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004051-53.2009.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO BARBIERI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERCIO ERNO KETZER OAB - MT5072-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERMIRIO GHISLENI ROSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERALDO ROBERTO PESCE OAB - MT5137-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001445-86.2010.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO JOHN DEERE S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA OAB - RS17224-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIA INES BREITENBACH (EMBARGADO)
ISIDORO SEBASTIAO BREITENBACH,(ESPOLIO) (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIRCEU PERES FARIAS JUNIOR OAB - MT17765-A (ADVOGADO)
RONALDO CESARIO DA SILVA OAB - MT6781-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012515-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ERALDO FELIPE DA SILVA MARQUES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ GUSTAVO DERZE VILLALBA CARNEIRO OAB - MT17563-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VANGUARD HOME CUIABA INCORPORACOES LTDA (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000575-60.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU SEGUROS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AIDE DIAS DA COSTA (APELADO)
NATAN ELIAS DE LIMA JUNIOR (APELADO)
NATHANIELE COSTA LIMA (APELADO)
NATALIA DE OLIVEIRA LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SILVIO LUIZ SILVA DE MOURA LEITE OAB - MT8956-O (ADVOGADO)
JULIANO DA SILVA BARBOZA OAB - MT14573-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002158-97.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (EMBARGANTE)
MAPFRE VIDA S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
FERNANDO O REILLY CABRAL BARRIONUENO OAB - PR29022-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAPFRE VIDA S/A (EMBARGADO)
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (EMBARGADO)
GONCALO DELFINO DE ARAUJO JUNIOR (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
FERNANDO O REILLY CABRAL BARRIONUENO OAB - PR29022-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
GUILHERME FERREIRA DE BRITO OAB - MS9982-O (ADVOGADO)
MATHEUS DOS SANTOS SANCHES OAB - MS24165 (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008938-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CIMACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONALDO DE CASTRO FARIAS SANTOS OAB - MT15626-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DOM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI (TERCEIRO INTERESSADO)
AUTO POSTO SAMA LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004511-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON MANOEL LOZANO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ANIS FAIAD OAB - MT3520-O (ADVOGADO)
IVANILDO DE ALMEIDA OAB - MT25704-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE ANTÔNIO PADILHA SILVEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VINICIUS ALEXANDRE DE MELO E RODRIGUES OAB - PR30017-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ADRIANO PADILHA SILVEIRA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008995-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADA PELA DUX ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL-MATO GROSSO LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRY CHEKERDEMIAN SANCHIK TULIO OAB - MS11640-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELENA VERONESE (EMBARGADO)
REZZIERI AGRO INDUSTRIAL LTDA - ME (EMBARGADO)
CESAR ANTONIO VERONESE (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VAGNER SOARES SULAS OAB - MT8455-O (ADVOGADO)
YOUSSEF SAYAH EL ATYEH OAB - GO26319-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000852-64.2002.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE LUIZ ANTONIO MARZINOTTI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO XAVIER DA SILVA OAB - SP217166-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS FRANK ALVES DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA MADALENA DA ASSUNCAO OAB - MT3971-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MEIRE ROSANA SILVA MARZINOTTI (TERCEIRO INTERESSADO)
MIGUEL LARA MENEGAZZO (TERCEIRO INTERESSADO)
MEIRE ROSANA MARZINOTTI (TERCEIRO INTERESSADO)
BEATRIZ SILVA MARZINOTTI (TERCEIRO INTERESSADO)
RAFAEL LUCAS SILVA MARZINOTTI (TERCEIRO INTERESSADO)
MAURINA SOUSA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
SILVINO PEREIRA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
CAMILA CASSIA DE OLIVEIRA MARZINOTTI (TERCEIRO INTERESSADO)
APARECIDA FATIMA DA SILVA MARZINOTTI (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008747-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA ALMEIDA CORREA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS DE PAULO BARBOSA OAB - MT12107-O (ADVOGADO)
RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO OAB - MT24867-B (ADVOGADO)
ELIO MIGUEL DA SILVA OAB - MT24594/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGIPLAN FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVADO)
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILSON BELCHIOR OAB - MT21150-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000777-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUARES ALVES GADIM (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JARBAS ANTONIO DIAS OAB - MT7842-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

PEDRO DA SILVA DINAMARCO OAB - SP126256-O (ADVOGADO)
CANDIDO DA SILVA DINAMARCO OAB - SP102090-O (ADVOGADO)
ELON CAROPRESO HERRERA OAB - SP399752 (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014166-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUARES ALVES GADIM (AGRAVANTE)
JARBAS ANTONIO DIAS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JARBAS ANTONIO DIAS OAB - MT7842-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO DA SILVA DINAMARCO OAB - SP126256-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0025041-04.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO IVO DA SILVA (APELANTE)
ITAU UNIBANCO VEICULOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO ALVES ROSA OAB - MT11722-O (ADVOGADO)
ANDREA TATTINI ROSA OAB - SP210738-O (ADVOGADO)
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO IVO DA SILVA (APELADO)
ITAU UNIBANCO VEICULOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDREA TATTINI ROSA OAB - SP210738-O (ADVOGADO)
JULIANO ALVES ROSA OAB - MT11722-O (ADVOGADO)
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
FIAT ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006183-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
A. D. S. A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROLDRIGO QUEIROZ DE OLIVEIRA OAB - MT13284-A (ADVOGADO)
RAFAEL RABAIOLI RAMOS OAB - MT14796-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
S. M. A. C. (AGRAVADO)
J. A. A. (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001373-97.2007.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO RANECO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIANE RANECO OAB - MT17579-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS VINICIUS BORGES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
XENIA MICHELE ARTMANN OAB - MT13697-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ADAO MAURICIO PIVOTTO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no PLENARIO 02.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1001945-86.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT11551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
seguradora Lider (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)

INTIMAÇÃO ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018915-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO DE OLIVEIRA JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIADNE NASLY DA SILVA CABANA OAB - MT24234-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO MARIANO SOLER (AGRAVADO)
RENATA BATISTA GOMES SOLER (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018915-39.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1004628-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ODAIR BENEDITO FIGUEIREDO COSTA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GLADSTONE GIMENIS OAB - MT21587-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0049579-83.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RUBENS DAM KUMAGAWA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATHEUS DOS SANTOS SANCHES OAB - MS24165 (ADVOGADO)
GUILHERME FERREIRA DE BRITO OAB - MS9982-O (ADVOGADO)
PAULO DE TARSO AZEVEDO PEGOLO OAB - MS10789-O (ADVOGADO)
HENRIQUE DA SILVA LIMA OAB - MS9979-O (ADVOGADO)
FRANCIELLI SANCHEZ SALAZAR OAB - MS15140-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (AGRAVADO)
MAPFRE VIDA S/A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL

Processo Número: 0017069-34.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JACONIAS DIAS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO OCAMPOS CARDOSO OAB - MT11878-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões, nos termos do art. 1021, § 2º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009277-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANE FERNANDES DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALBANO DENICOLO OAB - MT13516-B (ADVOGADO)
ARTUR DENICOLO OAB - MT18395-O (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Agravado(s) para apresentar(em) contraminuta, nos termos do art. 1.019, II do CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013799-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONILHA ROSA DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BENEDITO FERREIRA PAES SOBRINHO OAB - MT21892-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAZARO JOSE GOMES JUNIOR OAB - MT8194-O (ADVOGADO)

Intimação ao Agravante, na pessoa de seu advogado, para efetuar o pagamento do preparo deste Recurso, no prazo de 05 (dias), sob pena de protesto (Provimento 88/2014-CGJ e Instrução Normativa nº 10/2014/PRES/DGTJ) e inscrição em dívida ativa (Provimento nº 40/2014-CGJ e Provimento nº 80/2014-CGJ) do débito em questão.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1013288-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NELIRDES VALDAMERI VERGUTZ (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUAREZ PAULO SECCHI OAB - MT10483-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR PAULO VERGUTZ (AGRAVADO)
CONDOMÍNIO AGROPECUÁRIO CRUZ ALTA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AYSLAN CLAYTON MORAES OAB - MT8377-O (ADVOGADO)
MARIELLA FERNANDES MACCARI OAB - MT23253-O (ADVOGADO)
JOSE FABIANO BELLAO GIMENEZ OAB - MT6014-O (ADVOGADO)

Intimação das partes para Audiência de Mediação e Conciliação, conforme descrito abaixo: DATA: 16/12/2019 HORÁRIO: 14 horas LOCAL: Sala de Audiência da Central de Conciliação e Mediação de 2º Grau de Jurisdição. ENDEREÇO: Av. Historiador Rubens de Mendonça, S/N°, Centro Político Administrativo - CPA – Anexo Des. António Arruda – Prédio da Turma Recursal (em frente ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso).

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018937-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LORRAYNE AMORIM BARBOSA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDER JOSE ALVES OAB - MT24709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018937-97.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003294-73.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO HENRIQUE PEREIRA CARDOSO OAB - MT7659-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALLAN FERREIRA MOREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WELLEN CANDIDO LOPES OAB - MT11608-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
SEBASTIAO DE MORAES FILHO

EMENTA RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO VÍTIMA DO ACIDENTE - FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO – IRRELEVÂNCIA – INDENIZAÇÃO DEVIDA - PRECEDENTES – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS – NECESSIDADE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. -A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. O fato do proprietário do veículo ser a vítima, não descaracteriza a natureza da indenização securitária e não inviabiliza o pagamento. - Vencido em grau recursal, de ofício, deve o Tribunal majorar os honorários advocatícios, pelos serviços desempenhados pelo profissional do direito, após a prolação da sentença de piso. DECISÃO MONOCRÁTICA Visto, etc... Trata-se de recurso de apelação cível interposto por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. contra a sentença de ID.: 22188129 , proferida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá/MT, na Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT nº 0018239-87.2016.8.11.0041, proposta em seu desfavor por SERGIO FERREIRA DA SILVA, que julgou parcialmente procedentes os pedidos constantes na inicial, condenando a ré apelante ao pagamento de R$3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), corrigidos monetariamente desde a data do acidente, 05.04.2017, e juros de 1% ao mês desde a citação. Condenou ainda a apelante ao pagamento das custas processais e honorários advocatícios, fixados em R$1.300,00, art. 85, §§2º e 8ºº do NCPC. Em suas razoes de ID.: 22188131, alega : (i) ausência dos requisitos autorizadores ao recebimento do seguro DPVAT; premio não pago; não incidência da súmula 257 STJ nos caos em que a vítima é a proprietária inadimplente do veículo envolvido no sinistro; Pugnando ao final pelo provimento do presente apelo para julgar a presente demanda improcedente. Contrarrazões ID.: 22188134, rebatendo a tese recursal, pugnando pela manutenção in totum da sentença guerreada. Síntese necessária. DECIDO. Na hipótese, a Seguradora apelante alega que o apelado não faz jus à indenização do seguro obrigatório DPVAT, ante a ausência de cobertura técnica decorrente do não pagamento do prêmio do Seguro dentro do prazo de vencimento, ainda mais ao fato de ser proprietário do veículo. Razão não assiste à apelante. Isso porque, conquanto a vítima (proprietário do veículo envolvido no acidente) esteja inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório DPVAT no momento do acidente, tal fato não é motivo para recusa do pagamento da indenização. Esse entendimento se encontra sedimentando pelo verbete de Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça, que diz, “in verbis”: “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”. Neste mesmo sentido é o entendimento deste sodalício; a propósito: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT – RECUSA NO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO POR ATRASO NO PAGAMENTO DO SEGURO – IMPOSSIBILIDADE – SÚMULA Nº 257 DO STJ – VERBA HONORÁRIA – MANUTENÇÃO – OBSERVÂNCIA DOS DITAMES DAS ALÍNEAS DO § 3º

DO ART. 20 DO CPC – PREQUESTIONAMENTO – PRESCINDIBILIDADE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Nos termos da Súmula nº 257 do STJ, "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização." (...). (...). (Ap 102706/2015, DES. DIRCEU DOS SANTOS, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 07/10/2015, Publicado no DJE 14/10/2015) APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO - DESNECESSIDADE - SÚMULA 257, STJ - VÍTIMA PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO - IRRELEVÂNCIA - INVALIDEZ PARCIAL PERMAMENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - INOCORRÊNCIA - COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - AFASTADA - CONDENAÇÃO EXCLUSIVA DA SEGURADORA PELOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA - SENTENÇA OMISSA - ART. 20, §3º, DO CPC/73 - DESPROVIDO O APELO DA SEGURADORA E PROVIDO O RECURSO ADESIVO DO AUTOR. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização." (Súmula 257, STJ) O fato de o proprietário do veículo ser a vítima, não descaracteriza a natureza da indenização securitária e não inviabiliza o pagamento, porquanto a norma do caput doartigo 7º, da Lei nº 6.194/74, que rege o seguro obrigatório DPVAT, refere-se à pessoa vitimada. (...) (Ap 95358/2016, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 24/08/2016, Publicado no DJE 26/08/2016) Logo, a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório DPVAT, não impede o recebimento da indenização referente aos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre. Por fim, em se tratando de grau recursal, aplicando em todo o seu contexto o Código de Processo Civil vigente (artigo 14), houve, por imposição do § 11, do artigo 85, do referido comando processual os chamados honorários recursais. Estes visam a remuneração do advogado pelos seus serviços desempenhados após a prolação da sentença pelo juízo de primeiro grau de jurisdição. E, com relação a esta situação, que deve ser tomada de ofício pelo Tribunal, a sentença arbitrou em R$1.300,00 sobre o valor da condenação, dentro do especificado no § 2º, do artigo 85, do CPC. Impõe-se, neste caso, sua majoração para R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), sendo a majoração feita (R$200,00) pelos serviços recursais do profissional do direito que deve ser condignamente remunerado, admitido constitucionalmente como administrador da justiça, égide do artigo 133 da CF e Estatuto da Classe. Com tais fundamentos, deixo de levar os autos ao Plenário. Em decisão monocrática, CONHEÇO do recurso e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo in totum a sentença guerreada; e com fulcro no § 11, do artigo 85, do CPC, nos termos da fundamentação anterior, majoro os honorários recursais sucumbenciais para R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), art.86, §11 do NCPC. Intimem-se. Cumpram-se. Decorrido o prazo recursal, baixem os autos à instância de piso para a liquidação do julgado.

Decisão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008670-28.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FILIPE GUEDES LIMA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AFFONSO FLORES SCHENDROSKI OAB - MT21669-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
SEBASTIAO DE MORAES FILHO

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INADMISSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO – RECURSO REJEITADO. I - Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição na decisão recorrida, hão de ser rejeitados os embargos de declaração, não se prestando tal recurso para reexame da causa. II - O magistrado não tem obrigação de refutar todos os argumentos dos litigantes incapazes de alterar a decisão, mas tão somente fundamentar suficiente suas conclusões, consoante exigido pelo art. 93, IX, da CF/88 e art. 11 do CPC/15. (STJ, EDcl no MS 21.315/DF) Visto Etc. Recurso de Embargos de Declaração oposto por BANCO BRADESCO SA, contra a Decisão Monocrática proferido na respectiva Apelação Cível, onde figura como parte contrária LUIZ FILIPE GUEDES LIMA. Na origem, a parte autora afirmou que a instituição bancária não disponibilizara funcionários suficientes para atender a demanda de serviços da agência. As pessoas começavam a amontoar-se na agência, sem ao menos lugar para sentar. Afirmou que houve desrespeito da Lei 3.061/99, que prescreve prazo máximo de atendimento em 25 minutos. Por tais razões, afirmou ter sofrido dano morais, requerendo a condenação da instituição bancária ao pagamento de dano moral no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Sobrevindo sentença, o juiz de piso reconheceu o excesso de prazo para o atendimento, e condenou a instituição bancária ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais. Da mesma forma, condenou a instituição bancária ao pagamento de custas e honorários arbitrados em 10% sobre o valor da causa. Inconformado com a sentença, a instituição bancária apresentou recurso de apelação afirmando que não houve demonstração de dano moral. Em decisão monocrática, este relator não desconsiderou a inobservância da Lei Municipal, bem como não desconsiderou o incomodo da parte autora em esperar cerca de uma hora em um fila de banco. Entretanto, este relator entendeu que a fila de banco por si só não confere direito ao ressarcimento em dano moral, havendo necessidade de demonstração de efetivo prejuízo. Com tais considerações, houve a reforma da sentença para afastar a ocorrência do dano moral, e a inversão do ônus das custas e honorários advocatícios (id. 25161970 - Pág. 4). Ato seguinte, o banco requerido apresentou o presente Embargos de Declaração aduzindo que; (i) existiu omissão no julgamento da apelação; (ii) que a decisão da apelação não demonstra com clareza ter negado os pedidos da petição inicial; (iii) requer a reforma da apelação, para constar explicitamente que todos os pedidos da inicial foram negados. É o relatório. Para acolhimento dos Embargos de Declaração deve a parte recorrente, de forma clara e precisa, encaixar sua pretensão nos moldes do art. 1022 do CPC, especificando a incidência da omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida. O seu manuseio não tem como finalidade conferir um alcance fora dessa delimitação legal, estando vedada sua utilização como meio de nova incursão nas questões dirimidas para tentativa de se amoldar à tese defendida por aquele que o manuseia. Pois bem, Analisando detidamente os autos, observo que não existe omissão ou obscuridade da decisão guerreada. Friso que como relatado, não existem dúvidas de que houve excesso de prazo para atendimento na fila do banco embargante, ou mesmo a inobservância a Lei Municipal que estipula timite para o atendimento bancário. Friso que tais fatores são capazes de gerar punição administrativa a instituição bancária. Entretanto, tais fatores isoladamente não são capazes de gerar dano moral a parte apelante. Dessa forma, a sentença de piso foi reformada apenas para declarar a inexistência do dano moral, invertendo o ônus das custas e dos honorários, sem mencionar os demais fatos incontroversos. Assim, resta evidente inexistir qualquer omissão ou obscuridade da decisão guerreada. Por fim, adentrar mais na questão apenas acabaria por satisfazer a intenção da parte embargante em rever o entendimento manifestado, o que é vedado pelo atual ordenamento jurídico, além de ser crível que, dados os fatos, ao julgador cabe a aplicação do direito. Adverte-se que, ao julgar, o magistrado não tem obrigação de refutar todos os argumentos dos litigantes incapazes de alterar a decisão, mas tão somente fundamentar suficiente suas conclusões, consoante exigido pelo art. 93, IX, da CF/88 e art. 11 do CPC e reconhecido pelo colendo Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (...) 4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum. 5. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016) Com

estas considerações, REJEITO os Embargos de Declaração. Às providências.

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0026919-52.2014.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
OI MOVEL S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JOSE FRANCISCA DA CONCEICAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMILIA APARECIDA DE ASSUNCAO SILVA OAB - MT25524-O (ADVOGADO)
Magistrado(s):
SEBASTIAO DE MORAES FILHO

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – APONTAMENTO NEGATIVO EM CADASTRO – RELAÇÃO JURÍDICA NÃO COMPROVADA – PRINTS DE TELA SISTÊMICA – PROVA UNILATERAL – DANO MORAL DEVIDO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I – A tela de computador reproduzida no corpo da contestação não é prova suficiente para atestar a existência de contrato entre as partes. II - Não comprovado o débito, a inclusão em órgão restritivo de crédito configura ato ilícito cujos danos são presumidos (dano in re ipsa), e geram dever de indenizar. III – A indenização por danos morais deve atender ao caráter sancionatório e inibitório, suficiente a desestimular a repetição da conduta lesiva. Levando em consideração os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o valor do dano moral deve ser arbitrado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). IV – havendo reforma da sentença, imperioso a inversão dos ônus sucumbenciais. Vistos etc. Recurso de Apelação Cível interposto por OI MOVEL S.A. contra a sentença proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Várzea Grande-MT, na Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais nº 0026919-52.2014.8.11.0002, proposta MARIA JOSE FRANCISCA DA CONCEICÃO. Foi deferida tutela liminar para baixa do apontamento negativo. A sentença de piso acolheu a pretensão do autor/apelado, pontuando que a tela sistêmica juntada aos autos não é aptar a comprovar a relação contratual entre as partes, razão pela qual, proferiu sentença confirmando a tutela liminar, e condenando a empresa requerida/apelante, ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais. Inconformada com a sentença, a empresa requerida apresentou recurso de apelação (id. 26862492), aduzindo que; (i) a apresentação de telas sistêmicas e de faturas, podem ser aceitas como meio de prova; (ii) que a parte requerente/apelada, possui apontamento negativo preexistente, o que exclui a possibilidade da existência de dano moral (iii) Alternativamente, requereu a minoração do quantum indenizatório; (iv) requer que os juros e a correção monetária ocorram a partir Contrarrazões apresentadas (id. 18897480), purgando pela manutenção da sentença, e não sendo esse o entendimento; (v) por fim, faz prequestionamento da matéria. É o relatório. A meu viso, a pretensão recursal está a merecer imediato julgamento monocrático, nos termos do caput do art.932, IV, do CPC na medida em que as matérias colocadas a exame já contam com soluções paradigmáticas na jurisprudência pacífica das Cortes Superiores e deste Tribunal. Na origem, a demanda questiona a inclusão indevida do seu nome nos quadros de inadimplentes, supostamente efetivada sem que houvesse contratação de nenhum serviço. Pois bem, Da analise dos autos, verifico que a empresa promovida não foi capaz de demonstrar a origem da dívida negativada, já que pautou sua defesa na apresentação de Print de telas sistêmicas produzidas de forma unilateral. Partindo dessas primícias, esclareço que a demonstração da existência de telas sistêmicas, não serve como prova da existência da relação contratual. Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado do TJMT. "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DA APELANTE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – AUSÊNCIA DE PROVAS DA LEGALIDADE DA NEGATIVAÇÃO – PRINTS DE TELA SISTÊMICA – PROVA UNILATERAL – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. O "print" de tela sistêmica colacionada, não é prova suficiente para atestar a existência da relação contratual entre as partes, tampouco a legalidade do débito em questão, por tratar-se de prova unilateral. É fato gerador de danos morais, que decorrem do próprio fato (dano in re ipsa), a indevida manutenção de nome em cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. O valor arbitrado a título de danos morais deve levar em conta tanto a capacidade econômica do ofensor quanto as condições do ofendido, a fim de atender o caráter reparatório e pedagógico da sanção. (Ap 51599/2017, DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 31/05/2017, Publicado no DJE 05/06/2017). Ainda, "A tela de computador reproduzida no corpo da contestação não é prova suficiente para atestar a existência de contrato entre as partes. Não comprovado o débito, a inclusão em órgão restritivo de crédito configura ato ilícito cujos danos são presumidos e geram dever de indenizar. Se o valor fixado na sentença para a reparação mostra-se razoável, não comporta redução." (Ap nº 67451/2016 – Des: Relator: Rubens de Oliveira Santos Filho - Sexta Câmara Cível – 17.6.2016). Por fim, "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – DÉBITOS PROVENIENTES DE CARTÃO DE CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR A CONTRATAÇÃO – ÔNUS QUE LHE INCUMBIA – ART. 6º, VIII, DO CDC C/C ART. 373, I, DO CPC – FRAUDE EVIDENCIADA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Na ação de cobrança, incumbe a parte autora o ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 373, I, do NCPC. Não constando nos autos o contrato ou outros documentos que comprovem a relação contratual referida na inicial, mostra-se correta a decisão de improcedência dos pedidos. A instituição financeira, diante da atividade de risco que desenvolve, responde pelas disfunções de seus serviços, absorvendo os danos daí decorrentes, a teor do que disciplina a Súmula nº 479 do STJ. (TJMT, DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/01/2019, Publicado no DJE 07/02/2019). Desse modo, friso que a presente questão decorre da relação de consumo, devendo sua analise observada segundo as regras do CDC. Nessa esfera, é entendimento pacificado em ações da espécie, que quando o consumidor não reconhece a origem da cobrança, o encargo probatório quanto à existência do suposto débito recai sobre o fornecedor de bens e serviços, não em razão da inversão do ônus da prova prevista no artigo 6º inciso VIII do CDC, mas sim pelo fato da impossibilidade material da construção de prova negativa, ou seja, não tem como o consumidor comprovar que não contratou os serviços ou adquiriu bens do fornecedor, aplicando-se aqui a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova. Assim, observo que apesar da empresa recorrida, não foi capaz de juntar a gravação, ou o contrato da suposta contratação. Dessa forma, inexistindo prova da contratação do serviço questionado, e tratando-se de dano "in re ipsa", entendo que a sentença de piso merece ser reformada para declarar a inexistência do débito questionado, bem como para confirmar a tutela liminar para a exclusão do apontamento negativo, e por fim, para condenar a empresa apelada ao pagamento de dano morais. Quanto a alegação de existência e apontamento negativo preexistente, analisando detidamente os autos, verifico que o suposto apontamento negativo preexistente na verdade pertence a um terceiro (Sr. Pedro Fernandes), não integrante da presente relação processual (id. 26858991 - Pág. 1). Com tais considerações, concluo inexistir apontamento negativo preexistente, razão pela qual, rejeito o pedido de incidência da sumula 385 do STJ ao presente caso. Quanto ao pedido de minoração dos danos morais, é sabido que a finalidade da indenização é compensatória e educativa, devendo ser o valor arbitrado analisando-se cada caso concreto, observando-se os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não podendo ocorrer o enriquecimento ilícito de uma das partes, nem se afastar do caráter pedagógico da medida. Deve-se, assim, fixar a indenização em quantia que previna a prática de novos atos ilícitos pelo ofensor e, ao mesmo tempo, compense a vítima pelos prejuízos sofridos. Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado: "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – INCLUSÃO NEGATIVA - DANO MORAL DEVIDO – VALOR INFIMO DO ARBITRAMENTO DA SENTENÇA - MAJORAÇÃO NECESSÁRIA – CARÁTER DÚPLICE DA INDENIZAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. 1. A inclusão ou manutenção indevida do nome do consumidor em órgão de proteção ao crédito acarreta dano moral in re ipsa, ou seja, presumido, sendo desnecessária a comprovação do abalo ou sofrimento psicológico. 2. A indenização por danos morais deve atender ao caráter sancionatório e inibitório, suficiente a desestimular a repetição da conduta lesiva, dano moral arbitrado em R$ 3.000,00 (três mil reais), deve ser majorado para o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais). 3. A indenização por dano moral somente adquire expressão pecuniária a partir de seu arbitramento pelo

Magistrado, não havendo que se falar em mora do devedor antes mesmo de proferida a decisão. Nesta toada, é certo que o termo inicial dos juros moratórios consiste na data da sentença, como bem assinalado pelo Juízo singular. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido. (Apelação TJMT 0001791-37.2015.8.11.0053 – Relator: Desembargador Sebastião de Moraes Filho) Ainda, "(...)Diante do exposto, reformo a sentença singular com a finalidade de majorar o valor fixado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de danos morais. Mantidos os demais termos do decisum. Em conformidade com o art. 85, § 11º do CPC, majoro os honorários determinados pelo juízo a quo para 20% (vinte por cento)." (Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT - Apelação : APL 0002528-59.2016.811.0003, protocolo 32039/2018, Relator DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 12/06/2018, Publicado no DJE 15/06/2018). Por fim, "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. NEGATIVAÇÃO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1 - "Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica." (REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008). 2 - A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre teratológico, por irrisório ou abusivo. 3 - Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que, em razão da indevida inscrição do nome da autora em cadastros de inadimplentes, foi fixado o valor de indenização de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de danos morais, devido pelo banco ora agravante à autora, a título de danos morais. 4 - O agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 5 - Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 479175 MS 2014/0038533-6, terceira turma, Julgado em 24 de Abril de 2014, Relator Ministro SIDNEI BENETI). Por sua vez, sopesando os aspectos fáticos e probatórios específicos destes autos, bem como tendo em vista os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixo o valor dos danos morais em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em desconformidade com os precedentes deste Tribunal de Justiça, não merecendo minoração. Com relação à incidência dos juros e da correção monetária, importante frisar que a sentença reconheceu a inexistência contratual entre as partes as partes. Dessa forma, deve incidir sobre o caso a súmula 54 do STJ, que afirma que: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual". Quanto à correção monetária, deve incidir a sumula 362 do STJ, que afirma que: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento". Dessa forma, tendo em vista que o valor da condenação foi fixado na sentença, e tendo em vista que o presente recurso foi desprovido, entendo que a data da sentença é o marco inicial para incidência da correção monetária, razão pela qual, entendo que decisão de piso não merece reforma. Em face dessas considerações, conheço do recurso e, no mérito, NEGO PROVIMENTO, nos termos da fundamentação acima. Por fim, nos termos do art. 85, § 11º do CPC, majoro os honorários para 12% da condenação. Publique-se para conhecimento dos interessados e, transcorrido o prazo recursal sem irresignação, realizem-se as anotações de estilo para baixa dos autos. Às providências.

Decisão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009453-86.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO)
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FERDINANDO LUCIO DA SILVA (APELADO)
Magistrado(s):
SEBASTIAO DE MORAES FILHO

EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO CIVIL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO - NOTIFICAÇÃO PRÉVIA EXTRAJUDICIAL ENTREGUE NO ENDEREÇO DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR FIDUCIANTE - INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 2ª, §2º- DECRETO-LEI 911/69 – MORA DO DEVEDOR DEVIDAMENTE COMPROVADA – PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS – PREQUESTIONAMENTO – INADMISSÍVEL - CASSAÇÃO DA SENTENÇA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. A comprovação da mora, nos contratos de alienação fiduciária em garantia regidos pelo Decreto-Lei nº 911/69, é imprescindível para a procedência da busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, e pode ser comprovada por meio de notificação extrajudicial, com aviso de recebimento, enviada ao endereço domiciliar do devedor fiduciante. APELO PROVIDO. Não há necessidade do Órgão Colegiado, em sede de apelação, citar os dispositivos usados a fim de prequestionamento. VISTOS, ETC... Trata-se de recurso de apelação cível interposto por BANCO PAN S.A contra a sentença de id.8279373, proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara Especializada em Direito Bancário da Comarca de Várzea Grande/MT, na Ação de Busca e Apreensão, que é movida em desfavor de FERDINANDO LÚCIO DA SILVA, julgou extinta a presente ação de busca e apreensão, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, IV, do CPC. Sem verba honoraria uma vez que angularização processual não se aperfeiçoou. Em suas razões recursais de id. n.º 8279374-8279376, o Banco apelante sustenta o desacerto da r. sentença, sob a principal assertiva de que o Apelado firmou contrato de financiamento com o apelante, no qual assumiu o compromisso de pagar as prestações ali ajustadas, indicando seus dados pessoais e seu endereço como sendo de seu domicílio. Portanto, tendo indicado seus dados pessoais e seu endereço para recebimento de correspondências, data vênia, não haveria outra providência do credor de enviar a notificação para aquele endereço que o apelado indicou como sendo o seu próprio e que se o requerido mudou de endereço, sem comunicar o credor, a notificação é válida (id.8279374-8279375). Além de prequestionar matérias. Assevera, ainda, que a mora contratual decorre pelo simples vencimento do prazo para pagamento da avença, razão pela qual, sob sua ótica, pode requerer judicialmente a reintegração de posse sobre o bem alienado. Ao final, pugna pelo provimento do presente recurso para cassar a sentença hostilizada, determinando-se o retorno à instância de origem para o regular processamento do feito. Sem contrarrazões. É O RELATÓRIO/FUNDAMENTO/DECIDO. O art. 932, IV, do CPC/15, permite que o relator, monocraticamente, negue provimento a recurso que for contrário à súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência. Conforme relatado, trata-se de recurso de apelação cível interposto por BANCO PAN S.A contra a sentença de id.8279373, proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara Especializada em Direito Bancário da Comarca de Várzea Grande/MT, na Ação de Busca e Apreensão, que é movida em desfavor de FERDINANDO LUCIO DA SILVA, julgou extinta a presente ação de busca e apreensão, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, IV, do CPC. O Banco apelante alega que firmou financiamento na modalidade de Cédula de Crédito Bancário do veículo "MARCA CHEVROLET, MODELO CLASSIC 4P COMPLETO 10 VHCE 8VFLEXPOWER, CHASSI N.º 9BGSA1910AB171458, ano de fabricação 2009 e modelo 2010, cor PRETA, placa NPL9590, renavam 00170231690"., para pagamento em 48 (quarenta e oito) parcelas iguais e consecutivas, mediante Contrato de Financiamento nº. 83584006 para Aquisição de Bens, garantido por Alienação Fiduciária, celebrado em 08/11/2017. Frisa que o requerido deixou de efetuar o pagamento das prestações a partir de 08/06/2018, incorrendo em mora desde então, sendo valor para efeito de eventual interesse da parte para purga da mora, onde deverá constar o valor da dívida atualizada, nos termos do § 2º. do art. 2º. do Decreto-Lei nº. 911/69". Determinada a emenda a inicial (id.8279362), o Banco NÃO trouxe aos autos a COMPROVAÇÃO DE MORA do devedor, apresentando tão somente, os comprovantes do recolhimento das custas processuais e taxas judiciárias (id. 8279364-8279366). Em petição de id. 8279368, a parte autora informa que está providenciando a notificação com Aviso de Recebimento, a fim de atender a r. decisão, contudo o Correio ainda devolveu o A.R. Em razão disso, requereu a concessão de prazo complementar de 20 dias, para juntar nos autos a notificação com A.R e dar o devido andamento no feito, sendo deferido 15 dias para a emenda a inicial, conforme id. 8279369. Na sequência, o autor apresentou a nova notificação extrajudicial, com o respectivo A.R. Logo após, veio sentença de extinção, considerando que a notificação fora realizada após a

propositura da presente demanda. Pois bem. Em primeiro lugar, cumpre evidenciar que a ação ajuizada é de busca e apreensão, fulcrada em contrato com garantia de alienação fiduciária, embasada no Decreto-lei n.º 911/69. Constata-se que o Juízo singular julgou improcedente o pedido da instituição financeira, ante a ausência de comprovação da mora. Irresignado, o credor fiduciário apelou alegando, em síntese, que a mora restou constituída automaticamente no momento do vencimento do prazo do pagamento, além de estar evidenciado nos autos o envio da notificação extrajudicial ao domicílio do devedor, ora apelado. Razão, adianto, lhe assiste. A questão relativa à constituição em mora está pacificada ante a consolidação da Súmula 72 do STJ: "a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente." Com efeito, estabelecem o § 2º do art. 2º e o art. 3º, ambos do Decreto-lei 911/69, com a redação conferida pela Lei 13.043/14: § 2º. A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. Art. 3º. O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. Nessa ordem de ideias, a fim de que haja o desenvolvimento válido e regular do processo de busca e apreensão, o credor fiduciário tem a obrigação de comprovar a constituição em mora do devedor fiduciário, que pode ser realizada por meio de notificação extrajudicial expedida por Cartório de Títulos ou Documentos, pelo protesto do título, a seu critério, ou, ainda, mediante a notificação do devedor, comprovada por carta com aviso de recebimento em seu domicílio. In casu, verifica-se a presença de notificação extrajudicial entregue no endereço domiciliar da devedora fiduciante, informado no contrato (id. 8279357), o que se comprova por meio do aviso de recebimento de id. 8279360 e 8279371, conforme dispõe o § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969, de modo que o requisito da constituição em mora da devedora fiduciante, sob esse aspecto, ficou demonstrado. Assim, sem alongamentos, considerando a notificação estampada aos autos, tem-se que a instituição financeira logrou êxito em demonstrar a constituição em mora do devedor fiduciante, ora apelado, razão pela qual o apelo merece provimento para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem para o regular processamento regular do feito. Honorários recursais: não cabimento Os honorários não são devidos quando o acórdão se limita a anular a sentença, determinando o prosseguimento do feito, cuja fixação e/ou majoração pressupõe a existência de uma decisão anterior. Nesse sentido, extrai-se do E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, POR ABANDONO DA CAUSA. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE. TESE DA AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXEQUENTE. MANDADO ENVIADO AO ENDEREÇO DIVERSO DO CONSTANTE NOS AUTOS. PROVIMENTO. CARTA DE INTIMAÇÃO COM AVISO DE RECEBIMENTO ENCAMINHADA PARA AGÊNCIA BANCÁRIA SITUADA EM MUNICÍPIO DIVERSO DO CITADO NO PROCESSO E ELEITO COMO FORO PARA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENVOLVENDO O NEGÓCIO JURÍDICO FIRMADO PELAS PARTES. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. INVIABILIDADE DA FIXAÇÃO. VERBA QUE PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE DECISÃO FINAL ANTERIOR. SENTENÇA ANULADA NESTE GRAU DE JURISDIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0002061-50.1999.8.24.0024, de Fraiburgo, rel. Des. Altamiro de Oliveira, Quarta Câmara de Direito Comercial, j. 04-07-2017). Por fim, a exigência de prequestionamento para a interposição de recurso em instância superior deve ser cumprida pela parte e não pelo julgador, dispensado de apontar expressamente se restaram ou não violados dispositivos legais ou constitucionais. Pelo exposto, VOTO no sentido de dar provimento ao recurso interposto pelo credor fiduciário para desconstituir a sentença e determinar o prosseguimento regular do feito. Publique-se imediatamente a presente decisão monocrática para conhecimento dos interessados e, transcorrido o prazo recursal, realizem-se as anotações e baixa de estilo. Cumpra-se.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002770-89.2014.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO ALESSANDRO ZANGARI LEITE EIRELI - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO SALES DE FREITAS OAB - MT7888-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GERDAU ACOS LONGOS S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANIA WONGTSCHOWSKI OAB - SP183503-A (ADVOGADO)
HELENE SENA VIDIGAL OAB - MT16402 (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0002770-89.2014.8.11.0002 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000980-76.2019.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
TAMIRES DE PAULA CARDOSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARLINDA FERREIRA DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONEY MARCOS FERREIRA OAB - MT10316-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0000980-76.2019.8.11.0008 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002539-06.2009.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS ORGANIZADORES DA EXPOSICAO AGROPECUARIA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE LUCAS DO RIO VERDE (APELANTE)
ANTONIO DONIZETE CAVALARO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDIR MIQUELIN OAB - MT4613-O (ADVOGADO)
ABEL SGUAREZI OAB - MT8347-A (ADVOGADO)
ITAMAR DE CAMARGO VIEIRA JUNIOR OAB - MT13224-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARGARIDA APARECIDA DE SOUZA (APELADO)
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO OAB - MT13604-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0002539-06.2009.8.11.0045 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000542-69.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
EDJANIRA PERINI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000542-69.2018.8.11.0110 - Classe:

APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006466-95.2017.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
AMILTON RODRIGUES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCUS VINICIUS RODRIGUES DA LUZ OAB - MS17787-O (ADVOGADO)
CHARLES MACHADO PEDRO OAB - MS16591-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (APELADO)
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA OAB - MT16555-A (ADVOGADO)
LILLIEN STRASINSKI DA SILVA OAB - MT15977-O (ADVOGADO)
THIAGO AUGUSTO GONCALVES BOZELLI OAB - MT20949-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
JANETE DALL OLMO OAB - MT10766-O (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0006466-95.2017.8.11.0013 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001010-28.2013.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
GENIVAL FRANCISCO LINS (APELANTE)
G. F. LINS - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALICE BERNADETE PARRA MERINO OAB - MT12669-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COROADO - COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA (APELADO)
DERLAN LAZARO (APELADO)
DIRLEI LAZARO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO DE SA PEREIRA OAB - MT5286-B (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0001010-28.2013.8.11.0039 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002829-61.2013.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
DIELTON LUIZ DE SOUZA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0002829-61.2013.8.11.0051 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0040791-22.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DEJANDIRA SILVA MARCAL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON MOLINA PORTO OAB - MT12790-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0040791-22.2011.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000083-94.2011.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO NORTON DE OLIVEIRA (APELANTE)
SONIA MARIA DE ANDRADE DE OLIVEIRA (APELANTE)
S.NORTON DE OLIVEIRA & CIA LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO REZENDE FERNANDES OAB - MT3610-O (ADVOGADO)
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000083-94.2011.8.11.0051 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016361-11.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Banco Sistema S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADI BONATTO OAB - PR10011-O (ADVOGADO)
FERNANDO JOSE BONATTO OAB - PR25698-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ODETE DE LIMA BARROS (APELADO)
CEREALISTA MONALIZA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO PASSADORE OAB - MT3008-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0016361-11.2008.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008919-23.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON AUGUSTO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADI PEDROSA DE ALMEIDA OAB - MT7951-O (ADVOGADO)
JOSE SINVALDO RIBEIRO DA SILVA OAB - RO1717-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GILMAR ALMEIDA DE LIMA (APELADO)
SUPERMERCADO PAULISTA LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUDSON ROQUE BOBATO SCHMITT OAB - MT14360-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0008919-23.2010.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003246-14.2013.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE DA SILVA SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDENIR RIGHI OAB - MT8484-O (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0003246-14.2013.8.11.0051 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007101-72.2015.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
WASSABURO YAMASHITA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARA DE OLIVEIRA OAB - MT18817-A (ADVOGADO)
GISLAINE ALVES OAB - MT19990-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA MENDES MIRANDA DE BRITTO OAB - MS14837-A (ADVOGADO)
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0007101-72.2015.8.11.0037 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. CLARICE CLAUDINO DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023528-64.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA CINTRA RASCHEJA OAB - MT15625-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0023528-64.2017.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018873-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA DE OLIVEIRA ROCHA (AGRAVANTE)
CLEUSA DOS SANTOS ROCHA (AGRAVANTE)
DEBORA DA SILVA VIEIRA (AGRAVANTE)
ERNAI LESLE DECKMANN MALVESSI (AGRAVANTE)
LUCIA MARIA JANTSCH LONDERO (AGRAVANTE)
LUCIMAR MARIA DE AGUIAR (AGRAVANTE)
MARA CARMECITA SASSO MARTINS (AGRAVANTE)
ERVINO ARLINDO NEUHAUS (AGRAVANTE)
GENTIL JOSE LONDERO (AGRAVANTE)
JOAO PAULO COSTA SCAPINI (AGRAVANTE)
LISANI TAINETE FUCHS FREITAS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO OAB - MT15874-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CANARANA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018873-87.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018886-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALCEU JOSE GAGLIAZZI (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (AGRAVADO)
MUNICIPIO DE NOVA MUTUM ? MT (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018886-86.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018897-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DENIS SPERAFICO (AGRAVANTE)
RENATO LUIZ DALLAGO (AGRAVANTE)
SPERAFICO DA AMAZONIA SA (AGRAVANTE)
DILSO SPERAFICO (AGRAVANTE)
LEVINO JOSE SPERAFICO (AGRAVANTE)
ITACIR ANTONIO SPERAFICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO LUIZ BLAZIUS OAB - MT31478-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018897-18.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-109 PETIÇÃO
Processo Número: 1018908-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CD TRANSPORTES EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ARAAO DA SILVA OLIVEIRA OAB - MT15963/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 1018908-47.2019.8.11.0000 – Classe: PETIÇÃO (241) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018910-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BRASNORTE - SSPMB (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO IBRAHIM CAMPOS OAB - MT13296-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Prefeito Municipal de Brasnorte (AGRAVADO)
MUNICIPIO DE BRASNORTE (AGRAVADO)
Secretaria de administração de Brasnorte (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018910-17.2019.8.11.0000 – Classe:

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018929-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OTAIZA MARCON COLLI (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018929-23.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018932-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NS2.COM INTERNET S.A. (AGRAVANTE)
NS2.COM INTERNET S.A. (AGRAVANTE)
NS2.COM INTERNET S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR GOULART LANES OAB - MT13329-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018932-75.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018948-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
G. S. S. A. (AGRAVANTE)
ELIANE AMELIA STORCH (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA MUTUM ? MT (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018948-29.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011242-63.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LEANDRO NEVES BARBOSA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARKO ADRIANO KREFTA OAB - MT22427-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ARIPUANA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESSICA VALERIA FERREIRO OAB - MT12074-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1011242-63.2017.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Obrigação de Fazer / Não Fazer] Relator: Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK Turma Julgadora: [DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [MARKO ADRIANO KREFTA - CPF: 835.848.032-68 (ADVOGADO), JOSE LEANDRO NEVES BARBOSA - CPF: 522.436.562-72 (AGRAVANTE), MUNICIPIO DE ARIPUANA - CNPJ: 03.507.498/0001-71 (AGRAVADO), JESSICA VALERIA FERREIRO - CPF: 959.565.491-49 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O AGRAVO. E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – OBRIGAÇÃO DE FAZER – MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL - LICENÇA REMUNERADA – IMPOSSIBILIDADE – LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 01/1999 - ABSTENÇÃO DE DESCONTOS NA FOLHA - PREVISÃO – ESGOTAMENTO DO PERÍODO – AGRAVO DESPROVIDO. 1. Impõe-se o indeferimento da tutela de urgência quando ausente um dos requisitos necessários para a sua concessão, quais seja, a probabilidade do direito ou o perigo de dano. 2. [...]Art. 85 Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica. §2º A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 90 (noventa) dias ao ano e, excedendo este prazo, sem remuneração. [...] 3. Agravo desprovido. R E L A T Ó R I O EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Agravo de Instrumento com pedido de liminar interposto por JOSÉ LEANDRO NEVES BARBOSA em desfavor do MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ contra decisão proferida pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Aripuanã, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer n. 4852-24.2017.811.0088, que indeferiu liminar para determinar que o Agravado não efetue quaisquer descontos na remuneração do servidor relativo ao mês de outubro de 2017, até o trânsito em julgado da demanda. Alega o Agravante que é servidor público municipal desde 2006 e que em razão da grave enfermidade (Analbuminemia Congênita) que acomete a sua filha, requereu licença de 30 dias, para acompanhá-la ao hospital localizado em Curitiba/PR. Relata que a Administração Municipal concedeu parcialmente pedido, ou seja, sem remuneração, causando-lhe imenso prejuízo de ordem financeira, já que é a única fonte de renda. Aduz que como a lei municipal é omissa quanto ao tema, quando o motivo de licença é grave e justificado, deve utilizar-se o artigo 44, da Lei 8112/90, Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, por analogia, o qual possibilita a compensação do horário até o mês subsequente. Ao final pugna pelo provimento do recurso, para determinar ao Agravado que se abstenha de realizar os descontos na remuneração do servidor referente ao mês de outubro de 2017 e ou a devolução do montante correspondente. A liminar foi indeferida conforme id. 1828119. Apresentadas contrarrazões conforme id. 2426350. A Procuradoria Geral de Justiça, no parecer de lavra da Dra. Naume Denise Nunes Rocha Müller, manifestou-se pela inexistência de interesse público capaz de justificar a intervenção ministerial (id. 2504608). É o sucinto relatório. V O T O R E L A T O R A Desa. MARIA EROTIDES KNEIP Egrégia Câmara: Conforme relatado, o cerne da questão é saber se presentes os requisitos necessários ao pleito de antecipação da tutela, consubstanciada na determinação de abstenção do ente municipal de se efetuar desconto no salário do Agravante no período de outubro de 2017, ou se caso já ter efetuado, a devolução do valor correspondente, uma vez que precisa acompanhar a filha doente em tratamento na cidade de Curitiba/PR. Verifica-se no presente caso que o Agravante obteve junto a Prefeitura do Município de Aripuanã parecer parcialmente favorável, tendo sido deferido o pedido de licença para acompanhar pessoa da família, sem remuneração, por já ter usufruído 90 dias de licença no ano de 2017, pelo mesmo motivo. Não há que se falar em analogia do art. 44 da Lei 8112/90, uma vez que todos os benefícios instituídos pela Lei Complementar Municipal nº 01/1999, no artigo 85, foram deferidos, ficando o Agravante sem receber a remuneração, pois gozou da referida licença pelo prazo de 90 dias, conforme ar. 85, §2º da mencionada norma. Confira-se: “Art. 85 Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica. § 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social. § 2º A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 90 (noventa) dias ao ano e, excedendo este prazo, sem remuneração.” Portanto, não merece prosperar o requerimento do Agravante, uma vez que a decisão agravada está em sintonia com o regramento legal aplicável aos servidores do município de Aripuanã, o que afasta a presença do requisito da

plausabilidade do direito invocado. Diante dessas considerações, NEGO PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento, para manter incólume a decisão agravada. É como voto. Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004128-54.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
RODOLFO PAIS SAVEGNAGO (APELANTE)
MURILO PAIS SAVEGNAGO (APELANTE)
SEBASTIAO EDSON SAVEGNAGO (APELANTE)
ANTONIO APARECIDO SAVEGNAGO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILIA VOLPE ZANINI MENDES BATISTA OAB - SP167562 (ADVOGADO)
MARINA GOUVEIA DE AZEVEDO OAB - MT329619-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA OAB - 15.024.045/0001-73 (REPRESENTANTE)
BRUNA GARCIA TOLEDO OAB - MT13174-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0004128-54.2017.8.11.0012 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [ITBI - Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Móveis e Imóveis] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES. EDSON DIAS REIS, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARIA APARECIDA RIBEIRO, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK] Parte(s): [ANTONIO APARECIDO SAVEGNAGO - CPF: 627.225.578-00 (APELANTE), PEDRO VALENTIM BENEDITO - CPF: 161.755.178-30 (ADVOGADO), MARINA GOUVEIA DE AZEVEDO - CPF: 370.475.658-09 (ADVOGADO), SEBASTIAO EDSON SAVEGNAGO - CPF: 019.777.858-59 (APELANTE), MURILO PAIS SAVEGNAGO - CPF: 334.582.298-92 (APELANTE), RODOLFO PAIS SAVEGNAGO - CPF: 310.484.728-25 (APELANTE), PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - CNPJ: 15.024.045/0001-73 (APELADO), PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - CNPJ: 15.024.045/0001-73 (REPRESENTANTE), MARILIA VOLPE ZANINI MENDES BATISTA - CPF: 271.924.808-86 (ADVOGADO), BRUNA GARCIA TOLEDO - CPF: 004.696.341-38 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência do Des. MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR MAIORIA, DEU PROVIMENTO AO APELO DOS AUTORES E JULGOU PREJUDICADO O APELO DO MUNICÍPIO E, POR MAIORIA, FIXOU OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM 15.000(QUINZE MIL REAIS) E M E N T A APELAÇÃO — AÇÃO DECLARATÓRIA — Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) — arrematação de bem em leilão extrajudicial — BASE DE CÁLCULO — VALOR ARREMATADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS — FIXAÇÃO EM R$ 15.000,00: QUINZE MIL REAIS. Nos casos de arrematação de bem em leilão extrajudicial, o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI incide sobre o montante arrematado. Quanto ao valor dos honorários advocatícios, vencido o redator do acórdão que o estabeleceu em R$ 2.000,00: dois mil reais, a Câmara fixou-o em R$ 15.000,00: quinze mil reais. Recurso de Antônio Aparecido Savegnago, Sebastião Edson Savegnago, Murilo Pais Savegnago e Rodolfo Pais Savegnago provido. Recurso do Município de Nova Xavantina prejudicado. RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se de Recursos de Apelação Cível interpostos pelo Município de Nova Xavantina e por Antônio Aparecido Savegnago, Sebastião Aparecido Savegnago, Murilo Pais Savegnago e Rodolfo Pais Savegnago, contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Nova Xavantina/MT, que, nos autos da Ação Declaratória c/c Tutela de Urgência nº 41128-54.2017.8.11.0012, ajuizada em face do referido Município, julgou improcedente os pedidos formulados na inicial e condenou a parte Autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa (Id. 4568801). Em sede de embargos de declaração, a Magistrada de Primeiro Grau deferiu parcialmente o pedido formulado pelos Autores às fls. 66, determinando que se proceda a averbação da arrematação ocorrida em 18-4-17, junto à matrícula do imóvel n. 17.321, CRI local. O Município de Nova Xavantina defende a reforma da sentença, ante a ausência de aplicação de juros e correção monetária sobre o valor a ser pago em relação ao ITBI, pois não houve manifestação expressa no decisum, acerca da incidência de juros e correção monetária sobre o valor do ITBI devido. Sustenta que o pagamento atualizado do débito serve para recomposição da inflação sem que haja perda do valor da moeda, uma vez que o pagamento do ITBI deveria ter ocorrido na época do fato gerador do imposto (compra do imóvel), devendo ser acrescido ao valor correção monetária e juros de 1%, posto que a não atualização causará prejuízos ao erário municipal. Alega a impossibilidade da averbação da arrematação na matrícula do imóvel, porquanto somente pode ser realizada mediante devido recolhimento do ITBI, bem como que os honorários sucumbenciais deveriam ter sido fixados em 20% sobre o valor econômico obtido de R$ 1.515.381,22 (um milhão e quinhentos e quinze mil trezentos e oitenta e dois reais vinte e dois centavos) e, ainda, diante da complexidade da causa. Requer a concessão da tutela antecipada recursal para que seja impedida a averbação da arrematação na matrícula do imóvel. No mérito, pugna pela reforma da sentença para que seja determinada a inclusão de juros e correção monetária ao valor do imposto devido, bem como a majoração dos honorários advocatícios no percentual de 20%. As contrarrazões foram apresentadas ao Id. 4569553, pugnando pelo desprovimento do recurso. Os Apelantes Antônio Aparecido Savegnago, Sebastião Aparecido Savegnago, Murilo Pais Savegnago e Rodolfo Pais Savegnago em suas razões recursal arguiram, preliminarmente, nulidade do laudo utilizado pela Prefeitura de Nova Xavantina para valorar o valor do imóvel, uma vez que confeccionado unilateralmente pelo Apelado, sem que fosse oportunizado aos Apelantes a sua impugnação, já que confeccionado em data anterior a arrematação. Informam que, em 18 de abril de 2017, arremataram em leilão extrajudicial do Banco Bradesco S/A o imóvel de matrícula 17.321 do Cartório de Registro de Imóvel de Nova Xavantina, pelo valor de R$ 23.734.800,00 (vinte e três milhões setecentos e trinta e quatro mil e oitocentos reais), sendo que tal valor corresponde a 40,49% do valor do imóvel fixado pela Prefeitura Municipal, contudo, o valor de arrematação para fins de definição de preço vil, não pode ter por base a estimativa do valor de mercado do imóvel aferida pela municipalidade, especialmente porque confeccionado de forma unilateral. Asseveram que a mera diferença entre o valor estimado pelo Município e o valor da arrematação, por si só, não caracteriza preço vil, porquanto a avaliação venal feita pelo ente público não é absoluta e pode ceder diante de avaliações em sentido contrário, especialmente pelo próprio retrato do mercado comercial, além de que o imóvel que vai a leilão sofre desvalorização, inclusive em razão do risco dessa aquisição. Alegam que a aquisição do imóvel pelo valor corresponde a quase 41% pago à vista certamente não pode ser enquadrado como vil, somado ao fato de que o imóvel ficou sem os devidos cuidados até sua arrematação e que o laudo realizado pela Prefeitura em 2016 não considerou que a área seria objeto de leilão. Dessa forma, requerem a concessão de tutela antecipada para que a transferência do imóvel seja autorizada mediante o recolhimento do valor de R$ R$ 474.696,00 (quatrocentos e setenta e quatro reais seiscentos e noventa e seis reais), ou seja, 2% sobre o valor da arrematação de R$ 23.734.800,00 (vinte e três milhões setecentos e trinta e quatro mil e oitocentos reais). No mérito, a reforma da sentença para que este Sodalício fixe o valor do ITBI a ser recolhido em R$ 474.696,00 (quatrocentos e setenta e quatro reais seiscentos e noventa e seis reais). Subsidiariamente, pugnam que a base de cálculo do ITBI seja fixada em 50% sobre o valor do imóvel na avaliação, ou seja, R$ 29.307.314,60 (vinte e nove milhões trezentos e sete mil trezentos e quatorze reais sessenta centavos), de modo que o valor a ser recolhido pelos Apelantes seria de R$ 586.146,29 (quinhentos e oitenta e seis mil cento e quarenta e seis reais vinte e nove centavos). Ao final, caso não entenda pela reforma da sentença, buscam o a diminuição da quantia fixada a título de honorários advocatícios para R$ 1.000,00 (mil reais). O preparo foi recolhido consoante comprovante de pagamento de Id. 4569394). O Município apresentou contrarrazões ao Id. 4569556, refutando as alegações trazida pelos Apelantes. Os recursos foram interpostos tempestivamente (Id. 4569398). A Procuradoria-Geral de Justiça, no parecer de Id. 5745878, manifestou-se pela ausência de interesse público a ensejar sua intervenção. É o relatório. VOTO (PRELIMINAR – NULIDADE DO LAUDO UTILIZADO PELA PREFEITURA PARA AVALIAR IMÓVEL)

EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Os Apelantes Antônio Aparecido Savegnago, Sebastião Aparecido Savegnago, Murilo Pais Savegnago e Rodolfo Pais Savegnago arguiram, preliminarmente, a nulidade do laudo utilizado pelo ente municipal para avaliar o imóvel, no valor de R$ 58.614.629,10 (cinquenta e oito milhões seiscentos e quatorze mil seiscentos e vinte e nove reais dez centavos), realizado pela empresa Dalcin Serviços Agropecuários, ao argumento de que foi feito unilateralmente, pois realizado em 21-12-2016, antes da arrematação do bem, que ocorreu em abril/2017, não tendo possibilidade de impugnar o referido laudo. Ocorre que, razão não assiste aos Recorrentes, a uma, porque em momento algum, perante o Juízo de Primeiro Grau, os Apelantes arguiram nulidade do laudo utilizado pelo ente municipal, caracterizando, dessa forma, inovação recursal; a duas, porquanto, nos termos do artigo 278 do CPC, as nulidades de atos devem ser alegadas na primeira oportunidade em que couber à parte de falar nos autos, sob pena de preclusão, o que não foi feito, uma vez que os Apelantes apenas em grau recursal apresentaram irresignação. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. VALOR DA AVALIAÇÃO. ARREMATAÇÃO. ALEGAÇÃO DE VENDA POR PREÇO VIL NÃO CONFIGURADA NA ESPÉCIE. PRECLUSÃO ACERCA DA AVALIAÇÃO REALIZADA EM DATA PRETÉRITA QUE AFASTA A POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO A RESPEITO. OITIVA DE TESTEMUNHAS DESNECESSÁRIA. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (Agravo de Instrumento Nº 70057574295, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angelo Maraninchi Giannakos, Julgado em 03/02/2014). (TJ-RS - AI: 70057574295 RS, Relator: Angelo Maraninchi Giannakos, Data de Julgamento: 03/02/2014, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 19/02/2014). [Destaquei] AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DEVEDOR E AVALISTAS. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO SEM QUE TENHA HAVIDO A CITAÇÃO DO AVALISTA. POSSIBILIADE. IMPUGNAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL PENHORADO. PRECLUSÃO. ADJUDICAÇÃO DO BEM. NECESSIDADE DE PODERES ESPECIAIS. NULIDADE RELATIVA. 1. Nos termos do que dispõe o artigo 507 do Código de Processo Civil de 2015, é vedado discutir no curso do processo questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão, como é o caso da impugnação extemporânea ao valor de avaliação do imóvel penhorado. (...) (Agravo de Instrumento Nº 70076983055, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marlene Marlei de Souza, Julgado em 26/09/2018). (TJ-RS - AI: 70076983055 RS, Relator: Marlene Marlei de Souza, Data de Julgamento: 26/09/2018, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/10/2018) [Destaquei] APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À ARREMATAÇÃO - AVALIAÇÃO JUDICIAL DO BEM - NULIDADE - AUSÊNCIA - PRECLUSÃO TEMPORAL - IMPOSSIBILIDADE DE REABERTURA DA DISCUSSÃO - ARREMATAÇÃO - PREÇO VIL - INOCORRÊNCIA - LANCE SUPERIOR A 50% DO VALOR DA AVALIAÇÃO FEITA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA - IMPENHORABILIDADE - BEM DE FAMÍLIA - EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, INCISO V, DA LEI Nº 8.009/90 - LIVRE MANIFESTAÇÃO DE VONTADE - RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DE PACTA SUNT SERVANDA E DA BOA-FÉ OBJETIVA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. - Se a parte executada, oportunamente, não se manifestou sobre a avaliação do bem, opera-se a preclusão temporal, não se mostrando adequada a reabertura da discussão em sede de embargos à arrematação - A alienação forçada do bem penhorado não pode ser considerada insignificante, se procedida em montante que supera 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação, na esteira da jurisprudência iterativa do STJ - O bem dado em garantia real pelo casal, ainda que seja considerado bem de família, insere-se nas hipóteses excepcionais à impenhorabilidade, conforme previsão contida no art. 3º, inciso V, da Lei nº 8.009/90 - A atual alegação de impenhorabilidade do imóvel hipotecado ofende o princípio do pacta sunt servanda e da boa-fé objetiva, já que foi oferecido voluntariamente, implicando em renúncia à proteção conferida pela lei - Preliminar rejeitada. Sentença mantida e recurso não provido. (TJ-MG - AC: 10073140058527001 MG, Relator: Mariangela Meyer, Data de Julgamento: 09/04/0018, Data de Publicação: 20/04/2018). [Destaquei] Com essas fundamentações, rejeito a preliminar. VOTO (MÉRITO) EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Conforme relatado, tratam-se de Recursos de Apelação Cível interpostos pelo Município de Nova Xavantina e por Antônio Aparecido Savegnago, Sebastião Aparecido Savegnago, Murilo Pais Savegnago e Rodolfo Pais Savegnago, contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Nova Xavantina/MT, que, nos autos da Ação Declaratória c/c Tutela de Urgência nº 41128-54.2017.8.11.0012, ajuizada em face do referido Município, julgou improcedente os pedidos formulados na inicial e condenou a parte Autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa (Id. 4568801). Inicialmente, em razão do feito se encontrar maduro para julgamento, deixo de analisar os pedidos de tutela recursal requeridos pelos Recorrentes, por restarem prejudicados. Extrai-se dos autos que os Autores são empresários do Estado de São Paulo, investindo no ramo pecuário no Estado de Mato Grosso e, em decorrência da atividade, adquiriram, mediante arrematação em leilão extrajudicial do Banco Bradesco, uma área de terras localizada no Município de Nova Xavantina/MT, com 6.072,9759ha, a ser desmembrada de uma área maior, denominada Fazenda Viena, descrita na matricula nº 17.321, do Cartório de Registro de Imóveis local, pelo valor líquido e certo de R$ 23.734.800,00 (vinte e três milhões setecentos e trinta e quatro mil oitocentos reais), conforme Ata de Arrematação e Escritura Pública em anexo. Na inicial da ação declaratória, alegam que a referida área havia sido dada em pagamento ao Banco Bradesco pelo antigo proprietário, em valor acima do de mercado, de R$ 58.614.629,10 (cinquenta e oito milhões seiscentos e quatorze mil seiscentos e vinte e nove reais dez centavos), tendo pago o ITBI com base em referido valor. Argumentam que a Prefeitura Agravada, com a ganância de arrecadar o máximo possível, vem exigindo que efetuem o registro de sua propriedade, devem também pagar o ITBI, com base no valor de R$ 58.614.629,10 (cinquenta e oito milhões seiscentos e quatorze mil seiscentos e vinte e nove reais dez centavos), tendo inclusive contratado avaliador para avaliar o imóvel em referido preço, de modo unilateral e ilegal. Noticiam que a área da Fazenda Viena (Matrícula 17.321), da qual foi desmembrada a área objeto da presente lide, possuía o dobro do seu tamanho, qual seja, 12.904,4ha (doze mil, novecentos e quatro hectares e quarenta ares), tendo sido avaliada para fins de pagamento de ITR, em R$ 23.905.000,00 (vinte e três milhões, novecentos e cinco mil reais), demonstrando que a avaliação da Prefeitura Agravada, foge da realidade. Almejam que seja determinado o recolhimento do ITBI com base no valor da arrematação, possibilitando a transferência imediata do imóvel. Dessa forma, pugnaram, liminarmente, para que seja determinado o recolhimento do ITBI com base no valor da arrematação e, no mérito, a procedência da ação com a confirmação da liminar. A liminar foi indeferida pela Magistrada de Primeiro Grau (Id. 4568336 - Pág. 1), ocasião em que os Autores interpuseram recurso de agravo de instrumento, distribuído a esta Relatora, no qual, indeferi a liminar, mantendo a decisão de primeiro grau. Posteriormente, a Magistrada proferiu sentença, julgando improcedente a ação nos seguintes termos: (...) conforme se extrai dos autos, a transmissão objeto do imposto ora questionado decorreu de leilão extrajudicial, motivo pelo qual o valor mínimo para arrematação não foi fixado pelo Estado—juiz e sim por interesses privados. Verifica-se da cópia da matrícula do bem juntada a inicial, na averbação 04, contrato de alienação fiduciária cujo credor era o Banco do Brasil, sendo que, para garantia de seu crédito avaliado em R$ 12.320.720,57, gravou 30,39% da área total da fazenda Viena, ou seja, 1.845,71 ha, avaliada em R$ 17.773.089,73, no ano de 2016. Assim, de acordo com a avaliação feita a av. 04, a integralidade do imóvel perfaz o total de R$ 58.483.348,89 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos). Consoante se verifica da av. 09 de referida matrícula, realizou-se dação de direitos decorrentes de alienação fiduciária e dação de parte de imóvel para quitação de dívidas e outras avencas, onde os contratantes estimaram o valor de 44,70% do bem em 33 milhões, tendo havido anotação de recolhimento de ITBI no total de R$ 1.172.292,58 em 29/12/2016, ou seja, com base no valor venal fixado pela Prefeitura ora requerida, de R$ 58.614.629,10. Deste modo, diante de todas as avaliações contidas nos autos, vislumbro ter a parte autora adquirido o imóvel objeto do presente feito por preço vil, uma vez que inferior a 50% do valor venal do bem. Configurada a arrematação por preço vil, impõe-se a utilização do valor venal do imóvel como base de cálculo do ITBI, no montante de R$ 58.614.629,10. Ante o exposto, resolvo o mérito e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. (...). Ainda, em sede de embargos de declaração, a Magistrada de Primeiro Grau deferiu parcialmente o pedido formulado pelos Autores às fls. 66, determinando que se proceda a

averbação da arrematação ocorrida em 18-4-17, junto à matrícula do imóvel n. 17.321, CRI local. Do Recurso de Apelação de Antônio Aparecido Savegnago, Sebastião Aparecido Savegnago, Murilo Pais Savegnago e Rodolfo Pais Savegnago. A controvérsia dos autos cinge-se à base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI): os Apelantes sustentam que o imposto deve ser apurado conforme o valor da arrematação do imóvel em leilão extrajudicial de R$ 23.734.800,00 (vinte e três milhões setecentos e trinta e quatro mil oitocentos reais), ao passo que o Apelado defende que a base de cálculo deve corresponder à avaliação do Fisco, de R$ 58.614.629,10 (cinquenta e oito milhões seiscentos e quatorze mil seiscentos e vinte e nove reais dez centavos). Consoante dispõe o artigo 38 do CTN, bem como o artigo 71 do Código Tributário daquele Município, a base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, ou seja, o valor de mercado. Veja-se: SEÇÃO III Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos (...) Art. 38 – A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos. (...) CAPITULO II Do IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "INTER VIVOS", A QUALQUER TITULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMOVEIS, POR NATUREZA OU ACESSAO FISICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A CESSAO DE DIREITOS A SUA AQUISICÃO (...) Art. 71 — A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos. Entrementes, é assente nos tribunais pátrios, inclusive nos Tribunais Superiores, o entendimento segundo o qual, em se tratando de imóveis adquiridos em hasta pública, a base de cálculo para o recolhimento do ITBI deve-se dar com base no valor da arrematação/adjudicação, especificamente quando o preço da aquisição não for considerado vil, e não pelo valor da avaliação do imóvel, feita pela municipalidade (valor venal). Nesse sentido é o entendimento do STJ: TRIBUTÁRIO. BASE DE CÁLCULO PARA A INCIDÊNCIA DO ITBI. ARREMATAÇÃO EM HASTA PÚBLICA. VALOR ARREMATADO. MOMENTO DO FATO GERADOR. REGISTRO DO IMÓVEL. I - O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência pacífica no sentido de que o valor venal para fins de composição da base de cálculo do ITBI é aquele consignado no próprio ato de arrematação. Precedentes: AgRg no AREsp 818.785/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 13/05/2016; AgRg no REsp 1565195/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015; AgRg no AREsp 630.603/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 13/03/2015. II - Com relação ao aspecto temporal do fato gerador, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uniforme no sentido de que o fato gerador do ITBI é a transferência da propriedade imobiliária, que somente se opera mediante registro do negócio jurídico no ofício competente. Precedentes: REsp 1673866/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 13/09/2017; REsp 1236816/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 22/03/2012. III - Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial. (AREsp 1425219/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019). [Destaquei] TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS. BASE DE CÁLCULO. VALOR DA ARREMATAÇÃO. SÚMULAS 83 E 568/STJ. É firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a arrematação corresponde à aquisição do bem alienado judicialmente, razão pela qual a base de cálculo do ITBI é o valor alcançado na hasta pública. Incidência das Súmulas 83 e 568 do STJ. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 881.107/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 12/05/2016). [Destaquei] Esta Corte de Justiça segue o mesmo entendimento, consoante o seguinte julgado: REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – TRIBUTÁRIO – ITBI – BEM ADQUIRIDO EM HASTA PÚBLICA – ARREMATAÇÃO/ADJUDICAÇÃO – RECOLHIMENTO DO TRIBUTO COM BASE NO VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL PELA CAIXA E NÃO DO VALOR VENAL DO IMÓVEL, ALCANÇADO ADMINISTRATIVAMENTE PELO MUNICÍPIO – PROCEDÊNCIA DA AÇÃO – CONCESSÃO DA ORDEM – SENTENÇA EM REEXAME RATIFICADA. 1 – Segundo o entendimento pacífico da jurisprudência dos tribunais pátrios, inclusive superior, na hipótese de arrematação/adjudicação de imóvel em hasta pública, a base de cálculo do imposto de transmissão (ITBI) deve pautar-se pelo efetivo valor ali alcançado, quando não considerado vil, e não pelo valor venal do imóvel. (REsp nº. 863.893/PR – Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, julgamento proferido em 17/10/2006; AgRgAg no REsp nº. 22.274, Ministro BENEDITO Gonçalves). 2 – Não obstante o entendimento da jurisprudência pátria, em sendo o objeto da impetração que seja adotado o valor da avaliação realizada pela instituição financeira, este deve ser o efetivamente adotado, ainda que seja superior ao da arrematação, sob pena de julgamento extra petita, passível de nulidade insanável. (ReeNec 110507/2013, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 07/10/2014, Publicado no DJE 14/10/2014). [Destaquei] Inobstante a hipótese dos autos se tratar de leilão extrajudicial e não de hasta pública, regulado, dessa forma, pela Lei nº 9.514/97, o STJ tem adotado como parâmetro para a aferição da configuração de preço vil, o valor de 50% (cinquenta por cento) da avaliação do bem. Confira-se: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA QUE SUSPENDEU OS EFEITOS DO LEILÃO EXTRAJUDICIAL DO IMÓVEL. VALOR DO IMÓVEL. PREÇO VIL. PREMISSA FÁTICA. ANÁLISE DOS REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC/1973. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte tem adotado como parâmetro para a aferição da configuração de preço vil o valor de 50% (cinquenta por cento) da avaliação do bem. 2. Diante das circunstâncias fáticas do caso, o acórdão estadual firmou premissa quanto ao fato de o valor da aquisição do bem ser considerado vil, porquanto correspondente a 48% do valor venal do imóvel. Dessa forma, qualquer alteração nesse quadro demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado a esta Corte em virtude do óbice da Súmula n. 7/STJ. 3. Ademais, é firme o posicionamento do STJ no sentido de que é inviável a interposição do especial no qual se visa a discutir o preenchimento, ou não, dos requisitos da antecipação da tutela previstos no art. 273 do CPC de 1973, porquanto tal discussão ensejaria o reexame do substrato fático-probatório levado em consideração pelas instâncias ordinárias, o que é vedado no âmbito do recurso especial, em virtude do óbice do enunciado da Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 903.138/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 24/11/2016). [Destaquei] Em igual sentido, é o entendimento do TJ/RS, de que não há diferenças entre leilão judicial ou extrajudicial para fins de definição de base de cálculo do ITBI: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ITBI. IMÓVEL ARREMATADO EM LEILÃO EXTRAJUDICIAL. BASE DE CÁLCULO. VALOR DA ARREMATAÇÃO. ORIENTAÇÃO DO STJ E DESTA CORTE. PREÇO VIL NÃO CONFIGURADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. - A base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), por resultar da transmissão de um bem imóvel, deve corresponder ao ato negocial que lhe deu causa. Na hipótese de aquisição do imóvel por meio de hasta pública, a base de cálculo é o resultado da concorrência dos interessados realizada na praça, ou seja, a quantia paga pelo arrematante, e não o da avaliação posteriormente procedida pela Fazenda Pública. Ademais, conforme entendimento desta Corte, as formas de arrematação, extrajudiciais ou judiciais, não diferem no que diz com a definição da base de cálculo do ITBI. - Ressalva-se, apenas, a hipótese de arrematação por preço vil, o que não ocorre no caso, tendo em vista que o bem foi arrematado por montante superior a 50% da avaliação inicial, e de todo compatível com as condições atuais do mercado imobiliário e do imóvel em si (levado à leilão em razão da inadimplência da devedora fiduciante e cuja desocupação deveria ser providenciada pelo arrematante). APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70079017307, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 13/12/2018). [Destaquei] AGRAVO DE INSTRUMENTO. ITBI. BASE DE CÁLCULO. VALOR DA ARREMATAÇÃO QUE NÃO SE REVELA VIL. LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEIS RETOMADOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE, POR EXIGÊNCIA LEGAL, SE EQUIPARA AOS LEILÕES JUDICIAIS. SUSPENSÃO DO AUTO DE LANÇAMENTO E PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL JUNTO AO REGISTRO IMOBILIÁRIO. POSSIBILIDADE. VALOR INCONTROVERSO QUE SE ENCONTRA DEPOSITADO, AUTORIZANDO A TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL AO ARREMATANTE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70076204643, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 18/04/2018). [Destaquei] Este Sodalício também possui o mesmo entendimento de que em leilão extrajudicial também deve ser observado a ocorrência de preço vil: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CAUTELAR – SUSPENSÃO DE

LEILÃO EXTRAJUDICIAL – LANCE INFERIOR A 50% DO VALOR DO BEM – PREÇO VIL CARACTERIZADO – ART. 891 CPC/15 – RECURSO DESPROVIDO. O parágrafo único, do artigo 891, do vigente Código de Processo Civil de 2015 estabelece que, quando não fixado preço mínimo, se considera vil o preço inferior a 50% do valor da avaliação. (AI 61734/2016, DESA. CLEUCI TEREZINHA CHAGAS PEREIRA DA SILVA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 30/11/2016, Publicado no DJE 07/12/2016). [Destaquei] No caso dos autos, a avaliação realizada a pedido do ente municipal, pela empresa Dalcin Serviços Agropecuários, em 21-12-2016, apurou o montante de R$ 58.614.629,10 (cinquenta e oito milhões seiscentos e quatorze mil seiscentos e vinte e nove reais dez centavos) como valor venal do imóvel adquirido pelos Recorrentes, valor este que constou na matrícula da propriedade nº 17.321 (Id. 4567799), sendo recolhido o ITBI, anteriormente à arrematação, pela Prefeitura Municipal, no valor de R$ 1.172.292,58 (um milhão cento e setenta e dois mil duzentos d noventa e dois reais cinquenta e oito centavos). Considerando o valor atribuído pelo ente municipal como valor venal do imóvel, a arrematação do referido imóvel, no montante de R$ 23.734.800,00 (vinte e três milhões setecentos e trinta e quatro mil oitocentos reais) é inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação, o que impede o atendimento da pretensão dos Recorrentes, porquanto encontra óbice nos entendimentos acima mencionados, bem como no artigo 891 do CPC que dispõe: Art. 891 Não será aceito lance que ofereça preço vil. Parágrafo único. Considera-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, e, não tendo sido fixado preço mínimo, considera-se vil o preço inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação. [Destaquei] Assim, diante dos entendimentos jurisprudenciais ora colacionados, tenho que a pretensão dos Recorrentes de que o ITBI seja fixado sobre o valor da arrematação não merece acolhida. No que se refere ao pedido subsidiário, para que seja fixado a base de cálculo em 50% sobre o valor do imóvel na avaliação, ou seja, de R$ 29.307.314,60 (vinte e nove milhões trezentos e sete mil trezentos e quatorze reais sessenta centavos), tenho que sequer deve ser conhecido. Isso porque, tal pretensão foi alegada apenas em sede de embargos de declaração, não sendo acolhida pela Magistrada de Primeiro Grau, ao argumento de que (...) a pretensão não constou do rol de pedidos da inicial ajuizada, vedando-se a esta magistrada proferir sentença "extra-petita". (Id. 4568975). Sendo assim, é defeso aos Recorrentes formular o mesmo pedido nessa instância recursal, pois não foi analisado pelo juízo sentenciante, incorrendo em verdadeira inovação recursal. A propósito: AGRAVO REGIMENTAL. APELAÇÃO CÍVEL – NEGATIVA DE SEGUIMENTO - EMBARGOS À EXECUÇÃO – DEFENSOR DATIVO – EXCESSO DE EXECUÇÃO – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA – INOVAÇÃO RECURSAL –. RECURSO DESPROVIDO. Alegação de excesso de execução sob novos argumentos, os quais não foram deduzidos perante o juízo de primeira instância, por isso, não foram objeto da sentença, configura-se de inovação recursal. (AgR 44841/2014, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 06/05/2014, publicado no DJE 12/05/2014) [Destaquei] Por derradeiro, quanto ao pedido de minoração dos honorários advocatícios para ser fixada a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), tenho que também não merece acolhida, pois, apenas nos casos em que o valor da causa for muito baixo, inestimável ou irrisório, é que o valor dos honorários poderá ser por apreciação equitativa, nos termos do artigo 85, § 8º do CPC, confira-se: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. § 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º. [Destaquei] Entrementes, não é o caso dos autos, considerando o valor de aquisição do imóvel e o valor a ser recolhido a título de ITBI, ficando refutada as alegações, nas mesmas razões de decidir quando do julgamento do apelo do município. Passo a análise do recurso do Município de Nova Xavantina. Defende o Apelante a reforma da sentença, ante a ausência de aplicação de juros e correção monetária sobre o valor a ser pago em relação ao ITBI, posto que a não atualização causará prejuízos ao erário municipal. Alega a impossibilidade da averbação da arrematação na matrícula do imóvel, vez que a averbação somente pode ser realizada mediante devido recolhimento do ITBI, bem como que os honorários sucumbenciais deveriam ter sido fixados em 20% sobre o valor econômico obtido de R$ 1.515.381,22 (um milhão e quinhentos e quinze mil trezentos e oitenta e dois reais vinte e dois centavos) e, ainda, da complexidade da causa. Requer a concessão da tutela antecipada recursal para que seja impedida a averbação da arrematação na matrícula do imóvel. No mérito, a reforma da sentença para que seja determinada a inclusão de juros e correção monetária ao valor do imposto devido, bem como a majoração dos honorários advocatícios do percentual de 10% para 20%. Inicialmente, conforme acima já mencionado, o pedido de liminar não será analisado, porquanto se encontra prejudicado pela análise do mérito, no entanto, imperioso registrar que a averbação da arrematação na matrícula do imóvel visa apenas assegurar o direito de informação a terceiros de boa-fé que possam se interessar pela aquisição do imóvel objeto da ação, não ocasionando prejuízo às partes, além de que não representa qualquer óbice ao direito de propriedade, sequer implicando em falta de recolhimento do tributo, uma vez que, apenas com a transmissão da propriedade é que ocorrerá o fato gerador do imposto. No tocante ao pedido para fixação de juros e correção monetária ao valor que deve ser pago a título de ITBI, tenho que sequer deve ser conhecido. Isso porque, a ação foi ajuizada pelos Apelados, em desfavor do Apelante, objetivando o recolhimento do ITBI com base no valor da arrematação; contudo, os pedidos foram julgados improcedentes, de modo que a fixação de juros e correção monetária não tem praticabilidade. Assim, não houve manifestação na sentença dos juros e correção monetária porquanto não havia pedido algum na inicial nesse sentido e a sentença deve se restringir apenas ao que foi pedido na ação que foi ajuizada pelos Recorridos. Desse modo, na hipótese, resta ausente o interesse recursal quanto ao mencionado argumento, de modo que as razões recursais, nesse ponto, não têm razão de existir, visto que o Apelante não foi sucumbente na pretensão resistida. Nesse sentido, trago entendimento deste Sodalício: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – MATÉRIA APRECIADA NO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 11960/2016 - IDENTIDADE DE PARTES – IDENTIDADE DE OBJETO - FALTA DE INTERESSE RECURSAL - RECURSO NÃO CONHECIDO. "Para que o recurso seja admissível, é preciso que haja utilidade - o recorrente deve esperar, em tese, do julgamento do recurso, situação mais vantajosa, do ponto de vista prático, do que aquela em que o haja posto a decisão impugnada - e necessidade - que lhe seja preciso usar as vias recursais para alcançar este objetivo. Costuma-se relacionar o interesse recursal à existência de sucumbência ou gravame". (Fredie Didier Júnior e Leonardo José Carneiro da Cunha). (Ap 11961/2016, DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/06/2016, Publicado no DJE 24/06/2016). [Destaquei] Quanto ao pedido de majoração dos honorários advocatícios, razão também não lhe assiste. Como cediço, os honorários advocatícios, consoante a nova legislação processual, serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (artigo 85, § 2º, do Novo CPC). Trata-se, em verdade, de uma gradação de parâmetros para fixação dos honorários. Num primeiro momento, verifica-se o valor da condenação; caso não haja condenação, observa-se o proveito econômico obtido; e, não sendo possível mensurá-lo, busca-se o valor atualizado da causa. Nas palavras de Daniel Amorim Assumpção: Sob a égide do CPC/1973 a inexistência de condenação permitia ao juiz fixar o valor dos honorários sem qualquer parâmetro, apenas atendendo aos critérios das alíneas do artigo 20, § 3º. No Novo CPC tal conduta passa a ser impossível, havendo uma gradação de parâmetro para a partir daí fixar os honorários entre dez e vinte por cento: (1º) condenação; (2º) proveito econômico obtido; (3º) valor da causa. Estabelecido o parâmetro de fixação dos honorários, cabe ao juiz fixar o percentual – entre dez e vinte por cento – que se adequa ao grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo para seu serviço. Esses critérios são os mesmos já existentes no Código revogado. (In Novo Código de Processo Civil Comentado, Salvador: JusPodivm, 2016. P. 138). [Destaquei] No que diz respeito, propriamente, às causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV dos §§ 2º e 3º do artigo 85 do novo CPC, a seguir transcritos: Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar os honorários ao advogado do vencedor: § 2º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da

causa, atendidos: I – o grau de zelo do profissional; II – o lugar de prestação do serviço; III – a natureza e a importância da causa; IV – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. § 3º - Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2 e os seguintes percentuais: I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; (...) [Destaquei] Na hipótese em análise, observa-se que o d. Juiz sentenciante, após julgar improcedente o pedido inicial, condenou os Autores, ora Apelados, ao pagamento a título de honorários de sucumbência, no percentual de 10% sobre o valor da causa. Necessário ressaltar que a ação foi julgada improcedente, assim, não se tem proveito econômico algum, eis que desfavorável à parte; portanto os Recorridos não tiveram proveito no recolhimento do ITBI de R$ 1.515.382,22, conforme pretende ver reconhecido o Recorrente, devendo levar em consideração, de fato, o valor atribuído à causa de R$ 697.596,58 - seiscentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa e seis reais cinquenta e oito centavos). Sendo assim, foi cumprido o que determina os parágrafos §§ 2º, 3º e 8º, do art. 85 do CPC/2015, somados ao fato de que a demanda não tem grande complexidade, atendendo o grau de zelo dos patronos, o lugar da prestação de serviço, a natureza e importância da causa e os trabalhos realizados pelos profissionais, não merecendo qualquer modificação. Ante o exposto, AFASTO a preliminar de nulidade do laudo de avaliação do imóvel. CONHEÇO EM PARTE dos apelos interpostos, contudo, a eles NEGO PROVIMENTO. É como voto. Voto escrito - Des. Luiz Carlos da Costa Começo pela apelação interposta pelos autores da pretensão e, desde já, anoto que, a preliminar de nulidade do laudo de avaliação de imóvel do Município de Nova Xavantina será analisada com o mérito do recurso. No caso, a questão versa sobre a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI incidente sobre a arrematação de bem em leilão extrajudicial. Nada obstante, a lide teria se transformado em discussão acerca de preço vil de arrematação, conforme está posto na sentença não modificada pelos embargos de declaração: [...] Conforme se extrai dos autos, a transmissão objeto do imposto ora questionado decorreu de leilão extrajudicial, motivo pelo qual o valor mínimo para arrematação não foi fixado pelo Estado-juiz e sim por interesses privados. Verifica-se da cópia da matrícula do bem juntada à inicial, na averbação 04, contrato de alienação fiduciária cujo credor era o Banco do Brasil, sendo que, para garantia de seu crédito avaliado em R$ 12.320.720,57, gravou 30,39% da área total da fazenda Viena, ou seja, 1.845,71 ha, avaliada em R$ 17.773.089,73, no ano de 2016. Assim, de acordo com a avaliação feita à av. 04, a integralidade do imóvel perfaz o total de R$ 58.483.348,89 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos). Consoante se verifica da av. 09 de referida matrícula, realizou-se dação de direitos decorrentes de alienação fiduciária e dação de parte de imóvel para quitação de dívidas e outras avenças, onde os contratantes estimaram o valor de 44,70% do bem em 33 milhões, tendo havido anotação de recolhimento de ITBI no total de R$ 1.172.292,58 em 29/12/2016, ou seja, com base no valor venal fixado pela Prefeitura ora requerida, de R$ 58.614.629,10. Deste modo, diante de todas as avaliações contidas nos autos, vislumbro ter a parte autora adquirido o imóvel objeto do presente feito por preço vil, uma vez que inferior a 50% do valor venal do bem. Configurada a arrematação por preço vil, impõe-se a utilização do valor venal do imóvel como base de cálculo do ITBI, no montante de R$ 58.614.629,10. [...]. (Id. 4568801, fls. 1). Assim, a pretexto de decidir a base de cálculo da exação, a sentença teria analisado a validade da arrematação, uma vez que declarou expressamente que restou configurada a arrematação por preço vil. Todavia, a questão acerca do valor da arrematação, se justo ou injusto, não poderia ser discutida nestes autos em hipótese alguma, e sim em pretensão à anulação daquele ato, pelo que não é relevante para o julgamento da causa o laudo de avaliação de imóvel do Município (Id's. 4568705, 4568706 e 4568707). Aqui, repiso, a discussão se limita em saber a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI incidente sobre a arrematação de bem em leilão extrajudicial. Pois bem. Quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, o Código Tributário Nacional é claro ao dispor que: "A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos" (artigo 38). Já, a Lei do Município de Nova Xavantina nº 921, de 10 de dezembro de 2001, preceitua que: Art. 66 - Estão compreendidos na incidência do imposto: [...] V - a arrematação, a adjudicação e a remição; [...] Art. 71 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos. § 1º - Não serão abatidas do valor venal quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido. § 2º - Nas cessões de direitos à aquisição, o valor ainda não pago pelo cedente será deduzido da base de cálculo. É certo que, nos casos de arrematação, considera-se a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI o valor arrematado: [...] O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência pacífica no sentido de que o valor venal para fins de composição da base de cálculo do ITBI é aquele consignado no próprio ato de arrematação. Precedentes: AgRg no AREsp 818.785/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 03/05/2016, DJe 13/05/2016; AgRg no REsp 1565195/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015; AgRg no AREsp 630.603/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 10/03/2015, DJe 13/03/2015. [...]. (STJ, Segunda Turma, AREsp 1425219/SP, relator Ministro Francisco Falcão, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 1º de março de 2019). Daí decorrente, não se mostra admissível a exigência de recolhimento de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI que incidiria sobre a diferença do valor da arrematação e o da avaliação feita pelo Município. No que tange aos honorários advocatícios, estes devem ser estabelecidos de forma condizente com o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo douto advogado, o longo tempo de tramitação do feito e a necessidade de acompanhamento de recurso. Na hipótese em que for vencida a Fazenda Pública, aplicável o disposto no artigo 85, § 3º, do Código de Processo Civil. Todavia, há de ser observado o valor da causa no montante de R$ 697.596,58: seiscentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e oito centavos, que corresponderia o valor da diferença do imposto, a autorizar a fixação dos honorários advocatícios pelo critério da equidade, nos termos do artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil: "Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2o." [sem negrito no original]. [...] 5. A regra do art. 85, § 3º, do atual CPC - como qualquer norma, reconheça-se - não comporta interpretação exclusivamente pelo método literal. Por mais claro que possa parecer seu conteúdo, é juridicamente vedada técnica hermenêutica que posicione a norma inserta em dispositivo legal em situação de desarmonia com a integridade do ordenamento jurídico. 6. Assim, o referido dispositivo legal (art. 85, § 8º, do CPC/2015) deve ser interpretado de acordo com a reiterada jurisprudência do STJ, que havia consolidado o entendimento de que o juízo equitativo é aplicável tanto na hipótese em que a verba honorária se revela ínfima como excessiva, à luz dos parâmetros do art. 20, § 3º, do CPC/1973 (atual art. 85, § 2º, do CPC/2015). 7. Conforme bem apreendido no acórdão hostilizado, justifica-se a incidência do juízo equitativo tanto na hipótese do valor inestimável ou irrisório, de um lado, como no caso da quantia exorbitante, de outro. Isso porque, observa-se, o princípio da boa-fé processual deve ser adotado não somente como vetor na aplicação das normas processuais, pela autoridade judicial, como também no próprio processo de criação das leis processuais, pelo legislador, evitando-se, assim, que este último utilize o poder de criar normas com a finalidade, deliberada ou não, de superar a orientação jurisprudencial que se consolidou a respeito de determinado tema. 8. A linha de raciocínio acima, diga-se de passagem, é a única que confere efetividade aos princípios constitucionais da independência dos poderes e da isonomia entre as partes - com efeito, é totalmente absurdo conceber que somente a parte exequente tenha de suportar a majoração dos honorários, quando a base de cálculo dessa verba se revelar ínfima, não existindo, em contrapartida, semelhante raciocínio na hipótese em que a verba honorária se mostrar excessiva ou viabilizar enriquecimento injustificável à luz da complexidade e relevância da matéria controvertida, bem como do trabalho realizado pelo advogado. 9. A prevalecer o indevido entendimento de que, no regime do novo CPC, o juízo equitativo somente pode ser utilizado contra uma das partes, ou seja, para majorar honorários irrisórios, o próprio termo 'equitativo' será em si mesmo contraditório. [...]. (STJ, Segunda Turma, REsp 1789913/DF, relator Ministro Herman Benjamin, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 11 de março de 2019). [sem negrito no original] De consequência, entendo que os honorários advocatícios devem ser fixados em R$ 2.000,00: dois mil reais. Todavia, a douta maioria entendeu que o montante se apresentava irrisório, pelo que os fixou em R$ 15.000,00: quinze mil reais. No mais, com o provimento do recurso dos autores da pretensão, resta prejudicada a apelação do réu,

uma vez que o pedido de reforma parcial da sentença consiste em fixação de índices para atualização do débito e de juros de mora, bem como majoração do valor dos honorários advocatícios. Essas, as razões por que voto no sentido de: i) dar provimento ao recurso de Antônio Aparecido Savegnago, Sebastião Edson Savegnago, Murilo Pais Savegnago e Rodolfo Pais Savegnago para julgar procedentes os pedidos para determinar a incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI sobre o valor da arrematação; e ii) julgar prejudicado o recurso do Município de Nova Xavantina. Fica ainda o Município obrigado a proceder ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R$ 15.000,00: quinze mil reais, consoante fixado pela douta maioria.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1001570-25.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE VÁRZEA GRANDE (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RECORRIDO)
VALDSON ALVES DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VLADIMIR DE LIMA BRANDAO OAB - MT5812-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1001570-25.2017.8.11.0002 Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Assunto: [Aposentadoria por Invalidez Acidentária] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [VALDSON ALVES DA SILVA - CPF: 432.714.641-20 (RECORRIDO), VLADIMIR DE LIMA BRANDAO - CPF: 483.730.011-15 (ADVOGADO), INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (JUÍZO RECORRENTE), PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - CNPJ: 05.489.410/0001-61 (REPRESENTANTE), INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - CNPJ: 29979036000140 (JUÍZO RECORRENTE), JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE VÁRZEA GRANDE (JUÍZO RECORRENTE), VALDSON ALVES DA SILVA - CPF: 432.714.641-20 (JUÍZO RECORRENTE), VLADIMIR DE LIMA BRANDAO - CPF: 483.730.011-15 (ADVOGADO), INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - CNPJ: 29979036000140 (RECORRIDO), JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RETIFICOU EM PARTE A SENTENÇA. E M E N T A E M E N T A DIREITO PREVIDENCIÁRIO – REEXAME NECESSÁRIO – AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO C/C APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA PARA O LABOR – VERIFICADA – REQUISITOS DO ARTIGO 42 DA LEI Nº 8.213/91 – PREENCHIMENTO– HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DEFINIDOS QUANDO LIQUIDADA A SENTENÇA – ACRÉSCIMOS DE ADICIONAL DE 25% - MANUTENÇÃO – CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS – QUE OS ÍNDICES PARA ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO SEJAM FIXADO NA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA, OBSERVADO O QUE FOR DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO TEMA 810/STF – SENTENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA. 1- O artigo 42 da Lei nº 8.213/91 prevê que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida ao segurado que, estando, ou não, em gozo do auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição, consideradas também suas condições socioeconômicas, profissionais e culturais. 2. Os índices para atualização dos valores devidos devem observar o que for decidido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Tema 810. R E L A T Ó R I O PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO REMESSA NECESSÁRIA N. 1001570-25.2017.8.11.0002 – PJE - COMARCA DE VÁRZEA GRANDE INTERESSADOS: VALDISON ALVES DA SILVA INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se Remessa Necessária de Sentença proferida pelo Juízo da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca da Várzea Grande, que, nos autos da Ação Declaratória C/C Condenatória C/C Antecipação Parcial de Tutela, manejada por Valdison Alves da Silva em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, julgou procedente o pedido formulado na inicial, por conseguinte, condenou a parte requerida à implantação do benefício do auxílio-doença desde a data da cessação do primeiro benefício, com a conversão em aposentadoria por invalidez, a partir da data da juntada do laudo pericial aos autos (5.7.2017), além do abono anual previsto no art. 40 da respectiva lei, nos termos do art. 487, I, do CPC. Ainda, segundo a sentença, os juros moratórios devem incidir, no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, até a vigência da Lei nº 11.960/2009, para, então, serem acrescidos com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, a partir da citação. Não houve condenação no pagamento das custas processuais, contudo os honorários advocatícios deverão ser fixados, quando da liquidação do julgado, nos termos do artigo 85, § 2º e 4º, II, do CPC. Valdison Alves da Silva, interpôs Embargos de Declaração (ID n. 8324867). O Juízo a quo acolheu os embargos para acrescentar o seguinte teor Concedo o pedido de antecipação de tutela, nos termos do art. 300 do CPC, e ordeno a imediata intimação da parte requerida para o seu cumprimento, sob pena de imposição de multa, sem prejuízo de outras medidas necessárias ao efetivo cumprimento da ordem judicial. Sem recurso voluntário, o feito foi encaminhado a esta Egrégia Corte por força do artigo 496, I, do CPC. A Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer (ID 8724972), entendeu pela ausência de interesse público apto a justificar sua intervenção no feito. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 14 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004055-97.2017.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAIARA ROSSA MORELLO OAB - MT17433 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO)
EDUARDO LUIZ BROCK OAB - SP91311-O (ADVOGADO)
AMARO DE OLIVEIRA FALCAO OAB - MT14522-O (ADVOGADO)
YUN KI LEE OAB - SP131693-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0004055-97.2017.8.11.0007 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução, Multas e demais Sanções] Relator: Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK Turma Julgadora: [DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT - CNPJ: 15.023.906/0001-07 (APELANTE), NAIARA ROSSA MORELLO - CPF: 014.172.641-52 (ADVOGADO), BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A. - CNPJ: 50.585.090/0001-06 (APELADO), YUN KI LEE - CPF: 104.746.608-26 (ADVOGADO), EDUARDO LUIZ BROCK - CPF: 021.910.508-16 (ADVOGADO), FABIO RIVELLI - CPF: 126.097.608-41 (ADVOGADO), AMARO DE OLIVEIRA FALCAO - CPF: 001.707.871-76 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS A EXECUÇÃO - MULTA DO PROCON - CONDENAÇÃO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - MINORAÇÃO NÃO JUSTIFICADA - MULTA ADMINISTRATIVA APLICADA EM OBSERVÂNCIA

AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RECURSO PROVIDO. 1- A multa arbitrada pelo PROCON foi fixada sopesando a atitude da Apelante e o poder econômico da Apelada no que se refere a cobrança indevida de valores dos consumidores 2 - A sanção aplicada deve ser suficiente para coibir a conduta lesiva por parte da prestadora do serviço, além de sua natureza sancionatória, a multa deve desestimular, pelo menos sob o prisma econômico, a repetição da prática tida por ilegal. 3. Apelo provido. R E L A T Ó R I O EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação Cível interposto pela FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA em face de sentença proferida pelo Juízo da 6ª Vara Cível daquela Comarca que, nos autos dos Embargos à Execução nº 4055-97.2017.811.0007, julgou procedente em parte o pedido inicial nos embargos interpostos pelo Banco BVC - Banco de Crédito e Varejo S.A contra o Requerente ora Apelante. Inconformado, o Apelante recorre sustentando "que ocorreu um error in judicando parcial quando da elaboração da sentença que reduziu a multa aplicada pelo Procon no procedimento administrativo FA nº 0112.003.438-1" (id.252330/252412). Alega que "a própria empresa reconheceu a irregularidade na cobrança, ou seja admitiu que houve ofensa ao código de Defesa do Consumidor, o que por si só, justifica a atuação do Procon, bem como a aplicação da penalidade de multa"(id. 2521623). Cita precedente jurisprudencial, como reforço a sua tese. Destaca que a pena pecuniária foi estabelecida observando-se a proporcionalidade/razoabilidade não possuindo qualquer efeito confiscatório ou demasiadamente desproporcional. Ao final, requer o provimento do recurso, para reformar parcialmente a sentença " a quo" devendo ser mantido o valor da multa originalmente aplicado pelo Procon à instituição financeira. Nas contrarrazões, o Apelado rebate os argumentos do Apelante, pugnando pelo desprovimento do recurso (id.2521628/2521629). É o relatório. V O T O R E L A T O R A EXMA. SRA. DESA. MARIA EROTIDES KNEIP (Relatora) Egrégia Câmara: Consoante relatado, trata-se de Recurso de Apelação Cível interposto pela MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA em face de sentença proferida nos autos dos Embargos à Execução nº 4055-97.2017.811.0007 opostos pelo Banco BVC- Banco de Crédito e Varejo S.A e que foram julgados parcialmente procedentes. O Apelante recorre sustentando "que ocorreu um error in judicando parcial quando da elaboração da sentença que reduziu a multa aplicada pelo Procon no procedimento administrativo FA nº 0112.003.438-1" (id.252330/252412). Nota-se que, ao analisar os pedidos, o Magistrado singular entendeu que não houve qualquer ilegalidade no mencionado processo administrativo, que atestou a cobrança indevida da Embargante referente a um empréstimo nunca realizado pelo consumidor José Gomes Lisboa, bem como legítima a consequente aplicação de multa pelo órgão de defesa do consumidor, reduzindo contudo, o valor da penalidade para o montante de R$ 2.000,00: De outro norte, apesar de entender que o processo administrativo se deu em observância aos princípios constitucionais e administrativos, verifico que a penalidade de multa foi aplicada de forma fundamentada, todavia, FORA dos limites da razoabilidade e prudência, visto que a Embargante procedeu ao cancelamento dos descontos em nome do consumidor, bem como procedeu à restituição dos valores descontados em dobro, conforme comprovante de fl.34-v, assim, REDUZO a multa, no patamar de R$2.000,00 (dois mil reais).ISTO POSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, para o fim de REDUZIR a penalidade de multa, ora impugnada, fixando-a no valor total de R$2.000,00 (dois mil reais).Pelo princípio da causalidade, condeno o embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor estipulado para a multa acima, nos termos do artigo 85, §2º, do NCPC. Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado, intime-se a parte requerida, na pessoa de seu patrono, ao pagamento da verba honorária, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa de 10% prevista no artigo 523 do NCPC. O Apelante insurge-se contra a redução da multa, argumentando que o valor deve ser suficiente para desestimular os infratores ao cometimento de novas infrações. De todo o processado, observa-se que a decisão administrativa foi fundamentada nas provas constantes dos autos, sopesando tanto os fatos narrados pelo contribuinte, quanto as informações da Apelada, não havendo o que se falar em ilegalidade do procedimento administrativo, bem assim na nulidade da multa aplicada. No que tange ao valor, o Apelante alega que a multa imposta é legítima e não havendo justificativa para a redução aplicada em primeira instância, visto que a multa administrativa foi fixada dentro dos parâmetros legais, em razão da gravidade das infrações dispostas no auto de infração e, ainda, observando a condição econômica do fornecedor, de modo que não se evidencia irrazoabilidade no valor fixado administrativamente. Insta consignar que a penalidade de multa imposta pelo PROCON encontra amparo no artigo 56, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, que: "Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas: I - multa;" Por seu turno, o artigo 57 do CDC diz que a multa será fixada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor. "Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos. (Redação dada pela Lei nº 8.656, de 21.5.1993). Parágrafo único. A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.703, de 6.9.1993)." Afirma ainda, que a sanção aplicada deve ser suficiente para coibir a conduta lesiva por parte da prestadora do serviço. Em outras palavras, além de sua natureza sancionatória, a multa deve desestimular, pelo menos sob o prisma econômico, a repetição da prática tida por ilegal evitando a reincidência na prática de infração de normas de defesa do consumidor. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA – MULTA APLICADA PELO PROCON – VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR – NULIDADE DA DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO – AFASTADA – COBRANÇA DE CORRETAGEM – ILEGITIMIDADE DA CONSTRUTORA – REJEITADA – LEGITIMIDADE DO PROCON PARA A APLICAÇÃO DA PENALIDADE – REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA – IMPOSSIBILIDADE – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Estando o decisum proferido no processo administrativo suficientemente fundamentado, não há que se falar em nulidade. A empresa que cobra comissão de corretagem indevidamente deve ser responsabilizada pelo pagamento da multa imposto pelo PROCON ainda que não seja a beneficiária final dos valores obtidos a tal título. A aplicação da multa por infringência aos direitos do consumidor depende tanto da atuação do legislador quanto do juízo discricionário da autoridade competente, a qual poderá levar em consideração diversos fatores, dentre eles, a condição econômica do infrator. A fixação de multa em valor irrisório não é suficiente para atender a sua finalidade que é a de punir o fornecedor de serviços e desestimular a repetição da infração. Recurso conhecido e não provido. (TJ-MS - APL: 00342211620118120001 MS 0034221-16.2011.8.12.0001, Relator: Des. Oswaldo Rodrigues de Melo, data de julgamento: 03/09/2013, 3ª Câmara Cível, data de publicação: 15/05/2014). Registra-se, por oportuno, que a multa decorre do poder de polícia do órgão administrativo competente para tal fim possuindo previsão expressa na legislação consumerista, de modo que o montante inicialmente aplicado se apresenta adequado a atender punitivo e pedagógico considerando o poder econômico do Banco executado. Portanto, merece provimento o Apelo para que o montante da penalidade retorne a cobrança do valor anteriormente imputado. Com essas considerações, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto para determinar que a multa volte ao valor originalmente imposto de R$ 11.235,00 (onze mil duzentos e trinta e cinco reais), e via de consequência, com a imputação dos ônus sucumbências exclusivamente a parte Apelada. É como voto. Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003802-12.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NATANAEL SALVINO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADOLFO ARINE OAB - MT6727-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0003802-12.2014.8.11.0041

Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Reintegração] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [NATANAEL SALVINO - CPF: 111.680.051-91 (EMBARGANTE), ADOLFO ARINE - CPF: 482.602.741-91 (ADVOGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0005-78 (EMBARGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: A UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS DECLARATORIOS. E M E N T A E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – VÍCIO INEXISTENTE – DECISÃO COLEGIADA CLARA E COERENTE – PEDIDO DE CONDENAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA NAS CONTRARRAZÕES DO ACLARATÓRIOS – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – EMBARGOS REJEITADOS. 1 - Nos termos do art. 1.022 do CPC, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para (i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para (iii) corrigir erro material. 2 - No caso, os embargos de declaração têm nítido caráter de crítica à decisão e rediscussão da matéria, pois o embargante trouxe à baila questão já apreciada e decidida de forma fundamentada. 3 - As contrarrazões recursais nos aclaratórios não constituem o meio adequado para postular honorários advocatícios de sucumbência. R E L A T Ó R I O EMBARGANTE: NATANAEL SALVINO EMBARGADO: ESTADO DE MATO GROSSO RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Embargos de Declaração opostos por NATANAEL SALVINO, com fulcro no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, contra acórdão proferido por esta Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, na Apelação interposta pelo Embargante, que deu provimento ao Apelo para julgar improcedentes os pedidos, com fulcro no art. 487, I, do CPC, deixando de condenar o Apelado no pagamento das custas e honorários advocatícios, em razão da concessão do benefício da justiça gratuita. Remessa Necessária Prejudicada. O Juízo de 1º Grau na ação originária determinou a anulação do ato administrativo que culminou no cancelamento da convocação do Embargante, bem como determinou a sua imediata reintegração ao Serviço Ativo da Guarda Patrimonial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Condenou, ainda, o Estado de Mato Grosso ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Nas suas razões, o Embargante afirma que houve omissão e obscuridade no julgado, haja vista que a ausência de apreciação dos julgados constantes das contrarrazões e especificamente sobre a violação da dialeticidade recursal. Requereu seja provido os Embargos Declaratórios. O Embargado apresentou contrarrazões, id. 21977469, requerendo a rejeição dos Embargos Declaratórios, com a consequente condenação em honorários recursais. É o relatório. Peço dia. Cuiabá-MT, 22 de novembro de 2019. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1016920-67.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ARNALDO ANTONIO RODRIGUES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CARVALHO DE SOUZA OAB - MT19198-A (ADVOGADO)
MARIANA ALMEIDA GIRALDELLI OAB - MT22761-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1016920-67.2016.8.11.0041 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Sistema Remuneratório e Benefícios, Isonomia/Equivalência Salarial, Descontos Indevidos] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [ARNALDO ANTONIO RODRIGUES - CPF: 172.429.161-00 (EMBARGANTE), BRUNO CARVALHO DE SOUZA - CPF: 008.962.671-05 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (EMBARGADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (EMBARGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0020-07 (TERCEIRO INTERESSADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE), MARIANA ALMEIDA GIRALDELLI - CPF: 022.337.471-78 (ADVOGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (EMBARGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, ACOLHEU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. E M E N T A E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO – OMISSÃO – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM SEDE RECURSAL – INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 85, § 3º, I e §11, do CPC – OMISSÃO CONFIGURADA. Há omissão no acórdão que, ao negar provimento à apelação, deixa de majorar os honorários advocatícios fixados na sentença, como determina o art. 85, § 3º, I e §11, do CPC. R E L A T Ó R I O EMBARGANTE (S): ARNALDO ANTÔNIO RODRIGUES EMBARGADO (S): ESTADO DE MATO GROSSO RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (Relatora) Egrégio Plenário: Trata-se de Embargos de Declaração opostos por ARNALDO ANTÔNIO RODRIGUES, com fulcro no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, contra acórdão proferido por esta Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, na Apelação interposta pela Embargante, que, à unanimidade negou provimento ao recurso de Apelação, mantendo a r. sentença, afastando as alegações do Estado de Mato Grosso no que tange à ocorrência de prescrição. Em suma, alega o Embargante que o Acórdão foi omisso quanto à aplicação de honorários advocatícios recursais, pois no caso em tela não houve decaimento algum dos pedidos postulados, entretanto, não foram fixados honorários advocatícios devidos em sede de Apelação. Requer o arbitramento de honorários de sucumbência, ante ao trabalho adicional do advogado em sede de recurso, para que sejam fixados no teto máximo de 20% (vinte por cento). O Embargado apresentou contrarrazões, requerendo o desprovimento dos Embargos, id. 21863991. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 22 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002938-83.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (APELANTE)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (APELADO)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1002938-83.2016.8.11.0041 Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) Assunto: [Férias, Indenização / Terço Constitucional] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A).

MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO - CNPJ: 15.007.842/0001-42 (APELANTE), BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA - CPF: 710.920.131-72 (ADVOGADO), MUNICIPIO DE CUIABÁ - CNPJ: 03.533.064/0001-46 (APELADO), PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ (REPRESENTANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA - CPF: 710.920.131-72 (ADVOGADO), SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO - CNPJ: 15.007.842/0001-42 (APELADO), MUNICIPIO DE CUIABÁ - CNPJ: 03.533.064/0001-46 (APELANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU AMBOS OS RECURSOS. E M E N T A EMENTA RECURSOS DE APELAÇÃO – AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – SERVIDORES CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE - VERBAS TRABALHISTAS - SINDICADO – ILEGITIMIDADE ATIVA – DIREITO HETEROGÊNEO DOS ASSISTIDOS – RECURSO DO MUNICÍPIO – IRRESIGNAÇÃO QUANTO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO DO ESTADO DE FATO OU DE PROVA NO TOCANTE AOS PRESSUPOSTOS DA GRATUIDADE - RECURSOS DESPROVIDOS – SENTENÇA MANTIDA. A jurisprudência do STJ trilha no sentido de que os sindicatos, na qualidade de substitutos processuais, são legítimos para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos ou individuais homogêneos. Os direitos pleiteados no presente caso são heterogêneos, pois dependerão de análise específica de cada caso concreto, como por exemplo, verificar se houve ou não a continuidade da contratação a justificar o reconhecimento da nulidade dos contratos, ou, ainda, verificar se houve a justificativa da contratação temporária, como por exemplo, para substituir professor efetivo, o que não configura burla ao concurso público, afastando a nulidade do contrato. Ausente provas acerca da possibilidade do Autor arcar com as custas processuais, deve ser mantido o benefício da justiça gratuita concedido em sentença. R E L A T Ó R I O PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL: 1002938-83.2016.8.11.0041 APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO – SUB SEDE CUIABÁ APELADO: MUNICÍPIO DE CUIABÁ RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se de Recurso de Apelação Cível apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público – Sub sede de Cuiabá, contra sentença proferida pelo Juízo da Segunda Vara Especializada da Fazenda Pública da Capital, que nos autos da Ação Declaratória c/c Indenização por danos materiais ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa, julgando extinto o processo, nos termos do artigo 485, VI, do CPC. Condenou a Requerente no pagamento das despesas e custas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, consoante inciso I do § 3º do artigo 85 do CPC, suspendendo a cobrança em razão do benefício da justiça gratuita concedido. Em suas razões recursais, o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público - SINTEP suscita, em preliminar, a sua legitimidade ativa, sob o fundamento de que a substituição processual se dá em razão da sua eficácia sobre o grande número de trabalhadores atingidos pelo ato ilegal questionado nos autos, bem como que se trata de instituto estabelecido constitucionalmente de forma extraordinária e ampla, podendo o sindicato dele fazer uso na medida que cumpra o que estabelece a lei, conforme dispõe o inciso III do artigo 8º da Constituição Federal e o artigo 3º da Lei n.º 8.073/90. No mérito, destaca que o presente processo tem como objeto a cobrança de 1/3 (um terço) de férias e os décimos terceiros salários com base na remuneração integral, bem como pagamento do FGTS, compreendendo o período não prescrito (2010/2016). Diz que, que todos os substituídos pela parte Recorrente são profissionais da área da educação, independentemente do seu cargo específico, e, que estão exercendo mão-de-obra sem a admissão por concurso público por meio de contratações temporárias com sucessivas prorrogações, e que não vêm recebendo do Recorrido o 1/3 (um terço) de férias, o décimo terceiro salário com base na remuneração integral e FGTS. Aduz que, em todos os casos houve extrapolação do prazo legal máximo de contratação temporária, ou seja, do limite de 18 (dezoito) meses, em razão de repetidas prorrogações contratuais, conforme se retira do inciso II do art. 4º da Lei Municipal n.º 4.424/2003, sendo esse fato facilmente constatado nos autos. Afirma que, a eventual necessidade de apuração dos valores das verbas de forma individual dos substituídos não irá descaracterizar a homogeneidade dos direitos individuais. Sustenta, ao final, que faz jus ao benefício de justiça gratuita, uma vez que não reúne qualquer condição de custear as mínimas despesas decorrentes do processo. Assim, requer o provimento do recurso, para declarar a nulidade dos contratos temporários dos substituídos, condenando o Apelado no pagamento dos valores referentes ao 1/3 (um terço) de férias, dos valores referentes aos 13º salários com base na remuneração integral, bem como no depósito do FGTS. Nas contrarrazões apresentadas, o Município de Cuiabá rechaça as teses mencionadas, pugnando pelo desprovimento do apelo (ID n. 7633042). Por sua vez, o Município de Cuiabá apresentou recurso de apelação (ID n. 7633044), alegando que a sentença merece reforma, uma vez que o sindicato não junta qualquer elemento de prova para demonstrar sua hipossuficiência, portanto, deve ser indeferida, de plano, a assistência judiciária gratuita. Requer o provimento do recurso para afastar a gratuidade de justiça, ante a ausência de comprovação de hipossuficiência econômica do Sindicato Recorrente Nas contrarrazões apresentadas, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP/MT, pugna pelo desprovimento do apelo (ID n. 7633048). A Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer (ID 8364672), manifestou pela ausência de interesse público a justificar a intervenção ministerial. É o relatório. Cuiabá, 13 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0023433-30.2012.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE LUIZ GONCALVES (RECORRIDO)
INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LASTHENIA DE FREITAS VARAO OAB - MT4695-O (ADVOGADO)
SIMONE GADELHA LEMPP SAQUETTI OAB - MT11350-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 0023433-30.2012.8.11.0002 Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Assunto: [Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, Restabelecimento] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [JOSE LUIZ GONCALVES - CPF: 361.715.491-34 (RECORRIDO), SIMONE GADELHA LEMPP SAQUETTI - CPF: 000.236.421-22 (ADVOGADO), LASTHENIA DE FREITAS VARAO - CPF: 545.522.301-15 (ADVOGADO), INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (JUÍZO RECORRENTE), JUÍZO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE (JUÍZO RECORRENTE), INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS (RECORRIDO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS), INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRIDO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, RETIFICOU EM PARTE A SENTENÇA. E M E N T A E M E N T A DIREITO PREVIDENCIÁRIO – REEXAME NECESSÁRIO – AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO C/C APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – INCAPACIDADE PERMANENTE E TOTAL PARA O LABOR – VERIFICADA – REQUISITOS DO ARTIGO 42 DA LEI Nº 8.213/91 – PREENCHIMENTO– HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MANTIDOS – CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS – QUE OS ÍNDICES PARA ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO SEJAM FIXADO NA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA, OBSERVADO O QUE FOR DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO TEMA 810/STF –

SENTENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA. 1 - O artigo 42 da Lei nº 8.213/91 prevê que a aposentadoria por invalidez deve ser concedida ao segurado que, estando, ou não, em gozo do auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição, consideradas também suas condições socioeconômicas, profissionais e culturais. 2. Os índices para atualização dos valores devidos devem observar o que for decidido pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Tema 810. R E L A T Ó R I O INTERESSADOS: JOSÉ LUIZ GONÇALVES INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se Remessa Necessária de Sentença proferida pelo Juízo da Primeira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca da Várzea Grande, que, nos autos da Ação de Restabelecimento de Benefício Previdenciário C/C Conversão de Benefício, com Pedido de Antecipação de Tutela, manejada por José Luiz Gonçalves em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, por conseguinte, concedeu o benefício de aposentadoria por invalidez a partir da data da cessação do benefício auxílio doença, em 15-7-2012. Ainda, segundo a sentença, os juros moratórios devem incidir, a partir da citação, nos termos do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com as alterações produzidas pela Lei nº 11.960/09; devidamente corrigidos pelo INPC, previsto no artigo 41-A da Lei n. 8.213/91. Não houve condenação no pagamento das custas processuais, contudo os honorários advocatícios foram fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. Sem recurso voluntário, o feito foi encaminhado a esta Egrégia Corte por força do artigo 496, I, do CPC. A Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer (ID 8496578), entendeu pela ausência de interesse público apto a justificar sua intervenção no feito. É o relatório. Peço dia. Cuiabá, 8 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0031010-34.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GLAZIELLEN LARA CARVALHAES DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, NEGO PROVIMENTO ao apelo, mantendo a sentença pelos seus próprios e jurídicos fundamentos

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1009047-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS DA SILVA BORGES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS DA SILVA BORGES OAB - MT8039-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JAMES ROGERIO BAPTISTA (AGRAVADO)
ADELINO FERRARO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAMES ROGERIO BAPTISTA OAB - MT9992-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1009047-37.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206) Assunto: [Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). ALEXANDRE ELIAS FILHO, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). EDSON DIAS REIS, DES(A). GILBERTO LOPES BUSSIKI, DES(A). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA, DES(A). LUIZ CARLOS DA COSTA, DES(A). MARCIO VIDAL, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - CNPJ: 29979036000140 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), JAMES ROGERIO BAPTISTA - CPF: 202.729.588-75 (ADVOGADO), MARCOS DA SILVA BORGES - CPF: 261.731.148-10 (ADVOGADO), JAMES ROGERIO BAPTISTA - CPF: 202.729.588-75 (AGRAVADO), ADELINO FERRARO - CPF: 172.791.431-72 (AGRAVADO), MARCOS DA SILVA BORGES - CPF: 261.731.148-10 (AGRAVANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O AGRAVO. E M E N T A EMENTA AGRAVO INTERNO – AÇÃO PREVIDENCIÁRIA – INSS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS – AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO QUE DECLINOU A COMPETÊNCIA DESTA CORTE EM FAVOR DA JUSTIÇA FEDERAL – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL – SÚMULA N. 363 – NÃO INCIDÊNCIA – RECURSO DESPROVIDO. 1 - A competência para o julgamento de recurso interposto contra decisão proferida por juiz estadual, investido de competência federal delegada, é do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Exegese dos artigos 109, §§ 3º e 4º, c/c o artigo 108, II, todos da Carta Federal. Precedentes 2 - Na esteira da regra da perpetuatio jurisdictionis prevista no artigo 43 do CPC, a competência do órgão jurisdicional é fixada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial e permanece até o final da decisão da lide. R E L A T Ó R I O RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS (RELATORA) Egrégia Câmara: Trata-se de Agravo Regimental apresentado por Marcos da Silva Borges, em face da decisão monocrática proferida por esta Relatora (Id. 11555988), que, nos autos Agravo de Instrumento interposto pelo Agravante em face da decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Pontes e Lacerda, nos autos da Ação do Cumprimento de Sentença nº 475-90.2017.811.0013, movida em face do Instituto Nacional do Seguro Social, reconheceu de ofício a incompetência desta Corte, para julgar e processar o presente recurso, em favor do Tribunal Regional da 1ª Região, nos termos do art. 108, II e 109, § 4º, ambos da Constituição Federal. Afirma o Agravante que, o decisum deve ser reformado, uma vez que se trata de litígio sobre verbas advocatícios entre os advogados que atuaram nos autos e não sobre a matéria de mérito da ação originária em que a competência é do TRF1. Assevera que, é pacífico na jurisprudência de que a competência neste caso é do Tribunal de Justiça do estado em que foi distribuído processo originariamente. Pontua que, a Súmula n. 363 define que a competência para processar e julgar a ação de cobrança de profissionais liberais contra clientes é da Justiça Estadual. Decorreu o prazo para apresentação das contrarrazões, conforme certidão de ID n. 15221484. É o relatório. Cuiabá, 21 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Intimação

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018873-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA DE OLIVEIRA ROCHA (AGRAVANTE)
CLEUSA DOS SANTOS ROCHA (AGRAVANTE)
DEBORA DA SILVA VIEIRA (AGRAVANTE)
ERNAI LESLE DECKMANN MALVESSI (AGRAVANTE)
LUCIA MARIA JANTSCH LONDERO (AGRAVANTE)
LUCIMAR MARIA DE AGUIAR (AGRAVANTE)
MARA CARMECITA SASSO MARTINS (AGRAVANTE)
ERVINO ARLINDO NEUHAUS (AGRAVANTE)
GENTIL JOSE LONDERO (AGRAVANTE)
JOAO PAULO COSTA SCAPINI (AGRAVANTE)
LISANI TAINETE FUCHS FREITAS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO OAB - MT15874-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CANARANA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018873-87.2019.8.11.0000 foi

protocolado no dia 10/12/2019 21:19:47 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006022-85.2014.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER ZINIMAR GERALDINE COUTINHO OAB - MT4151-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MULTILASER INDUSTRIAL S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO JOSE GARCIA OAB - SP134719 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017847-04.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELVIO SANTOS SANTANA OAB - SP353041-A (ADVOGADO)
KARINA OLIVEIRA ALVES OAB - MT16060-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TANIA MARIA CARDOSO SILVA AMANCIO OAB - MT3614 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 27 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1001848-23.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA DE FAZENDA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
CLEVERSON ALVES FERRAZ (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CIBELE SILVA PRIETCH FALCA PAGNO OAB - MT9947-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 04 Câmara Temporária Público Coletivo.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0053165-31.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OTALINDO JACOB MALHEIROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 04 Câmara Temporária Público Coletivo.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000885-48.2015.8.11.0085
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE FRANCISCO PASCOALAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE FRANCISCO PASCOALAO OAB - MT16500-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 04 Câmara Temporária Público Coletivo.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008553-46.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO JOSE LAURINDO DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RYVIA RYCHELLE MARIA JOSEPH LACERDA SODRE DE SOUZA OAB - MT10049-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 04 Câmara Temporária Público Coletivo.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013682-95.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ROBERTO AGUADO QUIROSA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DORIANE JUREMA PSENDZIUK CARVALHO OAB - MT5262-O (ADVOGADO)
JOSLAINE FABIA DE ANDRADE OAB - MT6900-O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCIA ADELHEID NANI (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 04 Câmara Temporária Público Coletivo.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014024-43.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROPETER DOS SANTOS CANICA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WELTON ALVES DE OLIVEIRA OAB - MT15089-O (ADVOGADO)
SERGIO ANTONIO DE OLIVEIRA OAB - MT9225-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 04 Câmara Temporária Público Coletivo.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010983-68.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VERA MARIA REZENDE NUNES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

DORIANE JUREMA PSENDZIUK CARVALHO OAB - MT5262-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 04 Câmara Temporária Público Coletivo.

Intimação de pauta Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1000607-31.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIOLA OLIVEIRA SOUZA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 04 Câmara Temporária Público Coletivo.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1035845-43.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO BENEDITO CANAVARROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELLEN MARCELE BARBOSA GUEDES OAB - MT14344-O (ADVOGADO)
LORENA DIAS GARGAGLIONE OAB - MT14629-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com estas considerações, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao Apelo tão somente para que incida do Imposto de Renda e da Contribuição Previdenciária e, em sede de Remessa Necessária RETIFICO PARCIALMENTE a sentença, para determinar que os honorários advocatícios, sejam apurados, nos termos do § 3°, incisos I a V, e no § 4°, inciso II, do artigo 85, bem como, o percentual da defasagem, já os índices de atualização da correção monetária e dos juros, observado o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 810/STF.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0034825-15.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARGARIDA MARIA DE ARAUJO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REGIANE ALVES DA CUNHA OAB - MT7712-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, RECONHEÇO a incompetência desta Corte para apreciar o Recurso de Apelação Cível e, de consequência, determino a remessa dos autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em cumprimento aos artigos 108, II, e 109, § 4º, da Constituição Federal.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0042665-03.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSIRA SEBASTIANA DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMATRICE MARTINS VASCONCELOS OAB - MT19313/O-A (ADVOGADO)
KESIA MARTINS FORTES DOS REIS OAB - MT16125-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, RECONHEÇO a incompetência desta Corte para apreciar o Recurso de Apelação Cível e, de consequência, determino a remessa dos autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em cumprimento aos artigos 108, II, e 109, § 4º, da Constituição Federal.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018886-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALCEU JOSE GAGLIAZZI (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (AGRAVADO)
MUNICIPIO DE NOVA MUTUM ? MT (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018886-86.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 10:50:53 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK

REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 74238/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO 155699/2016 - CLASSE: CNJ-198) COMARCA CAPITAL
EMBARGANTE - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). DÉBORA LETÍCIA OLIVEIRA VIDAL - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 90014181), EMBARGADO - DALILA DE OLIVEIRA MATOS (Advs: Dr. CARLOS ALBERTO TAKASE - OAB 11640/MT, Dr. ELIAS VANIN - OAB 10026/MT, Dr(a). OUTRO(S))
Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 74379/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 130739/2017 - CLASSE: CNJ-1728) COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE
EMBARGANTE - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dra. MARIA LUIZA DA CUNHA CAVALCANTI - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 6847/MT), EMBARGADO - CERCUNDINO ALVES DE SOUZA (Advs: Dra. MARISA TEREZINHA VESZ - OAB 4987-B/MT, Dr(a). OUTRO(S))
Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1012381-58.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SILVANA GUIA ESPIRITO SANTO CAMARGO (APELADO)
MARIA TEREZA OURIVES CORREA (APELADO)
MARLENE OLIVEIRA DE MORAES (APELADO)
NEIDE DE FATIMA ASSIS (APELADO)
JACI DO CARMO SILVA PAULA (APELADO)
MARIA CECILIA DE SOUZA (APELADO)
DINALVA NELIAN DE FRANCA CAMPOS (APELADO)
TERMOSINA DIAS DO BOMDESPACHO DE FIGUEIREDO (APELADO)
SANDRA PEDROSA RODRIGUES DE PAULA (APELADO)
MARIA JOSE DIAS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REGIANE ALVES DA CUNHA OAB - MT7712-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, em respeito à decisão do colegiada proferida pela Seção de Direito Público e Coletivo no Tema nº 1, DECLINO DA COMPETÊNCIA à Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0000040-47.2016.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:

MARCIO OLIVEIRA DE PAULA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELTON GEORGE RAMOS OAB - MT11237-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações: NÃO CONHEÇO da remessa oficial. NEGO PROVIMENTO apelo e, de ofício RETIFICO em parte, com relação aos juros de mora e correção monetária, nos moldes do Tema 905/STJ.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1022447-97.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADM COMERCIO, DISTRIBUIDORA, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO MELON DE SOUZA NEVES OAB - MT18608/O-O (ADVOGADO)
LEONARDO DA SILVA CRUZ OAB - MT6660-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

I- Trata-se de Reexame Necessária com Recurso de Apelação movido pelo ESTADO DE MATO GROSSO, em face da sentença proferida nos autos de Ação Mandamental interposta por ADM COMERCIO, DISTRIBUIDORA, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA que tramitou perante o Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital. II- A matéria objeto do presente recurso versa sobre a inclusão da Tarifa de Uso de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) e a Taxa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) na base de cálculo do ICMS da energia elétrica, referente à unidade consumidora do Impetrante. III- Considerando que a matéria está sendo discutida nos Recursos Especiais nº 1.692.023/MT e 1.699.851/TO, bem como nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1.163.020/RS, sendo afetada pelo Tema 986 (Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do ICMS) determino o sobrestamento do processo, com fulcro no artigo 1.037, inciso II, do Código de Processo Civil, até o julgamento do leading case.

Certidão Classe: CNJ-109 PETIÇÃO
Processo Número: 1018908-47.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CD TRANSPORTES EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ARAAO DA SILVA OLIVEIRA OAB - MT15963/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 1018908-47.2019.8.11.0000 – Classe: PETIÇÃO (241) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018910-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BRASNORTE - SSPMB (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO IBRAHIM CAMPOS OAB - MT13296-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Prefeito Municipal de Brasnorte (AGRAVADO)
MUNICIPIO DE BRASNORTE (AGRAVADO)
Secretaria de administração de Brasnorte (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018910-17.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020099-36.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALANMY LIMA E SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO JOAO DOS SANTOS OAB - MT10408-O (ADVOGADO)
ERICA DE ASSIS VELOZO BRAGA OAB - MT16078-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, DOU PROVIMENTO ao apelo, para afastar a concessão do benefício do auxílio-doença, ante a ausência da incapacidade laboral.

Apelação Cível n. 99.710/2018 – Classe: CNJ-198 (N. Único 0023599-52.2006.8.11.0041 – Processo 91/2008 – Código: 265854) – Comarca da Capital, sendo Apelante(s) – PETROLUZ MIGUEL SUTIL AUTO POSTO LTDA (Advs.: Dr. Waldir Cechet Júnior-OAB/MT 4111 e Outro(s)) e MINISTÉRIO PÚBLICO e são Apelado(s) – PETROLUZ MIGUEL SUTIL AUTO POSTO LTDA (Advs.: Dr. Waldir Cechet Júnior-OAB/MT 4111 e Outro(s)) e MINISTÉRIO PÚBLICO

"Em cumprimento aos artigos 1º, inciso VIII, 7º, § 3º, 28º, §§ 1º e 2º, todos da Resolução nº 018/2013/TP, INTIMO o Ilmo. Sr. Dr. **WALDIR CECHET JÚNIOR-OAB/MT 4111**, para efetuar o pagamento das custas do Recurso de Apelação (**fl. 1588-TJ**)."

Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019

SILBENE NUNES DE ALMEIDA
Diretora da 1ª Câmara de Direito Público e Coletivo

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018929-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OTAIZA MARCON COLLI (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018929-23.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006066-94.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
KEILA OLIVEIRA FREITAS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA SILVA SOUZA OAB - MT21198-A (ADVOGADO)
EDENICIO AVELINO SANTOS OAB - MT15525-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, DOU PROVIMENTO ao apelo, para reformar a sentença e, de consequência determinar o retorno dos autos a comarca de origem para regular prosseguimento do feito.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1001301-97.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIAS FONSECA DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único: 1001301-97.2016.8.11.0041

Classe: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206) Assunto: [Índice de 11,98%] Relator: Des(a). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Turma Julgadora: [DES(A). HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, DES(A). MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK, DES(A). MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA] Parte(s): [JOSIAS FONSECA DE OLIVEIRA - CPF: 128.649.601-25 (AGRAVANTE), MARCIA NIEDERLE - CPF: 535.434.911-72 (ADVOGADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0020-07 (AGRAVADO), ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0003-06 (REPRESENTANTE), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). MARCIO VIDAL, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O AGRAVO. E M E N T A EMENTA AGRAVO INTERNO – AÇÃO DE COBRANÇA DE URV – RECURSO DE APELAÇÃO - DECISÃO QUE DECLINOU A COMPETÊNCIA PARA O JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – IRDR N. 85660/2016 – ENUNCIADO N. 01 - VALOR DA CAUSA INFERIOR A 60 (SESSENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS - TRAMITAÇÃO JUNTO AO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA - POSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO. Compete ao Juizado Especial processar e julgar as ações de conhecimento, em que o valor da causa não ultrapasse 60 (sessenta) salários mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade de prova pericial. R E L A T Ó R I O AGRAVANTE: JOSIAS FONSECA DE OLIVEIRA AGRAVADO: ESTADO DE MATO GROSSO RELATÓRIO EXMA. SRA. DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS Egrégia Câmara: Trata-se de Agravo Interno interposto por Josias Fonseca de Oliveira, em face da decisão proferida por esta Relatora nos autos da Apelação/Remessa Necessária n. 1001301-97.2016.8.11.0041, declinou da competência para processar e julgar a presente demanda, determinando a remessa dos autos à Turma Recursal dos Juizados Especiais. Em suas razões recursais, o Agravante, alega que o decisum, deve ser reformado, uma vez que o pedido é ilíquido, e o proveito econômico poderá superar o limite de 60 (sessenta) salários mínimos. Assevera que, uma vez reconhecido o direito da parte Agravante, conforme sentença, necessário se faz a apuração dos valores devidos através de liquidação de sentença, devendo, portanto, referida apuração ser realizada através de cálculo de maior complexidade, qual seja, perícia judicial contábil, que por sua vez, considerando a correção dos valores e também do valor da causa atribuído, quando da distribuição da ação, até a presente data, indubitavelmente o valor da causa será superior ao valor de alçada, do Juizado Especial da Fazenda Pública. Relata que, tratando-se de pedido ilíquido, como no caso, fica excluída, de plano a competência do Juizado Especial, em razão da regra prevista no artigo 27, da Lei nº 12.153/2009 c/c parágrafo único do art. 38 da Lei nº 9.099/1995. Assim, requer o provimento do recurso para reformar a mencionada decisão, que declinou da competência para a Turma Recursal dos Juizados Especiais. Por fim, prequestiona expressamente a violação ao artigo 38, § Único, da Lei nº 9.099/95, e artigos 2º, § 2º, e 27, da Lei nº 12.153/2009. Não houve apresentação das contrarrazões, conforme certidão expedida por meio do Id. 22791997. É o relatório. Cuiabá, 19 de novembro de 2019. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos Relatora V O T O R E L A T O R Data da sessão: Cuiabá-MT, 09/12/2019

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001705-51.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GENI TEREZINHA RISSI (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, REJEITO os embargos declaratórios.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012217-67.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA VILANIR SOUSA RIBEIRO (APELADO)

Por todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para determinar o retorno dos autos à comarca de origem, para regular prosseguimento. Publique-se.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015132-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS GAINO (AGRAVADO)
JOZENIL COSTA LUBE (AGRAVADO)
ACPI ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMATICA LTDA (AGRAVADO)
PERSIO OLIVEIRA LANDIM (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO OAB - MT16295/O (ADVOGADO)
PERSIO OLIVEIRA LANDIM OAB - MT12295-O (ADVOGADO)
ANGELICA LUCI SCHULLER OAB - MT16791-O (ADVOGADO)
ROMARIO DE LIMA SOUSA OAB - MT18881 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Assim, cumpra-se art. 1019 do CPC, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de resposta.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015132-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS GAINO (AGRAVADO)
JOZENIL COSTA LUBE (AGRAVADO)
ACPI ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMATICA LTDA (AGRAVADO)
PERSIO OLIVEIRA LANDIM (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO OAB - MT16295/O (ADVOGADO)
PERSIO OLIVEIRA LANDIM OAB - MT12295-O (ADVOGADO)
ANGELICA LUCI SCHULLER OAB - MT16791-O (ADVOGADO)
ROMARIO DE LIMA SOUSA OAB - MT18881 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Assim, cumpra-se art. 1019 do CPC, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de resposta.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015132-39.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS GAINO (AGRAVADO)
JOZENIL COSTA LUBE (AGRAVADO)
ACPI ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMATICA LTDA (AGRAVADO)
PERSIO OLIVEIRA LANDIM (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO OAB - MT16295/O (ADVOGADO)
PERSIO OLIVEIRA LANDIM OAB - MT12295-O (ADVOGADO)
ANGELICA LUCI SCHULLER OAB - MT16791-O (ADVOGADO)
ROMARIO DE LIMA SOUSA OAB - MT18881 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Assim, cumpra-se art. 1019 do CPC, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de resposta.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1002084-75.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROGERIO SANTOS DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEFERSON APARECIDO POZZA FAVARO OAB - MT10200-B (ADVOGADO)
MARCELO ANGELO DE MACEDO OAB - MT6811-O (ADVOGADO)
JOAO DA SILVA MANCIO JUNIOR OAB - MT23050-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com estas considerações, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao Apelo tão somente para que incidam os descontos do Imposto de Renda e da Contribuição Previdenciária e, em sede de Remessa Necessária RETIFICO PARCIALMENTE a sentença, para determinar que os honorários advocatícios, sejam apurados, nos termos do § 3°, incisos I a V, e no § 4°, inciso II, do artigo 85, bem como, o percentual da defasagem, já os índices de atualização da correção monetária e dos juros, observado o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 810/STF.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1011686-17.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANA MACIEL ESCOBAR OAB - MT16695-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO ANTUNES BARBOSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RINALDO FERREIRA DA SILVA OAB - MT6813-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, em respeito à decisão do colegiada proferida pela Seção de Direito Público e Coletivo no Tema nº 1, DECLINO DA COMPETÊNCIA à Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

Intimação Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1006019-40.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 5ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
CARLA PATRICIA INFANTINO BORGES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO GUILHERME B DOS SANTOS OAB - MT17049-A (ADVOGADO)
OSCAR CESAR RIBEIRO TRAVASSOS FILHO OAB - MT6002-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, declaro a incompetência deste egrégio Tribunal de Justiça para apreciar este recurso, por conseguinte, determino a remessa dos autos à Turma Recursal competente. Conservados os efeitos dos atos decisórios já proferidos até a sua reapreciação pelo Juízo competente.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1005406-20.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA PAULA HERNANDES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDREI TEIXEIRA COSTA TAKAKI OAB - MT12981-O (ADVOGADO)
JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA OAB - MT9309-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com estas considerações, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao apelo para que os honorários advocatícios, sejam apurados, nos termos do § 3°, incisos I a V, e no § 4°, inciso II, do artigo 85 e, em sede de Remessa Necessária RETIFICO PARCIALMENTE a sentença, devendo o percentual da defasagem, os índices de atualização da correção monetária e dos juros, serem apurados quando da liquidação de sentença, no juízo da execução, observado o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 810/STF.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0503958-06.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA COSTA MOREIRA (APELANTE)
REGINA MARTA VRECH COELHO (APELANTE)
HUGO RAFAEL CARVALHO NASCIMENTO (APELANTE)
EDNA REGINA DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IRINEU PEDRO MUHL OAB - MT5719-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, em respeito à decisão do colegiada proferida pela Seção de Direito Público e Coletivo no Tema nº 1, DECLINO DA COMPETÊNCIA à Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006804-33.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SYLVIA MARIA DE ASSIS CAVALCANTE OAB - MT5771-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA FRANCO LEMES NEVES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO OAB - MT15874-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, declaro a incompetência deste egrégio Tribunal de Justiça para apreciar este recurso, por conseguinte, determino a remessa dos autos à Turma Recursal competente. Conservados os efeitos dos atos decisórios já proferidos até a sua reapreciação pelo Juízo competente.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009844-63.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS GOMES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR GOMES DO CARMO OAB - MT16409-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

NEGO PROVIMENTO apelo e, de ofício RETIFICO em parte, com relação aos juros de mora e correção monetária, nos moldes do Tema 905/STJ.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1003253-92.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
LUIZ DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ DE OLIVEIRA (APELADO)
MUNICIPIO DE SINOP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)

EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, declaro a incompetência deste egrégio Tribunal de Justiça para apreciar este recurso, por conseguinte, determino a remessa dos autos à Turma Recursal competente. Conservados os efeitos dos atos decisórios já proferidos até a sua reapreciação pelo Juízo competente.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0040250-23.2010.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIAN PAULA ALVES MODESTO DA COSTA OAB - MT10730-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO PEREIRA DE SOUZA (APELADO)

Por todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para determinar o retorno dos autos à comarca de origem, para regular prosseguimento.

Intimação Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0006164-04.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIO DOS SANTOS (RECORRIDO)
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADILA ARRUDA SAFI OAB - MT3611-B (ADVOGADO)
RAFAEL NEPOMUCENO DE ASSIS OAB - MT12093-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, NÃO CONHEÇO da remessa necessária.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1004501-64.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS AUGUSTO DE ALMEIDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA CAMILA PICOLLI OAB - MT19716-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ressalto que, embora a aplicação do IRDR, consoante o artigo 985, I, do Código de Processo Civil, seja imediata, não se pode olvidar o comando previsto no artigo 933 do mesmo códex, bem como, o que estipula o princípio da não surpresa. Assim, antes de se proceder a aplicação do incidente, intimem-se as partes para que se manifestem acerca da aplicabilidade e do enunciado nos autos em questão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001319-92.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON BARBOSA DOMINGOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KRISTHIAN BRUNO SOUZA TONDORF OAB - MT24925-O (ADVOGADO)
KEVIN MICHEL SOUZA TONDORF OAB - MT23335-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, em respeito à decisão do colegiada proferida pela Seção de Direito Público e Coletivo no Tema nº 1, DECLINO DA COMPETÊNCIA à Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

Intimação Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0002125-53.2014.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARAPUTANGA (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RECORRIDO)
ANTONIO CARLOS B DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
REGINA CELIA SABIONI LOURIMIER OAB - MT9087-A (ADVOGADO)
GRAZIELE PENACHIONI CLAUDINO OAB - MT16305-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, NÃO CONHEÇO da remessa necessária.

Intimação Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0002590-95.2010.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA TERCEIRA VARA DE SORRISO (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RECORRIDO)
ERCI VIANA DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO MEAZZA OAB - MT11110-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, NÃO CONHEÇO da remessa necessária.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1008639-71.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VELIANY SANTANA TUNES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIO ALMEIDA DE SOUZA OAB - MT11716-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
THYAGO JORGE MACHADO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, declaro a incompetência deste egrégio Tribunal de Justiça para apreciar este recurso, por conseguinte, determino a remessa dos autos à Turma Recursal competente. Conservados os efeitos dos atos decisórios já proferidos até a sua reapreciação pelo Juízo competente.

Intimação Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1001785-15.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SELMA DE ALMEIDA PESTANA DE FRANCA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com estas considerações, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao apelo para que os honorários advocatícios, sejam apurados, nos termos do § 3°, incisos I a V, e no § 4°, inciso II, do artigo 85 e, em sede de Remessa Necessária RETIFICO PARCIALMENTE a sentença, devendo o percentual da defasagem, os índices de atualização da correção monetária e dos juros, serem apurados quando da liquidação de sentença, no juízo da execução, observado o foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 810/STF.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012947-15.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ SANTANA DELA VEDOVA (APELADO)

Por todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para determinar o retorno dos autos à comarca de origem, para regular prosseguimento.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014068-78.2010.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL TAVARES MARTUCCI OAB - MT9672-O (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ALBARNAZ JUNIOR - C. DENTISTA (APELADO)
PAULO ALBARNAZ JUNIOR (APELADO)

Por todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para determinar o retorno dos autos à comarca de origem, para regular prosseguimento.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009780-03.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BIANCA BOTTER ZANARDI OAB - 049.682.859-22 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
JORGE DIVINO DA FONSECA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSENI APARECIDA FARINACIO OAB - MT4747-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Isso posto, indefiro o pedido de efeito suspensivo.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000108-41.2009.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
RODOLMILDO RODRIGUES SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS RACHID MURAD FILHO OAB - MT6105-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - DIAMANTINO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
VILSON ASCARI (TERCEIRO INTERESSADO)

Desse modo, atendendo ao disposto no artigo 10 do Código de Processo Civil, intime-se o Recorrente para que se manifeste acerca da intempestividade recursal atestada no ID 8361340, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004747-87.2017.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
INES DA SILVA BARBOSA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINEZ DA SILVA PINTO JUNIOR OAB - SP189492-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, RECONHEÇO a incompetência desta Corte para apreciar o Recurso de Apelação Cível e, de consequência, determino a remessa dos autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em cumprimento aos artigos 108, II, e 109, § 4º, da Constituição Federal.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000731-67.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
FELIX MARQUES DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIX MARQUES DA SILVA OAB - MT713-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (APELADO)
BARRA DO BUGRES CARTORIO DO PRIMEIRO OFICIO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

essa forma, em razão da possibilidade de não conhecimento do recurso e, em atenção ao que dispõe o artigo 10 do CPC, diga ao Apelante, no prazo de 15 (quinze) dias.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006523-73.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
J. C. D. M. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
HERBENIA CARDOSO BRUNO DE MEDEIROS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Certifico que o Processo nº 0006523-73.2018.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0017348-28.2012.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDWIGES ALMEIDA (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0017348-28.2012.8.11.0002 - Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006564-77.2009.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE SORRISO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO HENRIQUE DE FREITAS OAB - MT15741-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDELSON LUIZ PETERS (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0006564-77.2009.8.11.0040 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0001750-70.2019.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001750-70.2019.8.11.0040 - Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0009041-75.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO PAULO CORREA DOS SANTOS (APELADO)
LORRAINY ALVES DOS SANTOS (APELADO)
Outros Interessados:
CLINICA E MICRO CIRURGIA DE OLHOS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Certifico que o Processo nº 0009041-75.2018.8.11.0002 - Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0011766-20.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SORRISO (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)

Certifico que o Processo nº 0011766-20.2018.8.11.0040 - Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002905-84.2016.8.11.0082
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE BENEDITO DE ARRUDA FILHO (APELADO)
UNIDOS, MECANICA DIESEL E FUNILARIA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE FRANCISCO NEVES OAB - MT9352-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0002905-84.2016.8.11.0082 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006375-66.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALTON GUIMARAES DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSANA DA SILVA FREITAS OAB - MT20838-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0006375-66.2016.8.11.0004 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001800-80.2015.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ARENAPOLIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO EUSTAQUIO DE OLIVEIRA E SILVA OAB - MT24365-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0001800-80.2015.8.11.0026 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0001683-69.2017.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVICOS DE SORRISO - COOPSERV S (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOGLY ADAS COSTA OAB - MT18094-A (ADVOGADO)
FRANCIELE GONCALVES IZIDORIO OAB - MT13194-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JACIARA (APELADO)
ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD (APELADO)
TIAGO RODRIGO ZENKNER (APELADO)
ELZA FERREIRA DOS SANTOS SERVICOS - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DELCIO BARBOSA SILVA OAB - MT14364-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001683-69.2017.8.11.0010 - Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009448-49.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0009448-49.2016.8.11.0003 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005517-31.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROSINEIDE GUIDO MOREIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
MUNICIPIO DE SINOP (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0005517-31.2018.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRCIO VIDAL.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL

Processo Número: 0007965-09.2012.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE SORRISO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PRISCILLA PAULA LOPES DO NASCIMENTO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0007965-09.2012.8.11.0040 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000252-81.2017.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
JACOB DOMINGOS MOURO (APELANTE)
IVAN CARLOS MOURO (APELANTE)
ROGERIO APARECIDO MOURO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO CHIAPPA (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE QUERENCIA (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0000252-81.2017.8.11.0080 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0001878-90.2019.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. 2. V. C. D. C. D. S. (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. D. M. G. (RECORRIDO)

Certifico que o Processo nº 0001878-90.2019.8.11.0040 - Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0011451-89.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SORRISO (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
GESLAINY PEREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0011451-89.2018.8.11.0040 - Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0013076-39.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MILENA RUVIARO ODOZYNSKI (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0013076-39.2018.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003748-51.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ARLITE DE AQUINO BRASIL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
MUNICIPIO DE SINOP (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0003748-51.2019.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0037794-27.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO PEDRO FIGUEIREDO NETO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MILTON MARTINS MELLO OAB - MT3811-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0037794-27.2015.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0006415-68.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOICE BEZERRA MACIEL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEANDRO WILLIAN DESTO RIBEIRO OAB - MT15332-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0006415-68.2015.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0006206-52.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA OLIVEIRA BARROS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO - SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE (APELADO)
MUNICIPIO DE TANGARA DA SERRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0006206-52.2018.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em

conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002216-66.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SILEI RIBEIRO DA SILVA FRANCA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0002216-66.2016.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001594-84.2007.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DAL MOLIN & CIA LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO MOURA DE VARGAS OAB - MT14912-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0001594-84.2007.8.11.0046 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001370-54.2016.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. A. F. -. M. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
V. M. F. L. (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001370-54.2016.8.11.0007 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005883-70.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
THATYANNE QUEIROZ DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (APELADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
THATYANNE QUEIROZ DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Certifico que o Processo nº 0005883-70.2018.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008479-61.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JF INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS DE MOVEIS LTDA (APELANTE)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
ANTONIO JEFERSON CHAVES DE FIGUEIREDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ABENUR AMURAMI DE SIQUEIRA OAB - MT9107-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRO ROBERTO RONDON DE BRITO (APELADO)
LUCIA CONCEICAO ALVES CAMPOS DANTAS (APELADO)
GONCALO XAVIER BOTELHO FILHO (APELADO)
BENEDITO ELSON SANTANA NUNES (APELADO)
MARCELO RIBEIRO ALVES (APELADO)
SILAS LINO DE OLIVEIRA (APELADO)
ELSON BENEDITO SANTANA NUNES (APELADO)
FRANCISCA EMILIA SANTANA NUNES (APELADO)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELADO)
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
ANA MARIA FRANCO DE BARROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SILAS LINO DE OLIVEIRA OAB - MT9151-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
RICARDO GOMES DE ALMEIDA OAB - MT5985-O (ADVOGADO)
ROXANIA VILELA AVALLONE PIRES OAB - MT18947-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0008479-61.2009.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001422-48.2012.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
WILMA DOS ANJOS DE SOUZA MARQUES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE BARAO DE MELGACO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCIELI BRITZIUS OAB - MT19138 (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0001422-48.2012.8.11.0053 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000848-07.2014.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
MAESTER OLM (APELANTE)
DIOGO RIBEIRO LIMA (APELANTE)
LUIZIANI MENEZES MARTINS (APELANTE)
KEILA DE JESUS ALVES DA SILVA (APELANTE)
RAQUEL DOS SANTOS CASTRO (APELANTE)
POLLYANA FERREIRA DE OLIVEIRA (APELANTE)
BRUNA DANIELA FERREIRA (APELANTE)
EDIVANA BORGES BALBINO (APELANTE)
CLEIDE MARIA REGO DE OLIVEIRA MATTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY EDUARDO DA SILVA OAB - MT13617-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0000848-07.2014.8.11.0004 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018877-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EILANE LOUZEIRO PERES (AGRAVANTE)
GEANICA NUNES ALMEIDA (AGRAVANTE)
GELSON BLASS (AGRAVANTE)
LEIDIANE FRANCISCO LUZ (AGRAVANTE)
IOMARQUES ALVES DE SOUZA (AGRAVANTE)
IVETE ADELAIDE SILVEIRA CHAFES (AGRAVANTE)
CLEONICE TERESINHA COPPETTI (AGRAVANTE)
AVENILCE FERLA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO OAB - MT15874-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CANARANA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018877-27.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018882-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. N. S. D. L. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
C. A. D. R. D. -. M. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018882-49.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018891-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DILCEU ROSSATO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO NIGRO OAB - MT8414-O (ADVOGADO)
DIOGO GALVAN OAB - MT8056-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 1018891-11.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018903-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON MIURA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO RIBAS TERRA OAB - MT7205-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018903-25.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018911-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS PADILHA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018911-02.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018922-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
MUNICIPIO DE RIO BRANCO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018922-31.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018923-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACIEL SINFRONIO DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CICERO ALLYSSON BARBOSA SILVA OAB - MT15091-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018923-16.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018926-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SIZENANDO MIRALLA SANTOS (AGRAVANTE)
MARIO BRUNING (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THYAGO APARECIDO HOUKLEF RIBEIRO OAB - MT21880-O (ADVOGADO)
TATIANA DIAS DE CAMPOS OAB - MT9369-O (ADVOGADO)
MAURICIO SALES FERREIRA DE MORAES OAB - MT14826-A (ADVOGADO)
CASSIA JORDANA RIBEIRO GUSMAO OAB - MT25084/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PGE (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018926-68.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018931-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TRICON ENERGY DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA SAVOIA BERGAMASCO DINIZ OAB - SP157289 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018931-90.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018368-78.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0018-92 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SULPECAS REPRESENTACOES LTDA - EPP (APELADO)

Outros Interessados:
ROSANGELA MARIA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUDWIG REFRIGERAÇÃO PARA TRANSPORTES LTDA- EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
EDERALDO LUDWIG (TERCEIRO INTERESSADO)

RECURSO DE APELAÇÃO - RESTAURAÇÃO DOS AUTOS - EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - ABANDONO DA CAUSA - PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL - INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA – APELO DESPROVIDO. Tendo o representante da Fazenda Pública sido intimado pessoalmente para dar prosseguimento ao feito, mas permanecido inerte, cabe ao juiz determinar a extinção do processo, sem julgamento de mérito, por abandono de causa.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0000941-58.2015.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0001-44 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GONCALO DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO FERREIRA GARCIA OAB - MT7313-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO/ REMESSA NECESSÁRIA — UNIDADE REAL DE VALOR (URV) — PRESCRIÇÃO — PARCELAS ANTERIORES AOS CINCO ANOS, A CONTAR DA DISTRIBUIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL — EVENTUAL EXISTÊNCIA DE DEFASAGEM SALARIAL — APURAÇÃO DO PERCENTUAL — REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA — VERIFICAÇÃO — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. Opera-se a prescrição das parcelas anteriores aos cinco anos, a contar da distribuição da petição inicial. Eventual existência de defasagem salarial, apuração do percentual e a ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira, devem ser verificadas em liquidação de sentença por arbitramento. Recurso provido em parte. Sentença parcialmente retificada.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1005164-61.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSILEI APARECIDA LOPES COSTA CROSCIOLI (APELANTE)
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
ROSILEI APARECIDA LOPES COSTA CROSCIOLI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA — UNIDADE REAL DE VALOR (URV) — PRESCRIÇÃO — PARCELAS ANTERIORES AOS CINCO ANOS, A CONTAR DA DISTRIBUIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL — EVENTUAL EXISTÊNCIA DE DEFASAGEM SALARIAL — APURAÇÃO DO PERCENTUAL — REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA — VERIFICAÇÃO — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. Opera-se a prescrição das parcelas anteriores aos cinco anos, a contar da distribuição da petição inicial. Eventual existência de defasagem salarial, apuração do percentual e a ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira, devem ser verificadas em liquidação de sentença por arbitramento. Recurso do Estado de Mato Grosso provido em parte. Recurso de Rosilei Aparecida Lopez Costa Croscioli prejudicado. Sentença parcialmente retificada.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0014273-07.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WILSON DIONISIO GAUNA (APELADO)
CENIZ MOREIRA ALVES SIQUERI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAUSTO DEL CLARO JUNIOR OAB - MT11843-O (ADVOGADO)
CAIO CESAR PAVAN OAB - MT20053-O (ADVOGADO)
GUILHERME AUGUSTO BRESCOVICI MILAGRES OAB - MT13047-A (ADVOGADO)
LORENA DE OLIVEIRA FERREIRA NATES OAB - MT23357-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA — DIFERENÇA REMUNERATÓRIA — CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS EM UNIDADE REAL DE VALOR — INEXISTÊNCIA DE DEFASAGEM NA REMUNERAÇÃO — COMPROVAÇÃO A defasagem na remuneração decorrente da incorreta conversão de cruzeiros reais em Unidade Real de Valor – URV não se estende a todos os servidores públicos, mas tão somente àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados pela conversão errônea. Sentença retificada. Recurso prejudicado.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002030-60.2018.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAIARA ROSSA MORELLO OAB - MT17433 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – MULTA ADMINISTRATIVA APLICADA PELO PROCON - VALOR REDUZIDO – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1- O descumprimento de acordo na esfera administrativa, depois de conceder a outra parte o devido contraditório, enseja a aplicação de multa pelo Procon. 2 – Não há falar em violação ao princípio da motivação quando a decisão administrativa demonstra todos os fundamentos que ensejaram a aplicação da multa pelo órgão de defesa do consumidor.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1029256-69.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRIDO)
W. B. R. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - EPP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO OAB - MT14133-A (ADVOGADO)
ODAIR ANTONIO FRANCISCO OAB - MT22451-A (ADVOGADO)
MICHELLY NASCIMENTO BARRETO OAB - MT22641-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

REMESSA NECESSÁRIA — MANDADO DE SEGURANÇA — MULTAS DE TRÂNSITO — PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA — INEXISTÊNCIA — SINGELA AFIRMAÇÃO DO IMPETRANTE. Mandado de segurança pressupõe a existência de prova pré-constituída e, como tal, não se apresenta com mera alegação do impetrante. Sentença retificada.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0022120-09.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
L.O. DANTAS COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUHAN MARCOS ROMAN BERGAMIM OAB - MT16759-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO — AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO — FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA — AUMENTO DE ALÍQUOTA DO ICMS PARA EMBARCAÇÕES DE RECREAÇÃO — ILEGALIDADE — NÃO CONSTATAÇÃO — LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MATO GROSSO Nº 460, 26 DE DEZEMBRO DE 2011 (VIGENTE À ÉPOCA DA PROPOSITURA DA DEMANDA) — ADICIONAIS CRIADOS POR LEIS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL — POSSIBILIDADE — ARTIGO 4º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003 — OBSERVÂNCIA — ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2.869/RJ — APLICAÇÃO. MULTA ADMINISTRATIVA — PERCENTUAL — 100% (CEM POR CENTO) SOBRE O VALOR DO TRIBUTO — CONTORNOS CONFISCATÓRIOS — INEXISTÊNCIA. O artigo 4º da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003 regulariza os adicionais criados pelos Estados e pelo Distrito Federal, mesmo aqueles em desarmonia com o disposto na Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 2.869/RJ. Logo, não se constata ilegalidade no adicional de percentual na alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS estabelecido pela Lei Complementar do Estado de Mato Grosso nº 460, 26 de dezembro de 2011 (vigente à época da propositura da demanda) a ser destinado ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Ademais, não possui natureza confiscatória a multa administrativa aplicada no percentual de cem por cento (100%) do valor do tributo em razão de não recolhimento do imposto. Recurso não provido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002617-36.2017.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KLEBER ZINIMAR GERALDINE COUTINHO OAB - MT4151-O (ADVOGADO)

APELAÇÃO — EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL — PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) — PROCESSO ADMINISTRATIVO — ILEGALIDADE — NÃO VERIFICAÇÃO — ANULAÇÃO — INADMISSIBILIDADE. MULTA — IMPOSIÇÃO — PROPORCIONALIDADE — OBSERVÂNCIA. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE — REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 — AUSÊNCIA — NÃO CONSTATAÇÃO. Verificada a prática lesiva ao Código de Defesa do Consumidor, por meio de processo administrativo, observado o devido processo legal, com a garantia da ampla defesa e do contraditório, a aplicação de multa está no âmbito do poder discricionário da Administração. Não se pode acoimar de ilegal ou abusiva a multa aplicada pelo órgão de defesa do consumidor quando atender fielmente ao disposto nos artigos 56, I, e 57, cabeça, do Código de Defesa do Consumidor. Constatado que na certidão de dívida ativa há o valor nominal da multa e dos consectários legais, bem como a indicação da natureza e do fundamento, não se verifica a ausência dos requisitos exigidos pelo artigo 2º, § 5º, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Recurso não provido.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0036533-27.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO BATISTA REZENDE LOPES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUSSIVELT PAES DA CUNHA OAB - MT12487-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA — AÇÃO DE COBRANÇA — SERVIDOR DO ESTADO DE MATO GROSSO — LICENÇA-PRÊMIO — DIREITO INCONTROVERSO AO BENEFÍCIO — APOSENTADORIA — CONVERSÃO EM PECÚNIA — POSSIBILIDADE — FÉRIAS — PAGAMENTO — NECESSIDADE. Adquirido e não usufruído o direito à licença-prêmio e constatada a impossibilidade de fruição no futuro, em razão da aposentadoria, o servidor faz jus à conversão em pecúnia, de caráter indenizatório. De fato, aperfeiçoados os requisitos necessários à fruição do benefício de licença-prêmio e não usufruído em razão da necessidade do serviço, que se presume, a conversão em moeda é o único meio de reparação. Da mesma forma, faz jus o servidor às férias não usufruídas. Recurso provido em parte. Sentença parcialmente retificada.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1003410-13.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS ANTONIO ASSI TOZZATTI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARINA CRISTINA FRANCA SOARES OAB - MT17659O (ADVOGADO)
ALESSANDRA VEIGA BERTAIA OAB - MT6480/O (ADVOGADO)
ALYNE RAMMINGER PISSANTI OAB - MT12120-O (ADVOGADO)
TADEU MUCIO GALVAO MARQUES VALLIM OAB - MT4717-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO INTERNO — AGRAVO DE INSTRUMENTO — DANO AMBIENTAL — DECRETAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS — TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA — ANÁLISE DE PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE BENS INDISPONÍVEIS E DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO — SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA — CONFIGURAÇÃO. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO, EM NOME PRÓPRIO, DE MEDIDA DECRETADA CONTRA CORRÉU — ILEGITIMIDADE. BLOQUEIO DE VALORES VIA BACEN JUD — IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO PROLATADA EM AUTOS OUTROS — IMPOSSIBILIDADE. A análise do pedido de substituição de bens indisponíveis e de prestação de caução importa em supressão de instância, por não se cuidar de questões decididas pelo Juízo de Primeiro Grau. O agravado não está legitimado a ingressar, em nome próprio, com pretensão de revogação de medida de indisponibilidade de bens decretada contra corréu. Não é juridicamente possível, qualquer que seja o fundamento, impugnar nestes autos decisão prolatada em outros. Recurso provido.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1010818-29.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUAREZ NUNES MOREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO)
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA — AÇÃO DE COBRANÇA — MILITAR INATIVO — RESERVA REMUNERADA — LICENÇA-PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA — IMPOSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO NO FUTURO — CONVERSÃO EM PECÚNIA — POSSIBILIDADE. Adquirido e não usufruído o direito à licença-prêmio e constatada a impossibilidade de fruição no futuro, em razão de inatividade, por reserva remunerada, o servidor faz jus à conversão em pecúnia, de caráter indenizatório. De fato, aperfeiçoados os requisitos necessários à fruição do benefício de licença-prêmio e não usufruído em razão da necessidade do serviço, que se presume, a conversão em moeda é o único meio de reparação. Recurso não provido. Sentença ratificada.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0000508-20.2016.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE POCONE (APELANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS GUIMARAES RODRIGUES GOUVEIA OAB - MT16928-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EUGENIA DA SILVA SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO FERREIRA GARCIA OAB - MT7313-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO/ REMESSA NECESSÁRIA — UNIDADE REAL DE VALOR (URV) — PRESCRIÇÃO — PARCELAS ANTERIORES AOS CINCO ANOS, A CONTAR DA DISTRIBUIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL — EVENTUAL EXISTÊNCIA DE DEFASAGEM SALARIAL — APURAÇÃO DO PERCENTUAL — REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA — VERIFICAÇÃO — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. Opera-se a prescrição das parcelas anteriores aos cinco anos, a contar da distribuição da petição inicial. Eventual existência de defasagem salarial, apuração do percentual e a ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira, devem ser verificadas em liquidação de sentença por arbitramento. Recurso provido. Sentença retificada em parte.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023247-36.2014.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU UNIBANCO S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO MORELLO OAB - SP112569-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

APELAÇÃO — EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL — PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) — PROCESSO ADMINISTRATIVO — ILEGALIDADE — NÃO VERIFICAÇÃO — ANULAÇÃO — INADMISSIBILIDADE. MULTA — IMPOSIÇÃO — PROPORCIONALIDADE — OBSERVÂNCIA. Verificada a prática lesiva ao Código de Defesa do Consumidor, por meio de processo administrativo, observado o devido processo legal, com a garantia da ampla defesa e do contraditório, a aplicação de multa está no âmbito do poder discricionário da Administração. Não se pode acoimar de ilegal ou abusiva a multa aplicada pelo órgão de defesa do consumidor quando atender fielmente ao disposto nos artigos 56, I, e 57, cabeça, do Código de Defesa do Consumidor. Recurso não provido.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001648-84.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
MUNICIPIO DE CUIABÁ (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALZERINA ANDRE BORGES (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMILENE SOUZA BORGES OAB - MT13186-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MILTON PEREIRA BORGES (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Com essas considerações, REJEITO os Aclaratórios. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019 Gilberto Lopes Bussiki Juiz de Direito Convocado - Relator

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1020690-97.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA AUXILIADORA DE MORAES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALVARO MARCAL MENDONCA OAB - MT3247-A (ADVOGADO)
ELY MARIA DA CRUZ MENDONCA OAB - MT2100-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO — ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO — INEXISTÊNCIA — SIMPLES REVELAÇÃO DE DISCORDÂNCIA COM O TEOR DO ACÓRDÃO — ACOLHIMENTO — INADMISSIBILIDADE. As alegações de contradição e omissão, quando reveladora de simples discordância da parte com o teor do acórdão, não autoriza acolhimento de embargos de declaração. Embargos rejeitados.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0038536-52.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. L. SOLER FILHO - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE CARDOSO DE SOUZA HIGA OAB - MT14500-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – CONDENAÇÃO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – MULTA APLICADA PELO PROCON – VÍCIO PROCEDIMENTAL NA DOSIMETRIA DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA – DILAÇÃO PROBATÓRIA – RECURSO DESPROVIDO. A revisão do cálculo da multa em procedimento administrativo requer dilação probatória, o que é vedado em sede de mandado de segurança.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008188-53.2008.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO PORTO FRANCO PIOLA OAB - MT13978-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALMIR DE ALMEIDA CAVANHA (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - VALOR DE ALÇADA INFERIOR A 50 ORTNs - DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - RECURSOS CABÍVEIS - EMBARGOS INFRINGENTES E DE DECLARAÇÃO - ART. 34 DA LEF - RECURSO NÃO CONHECIDO. O art. 34 da Lei de Execuções Fiscais é claro ao dispor que, das sentenças em execução fiscal, com valor igual ou inferior a 50 ORTNs, só serão admitidos embargos infringentes e de declaração. Notória, assim, a inadequação da via eleita quando a parte interpõe recurso de apelação embora não alcançado o valor de alçada estipulado no referido artigo.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0037093-66.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ ANTONIO ARAUJO JUNIOR OAB - MT12244-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA CULTURATO FERREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINARES – INDEFERIMENTO DA INICIAL – AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR - CARÊNCIA DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL - AFASTADAS – PRELIMINARES QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO - MÉRITO - CONCURSO PÚBLICO – CANDIDATA CLASSIFICADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VAGAS - DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO DO CANDIDATO SUBSEQUENTE - SITUAÇÃO QUE ALCANÇA A APELADA – ALTERAÇÃO DA MERA EXPECTATIVA EM DIREITO À NOMEAÇÃO – ORIENTAÇÃO DO STF – SENTENÇA RATIFICADA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, o surgimento de vaga no decorrer do prazo de validade do concurso gera para o candidato aprovado (mesmo em cadastro de reserva) o direito de ser convocado para provê-la. 2. Demonstrada a existência de vaga para o cargo em que foi classificado e sendo o candidato o próximo na ordem de classificação, faz jus à nomeação.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1022790-59.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZO DA 4ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
EVANDRO LUNA FALQUETO (RECORRIDO)
AMARILDO APARECIDO DA LUZ (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO MORELI OAB - PR13052-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO FISCAL A PESSOA FÍSICA – RECUSA NO FORNECIMENTO – DÍVIDA FISCAL EM NOME DA EMPRESA – PERSONALIDADE JURÍDICA INCONFUNDÍVEL – ILEGALIDADE – OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO – SEGURANÇA CONCEDIDA – SENTENÇA RATIFICADA. Consoante entendimento sedimentado do Superior Tribunal de Justiça, o fato de ser sócio de pessoa jurídica devedora do Fisco não autoriza o ente estatal a recusar a expedição de certidão negativa de débitos à pessoa física que mantém o pagamento de seus tributos em dia. Possuindo personalidades distintas e autônomas, é vedado, via de regra, a responsabilização da pessoa física do sócio por débitos da pessoa jurídica, exceto nos casos expressamente autorizados por lei.

Acórdão Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1007841-64.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 5ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OLAVO CLAUDIO LUVIAN DE SOUZA (RECORRIDO)
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIO CESAR SPERANZA JUNIOR OAB - MT15290-A (ADVOGADO)
KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPIRITO SANTO OAB - MT14133-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR DECORRENTE DE PENA CRIMINAL – DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO DE PLANO - CONCESSÃO MANTIDA – SENTENÇA RATIFICADA. Não se pode admitir, depois de decorrido todo o período de cumprimento da pena, que o impetrante continue suportando os efeitos de uma decisão criminal cujos efeitos primários já tenham se esgotado, porque significaria a perpetuação, pela esfera administrativa, das consequências nefastas do decreto condenatório penal.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1001539-74.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLEICY BRUNALDI TURCHIARI OAB - MT7155/B (ADVOGADO)
FABIO MARCEL VANIN TURCHIARI OAB - MT7140-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO — MANDADO DE SEGURANÇA — SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO — TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA — DESNECESSIDADE DE DEPÓSITO INTEGRAL — PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO DE DANO — DEMONSTRAÇÃO — RECURSO PROVIDO. É cediço que o deferimento de liminar em mandado de segurança, está condicionada à presença concomitante de seus dois pressupostos autorizadores, quais sejam, o fumus boni iuris, ou a relevância do fundamento da impetração, e o periculum in mora. São causas distintas de exigibilidade do crédito tributário, o depósito do seu montante integral e a concessão de liminar são causas distintas, não sendo de exigir-se o depósito como condição da concessão da medida liminar. É admissível a suspensão da exigibilidade do crédito tributário quando presentes os requisitos essenciais para seu deferimento.

Acórdão Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1001219-24.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ERISVANIA SOARES DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSELAINE DUARTE GONZAGA OAB - MT16106-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO — AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1001219-24.2018.8.11.0000 — CLASSE 202 — CNJ — CÍVEL — COMARCA DA CAPITAL AGRAVANTE: MARIA ERISVANIA SOARES DE OLIVEIRA; AGRAVADO: ESTADO DE MATO GROSSO. Julgar prejudicado o agravo interno nº 1001219-24.2018.8.11.0000, interposto contra decisão que negou a antecipação de tutela da pretensão recursal. EMENTA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO AGRAVO DE INSTRUMENTO — MANDADO DE SEGURANÇA — CONCURSO PÚBLICO — INVESTIGAÇÃO SOCIAL — DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À VALORAÇÃO DA CONDUTA DO CANDIDATO — MOMENTO DA ENTREGA —PREVISÃO NO EDITAL — APRESENTAÇÃO FORA DO PRAZO — INADMISSIBILIDADE — LIMINAR — DEFERIMENTO — IMPOSSIBILIDADE — RECURSO NÃO PROVIDO. O Edital do concurso público especificou os documentos exigidos na fase de investigação social, os quais contêm informações indispensáveis à valoração da conduta irrepreensível e da idoneidade moral necessárias ao exercício do cargo, bem como advertiu quanto ao momento da entrega. Recurso não provido. EMENTA DO AGRAVO INTERNO AGRAVO INTERNO — AGRAVO DE INSTRUMENTO — MANDADO DE SEGURANÇA — CONCURSO PÚBLICO — INDEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DA PRETENSÃO RECURSAL — SUPERVENIÊNCIA DE ACÓRDÃO — PERDA DO OBJETO — OCORRÊNCIA. Em razão do julgamento do agravo de instrumento, no qual foi proferida a decisão agravada, é de se julgar prejudicado o recurso, ante a ocorrência da perda superveniente de objeto. Recurso prejudicado.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008349-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IVAN MELLO GUERRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEJANGO RIBER OLIVEIRA CAMPOS OAB - MT8874-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ADEMIR ROSTIROLLA (TERCEIRO INTERESSADO)
GLAUBER SILVEIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALECXANDRO BRUNO BONATO (TERCEIRO INTERESSADO)
TERRA ORGANIC LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL DETERMINADA DE OFÍCIO – OCORRÊNCIA – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO – CONSEQUENTE DESBLOQUEIO DOS VALORES PENHORADOS – RECURSO PROVIDO. Não cabe ao magistrado, de ofício, determinar a citação editalícia do réu, a qual deve ser realizada a requerimento da parte (art. 257, I, CPC), sob pena de violação ao princípio da inércia da jurisdição. Reconhecida a nulidade da citação por edital, a desconstituição da penhora realizada indevidamente nas contas do agravante é medida que se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005745-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SIRLEI DO CARMOS REZENDE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

THIANY PAULA REZENDE MOTTA OAB - MT15610-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
DARIO ORLANDO PEREIRA JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
GUIOMAR GASPAROTTO REZENDE (TERCEIRO INTERESSADO)
MILTON FARAH PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARINE INDUSTRIA DE BARCOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
GUIOMAR GUILHERME DE SOUSA MACHADO (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCOS SERGIO GUILHERME DE SOUSA (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUTIVO FISCAL – TRIBUTÁRIO - PENHORA ON LINE – ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CITAÇÃO, ENSEJADORA DA LIBERAÇÃO DO BLOQUEIO REALIZADO NAS CONTAS CORRENTE DA AGRAVANTE – INFORMAÇÕES DO JUÍZO DE PISO QUANTO AO ACOLHIMENTO DO PEDIDO DE NULIDADE DE CITAÇÃO E DA LIBERAÇÃO DO BLOQUEIO – PERDA DE INTERESSE RECURSAL - RECURSO PREJUDICADO. Se, ao prestar as informações pertinentes, o ilustre magistrado prolator da interlocutória reprochada informa o acolhimento do pedido de nulidade de citação, com a conseguinte invalidação de todos os atos processuais subsequentes, inclusive, com determinação do desbloqueio dos numerários penhorados via Sistema BACENJUD, tais circunstâncias resultam na perda superveniente do interesse recursal, devendo, por via de consequência, ser julgado prejudicado o recurso de agravo de instrumento.

Acórdão Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 1003789-25.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JEAN CARLOS PINTO DE ARRUDA OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAN NASCIMENTO SANTOS OAB - MT16995-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA — UNIDADE REAL DE VALOR (URV) — PRESCRIÇÃO — PARCELAS ANTERIORES AOS CINCO ANOS, A CONTAR DA DISTRIBUIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL — EVENTUAL EXISTÊNCIA DE DEFASAGEM SALARIAL — APURAÇÃO DO PERCENTUAL — REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA — VERIFICAÇÃO — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. Opera-se a prescrição das parcelas anteriores aos cinco anos, a contar da distribuição da petição inicial. Eventual existência de defasagem salarial, apuração do percentual e a ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira, devem ser verificadas em liquidação de sentença por arbitramento. Recurso provido em parte. Sentença parcialmente retificada.

Remessa Necessária 156667/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE COLÍDER. Protocolo Número/Ano: 156667 / 2017. Julgamento: 04/12/2019. INTERESSADO(S) - ELISANGELA DIAS SABOIA (Advs: Dr. FERNANDO MARQUES DE CAMPOS - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 258475/SP), INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE COLÍDER. Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.
EMENTA:
REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA — PEDIDO DE CONTINUAÇÃO PARA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO INDEFERIDA – APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO – DECURSO DE CONCLUSÇÃO DO CURSO HÁ MAIS DE 4 ANOS – OBSERVÂNCIA À ESTRITA LEGALIDADE QUE IMPLICARIA EM PREJUÍZO SOMENTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E NÃO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO – SENTENÇA RATIFICADA.
Em casos excepcionais, em que a observância às regras legais ocasionariam maior dano do que a manutenção da situação estabilizada pelo decurso do tempo, em razão da concessão de mandado de segurança, o Tribunal da Cidadania consolidou entendimento acerca da aplicação da teoria do fato consumado.

Apelação / Remessa Necessária 58563/2017 - Classe: CNJ-1728 COMARCA DE VÁRZEA GRANDE. Protocolo Número/Ano: 58563 / 2017. Julgamento: 04/12/2019. INTERESSADO/APELANTE - MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (Advs: Dra. SADORA XAVIER FONSECA CHAVES-PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO - OAB 10.332/MT), INTERESSADO/APELADO - ERIKA SILVA ALENCAR MEIRELLES (Advs: Dr(a). IRINEU PEDRO MUHL - OAB 5719-B/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO E RETIFICOU EM PARTE A SENTENÇA.
EMENTA:
APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA — SERVIDOR DO MUNICÍPIO — MAGISTÉRIO — PROGRESSÃO FUNCIONAL — AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO — OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO — ELEVAÇÃO AUTOMÁTICA NAS CLASSES — ARTIGO 9º, §§ 1º E 6º, DA LEI DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Nº 2.361, DE 11 DE OUTUBRO DE 2001 — INCIDÊNCIA – RECURSO NÃO PROVIDO - SETENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA.
Decorrido o prazo previsto no artigo 9º, § 1º, da Lei do Município de Várzea Grande nº 2.361, de 11 de outubro de 2001, sem a realização de avaliação de desempenho, o servidor tem o direito de progredir nas classes da carreira de forma automática, conforme prevê o § 6º do mesmo artigo.
quanto à atualização do valor do débito, nada obsta e tudo aconselha a imediata aplicação do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema nº 810.
Daí decorrente, relativamente à correção monetária, incide o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Remessa Necessária 10764/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 10764 / 2017. Julgamento: 04/12/2019. INTERESSADO(S) - CLAUDIMIR MANSANO (Advs: Dr(a). MARIA GRAZIELA MARTINS PORTO - OAB 12579/MT, Dr(a). OUTRO(S)), INTERESSADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO. Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.
EMENTA:
REMESSA NECESSÁRIA — MANDADO DE SEGURANÇA — DIREITO TRIBUTÁRIO — ICMS — NÃO RECOLHIMENTO – MULTA PUNITIVA — TRIBUTO DEVIDO – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO — REDUÇÃO PARA O PATAMAR DE 100% – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES DO STF –SENTENÇA RATIFICA.
Em conformidade com o entendimento pacificado no STF, que são confiscatórias as multas que ultrapassam o percentual de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, e verificado, no caso concreto, que a multa punitiva fora cobrada em valor superior ao entendimento sedimentado, ferindo, assim, os princípios constitucionais do não confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade, impõe-se ao Magistrado a quo reduzir o seu montante para o percentual condizente com a jurisprudência pátria, mormente considerado que não compete ao Judiciário atuar como legislador positivo para estabelecer isenções tributárias.
Reduzido o patamar da multa, a manutenção da sentença é medida que se impõe.

Remessa Necessária 17263/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 17263 / 2017. Julgamento: 04/12/2019. INTERESSADO(S) - JUAREZ TOLEDO PIZZA (Advs: Dr. JUAREZ TOLEDO PIZZA - OAB 2185/MT), INTERESSADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS - PROC. DE ESTADO - OAB 4415-O/MT). Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.
EMENTA:
MANDADO DE SEGURANÇA - EXCLUSÃO DE DÉBITO DE IPVA E VINCULAÇÃO DO DÉBITO DE SÓCIO NO CADASTRO FISCAL DA PESSOA JURÍDICA - PERSONALIDADES JURÍDICAS DISTINTAS - ORDEM CONCEDIDA – SENTENÇA RATIFICADA.
O Mandado de Segurança é o remédio processual adequado para a proteção de direito líquido e certo, demonstrado de plano, mediante prova pré-constituída, contra ato abusivo ou ilegal de autoridade pública.

O débito fiscal do sócio não pode ser atribuído à pessoa jurídica, que tem capacidade de direitos e obrigações diversa da de seus membros.
Assim presente o direito líquido e certo do Impetrante se, impõe a concessão da segurança.

Remessa Necessária 77452/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 77452 / 2017. Julgamento: 04/12/2019. INTERESSADO(S) - BARBOSA & RODRIGUES LTDA (Advs: Dr(a). RODRIGO AGUSTINI - OAB 12500-A/MT), INTERESSADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). FLAVIA BEATRIZ CORREA DA COSTA - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 5351-O/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.
EMENTA:
REMESSA NECESSÁRIA — MANDADO DE SEGURANÇA — DIREITO TRIBUTÁRIO – DECADÊNCIA – LANÇAMENTO DE OFÍCIO – ARTIGO 173, I, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – DECURSO DO QUINQUÊNIO LEGAL – SENTENÇA MANTIDA.
A jurisprudência pátria é uníssona no que concerne a decadência tributária, nos casos em que o lançamento do tributo é realizado de ofício, sendo que se aplica o regramento disposto no artigo 173, I, do Código Tributário Nacional, perfazendo-se o tributo com o decurso do prazo quinquenal.

Remessa Necessária 87281/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE. Protocolo Número/Ano: 87281 / 2017. Julgamento: 04/12/2019. INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE (Advs: Dr(a). ANDRÉ PEZZINI - OAB 13.844-A/MT, Dr(a). FLÁVIO CALDEIRA BARRA - OAB 13465-A/MT, Dra. VERA LÚCIA MIQUELIN - OAB 5885/MT, Dr(a). OUTRO(S)), INTERESSADO(S) - CERVEJARIA PETRÓPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA (Advs: Dr(a). CAROLINE MARCOLAN DA SILVA BARROS - OAB 214.272/SP, Dr(a). FABIO RENATO DE SOUZA SIMEI - OAB 208.958/SP, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.
EMENTA:
REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO SEGURANÇA- TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO - BASE DE CÁLCULO - ATIVIDADE ECONOMICA DO CONTRIBUINTE - TABELA CNAE (CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES ECONÔMICAS) - ACRÉSCIMO DE ALÍQUOTA DE 10 % (DEZ POR CENTO) POR ATIVIDADE SECUNDÁRIA DO CONTRIBUINTE - ILEGALIDADE- AUSÊNCIA PREVISÃO LEGAL - CÓDIGO TRIBUNAL MUNICIPAL - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA (ART. 97, II E IV DO CTN)- SENTENÇA RATIFICADA.
[...] É lícito ao município instituir e exigir taxa de licença de localização e permanência no local, desde que, por lei, seja definido o fato gerador e fixadas a alíquota e a base de cálculo. Se tais elementos delimitadores da exação não constam de lei, mas de ato administrativo de autoridade municipal, a cobrança é radicalmente nula." (TJSC, ACMS n. , de Joinville, Rel. Des. Newton Janke, j. 28.04.2009). [...] (TJ-SC - Apelação Cível : AC 426762 SC 2010.042676-2, data do julgamento: 04/08/2010).
Não se coaduna com a natureza do tributo, eis que vinculada ao exercício de poder de polícia no presente caso, o cálculo a partir de parâmetros que fogem do efetivo custo de atuação da Administração.
Sendo a taxa uma contraprestação da atividade estatal, o seu fato gerador é o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial de serviços públicos específicos ou divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, nos termos do artigo 149, inciso II, da Constituição do Estado de Mato Grosso, devendo assim, a base de cálculo corresponder a atividade estatal desempenhada.
É vedada a vinculação da base de cálculo a atividade econômica do contribuinte, seja com base na Tabela CNAE, seja por atividade secundária apta a acrescer 10% na alíquota da taxa.

Apelação / Remessa Necessária 133598/2016 - Classe: CNJ-1728 COMARCA DE ITIQUIRA. Protocolo Número/Ano: 133598 / 2016. Julgamento: 04/12/2019. INTERESSADO/APELANTE - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). RODRIGO SANTOS DE CARVALHO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 18026-A/MT), INTERESSADO/APELADO - MUNICÍPIO DE ITIQUIRA (Advs: Dr. RONALDO DE CARVALHO - OAB 3616-B/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO E RATIFICOU A SENTENÇA.
EMENTA:
APELAÇÃO CÍVEL COM REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – ENTIDADE FILANTRÓPICA – IMUNIDADE DE ICMS NA VENDA DE MERCADORIA – PRECEDENTE STF – RE 210.251 – ENTIDADE NÃO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO – NÃO COMPROVAÇÃO DE INTUITO COMERCIAL – RECURSO NÃO PROVIDO – SENTENÇA RATIFICADA EM REEXAME.
Na esteia do entendimento firmado pelo STF no julgamento do RE 210.251 – EDv/SP, “as entidades de assistência social são imunes em relação ao ICMS incidente sobre a comercialização.
Não há que se falar em incidência do ICMS quando resta demonstrada que a entidade assistencial não é contribuinte do imposto e não se evidencia a habitualidade ou o intuito comercial na operação de venda de madeira - objeto de doação.

Apelação 145043/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE. Protocolo Número/Ano: 145043 / 2017. Julgamento: 04/12/2019. APELANTE(S) - CÉSAR DOS SANTOS OLIVEIRA (Advs: Dr. EDMAR DORADO RODRIGUES - OAB 5081/mt), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.
EMENTA:
APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DANO AMBIENTAL – REGENERAÇÃO NATURAL – AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE – DESCABIMENTO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.
A regeneração natural da área não afasta a responsabilidade do agente no tocante às obrigações de reparação dos danos causados e de não mais degradar, inclusive como forma de compensação pelo passivo ambiental ocasionado entre a ocorrência do dano e a efetiva recomposição do meio ambiente degradado.

Apelação 157325/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA. Protocolo Número/Ano: 157325 / 2017. Julgamento: 04/12/2019. APELANTE(S) - MARLY SEVERINO DOS SANTOS (Advs: Dr(a). ANNA KARULINY ALVES JOSEVICIUS - OAB 20264/O/MT, Dra. NAYARA ANDRÉA PEU DA SILVA - OAB 8460/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.
EMENTA:
APELAÇÃO – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SENTENÇA EXTRA PETITA – INOCORRÊNCIA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CARACTERIZADA – ARTS. 10 E 11 DA LEI N. 8.429/1992 – DOSIMETRIA – PROPORCIONALIDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.
Reconhecido a existência de danos ao erário sentença, inexiste vício extra petita na sentença que determina a condenação do agente ao seu ressarcimento, mera consequência lógica do prejuízo causado.
Restando demonstrada a prática de improbidade administrativa pela parte enquanto gestora de fundo municipal de previdência social dos servidores, decorrente da prática de ações e omissões que violaram os princípios da Administração Pública e causaram prejuízo ao erário, imperiosa a manutenção da condenação.
Descabe reduzir as sanções impostas quando adequadas às peculiaridades do caso concreto e ao princípio da proporcionalidade.

Apelação 4519/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 4519 / 2018. Julgamento: 04/12/2019. APELANTE(S) - CONDOMINIO RESIDENCIAL RUBI, APELADO(S) - MUNICÍPIO DE CUIABÁ (Advs: Dr. EDILSON ROSENDO DA SILVA - PROCURADOR DO MUNICÍPIO - OAB 6944/mt), APELADO(S) - ECOPAV CONSTRUÇÃO E SOLUÇÕES URBANAS LTDA (Advs: Dr(a). FERNANDO AUGUSTO CANAVARROS INFANTINO JUNIOR - OAB 17616/MT). Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

EMENTA

APELAÇÃO – AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO AMBIENTAL – RESPONSABILIDADE OBJETIVA – NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS E DO NEXO DE CAUSALIDADE – DEVER DE INDENIZAR AFASTADO – RECURSO NÃO PROVIDO.

Diante da inexistência de elementos probatórios capazes de corroborar as assertivas contidas na inicial e da não comprovação do nexo causal entre a conduta do concessionário público e os danos narrados, resta ausente o dever de indenizar.

Remessa Necessária 19350/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE BARRA DO GARÇAS. Protocolo Número/Ano: 19350 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. INTERESSADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (Advs: Dr. RAIMUNDO RODRIGUES SANTANA - OAB 1788/mt, Dr(a). OUTRO(S)), INTERESSADO(S) - NESTOR DOSSENA GRANDO (Advs: Dra. KARINA PELOI BOCCHESE - OAB 6202/mt), INTERESSADO(S) - CARLOS ANTONIO DO NASCIMENTO E OUTRO(s) (Advs: Dra. ANDREA CAROLINA COELHO MAGRINI - OAB 6715-a/mt), INTERESSADO(S) - ÁGUAS DE BARRA DO GARÇAS LTDA (Advs: Dr(a). MARCO ANTONIO DACORSO - OAB 154132/SP, Dr(a). OUTRO(S)), INTERESSADO(S) - WANDERLEI FARIAS SANTOS (Advs: Dr. RAIMUNDO RODRIGUES SANTANA - OAB 1788/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

REEXAME NECESSÁRIO — AÇÃO POPULAR — IMPROCEDÊNCIA — INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DE LEI —LICITAÇÃO PÚBLICA — CONCESSÃO DE SERVIÇOS — AUSÊNCIA DA LESIVIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO - SENTENÇA RATIFICADA.

A ação popular é um instrumento judicial de exercício direto da soberania, com caráter cívico, que viabiliza que o cidadão controle a legalidade dos atos administrativos e impeça as lesividades, fazendo valer seu direito subjetivo a um Governo probo, desprovido de corrupção e desonestidade. Consiste, portanto, na possibilidade de qualquer membro da coletividade, com maior ou menor amplitude, invocar a tutela jurisdicional no intuito de preservar os interesses coletivos.

A despeito de existir previsão de prévia audiência pública em se tratando de licitações de grande vulto (art.39, Lei 8.666/93) e em diplomas legislativos que regulam espécies específicas de concessão de serviços, tal como a Lei 11.079/04 (Parceria Público-Privada), mesmo em tais casos, a consulta pública deve ocorrer antes da licitação, e não previamente à autorização pelo Legislativo.

Diante da ausência de ilicitude ou da ausência de comprovação da lesividade no ato administrativa, deve ser mantida a sentença que julgou improcedente a ação popular.

Sentença ratificada em remessa necessária.

Remessa Necessária 168364/2016 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE BARRA DO GARÇAS. Protocolo Número/Ano: 168364 / 2016. Julgamento: 11/12/2019. INTERESSADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO (Advs: Dr. RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB 11055/mt). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DIREITO À EDUCAÇÃO – DIREITO FUNDAMENTAL – TRANSPORTE ESCOLAR – RESERVA DO POSSÍVEL – SENTENÇA RATIFICADA.

É da competência do Poder Público, em qualquer nível, a promoção do acesso à escola para crianças e adolescentes, nos moldes do que preceitua o artigo 227 da Constituição Federal e art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois se trata de direito fundamental.

É obrigação o Estado garantir o direito à educação de crianças e adolescentes, abrangendo tal direito o acesso à escola por meio de transporte público adequado, nos termos do que preconiza o art. 208, inc. VII, da Constituição Federal, sendo inadmissível que crianças e adolescentes sejam submetidos a transporte que não atenda as condições mínimas de conforto e segurança.

Remessa Necessária 65843/2016 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE VÁRZEA GRANDE. Protocolo Número/Ano: 65843 / 2016. Julgamento: 11/12/2019. INTERESSADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, INTERESSADO(S) - MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (Advs: Dr(a). SADORA XAVIER FONSECA CHAVES - PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO - OAB 000001/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

REMESSA NECESSÁRIA — AÇÃO CIVIL PÚBLICA —- REPASSE DE VERBAS — PRESTAÇÃO DE CONTAS TEMPESTIVA — SENTENÇA RATIFICADA.

Tendo a instituição enviado à devida prestação de contas, em tempo suficiente para aprovação e repasse, não se admite a retenção de pagamento em razão da não manutenção da regularidade fiscal com a Fazenda Pública, por constituir ofensa ao princípio da legalidade, haja vista a inexistência de qualquer cláusula contratual que o obrigue a tal comprovação.

Apelação 163301/2015 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 163301 / 2015. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, APELADO(S) - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (Advs: Dr(a). MARIO MARCIO DE LARA SORIANO - OAB 3946/O/MT, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DISPENSA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA NO DOCUMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR – DESCABIMENTO – EXIGÊNCIA LEGAL – RECURSO NÃO PROVIDO.

A necessidade de reconhecimento de firma no documento de transferência da propriedade de veículos automotores não se trata de mera faculdade do órgão de trânsito estadual, mas decorre de exigência adotada em todo o País por determinação do CONTRAN, órgão máximo normativo do Sistema Nacional de Trânsito, nos termos da competência que lhe foi conferida pelo próprio Código de Trânsito Brasileiro.

Apelação 160413/2016 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE NOVA XAVANTINA. Protocolo Número/Ano: 160413 / 2016. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ADIL IZEPPI (Advs: Dr(a). EDUARDO SILVEIRA LADEIA - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 9001415), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO.

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – ABATE CLANDESTINO DE ANIMAIS – INDENIZAÇÃO – CABIMENTO – REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO – RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

A ausência de condições de salubridade e higiene adequadas ao abate e comercialização comprova claramente a prática de ato atentatório ao consumidor e à saúde pública.

No que pertine à redução do quantum fixado a título de indenização pelos danos extrapatrimoniais coletivos, restou demonstrado a hipossuficiência do apelante, não possuindo condições financeiras de arcar com o valor arbitrado na sentença recorrida, sem prejudicar o sustento próprio e de sua família.

Fixação deve obedecer aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para estabelecer o valor da indenização.

Apelação 92015/2016 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE PORTO ALEGRE DO NORTE. Protocolo Número/Ano: 92015 / 2016. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ANTÔNIO CARLOS XAVIER FILHO E OUTRO(s) (Advs: Dr(a). ANTONIO CARLOS XAVIER FILHO - OAB 14.543-B/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO.

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA –HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MINISTÉRIO PÚBLICO – AUTOR E VENCEDOR – IMPOSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARCIALMENTE – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

Consigna o artigo 18 da Lei nº 7.347/85, que disciplina a as ações civis públicas (LACP), que não haverá pagamento de custas, despesas e honorários de advogado, salvo comprovada a má-fé.

Não há que se falar em condenação ao pagamento de honorários advocatícios ou custas processuais, diante da ausência de comprovação da má-fé da parte contrária.

Apelação 24830/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 24830 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (Advs: Dr(a). KAMILA APARECIDA RODRIGUES CORREA DO ESPÍRITO SANTO - OAB 14133/mt, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - DIEGO DE SOUSA MONTEIRO (Advs: Dr(a). LINEIDE VIEIRA DE ALMEIDA - OAB 15.488/MT). Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO E RETIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA – MANDADO DE SEGURANÇA – MULTAS – VINCULAÇÃO DO LICENCIAMENTO ANUAL AO PAGAMENTO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUIDA – SENTENÇA RETIFICADA.

Para a comprovação de violação a direito líquido e certo, mister se faz a existência de prova pré-constituída no momento da impetração, ou seja, o direito deve ser comprovado de plano.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 2.998/DF, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, reconheceu a constitucionalidade do artigo 131, §2º, do CTB, razão pela qual pode-se condicionar a expedição do CRLV ao pagamento de multas.

Remessa Necessária 134398/2015 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE VÁRZEA GRANDE. Protocolo Número/Ano: 134398 / 2015. Julgamento: 11/12/2019. INTERESSADO(S) - CLÓVIS SGUAREZI E CIA LTDA. - MASSA FALIDA E OUTRO(s) (Advs: Dr. CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES - OAB 14485/MT, Dr. VITTOR ARTHUR GALDINO - OAB 13955/MT), INTERESSADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. ROMES JÚLIO TOMAZ - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 3791/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

REMESSA NECESSÁRIA — EXECUÇÃO FISCAL — NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO — INEXISTÊNCIA — VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NO PRAZO DE CINCO (5) ANOS — ARTIGO 173, I, E PARÁGRAFO ÚNICO DO CTN — DECADÊNCIA — OCORRÊNCIA.

A ausência de notificação válida do executado acerca do auto de infração, acarreta nulidade no processo administrativo tributário, pela inobservância dos princípios da ampla defesa e contraditório.

Não ocorrendo o lançamento válido do tributo no prazo de cinco (5) anos, ocorre decadência do crédito tributário, nos termos do artigo 173, I e parágrafo único do Código Tributário Nacional.

Sentença ratificada.

Remessa Necessária 88698/2017 - Classe: CNJ-199 COMARCA DE PARANATINGA. Protocolo Número/Ano: 88698 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. INTERESSADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). LUIZ ALEXANDRE COMBAT DE FARIA TAVARES - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 18477-B/MT), INTERESSADO(S) - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA MEDIANEIRA LTDA (Advs: Dr. ERIC RITTER - OAB 5397-B/MT). Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, RATIFICOU A SENTENÇA.

EMENTA:

REMESSA NECESSÁRIA — LITISPENDÊNCIA — CONFIGURAÇÃO — EXTINÇÃO DO PROCESSO — DECLARAÇÃO - SENTENÇA RATIFICADA.

Configurada está a litispendência, nos termos do artigo 301, § 3º, do Código de Processo Civil vigente à época, porquanto se verifica reprodução de ação idêntica a outra que está em curso.

Sentença ratificada.

Apelação 102738/2016 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL. Protocolo Número/Ano: 102738 / 2016. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ENCO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA (Advs: Dra. ANA PAULA DORILEO CARDOSO - OAB 15652 / MT, Dr. CARLOS REZENDE JÚNIOR - OAB 9059/MT, Dra. DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALLARI REZENDE - OAB 6057/MT), APELADO(S) - MUNICÍPIO DE CUIABÁ (Advs: Dr(a). RICARDO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR - PROC.MUNICÍPIO - OAB 19464B/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU EM PARTE O RECURSO.

EMENTA:

EXECUÇÃO FISCAL — ACOLHIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE — ILEGITIMIDADE — EXTINÇÃO DO PROCESSO — HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS — PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA E CAUSALIDADE — SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

Devida é a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios na hipótese de procedência da exceção de pré-executividade para declarar a ilegitimidade passiva em execução fiscal.

Apelação 87292/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE VÁRZEA GRANDE. Protocolo Número/Ano: 87292 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 9001352), APELADO(S) - NILDA CARDOSO LAMPIER ME. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO.

EMENTA:

TRIBUTÁRIO – APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – RESP Nº 1.340.553/RS – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS – TERMO INICIAL – CIÊNCIA DA FAZENDA ACERCA DA NÃO LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR OU DE BENS PENHORÁVEIS – CRÉDITO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA – SUSPENSÃO E ARQUIVAMENTO QUE SOMAM 6 (SEIS) ANOS – DECURSO TEMPORAL OBSERVADO – RECURSO NÃO PROVIDO.

Consoante o que foi registrado no REsp nº 1.340.553/RS, este que foi eleito como paradigma para o IRDR atinente à prescrição intercorrente nas Execuções Fiscais, o termo inicial do instituto é a ciência da Fazenda Pública acerca da não localização dos devedores ou de bens penhoráveis.

A prescrição intercorrente, nos casos em que a dívida tem origem tributária, se perfaz com o decurso de 6 (seis) anos, compostos de 1 (um) ano de suspensão, somados a mais 5 (cinco), referentes ao prazo prescricional do crédito exequendo.

Recurso não provido.

Apelação 55639/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO. Protocolo Número/Ano: 55639 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). NATÁLIA DE ANDRADE CASTELO BRANCO DINIZ - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 18020-B/MT), APELADO(S) - CLEMENCIA GOMES DE SOUZA (Advs: Dr(a). DANILO AUGUSTO ROCHA PINHEIRO - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 90014138). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO.

EMENTA:

APELAÇÃO — EMBARGOS À EXECUÇÃO — CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA — PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA — NÃO OCORRÊNCIA — ART. 1º DO DECRETO N° 20.910/1932 — PRAZO DE CINCO (5) ANOS — NÃO ESCOAMENTO.

O lapso prescricional para a cobrança de crédito de natureza não tributária se exaure em cinco (5) anos, conforme artigo 1º do Decreto nº

20.910, de 6 de janeiro de 1932, portanto, deve ser afastada a prescrição da pretensão executiva.
Recurso provido.

Apelação 23002/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE BARRA DO GARÇAS. Protocolo Número/Ano: 23002 / 2018. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr. BRUNO HOMEM DE MELO - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 6613-B/MT), APELADO(S) - RODRIGO DOS SANTOS MOREIRA - ME E OUTRO(s). Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU OS RECURSOS.
EMENTA:
APELAÇÃO — EXECUÇÃO FISCAL — ABANDONO DA CAUSA — CONSTATAÇÃO — INTIMAÇÃO PESSOAL PRÉVIA — OCORRÊNCIA — EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – CORREÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO.
Correta a extinção do processo por abandono da causa ante a inércia do apelante que, intimado pessoalmente a dar prosseguimento ao processo, não se manifestou, conforme disposto no artigo 485, § 1º, do Código de Processo Civil.
.

Apelação 14727/2015 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE ALTO GARÇAS. Protocolo Número/Ano: 14727 / 2015. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). LEONARDO VIEIRA DE SOUZA - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 9001469), APELADO(S) - ELETRO LAR MÓVEIS LTDA (Advs: Dra. MÔNICA BALBINO CAJANGO- DEFENSORA PÚBLICA - OAB 900001182). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU OS RECURSOS.
EMENTA:
TRIBUTÁRIO – APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – RESP Nº 1.340.553/RS – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS – TERMO INICIAL – CIÊNCIA DA FAZENDA ACERCA DA NÃO LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR OU DE BENS PENHORÁVEIS – CRÉDITO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA – SUSPENSÃO E ARQUIVAMENTO QUE SOMAM 6 (SEIS) ANOS – DECURSO TEMPORAL OBSERVADO – RECURSO NÃO PROVIDO.
Consoante o que foi registrado no REsp nº 1.340.553/RS, este que foi eleito como paradigma para o IRDR atinente à prescrição intercorrente nas Execuções Fiscais, o termo inicial do instituto é a ciência da Fazenda Pública acerca da não localização dos devedores ou de bens penhoráveis.
A prescrição intercorrente, nos casos em que a dívida tem origem tributária, se perfaz com o decurso de 6 (seis) anos, compostos de 1 (um) ano de suspensão, somados a mais 5 (cinco), referentes ao prazo prescricional do crédito exequendo.
Recurso não provido.

Apelação 11685/2015 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE SINOP. Protocolo Número/Ano: 11685 / 2015. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). RODRIGO MEDEIROS DE LIMA - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 9001400/MT), APELANTE(S) - GUILHERME FERNANDO GREGGIO E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). RAFAEL RODRIGO FEISTEL - OAB 10749-B/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - GUILHERME FERNANDO GREGGIO E OUTRA(s) (Advs: Dr(a). RAFAEL RODRIGO FEISTEL - OAB 10749-B/MT, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). RODRIGO MEDEIROS DE LIMA - PROCURADOR DO ESTADO - OAB 9001400/MT). Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DESPROVEU OS RECURSOS.
EMENTA:
APELAÇÃO — EXECUÇÃO FISCAL — AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA — CITAÇÃO POR EDITAL — NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS SUCESSIVAS MODALIDADES — NULIDADE — CONSTATAÇÃO.
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA — ARTIGO 174 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL — PRAZO DE CINCO (5) ANOS — ESCOAMENTO — OCORRÊNCIA.
ACOLHIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE — HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS — FIXAÇÃO — RAZOABILIDADE — OBSERVÂNCIA.
A citação por edital somente é válida quando infrutíferas as demais modalidades de citação.
A pretensão à execução fiscal prescreve no prazo de cinco (5) anos, contados da constituição definitiva do crédito tributário, nos termos do artigo 174 do Código Tributário Nacional.
Deve ser mantida a decisão que fixou honorários advocatícios de forma razoável.
Recursos do Estado de Mato Grosso, Guilherme Fernando Greggio e Stela Marilu Nader Greggio não providos.

Apelação 40800/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE MIRASSOL D´OESTE. Protocolo Número/Ano: 40800 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - OCTAVIO AUGUSTO REGIS DE OLIVEIRA (Advs: Dr. HÉLIO ANTUNES BRANDÃO NETO - OAB 9490/mt, Dr(a). OUTRO(S)), APELANTE(S) - RONI DOS SANTOS AVELINO (Advs: Dr. EDUARDO SORTIGA DE LIMA - OAB 7485/mt, Dr(a). OUTRO(S)), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO.
EMENTA:
RECURSOS DE APELAÇÃO – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA TENTATIVA DE REPAROS DE VEÍCULOS PARTICULARES ÀS CUSTAS DO ERÁRIO PÚBLICO – ART. 11 DA LEI N. 8.429/1992 – INOCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE DOLO GENÉRICO – ATO DE IMPROBIDADE NÃO CARACTERIZADO – SENTENÇA REFORMADA – RECURSOS PROVIDOS.
Ausente provas que indiquem, com segurança, a ocorrência de ato de improbidade administrativa no caso concreto, a reforma da sentença que nesses termos impôs sanções aos agentes públicos é medida que se impõe.

Apelação / Remessa Necessária 154663/2017 - Classe: CNJ-1728 COMARCA DE BARRA DO BUGRES. Protocolo Número/Ano: 154663 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. INTERESSADO/APELANTE - ESTADO DE MATO GROSSO (Advs: Dr(a). PAOLA BIAGGI ALVES DE ALENCAR - PROCURADORA DO ESTADO - OAB 23371/MT), INTERESSADO/APELADO - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO DO ESTADO E RETIFICOU EM PARTE A SENTENÇA.
EMENTA:
APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – REFORMA E ADEQUAÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO – REJEIÇÃO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES – INOCORRÊNCIA – RESERVA DO POSSÍVEL – DESCABIMENTO – MULTA DIÁRIA – REDUÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AFASTADA EM REEXAME NECESSÁRIO.
O direito à educação de crianças e adolescentes, à luz da legislação pátria, é de responsabilidade solidária dos entes federativos, dado que dever do Estado, lato sensu, em assegurá-lo.
Não há falar em violação ao princípio da separação de poderes nem intervenção indevida do Poder Judiciário no Executivo quando constatada omissão específica do ente público em relação a direito fundamental, no caso, a educação de crianças e adolescentes por escolas públicas condições estruturais.
O princípio da reserva do possível não pode ser utilizado como meio de exclusão de garantias constitucionais.
Cabível a redução da multa cominatória imposta contra a contra a Fazenda Pública em caso de descumprimento de obrigação de fazer quando verificada sua excessividade.
Não é cabível a condenação do ente público ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público nos autos de Ação Civil Pública.

Apelação 130987/2017 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE NOVA UBIRATÃ. Protocolo Número/Ano: 130987 / 2017. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - JOÃO MARIA FARIA DA COSTA (Advs: Dr(a). FELIPE DE MATTOS TAKAYASSU - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 23255/MT), APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, APELADO(S) - JOÃO MARIA FARIA

DA COSTA (Advs: Dr(a). FELIPE DE MATTOS TAKAYASSU - DEFENSOR PÚBLICO - OAB 23255/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. LUIZ CARLOS DA COSTA

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DO APELANTE E PROVEU PARCIALMENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

EMENTA:

APELAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DANO AMBIENTAL – NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL – INOCORRÊNCIA – CERCEAMENTO DE DEFESA – NÃO CONFIGURAÇÃO – CUMULAÇÃO ENTRE AS OBRIGAÇÕES DE RECUPERAR A ÁREA DESMATADA E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – POSSIBILIDADE – INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM – VALOR A SER APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – DANO MORAL COLETIVO NÃO CONFIGURADO – RECURSO DO POLUIDOR NÃO PROVIDO – RECURSO MINISTERIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Frustradas as tentativas de citação pessoal e encontrando-se o réu em local incerto e não sabido, não há falar em nulidade de sua citação por edital.

Inexiste cerceamento de defesa diante do julgamento antecipado da lide se o julgador entendeu que o conjunto probatório constante dos autos era suficiente à formação do seu convencimento, notadamente diante da apresentação de cópia de processo administrativo atuado pelo IBAMA.

A indenização pelos danos materiais decorrentes do dano ambiental é cabível de forma cumulativa à recomposição da área degradada, como compensação pecuniária pela perda ambiental até que ocorra sua efetiva restauração, sem que isso configure bis in idem, devendo o montante devido ser apurado em liquidação de sentença.

Somente quando o dano ambiental ultrapassa o limite de tolerância e atinge valores coletivos, causando intranquilidade social ou alterações relevantes na ordem coletiva, é que restará configurado o dano moral coletivo, o que não ocorreu no caso.

Apelação 38981/2018 - Classe: CNJ-198 COMARCA DE DOM AQUINO. Protocolo Número/Ano: 38981 / 2018. Julgamento: 11/12/2019. APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO, APELADO(S) - VALDECIO LUIZ DA COSTA (Advs: Dr. RONY DE ABREU MUNHOZ - OAB 11972/mt, Dr(a). OUTRO(S)). Relator: Exmo. Sr. DR. MARCIO APARECIDO GUEDES

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO.

EMENTA:

APELAÇÃO – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – VACINAÇÃO DE PESSOAS FORA DO GRUPO DE RISCO – GRIPE INFLUENZA H1N1 – ATO DE IMPROBIDADE NÃO CARACTERIZADO – ART. 11 DA LEI N. 8.429/1992 – AUSÊNCIA DE DOLO GENÉRICO – RECURSO NÃO PROVIDO.

Não demonstrada a ocorrência do dolo na conduta do agente público, ainda que genérico, elemento indispensável para a configuração do de ato de improbidade administrativa, a manutenção da sentença que julga improcedentes os pedidos é medida se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004379-87.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOACIR ALFREDO HORN (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE OLIVA DE SANTANA OAB - MT13109-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO – CURSO DE FORMAÇÃO – AFASTAMENTO EM RAZÃO DE DOENÇA TEMPORÁRIA – PEDIDO PARA INCLUSÃO EM NOVO CURSO – NEGADO – DIREITO NÃO RECONHECIDO – ORDEM DENEGADA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO "Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, inexiste a possibilidade de remarcação de Teste de Aptidão Física – TAF com alegação de circunstâncias pessoais, salvo disposição no edital em sentido contrário. Sentença retificada". (N.U 0002628-70.2014.8.11.0007, LUIZ CARLOS DA COSTA, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 22/11/2016, Publicado no DJE 01/12/2016)

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000149-69.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - DIAMANTINO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO DE SOUZA CAMPOS NETO OAB - MT3670-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - INDÍCIOS VEEMENTES DE LESÃO AO ERÁRIO – INDISPONIBILIDADE DE BENS – ARTIGO 7º DA LEI Nº 8.429/92 – POSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DA NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE DILAPIDAÇÃO DOS BENS PELO AGENTE PRATICANTE DO ATO ÍMPROBO – PERIGO DA DEMORA IMPLÍCITO – DECISÃO QUE MERECE REFORMA - RECURSO PROVIDO. Consoante o disposto no artigo 7º da Lei 8.429/92, é possível a decretação da indisponibilidade dos bens do réu, com vistas a assegurar o resultado prático do processo e a viabilidade da realização do direito afirmado pelo autor. A providência não exige prova cabal, mas razoáveis elementos configuradores da lesão ao Erário, e prescinde de prova de que o agente esteja dilapidando o seu patrimônio, para frustrar eventual condenação em ação civil pública. Hipótese em que está implícito o periculum in mora.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008549-09.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOCEMAR DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARDONIL MANOEL GONZALES JUNIOR OAB - MT13945-O (ADVOGADO)
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - CÁLCULO NOS CASOS DE CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA - JULGAMENTO DO RE Nº 870947/SE - TEMA 810/STF - NÃO MODULOU OS EFEITOS DA DECISÃO ANTERIORMENTE PROFERIDA – APLICA-SE O IPCA-E DESDE A SENTENÇA - RECURSO DESPROVIDO. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 870.947/SE, encerrado em 20 de setembro de 2017, decidiu que o art. 1º - F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, em relação a débitos não tributários, é inconstitucional no que se refere à correção monetária. Assim, firmou-se entendimento no sentido de se aplicar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, desde a data fixada na sentença.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018877-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EILANE LOUZEIRO PERES (AGRAVANTE)
GEANICA NUNES ALMEIDA (AGRAVANTE)
GELSON BLASS (AGRAVANTE)
LEIDIANE FRANCISCO LUZ (AGRAVANTE)
IOMARQUES ALVES DE SOUZA (AGRAVANTE)
IVETE ADELAIDE SILVEIRA CHAFES (AGRAVANTE)
CLEONICE TERESINHA COPPETTI (AGRAVANTE)
AVENILCE FERLA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO OAB - MT15874-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CANARANA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018877-27.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 22:34:45 e distribuído inicialmente para o

Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001400-04.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EVANDRO OSCAR DE MORAES ALVES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIELE MARCONDES DANTAS DE CARVALHO OAB - MT22862/O (ADVOGADO)
DENISE RODEGUER OAB - MT15121-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Essas, as razões por que rejeito os embargos de declaração. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 9 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018882-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. N. S. D. L. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
C. A. D. R. D. -. M. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018882-49.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 09:55:13 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004742-86.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL ZAMPIERI BARION OAB - MT7519-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante da ausência de comprovação da alegada hipossuficiência, indefiro o pedido de assistência jurídica gratuita e determino que o recorrente Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso promova o recolhimento do preparo, no prazo de 5 (cinco) dias, sujeito à deserção. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de novembro de 2019. MARCIO APARECIDO GUEDES RELATOR

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000320-71.2009.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE POCONE (APELANTE)
RAMON JAIMES BUSTAMANTE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO OVELAR OAB - MT6270-O (ADVOGADO)
LIVIA COMAR DA SILVA OAB - MT7650-B (ADVOGADO)
LUCAS GUIMARAES RODRIGUES GOUVEIA OAB - MT16928-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCA CLARA DA COSTA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA APARECIDA SANCHES VICENTE OAB - MT6485-O (ADVOGADO)
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do APELADO: FRANCISCA CLARA DA COSTA para, no prazo legal, apresentar(em) contrarrazões ao recurso interposto.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003911-84.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO CARTOES S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO PEREIRA GARAVAZO OAB - MT17941-O (ADVOGADO)
ALENCAR LIBANO DE PAULA OAB - MT16175-O (ADVOGADO)

Assim, converto o julgamento em diligência, para determinar que o apelante, no prazo de 10 (dez) dias, junte cópia da Certidão de Inscrição em Dívida Ativa –CDA por se tratar de documento imprescindível para o deslinde da causa, sob pena de não conhecimento do recurso. Em seguida, concluso com urgência. Às providências. Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro Relatora

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004389-04.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS DE ARAUJO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VITOR MARTINELLI DE MENDONCA OAB - MT13082-A (ADVOGADO)
JOSE DIOGO DUTRA FILHO OAB - MT12960-A (ADVOGADO)
ALDO KELLER NETO OAB - MT20994/B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
COMERCIAL CONTABILISTA LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)
SIRLEY OLIVEIRA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009620-12.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ANSELMO RODRIGUES OAB - SP132932 (ADVOGADO)
ALBERICO EUGENIO DA SILVA GAZZINEO OAB - SP272393 (ADVOGADO)
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM OAB - SP118685-O (ADVOGADO)
JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO OAB - SP12363-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROGERIO LUIZ GALLO OAB - MT6677-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANTONIO EDILSON MANOSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ADILDO JACINTO DE OLIVEIRA FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
CANDIDO NISVALDO FRANCA COELHO (TERCEIRO INTERESSADO)
BENEDITO HENRIQUE DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
ARY CLAUDIO DE ASSIS (TERCEIRO INTERESSADO)
CLEUZA SINHORINHO DIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, tendo em vista a ocorrência de fato que impede a apreciação de mérito deste recurso, ante a perda do objeto, não conheço do presente Agravo de Instrumento por estar manifestamente prejudicado, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil c/c art. 51, VII do RITJMT. Se transcorrido in albis o prazo recursal, arquivem-se, com as cautelas de estilo. P.I.C. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. MARCIO APARECIDO GUEDES RELATOR

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009612-35.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (AGRAVANTE)
KIRTON BANK S. A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

FERNANDO ANSELMO RODRIGUES OAB - SP132932 (ADVOGADO)
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM OAB - SP118685-O (ADVOGADO)
JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO OAB - SP12363-O (ADVOGADO)
ALBERICO EUGENIO DA SILVA GAZZINEO OAB - SP272393 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROGERIO LUIZ GALLO OAB - MT6677-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ETEVALDO SEBASTIAO DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIO CEZAR DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
CLEUZA SINHORINHO DIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE MARIA RODRIGUES DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
SOLANGE FATIMA DE MAGALHAES (TERCEIRO INTERESSADO)
WILSON PAULO LEITE RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
GERSON VALERIO POUSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA DA GLORIA MIRANDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO EDILSON MANOSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
JORGE IDILSON SOUSA (TERCEIRO INTERESSADO)
ADILDO JACINTO DE OLIVEIRA FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
CANDIDO NISVALDO FRANCA COELHO (TERCEIRO INTERESSADO)
BENEDITO HENRIQUE DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
ARY CLAUDIO DE ASSIS (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, tendo em vista a ocorrência de fato que impede a apreciação de mérito deste recurso, ante a perda do objeto, não conheço do presente Agravo de Instrumento por estar manifestamente prejudicado, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil c/c art. 51, VII do RITJMT. Se transcorrido in albis o prazo recursal, arquivem-se, com as cautelas de estilo. P.I.C. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. MARCIO APARECIDO GUEDES RELATOR

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018891-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DILCEU ROSSATO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO NIGRO OAB - MT8414-O (ADVOGADO)
DIOGO GALVAN OAB - MT8056-O (ADVOGADO)

Certifico, que o processo de n. 1018891-11.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 12:03:29 e distribuído inicialmente para o Des(a). LUIZ CARLOS DA COSTA

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018209-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AFB AGROPECUARIA RANCHO 60 LTDA. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE PEREIRA GOMES LOPES OAB - SP184149 (ADVOGADO)
LUIZ ANTONIO CASTRO DE MIRANDA FILHO OAB - SP296837 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com essas considerações, DEFIRO o pedido de efeito suspensivo perquirido pela agravante até apreciação da matéria pelo colegiado. Dê-se conhecimento do teor desta decisão ao juízo a quo. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contraminuta no prazo legal. Após, ouça-se a douta Procuradoria Geral da Justiça. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2019. Desembargadora MARIA APARECIDA RIBEIRO Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1009625-34.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MASSA FALIDA DO BANCO SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO OAB - SP12363-O (ADVOGADO)
FERNANDO ANSELMO RODRIGUES OAB - SP132932 (ADVOGADO)
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM OAB - SP118685-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, tendo em vista a ocorrência de fato que impede a apreciação de mérito deste recurso, ante a perda do objeto, não conheço do presente Agravo de Instrumento por estar manifestamente prejudicado, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil c/c art. 51, VII do RITJMT. Se transcorrido in albis o prazo recursal, arquivem-se, com as cautelas de estilo. P.I.C. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. MARCIO APARECIDO GUEDES RELATOR

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018641-75.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SOLANGE APARECIDA CASTRO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

3. Ante o exposto, sem prejuízo de um exame mais aprofundado posteriormente, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo. 4. Dê-se ciência desta decisão à juíza a quo para a adoção das medidas necessárias à sua implementação. 5. Intime-se o agravado para apresentar contrarrazões recursais. 6.Após, ouça-se a douta Procuradoria-Geral da Justiça. Publique-se e cumpra-se. Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018903-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON MIURA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO RIBAS TERRA OAB - MT7205-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018903-25.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000490-41.2016.8.11.0014
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
REIS E SAMPAIO ADVOGADOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DE VASCONCELLOS CHAER CURY OAB - RJ121387 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PRIMAVERA ENERGIA S.A. (EMBARGADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IAN PAULO FERREIRA OAB - RJ203149 (ADVOGADO)
JULIA VARELLA RAPOSO OAB - RJ201796 (ADVOGADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo Número: 1018911-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS PADILHA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018911-02.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 15:53:03 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARIA APARECIDA RIBEIRO

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005137-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CECI ANTUNES SEGATO (EMBARGADO)
CLEDIMARA POLTRONIERI CANAN (EMBARGADO)
CLAUDEMIR LUIZ RABUKA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MADEIREIRA RANCHO FUNDO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado(s) para se manifestar(em) nos Embargos de Declaração no prazo legal, nos termos do § 2° do art. 1023 CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000332-27.2008.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON RODRIGUES DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SILVONEY BATISTA ANZOLIN OAB - MT8122-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso, por ausência de um dos requisitos de procedibilidade recursal, tempestividade, que afeta a sua admissibilidade. Publique-se. Intime-se Cumpra-se anotando o necessário. Desª. Maria Aparecida Ribeiro Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1006937-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA ORBEN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONE CARNEIRO CAMPOS OAB - MT18968-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - COLNIZA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
FRANCISCO ASSIS CAMARGO (TERCEIRO INTERESSADO)
CELSO LEITE GARCIA (TERCEIRO INTERESSADO)
MATO GROSSO COMERCIO DE ASFALTOS LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

Essa, a razão por que, com fundamento no artigo 932, III, do Código de Processo Civil, não conheço do recurso. Defiro, tão somente para fim recursal, a gratuidade da justiça. Intimem-se. Às providências. Cuiabá, 5 de dezembro de 2019. Des. Luiz Carlos da Costa Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018922-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
MUNICIPIO DE RIO BRANCO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018922-31.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018923-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACIEL SINFRONIO DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CICERO ALLYSSON BARBOSA SILVA OAB - MT15091-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018923-16.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018931-90.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TRICON ENERGY DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA SAVOIA BERGAMASCO DINIZ OAB - SP157289 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018931-90.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003474-38.2011.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUINA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FELIPE AVILA PRADO OAB - MT7910-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DIRCEU RITTER (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0003474-38.2011.8.11.0025 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008630-60.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
CECRISA REVESTIMENTOS CERAMICOS S.A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO EDUARDO VICHNEVETSKY ASPIS OAB - RS57596 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0008630-60.2017.8.11.0004 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000668-18.2009.8.11.0084
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCIA DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS AUGUSTO CUISSI OAB - MT14430-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE APIACAS (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0000668-18.2009.8.11.0084 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006118-61.2018.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
P. F. (APELANTE)
MIRLENE GOMES FAGUNDES MARQUES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0006118-61.2018.8.11.0007 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002972-29.2006.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO DUARTE ALVARES (APELANTE)
LUCIANO SALLES CHIAPPA (APELANTE)
MARCELO SILVA MOURA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO SILVA MOURA OAB - MT12307-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0002972-29.2006.8.11.0008 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-84 APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0052520-40.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLA MORAIS FARAH (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO DAMIN OAB - MT4719-B (ADVOGADO)
MARCO AURELIO BALLEN OAB - MT4994-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0052520-40.2014.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (1728) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011528-03.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO MARQUES DE ASSUNCAO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIAN VANESSA MENDONCA PAGLIARINI OAB - MT8400-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0011528-03.2015.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0046508-78.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE FERNANDES DE ALENCASTRO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0046508-78.2012.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004529-44.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
E. D. M. G. (APELANTE)
M. D. S. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. T. (APELADO)
V. T. F. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADALBERTO ORTEGA FERREIRA OAB - MT18935-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0004529-44.2017.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003473-53.2012.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO E MARIA ROUPAS INFANTO JUVENIL LTDA - ME (APELADO)
PAULO SERGIO BARBIERO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0003473-53.2012.8.11.0046 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-51 REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL
Processo Número: 0018346-83.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. V. E. D. I. E. J. D. C. D. V. G. (JUÍZO RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. G. G. D. E. (RECORRIDO)
M. D. V. G. (RECORRIDO)
Outros Interessados:
N. R. D. S. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
K. H. D. S. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 0018346-83.2018.8.11.0002 - Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009242-30.2016.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO PICOLOTO (APELADO)
MILTON ELIAS JUNIOR (APELADO)
DOUGLAS RANIERI MILANESI (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PORTES JUNIOR OAB - MT10772-O (ADVOGADO)
PEDRO EMILIO BARTOLOMEI OAB - MT12306-B (ADVOGADO)
SANDRA ROBERTA MONTANHER BRESCOVICI OAB - MT7366-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0009242-30.2016.8.11.0037 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006885-12.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GERMANO MOURA VIEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRESSA KARINA ROCHA ATANASIO OAB - MT10166-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0006885-12.2009.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000086-94.2018.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
CICERO FARIAS (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 0000086-94.2018.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Terceira Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018887-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JONES DA SILVA OLIVEIRA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018887-71.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018900-70.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IGUACU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO OAB - MT4856-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DAVID ARNO RADER (AGRAVADO)
MARCOS RADER (AGRAVADO)
ELENITA BORTOLINI (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018900-70.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018912-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO TEIXEIRA DE ARRUDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BONSUCESSO S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018912-84.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018914-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018914-54.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018917-09.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LAUDICELIA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
JOSE APARECIDO DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
TERESINHA TIBOLLA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018917-09.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018933-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JAIRO GABRIEL DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBINSON CASTRO MIRANDA OAB - SP332736 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROMILDO FERREIRA BARROS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018933-60.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018935-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE GROSS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARLETE TEIXEIRA DA SILVEIRA OAB - RS19866 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIR VALDAMERI (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018935-30.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1005336-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE ELPÍDIO RIBEIRO FILHO (AGRAVANTE)
TEREZINHA DE JESUS GOMES RIBEIRO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRO LUIS COSTA SAGGIN OAB - MT5734-O (ADVOGADO)
GONCALO ADAO DE ARRUDA SANTOS OAB - MT16472-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NILIANE VILELA DE FREITAS DEBOLETTA (AGRAVADO)
JOSE RICARDO DEBOLETTA (AGRAVADO)
MARIA HELENA BENTO DEBOLETTA (AGRAVADO)
JOSE ZOMAR DEBOLETTA (AGRAVADO)
MARINA ZONTA DEBOLETTA (AGRAVADO)
ANTONIO ADRIANO DEBOLETTA (AGRAVADO)
ANTONIO DEBOLETTA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO DE PAIVA LEAO OAB - GO15623 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA RIBEIRO FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
OSMAR BRUNO RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
AMBROLINA RIBEIRO DE MORAES (TERCEIRO INTERESSADO)
CELSO RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
ESPÓLIO DE DAECI RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)1005336-24.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: TEREZINHA DE JESUS GOMES RIBEIRO, ESPÓLIO DE ELPÍDIO RIBEIRO FILHO AGRAVADO: ANTONIO ADRIANO DEBOLETTA, ANTONIO DEBOLETTA, JOSE ZOMAR DEBOLETTA, MARINA ZONTA DEBOLETTA, JOSE RICARDO DEBOLETTA, MARIA HELENA BENTO DEBOLETTA, NILIANE VILELA DE FREITAS DEBOLETTA INTIMAÇÃO ao(s) patrono(s) do(s) AGRAVANTE: TEREZINHA DE JESUS GOMES RIBEIRO, ESPÓLIO DE ELPÍDIO RIBEIRO FILHO para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar(em) o pagamento do preparo recursal, sob pena de inscrição em dívida ativa ou protesto, ou apresente comprovante de deferimento do beneficio da Justiça Gratuita.

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0000666-41.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO PEREGRINO MORALES JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA MONTEIRO FERREIRA OAB - MS19310-O (ADVOGADO)
ROGELHO MASSUD JUNIOR OAB - MS4329 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS AMORIM DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TIAGO MAYOLINO DE SANTA ROSA OAB - MT17277-A (ADVOGADO)

AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206)0000666-41.2017.8.11.0028 AGRAVANTE: ROBERTO PEREGRINO MORALES JUNIOR AGRAVADO: MARCOS AMORIM DA SILVA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) AGRAVADO: MARCOS AMORIM DA SILVA para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) resposta ao agravo regimental, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000373-14.2015.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
GENEZIO GOMES DOS SANTOS (EMBARGANTE)
MANOEL CICERO DE LIMA (EMBARGANTE)
NEREO GRANZOTTO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCYS RICARDO MENEGON OAB - MT13640-A (ADVOGADO)
ALBINO CARLOS KRIZIZANOWSKI OAB - MT7231-O (ADVOGADO)
JORGE ANTONIO KRIZIZANOWSKI OAB - MT15618-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIULA MULLER OAB - MT22165-A (ADVOGADO)
MARCELO ZAINA DE OLIVEIRA OAB - MT15935-O (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
GUSTAVO AMATO PISSINI OAB - MT13842-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0000373-14.2015.8.11.0005 EMBARGANTE: GENEZIO GOMES DOS SANTOS, NEREO GRANZOTTO, MANOEL CICERO DE LIMA EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0055858-22.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NEVIO LOTUFO NETO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUBENS SANTOS ALVES OAB - MT17568-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0055858-22.2014.8.11.0041 EMBARGANTE: LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EMBARGADO: NEVIO LOTUFO NETO INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: NEVIO LOTUFO NETO para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002812-18.2013.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO ROSA FIGUEIREDO (EMBARGANTE)
ROGERIO ROSA FIGUEIREDO (EMBARGANTE)
BRUNO HENRIQUE DE CASTILHO (EMBARGANTE)
ESPÓLIO DE CEZAR BATISTA FIGUEIREDO (EMBARGANTE)
GILMAR FRANCISCO LEAL (EMBARGANTE)
JOACI MACHADO VITORIA (EMBARGANTE)
NEDI ROSA DOS SANTOS (EMBARGANTE)
VANTUIR ALVES DE OLIVEIRA (EMBARGANTE)
VALTERNEI TAVARES DE SOUSA (EMBARGANTE)
NUBIA REGINA VARGAS SOUSA (EMBARGANTE)
CECILIA LUIZA DE REZENDE (EMBARGANTE)
OSMAR RODRIGUES DO NASCIMENTO (EMBARGANTE)
VICENTE FERREIRA DA SILVA (EMBARGANTE)
PAULO BARBOSA DOS SANTOS (EMBARGANTE)
GIOVANA PIRES ARANTES FERNANDES (EMBARGANTE)
CARLA REGIANE ALVES PEREIRA ABED (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO THOMA MARTINS DE PAULA OAB - MT11954-O (ADVOGADO)
MARCELO ANGELO DE MACEDO OAB - MT6811-O (ADVOGADO)
RICARDO ZANCANARO OAB - MT8739-A (ADVOGADO)
MARCELA ASSIS PAIVA SERRA BRAGAGLIA OAB - MT13256-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO AMATO PISSINI OAB - MT13842-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0002812-18.2013.8.11.0021 EMBARGANTE: JOACI MACHADO VITORIA, NEDI ROSA DOS SANTOS, ROGERIO ROSA FIGUEIREDO, LEONARDO ROSA FIGUEIREDO, GILMAR FRANCISCO LEAL, BRUNO HENRIQUE DE CASTILHO, VICENTE FERREIRA DA SILVA, OSMAR RODRIGUES DO NASCIMENTO, GIOVANA PIRES ARANTES FERNANDES, PAULO BARBOSA DOS SANTOS, VALTERNEI TAVARES DE SOUSA, VANTUIR ALVES DE OLIVEIRA, CECILIA LUIZA DE REZENDE, NUBIA REGINA VARGAS SOUSA, CARLA REGIANE ALVES PEREIRA ABED, ESPÓLIO DE CEZAR BATISTA FIGUEIREDO EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo Número: 1018887-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JONES DA SILVA OLIVEIRA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018887-71.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 11:01:55 e distribuído inicialmente para o Des(a). JOSE ZUQUIM NOGUEIRA

Intimação Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1017388-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GUARACY DE SOUSA CARVALHO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FRANCA ARAUJO OAB - MT12621-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LEVINO BUENO (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206)1017388-52.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL SA AGRAVADO: GUARACY DE SOUSA CARVALHO INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) AGRAVADO: GUARACY DE SOUSA CARVALHO para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar(em) resposta ao agravo regimental, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1018234-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SOL E MAR LTDA - ME (EMBARGANTE)
SANDRA REGINA VASCONCELOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO DE FREITAS NOVAIS II OAB - MT12052-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1018234-69.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: SANDRA REGINA VASCONCELOS, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SOL E MAR LTDA - ME EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018900-70.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IGUACU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO OAB - MT4856-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DAVID ARNO RADER (AGRAVADO)
MARCOS RADER (AGRAVADO)
ELENITA BORTOLINI (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018900-70.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007758-54.2008.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA MARIA QUAGLIATO EGREJA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS PETTO JUNIOR OAB - SP234185 (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JANAINA SEDLACEK SOUSA DE JESUS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JAIME SANTANA ORRO SILVA OAB - MT6072-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CELSO VIANA EGREJA (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTELA VIANA EGREJA (TERCEIRO INTERESSADO)
ROBERTO SODRE VIANA EGREJA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIO ALUIZIO VIANNA EGREJA (TERCEIRO INTERESSADO)
ESPOLIO DE ARMANDO VIANA EGREJA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MARCIA ELIZABETH SEDLACEK (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
ALMEY EGREJA ALVES DA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE SILVESTRE VIANA EGREJA (TERCEIRO INTERESSADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0007758-54.2008.8.11.0006 EMBARGANTE: ROSA MARIA QUAGLIATO EGREJA EMBARGADO: JANAINA SEDLACEK SOUSA DE JESUS INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: JANAINA SEDLACEK SOUSA DE JESUS para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016678-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDEMIR PEREIRA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA ELIZABETH SOARES DA SILVA ESPIGARES OAB - MT21312-A (ADVOGADO)
ANTONIO HORACIO DA SILVA NETO OAB - AM10740-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO CORDEIRO JUSTUS OAB - PR27078 (ADVOGADO)
FERNANDO O REILLY CABRAL BARRIONUENO OAB - PR29022-A (ADVOGADO)
EMILIANA SILVA SPERANCETTA OAB - PR22234-O (ADVOGADO)
CARMEN GLORIA ARRIAGADA ANDRIOLI OAB - PR20668O (ADVOGADO)
SANDRO RAFAEL BONATTO OAB - PR22788 (ADVOGADO)
GIOVANI GIONEDIS FILHO OAB - PR39496-O (ADVOGADO)
GIOVANI GIONEDIS OAB - PR8128-O (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011468-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AUGUSTO CESAR DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1022397-03.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARILENE TOME VIEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAYANNE KELLY DOMINGUES OAB - MT23048-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1040051-03.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE PINHEIRO DA FONSECA DUARTE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000504-10.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RITA BIBIANA DE SOUZA NOGUEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOELI MARIANE CASTELLI OAB - MT16746-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
seguradora Lider (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016595-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO OSORIO FELIX DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLYSSIA PEREIRA ALVARENGA OAB - MT20704-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSIMERI FERREIRA DE SOUZA (AGRAVADO)
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ OAB - MT14783-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013960-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO OSORIO FELIX DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLYSSIA PEREIRA ALVARENGA OAB - MT20704-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ (AGRAVADO)
ROSIMERI FERREIRA DE SOUZA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS WAGNER SANTANA VAZ OAB - MT14783-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001671-21.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
NILMA LAZAROTTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DERCIO LUPIANO DE ASSIS FILHO OAB - MT12466-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014881-21.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JHON WEVERTON CARDOSO OLIVI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULLEVERSON SILVA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT12358-A (ADVOGADO)
FELIPE ARTHUR SANTOS ALVES OAB - MT12028/O (ADVOGADO)
JUNIOR LUIS DA SILVA CRUZ OAB - MT18283-O (ADVOGADO)
JULIANA FERREIRA QUINTEIRO DE ALMEIDA OAB - MT15865-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT17528-O (ADVOGADO)
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015288-27.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DONIZETE APARECIDO USSUNA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDAMIR MACEDO DE PAIVA OAB - MT16164-O (ADVOGADO)
JORGE BALBINO DA SILVA OAB - MT3063-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NILVA NOGUEIRA (AGRAVADO)
VERA LUCIA NOGUEIRA (AGRAVADO)
TATIANA PATRICIA DE JESUS NOGUEIRA (AGRAVADO)
MARIA DE LOURDES DONADELI NOGUEIRA (AGRAVADO)
EDVALDO NOGUEIRA (AGRAVADO)
LADAIR NOGUEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARISTIDES JOSE BOTELHO DE OLIVEIRA OAB - 055.957.338-37 (PROCURADOR)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1030742-55.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO DOS SANTOS DAMACENO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015300-67.2010.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CHRISTIANE DE CARVALHO BURITY OAB - MT11238-O (ADVOGADO)
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-O (ADVOGADO)
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT18216-A (ADVOGADO)
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALERIO MARTINS DOS SANTOS (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014740-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA OAB - MT5134-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TECNICAR - AR CONDICIONADO LTDA - ME (AGRAVADO)
DAVI ROSA MARTINS (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1001714-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT45445-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ANTUNES MACEDO (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1036749-63.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO FELTRIM DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012504-73.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL (APELANTE)
PRISCILLA MOVEIS LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL (APELADO)
PRISCILLA MOVEIS LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIOGO DE OLIVEIRA DA CRUZ OAB - MT16377-O (ADVOGADO)
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001166-21.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
REDZA REPA WA UTOMONHITO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR OAB - MT24197-A (ADVOGADO)
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB - MT14469-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018912-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO TEIXEIRA DE ARRUDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
ISABELLY FURTUNATO OAB - MT21705-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BONSUCESSO S.A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018912-84.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018914-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - SIAGESPOC/MT (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA OAB - DF31718-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018914-54.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014849-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTER FRANCISCA SILVA VALADAO (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IVAIR BUENO LANZARIN OAB - MT8029-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1014849-16.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. EMBARGADO: ESTER FRANCISCA SILVA VALADAO INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: ESTER FRANCISCA SILVA VALADAO para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003412-42.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO LEVY MARTINUCI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GIUSEPPE ZAMPIERI OAB - MT10603-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)0003412-42.2014.8.11.0041 EMBARGANTE: LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EMBARGADO: FABIO LEVY MARTINUCI INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: FABIO LEVY MARTINUCI para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000864-93.2017.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO MACHADO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT17694-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
seguradora Lider (APELADO)

Desse modo, concedo ao apelante o prazo de 5 (cinco) dias para o recolhimento do preparo ou comprovar documentalmente a sua condição de hipossuficiência ou o deferimento da assistência judiciária, conforme determina o artigo 1.007, § 2º, do CPC. Às providências necessárias.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014165-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANIVALDO BISINOTTO ARDUINI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL ARDUINI AZOLINI OAB - MT21673-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JANETE MARQUES BARROS ARDUINI (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003795-84.2018.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
D. P. D. E. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. M. H. S. (APELADO)
Outros Interessados:
N. P. H. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
T. P. D. C. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016968-97.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO HONDA S/A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ OAB - MT22131-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS GONCALO DA SILVA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001460-82.2014.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ELSO JOSE MANICA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT17694-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE MIRANDA LIMA OAB - MT13241-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001137-73.2001.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
NUNES FERREIRA & CIA LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MONTE SINAI TRANSPORTES LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENIS THOMAZ RODRIGUES OAB - MT17096-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014456-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LORIVAL ANTONIO SGUISSARDI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO SGUIZARDI OAB - MT16483-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OLI BALTAZAR LERMEN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MILTON LAURO SCHMIDT OAB - MS11612-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016448-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE BARTHOLOMEU ORTIZ DE OLIVER (AGRAVANTE)
MARIA DO ROSARIO ORTEGA ORTIZ (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISADORA BIONDO DE SOUZA OAB - MT26003/O (ADVOGADO)
PEDRO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT26621-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ARGINO BEDIN (AGRAVADO)
EDILES ZANCHETIN BEDIN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA PAULA BELLATO OAB - MT14065-O (ADVOGADO)
ROBSOM HUILSOM BROCH COLLI OAB - MT14802-O (ADVOGADO)
ADRIANA STIEVEN PINHO BEDIN OAB - MT9344-O (ADVOGADO)
ARLEY GOMES GONCALVES OAB - MT12192-O (ADVOGADO)
LUCIANO SILLES DIAS OAB - MT6913-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE IVO CHAVES (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA ELENA ORTEGA ORTIZ ASSUMPCAO (TERCEIRO INTERESSADO)
PEDRO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT26621-O (ADVOGADO)
LUIZ CARLOS ORTEGA ORTIZ (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
OTAVIO RIBEIRO CHAVES (TERCEIRO INTERESSADO)
ISADORA BIONDO DE SOUZA OAB - MT26003/O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0029002-26.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BUNGE ALIMENTOS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO SCHNEIDER OAB - MT5238-O (ADVOGADO)
OSMAR SCHNEIDER OAB - MT2152-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO AUGUSTO WELTER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT5959-O (ADVOGADO)
LEONARDO LUIS NUNES BERNAZZOLLI OAB - MT10579-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0014435-14.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANAY RIBEIRO FEITOSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO ALVES PINHO OAB - MT12709-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016337-06.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SANTA CLARA ENGENHARIA E TRANSPORTES EIRELI - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-A (ADVOGADO)
JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES OAB - MT12794-A (ADVOGADO)
MAX MAGNO FERREIRA MENDES OAB - MT8093-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005501-19.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR DA SILVA MARTINS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI OAB - MT9203-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
seguradora Lider (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001907-50.2016.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
C. C. I. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
S. A. F. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIONE CARMO RAMOS OAB - MT22885-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
B. C. I. F. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008032-22.2011.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELITO BALBINO DE MELO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA ELISA SENA MIRANDA OAB - MT15017-O (ADVOGADO)
ANTONIO GONCALVES DE MIRANDA NETO OAB - MT14576-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011191-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO OAB - SP152305-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SANILLA BERGHAHN DA SILVA (AGRAVADO)
CLEYTON WILKER DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEYSE DAYANE ROCHA NUNES OAB - MT17292-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006287-46.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA CASSIANO DE SOUZA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016693-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B

(ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVO DA SILVA PEREIRA JUNIOR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO DE MORAIS FURLANETTI OAB - MT14361-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016360-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO ROSARIO ORTEGA ORTIZ (AGRAVANTE)
ESPÓLIO DE BARTHOLOMEU ORTIZ DE OLIVER (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISADORA BIONDO DE SOUZA OAB - MT26003/O (ADVOGADO)
PEDRO PEREIRA DE SOUZA OAB - MT26621-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ARGINO BEDIN (AGRAVADO)
EDILES ZANCHETIN BEDIN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBSOM HUILSOM BROCH COLLI OAB - MT14802-O (ADVOGADO)
ARLEY GOMES GONCALVES OAB - MT12192-O (ADVOGADO)
LUCIANO SILLES DIAS OAB - MT6913-O (ADVOGADO)
FERNANDA PAULA BELLATO OAB - MT14065-O (ADVOGADO)
ADRIANA STIEVEN PINHO BEDIN OAB - MT9344-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA ELENA ORTEGA ORTIZ ASSUMPCAO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ CARLOS ORTEGA ORTIZ (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004581-25.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
RODOLFO MERLIN ROCHA DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELO BERNARDINO DE MENDONCA JUNIOR OAB - MT16330-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1004581-25.2018.8.11.0003 EMBARGANTE: RODOLFO MERLIN ROCHA DA SILVA EMBARGADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001683-78.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PINTO DE FIGUEIREDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO AUGUSTO MOTTA SOARES OAB - MT18555-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIO ANDRADE TEIXEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANILSON MIGUEL DE SOUZA AMORIM OAB - MT24800-O (ADVOGADO)

Desse modo, concedo ao apelante o prazo de 5 (cinco) dias para o recolhimento do preparo ou comprovar documentalmente a sua condição de hipossuficiência ou o deferimento da assistência judiciária, conforme determina o artigo 1.007, § 2º, do CPC. Às providências necessárias.

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014367-68.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ANTONIO CUIABANO MALHEIROS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ARRUDA DOS SANTOS OAB - MT14249-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COMERCIO REGIONAL DE ALIMENTOS LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE FELIX DOS SANTOS OAB - MT25065-O (ADVOGADO)
JOAO GABRIEL SILVA TIRAPELLE OAB - MT10455-O (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)1014367-68.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: JOAO ANTONIO CUIABANO MALHEIROS EMBARGADO: COMERCIO REGIONAL DE ALIMENTOS LTDA INTIMAÇÃO ao(s) partrono(s) do(s) EMBARGADO: COMERCIO REGIONAL DE ALIMENTOS LTDA para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar(em) resposta aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000360-72.2018.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GEOVANI MENDONCA DE FREITAS OAB - MT11473-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NOEME MOTA DE OLIVEIRA (APELADO)
PAULO MOTA COELHO (APELADO)
Outros Interessados:
NILVA ROSA DE OLIVEIRA SILVA (TESTEMUNHA)
DIONES MOTA DE OLIVEIRA (TESTEMUNHA)
ANGELA MARIA DE OLIVEIRA (TESTEMUNHA)

Desse modo, concedo ao apelante o prazo de 5 (cinco) dias para o recolhimento do preparo ou comprovar documentalmente a sua condição de hipossuficiência ou o deferimento da assistência judiciária, conforme determina o artigo 1.007, § 2º, do CPC. Às providências necessárias.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018933-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JAIRO GABRIEL DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBINSON CASTRO MIRANDA OAB - SP332736 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROMILDO FERREIRA BARROS (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018933-60.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018935-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE GROSS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARLETE TEIXEIRA DA SILVEIRA OAB - RS19866 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIR VALDAMERI (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018935-30.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000980-93.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO VILELA RIBEIRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO AMARAL SILVA OAB - MG123442-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DURVAL RIBEIRO DE GOUVEIA JUNIOR - CONDOMINIO (APELADO)

HELIO JOSE DE MORAES (APELADO)
DURVAL RIBEIRO DE GOUVEIA JUNIOR (APELADO)
MARIA ELISABETH VILLELA GOUVEIA (APELADO)
MARCO ANTONIO VILLELA GOUVEIA (APELADO)
INAUDI GOMES VILLELA GOUVEIA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEONIA GOUVEIA DE VASCONCELOS OAB - MT15823-O (ADVOGADO)
DURVAL RIBEIRO DE GOUVEIA JUNIOR OAB - MT12664-O (ADVOGADO)
FRANCISCO ALVES VIALI SOBRINHO OAB - MG104677-O (ADVOGADO)
FERNANDO ALVES VIALI OAB - MG47344-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0037491-52.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANA ALVES ALMEIDA OAB - MT16785-O (ADVOGADO)
IGOR GOES LOBATO OAB - SP307482-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RIBEIRO & LEMES LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO OAB - MT5026-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011981-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. -. L. D. R. V. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. W. T. S. (AGRAVADO)
M. S. D. S. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUMBERTO NONATO DOS SANTOS OAB - MT3286-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. D. S. T. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000909-94.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT17528-O (ADVOGADO)
MARIA LUCILIA GOMES OAB - MT5835-A (ADVOGADO)
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO VIEIRA DE OLIVEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODOLFO PEREIRA FAGUNDES OAB - MT13249-O (ADVOGADO)
BRUNO DE CASTRO SILVEIRA OAB - MT16257-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011392-10.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-A (ADVOGADO)
HUGO ROGER DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT16285-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDINO ANTONIO TIRAPELE (EMBARGADO)
RENY TIRAPELLE (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020943-88.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GOIABEIRAS PARTICIPACOES LTDA - EPP (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GOES LOBATO OAB - SP307482-O (ADVOGADO)
ELIANA ALVES ALMEIDA OAB - MT16785-O (ADVOGADO)
HUMBERTO ROSSETTI PORTELA OAB - MG91263-O (ADVOGADO)
MILTON EDUARDO COLEN OAB - MG63240-O (ADVOGADO)
JULIO DE CARVALHO PAULA LIMA OAB - MG90461-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOJA NUMERO UM LTDA - ME (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003537-14.2013.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO PALOMO CABRINO (EMBARGANTE)
CLOVIS ANTONIO CABRINO JUNIOR (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELAINE DE SOUZA TAVARES OAB - SP139693-O (ADVOGADO)
OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO OAB - MT5705-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO QUEIROZ JUNQUEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOERLEI PEREIRA LIMA OAB - GO30541-O (ADVOGADO)
ROGERIO BALDUINO LOPES DE CARVALHO OAB - GO18864-O (ADVOGADO)
AMANDA SANTOS DA SILVA OAB - MT21677-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0027080-76.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELI MACHADO BRITO (EMBARGANTE)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - SP209931-O (ADVOGADO)
CLAUDIA BRUNO LEMOS OAB - MT12355-A (ADVOGADO)
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSELI MACHADO BRITO (EMBARGADO)
EXPRESSO MAIA LTDA (EMBARGADO)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE OAB - MT8942-O (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - SP209931-O (ADVOGADO)
DARLA MARTINS VARGAS OAB - MT5300-O (ADVOGADO)
DANIELLE AVILA ALMEIDA OAB - MT14442-B (ADVOGADO)
CARLA SALVADOR OAB - MT15785-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005849-78.2018.8.11.0015

Parte(s) Polo Ativo:
JUNHITE HARA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO VALTER DORNELLES DIAS OAB - MT9084-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MONICA APARECIDA GAZIN (APELADO)
VALDIR PASA JUNIOR (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000643-43.2005.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA APARECIDA MASSAD DE BRITO (APELANTE)
JOSE BRITO DE SOUZA JUNIOR (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL ADORNO LOPES OAB - MT14308-A (ADVOGADO)
CLAUDIO PALMA DIAS OAB - MT3523-S (ADVOGADO)
JAIME SANTANA ORRO SILVA OAB - MT6072-B (ADVOGADO)
BENEDITA IVONE ADORNO OAB - MT6391-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA AGRICOLA DE PRODUTORES DE CANA DE RIO BRANCO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON FERREIRA FREITAS OAB - SP121567-O (ADVOGADO)
THAMEYA LOURENCO BARBOSA SILVA OAB - SP297478-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007469-74.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DAYCOVAL S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA KHAFIF DAYAN OAB - SP131646-O (ADVOGADO)
VIVIANE FIGUEIREDO OAB - SP208039-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONE CRISTINA RODRIGUES (APELADO)
KAMILA DE OLIVEIRA SILVA MACIEL LOPES (APELADO)
CLAUDINETE DE OLIVEIRA SILVA CORREA (APELADO)
ELIO CORREA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON DE OLIVEIRA SILVA OAB - MT21591-O (ADVOGADO)
ELOY ALBUQUERQUE ALENCAR OAB - MT23536-O (ADVOGADO)
JONNY RANGEL MOSHAGE OAB - MT7694-A (ADVOGADO)
BRUNA FRANCE GOMES SIMOES OAB - MT22414-A (ADVOGADO)
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
JAQUELINE MATTOS ARFUX OAB - MT9388-O (ADVOGADO)
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010774-07.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO LAERTE DE OLIVEIRA (APELANTE)
ROSANE MARCHIORI DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR SPERANZA JUNIOR OAB - MT15290-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DJALMA FERNANDO POZITELI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAUL ANTUNES MACEDO OAB - MT15674-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0034916-03.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SEYLIANE BARROS DE SOUZA BARBOSA (APELADO)
MARCIO ALEXANDRE PRETTI BARBOSA (APELADO)
RODOMAR TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME (APELADO)
ADRIANA LAZZAROTTO (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010423-05.2015.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
LIDER CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAKECHI IUASSE OAB - MT6113-A (ADVOGADO)
ADRIANO VALTER DORNELLES DIAS OAB - MT9084-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTROLUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO DA CONCEICAO NEVES OAB - MT14897-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ADEMIR PANUCCI (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000339-68.2008.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
GUNTER MASKE (APELANTE)
MONICA VAIN MASKE (APELANTE)
ZIGMAR MASKE (APELANTE)
ASTRID LUCY MASKE (APELANTE)
SELVINA DALIRA MASKE (APELANTE)
MARLENE WALDOW MASKE (APELANTE)
PAULO MASKE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA PEREIRA BRAGA NEGRAO OAB - MT7330-O (ADVOGADO)
OSVALDO PEREIRA BRAGA OAB - MT6013-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON SARAIVA DOS SANTOS OAB - MT7720-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011761-59.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PROTENDIT CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MASSA FALIDA DA DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONIMARCIO NAVES OAB - MT6228-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007502-47.2015.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VERA LUCIA KUNZLER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JARBAS VALDIR DE MEDEIROS OAB - MT17911-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002465-81.2014.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER DOS SANTOS GIOVANETTI (APELANTE)
AVINER MIGUEL SANTOS GALHARDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO ALVIM OAB - MT3285-O (ADVOGADO)
ENEZIO FERREIRA LIMA OAB - PR11763-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAROLAINE EMERICK CARDOSO DA SILVA (APELADO)
NILDA CARDOSO DA SILVA (APELADO)
KEVLIN ZAGO E SILVA (APELADO)
RAIANY VITORIA ZAGO CARDOSO (APELADO)
ROSIANE EMERYK PEREIRA DA SILVA (APELADO)
GISELDA LUCIA ZAGO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSEANE MALHEIROS ALVIM OAB - MT18564-A (ADVOGADO)
RICARDO MARQUES DE ABREU OAB - MT11683-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016494-26.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - PR56918-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OTONIEL MARQUES VIEIRA (APELADO)
Z. MARQUES VIEIRA REPRESENTACOES COMERCIAIS - ME (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011705-49.2013.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO MEDIO ARAGUAIA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADALBERTO ALVES DE MATOS OAB - MT4502-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ONESIO RIBEIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAIS DAIANE MAGALHAES PERES OAB - MT15835-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009177-86.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL DE SOUZA SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMANOEL MARCOS GARCIA OAB - MT23548-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004004-71.2014.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
JACQUES WILTON DE ARAUJO PEREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIANDRIA APARECIDA FANTUCI ARAUJO PEREIRA OAB - RO5910-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KLEVISON BARBOSA SIMAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCAS CELSO MONTEIRO DA FONSECA GROTA OAB - MT11343-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004104-12.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO ANTONIO BRITTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GRANDE ORIENTE DO BRASIL MATO GROSSO (APELADO)
AUGUSTA E RESPEITAVEL LOJA SIMBOLICA OBREIROS DO 3 MILENIO N 3178 (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ROBERTO JABRA ANFFE OAB - MT3940-O (ADVOGADO)
GILMAR GONCALVES ROSA OAB - MT18662-A (ADVOGADO)
ELDER KENNIDY DE ALMEIDA SANTOS OAB - MT18890-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006045-89.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO DOUGLAS SARDINHA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO OAB - MT13700-O (ADVOGADO)
EMILIA CARLOTA GONCALVES VILELA OAB - MT13206-O (ADVOGADO)
ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA OAB - MT18882-O (ADVOGADO)
FERNANDA CARVALHO BAUNGART OAB - MT15370-O (ADVOGADO)
BRUNO OLIVEIRA CASTRO OAB - MT9237-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELYSSA DE CARVALHO ARANTES (APELADO)
ELIZA VERA CARVALHO LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO BOAVENTURA ZICA OAB - MT13754-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA

DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004171-35.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSMARCOS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANO CESAR CLEMENTE OAB - MT14340-A (ADVOGADO)
HELIO ARTUR DE OLIVEIRA SERRA E NAVARRO OAB - SP164388 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JOAO FLORENTINO DE SOUZA FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006871-43.2008.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RONI CARLOS DONA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEDOCIR ANHOLETO OAB - MT7502-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0026310-78.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO SFASCIOTTI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS RAMOS BARBOSA OAB - MT13913-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIARIA 304 - SPE LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO JOAO ZANATA OAB - MT8360-O (ADVOGADO)
JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR OAB - MT18002-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0034024-89.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYSSON TOSIN OAB - MG86925-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ALVES DE OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSILENE ALVES DE OLIVEIRA OAB - MT17535-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005344-36.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO MAGNO CACAVO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM OAB - MT12066-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0022113-80.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCIA OLIVEIRA BARRETO (APELANTE)
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO OAB - MT13700-O (ADVOGADO)
BRUNO OLIVEIRA CASTRO OAB - MT9237-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VERA LUCIA OLIVEIRA BARRETO (APELADO)
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO OLIVEIRA CASTRO OAB - MT9237-O (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO OAB - MT13700-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000030-79.1993.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREIA CRISTIANE HECK (APELADO)
NEVIO MANFIO (APELADO)
TIANE VIZZOTTO (APELADO)
PEDRINHO LUIZ ZANOLLA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEVIO MANFIO OAB - MT16226-B (ADVOGADO)
ANDREI RAISER OAB - MT16481-A (ADVOGADO)
ANDRE LUIS STEIN FORTES OAB - MT16367-A (ADVOGADO)
TIANE VIZZOTTO OAB - MT12679-O (ADVOGADO)
ANDREIA CRISTIANE HECK OAB - MT16253-B (ADVOGADO)
ZILAUDIO LUIZ PEREIRA OAB - MT4427-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ADEMIR BAMPI (TERCEIRO INTERESSADO)
NADIA BANDEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALVARO LUIZ BANDEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002727-14.2017.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN S.A. (APELANTE)
RITA MARIA DA CONCEICAO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT14432-O (ADVOGADO)
FELICIANO LYRA MOURA OAB - MT15758-A (ADVOGADO)
KASSIO ROBERTO PEREIRA OAB - MT12691-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RITA MARIA DA CONCEICAO (APELADO)
BANCO PAN S.A. (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
KASSIO ROBERTO PEREIRA OAB - MT12691-B (ADVOGADO)
IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT14432-O (ADVOGADO)
FELICIANO LYRA MOURA OAB - MT15758-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001912-42.2018.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NIVALDO LUIZ PEREIRA DA SILVA JUNIOR OAB - AM13833 (ADVOGADO)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
JULIANO GOMES FERNANDES JALLAGEAS DE LIMA OAB - MT13833 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE PEREIRA DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANO PAIAO RIOS OAB - MT2513-O (ADVOGADO)
MARIO SERGIO DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR OAB - MT12622-O (ADVOGADO)
KEYTIANE SEVERINA DE FREITAS FERREIRA OAB - MT12481-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008537-03.2014.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
TAYLA FELIX FERRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRASIELLI ARRUDA SEOLIM OAB - MT20261-A (ADVOGADO)
VINICIUS MANOEL OAB - MT19532-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE MANTENEDORA DE ENSINO E CULTURA DE PRIMAVERA DO LESTE LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CABETTE DE ANDRADE FERNANDES OAB - MT9889-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000502-71.2010.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DA COSTA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA MARIA DA SILVA OAB - MT8922-O (ADVOGADO)
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005213-34.2016.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
BRAFF,VEIT & CIA LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO BATISTA DAMASIO OAB - MT7222-B (ADVOGADO)
LUIZMAR BARBOSA VIEIRA OAB - MT13059-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUCINETE RODRIGUES MACIEL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KELLI MARIANI LIMA DA SILVA OAB - MT19369-A (ADVOGADO)
RAFAELE PIRES FERREIRA OAB - MT19918-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016142-61.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESPOLIO DE VICENTE CALABRIA (APELANTE)
CONSTRUTORA VC LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO VIDAL OAB - MT2679-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JFS - CONSTRUCOES CIVIS LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO NUNES NEVES DE ARAUJO OAB - MT18415-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANGELICA BATISTA CORREA CALABRIA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008778-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AUGUSTO ALBERTO IGLESIAS FERREIRA FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0032321-60.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DE BENEFICIOS MUTUOS DO BRASIL - ASTEP BRASIL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SIQUEIRA ALVES OAB - MG81973-O (ADVOGADO)
GIOVANNA FREIRE DE ANDRADE ORLANDI OAB - MG73645 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARCOS DE ARAUJO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO OAB - MT10405-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005048-82.2013.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
AARAO LINCOLE SICUTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AARAO LINCOLE SICUTO OAB - MT5091-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OSNIRA DE MELO DA ROCHA (APELADO)
VALDOMIRO DIAS DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOEL QUINTELLA OAB - MT9563-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BENEDITO DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA HELENA DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0059284-42.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGER SEJAS GUZMAN JUNIOR OAB - MG63386 (ADVOGADO)
MARIA FERNANDA SALLES TOSI OAB - MG176398 (ADVOGADO)
PETER DE MORAES ROSSI OAB - MG42337-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONQUISTA COMERCIO, REPRESENTACAO E ASSESSORIA COMERCIAL LTDA. - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS PEREIRA SCHMIDT OAB - MT11361-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004374-36.2015.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
LUZMAIA DE SOUSA QUIXABEIRA DE ARAUJO (APELANTE)
ASIEL BEZERRA DE ARAUJO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO REIS DE OLIVEIRA OAB - MT5476-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005669-69.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTADORA SILVA LTDA - ME (APELANTE)
TRUCKS CONTROL - SERVICOS DE LOGISTICA LTDA (APELANTE)
ONIXSAT RASTREAMENTO DE VEICULOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS WILLYAN MARTINS OAB - PR47560-A (ADVOGADO)
MARCUS VINICIUS SANCHES OAB - PR38007-A (ADVOGADO)
FABIANE ELENSILZIE DE OLIVEIRA OAB - MT6141-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTADORA SILVA LTDA - ME (APELADO)
ONIXSAT RASTREAMENTO DE VEICULOS LTDA (APELADO)
TRUCKS CONTROL - SERVICOS DE LOGISTICA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DOUGLAS WILLYAN MARTINS OAB - PR47560-A (ADVOGADO)
FABIANE ELENSILZIE DE OLIVEIRA OAB - MT6141-O (ADVOGADO)
MARCUS VINICIUS SANCHES OAB - PR38007-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0032499-09.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO BRUNO SOUSA ELIAS OAB - DF12533-O (ADVOGADO)
PABLO JOSE MELATTI OAB - MT11096-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020782-97.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAUDEMI MOREIRA NOGUEIRA (APELANTE)
ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DE COMBATE AO CANCER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN SILVA DE OLIVEIRA OAB - MT8906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO PIRES DE CAMARGO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TULIO CESAR ZAGO OAB - MT12737-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0034832-65.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON RODRIGUES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANDINEIA GOMES RANGEL DE JESUS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1019102-89.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO CONCEICAO DE MORAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARYSSA TAQUES DE LARA PINTO OAB - MT17674-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004356-90.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE DAVID GONZALEZ GALLARDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO DE MORAES VIANA OAB - MT19177-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON OAB - MT12099-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0038968-13.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - PR56918-A (ADVOGADO)

FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DJALMA BEZERRA SILVA (APELADO)
JOAO GONCALVES DOS REIS (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0026123-75.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELA BIAZOTO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUBENS RAFAEL GARCIA OAB - MT17500-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
IMOBILIARIA PAIAGUAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000780-76.2015.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE OSVALDO CIRILO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE LIMA ROSSONI OAB - MT18581-A (ADVOGADO)
NICOMEDES LINDOLFO FREITAS NETO OAB - MT9277-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JACQUELINE IZOLDE LEHNEN (APELADO)
VITALINO FERNANDO LEHNEN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCIA APARECIDA CIRILO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004092-93.2015.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
EQUILIBRIO - INDUSTRIA QUIMICA EIRELI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LUIS WERNER OAB - MT6298-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAM CARMONA MAYA OAB - SP257198-A (ADVOGADO)
FERNANDO DENIS MARTINS OAB - SP182424-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCOS VOLNEI PIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIANO MURARO (TERCEIRO INTERESSADO)
ERCIO LUIZ MURARO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003507-72.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LEVINO RIBEIRO DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO SALDANHA SPINELLI OAB - MT15204-O (ADVOGADO)
TAMIRIS NUNES DUALIBI OAB - MT22642-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ODILA MARQUES DE CAMPOS (APELADO)
AMAURI DE CAMPOS (APELADO)
GONCALINA CELESTE PROENCA CAMPOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ GUTEMBERG EUBANK DE ARRUDA OAB - MT3009-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001636-50.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DA AMAZONIA SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON LUIZ PERIN OAB - MT8804-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
O TELHAR AGROPECUARIA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMAURI MOREIRA DE ALMEIDA OAB - MT5882-O (ADVOGADO)
PAULO HENRIQUE ALVES DE MORAES OAB - MT15409-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007918-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO)
VITORIA NASCIMENTO MOLINA OAB - MT24570-O (ADVOGADO)
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS PAULINO (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012688-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BUNGE ALIMENTOS S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA REGINA VIOLA OAB - SP163205 (ADVOGADO)
FERNANDO TARDIOLI LUCIO DE LIMA OAB - SP206727 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO POLIMENO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MATHEUS CARRIEL HONORIO OAB - MS13431-O (ADVOGADO)
PABLO CORTEZ LOI OAB - MT11152-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008046-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS HENRIQUE MELDOLA DA SILVA OAB - MT15530-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOVA MUTUM (AGRAVADO)
Outros Interessados:
EVERALDO ROQUE NOVELLO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LUCIANA GOES PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA

DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012577-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP (AGRAVADO)
LANA CARDOSO RIBEIRO LOURENCO (AGRAVADO)
SERGIO HENRIQUE LOURENCO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA DO NASCIMENTO SANTOS OAB - MT13900-O (ADVOGADO)
VANESSA ANGHEBEN GUIRRO OAB - MT12480-O (ADVOGADO)
DEBORAH BARBOSA CAMACHO OAB - MT11335-O (ADVOGADO)
SANDRA MARIA LOURENCO PRIETO OAB - MT12383-O (ADVOGADO)
RODRIGO NUSS OAB - MT16509-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001912-42.2018.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NIVALDO LUIZ PEREIRA DA SILVA JUNIOR OAB - AM13833 (ADVOGADO)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
JULIANO GOMES FERNANDES JALLAGEAS DE LIMA OAB - MT13833 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE PEREIRA DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANO PAIAO RIOS OAB - MT2513-O (ADVOGADO)
MARIO SERGIO DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR OAB - MT12622-O (ADVOGADO)
KEYTIANE SEVERINA DE FREITAS FERREIRA OAB - MT12481-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008537-03.2014.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
TAYLA FELIX FERRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRASIELLI ARRUDA SEOLIM OAB - MT20261-A (ADVOGADO)
VINICIUS MANOEL OAB - MT19532-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE MANTENEDORA DE ENSINO E CULTURA DE PRIMAVERA DO LESTE LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CABETTE DE ANDRADE FERNANDES OAB - MT9889-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000502-71.2010.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DA COSTA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA MARIA DA SILVA OAB - MT8922-O (ADVOGADO)
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005213-34.2016.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
BRAFF,VEIT & CIA LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO BATISTA DAMASIO OAB - MT7222-B (ADVOGADO)
LUIZMAR BARBOSA VIEIRA OAB - MT13059-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUCINETE RODRIGUES MACIEL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KELLI MARIANI LIMA DA SILVA OAB - MT19369-A (ADVOGADO)
RAFAELE PIRES FERREIRA OAB - MT19918-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005669-69.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTADORA SILVA LTDA - ME (APELANTE)
TRUCKS CONTROL - SERVICOS DE LOGISTICA LTDA (APELANTE)
ONIXSAT RASTREAMENTO DE VEICULOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS WILLYAN MARTINS OAB - PR47560-A (ADVOGADO)
MARCUS VINICIUS SANCHES OAB - PR38007-A (ADVOGADO)
FABIANE ELENSILZIE DE OLIVEIRA OAB - MT6141-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSPORTADORA SILVA LTDA - ME (APELADO)
ONIXSAT RASTREAMENTO DE VEICULOS LTDA (APELADO)
TRUCKS CONTROL - SERVICOS DE LOGISTICA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DOUGLAS WILLYAN MARTINS OAB - PR47560-A (ADVOGADO)
FABIANE ELENSILZIE DE OLIVEIRA OAB - MT6141-O (ADVOGADO)
MARCUS VINICIUS SANCHES OAB - PR38007-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0032499-09.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO BRUNO SOUSA ELIAS OAB - DF12533-O (ADVOGADO)
PABLO JOSE MELATTI OAB - MT11096-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020782-97.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAUDEMI MOREIRA NOGUEIRA (APELANTE)
ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DE COMBATE AO CANCER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN SILVA DE OLIVEIRA OAB - MT8906-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO PIRES DE CAMARGO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

TULIO CESAR ZAGO OAB - MT12737-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0034832-65.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON RODRIGUES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANDINEIA GOMES RANGEL DE JESUS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA LUIZA ALAMINO BELLINCANTA OAB - MT9333-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0032321-60.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DE BENEFICIOS MUTUOS DO BRASIL - ASTEP BRASIL (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SIQUEIRA ALVES OAB - MG81973-O (ADVOGADO)
GIOVANNA FREIRE DE ANDRADE ORLANDI OAB - MG73645 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARCOS DE ARAUJO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PLINIO JOSE DE SIQUEIRA NETO OAB - MT10405-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005048-82.2013.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
AARAO LINCOLE SICUTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AARAO LINCOLE SICUTO OAB - MT5091-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OSNIRA DE MELO DA ROCHA (APELADO)
VALDOMIRO DIAS DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOEL QUINTELLA OAB - MT9563-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BENEDITO DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA HELENA DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0059284-42.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGER SEJAS GUZMAN JUNIOR OAB - MG63386 (ADVOGADO)
MARIA FERNANDA SALLES TOSI OAB - MG176398 (ADVOGADO)
PETER DE MORAES ROSSI OAB - MG42337-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONQUISTA COMERCIO, REPRESENTACAO E ASSESSORIA COMERCIAL LTDA. - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THAIS PEREIRA SCHMIDT OAB - MT11361-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004374-36.2015.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
LUZMAIA DE SOUSA QUIXABEIRA DE ARAUJO (APELANTE)
ASIEL BEZERRA DE ARAUJO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO REIS DE OLIVEIRA OAB - MT5476-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1019102-89.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO CONCEICAO DE MORAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARYSSA TAQUES DE LARA PINTO OAB - MT17674-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004356-90.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE DAVID GONZALEZ GALLARDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO DE MORAES VIANA OAB - MT19177-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON OAB - MT12099-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0038968-13.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - PR56918-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DJALMA BEZERRA SILVA (APELADO)
JOAO GONCALVES DOS REIS (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 0026123-75.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MEIRE CORREIA DE SANTANA DA COSTA MARQUES OAB - MT9995-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELA BIAZOTO (AGRAVADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
RUBENS RAFAEL GARCIA OAB - MT17500-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
IMOBILIARIA PAIAGUAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000780-76.2015.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE OSVALDO CIRILO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE LIMA ROSSONI OAB - MT18581-A (ADVOGADO)
NICOMEDES LINDOLFO FREITAS NETO OAB - MT9277-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JACQUELINE IZOLDE LEHNEN (APELADO)
VITALINO FERNANDO LEHNEN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCIA APARECIDA CIRILO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004092-93.2015.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
EQUILIBRIO - INDUSTRIA QUIMICA EIRELI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LUIS WERNER OAB - MT6298-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAM CARMONA MAYA OAB - SP257198-A (ADVOGADO)
FERNANDO DENIS MARTINS OAB - SP182424-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCOS VOLNEI PIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIANO MURARO (TERCEIRO INTERESSADO)
ERCIO LUIZ MURARO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003507-72.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LEVINO RIBEIRO DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO SALDANHA SPINELLI OAB - MT15204-O (ADVOGADO)
TAMIRIS NUNES DUALIBI OAB - MT22642-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ODILA MARQUES DE CAMPOS (APELADO)
AMAURI DE CAMPOS (APELADO)
GONCALINA CELESTE PROENCA CAMPOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ GUTEMBERG EUBANK DE ARRUDA OAB - MT3009-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001636-50.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DA AMAZONIA SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON LUIZ PERIN OAB - MT8804-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
O TELHAR AGROPECUARIA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMAURI MOREIRA DE ALMEIDA OAB - MT5882-O (ADVOGADO)
PAULO HENRIQUE ALVES DE MORAES OAB - MT15409-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012688-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BUNGE ALIMENTOS S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA REGINA VIOLA OAB - SP163205 (ADVOGADO)
FERNANDO TARDIOLI LUCIO DE LIMA OAB - SP206727 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO POLIMENO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MATHEUS CARRIEL HONORIO OAB - MS13431-O (ADVOGADO)
PABLO CORTEZ LOI OAB - MT11152-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1008046-17.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS HENRIQUE MELDOLA DA SILVA OAB - MT15530-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOVA MUTUM (AGRAVADO)
Outros Interessados:
EVERALDO ROQUE NOVELLO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LUCIANA GOES PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012577-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP (AGRAVADO)
LANA CARDOSO RIBEIRO LOURENCO (AGRAVADO)
SERGIO HENRIQUE LOURENCO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIANA DO NASCIMENTO SANTOS OAB - MT13900-O (ADVOGADO)
VANESSA ANGHEBEN GUIRRO OAB - MT12480-O (ADVOGADO)
DEBORAH BARBOSA CAMACHO OAB - MT11335-O (ADVOGADO)
SANDRA MARIA LOURENCO PRIETO OAB - MT12383-O (ADVOGADO)
RODRIGO NUSS OAB - MT16509-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007629-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ZELIO FRANCISCO DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO IBRAHIM CAMPOS OAB - MT13296-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS - COBAP (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

LUDMILA CRISTINA SANTANA OAB - DF48404 (ADVOGADO)
JANAINA BARBOSA ARRUDA CELESTINO DE OLIVEIRA OAB - DF28921 (ADVOGADO)
MANUELLA PIANCHAO DE ARAUJO OAB - DF34007 (ADVOGADO)
LARISSE RAQUEL DE JESUS LOPES OAB - DF41065 (ADVOGADO)
JOSE IDEMAR RIBEIRO OAB - DF08940 (ADVOGADO)
ALINE RAMOS RIBEIRO OAB - DF27030-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010809-14.2010.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DUILIO PIATO JUNIOR OAB - MT3719-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GENTIL OLIVEIRA DE CARVALHO (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002712-95.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZENA JULIA DA SILVA LEITE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GLAYTON MARCUS MEIRA NUNES OAB - MT5957-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005108-23.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCA EDINEIA DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO OLIVEIRA JESUS OAB - MT23440-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007918-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO)
VITORIA NASCIMENTO MOLINA OAB - MT24570-O (ADVOGADO)
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS PAULINO (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0057066-07.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KARLLY ROSE NEVES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001331-76.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
JOAO OLIVEIRA DE LIMA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANE TANARA BASTOS DE LIMA OAB - MT7669-O (ADVOGADO)
EUDER OLIVEIRA RIBEIRO OAB - MT10271-A (ADVOGADO)
DARLEY DA SILVA CAMARGO OAB - MT6526-A (ADVOGADO)
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
JOAO OLIVEIRA DE LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUDER OLIVEIRA RIBEIRO OAB - MT10271-A (ADVOGADO)
DARLEY DA SILVA CAMARGO OAB - MT6526-A (ADVOGADO)
ARIANE TANARA BASTOS DE LIMA OAB - MT7669-O (ADVOGADO)
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006302-15.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE SOUZA DE FREITAS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CNF - ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS NACIONAL LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEFERSON ALEX SALVIATO OAB - SP236655-A (ADVOGADO)
GILSON SANTONI FILHO OAB - SP217967-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0058440-92.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
J. L. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANA MARIA DOS SANTOS LINS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que

será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002805-97.2015.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
ISMAEL DA SILVA SANTANA (APELANTE)
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO STUCHI REIS DE OLIVEIRA OAB - SP311043-A (ADVOGADO)
CELSO REIS DE OLIVEIRA OAB - MT5476-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - PR56918-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
ISMAEL DA SILVA SANTANA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO REIS DE OLIVEIRA OAB - MT5476-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - PR56918-A (ADVOGADO)
THIAGO STUCHI REIS DE OLIVEIRA OAB - SP311043-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004162-90.2018.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
NAIR MERLOTI SPINA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELSON CRISTOVAO ROCHA OAB - MT17811-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000980-93.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO VILELA RIBEIRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO AMARAL SILVA OAB - MG123442-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DURVAL RIBEIRO DE GOUVEIA JUNIOR - CONDOMINIO (APELADO)
HELIO JOSE DE MORAES (APELADO)
DURVAL RIBEIRO DE GOUVEIA JUNIOR (APELADO)
MARIA ELISABETH VILLELA GOUVEIA (APELADO)
MARCO ANTONIO VILLELA GOUVEIA (APELADO)
INAUDI GOMES VILLELA GOUVEIA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEONIA GOUVEIA DE VASCONCELOS OAB - MT15823-O (ADVOGADO)
DURVAL RIBEIRO DE GOUVEIA JUNIOR OAB - MT12664-O (ADVOGADO)
FRANCISCO ALVES VIALI SOBRINHO OAB - MG104677-O (ADVOGADO)
FERNANDO ALVES VIALI OAB - MG47344-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0037491-52.2011.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANA ALVES ALMEIDA OAB - MT16785-O (ADVOGADO)
IGOR GOES LOBATO OAB - SP307482-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RIBEIRO & LEMES LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO OAB - MT5026-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011981-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. -. L. D. R. V. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. W. T. S. (AGRAVADO)
M. S. D. S. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUMBERTO NONATO DOS SANTOS OAB - MT3286-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. D. S. T. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000909-94.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO OAB - MT17528-O (ADVOGADO)
MARIA LUCILIA GOMES OAB - MT5835-A (ADVOGADO)
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO VIEIRA DE OLIVEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODOLFO PEREIRA FAGUNDES OAB - MT13249-O (ADVOGADO)
BRUNO DE CASTRO SILVEIRA OAB - MT16257-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011392-10.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-A (ADVOGADO)
HUGO ROGER DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT16285-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDINO ANTONIO TIRAPELE (EMBARGADO)
RENY TIRAPELLE (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ANTUNES SEGATO OAB - MT13546-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020943-88.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
GOIABEIRAS PARTICIPACOES LTDA - EPP (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GOES LOBATO OAB - SP307482-O (ADVOGADO)
ELIANA ALVES ALMEIDA OAB - MT16785-O (ADVOGADO)
HUMBERTO ROSSETTI PORTELA OAB - MG91263-O (ADVOGADO)
MILTON EDUARDO COLEN OAB - MG63240-O (ADVOGADO)
JULIO DE CARVALHO PAULA LIMA OAB - MG90461-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOJA NUMERO UM LTDA - ME (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL

Processo Número: 0003537-14.2013.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO PALOMO CABRINO (EMBARGANTE)
CLOVIS ANTONIO CABRINO JUNIOR (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELAINE DE SOUZA TAVARES OAB - SP139693-O (ADVOGADO)
OSWALDO PEREIRA CARDOSO FILHO OAB - MT5705-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GUSTAVO QUEIROZ JUNQUEIRA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOERLEI PEREIRA LIMA OAB - GO30541-O (ADVOGADO)
ROGERIO BALDUINO LOPES DE CARVALHO OAB - GO18864-O (ADVOGADO)
AMANDA SANTOS DA SILVA OAB - MT21677-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0027080-76.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELI MACHADO BRITO (EMBARGANTE)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - SP209931-O (ADVOGADO)
CLAUDIA BRUNO LEMOS OAB - MT12355-A (ADVOGADO)
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSELI MACHADO BRITO (EMBARGADO)
EXPRESSO MAIA LTDA (EMBARGADO)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE OAB - MT8942-O (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS OAB - SP209931-O (ADVOGADO)
DARLA MARTINS VARGAS OAB - MT5300-O (ADVOGADO)
DANIELLE AVILA ALMEIDA OAB - MT14442-B (ADVOGADO)
CARLA SALVADOR OAB - MT15785-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007469-74.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DAYCOVAL S/A (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRA KHAFIF DAYAN OAB - SP131646-O (ADVOGADO)
VIVIANE FIGUEIREDO OAB - SP208039-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONE CRISTINA RODRIGUES (APELADO)
KAMILA DE OLIVEIRA SILVA MACIEL LOPES (APELADO)
CLAUDINETE DE OLIVEIRA SILVA CORREA (APELADO)
ELIO CORREA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON DE OLIVEIRA SILVA OAB - MT21591-O (ADVOGADO)
ELOY ALBUQUERQUE ALENCAR OAB - MT23536-O (ADVOGADO)
JONNY RANGEL MOSHAGE OAB - MT7694-A (ADVOGADO)
BRUNA FRANCE GOMES SIMOES OAB - MT22414-A (ADVOGADO)
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
JAQUELINE MATTOS ARFUX OAB - MT9388-O (ADVOGADO)
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010774-07.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO LAERTE DE OLIVEIRA (APELANTE)
ROSANE MARCHIORI DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR SPERANZA JUNIOR OAB - MT15290-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DJALMA FERNANDO POZITELI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAUL ANTUNES MACEDO OAB - MT15674-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0034916-03.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-A (ADVOGADO)
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SEYLIANE BARROS DE SOUZA BARBOSA (APELADO)
MARCIO ALEXANDRE PRETTI BARBOSA (APELADO)
RODOMAR TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME (APELADO)
ADRIANA LAZZAROTTO (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010423-05.2015.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
LIDER CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAKECHI IUASSE OAB - MT6113-A (ADVOGADO)
ADRIANO VALTER DORNELLES DIAS OAB - MT9084-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTROLUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO DA CONCEICAO NEVES OAB - MT14897-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ADEMIR PANUCCI (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000339-68.2008.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
GUNTER MASKE (APELANTE)
MONICA VAIN MASKE (APELANTE)
ZIGMAR MASKE (APELANTE)
ASTRID LUCY MASKE (APELANTE)
SELVINA DALIRA MASKE (APELANTE)
MARLENE WALDOW MASKE (APELANTE)
PAULO MASKE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA PEREIRA BRAGA NEGRAO OAB - MT7330-O (ADVOGADO)
OSVALDO PEREIRA BRAGA OAB - MT6013-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON SARAIVA DOS SANTOS OAB - MT7720-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011761-59.1999.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PROTENDIT CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
MASSA FALIDA DA DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONIMARCIO NAVES OAB - MT6228-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003131-89.2014.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA NAYARA AGUIAR ASSUNCAO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO VALENTE FUGA PIRES OAB - MT7679-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEX HOFFMAN GOMES (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003067-83.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL FERREIRA DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAYANNE KELLY DOMINGUES OAB - MT23048-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0037612-41.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS BENEDITO MONTEIRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FERREIRA DE BRITO OAB - MS9982-O (ADVOGADO)
MATHEUS DOS SANTOS SANCHES OAB - MS24165 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAPFRE VIDA S/A (APELADO)
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1016882-55.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL RODRIGUES DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005849-78.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUNHITE HARA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO VALTER DORNELLES DIAS OAB - MT9084-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MONICA APARECIDA GAZIN (APELADO)
VALDIR PASA JUNIOR (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000643-43.2005.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA APARECIDA MASSAD DE BRITO (APELANTE)
JOSE BRITO DE SOUZA JUNIOR (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL ADORNO LOPES OAB - MT14308-A (ADVOGADO)
CLAUDIO PALMA DIAS OAB - MT3523-S (ADVOGADO)
JAIME SANTANA ORRO SILVA OAB - MT6072-B (ADVOGADO)
BENEDITA IVONE ADORNO OAB - MT6391-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA AGRICOLA DE PRODUTORES DE CANA DE RIO BRANCO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON FERREIRA FREITAS OAB - SP121567-O (ADVOGADO)
THAMEYA LOURENCO BARBOSA SILVA OAB - SP297478-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007502-47.2015.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VERA LUCIA KUNZLER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JARBAS VALDIR DE MEDEIROS OAB - MT17911-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002465-81.2014.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER DOS SANTOS GIOVANETTI (APELANTE)
AVINER MIGUEL SANTOS GALHARDO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO ALVIM OAB - MT3285-O (ADVOGADO)
ENEZIO FERREIRA LIMA OAB - PR11763-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CAROLAINE EMERICK CARDOSO DA SILVA (APELADO)
NILDA CARDOSO DA SILVA (APELADO)
KEVLIN ZAGO E SILVA (APELADO)
RAIANY VITORIA ZAGO CARDOSO (APELADO)
ROSIANE EMERYK PEREIRA DA SILVA (APELADO)
GISELDA LUCIA ZAGO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSEANE MALHEIROS ALVIM OAB - MT18564-A (ADVOGADO)

RICARDO MARQUES DE ABREU OAB - MT11683-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016494-26.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - PR56918-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OTONIEL MARQUES VIEIRA (APELADO)
Z. MARQUES VIEIRA REPRESENTACOES COMERCIAIS - ME (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011705-49.2013.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO MEDIO ARAGUAIA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADALBERTO ALVES DE MATOS OAB - MT4502-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ONESIO RIBEIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAIS DAIANE MAGALHAES PERES OAB - MT15835-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009177-86.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL DE SOUZA SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMANOEL MARCOS GARCIA OAB - MT23548-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004004-71.2014.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
JACQUES WILTON DE ARAUJO PEREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIANDRIA APARECIDA FANTUCI ARAUJO PEREIRA OAB - RO5910-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KLEVISON BARBOSA SIMAO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCAS CELSO MONTEIRO DA FONSECA GROTA OAB - MT11343-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004104-12.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO ANTONIO BRITTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALE ARFUX JUNIOR OAB - MT6843-A (ADVOGADO)
TENARESSA APARECIDA ARAUJO DELLA LIBERA OAB - MT7031-A (ADVOGADO)
MAYARA CRISTINA CINTRA ROSA OAB - MT24217-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GRANDE ORIENTE DO BRASIL MATO GROSSO (APELADO)
AUGUSTA E RESPEITAVEL LOJA SIMBOLICA OBREIROS DO 3 MILENIO N 3178 (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ROBERTO JABRA ANFFE OAB - MT3940-O (ADVOGADO)
GILMAR GONCALVES ROSA OAB - MT18662-A (ADVOGADO)
ELDER KENNIDY DE ALMEIDA SANTOS OAB - MT18890-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006045-89.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO DOUGLAS SARDINHA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO OAB - MT13700-O (ADVOGADO)
EMILIA CARLOTA GONCALVES VILELA OAB - MT13206-O (ADVOGADO)
ALINE PINHEIRO BASILIO SILVA OAB - MT18882-O (ADVOGADO)
FERNANDA CARVALHO BAUNGART OAB - MT15370-O (ADVOGADO)
BRUNO OLIVEIRA CASTRO OAB - MT9237-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELYSSA DE CARVALHO ARANTES (APELADO)
ELIZA VERA CARVALHO LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO BOAVENTURA ZICA OAB - MT13754-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000030-79.1993.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREIA CRISTIANE HECK (APELADO)
NEVIO MANFIO (APELADO)
TIANE VIZZOTTO (APELADO)
PEDRINHO LUIZ ZANOLLA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEVIO MANFIO OAB - MT16226-B (ADVOGADO)
ANDREI RAISER OAB - MT16481-A (ADVOGADO)
ANDRE LUIS STEIN FORTES OAB - MT16367-A (ADVOGADO)
TIANE VIZZOTTO OAB - MT12679-O (ADVOGADO)
ANDREIA CRISTIANE HECK OAB - MT16253-B (ADVOGADO)
ZILAUDIO LUIZ PEREIRA OAB - MT4427-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ADEMIR BAMPI (TERCEIRO INTERESSADO)
NADIA BANDEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALVARO LUIZ BANDEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002727-14.2017.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN S.A. (APELANTE)
RITA MARIA DA CONCEICAO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT14432-O (ADVOGADO)

FELICIANO LYRA MOURA OAB - MT15758-A (ADVOGADO)
KASSIO ROBERTO PEREIRA OAB - MT12691-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RITA MARIA DA CONCEICAO (APELADO)
BANCO PAN S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KASSIO ROBERTO PEREIRA OAB - MT12691-B (ADVOGADO)
IGOR NEVES CARVALHO OAB - MT14432-O (ADVOGADO)
FELICIANO LYRA MOURA OAB - MT15758-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004171-35.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT6358-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSMARCOS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANO CESAR CLEMENTE OAB - MT14340-A (ADVOGADO)
HELIO ARTUR DE OLIVEIRA SERRA E NAVARRO OAB - SP164388 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JOAO FLORENTINO DE SOUZA FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006871-43.2008.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RONI CARLOS DONA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEDOCIR ANHOLETO OAB - MT7502-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0026310-78.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO SFASCIOTTI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VINICIUS RAMOS BARBOSA OAB - MT13913-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIARIA 304 - SPE LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO JOAO ZANATA OAB - MT8360-O (ADVOGADO)
JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR OAB - MT18002-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0034024-89.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYSSON TOSIN OAB - MG86925-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ALVES DE OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSILENE ALVES DE OLIVEIRA OAB - MT17535-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005344-36.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO MAGNO CACAVO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM OAB - MT12066-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0022113-80.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCIA OLIVEIRA BARRETO (APELANTE)
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO OAB - MT13700-O (ADVOGADO)
BRUNO OLIVEIRA CASTRO OAB - MT9237-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VERA LUCIA OLIVEIRA BARRETO (APELADO)
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO OLIVEIRA CASTRO OAB - MT9237-O (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
LUIZE CALVI MENEGASSI CASTRO OAB - MT13700-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016142-61.2009.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESPOLIO DE VICENTE CALABRIA (APELANTE)
CONSTRUTORA VC LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO VIDAL OAB - MT2679-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JFS - CONSTRUCOES CIVIS LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO NUNES NEVES DE ARAUJO OAB - MT18415-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANGELICA BATISTA CORREA CALABRIA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008778-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AUGUSTO ALBERTO IGLESIAS FERREIRA FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEI GUEDES FERREIRA OAB - MT7900-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A

(ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005814-52.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MATHEUS SILVA SOUZA DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
EDYEN VALENTE CALEPIS OAB - MS8767-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003165-04.2016.8.11.0005
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
RAUL LARA LEITE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CECILIANA MARIA FANTINATO VIEIRA OAB - MT8464-A (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
NADSON JENEZERLAU SILVA SANTOS OAB - SP203049-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAUL LARA LEITE (APELADO)
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NADSON JENEZERLAU SILVA SANTOS OAB - SP203049-O (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
CECILIANA MARIA FANTINATO VIEIRA OAB - MT8464-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014420-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELIA SEBASTIANA PEREIRA DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANE BORDIGNON DA SILVA OAB - MT13282-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME PARQUE CHAPADA DIAMANTINA INCORPORACOES SPE LTDA (AGRAVADO)
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FIALHO PINTO OAB - MG108654-O (ADVOGADO)
CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA OAB - MT16160-S (ADVOGADO)
ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA OAB - MG80055-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001645-10.2016.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
TAMIL SERVICOS DE BENEFICIAMENTO DE CEREAIS E LOCACAO DE BENS LTDA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA OAB - MT11011-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA APARECIDA LUCIO DE GOES (EMBARGADO)
SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A (EMBARGADO)
MARCOS ANTONIO VIMERCATI (EMBARGADO)
SANDRA MARIA FORTUNATO VIMERCATI (EMBARGADO)
ADEMIR ORTIZ DE GOES (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA OAB - MT9977-O (ADVOGADO)
TIAGO BUENO DA SILVA OAB - MT182260-A (ADVOGADO)
ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI OAB - SP198905-O (ADVOGADO)
LUANA KLIMIUK OAB - MT18089-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012616-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREMAQ-MAQUINAS AGRICOLAS LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELMA ADRIANA DA SILVA OAB - MT6049-B (ADVOGADO)
GUILHERME DE ARRUDA CRUZ OAB - MT12642-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015754-51.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO APARECIDO MIRANDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS JUNIOR OAB - MT9674-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000890-91.2013.8.11.0036
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DA AMAZONIA SA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO AUGUSTO BORGES OAB - MT6189-O (ADVOGADO)
JESSICA CAROLINA OLIVEIRA LOPES ARGUELLO OAB - MT15330-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GILSON BARBOSA DE FREITAS (EMBARGADO)
NILVA MARTINS CUNHA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ISAIAS CAMPOS FILHO OAB - MT2470-O (ADVOGADO)
STELLA CRISTTINA QUEIROZ OAB - MG91318-O (ADVOGADO)
LARAH BEATRISSIA QUEIROZ OLIVEIRA OAB - MT8126-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
FERNANDO APARECIDO DINATO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUZIANO ALVES TEIXEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

M R SANTOS - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0017427-84.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LOTUFO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAM KHALIL OAB - MT6487-O (ADVOGADO)
OMAR KHALIL OAB - MT11682-O (ADVOGADO)
JOSE ANDRE TRECHAUD E CURVO OAB - MT6605-O (ADVOGADO)
JULIANA CATHERINE TRECHAUD OAB - MT12958-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO APARECIDO DA CUNHA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GLAUBER LARA DIAS OAB - MT11770-O (ADVOGADO)
DANIEL LUIS PADILHA E SILVA OAB - MT11637-O (ADVOGADO)
HERNANI ZANIN OAB - MT11770-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008842-55.2017.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TEREZINHA DE JESUS SCHIRMER MATTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALVARO DA CUNHA NETO OAB - MT12069-O (ADVOGADO)
ABEL SGUAREZI OAB - MT8347-A (ADVOGADO)
EDENIR RIGHI OAB - MT8484-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000894-28.2018.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SAFRA S A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO DE SOUZA MOSCOSO OAB - DF18116-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RONTA COMERCIAL LTDA. (EMBARGADO)
COBREMACK INDUSTRIA DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLESIO BORTOLAS OAB - MT17544-A (ADVOGADO)
BRUNO GONCALVES RIBEIRO OAB - SP263339-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003662-41.2017.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
TANIA BERTON (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS FRATARI DA SILVEIRA TAVARES OAB - MT11445-A (ADVOGADO)
ITAMAR DE CAMARGO VIEIRA JUNIOR OAB - MT13224-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0020383-34.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA CRISTINA DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO DE AMORIM MACEDO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO ANIS FAIAD OAB - MT3520-O (ADVOGADO)
SEBASTIAO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6499-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. A. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001336-40.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A. MIERCALM & J. DE BARROS LTDA - ME (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO MARTINS DE OLIVEIRA OAB - MT5958-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000207-34.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROZENILDA BONIFACIO DE MATOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE SERGIO MARTINS RIBEIRO OAB - MT14310-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1027468-20.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA AMELIA SARAIVA OAB - SP41233-O (ADVOGADO)
CAMILA BRESSAN DE SOUZA OAB - SP272255 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HERON MOREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON ALEXANDRE MOREIRA NUNES OAB - MT16206-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO

1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010691-23.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVIANE SIQUEIRA SANTANA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000150-37.2011.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GEVALDO ANTONIO DE OLIVEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARNALDO SILVA ARAUJO OAB - MT13840-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002043-85.2018.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIA MOREIRA DE SOUSA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA LOURENCO SILVA OAB - MT20409-A (ADVOGADO)
WESLEY EDUARDO DA SILVA OAB - MT13617-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
THAMIRES RIBEIRO WANDERLEY (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GIRLENE DE OLIVEIRA SOLETO OAB - MS25008 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE SABINO MOREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010867-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO APARECIDO SCAQUETE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO SILVA FERREIRA OAB - MT20957-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
seguradora Lider (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1030301-74.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CESARIO RODRIGUES DE SALES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAMILA RENATA DE SOUSA ESCOLA OAB - MT22954-A (ADVOGADO)
PATRICIA DA SILVA PEREIRA OAB - MT25769/O-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA OAB - RJ160435-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014240-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
P. C. D. S. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SIDINEIA DELFINO LIRA FALCO OAB - MT14726/O (ADVOGADO)
WELLYSON BRAGA MENDES OAB - MT21026-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
EVERTON FERREIRA DA SILVA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013938-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TADEU CERBARO OAB - RS38459 (ADVOGADO)
ELOI CONTINI OAB - MT35912-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
R. P. DE ARAUJO & CIA LTDA - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0015101-98.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VIVO S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIO IGAXIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLESIO BORTOLAS OAB - MT17544-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0025983-17.2008.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBER SILVA DE CAMPOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON MOLINA PORTO OAB - MT12790-O (ADVOGADO)

Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006227-46.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
FORTESUL ALARMES E SEGURANCA EIRELI - EPP (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO DA COSTA ARAUJO LIMA OAB - GO26929 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TRANSVUPT TRANSPORTES E ENTREGAS RAPIDAS LTDA - ME (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO GOMES BRESSANE OAB - MT8616-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1020208-23.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
seguradora Lider (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDINEY BENEDITO MIRANDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GISELY RODRIGUES MACHADO OAB - MT22410-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011266-94.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CIRO JOAO DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB - MT7960-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011074-28.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR AUGUSTO TERRA OAB - PR17556-A (ADVOGADO)
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO OAB - PR16948-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SENIOR GRUPO EMPRESARIAL LTDA - ME (APELADO)
Outros Interessados:
GRUPO SUPERMERCADO REAL LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0038638-45.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRB BANCO DE BRASILIA SA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO MARCELO SANTOS DE ALMEIDA (APELADO)
RICARDO JOSE BETT CORREIA (APELADO)
CONSTRUTORA CANINDE LTDA - EPP (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0026604-72.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-A (ADVOGADO)
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-O (ADVOGADO)
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDMILSON GONCALVES DE SOUZA (APELADO)
RODOSOLO LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA (APELADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011967-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS TADEU DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ODAIR APARECIDO BUSIQUIA OAB - MT11564-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE ROBERTO PIMENTEL (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ORTIZ GONSALEZ OAB - MT4066-A (ADVOGADO)
IRACEMA HATSUE NAKANIWA ORTIZ OAB - MT10842-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
NELCIA ROSALINA DA CUNHA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015866-87.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAQUIM JOSÉ DIAS PEDROSA (AGRAVANTE)
MIDIA HELENA DE OLIVEIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUNICE DE SOUZA OAB - MT3572-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EGIDIO ALEXANDRE MARTINS TROJAN (AGRAVADO)
JOAO ERNESTO SEGABINAZZI TROJAN (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO PEREIRA GARAVAZO OAB - MT17941-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA

DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014013-43.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LIBERALLI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ABEL SGUAREZI OAB - MT8347-A (ADVOGADO)
EDENIR RIGHI OAB - MT8484-O (ADVOGADO)
ALVARO DA CUNHA NETO OAB - MT12069-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NSANTIN - ENGENHARIA LTDA - EPP (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015176-58.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DIAG-RAD DIAGNOSTICOS RADIOLOGICOS LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL CRISTINA ROCKEMBACH BLEICH OAB - MT7655-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELVIS ANTONIO KLAUK JUNIOR OAB - MT15462-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002738-86.2015.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO OAB - SP12363-O (ADVOGADO)
LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES OAB - SP237733-O (ADVOGADO)
JOAO RICARDO RIZZO OAB - SP386338 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LIANE MARGARETE FERRETTO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IVAN CARLOS SANTORE OAB - MT6170-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011203-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OI MOVEL S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIANE MOREIRA DA SILVA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON CORREA DA SILVA OAB - MT22655-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008288-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IZONILDES PIO DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-A (ADVOGADO)
ELISSON APARECIDO DE SOUZA ALMEIDA OAB - MT12937-O (ADVOGADO)
AERLISON ALONSO DE SOUZA SILVA OAB - MT23786-O (ADVOGADO)
RICARDO HENRIQUE COUTINHO DOS SANTOS OAB - MT12882-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOESTER EMANUELLITA MOHN DE ABREU (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014701-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TEQUENDAMA AGROPECUARIA LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CINTIA COMERCIO E REVESTIMENTOS DE VEICULOS EIRELI - ME (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JANE RODRIGUES BARROS OAB - MT13028-O (ADVOGADO)
CESAR LIMA DO NASCIMENTO OAB - MT4651-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003230-69.2008.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON LUIZ STELLATO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL ESTEVES STELLATO OAB - MT10825-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA DE FÁTIMA RABELO JÁCOMO (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANCISCO CARLOS LARA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ FERNANDO RIBEIRO PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MAMEDE STELLATO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0030895-76.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
EDINEIA MOREIRA DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME AUDAX CEZAR FORTES OAB - MT19089-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AMERICEL S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON OAB - MT12099-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO

1.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009162-03.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED RONDONOPOLIS COOPERATIVA DE TRAB MEDICO LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO CIRILO OAB - MT5448-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
N. J. G. D. J. (APELADO)
Outros Interessados:
RENATA PATRICIA DE JESUS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 1.

Protocolo Número/Ano: 33830 / 2019
REC. EMB. DECLARAÇÃO Nº 33830/2019 (OPOSTO NOS AUTOS DO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 149343/2016 - CLASSE: CNJ-202) COMARCA CAPITAL
EMBARGANTE - INTEGRAL ADMINISTRAÇÃO DE BENS S. A. (Advs: Dr. JOSE ROBERTO UGEDA - OAB 2958-A/MT, Dra. MÁRCIA FERREIRA DE SOUZA - OAB 4410/MT), EMBARGADO - ANTONIO POMPEU PAES DE CAMPOS E OUTRA(s) (Advs: Dr. CÁSSIO FELIPE MIOTTO - OAB 7252/MT), EMBARGADO - G. W EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (Advs: Dr. FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - OAB 7348/MT, Dr(a). MARIA RITA SOARES CARVALHO - OAB 12895/MT, Dr(a). OUTRO(S))
INTIMAÇÃO PAUTA: Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18/12/2019, às 14 horas, no PLENÁRIO 1. Pedido de sustentação oral, nos casos previstos no art. 93, § 13, do Regimento Interno do TJMT, preferência e Memoriais podem ser encaminhados para o email da terceira.secretariadireitoprivado@tjmt.jus.br até 24 horas de antecedência, dispensando-se o preenchimento de cadastro na sessão. Ass.: EXMO. SR. DES. DIRCEU DOS SANTOS - RELATOR(A)

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005423-59.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR DE SANTANA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR DE SANTANA (APELADO)
ADAIANE APARECIDA NOTTE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDILO TENORIO BRAGA OAB - MT14070-O (ADVOGADO)
ELISANGELA MARCARI OAB - MT10297-B (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0005423-59.2013.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006358-72.2014.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
MARCOS VINICIUS LUCCA BOLIGON OAB - MT12099-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA SOUZA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARTUR DENICOLO OAB - MT18395-O (ADVOGADO)
ALBANO DENICOLO OAB - MT13516-B (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0006358-72.2014.8.11.0045 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018241-96.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CAROLINA ATALA CASTILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANESSA DE OLIVEIRA NOVAIS OAB - MT6801-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VLADIS FELSKY DOS ANJOS (APELADO)
CLINICA KAROL WOJTYLA CIRURGIA PLASTICA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE JOAQUIM OVELAR OAB - MT25071-O (ADVOGADO)
PEDRO OVELAR OAB - MT6270-O (ADVOGADO)
LIVIA COMAR DA SILVA OAB - MT7650-B (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0018241-96.2012.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005786-40.2017.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
R. H. F. B. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA SEVERINO NUNES PARREIRA OAB - MT18718-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A. C. M. R. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANNA CAROLINA MOREIRA DA SILVA REBELATTO OAB - MT26360-O (ADVOGADO)
AURINO DE SOUZA CARDOSO OAB - MT26300-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
L. F. M. B. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

Certifico que o Processo nº 0005786-40.2017.8.11.0004 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0016087-20.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO O DANTAS - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO SAITO OAB - MT13392-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WALDEMIR BATISTA DOS SANTOS (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0016087-20.2015.8.11.0003 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010800-21.2011.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NERY & NERY LTDA - ME (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0010800-21.2011.8.11.0002 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0008721-94.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO BOMBARDA (APELANTE)
KATIA BERTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SOARES MARTINAZZO OAB - MT9925-B (ADVOGADO)
LUCIANE SOARES MARTINAZZO OAB - MT13561-O (ADVOGADO)
DIRCEU TAMANHO OAB - MT5827-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE MARCO ANTONIO ALVES DE MELO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALINE MORGANA BETTIO OAB - MT6099-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0008721-94.2017.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. DIRCEU DOS SANTOS.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001564-31.2004.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - PR56918-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SILVINO RUPOLO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001564-31.2004.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA.

Quarta Câmara de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018872-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AFARE I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA MENDONCA COSTA OAB - SP195829-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOUIZE HONORATO DE FREITAS (AGRAVADO)
ALEXANDRE AUGUSTIN (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018872-05.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018883-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARAMIS CARLOS BERNINI (AGRAVANTE)
NEIDE ZANASI BERNINI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA CRISTINA MAYER OAB - MT18586-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIPAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (AGRAVADO)
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA CELESTE LTDA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018883-34.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018888-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELINO RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVANTE)
ABGAIL GENTIL (AGRAVANTE)
ANNA KAROLINA GENTIL RODRIGUES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA JULIA BARKOSKI DE OLIVEIRA OAB - MT21784O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 1ª VARA CÍVEL DE RONDONOÓPOLIS-MT (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018888-56.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018890-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
L. D. O. C. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. C. S. D. O. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018890-26.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018893-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SELMA CRISTINA BATISTA GUIDES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIR BLEMER DE CARVALHO OAB - MT11595-O (ADVOGADO)
SONIA MARIA HOFMAN OAB - MT25551/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVADO)
LOJAS RIACHUELO SA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018893-78.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018902-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIOLA BORGES DE MESQUITA OAB - SP206337-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RHAYFF FERREIRA BIAVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018902-40.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018921-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JANDIRA DO CARMO VALERIANO SANTOS (AGRAVANTE)
ANTONIO DIOGENES PAIM (AGRAVANTE)

IZAURINA PEREIRA HENRIQUE (AGRAVANTE)
ADELINO ZANANDREA (AGRAVANTE)
EDITH PEREIRA DE LIMA CAMPOS (AGRAVANTE)
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA MOURA (AGRAVANTE)
REGINA AMARAL DE QUEIROZ (AGRAVANTE)
MARILENE DA SILVA GOMES (AGRAVANTE)
ANTONIO ILTON DOS SANTOS (AGRAVANTE)
IVANILDE ROSA DE JESUS (AGRAVANTE)
MARLENE TEIXEIRA CAMPOS (AGRAVANTE)
MARISTELA ALVES MOREIRA (AGRAVANTE)
AECIO PAULO RIBEIRO (AGRAVANTE)
MARIA DAS NEVES DA COSTA RONDON (AGRAVANTE)
RONDINELY BATUARES DA CONCEICAO (AGRAVANTE)
JOAQUIM FRANCISCO DOS ANJOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE SOUZA GALVAO OAB - RS73825-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO SEGUROS S/A (AGRAVADO)
CAIXA SEGURADORA S/A (AGRAVADO)
Outros Interessados:
Caixa Econômica Federal - CEF (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1018921-46.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Informação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018927-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. S. A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018927-53.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012609-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
V. R. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA INA GRAMKOW MESQUITA OAB - MT8196-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
S. S. S. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEIZIANE PADILHA DA SILVA OAB - MT14834-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
K. F. C. S. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1012609-54.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: VANDERSON RIZZATTO SHEBABO AGRAVADO: S.S.S. neste ato representada por sua mãe KARLA FABIANA CERZOSIMO SANCHES DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA – ACORDO EM UM SALÁRIO MÍNIMO E MEIO – PEDIDO DE REDUÇÃO PARA UM SALÁRIO MÍNIMO – INCAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE NÃO DEMONSTRADA DE PLANO – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA INDISPENSÁVEL – DECISÃO MANTIDA - ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE GUARDA PARA A COMPARTILHADA – QUESTÃO NÃO ANALISADA EM PRIMEIRO GRAU – APRECIAÇÃO POR ESTA CORTE VEDADA – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NESSE PONTO NÃO PROVIDO. Deve ser mantido o valor dos alimentos definido pelo juízo de origem, até que a instrução probatória forneça a segurança imprescindível para uma solução definitiva com base no binômio necessidade/possibilidade. É vedada a apreciação pelo Tribunal de matéria que não foi objeto da decisão recorrida, sob pena de incorrer em supressão de instância e consequente violação ao duplo grau de jurisdição.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002341-22.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
S. M. D. N. L. (APELANTE)
G. L. T. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARAES OAB - MT3749-A (ADVOGADO)
JAQUELINE DE ANGELO NASCIMENTO OAB - MT13427-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A. M. R. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KASSIO BARBOSA DA SILVA OAB - MT155620-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
F. R. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
E. D. D. T. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
G. C. A. (TERCEIRO INTERESSADO)
S. M. D. N. L. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
A. C. R. A. (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0002341-22.2014.8.11.0003 APELANTES: SANDRA MARISA DO NASCIMENTO LOTEK e G.L.T.. APELADO: ANA MARIA RODRIGUES DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS – PROCEDÊNCIA PARCIAL – CONDENAÇÃO DA RÉ/APELANTE EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – IRRESIGNAÇÃO – NÃO CABIMENTO – DECAIMENTO MÍNIMO DOS PEDIDOS CONSTANTES NA INICIAL –LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES– INVIABILIDADE – DOLO NÃO CONFIGURADO - SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. Em consonância com o princípio da causalidade e diante da sucumbência mínima da autora/apelada, os ônus sucumbenciais devem recair inteiramente sobre a ré/apelante. “Sem a prova do comportamento maldoso da parte e, ainda, da existência efetiva do dano não se configura a litigância de má-fé (REsp nº. 220.162/ES).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1014532-89.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA CRISTINA GOMES DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ARTIGO 85, §8° DO CPC - RAZOABILIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fundamento no artigo 85, §8º, do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000534-92.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
IZABELIZINHA REDZAPRONIO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPPE BENDER TAQUES OAB - MT18590-O (ADVOGADO)
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)

Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE ANULABILIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO FIRMADO COM INDÍGENA IDOSO E ANALFABETO – AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO PÚBLICO - VALIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA – ART. 373, II, CPC – DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR – RESTITUIÇÃO EM DOBRO DEVIDA – DANO MORAL CONFIGURADO – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. Não comprovada pela instituição financeira a regularidade na contratação do empréstimo com a parte, que é pessoa indígena, idosa e analfabeta, torna-se inexistente o débito efetivado no benefício da aposentadoria, condição que enseja a restituição em dobro (art. 42, CDC) e configura ato ilícito passível de reparação. Demonstrados os requisitos da reparação civil, cabível a indenização a título de dano moral, máxime porque o desconto indevido se deu sobre verba de natureza alimentar.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006823-03.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VERA MARIA DOS SANTOS SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALERIA DIAS CARDOSO OAB - MT21850-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)

APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS – EMPRÉSTIMO CONTRATADO EM TERMINAL ELETRÔNICO – ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO - LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA – ART. 373, II, CPC – DANO MORAL – NÃO CONFIGURADO - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. O fato de o empréstimo ter sido supostamente contratado em terminal eletrônico, mediante utilização de cartão e senha pessoal, não afasta a possibilidade de ocorrência de fraude, máxime por se tratar a parte de pessoa idosa. Não comprovada pela instituição financeira a validade da contratação, a rescisão do contrato com a declaração da inexistência do débito é medida que se impõe. Embora a situação enfrentada possa acarretar desconforto ao consumidor, tal circunstância não ultrapassa o mero aborrecimento cotidiano, que não configura lesão à honra ou violação à dignidade humana, máxime porque não resultou em descontos de valores do benefício previdenciário da demandante ou na inscrição indevida do seu nome em órgãos restritivos de crédito. Com a alteração na condenação, a sucumbência deve ser redimensionada.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1022324-02.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IVETE LUCIA VILAR DE QUEIROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA FREIBERG OAB - RS55832-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - EXTINÇÃO POR PRESCRIÇÃO - INTERRUPÇÃO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL - PROPOSITURA DE MEDIDA CAUTELAR PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - VERIFICADA - PRESCRIÇÃO AFASTADA - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. É quinquenal o prazo prescricional para o ajuizamento de cumprimento de sentença de ação civil pública. O ajuizamento de Medida Cautelar de Protesto n° 2014.01.1148561-3 pelo Ministério Público, no âmbito da Ação Civil Pública n° 1998.01.1.016798-9, teve o condão de interromper a contagem do prazo prescricional para propositura de cumprimento individual de sentença coletiva.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000528-85.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE21233-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAIZA RO OPINI O (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0000528-85.2018.8.11.0110 EMBARGANTE: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A EMBARGADO: MAIZA RO OPINI O DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE ANULABILIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DISPONIBILIZAÇÃO DO MONTANTE DO EMPRÉSTIMO NÃO COMPROVADA – COMPENSAÇÃO DE VALORES INDEVIDA - AUSÊNCIA DAS SITUAÇÕES ELENCADAS NO ART. 1.022 DO CPC - PROPÓSITO DE REDISCUTIR A MATÉRIA – INVIABILIDADE – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Indefere-se o pedido de compensação de valores se o réu não comprova a disponibilização do montante do empréstimo ao autor. Nega-se provimento aos Embargos de Declaração quando não verificados os vícios indicados pelo embargante mas sim o propósito de rediscutir o mérito da lide.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007603-40.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESMAEL ALVES DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ARTIGO 85, §8° DO CPC - RAZOABILIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fundamento no artigo 85, §8º, do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1035929-78.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VILMAR MARQUES FERREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIX SIGUEAK ARIMA FILHO OAB - MT2676-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA BARBOSA DA MATA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANESSA DE OLIVEIRA NOVAIS OAB - MT6801-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1035929-78.2017.8.11.0041 APELANTE: VILMAR MARQUES FERREIRA APELADO: SONIA BARBOSA DA MATA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE SOBREPARTILHA – DIVÓRCIO CONSENSUAL COM PARTILHA – DIVISÃO DE SALDO DE FGTS E DIREITOS TRABALHISTAS RECEBIDOS PELA APELADA – INVIABILIDADE – CIÊNCIA DOS CRÉDITOS NO MOMENTO DA HOMOLOGAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE BENS SONEGADOS OU CONSTATADOS POSTERIORMENTE - NÍTIDO ARREPENDIMENTO POSTERIOR – SENTENÇA MANTIDA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APLICAÇÃO DO ARTIGO 85, §11, DO CPC - RECURSO NÃO PROVIDO. Não se justifica a sobrepartilha quando demonstrado nos autos que no momento da partilha amigável a parte tinha prévio conhecimento da existência dos créditos reclamados. Ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar o valor dos honorários advocatícios, levando em conta o

trabalho adicional realizado nessa fase (art. 85, §11, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0043952-35.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
A. A. DE FIGUEIREDO - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE BARBOSA OAB - MT15056-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SBARDELLINI CIA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WAGNER MAX TAVARES DOS SANTOS SILVA OAB - MT15472-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0043952-35.2014.8.11.0041 APELANTE: A. A. DE FIGUEIREDO - ME APELADO: SBARDELLINI CIA LTDA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INCLUSÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E REGISTRO DE PROTESTO - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA DEMONSTRADA - PREJUÍZO EXTRAPATRIMONIAL NÃO CONFIGURADO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APLICAÇÃO DO ARTIGO 85, §11, DO CPC - RECURSO NÃO PROVIDO. Nas ações declaratórias negativas de dívida, se o réu cumpre o encargo de comprovar a legitimidade da cobrança (art. 373, II, do CPC/2015), conclui-se pela licitude da inscrição em órgão de proteção ao crédito e no registro de protestos, o que afasta a alegação de dano moral suscetível de reparação civil. Ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar a verba honorária anteriormente definida, levando em conta o trabalho adicional realizado nessa fase (art. 85, §11, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0024596-20.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCIA XAVIER DE MORAIS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO DANIEL OAB - MT9173-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS S/A (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO – APELAÇÃO – SEGURO DE AUTOMÓVEL – ACIDENTE QUE RESULTOU NA PERDA TOTAL DE VEÍCULO SEGURADO, CUJA CAUSA FOI ATRIBUÍDA AO ESTADO DE EMBRIAGUEZ DO CONDUTOR DO VEÍCULO – AGRAVAMENTO DO RISCO DO ACIDENTE NÃO DESCONSTITUÍDO – NEGATIVA DE COBERTURA QUE SE MOSTRA LEGÍTIMA – DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO – SENTENÇA MANTIDA – OMISSÃO NÃO VERIFICADA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS – ACÓRDÃO MANTIDO. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que, a embriaguez, por si só, não exclui o direito à indenização decorrente de contrato de seguro, exceto quando esse fator promover significativo incremento do risco de ocorrência do sinistro, circunstância esta que não foi desqualificada no caso concreto, que se refere a seguro de automóvel e não a seguro de vida, em que a cobertura é mais ampla. Os embargos de declaração, cuja missão é completar o acórdão embargado por meio de sua função integrativa, tem por objeto sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, caso ocorra, e não propriamente a modificação do julgado. Ainda que para fins de prequestionamento, os Embargos de Declaração devem, necessariamente, apontar a obscuridade, contradição ou omissão presente no acórdão recorrido.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018171-89.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DAVID POSPIECHA - ME (EMBARGANTE)
DAVID POSPIECHA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALMIR ANTONIO PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4284-O (ADVOGADO)
WILLIAN PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT4617-O (ADVOGADO)
GABRIELLA DE SOUZA MACHIAVELLI OAB - MT19727-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DAVID POSPIECHA - ME (EMBARGADO)
BANCO BRADESCO SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO – APELAÇÃO – EMBARGOS DE DEVEDOR JULGADOS IMPROCEDENTES – REVISÃO DE CÉDULA BANCÁRIA – TITULO EXECUTIVO (LEI 10.931/2004) – CERCEAMENTO DE DEFESA POR FALTA DE PROVA PERICIAL NÃO VERIFICADA – LIMITAÇÃO DE JUROS EM 12% A.A. E ABUSIVIDADE NÃO DEMONSTRADA – CAPITALIZAÇÃO MENSAL – POSSIBILIDADE DA PACTUAÇÃO PARA OS CONTRATOS POSTERIORES A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.963-17 – APELAÇÃO DESPROVIDA – SENTENÇA MANTIDA – OMISSÃO NÃO VERIFICADA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. A orientação jurisprudencial é no sentido de não ser necessária a realização de prova pericial, máxime se as provas já produzidas se revelam suficientes para tanto, para análise de pedido de revisão de contrato bancário. A Lei 10.931/2004 prescreve como título executivo a cédula bancária e não exige para tanto a assinatura de duas testemunhas. Pacífico o entendimento de não limitação dos juros em 12% a.a.. Não demonstrada abusividade na contratação é de ser mantida a taxa de juros pactuada.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0042561-11.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VITAL DENTE ODONTOLOGIA LTDA - ME (EMBARGANTE)
DENTE FACIL ODONTOLOGIA LTDA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO IBRAHIM CAMPOS OAB - MT13296-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RITA DE CASSIA LEMES PRADO (EMBARGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE – NÃO DESCONSTITUÍDA - AUSÊNCIA DE PROVAS DA CAPACIDADE FINANCEIRA DA APELADA – RECURSO DESPROVIDO - CONTRADIÇÃO – REANÁLISE DE MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE PELA VIA ELEITA – RECURSO DESPROVIDO. A declaração de hipossuficiência para fins de obtenção da assistência judiciária goza de presunção relativa de veracidade e cabe à parte adversa a produção de prova em contrário. Se o impugnante não logrou êxito em demonstrar a capacidade financeira da parte, mantém-se a decisão que rejeitou o incidente de impugnação à justiça gratuita. A contradição passível de correção via Embargos Declaratórios é apenas aquela endoprocessual, ou seja, a que existe dentro de determinada decisão, e não suposta divergência entre a tese, fatos ou provas trazidas. Os embargos de declaração não se prestam ao rejulgamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005780-07.2017.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAIANE CRISTINA DE LIMA SOUZA OAB - MS21463 (ADVOGADO)
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCAS PEREZ DE AMORIM - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WOLNEY CEZA MESQUITA TOLEDO OAB - MT7260-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LUCAS PEREZ DE AMORIM (TERCEIRO INTERESSADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS DE DEVEDOR – JUROS DE MORA FIXADO EM 1% AO MÊS – PERCENTUAL EM CONFORMIDADE COM OS CÁLCULOS APRESENTADOS NA AÇÃO EXECUTIVA – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO DA EXEQUENTE/EMBARGADA DE DEVEDOR – JUSTIÇA GRATUITA – DEFERIMENTO TÁCITO – AUSÊNCIA DE SITUAÇÃO QUE

DEMONSTRA A NECESSIDADE DE REVOGAÇÃO DA BENESSE – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. Considerado que a sentença recorrida sequer altera os cálculos apresentados na ação executiva, no que se refere ao percentual estabelecido para os juros moratórios, não falar em prejuízo parte recorrente. O STJ, em orientação mais recente (março de 2019), considerou tácito o deferimento de justiça gratuita decorrente de falta de indeferimento expresso e fundamentado do pedido de assistência judiciária formulado pela parte (REsp 1721249/SC, julgado em 12/03/2019). No caso em que a parte beneficiária da gratuidade da justiça não praticou qualquer ato incompatível com o seu pleito, não há falar em revogação de concessão da benesse.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000766-45.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANA MACIEL ESCOBAR (APELANTE)
PAULO MORELI (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO MORELI OAB - PR13052-O (ADVOGADO)
ELIANA MACIEL ESCOBAR OAB - MT16695-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - JUROS DE MORA - INCIDÊNCIA A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO MATERIAL DA DECISÃO – CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO – SÚMULA 14 DO STJ - RECURSO DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça estabelece que a base de cálculo dos honorários advocatícios sobre o valor da causa, seja atualizada monetariamente a partir do ajuizamento da demanda, nos termos da Súmula 14/STJ, até a data do efetivo pagamento, e acrescida de juros moratórios a partir do trânsito em julgado desta decisão que define a condenação em honorários sucumbenciais.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015701-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAUCARD S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ OAB - MT22131-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA PIERINI DE JESUS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL RIBEIRO DA GUIA OAB - MT14169-O (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO BUSCA E APREENSÃO – DECISÃO QUE DETERMINA A RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO – MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL – VALOR RAZOÁVEL - DESNECESSIDADE DE LIMITAÇÃO TEMPORAL - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO Mostra-se devido o arbitramento de multa diária para efetividade de ordem judicial, mormente se o valor foi fixado de forma razoável. O art. 537, § 4º do CPC explicita que a multa diária "incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado", portanto desnecessário limitar a sua incidência.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001300-09.2017.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
OLAVO VICENTE FRIEDRICH (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA CRISTINA MAYER OAB - MT18586-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DOMINGOS WEISEMANN (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JULIANO TRAMONTINA OAB - MT4728-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – PEDIDO EXPRESSO DE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL E PERICIAL – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – SENTENÇA QUE JULGA IMPROCEDENTE O PEDIDO, AO FUNDAMENTO DE FALTA DE PROVAS – CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO – NULIDADE DECRETADA – RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA INSTRUÇÃO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Caracteriza-se cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando a prova dos autos não é suficiente à solução do conflito. Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça "evidenciando-se a necessidade de produção de provas, pelas quais, aliás, protestou o autor, ainda que genericamente, constitui cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, fundado exatamente na falta de prova do alegado na inicial." (STJ. REsp 7.267-RS).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015886-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EVANDRO ROBERTO CORTEZIA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALANDARC DA ROSA DANTAS OAB - MT8140-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CLOVIS ROGERIO CORTEZIA (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE FAZER – SENTENÇA QUE DETERMINOU A BAIXA DAS RESTRIÇÕES DOS VEÍCULOS - BAIXA REALIZADA APÓS TRÊS ANOS DO PRAZO ESTIPULADO - MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL – VALOR RAZOÁVEL - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. A multa diária por descumprimento da obrigação (astreintes) fixada de acordo com os parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade não comporta redução, máxime porque o banco requerido somente promoveu a baixa das restrições dos veículos após três anos do prazo estipulado para tanto, sem apresentar justificativa plausível ou qualquer dificuldade para cumprir a decisão que fixou a multa diária.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012497-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GALDINO, SGUAREZI & VIEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA MITER SIMON OAB - MT21400 (ADVOGADO)
CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES OAB - MT14485-O (ADVOGADO)
VITTOR ARTHUR GALDINO OAB - MT13955-O (ADVOGADO)
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROMEU DE AQUINO NUNES OAB - MT3770-O (ADVOGADO)
CINARA CAMPOS CARNEIRO OAB - MT8521-O (ADVOGADO)
NAGIB KRUGER OAB - MT4419-O (ADVOGADO)
NELSON FEITOSA JUNIOR OAB - MT8656-O (ADVOGADO)
WILLIAM JOSE DE ARAUJO OAB - MT3928-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
RODOLFO CORREA DA COSTA JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
CONSTRUTORA E INCORPORADORA TOCANTINS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO – IMPUGNAÇÃO AO CRÉDITO - IMPROCEDENTE – CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – FIXAÇÃO EQUITATIVA - § 8º, DO ART. 85, DO CPC – RAZOABILIDADE – VALOR MAJORADO - DECISÃO PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – CONTRADIÇÃO – AUSÊNCIA – PRETENSÃO DE REJULGAMENTO – PREQUESTIONAMENTO – AUSÊNCIA DE VÍCIOS – RECURSO DESPROVIDO Diante da litigiosidade instaurada na Impugnação, julgada improcedente, cabível a condenação do impugnante ao pagamento de honorários de sucumbência, a serem fixados por apreciação equitativa, nos termos do § 8º, do art. 85, do CPC. Os declaratórios não constituem meio adequado para sanar error in judicando. Não se pode atribuir efeitos infringentes a essa modalidade recursal, cuja vocação se limita a corrigir eventuais defeitos no Acórdão, se no decisum não há omissão, obscuridade ou contradição.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011122-02.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (APELANTE)
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - MT22165-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONILA MARIA ENZWEILER (APELADO)
ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DELCIO ANTONIO DE OLIVEIRA OAB - MT4050-B (ADVOGADO)
LETICIA NISHIMOTO BRAGA CANTONI OAB - MT11072-O (ADVOGADO)
WALLACE ELLER MIRANDA OAB - MT22524-O (ADVOGADO)

APELAÇÕES – AÇÃO DE COBRANÇA – CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA – SEGURO AUTOMÁTICO DE PENHOR RURAL – FINALIDADE DE QUITAR/AMORTIZAR O SALDO DEVEDOR DA CRP – EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE DETERMINA O PAGAMENTO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESTIPULANTE – FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA EM RAZÃO DA COBERTURA DO SEGURO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS DESPROVIDOS. Demonstrado que a finalidade do penhor rural contratado é quitar ou amortizar o saldo devedor da Cédula Rural Pignoratícia, vinculada ao seguro, no caso de perda da safra, o valor da indenização securitária deverá ser utilizado para tal desiderato, porquanto não há falar em pagamento da CRP.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009467-34.2007.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL (APELANTE)
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - MT22165-A (ADVOGADO)
MILENA PIRAGINE OAB - MT17210-A (ADVOGADO)
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONILA MARIA ENZWEILER (APELADO)
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-A (ADVOGADO)
LETICIA NISHIMOTO BRAGA CANTONI OAB - MT11072-O (ADVOGADO)
DELCIO ANTONIO DE OLIVEIRA OAB - MT4050-B (ADVOGADO)
FABIULA MULLER OAB - MT22165-A (ADVOGADO)

APELAÇÕES – AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – NEGATIVA DE COBERTURA DE SEGURO DE PENHOR RURAL – CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE COBERTURA DE SINISTROS QUE ATINJAM LAVOURAS E PLANTAÇÕES EM PÉ E OS RESPECTIVOS PRODUTOS NÃO COLHIDOS – DEVER DE INFORMAÇÃO DA ESTIPULANTE – NÃO DEMONSTRADA – APLICABILIDADE DO CDC À ESPÉCIE – NULIDADE DECRETADA – INDENIZAÇÃO DEVIDA – ALEGADA CARÊNCIA DA AÇÃO ANALISADA EM CONFORMIDADE COM O MÉRITO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS DESPROVIDOS. Na espécie, da forma em que foi inserida a cláusula de exclusão no contrato, sem a informação precisa da contratante, a estipulante não satisfez a contento o dever de informação, incumbência imposta, à luz do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, o que torna ineficaz a cláusula não informada, nem destacada corretamente, sobretudo na hipótese de ser restritiva de direito do consumidor.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001912-05.2009.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
DAYANNE LAZARINI DE PAULA (APELANTE)
PEDRO GOMES FILHO (APELANTE)
PERCIVAL ELEUTERIO DE PAULA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO MIOTTO OAB - MT6862-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULA DE AVILA ASSUNCAO (APELADO)
LANDOALDO CASTELLI (APELADO)
HUMBERTO MAURO DE AVILA ASSUNCAO (APELADO)
MARLENE KATIA BARAZZETTI (APELADO)
ANDRE LUIS DE AVILA ASSUNCAO (APELADO)
CIBELLY RODRIGUES DE SOUZA CARVALHO (APELADO)
MAURO LOPES DE OLIVEIRA (APELADO)
ANTONIO JERAG (APELADO)
VIACAO LEME LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO LUIS DE MELLO OLIVEIRA OAB - MT6848-B (ADVOGADO)

RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO DE USUCAPIÃO – EXTINÇÃO SEM EXAME DO MÉRITO – ARTIGO 485, III, DO CPC – AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS- INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE - NECESSIDADE – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PROVIDO. Se houve o recolhimento das custas processuais de maneira equivocada, antes da extinção do processo, sem exame do mérito, necessário que a parte seja intimada acerca do resultado das providências deferidas pelo magistrado. A extinção da ação, sem exame de mérito, com base no artigo 485, nas hipóteses dos incisos I e III, do CPC, enseja, primeiro, a intimação pessoal da parte para suprir a falta no prazo de cinco dias.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016100-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO J. SAFRA S.A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MICHEL DE ASSIS MAGALHAES OAB - MG91045-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ERIADANY NUNES DE HOLANDA (AGRAVADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DETERMINAÇÃO DO CREDOR PARA CONVERTER A AÇÃO EM EXECUÇÃO – FACULDADE CONFERIDA AO CREDOR AINDA NÃO IMPLEMENTADA – RECURSO PROVIDO. Consoante disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, com redação dada pela lei nº 13.043/2014, o credor fiduciário pode requerer a conversão nos próprios autos, contemplando o pedido de busca e apreensão em ação executiva, quando ocorrer a hipótese de não ser encontrado o bem alienado e/ou não se achar na posse do devedor.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014041-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
H. C. R. MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO OAB - MT5026-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VISA ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALFREDO ZUCCA NETO OAB - SP154694-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CIELO S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – DETERMINAÇÃO DE RESTITUIÇÃO, PELA EXEQUENTE, DE PARTE DE VALOR CONSIGNADO (HÁ MUITOS ANOS - EM 2007) PELA EXECUTADA, PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO IMPOSTA EM ACÓRDÃO, CUJO PEDIDO A EXECUTADA SEQUER FORMULOU – DECISÃO ULTRA-PETITA – NULIDADE VERIFICADA – AGRAVO PROVIDO – DECISÃO SEM EFEITO. Revela-se ultra-petita e comporta o reconhecimento de nulidade, a decisão que resolveu questão fora dos limites da lide, ou seja, sequer arguida pelas partes.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010555-05.2002.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FAMA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (APELADO)
Outros Interessados:

DOMINGOS TEIXEIRA DE GOIS (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0010555-05.2002.8.11.0041 APELANTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO APELADO: FAMA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXECUÇÃO – PRESCRIÇÃO – INTIMAÇÃO PRÉVIA DO CREDOR PARA OFERECER O CONTRADITÓRIO – NÃO OCORRÊNCIA - NECESSIDADE – DECISUM DESCONSTITUÍDO – RECURSO PROVIDO. A extinção da lide por reconhecimento da prescrição deve ser precedida da intimação do autor para se manifestar a esse respeito (art. 487, parágrafo único, c/c art. 10, do CPC). O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição (REsp 1604412/SC).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000421-42.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN S.A. (APELANTE)
ALINE RODRIGUES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
DANILO AMARAL DE FREITAS OAB - MT15476-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN S.A. (APELADO)
ALINE RODRIGUES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
DANILO AMARAL DE FREITAS OAB - MT15476-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0000421-42.2016.8.11.0003 APELANTE: BANCO PAN S.A., ALINE RODRIGUES APELADO: ALINE RODRIGUES, BANCO PAN S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE DANOS MORAIS - RECURSO DO AUTOR – INTEMPESTIVIDADE – RECURSO DO RÉU – GRAVAME EM VEÍCULO DIVERSO – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - CADEIA DE FORNECEDORES - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO LOJISTA E DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA – DANO MORAL CONFIGURADO – VALOR REPARATÓRIO MANTIDO - RECURSO DO AUTOR NÃO CONHECIDO E DO RÉU NÃO PROVIDO. O Recurso Adesivo interposto fora do prazo legal não pode ser conhecido, ante a sua manifesta inadmissibilidade (art. 932, III, do CPC). A anotação indevida de gravame caracteriza conduta ilícita passível de reparação, e o montante fixado a esse título em conformidade com o que vem sendo estipulado pelo STJ e por este Tribunal deve ser mantido. O Código de Defesa do Consumidor (arts. 7º e 34) estabelece a responsabilidade solidária de todos aqueles que integram a cadeia de negócios do produto fornecido ou serviço contratado. Tratando-se de responsabilidade contratual ilíquida, os juros de mora da indenização por danos morais incidem a partir da citação.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1002819-57.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TIAGO DOS SANTOS SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL WASNIESKI OAB - MT15469-S (ADVOGADO)
JOAO PEDRO TEODORO DE OLIVEIRA OAB - MT26118-O (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL CONFIGURADO - VALOR INDENIZATÓRIO EXCESSIVO – REDUÇÃO CABÍVEL - TERMO INICIAL PARA INCIDÊNCIA DOS JUROS – RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL - EVENTO DANOSO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. É fato gerador de danos morais, que decorrem do próprio fato (dano in re ipsa), a indevida manutenção de nome em cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. O quantum do dano moral deve possuir caráter reparatório, mas, também, não pode ser extremamente gravoso ao ofensor. O início dos juros de mora em condenação por danos morais, advindos de relação extracontratual, será a partir do evento danoso (Súmula nº 54/STJ).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017136-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NILO CINTRA DE PAULA (AGRAVADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO COM TUTELA DE URGÊNCIA E DANOS MORAIS – PERÍCIA TÉCNICA POSTULADA PELO AUTOR – DECISÃO QUE DETERMINOU À PARTE REQUERIDA O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS - RESPONSABILIDADE DO AUTOR - BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA - RESPONSABILIDADE DO ESTADO – DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO. A responsabilidade pela remuneração do perito incumbe à parte que houver requerido a prova (art. 95, CPC). O fato de ter sido invertido o ônus da prova em favor do consumidor não transfere ao fornecedor o encargo financeiro de custear a prova requerida pela parte adversa, porque lhe assiste a faculdade de não produzir a prova pericial e arcar com as consequências jurídicas da omissão. Se o autor for beneficiário da justiça gratuita, cabe ao Estado custear o encargo financeiro da prova pericial.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000974-32.2012.8.11.0035
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO FRASSETTO GOES OAB - MT17981-A (ADVOGADO)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO DE ASSIS CAETANO DE LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO ZANCHET GIRARDELLO OAB - MT11033-O (ADVOGADO)

APELAÇÕES - AÇÃO ORDINÁRIA – CESSÃO DE CRÉDITO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE CEDENTE E CESSIONÁRIA - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA - INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – ORIGEM DO DÉBITO NÃO COMPROVADA – NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – DANO MORAL CONFIGURADO - VALOR INDENIZATÓRIO ADEQUADO - SÚMULA 385 DO STJ – INOVAÇÃO RECURSAL – RECURSOS DESPROVIDOS. A instituição financeira que realiza a cessão de crédito inexistente, assim como a cessionária que inscreve o nome de outrem em cadastros restritivos de crédito, é parte legítima para figurar no polo passivo da ação que impugna esse ato. Se a parte autora alega não ter celebrado contrato de empréstimo com o banco requerido, a este incumbe comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, como preceitua o art. 373, II, do CPC. A alegação da apelante quanto à incidência da Súmula 385 ao caso caracteriza inovação recursal, vedada pelo ordenamento jurídico, porquanto não suscitada em momento anterior da lide. É fato gerador de danos morais, que decorrem do próprio fato (dano in re ipsa), a indevida manutenção de nome em cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. O valor arbitrado a título de danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a

conduta abusiva.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1009509-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DIRCO CARLOS PEDRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS STELLATO CALIXTO DOS SANTOS ANDRADE OAB - MT14979-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO APRESENTADO PELO BANCO REQUERIDO – DISPARIDADE ENTRE AS ASSINATURAS – VALIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA - RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES - INEXISTÊNCIA DE MÁ-FÉ – DANO MORAL – NÃO CONFIGURADO – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não comprovada a validade da contratação, a rescisão do contrato com a declaração da inexistência do débito é medida que se impõe, ainda que o valor do empréstimo tenha sido disponibilizado ao consumidor, porquanto se a instituição bancária não procedeu com a devida cautela ao firmar a contratação, deve assumir o risco advindo de sua negligência. Reconhecida a ilegalidade dos descontos, os valores indevidamente debitados da parte comportam restituição na forma simples, porquanto não demonstrada a má-fé do banco requerido. Embora a situação enfrentada possa acarretar desconforto ao consumidor, tal circunstância não ultrapassa o mero aborrecimento cotidiano, que não configura lesão à honra ou violação à dignidade humana. Com a alteração na condenação, a sucumbência deve ser redimensionada.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1015355-97.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO MENDES SOARES (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUMBERTO AFFONSO DEL NERY OAB - MT6945-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ARTIGO 85, §8° DO CPC – RAZOABILIDADE - OMISSÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS - MAJORAÇÃO DEVIDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fundamento no artigo 85, §8º, do CPC. Embargos de declaração providos para sanar omissão quanto à majoração dos honorários advocatícios em fase recursal (art. 85, §11, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1018748-30.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO NUNES DE ALMEIDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ARTIGO 85, §8° DO CPC - RAZOABILIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fundamento no artigo 85, §8º, do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003279-87.2017.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLEITON ROBERTO SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ARTIGO 85, §8° DO CPC - RAZOABILIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fundamento no artigo 85, §8º, do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000819-67.2010.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
SABINO PAES DA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAM DOS SANTOS PUHL OAB - MT24067-O (ADVOGADO)
RICARDO ROBERTO DALMAGRO OAB - MT12205-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A (APELADO)
VERDE TRANSPORTES LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
THIAGO AFFONSO DIEL OAB - MT19144-O (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - CULPA CONCORRENTE DEMONSTRADA PELAS PROVAS PRODUZIDAS - INDENIZAÇÃO MORAL DEVIDA – DANOS MATERIAIS E LUCROS CESSANTES NÃO DEMONSTRADOS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Caracterizada a culpa concorrente do autor e do motorista que dirigia o veículo da empresa ré, há que se julgar procedente o pedido de indenização por danos morais, reduzido o valor da condenação pela metade. Não demonstrados os danos materiais ou os lucros cessantes, não faz o autor jus à indenização ou ao pensionamento mensal. Invertem-se os ônus de sucumbência, para condenar cada uma das partes ao pagamento da metade das custas e dos honorários advocatícios.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007117-55.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUA MENDES DA CRUZ (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANABELL CORBELINO SIQUEIRA DALTRO OAB - MT13544-O (ADVOGADO)
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE - ABATIMENTO DE VALORES PAGOS EM PROCESSO DIVERSO - IMPOSSIBILIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Não é

possível o abatimento da indenização relativa ao seguro obrigatório DPVAT de valores pagos em processo diverso, porque referente a acidente de trânsito distinto.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0025861-62.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI OAB - MT17209-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALENIR ALVES DA SILVA (APELADO)
SEBASTIANA CORACI DE JESUS (APELADO)
JUCELMA PAULINO ALVES (APELADO)
JOVERCINA RODRIGUES DE MELO (APELADO)
VALDETINA RODRIGUES MONTALVAO DA VITORIA (APELADO)
VENIS MARTINS DE MELO (APELADO)
NERI WAGNER (APELADO)
HILARIO WAGNER (APELADO)
ARI CARLOS WAGNER (APELADO)
MIGUEL VIEIRA (APELADO)
POLIANA ALVES PEDROSA (APELADO)
TEKLA WAGNER (APELADO)
NOEMIA MARIA WAGNER PIANI (APELADO)
ARLETE ZANETE WAGNER (APELADO)
ERNESTO BONETI CATANIO (APELADO)
ITELVINA MARTINS DE MELO (APELADO)
IVETE LOURDES COMIM (APELADO)
JAMES ARTE COMIM (APELADO)
DERCIO DE SOUZA BORGES (APELADO)
EDIVAM SOFFA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO FRANCA ARAUJO OAB - MT12621-O (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA MANIFESTAÇÃO ACERCA DOS CÁLCULOS REALIZADOS PELA CONTADORIA - PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO - POSTERIOR MANIFESTAÇÃO GENÉRICA - CERCEAMENTO DE DEFESA - NÃO CONFIGURADO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. O simples indeferimento de pedido de dilação de prazo para manifestação acerca de cálculo judicial não configura cerceamento de defesa, máxime se posteriormente houve manifestação genérica da parte interessada, em que deixou de questionar os cálculos.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007491-30.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
OSMAR PEIXOTO DA MATA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILBERTO BORGES DA SILVA OAB - PR58647 (ADVOGADO)
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB - MT11877-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0007491-30.2015.8.11.0041 APELANTE: OSMAR PEIXOTO DA MATA APELADO: BANCO ITAUCARD S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS A MAIOR – TARIFAS ADMINISTRATIVAS E TAXA DE JUROS – RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - ART. 1.010, II, DO CPC – NÃO CONHECIMENTO NESSE ASPECTO - PRELIMINAR DO APELADO ACOLHIDA EM PARTE - CAPITALIZAÇÃO EM PERÍODO INFERIOR AO ANUAL - ADMISSIBILIDADE, DESDE QUE PACTUADA - REPETITIVO RESP 973827/RS – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS NESTA VIA – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSE PONTO NÃO PROVIDO. O artigo 1.010, inciso II, do CPC exige que o apelante exponha os motivos de fato e de direito com os quais pretende a reforma do decisum. Se as razões apresentadas estão dissociadas dos fundamentos utilizados pelo Juízo a quo, impõe-se o não conhecimento da questão. "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." (REsp 973827/RS). "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada." (REsp 973827/RS). Em caso de não provimento do Recurso, os honorários advocatícios devem ser majorados na 2ª instância (art. 85, §11, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0030429-82.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAYRA MARTINS VILALBA OAB - MT20190-A (ADVOGADO)
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS OAB - SP273843-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0030429-82.2016.8.11.0041 APELANTE: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. APELADO: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS JULGADA PROCEDENTE - PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DA SEGURADORA PELA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA – OSCILAÇÃO DA REDE ELÉTRICA - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – RESPONSABILIDADE OBJETIVA - PERDA DE APARELHOS ELETRÔNICOS - COMPROVAÇÃO POR LAUDO TÉCNICO - POSSIBILIDADE – OBRIGAÇÃO DE REPARAR – RECURSO NÃO PROVIDO. Desnecessária a comprovação de requerimento administrativo como pressuposto à propositura de Ação judicial e indenização, pois violaria o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Aplica-se o CDC nos casos em que a seguradora é considerada consumidora por sub-rogação, exercendo direitos, privilégios e garantias do segurado/consumidor. A responsabilidade das concessionárias de energia elétrica é objetiva, ou seja, independe de culpa, bastando a prova do prejuízo e do nexo de causalidade entre a ação (comissiva ou omissiva) e o dano.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010938-43.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
TERESA PERPETUA DE CARVALHO (APELANTE)
FRANCISCO LIBANIO DE CARVALHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA MICHELLE OLIVEIRA OAB - MT21027-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZENON SOARES DE CASTRO (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ILÍCITO – ACIDENTE DE TRÂNSITO COM ÓBITO – VALOR ARBITRADO À TITULO DE DANO MORAL – MANTIDO – QUANTUM RAZOÁVEL – HIPOSSUFICIÊNCIA DA PARTE REQUERIDA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. O valor estabelecido para a indenização por danos morais no Juízo de origem atende às circunstâncias de fato da causa, porquanto se mostra razoável e condizente com o caráter compensatório, punitivo e pedagógico, notadamente considerado o conjunto probatório que demonstra a hipossuficiência da parte requerida condenada a indenizar, de modo que não comporta majoração.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1018144-69.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RONICLEI NUNES DA SILVA (APELADO)

Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ARTIGO 85, §8° DO CPC - RAZOABILIDADE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fundamento no artigo 85, §8º, do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1022564-54.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DANIELA BEZERRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO)

RECURSO DE APELAÇÃO – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT – BOLETIM DE OCORRÊNCIA INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – NÃO VERIFICADA – FORMULÁRIOS DE ATENDIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR – RELATOS SUFICIENTES SOBRE O SINISTRO E AS LESÕES SOFRIDAS - NEXO CAUSAL DEMONSTRADO – ACIDENTE DE TRÂNSITO CARACTERIZADO - INVALIDEZ PARCIAL PERMAMENTE ATESTADA EM LAUDO PERICIAL JUDICIAL - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - ARTIGO 85, §8° DO CPC - RAZOABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Não há falar em insuficiência probatória do Boletim de Ocorrência, quando satisfatoriamente demonstrado o nexo causal na espécie por meio de todo o conjunto probatório colacionado, com a demonstração do noticiado acidente e do dano decorrente, de modo que a parte autora cumpriu os requisitos exigidos pelo art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que rege o seguro obrigatório DPVAT, e faz jus à indenização securitária proporcional ao grau de invalidez permanente. Em observância aos parâmetros legais que norteiam a matéria, atendidos os critérios da razoabilidade e em prestígio ao exercício da advocacia, impõe-se a manutenção dos honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, com fundamento no artigo 85, §8º, do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002606-24.2014.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAX MAGNO FERREIRA MENDES OAB - MT8093-O (ADVOGADO)
JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES OAB - MT12794-A (ADVOGADO)
IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BUNGE FERTILIZANTES S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOIFER ALEX CARAFFINI OAB - MT13909-B (ADVOGADO)
ZAID ARBID OAB - MT1822-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPÓLIO DE IVO FERREIRA MENDES (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA APARECIDA MENDES (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0002606-24.2014.8.11.0003 APELANTE: FERREIRA MENDES ADVOGADOS ASSOCIADOS APELADO: BUNGE FERTILIZANTES S/A DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DE TERCEIRO - FRAUDE À EXECUÇÃO - NÃO OCORRÊNCIA - ALIENAÇÃO INCAPAZ DE REDUZIR O DEVEDOR À INSOLVÊNCIA - EXISTÊNCIA DE OUTROS BENS PENHORÁVEIS - MÁ-FÉ DOS ADQUIRENTES NÃO DEMONSTRADA - APLICAÇÃO DO ART. 973, INCISO IV DO CPC E DA SÚMULA 375 DO STJ - RECURSO PROVIDO. Conforme com o art. 973, inciso IV do CPC e Súmula 375 do STJ, só há fraude à execução se a alienação no curso da lide for capaz de reduzir o devedor à insolvência, não existindo outros bens penhoráveis, ou se ficar comprovada pelo credor a má-fé dos adquirentes.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002615-13.2007.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA S/A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO MARCON OAB - MT11340-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONIL DE SOUZA E SILVA (APELADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0002615-13.2007.8.11.0041 APELANTE: BANCO FINASA S/A. APELADO: LEONIL DE SOUZA E SILVA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – PROCESSO EM CURSO POR MAIS DE DEZ ANOS - CITAÇÃO NÃO REALIZADA - NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS – PRESCRIÇÃO CONFIGURADA - ART. 206, §5º, I, DO CÓDIGO CIVIL – VEÍCULO APREENDIDO – DESCUMPRIMENTO DOS COMANDOS JUDICIAIS PELO AUTOR – MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DEVIDA - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS NESTA VIA - RECURSO NÃO PROVIDO. O despacho que recebe a petição inicial interrompe a prescrição, desde que a citação ocorra dentro do prazo previsto na legislação processual. Não realizada a citação do réu mais de cinco anos após o ajuizamento da Ação, opera-se a prescrição (art. 206, §5º, I, do CC). É devida a condenação em litigância de má-fé do autor que, após a apreensão do veículo, deixa de atender aos comandos judiciais que visam à citação do réu, e busca apenas a desalienação do automóvel para venda. Em caso de não provimento do Recurso, os honorários advocatícios devem ser majorados na 2ª instância.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0002797-19.2007.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SHIGUETOSHI HIOCOE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO OAB - MT15948-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NAGIB ELIAS QUEDI (APELADO)
MISLENE EVIDA ALVES DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEMILSON NOGUEIRA MOREIRA OAB - MT6491-O (ADVOGADO)
SILVIA JOCIANE LEITE BRANCO OAB - MT7085-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ESPACO IMOVEIS ADMINISTRACAO E SERVICOS EIRELI - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0002797-19.2007.8.11.0002 APELANTE: SHIGUETOSHI HIOCOE APELADO: MISLENE EVIDA ALVES DA SILVA, NAGIB ELIAS QUEDI DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO DE SENTENÇA EM AÇÃO DE DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS – EXTINÇÃO SEM EXAME DO MÉRITO POR INÉRCIA DO AUTOR - DOIS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS – INTIMAÇÃO EM NOME DE APENAS UM DELES – EFICÁCIA – PRELIMINAR REJEITADA - ABANDONO DA CAUSA NÃO CONFIGURADO - SÚMULA Nº 240 DO STJ – APLICABILIDADE – RECURSO PROVIDO. Estando a parte representada por vários advogados e não havendo pedido expresso de que apenas um seja intimado, é válida a publicação em nome de quaisquer deles. A extinção do processo por abandono da causa (art. 485, III, do CPC) só é cabível se, intimado pessoalmente a dar andamento ao feito, o autor permanece inerte (§1º do mesmo dispositivo), além de depender de prévio requerimento da parte adversa.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010784-86.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ITURAN INSTALACOES LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA PENNA NEVES OAB - SP235026 (ADVOGADO)
PRISCILLA SANCHES DE LIMA GOMES HALABLIAN OAB - SP262283

(ADVOGADO)
ANA CAROLINA ESPOSITO VIEITO OAB - SP351703 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VERANICE NUNES BORELI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DARVIN KRAUSPENHAR JUNIOR OAB - MT9061-B (ADVOGADO)
ADRIANO BULHOES DOS SANTOS OAB - MT8182-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0010784-86.2015.8.11.0015 EMBARGANTE: ITURAN INSTALACOES LTDA. EMBARGADO: VERANICE NUNES BORELI DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - OMISSÃO – NÃO OCORRÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS – RECURSO NÃO PROVIDO. Ausentes as hipóteses de omissão, obscuridade ou contradição, nega-se provimento aos Embargos de Declaração, os quais também não se prestam para provocar o reexame de matéria já definida. O julgador não está obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já tiver encontrado motivo suficiente para embasar a decisão. Mesmo para fins de prequestionamento, esta via só é cabível se configurado algum dos vícios a que se refere o artigo 1.022 do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015002-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR PEREIRA (AGRAVANTE)
JUSSARA SIMOES PEREIRA VILELA (AGRAVANTE)
ANA LUZINETE DE MIRANDA (AGRAVANTE)
AMELIA SIMOES PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA MONICA BARROS MULLER COUTINHO OAB - MT15372/O (ADVOGADO)
ELIANE MENDES MULLER AFFI OAB - MT9022-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO CESAR PEREIRA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESPÓLIO DE BENEDITO CESAR PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - LIMINAR CONCEDIDA EM FAVOR DO AUTOR - PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO SINGULAR - FALTA DE ELEMENTOS SUFICIENTES À PRETENDIDA REFORMA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. A concessão de liminar possessória, em seu estágio inicial, está restrita à análise da verificação de situação de fato (posse), cujos pressupostos, para deferimento ou não da liminar, não reclamam a exaustão da prova, mas o convencimento motivado do Julgador acerca do preenchimento dos requisitos. Se os agravantes não trazem elementos suficientes para derruir aqueles adotados na origem, cuja liminar, pela própria essência, tem como condão apenas a preservação dos fatos, impõe-se a manutenção da decisão impugnada, inclusive com o objetivo de evitar sucessivas inversões possessórias, sob pena de tumultuar o processo.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016145-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NEIVO SPIGOSSO (AGRAVANTE)
ROSELIS MARIA TONIAL SPIGOSSO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEANCARLO RIBEIRO OAB - MT7179-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARAMURU ALIMENTOS S/A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON APARECIDO MANOEL JUNIOR OAB - MT5454-B (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1016145-73.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: NEIVO SPIGOSSO, ROSELIS MARIA TONIAL SPIGOSSO AGRAVADO: CARAMURU ALIMENTOS S/A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA – FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE – ALEGAÇÃO DESPROPOSITADA – PRELIMINAR REJEITADA – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – NÃO OCORRÊNCIA – RECURSO NÃO PROVIDO. Não se confunde decisão concisa com ausência de fundamentação. Se o processo não ficou parado por culpa exclusiva da exequente e nem por prazo superior ao da prescrição do direito material postulado (03 anos), visto que o Judiciário contribuiu para isso, assim como, e principalmente, os executados, não cabe o argumento de prescrição intercorrente.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003947-66.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
E. A. MAURICIO & CIA LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO LEONCIO GAIVA NETO OAB - MT13537-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS VILELA DE FREITAS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO JUNIOR QUEIROZ LUZ OAB - GO23787-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ELIANDRO ALVES MAURICIO (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1003947-66.2017.8.11.0002 APELANTE: E. A. MAURICIO & CIA LTDA - ME APELADO: MARCOS VILELA DE FREITAS DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO MONITÓRIA JULGADA PROCEDENTE - CHEQUE PRESCRITO - ORIGEM DA DÍVIDA – REFERÊNCIA DESNECESSÁRIA - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – NÃO CONFIGURAÇÃO – RECURSO NÃO PROVIDO. “Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.” (Súmula 531 do STJ) A mera interposição do Recurso, por si só, não tem conotação de litigância de má-fé e está amparada na legislação processual vigente, bem como nas garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do artigo 5º da CF).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013534-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
F. A. Q. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR FERNANDO PORTELA SALES OAB - MT25098-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
A. S. Q. (AGRAVADO)
J. D. S. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GETULIO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT20906-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
J. D. S. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c alimentos e regulamentação de guarda - PEDIDO DE REDUÇÃO DA VERBA ALIMENTAR – AFASTADO - RECURSO DESPROVIDO. É de se manter a decisão agravada que fixou a verba alimentar em sede de antecipação de tutela em ação de alimentos, porquanto ainda não há prova mais segura acerca da alegação das condições financeiras do alimentante, as necessidades da menor e a capacidade contributiva da mãe.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1001132-39.2016.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOHANNES HENRICUS SCHOLTEN (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADHEMAR MICHELIN FILHO OAB - SP194602 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABRICA DE ARAMES QUIK-LINK LTDA - EPP (AGRAVADO)
BANCO SAFRA S A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - GO33237-A (ADVOGADO)
ALEXANDRY CHEKERDEMIAN SANCHIK TULIO OAB - MS11640-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA

DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1001132-39.2016.8.11.0000 EMENTA RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DUPLICATA – ENDOSSO TRANSLATIVO – INSTITUIÇÃO BANCÁRIA ENDOSSATÁRIA – LEGITIMIDADE PASSIVA CONFIGURADA – DECISÃO REFORMADA – RECURSO PROVIDO I - Não há como olvidar que o banco requerido era portador do referido título, por endosso translativo, e, nesta qualidade, seria ele o credor do valor inserto na duplicata, e não a emitente, porquanto tal endosso constitui, na verdade, a própria transferência de direitos sobre o título em favor de quem o recebe, salvo a existência de "cláusula não a ordem", que então, não permitiria o manejo dos títulos à outrem, o que não restou demonstrado na hipótese. II - Tem-se que, em se tratando de endosso-translativo, inquestionável é a responsabilidade da instituição financeira que apresenta o título para protesto, sendo, portanto, parte legítima para figurar no polo passivo da demanda.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011613-06.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA DE MELLO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IGOR GIRALDI FARIA OAB - MT7245-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0011613-06.2015.8.11.0003 APELANTE: BANCO PAN S.A. APELADO: MARIA APARECIDA DE MELLO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO REALIZADO MEDIANTE FRAUDE – DESCONTO INJUSTIFICADO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - DANO MORAL CONFIGURADO – VALOR DA REPARAÇÃO MANTIDO – JUROS DE MORA DEVIDOS DESDE O ATO DANOSO – REFORMATIO IN PEJUS – VEDAÇÃO - RESTITUIÇÃO DA QUANTIA DISPONIBILIZADA AO AUTOR – AUSÊNCIA DE INTERESSE NESSE ASPECTO - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS NESTA VIA - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSE PONTO NÃO PROVIDO. Não demonstrada a regularidade na contratação, tem-se por inexistente a dívida, e os descontos efetivados indevidamente no benefício previdenciário do autor configuram ato ilícito passível de reparação. O montante indenizatório deve atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como ao caráter satisfativo-pedagógico da medida. Nos casos de responsabilidade extracontratual, os juros incidem desde o evento danoso (Súmula 54 do STJ). Contudo, tem de ser observado o princípio da proibição da reformatio in pejus. Não há interesse recursal no pedido de restituição do valor disponibilizado ao autor se ele já foi depositado nos autos e na sentença inclusive foi determinado seu levantamento. Quando não provido o Recurso, os honorários advocatícios devem ser majorados na 2ª instância (art. 85, §11, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013674-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RAMALHO FRANCOZO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOLEICA FATIMA DE GOES FERMINO DE LIMA OAB - MT4049-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ORIVALDIR DA CRUZ (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA ROSA DE SOUZA OAB - MT22831/O (ADVOGADO)
LEONARDO DE MATOS OAB - MT14561-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 1013674-84.2019.8.11.0000 EMENTA RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – ARRENDAMENTO RURAL – AÇÃO DE DESPEJO – TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA NA ORIGEM – IMPOSSIBILIDADE – NOTIFICAÇÃO EXTEMPORÂNEA - INOBSERVÂNCIA DO PRAZO MÍNIMO PARA CONTRATOS DE ARRENDAMENTO - DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO. I - A rigor do artigo 300 do Código de Processo Civil, a obtenção da tutela de urgência, antecipada ou não, depende do grau de probabilidade do direito invocado e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. II – De acordo com o art. 95, inciso IV, da Lei nº 4.504/1964 c/c art. 22, § 2º do Decreto nº 59.566/66, é necessário que o locador notifique extrajudicialmente o locatário no prazo de 06 (seis) meses antes do vencimento do contrato, o que não ocorreu na hipótese dos autos, já que o contrato tinha vencimento para o dia 28.02.2019 (Id. 15208985) e a notificação extrajudicial foi efetivada na data de 30.10.2018 (id. 21445398), ou seja, de modo extemporâneo. III - O prazo mínimo de 03 (três) anos do contrato de arrendamento rural previsto no art. 96, inciso I do Estatuto da Terra também não foi observado pelo arrendante/agravado e, por mais que insista no contrário, ao que parece, o montante da área arrendada do atual contrato é diferente do contrato anterior, o que fica evidente na parte final da cláusula primeira da avença.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015807-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE PEDRO DE ALCANTARA JR OAB - MT12001-O (ADVOGADO)
RENATA GISELE WAHL DE ALCANTARA OAB - MT11240-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VEIMAR TORRES DA SILVA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
APARECIDO DONIZETE SEMENCATO (TERCEIRO INTERESSADO)
ESMERALDA MARIA MENDES CORDEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOÃO ITAMAR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOÃO ITAVAR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – USUCAPIÃO – TUTELA DE URGÊNCIA – SUSPENSÃO DE EXECUÇÕES COM PENHORA DO IMÓVEL USUCAPIENDO – CIÊNCIA PRÉVIA DO COMPRADOR – ART. 300 CPC - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS – INDEFERIMENTO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO O fato do adquirente do imóvel ter ciência inequívoca dos gravames que pendiam sobre o imóvel, inclusive se responsabilizou contratualmente a quitar o débito, a princípio, afasta a probabilidade do direito, requisito necessário à concessão da tutela postulada.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014783-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
D. P. L. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
B. E. D. L. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELAINE CRISTINA OGLIARI OAB - MT9744-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1014783-36.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: DALVINA PEREIRA LIMA AGRAVADO: BENEDITO ELIAS DE LIMA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO – NULIDADE DA CITAÇÃO SUSCITADA EM CONTRAMINUTA - QUESTÃO NÃO ANALISADA EM PRIMEIRO GRAU – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – PRELIMINAR REJEITADA - PEDIDO DE DECRETAÇÃO IMEDIATA – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC – DECISÃO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. É vedada a apreciação pelo Tribunal de matéria que não foi objeto da decisão recorrida, sob pena de incorrer em supressão de instância e consequente violação ao duplo grau de jurisdição. Não cabe a concessão de tutela de urgência para a imediata decretação do divórcio, quando não comprovada nenhuma das situações previstas no art. 300 do Novo Código de Processo Civil - a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011939-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

ERIC EVANDER SAMUEL DA SILVA PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO MACHADO BUOSI OAB - MT23887/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JESSICA MARCON (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCYANNE BORTOLI OAB - SC27056 (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1011939-16.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ERIC EVANDER SAMUEL DA SILVA PEREIRA AGRAVADO: JESSICA MARCON DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE RECONHECIMENTO E PARTILHA DE DÍVIDA CONJUNTA CONTRAÍDA NA VIGÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL ORIUNDA DE COBRANÇA POSTERIOR (SOBREPARTILHA) – DEPÓSITO EM JUÍZO DAS ÚLTIMAS 8 PARCELAS DO ACORDO – FINALIDADE DE ABATIMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS EM NOME DO AGRAVANTE - INDEFERIMENTO – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 300 DO CPC – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA - DECISÃO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. Não cabe a tutela de urgência para deferir o depósito em juízo das parcelas restantes de acordo judicial, para abatimento de débitos tributários em nome do agravante, as quais supostamente seriam de responsabilidade de ambas as partes, quando não comprovada nenhuma das situações previstas no art. 300 do Novo Código de Processo Civil - a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1013507-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS VON GLEHN HERKENHOFF OAB - DF28432 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (EMBARGADO)
MADEIREIRA VINICIUS LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO POUSO MIRANDA OAB - MT12333-O (ADVOGADO)
MARCOS DE MOURA HORTA OAB - MT9811-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1013507-67.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. EMBARGADO: MADEIREIRA VINICIUS LTDA, TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - OMISSÃO INEXISTENTE - EVIDENTE PROPÓSITO DE REDISCUTIR A LIDE - VIA INADEQUADA - PREQUESTIONAMENTO INVIABILIZADO - RECURSO NÃO PROVIDO. Rejeitam-se os Embargos de Declaração que não trazem nenhuma das situações a que se refere o art. 1.022 do CPC. Trata-se de meio impróprio para rediscutir fatos e fundamentos já analisados, ainda que para fins de prequestionamento.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011435-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUARES DOMINGOS DOS SANTOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALMIR ANTONIO DE MORAES OAB - MT4933-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HILDEBRANDO JOSÉ PAIS DOS SANTOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT13967-O (ADVOGADO)
JOSE ANTONIO BIAZAO BASSO OAB - MT21707-O (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (NOTA PROMISSÓRIA) – REFORÇO DE PENHORA – POSSIBILIDADE – NECESSIDADE DE PRÉVIA AVALIAÇÃO DOS BENS JÁ PENHORADOS - AFASTADA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. O art. 685 do CPC faculta ao juiz o deferimento da ampliação da penhora, independentemente de avaliação judicial, quando patente a insuficiência dos bens penhorados para garantir o juízo (AgRg no AREsp 638.717/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 06/08/2015).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001351-72.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELANTE)
SOLANGE BORGES DE SOUSA RESENDE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)
JHOANE MARRARA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT18425-O (ADVOGADO)
ANDREIA CRISTINA ANDRADE MATTOS OAB - MT14423-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SOLANGE BORGES DE SOUSA RESENDE (APELADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JHOANE MARRARA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT18425-O (ADVOGADO)
ANDREIA CRISTINA ANDRADE MATTOS OAB - MT14423-O (ADVOGADO)
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO)

APELAÇÕES - AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - FATURA ENERGIA ELÉTRICA - COBRANÇA ABUSIVA - IRREGULARIDADE NO MEDIDOR - NÃO COMPROVADA CULPA DO CONSUMIDOR - INEXIGIBILIDADE DA COBRANÇA – INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – DANO MORAL CONFIGURADO – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO DA REQUERIDA DESPROVIDO – RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO. A cobrança de valores na fatura de energia do autor decorrente de apuração por meio de perícia unilateral da concessionária de energia, quando não comprovada a participação do consumidor na irregularidade verificada no medidor de energia, revela-se indevida. A inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito configura dano moral in re ipsa, que prescinde de comprovação.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000686-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
N. M. FELITO & CIA LTDA - ME (EMBARGANTE)
NEIDE MONFERNATTI FELITO (EMBARGANTE)
ROMERO AGRICOLA LTDA - ME (EMBARGANTE)
WELLINGTON DE ARAUJO CASTRO (EMBARGANTE)
WELLINGTON DE ARAUJO CASTRO - ME (EMBARGANTE)
ANTONIO CARLOS FELITO (EMBARGANTE)
ANTONIO CARLOS FELITO - ME (EMBARGANTE)
CARLA ADRIANA FELITO (EMBARGANTE)
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JACIARA LTDA - EPP (EMBARGANTE)
COMERCIO DE COMBUSTIVEL IPANEMA LTDA - ME (EMBARGANTE)
A. K. F. ROMERO TRANSPORTES LTDA - EPP (EMBARGANTE)
IPANEMA DIESEL LTDA (EMBARGANTE)
MARA RUBIA FELITO (EMBARGANTE)
ANDREIA KATIA FELITO ROMERO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VAGNER SOARES SULAS OAB - MT8455-O (ADVOGADO)
NADIA TAYSE KUHNEN SULAS OAB - MT8658/O (ADVOGADO)
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO JOHN DEERE S.A. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO – PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO – DECISÃO QUE NÃO SE INSERE NO ART. 1.015, CPC – REJEITADA NO MÉRITO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ESSENCIALIDADE DOS BENS – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA EMITIDA POR PESSOA FÍSICA EXCLUÍDA DO POLO ATIVO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - BENS QUE NÃO COMPÕEM O PATRIMÔNIO DAS RECUPERANDAS – IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA ESSENCIALIDADE E DE SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO

REFORMADA – RECURSO PROVIDO – CONTRADIÇÃO – AUSÊNCIA DE VÍCIO – PRETENSÃO DE REJULGAMENTO – RECURSO DESPROVIDO Não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, em particular o reconhecimento da essencialidade, os bens de pessoa física excluída do polo ativo da recuperação judicial. Os declaratórios não constituem meio adequado para sanar error in judicando. Não se pode atribuir efeitos infringentes a essa modalidade recursal, cuja vocação se limita a corrigir eventuais defeitos no Acórdão, se no decisum não há omissão, obscuridade ou contradição.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1032876-89.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO JOSE LEITE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CELESTINO BATISTA NETO OAB - MT11367-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1032876-89.2017.8.11.0041 APELANTE: BANCO BMG SA APELADO: ANTONIO JOSE LEITE DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS –PRESCRIÇÃO TRIENAL DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO – ART. 206, § 3º, INCISO IV DO CÓDIGO CIVIL – PREJUDICIAL DE MÉRITO PARCIALMENTE ACOLHIDA – MÉRITO - EMPRÉSTIMO PESSOAL OFERECIDO PELO BANCO – UTILIZAÇÃO DE SALDO DO CARTÃO DE CRÉDITO – DEPÓSITO NA CONTA-CORRENTE – VÍCIO DE CONSENTIMENTO – CONTRATAÇÃO QUE DEVE SER NA FORMA AUTORIZADA E NÃO IMPOSTA – ALTERAÇÃO NECESSÁRIA – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - PREJUÍZOS EXTRAPATRIMONIAIS CONFIGURADOS - VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE NA PRIMEIRA INSTÂNCIA – MINORAÇÃO DESCABIDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA RECONHECER A PRESCRIÇÃO PARCIAL . Nos casos relacionados a repetição de indébito em decorrência de cobranças indevidas, o prazo prescricional é o de três anos, conforme art. 206, § 3º, incisos IV do Código Civil. Configura falha na prestação de serviço a concessão de empréstimo pessoal consignado com utilização do saldo do cartão de crédito, cujo lançamento foi realizado como “saque” mas o valor foi disponibilizado via transferência eletrônica para a conta-corrente. A intenção da instituição financeira de ludibriar e confundir o consumidor caracteriza erro substancial sobre o negócio jurídico, ato ilícito passível de reparação por danos morais, os quais são presumidos, dispensam comprovação. O montante indenizatório deve atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como ao caráter satisfativo-pedagógico da medida.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011421-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE SABINO DA SILVA - EPP (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR OAB - MT5222-O (ADVOGADO)
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CUIABÁ - MT (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ZAPAZ ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO QUE HOMOLOGA PLANO MAS RETIFICA E TORNA NULA PREMISSAS APROVADAS EM ASSEMBLEIA PELOS CREDORES – CONTROLE DE LEGALIDADE EXERCIDO – DECISÃO MANTIDA – DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Controle de legalidade exercido pelo Juízo "a quo" em conformidade com as Súmulas 581 do STJ ("A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória").

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011787-65.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BUNGE FERTILIZANTES S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ZAID ARBID OAB - MT1822-A (ADVOGADO)
JOIFER ALEX CARAFFINI OAB - MT13909-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA MENDES (AGRAVADO)
ESPÓLIO DE IVO FERREIRA MENDES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANO MEDEIROS CRIVELLENTE OAB - MT8321-O (ADVOGADO)
IVO SERGIO FERREIRA MENDES OAB - MT8909-A (ADVOGADO)
ELIANE AIRES COUTO OAB - MT16228-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1011787-65.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: BUNGE FERTILIZANTES S/A AGRAVADO: MARIA APARECIDA MENDES, ESPÓLIO DE IVO FERREIRA MENDES DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO – DISCUSSÃO SOBRE A VIABILIDADE DE PENHORA – QUESTÃO DECIDIDA EM APELAÇÃO CONEXA – PERDA DO OBJETO – FEITO PREJUDICADO – RECURSO NÃO CONHECIDO. Se a pretensão da parte era efetivar a penhora sobre imóvel discutido em Embargos de Terceiro, e em Apelação conexa o Tribunal reconheceu a sua impenhorabilidade, houve a perda superveniente do objeto recursal.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016223-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
REGIANE ALVES MARTINS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO RIBEIRO CORREIA DE SOUZA OAB - MT19393/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - ENVIADA PARA ENDEREÇO DO CONTRATO – TENTATIVA FRUSTRADA – “NÃO PROCURADO” - PROTESTO DO TÍTULO – VALIDADE – MORA CONFIGURADA - RECURSO DESPROVIDO. A comprovação da mora é condição de procedibilidade da Ação de Busca e Apreensão, nos termos do §2º, do artigo 2º do Decreto-Lei nº 911/69, “poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário”. Encaminhada a notificação extrajudicial ao endereço constante do contrato e realizado o protesto do título, resta configurada a mora do devedor.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1018798-22.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JAMILSON DE JESUS CORONEL (APELADO)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - BLOQUEIO DE CONTA CORRENTE - SUSPEITA DE FRAUDE – OPERAÇÃO FRAUDULENTA NÃO COMPROVADA PELO BANCO REQUERIDO – BLOQUEIO INDEVIDO – DANO MORAL CONFIGURADO – VALOR INDENIZATÓRIO ADEQUADO – RECURSO DESPROVIDO. É fato gerador de danos morais o bloqueio indevido de conta corrente, sem qualquer comunicação ao cliente, em razão da suspeita de fraude não comprovada. O valor arbitrado a título de danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012812-16.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

JOSE CARLOS PEREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARAES OAB - MT3749-A (ADVOGADO)
WALERIA MACEDO ZAGO DIAS OAB - PA16616-B (ADVOGADO)
JAQUELINE DE ANGELO NASCIMENTO OAB - MT13427-A (ADVOGADO)
FRANCIMEYRE RUBIO PASSOS OAB - RO6507-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - MT16691-S (ADVOGADO)
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA OAB - MT16555-A (ADVOGADO)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 919, § 1º, DO CPC – MATÉRIAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO – RECURSO DESPROVIDO. A atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução é possível quando demonstrados os requisitos para a concessão da tutela provisória. No caso, descabe a suspensão, porquanto não se verificam os requisitos do art. 919, § 1º, do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1032876-89.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO JOSE LEITE (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CELESTINO BATISTA NETO OAB - MT11367-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1032876-89.2017.8.11.0041 APELANTE: BANCO BMG SA APELADO: ANTONIO JOSE LEITE DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS –PRESCRIÇÃO TRIENAL DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO – ART. 206, § 3º, INCISO IV DO CÓDIGO CIVIL – PREJUDICIAL DE MÉRITO PARCIALMENTE ACOLHIDA – MÉRITO - EMPRÉSTIMO PESSOAL OFERECIDO PELO BANCO – UTILIZAÇÃO DE SALDO DO CARTÃO DE CRÉDITO – DEPÓSITO NA CONTA-CORRENTE – VÍCIO DE CONSENTIMENTO – CONTRATAÇÃO QUE DEVE SER NA FORMA AUTORIZADA E NÃO IMPOSTA – ALTERAÇÃO NECESSÁRIA – FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - PREJUÍZOS EXTRAPATRIMONIAIS CONFIGURADOS - VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE NA PRIMEIRA INSTÂNCIA – MINORAÇÃO DESCABIDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA RECONHECER A PRESCRIÇÃO PARCIAL . Nos casos relacionados a repetição de indébito em decorrência de cobranças indevidas, o prazo prescricional é o de três anos, conforme art. 206, § 3º, incisos IV do Código Civil. Configura falha na prestação de serviço a concessão de empréstimo pessoal consignado com utilização do saldo do cartão de crédito, cujo lançamento foi realizado como “saque” mas o valor foi disponibilizado via transferência eletrônica para a conta-corrente. A intenção da instituição financeira de ludibriar e confundir o consumidor caracteriza erro substancial sobre o negócio jurídico, ato ilícito passível de reparação por danos morais, os quais são presumidos, dispensam comprovação. O montante indenizatório deve atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como ao caráter satisfativo-pedagógico da medida.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001126-23.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DANILO BOLOTARI GIMENEZ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLY CRISTINA ROCHA CAMPOS OAB - MT23352-O (ADVOGADO)
ALLAN VITOR SOUSA DA MATA OAB - MT15698-O (ADVOGADO)
PRISCILLA PEREZ GOES OAB - MT14641-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAETTO VEICULOS LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CINTRA FARIAS OAB - MT11002-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BRUNO SILVA RODRIGUES (TESTEMUNHA)
JHONATAN WILLIAM MATHIASEN (TESTEMUNHA)
AGNA MARIA CAMPOS DA ROCHA (TESTEMUNHA)
GEOVANE GRACIANO DE SOUSA (TESTEMUNHA)
WALTENCIR DE SOUZA PAIVA (TESTEMUNHA)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS JULGADA IMPROCEDENTE – DEMORA NA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO – CULPA CONCORRENTE DO ADQUIRENTE – DANO ORAL INDEVIDO — MULTA EXISTENTE ANTES DA COMPRA DO AUTOMÓVEL - DANO MATERIAL – CABIMENTO – LIGIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA – RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. Se o autor também contribuiu com a demora na transferência do veículo, descabe falar em dano moral. Se a multa existia antes da compra do veículo e foi paga pelo adquirente, deve ser ressarcida. A mera interposição do Recurso, por si só, não tem conotação de litigância de má-fé, além de estar amparada na legislação processual vigente, bem como nas garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do artigo 5º da CF).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1013643-72.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS MARIO PEREIRA DA COSTA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DAYANNE KELLY DOMINGUES OAB - MT23048-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1013643-72.2018.8.11.0041 APELANTE: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS APELADO: LUIS MARIO PEREIRA DA COSTA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – PROTOCOLO ADMINISTRATIVO QUE DEMONSTRA A PRETENSÃO RESISTIDA – PRELIMINAR AFASTADA - AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE - ALEGAÇÃO INFUNDADA - BOLETIM DE OCORRÊNCIA E PRONTUÁRIO MÉDICO QUE REGISTRAM O ACIDENTE E AS RESPECTIVAS LESÕES - PERÍCIA JUDICIAL EM HARMONIA COM OS FATOS NARRADOS – INDENIZAÇÃO MANTIDA - SUCUMBÊNCIA DO AUTOR NÃO CONFIGURADA - VERBA HONORÁRIA – ÔNUS INTEGRAL DA SEGURADORA - VALOR INALTERADO - HONORÁRIOS RECURSAIS - CABIMENTO - APLICAÇÃO DO ART. 85, §11 DO CPC - RECURSO NÃO PROVIDO. O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. (STJ – 3ª Turma – AgRg no REsp 936.574/SP – Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino DJe 08/08/2011). O interesse de agir encontra-se devidamente caracterizado se, ao ajuizar a Ação, a parte traz o documento que comprova a realização do pedido na via administrativa. Se o prontuário médico dos primeiros atendimentos da vítima e o Boletim de Ocorrência confirmam o acidente, está caracterizada a relação de causa e efeito. Ainda que o valor arbitrado para o seguro obrigatório por invalidez permanente seja inferior ao pretendido na inicial, a seguradora deve arcar integralmente com as custas processuais e os honorários advocatícios em virtude do princípio da causalidade. A quantia definida na sentença para a verba honorária de forma razoável e proporcional não comporta alteração. Ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar os honorários anteriormente fixados, levando em conta o trabalho adicional realizado nessa fase (art. 85, §11, do CPC/2015).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016083-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON SPIGOSSO (AGRAVANTE)
GISELE PAULA ALVES SPIGOSSO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAIRE INES GAI OAB - MT9307-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CARAMURU ALIMENTOS S/A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

JOAO MANOEL JUNIOR OAB - MT3284-B (ADVOGADO)
NELSON APARECIDO MANOEL JUNIOR OAB - MT5454-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ROSELIS MARIA TONIAL SPIGOSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
NEIVO SPIGOSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1016083-33.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: EMERSON SPIGOSSO, GISELE PAULA ALVES SPIGOSSO AGRAVADO: CARAMURU ALIMENTOS S/A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA –PROCESSO EM CURSO POR MAIS DE DEZ ANOS - CITAÇÃO NÃO REALIZADA - NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE TRÊS ANOS – CÉDULA DE PRODUTO RURAL - PRESCRIÇÃO CONFIGURADA – RECURSO PROVIDO – APLICAÇÃO DO EFEITO TRANSLATIVO – EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – ART. 487, II DO CPC. O despacho que recebe a petição inicial interrompe a prescrição, desde que a citação ocorra dentro do prazo previsto na legislação processual. É de três anos o prazo prescricional da Cédula de Produto Rural (art. 70 da Lei Uniforme de Genebra - Decreto n. 57.663/66).

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016094-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SAO FRANCISCO SISTEMAS DE SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELLA PASCHOALIN DE AMORIM OAB - SP304695 (ADVOGADO)
JOSE MARIA DA COSTA OAB - SP37468 (ADVOGADO)
ABRAHAO ISSA NETO OAB - SP83286-A (ADVOGADO)
DANIEL BRANCO BRILLINGER OAB - SP296405-A (ADVOGADO)
MARCOS VALERIO FERRACINI MORCILIO OAB - SP125456 (ADVOGADO)
ALEXANDRE DE ANDRADE CRISTOVAO OAB - SP306689 (ADVOGADO)
LUCAS GONCALVES MESQUITA OAB - SP268095 (ADVOGADO)
ARMANDO COLTRO EVOLA OAB - SP391860-O (ADVOGADO)
RAQUEL ELOISA GUIDI REFUGLIA OAB - SP213971 (ADVOGADO)
RAQUEL DI DONATO LOURENCO OAB - SP390355 (ADVOGADO)
ANDRE MATTOS DE CARVALHO OAB - SP294602-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MICHELLE THAIS DOS SANTOS CORREA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-A (ADVOGADO)
KEWRI REBESCHINI DE LIMA OAB - MT15911-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SOCIEDADE HOSPITALAR NOSSA SENHORA DA GUIA LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1016094-62.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: SAO FRANCISCO SISTEMAS DE SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA AGRAVADO: MICHELLE THAIS DOS SANTOS CORREA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – PLANO DE SAÚDE – CESÁREA EM CARÁTER DE URGÊNCIA – NEGATIVA DE COBERTURA - NÃO CONCLUSÃO DO PRAZO DE CARÊNCIA DE 300 DIAS PARA PROCEDIMENTOS OBSTÉTRICOS – ALEGAÇÃO IMPROCEDENTE - URGÊNCIA CONFIGURADA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA - ART. 300 DO CPC/15 - REQUISITOS PRESENTES - PRECEDENTES DO STJ - DECISÃO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. “A interpretação de cláusula de carência estabelecida em contrato de plano de saúde deve, em circunstâncias excepcionais, como a necessidade de tratamento de urgência decorrente de doença grave, ser ponderada a fim de assegurar o eficiente amparo à vida e à saúde” (AgRg no AREsp nº. 320.484 / PA).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1032188-30.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VALERIA DA SILVA OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1032188-30.2017.8.11.0041 APELANTE: VALERIA DA SILVA OLIVEIRA APELADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - ACIDENTE OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI N. 11.482/2007 - LIMITE LEGAL DE ATÉ R$ 13.500,00 - AVERIGUAÇÃO DO GRAU DA LESÃO NO LAUDO MÉDICO - UTILIZAÇÃO DA TABELA ANEXA À LEI - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL RECONHECIDA - GRADUAÇÃO VERIFICADA - SÚMULA 474 DO STJ - VALOR APURADO CORRETAMENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONALMENTE DEVIDA – AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL DA PARTE VENCEDORA DA DEMANDA - SUBTERFÚGIO PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DO §5º DO ART. 99 DO CPC - UTILIZAÇÃO DA LIDE PARA CONSEGUIR OBJETIVO ILEGAL (ART. 80, INCISO III DO CPC) - DESLEALDADE PROCESSUAL CARACTERIZADA - MULTA - APLICAÇÃO DE OFÍCIO - RECURSO NÃO CONHECIDO. A indenização do seguro DPVAT deve ser estabelecida com observância ao grau de invalidez registrado no laudo pericial e ao percentual constante na tabela anexa à legislação, cujo valor máximo da cobertura é de R$ 13.500,00 para a hipótese de acidente ocorrido após a Lei n. 11.482/2007. A arguição de teses recursais manifestamente infundadas e improcedentes como claro subterfúgio para afastar a incidência do §5º do art. 99 do CPC representa abuso do direito processual destinado a conseguir objetivo ilegal, o que impõe a aplicação de multa por litigância de má-fé.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012910-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLETE RODRIGUES PEREIRA DE OLIVEIRA (EMBARGANTE)
MOACIR SOUZA DE OLIVEIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEIDOMAR FURTADO DE LIMA OAB - MS8219-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ADEL ARBID (EMBARGADO)
JULIETA GONÇALVES ARBID (EMBARGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Nº 1012910-98.2019.8.11.0000 EMENTA RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – CONTRADIÇÃO – INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS – MERO INCONFORMISMO COM O CONTEÚDO DECISÓRIO – AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA - REDISCUSSÃO INCABÍVEL PELA ESTREITA VIA DOS EMBARGOS - ACÓRDÃO MANTIDO – EMBARGOS REJEITADOS. Não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada na decisão recorrida, impõe-se a rejeição dos embargos declaratórios.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017439-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CLACYONE FERREIRA DA SILVA NEGRO (AGRAVANTE)
MELCHIADES NEGRO JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA JOYCE MARTINS CARVALHO OAB - MT26286/O-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
E L ESTEVES IMOBILIARIA (AGRAVADO)

AGRAVO – AÇÃO DE USUCAPIÃO – INDEFERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA MANTIDO – HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA – VALOR DA CAUSA EM CONFORMIDADE COM A ESTIMATIVA FEITA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA VALOR VENAL DO IMÓVEL OBJETO DA LIDE – REFORMA DA DECISÃO NA PARTE QUE DETERMINOU A CORREÇÃO DO VALOR DADO À CAUSA – AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO – DECISÃO REFORMADA EM PARTE. No tocante a pedido de justiça gratuita, é certo que o direito ora buscado pode ser deferido mediante simples declaração da parte, de que não tem meios financeiros para pagar as custas correspondentes. Porém, o magistrado pode negá-lo quando não encontrar elementos suficientes a atestar a alegada hipossuficiência ou, ainda, se os documentos juntados não revelam a condição de miserabilidade invocada. A estimativa oficial, feita pelo Ente Público responsável por estimar o valor venal do imóvel, serve de parâmetro para

dar valor à causa na ação de Usucapião.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0046077-39.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARCOS DIMAS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO)
RODOLFO LUIZ DE ALVARENGA OAB - MT9079-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0046077-39.2015.8.11.0041 APELANTE: JOSE MARCOS DIMAS SANTOS APELADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL – DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO DE JUNTADA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DOCUMENTO DEVIDAMENTE ANEXADO PELO AUTOR – PRETENSÃO RESISTIDA CONFIGURADA – SENTENÇA DESCONSTITUÍDA - RECURSO PROVIDO. Se o autor cumpriu a determinação de juntada do requerimento administrativo, está configurado o interesse de agir, independentemente de prova da recusa ocorrida administrativamente, até porque o Plenário do Supremo Tribunal Federal já consignou "que a exigência de prévio requerimento não se confundiria (…) com o exaurimento das vias administrativas". (Informativo n. 757).

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011844-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO EGLAIR POSSAMAI (EMBARGANTE)
FATIMA SOLANGE JACOB (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMULO MARTINS NAGIB OAB - DF19015-A (ADVOGADO)
LUIS GUSTAVO ORRIGO FERREIRA MENDES OAB - DF45233-O (ADVOGADO)
GUILHERME ZANCHET SIQUEIRA OAB - MT23665/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GILBERTO EGLAIR POSSAMAI (EMBARGADO)
FATIMA SOLANGE JACOB (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME ZANCHET SIQUEIRA OAB - MT23665/O (ADVOGADO)
LUIS GUSTAVO ORRIGO FERREIRA MENDES OAB - DF45233-O (ADVOGADO)
ROMULO MARTINS NAGIB OAB - DF19015-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MASSA FALIDA DE COTTON KING (TERCEIRO INTERESSADO)
ODAIR FERNANDES MASSON (TERCEIRO INTERESSADO)
MILTON APARECIDO RIBEIRO DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ADJALMA GONCALVES (TERCEIRO INTERESSADO)
ROMARIO POSSAMAI (TERCEIRO INTERESSADO)
EDSON LUIZ ZANCHET (TERCEIRO INTERESSADO)
GRACIELA APARECIDA CARLOTO ZANCHET (TERCEIRO INTERESSADO)
LASARA LIMA DE ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1011844-83.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: GILBERTO EGLAIR POSSAMAI, FATIMA SOLANGE JACOB EMBARGADO: FATIMA SOLANGE JACOB, GILBERTO EGLAIR POSSAMAI DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OPOSIÇÃO POR AMBAS AS PARTES - AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA DE ACORDO C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE – POLO PASSIVO – LEGITIMIDADE QUESTIONÁVEL – PRETENSÃO DE NULIDADE INTEGRAL DO FEITO E PROVA DE QUE O IMÓVEL INTEGRAVA O PATRIMÔNIO DO CASAL NO MOMENTO DO DIVÓRCIO – IMPOSSIBILIDADE – OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - VÍCIOS INEXISTENTES – MERA PRETENSÃO DE REJULGAMENTO – EMBARGOS PROTELATÓRIOS – MULTA – APLICAÇÃO – ARTIGO 1.026, §2º, DO CPC - RECURSO NÃO PROVIDO. Não existindo no acórdão os vícios alegados, nega-se provimento aos Embargos de Declaração, os quais não são meio idôneo para o reexame da matéria. Evidenciado o caráter protelatório, impõe-se a aplicação da multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012782-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BRIAPEC AGROPECUARIA LTDA - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEVERSON CAMPOS CONTO OAB - MT15055-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - 144.909.548-83 (PROCURADOR)

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PENHORA DE IMÓVEL CUJO REGISTRO APONTA A PROPRIEDADE DA EXECUTADA – PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO – INDEFERIMENTO – DISCORDÂNCIA EXPRESSA DO CREDOR – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 847 DO CPC – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Admite-se a substituição do bem penhorado, nos termos do art. 847 do CPC, se não acarretar prejuízo ao credor. Discordância expressa do exequente, que não pode ser compelido a aceitar a substituição por bem.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015239-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO ROSALINO BREDA OAB - MT14687-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU OAB - SP217897-A (ADVOGADO)
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - GO33237-A (ADVOGADO)
JOSE QUAGLIOTTI SALAMONE OAB - SP103587-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1015239-83.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ROSANGELA SILVA AGRAVADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – AÇÃO REVISIONAL – NATUREZA DECLARATÓRIA E PORTANTO DÚPLICE – POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DO DECISUM PELO RÉU – ART. 515, I DO CPC – TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - PRECEDENTES DO STJ – RECURSO NÃO PROVIDO. A sentença declaratória em Ação de Revisão de Contrato pode ser executada pelo réu, mesmo sem ter havido reconvenção, ante a presença dos elementos suficientes à Execução, o caráter de "duplicidade" dessas ações, e os princípios da economia, da efetividade e da duração razoável do processo (REsp nº1.309.090/AL)

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1006067-28.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS GABRIEL NUNES DE MORAES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1006067-28.2018.8.11.0041 APELANTE: LUCAS GABRIEL NUNES DE MORAES APELADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT – INEXISTÊNCIA DE PRÁTICA DE CRIME DOLOSO –- NEXO DE CAUSALIDADE CARACTERIZADO – SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DAS LESÕES DELE DECORRENTES - FEITO MADURO PARA JULGAMENTO - APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 4º, DO CPC - ANÁLISE DO MÉRITO - INVALIDEZ PERMANENTE CONFIGURADA – APURAÇÃO DO GRAU DA LESÃO SOFRIDA – INDENIZAÇÃO ESTABELECIDA em consonância com esse levantamento – SENTENÇA REFORMADA – INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - RECURSO PROVIDO. Para fins de caracterização do crime de trânsito previsto no art. 309 do CTB, é necessária a ocorrência

de perigo concreto (STF AI 824.493, rel. Min. Ellen Gracie, dec. Monocrática, j. 7-2-2011, DJE 33 de 18-2-2011). Não comprovado de forma suficiente o enquadramento nessa conduta, impõe-se o pagamento do seguro DPVAT. O art. 5º da Lei n. 6.194/1974 dispõe que ele será devido mediante simples prova do acidente e do nexo de causalidade com as lesões declaradas, independentemente de comprovação de culpa. Com amparo no art. 1.013, § 4º, do CPC, se o feito está maduro para decisão o julgamento de imediato se impõe. A indenização DPVAT deve ser estabelecida com observância ao grau de invalidez registrado no laudo pericial e ao percentual constante na tabela anexa à legislação, cujo valor máximo da cobertura é de R$ 13.500,00 para a hipótese de acidente ocorrido após a Lei n. 11.482/2007.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001431-85.2019.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CATARINA RUFATTO SCHULZ (EMBARGANTE)
LEODETE MARIA RUFATTO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL KRZYZANSKI OAB - MT9489-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RITA DE CASSIA SPANHOL (EMBARGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001431-85.2019.8.11.0040 EMBARGANTE: ANA CATARINA RUFATTO SCHULZ, LEODETE MARIA RUFATTO EMBARGADO: RITA DE CASSIA SPANHOL DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS – OMISSÃO – INEXISTÊNCIA – PROPÓSITO UNICAMENTE INFRINGENTE – INADMISSIBILIDADE – RECURSO NÃO PROVIDO. Os Embargos de Declaração são cabíveis se houver, na sentença ou acórdão, obscuridade, contradição ou omissão de ponto sobre o qual o juiz ou o Tribunal deviam se manifestar. É inadmissível nesta via a pretensão da parte de alterar o resultado do julgamento sem constatação de nenhum dos vícios elencados no artigo 1.022 do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015139-31.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO NICOLI (AGRAVANTE)
NICOLI AGRO LTDA - ME (AGRAVANTE)
ALESSANDRA CAMPOS DE ABREU NICOLI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. (AGRAVADO)
FIAGRIL LTDA (AGRAVADO)
BAYER S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO ALEXANDRE DE OLIVEIRA GUTIERRES OAB - SP237773-O (ADVOGADO)
MURILO CASTRO DE MELO OAB - MT11449-O (ADVOGADO)
CARLOS EDUARDO CARNEIRO SABA OAB - SP247408 (ADVOGADO)
LARISSA MANCINI DE OLIVEIRA OAB - SP333651 (ADVOGADO)
CELSO UMBERTO LUCHESI OAB - SP76458-O (ADVOGADO)
GUILHERME FERNANDES GARDELIN OAB - SP132650-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1015139-31.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ALESSANDRO NICOLI, ALESSANDRA CAMPOS DE ABREU NICOLI, NICOLI AGRO LTDA - ME AGRAVADO: FIAGRIL LTDA, LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A., BAYER S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL - FASE DE STAY PERIOD –SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES AJUIZADAS CONTRA A RECUPERANDA – AGC NÃO REALIZADA – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE SOJA OBJETO DE ARRESTO NO PERÍODO EM QUE A RJ ESTAVA SUSPENSA – PRODUTOS QUE EM SUA MAIORIA CONSTITUEM A GARANTIA DE CPR'S – ESSENCIALIDADE NÃO EVIDENCIADA NO MOMENTO – SAFRA ASSEGURADA ATRAVÉS DE FINANCIAMENTO COM TERCEIROS – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL - RECURSO NÃO PROVIDO. O deferimento do processamento da Recuperação Judicial suspende o curso da prescrição e de todas as Ações e Execuções contra a recuperanda (art. 6º, §4º, e art. 49, §3º, da Lei nº. 11.101/2005). O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, embora a penhora dos créditos devidos à recuperanda tenha sido realizada antes do pedido de recuperação judicial, a competência para deliberar sobre o levantamento dos respectivos valores passou a ser do Juízo onde se processa o pedido de recuperação (CC nº147.994-MG). Apesar de o artigo 49 da Lei 11.101/2005 estabelecer no final do § 3º que no stay period é vedada a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, ainda que se trate de créditos não submetidos à RJ, isso não autoriza a imediata liberação em favor da recuperanda de qualquer bem que tenha sido objeto de constrição, sobretudo quando os arrestos ocorreram no intervalo em que a RJ estava suspensa. A análise da situação exige extrema cautela se os bens objeto de arresto consistem nas próprias garantias prestadas pelos recuperandos em cédulas de produto rural emitidas para o financiamento da safra, e portanto já estava comprometida, não podendo ser considerada a princípio como fonte de renda para a safra seguinte. Tratando-se de commodities, constituem ativos destinados à circulação, ou seja, quando comercializados esvaziam a própria garantia. Não se vislumbra a essencialidade da restituição dos bens para a continuidade da atividade econômica dos produtores rurais se há informação do administrador judicial de que foi possível a implantação da safra através do financiamento obtido com terceiros.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023230-43.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SUELI SAYUMI IIYAMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODOLFO LUIZ DE ALVARENGA OAB - MT9079-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0023230-43.2015.8.11.0041 APELANTE: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS APELADO: SUELI SAYUMI IIYAMA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT – INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL E DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES - COMPROVAÇÃO - RESSARCIMENTO DEVIDO – PAGAMENTO REALIZADO NA VIA ADMINISTRATIVA –ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE QUE A QUANTIA REFERIA-SE APENAS À INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ – ALEGAÇÕES DA SEGURADORA QUE INDUZIRAM A ESSA INTERPRETAÇÃO - CONTRADIÇÃO CONFIGURADA - TENTATIVA DE SE BENEFICIAR DA PRÓPRIA TORPEZA - RECURSO NÃO PROVIDO. O princípio nemo auditur propriam turpitudinem allegans (ninguém pode se beneficiar da própria torpeza) deve ser aplicado aos casos em que a Seguradora induz o julgador a entendimento diverso para tentar se esquivar do pagamento da indenização DPVAT.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016362-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA LOPES SOBRINHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA DELA JUSTINA OAB - MT13133-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILLIAM JOSE DE ARAUJO OAB - MT3928-O (ADVOGADO)
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1016362-19.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ANA MARIA LOPES SOBRINHO AGRAVADO: BANCO DO BRASIL SA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRESCRIÇÃO – NÃO OCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO EXEQUENTE EM PROMOVER A CITAÇÃO – RECURSO NÃO PROVIDO. Proposta a Ação no prazo legal, a demora na citação por dificuldades em encontrar o devedor não justifica o acolhimento da arguição de prescrição se o autor sempre diligenciou para

localizá-lo.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1005561-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE BRANDINI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1005561-18.2019.8.11.0041 APELANTE: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS APELADO: ALEXANDRE BRANDINI DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - NÃO APRESENTAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA – IRRELEVÂNCIA – ADMISSIBILIDADE DE OUTROS MEIOS DE PROVA – REGISTRO DO SAMU - NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO - PRONTUÁRIOS MÉDICOS QUE CONFIRMAM O ACIDENTE E AS RESPECTIVAS LESÕES - CONDENAÇÃO INALTERADA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – VALOR MANTIDO - HONORÁRIOS RECURSAIS – CABIMENTO - APLICAÇÃO DO ART. 85, §11 DO CPC - RECURSO NÃO PROVIDO. O boletim de ocorrência não é documento imprescindível nas ações de DPVAT quando existem outras provas da alegação. Se o registro do SAMU e o prontuário médico dos primeiros atendimentos da vítima atestam o acidente, o nexo de causalidade é evidente. A quantia definida na sentença para a verba honorária de forma razoável e proporcional não comporta alteração. Ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar os honorários anteriormente fixados, levando em conta o trabalho adicional realizado nessa fase (art. 85, §11, do CPC/2015).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0038465-50.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HELENITA MENDES MOREIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULA REGINA DE TOLEDO RIBEIRO OAB - MT10108-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0038465-50.2015.8.11.0041 APELANTE: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO APELADO: HELENITA MENDES MOREIRA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS - PLANO DE SAÚDE COLETIVO – QUADRO DE ESTENOSE VALVAR AÓRTICA - NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO - NEGATIVA DE COBERTURA EM RAZÃO DO PRAZO DE CARÊNCIA - URGÊNCIA DEMONSTRADA – ABUSO DA CLÁUSULA RESTRITIVA - DANO MORAL CONFIGURADO - VALOR MANTIDO – HONORÁRIOS RECURSAIS - CABIMENTO - APLICAÇÃO DO ART. 85, §11 DO CPC - RECURSO NÃO PROVIDO. A cláusula que estabelece o prazo de carência deve ser afastada em situações de urgência, tais como doença grave, pois o direito à vida se sobrepõe a qualquer outro interesse. “A interpretação de cláusula de carência estabelecida em contrato de plano de saúde deve, em circunstâncias excepcionais, como a necessidade de tratamento de urgência decorrente de doença grave, ser ponderada a fim de assegurar o eficiente amparo à vida e à saúde” (AgRg no AREsp nº. 320.484 / PA). A negativa injustificada do plano de saúde a tratamento médico e internação na UTI gera danos morais. Se no arbitramento dessa indenização o juízo a quo levou em consideração as peculiaridades do caso - gravidade do ato, potencial econômico do ofensor e caráter punitivo-compensatório -, o valor não comporta redução na 2ª instância. Ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar os honorários anteriormente fixados, levando em conta o trabalho adicional realizado nessa fase (art. 85, §11, do CPC/2015).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000699-55.2012.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA GORETI BULDRIN (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREI CESAR DOMINGUEZ OAB - MT8094-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO PADOVANI & CIA LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LANEREUTON THEODORO MOREIRA OAB - MT9667-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
CELSO LUIZ PADOVANI (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0000699-55.2012.8.11.0109 EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – JULGADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – ABANDONO DA CAUSA – NÃO CARACTERIZADA – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL QUE DEVE SE DAR NO FEITO EXECUTIVO – OBRIGAÇÃO QUE COMPETENTE À EXEQUENTE - SENTENÇA ANULADA – RECURSO PROVIDO. 1. A obrigação de citação/intimação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, cabe à exequente nos autos do feito executivo, não havendo que se falar, assim, em inércia da parte embargante/apelante quanto ao cumprimento do comando judicial, mormente quando tal inação se deu pelo inventariante do espólio do co-devedor, que sequer é parte nestes embargos à execução. 2. Logo, a extinção da ação sem resolução do mérito, por abandono da causa, não deve prevalecer, razão pela qual a decretação da nulidade da sentença é medida que se impõe.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011038-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA AGR PROD CANA DE CAMPO NOVO DO PARECIS LTDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO OLIVEIRA MACHADO OAB - MT9012-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO DE OLIVEIRA PEREIRA OAB - MT13884-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARCIA FERREIRA DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1011038-48.2019.8.11.0000 EMBARGANTE: COOPERATIVA AGR PROD CANA DE CAMPO NOVO DO PARECIS LTDA EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA – AUSÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022– INTENÇÃO DE MODIFICAR O RESULTADO DO JULGAMENTO – INVIABILIDADE –RECURSO NÃO PROVIDO. Rejeitam-se os Embargos de Declaração que não trazem nenhuma das situações a que se refere o art. 1.022 do CPC. Trata-se de meio impróprio para rediscutir fatos e fundamentos já analisados, ainda que para fins de prequestionamento.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000590-08.2007.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CERRADO INSUMOS AGRICOLAS LTDA - EPP (APELANTE)
VALAGRO DO BRASIL LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI OAB - SP198905-O (ADVOGADO)
JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA OAB - MT9977-O (ADVOGADO)
JONAS MOLINARI ARAUJO OAB - MT25238-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALAGRO DO BRASIL LTDA (APELADO)
CERRADO INSUMOS AGRICOLAS LTDA - EPP (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI OAB - SP198905-O (ADVOGADO)
JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA OAB - MT9977-O (ADVOGADO)

JONAS MOLINARI ARAUJO OAB - MT25238-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0000590-08.2007.8.11.0015 EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – JULGADO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – ABANDONO DA CAUSA – EXTINÇÃO DO PROCESSO - INTIMAÇÃO PESSOAL DA EXEQUENTE – NECESSIDADE - ATO NÃO REALIZADO - INÉRCIA NÃO CONFIGURADA - SENTENÇA ANULADA – RECURSO ADESIVO APRESENTADO PELA EXEQUENTE PROVIDO. RECURSO INTERPOSTO PELA EXECUTADA PREJUDICADO. 1. A teor do que dispõe o §1º, do art. 485, do NCPC, a extinção da ação sem resolução do mérito, por abandono da causa, carece de prévia intimação pessoal da parte autora, o que inocorreu na hipótese. 2. Ademais, na hipótese, para a validade da intimação, necessário seria que Juízo tivesse observado o motivo de devolução negativa daquela carta de intimação, o que não ocorreu. Logo, não restou aperfeiçoada a intimação pessoal do exequente, circunstância que conduz à cassação da sentença.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0018119-30.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUIZA ANA DE JESUS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA VILCHES LEMES OAB - MT15670-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0018119-30.2013.8.11.0015 APELANTE: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. APELADO: MARIA LUIZA ANA DE JESUS DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - BUSCA DE OUTROS POSSÍVEIS BENEFICIÁRIOS JUNTO AO INSS - DILIGÊNCIA QUE NÃO COMPETE AO JUÍZO - CERCEAMENTO DE DEFESA - NÃO OCORRÊNCIA - PRELIMINAR REJEITADA – ILEGITIMIDADE PASSIVA – COMPROVAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE O DE CUJUS E A AUTORA PELOS DOCUMENTOS PRESENTES NOS AUTOS – PRELIMINAR AFASTADA -- INDENIZAÇÃO DEVIDA – HONORÁRIOS –SUCUMBENCIAIS – VALOR RAZOÁVEL – MANUTENÇÃO - ART. 85, §11, DO CPC – APLICAÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO. Não compete ao juízo diligenciar junto ao INSS ou qualquer outro órgão a fim de obter informações sobre a existência de outros herdeiros, pois cumpre à seguradora produzir provas contrárias das constantes nos autos, e não apenas limitar-se a fazer suposições. Se porventura surgirem novos beneficiários, deverão pleitear o crédito em outra demanda, a ser ajuizada contra a autora, que recebeu supostamente sem ter esse direito, não havendo prejuízo à seguradora (REsp 1.601.533MG). Comprovada documentalmente a união estável entre a parte autora e a vítima, não cabe arguir ilegitimidade ativa para pleitear indenização do seguro obrigatório DPVAT. Ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar a verba honorária anteriormente arbitrada, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal (art. 85, §11, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001007-67.2018.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
RUDSON DOS REIS SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON DOS REIS SILVA OAB - MT19991-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1001007-67.2018.8.11.0011 APELANTE: RUDSON DOS REIS SILVA APELADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - SEGURO OBRIGATÓRIO - INVALIDEZ NÃO CONSTATADA PELO PERITO - REQUISITO INDISPENSÁVEL - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO – HONORÁRIOS RECURSAIS – CABIMENTO - RECURSO NÃO PROVIDO. É condição indispensável para o recebimento do seguro DPVAT a comprovação da invalidez permanente (art. 3º da Lei nº 6.194/74). Nos termos do art. 85, §11, do CPC/2015, ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar os honorários anteriormente fixados, levando em conta o trabalho adicional realizado nessa fase.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0037608-04.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ MAIA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FERREIRA DE BRITO OAB - MS9982-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARMANDO DA GLORIA BATISTA OAB - SP41775-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0037608-04.2015.8.11.0041 APELANTE: ANDRE LUIZ MAIA DA SILVA APELADO: FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS SA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA - CERCEAMENTO DE DEFESA – PEDIDO DE PERÍCIA COMPLEMENTAR – DESNECESSIDADE - PRELIMINAR REJEITADA – COBERTURA SECURITÁRIA – AUSÊNCIA DE INVALIDEZ – PATOLOGIAS DE ORIGEM DEGENERATIVA – INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR – SENTENÇA MANTIDA - HONORÁRIOS RECURSAIS - ARTIGO 85, §11º, DO CPC - APLICABILIDADE - RECURSO NÃO PROVIDO. O julgamento antecipado da lide com indeferimento do pedido de produção de prova não implica cerceamento de defesa quando essa providência for totalmente desnecessária para a resolução do litígio. Afastada a invalidez por perícia médica, não cabe indenização securitária. Ao julgar o Recurso, o Tribunal deverá majorar a verba honorária anteriormente fixada, levando em conta o trabalho adicional realizado nessa fase (art. 85, §11º, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0039661-55.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA FERRAZ GOMES (EMBARGANTE)
CARLOS ALBERTO DA SILVA PEREIRA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PRISCILA MENDONCA DE AGUILAR ARRUDA OAB - MT20553-O (ADVOGADO)
EDSON SILVA DE CAMARGO OAB - MT2054-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HOSPITAL JARDIM CUIABA LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-A (ADVOGADO)
THAYELLE CRISTINNE AMORIM VENDRAMINI OAB - MT17623-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0039661-55.2015.8.11.0041 EMBARGANTE: CARLOS ALBERTO DA SILVA PEREIRA, LUCIANA FERRAZ GOMES EMBARGADO: HOSPITAL JARDIM CUIABA LTDA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR AMBAS AS PARTES – APELAÇÃO CÍVEL – SENTENÇA CASSADA - OMISSÃO VERIFICADA APENAS QUANTO AOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – ILEGITIMIDADE PASSIVA – QUESTÃO NÃO SUSCITADA – NÃO IMPUGNAÇÃO DO REQUERIDO CONTRA O DECISUM DE ORIGEM - PREQUESTIONAMENTO – INVIABILIDADE – RECURSO DOS AUTORES PROVIDO – RECURSO DO RÉU NÃO PROVIDO. Constatada a omissão quanto aos ônus sucumbenciais, devem ser providos os Aclaratórios para saná-la. Se a Ação foi julgada improcedente e o réu não recorreu da sentença que lhe foi favorável, uma vez que não tinha interesse, não cabe alegar que o aresto foi omisso no tocante à sua ilegitimidade passiva. Mesmo para fins de prequestionamento, esta via só é admissível se configurado algum dos vícios a que se refere o artigo 1.022 do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015213-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

ALMERI DALMASO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUGO LEONARDO GARCIA DE AQUINO OAB - MT7691-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO ZAITTER OAB - PR47325-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1015213-85.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: ALMERI DALMASO AGRAVADO: BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL RECEBIDA POR PROCURADOR DO DEVEDOR – MORA COMPROVADA – QUITAÇÃO DO DÉBITO – ALEGAÇÃO NÃO DEMONSTRADA - RECURSO NÃO PROVIDO. A comprovação da mora é pressuposto de constituição válida e regular do processo em Ação de Busca e Apreensão fundada em alienação fiduciária, e o recebimento da notificação extrajudicial por procurador do devedor é suficiente para cumprir esse requisito. Cabe ao devedor comprovar a alegação de quitação das prestações (art. 373, II, do CPC).

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0010329-24.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ITURAN SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA PENNA NEVES OAB - SP235026 (ADVOGADO)
PRISCILLA SANCHES DE LIMA GOMES HALABLIAN OAB - SP262283 (ADVOGADO)
ANA CAROLINA ESPOSITO VIEITO OAB - SP351703 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VERANICE NUNES BORELI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DARVIN KRAUSPENHAR JUNIOR OAB - MT9061-B (ADVOGADO)
ADRIANO BULHOES DOS SANTOS OAB - MT8182-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0010329-24.2015.8.11.0015 EMBARGANTE: ITURAN SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA. EMBARGADO: VERANICE NUNES BORELI DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - OMISSÃO – NÃO OCORRÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS – RECURSO NÃO PROVIDO. Ausentes as hipóteses de omissão, obscuridade ou contradição, nega-se provimento aos Embargos de Declaração, os quais também não se prestam para provocar o reexame de matéria já definida. O julgador não está obrigado a responder a todas as alegações das partes quando já tiver encontrado motivo suficiente para embasar a decisão. Mesmo para fins de prequestionamento, esta via só é cabível se configurado algum dos vícios a que se refere o artigo 1.022 do CPC.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016164-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO OAB - MT9172-B (ADVOGADO)
JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES OAB - MT12009-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUCINEIA MARIA DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOICE DANHONI OAB - MT17008/O-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1016164-79.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO AGRAVADO: JUCINEIA MARIA DA SILVA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA – INTERNAÇÃO HOSPITALAR - PLANO DE SAÚDE – PRAZO DE CARÊNCIA NÃO CUMPRIDO – IRRELEVÂNCIA – TRATAMENTO DE URGÊNCIA – RECUSA ABUSIVA – RECURSO NÃO PROVIDO. Para a concessão da tutela de urgência, é necessária a demonstração dos pressupostos elencados no art. 300 do CPC - probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. O prazo de carência não prevalece frente a procedimentos de urgência e emergência.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015696-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
D. C. D. C. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-A (ADVOGADO)
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT14889-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
C. R. N. D. N. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARLON DE LATORRACA BARBOSA OAB - MT4978-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1015696-18.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: T.C.C.N. representada por sua mãe DANIELE CRISTINA DE CAMPOS AGRAVADO: CLEONIR RODRIGUES NASCIMENTO DAS NEVES DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE GUARDA C/C REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS C/C ALIMENTOS - PENSÃO PROVISÓRIA FIXADA EM 10% DO RENDIMENTO LÍQUIDO DO GENITOR – PEDIDO DE MAJORAÇÃO – NÃO CABIMENTO – QUANTIA RAZOÁVEL - CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE NÃO DEMONSTRADA DE PLANO – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA INDISPENSÁVEL - RECURSO NÃO PROVIDO. Deve ser mantido o valor dos alimentos definido pelo juízo de origem, até que a instrução probatória forneça a segurança imprescindível para uma solução definitiva com base no binômio necessidade/possibilidade. Tratando-se de decisão provisória, cabe a sua rescisão a qualquer tempo, desde que venham aos autos elementos de convicção que a justifiquem.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1007966-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AGOSTINHO CARVALHO TELES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSCAR CESAR RIBEIRO TRAVASSOS FILHO OAB - MT6002-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUAREZ JOSE FERNADES E OUTROS (AGRAVADO)
ADELINO ANDRE FERREIRA (AGRAVADO)
TANIA DELFINO DA COSTA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PRISCILA GONCALVES DE ARRUDA OAB - MT20310-A (ADVOGADO)
DILERMANDO JOAO THIESEN FILHO OAB - MT20854/B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1007966-53.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: AGOSTINHO CARVALHO TELES AGRAVADO: ADELINO ANDRE FERREIRA, JUAREZ JOSE FERNADES E OUTROS, TANIA DELFINO DA COSTA DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – LIMINAR CONCEDIDA EM 2004 – REVIGORAMENTO INDEFERIDO POR TRANSCURSO DE TEMPO – FEITO AINDA NA FASE POSTULATÓRIA – SUCESSIVOS AJUIZAMENTO DE EMBARGOS DE TERCEIRO PELOS OCUPANTES – SOBRESTAMENTO DO FEITO PRINCIPAL E REMESSA PARA A VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO AGRÁRIO DA CAPIRTAL – PERMANÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA LIMINAR – PRECEDENTES DO STJ E DO TJMT – DECISÃO REFORMADA – RECURSO PROVIDO. Persistindo a presença dos critérios legais para o deferimento da liminar possessória, é perfeitamente possível o seu revigoramento, mesmo depois de transcorridos muitos anos desde a concessão, principalmente quando não caracterizada a desídia do autor no seu cumprimento, diante do sobrestamento do feito principal em virtude dos inúmeros Embargos de Terceiro manejados pelos ocupantes.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo Número: 1016106-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO CESAR PACHECO (AGRAVANTE)
SILVANA MARINA BERENYI PACHECO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO RANDAZZO NETO OAB - MT3504-A (ADVOGADO)
PRISCILA KATIA MIGUEL FAKINE OAB - MT13706/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI OAB - SP198905-O (ADVOGADO)
JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA OAB - MT9977-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1016106-76.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: MARCIO CESAR PACHECO, SILVANA MARINA BERENYI PACHECO AGRAVADO: SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO – CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE INSUMOS AGRÍCOLAS COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – RAI ANTERIOR QUE DEFINIU A POSSE PARA OS AGRAVANTES – REQUISITOS DO ARTIGO 300 DO CPC EVIDENCIADOS – AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA INVERSO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA MELHOR ESCLARECIMENTO DOS FATOS – DECISUM REFORMADO – RECURSO PROVIDO. A concessão de tutela de urgência exige a da comprovação da probabilidade do direito reclamado e da existência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo caso a medida não seja deferida. É necessário cautela no enfrentamento de questão de alta litigiosidade, principalmente se resultar em alteração da titularidade da posse, sendo prudente, nessa situação, aguardar maiores esclarecimentos sobre os fatos.

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0048128-91.2013.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
R. M. D. C. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEILA MARIA DE ALMEIDA OAB - MT9235-O (ADVOGADO)
VITOR ALMEIDA SILVA OAB - MT14252/O-O (ADVOGADO)
LINEIDE VIEIRA DE ALMEIDA OAB - MT15488-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
L. F. R. C. -. M. (EMBARGADO)
J. R. C. (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIZ CARDOZO SANTOS OAB - MT7322-A (ADVOGADO)
JOSEMAR HONORIO BARRETO JUNIOR OAB - MT8578-O (ADVOGADO)
ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA OAB - MT6551-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
H. D. M. E. L. (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DES. EMBARGOS DECLARATÓRIOS na Apelação Cível n. 0048128-91.2013.8.11.0041 EMBARGANTE: ROSANA MENDES DE CARVALHO EMBARGADO: JOACIR RODRIGUES CARVALHO EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO JULGADA PROCEDENTE - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO – CIRURGIA PLÁSTICA – IMPLANTAÇÃO DE PRÓTESES MAMÁRIAS - DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS – ERRO MÉDICO AFASTADO – AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL – OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - VÍCIOS INEXISTENTES – MERA PRETENSÃO DE REJULGAMENTO – PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO - RECURSO NÃO PROVIDO. Não existindo no acórdão o vício alegado, nega-se provimento aos Embargos Declaratórios, os quais não são meio idôneo para o reexame da matéria.

Acórdão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016793-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI NUNES DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALOISIO BARBOSA CALADO NETO OAB - PB17231 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ OAB - MT22131-O (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1016793-53.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: VANDERLEI NUNES DA SILVA AGRAVADO: BANCO ITAUCARD S.A. DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES À MÉDIA PRATICADA PELO MERCADO - MORA DESCONSTITUÍDA – RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO DEVIDA - RECURSO PROVIDO. Conforme Súmula n. 382 do STJ, a fixação de juros remuneratórios acima de 12% ao ano, por si só, não indica abuso, o que se dá somente quando estiver configurado o excesso capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada, considerando, para isso, a taxa média praticada pelo mercado. O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora (REsp 1061530/RS).

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0026773-20.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VILMAR SILVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO BUOSI OAB - SP227541-O (ADVOGADO)
FABIO ANDRE FADIGA OAB - SP139961 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MATIAS BORGES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BEATRIZ PINTO VIANA OAB - MT10456-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
BENONI AGOSTINHO SILVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ANA BASTIANI SILVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 0026773-20.2016.8.11.0041 APELANTE: VILMAR SILVEIRA APELADO: MATIAS BORGES DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE – REQUISITOS OBJETIVOS IMPLEMENTADOS – POSSE ANTERIOR E TURBAÇÃO - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. O êxito da Ação Possessória está vinculado à comprovação inequívoca dos pressupostos do art. 561 do CPC, dentre eles, a posse anterior do requerente e a turbação praticada pelo requerido.

Acórdão Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1008909-35.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ DINEI DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILIAN MORAIS DE OLIVEIRA BUENO OAB - GO43269 (ADVOGADO)
ANDRE GUSTAVO DE CAMPOS REIS OAB - GO22126-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DA CONCEICAO DE ALMEIDA MANINI (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS CESAR APOITIA OAB - MT7976-A (ADVOGADO)

PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1008909-35.2017.8.11.0002 APELANTE: LUIZ DINEI DOS SANTOS APELADO: MARIA DA CONCEICAO DE ALMEIDA MANINI DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE LOCUPLETAMENTO ILÍCITO PROCEDENTE – NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL - DESNECESSIDADE DE COMPROVAR A RELAÇÃO JURÍDICA SUBJACENTE - PRELIMINAR REJEITADA - NOTAS PROMISSÓRIAS ASSINADAS PELO APELANTE –RESPONSABILIDADE DO EMITENTE PELO PAGAMENTO – RECURSO NÃO PROVIDO. Na Ação de Locupletamento Ilícito fundada em nota promissória, por ostentar natureza cambial, não há necessidade da especificação da causa subjacente. Assim, se o apelante não nega que foi o emitente e não alega falta de autenticidade, extinção, cancelamento, substituição ou qualquer fato ligado à sua eficácia, é descabida a produção de prova testemunhal. A apresentação do título prescrito é suficiente para embasar a Ação, uma vez que a sua posse e o não pagamento pelo portador gera presunção juris tantum de enriquecimento imotivado do emitente.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017959-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EQUILIBRIO - INDUSTRIA QUIMICA EIRELI (AGRAVANTE)
JULIANO MURARO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO PACHECO DOS SANTOS OAB - MT17601-A (ADVOGADO)
GERSON LUIS WERNER OAB - MT6298-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017959-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EQUILIBRIO - INDUSTRIA QUIMICA EIRELI (AGRAVANTE)
JULIANO MURARO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO PACHECO DOS SANTOS OAB - MT17601-A (ADVOGADO)
GERSON LUIS WERNER OAB - MT6298-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)

Posto isso, nega-se o efeito suspensivo postulado. Intime-se para, no prazo, no prazo apresentar resposta. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018872-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AFARE I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA MENDONCA COSTA OAB - SP195829-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LOUIZE HONORATO DE FREITAS (AGRAVADO)
ALEXANDRE AUGUSTIN (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018872-05.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 21:14:48 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017870-97.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ SACARDI - ME (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA ISABEL DELLA VALLE OBERSTEINER OAB - MT5461-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Desse modo, ante a desistência, fica prejudicado o Recurso, razão por que deixo de conhecê-lo, com amparo no artigo 932, inciso III, do CPC. Cuiabá, 6 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1017313-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA (EMBARGANTE)
REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL CRISTINA ROCKEMBACH BLEICH OAB - MT7655-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RTA RESILIMPA TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAZARO PAULO ESCANHOELA JUNIOR OAB - SP65128 (ADVOGADO)

Posto isso, ausentes os requisitos do art. 1.022 do CPC, nego provimento aos Embargos de Declaração. Cuiabá, 6 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018666-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICK ALVES COSTA OAB - MT7993-O (ADVOGADO)
JESSICA FRANCISQUINI OAB - MT18351-O (ADVOGADO)
MARCOS ADRIANO BOCALAN OAB - MT9566-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RADIO NOVA XAVANTINA LTDA - ME (AGRAVADO)

Pelo exposto, indefiro a antecipação da tutela recursal. Intime-se a agravada para oferecer resposta em quinze dias. Cuiabá, 9 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0005975-55.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MBR ALIMENTOS LTDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAISE CAROLINE PRADELA ALVES DE ARAUJO PORTO OAB - MT13232/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ FERNANDO SILVA GUERREIRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO OLIVEIRA MACHADO OAB - MT9012-O (ADVOGADO)

Em 13/11/2019, a 4ª Câmara desta Corte negou provimento a este Recurso, porém em 28/11/2019 o apelado pugnou pelo chamamento do feito à ordem e anulação do decisum porque na primeira instância não foram apreciados os Embargos de Declaração que opôs em 19/07/2019. Ocorre que, ainda no juízo a quo o apelado apresentou suas contrarrazões em 28/08/2019 e não fez nenhuma referência àquela questão. Também em 05/11/2019 foi intimado da inclusão deste processo em pauta de julgamento, e mais uma vez deixou de arguir a nulidade ora suscitada. Conforme o princípio pass de nullité sans grief, só será declarada nula a decisão se comprovado o efetivo prejuízo, o que não se verifica nesta situação já que o apelado permitiu que a lide tramitasse regularmente e nas oportunidades que teve não postulou a sua devolução à origem. Diante disso, indefiro o pedido com ID nº. 26090049. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0004529-54.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BERVIG & WERNER ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LUIS WERNER OAB - MT6298-A (ADVOGADO)
RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA CASATI OAB - MT19724-O (ADVOGADO)
MARCOS LEVI BERVIG OAB - MT6312-O (ADVOGADO)
DANIELA SEEFELD WERNER OAB - MT7839-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA BERNARDETE DE PRADOS REITER (APELADO)
HELIANY CRISTINE REITER FERRO (APELADO)
CARLOS ALBERTO FERRO (APELADO)
FRANZ ARIOVALDO REITER - ESPOLIO (APELADO)
FABIANA DE PRADOS REITER (APELADO)
DENISE REITER (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ISRAEL DE OLIVEIRA OAB - MT8150-O (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE PITOMBO RIBEIRO DE OLIVEIRA OAB - MT15467-A (ADVOGADO)

A apelante formulou pedido de justiça gratuita na minuta recursal porém

deixou de cumprir o despacho com ID nº. 25021989, pois não apresentou prova da alegada precariedade financeira. Diante disso, indefiro o benefício pleiteado e, em observância ao disposto no artigo 101, §4º, do CPC c/c art. 73 do RITJ/MT, determino a sua intimação para providenciar o preparo no prazo de 05 dias, sob pena de deserção. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003639-10.2009.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
WISIS LAURINDO SILVA JUNIOR (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE QUINTAO SAMPAIO OAB - MT5653-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao Recurso, para reformar a sentença, a fim de acolher os embargos à execução, declarando-se a inexecutoriedade da nota promissória, o que, por consequência, conduz à extinção da ação de execução. Por consequência, inverto o ônus sucumbencial fixada na sentença. Ao ensejo, advirto as partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos do artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015808-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA GOMES HASSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA FREIBERG OAB - RS55832-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - 729.961.619-04 (PROCURADOR)
FABIULA MULLER OAB - 965.365.439-04 (PROCURADOR)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso. Publique-se e intimem-se, advertindo ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015808-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA GOMES HASSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA FREIBERG OAB - RS55832-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - 729.961.619-04 (PROCURADOR)
FABIULA MULLER OAB - 965.365.439-04 (PROCURADOR)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015808-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA GOMES HASSI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA FREIBERG OAB - RS55832-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - 729.961.619-04 (PROCURADOR)
FABIULA MULLER OAB - 965.365.439-04 (PROCURADOR)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso. Publique-se e intimem-se, advertindo ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012760-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLA CASSANI ZULI (AGRAVANTE)
RUBENS ZULLI (AGRAVANTE)
ENIO ZULLI (AGRAVANTE)
SILVIO ZULLI (AGRAVANTE)
ISIDORO ZULLI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HIGARA HUIANE CARINHENA VANDONI DE MOURA OAB - MT10488-A (ADVOGADO)
MARIANA RIBEIRO SERAFIM DA SILVA VIEIRA BARROS OAB - MT9383/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE (AGRAVADO)
Outros Interessados:
VICTOR ANDRADE COSTA TEIXEIRA OAB - GO33374 (ADVOGADO)
VALOR ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso. Ao ensejo, advirto os agravantes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos do artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012760-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NICOLA CASSANI ZULI (AGRAVANTE)
RUBENS ZULLI (AGRAVANTE)
ENIO ZULLI (AGRAVANTE)
SILVIO ZULLI (AGRAVANTE)
ISIDORO ZULLI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HIGARA HUIANE CARINHENA VANDONI DE MOURA OAB - MT10488-A (ADVOGADO)
MARIANA RIBEIRO SERAFIM DA SILVA VIEIRA BARROS OAB - MT9383/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE (AGRAVADO)
Outros Interessados:
VICTOR ANDRADE COSTA TEIXEIRA OAB - GO33374 (ADVOGADO)
VALOR ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - EPP (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso. Ao ensejo, advirto os agravantes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos do artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014441-25.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARIVONIL BASTIANNI DA COSTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL JERONIMO SANTOS OAB - MT13389-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDOMIRO VITORETI (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JARBAS ANTONIO DIAS OAB - MT7842-B (ADVOGADO)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso. Publique-se e intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly

Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0003179-49.2013.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA DE OLIVEIRA KANEKIYO (APELANTE)
LUIZ MACOTO KANEKIYO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HILTON JOSE DE SOUSA (APELADO)

Pelo exposto, ante a deserção não conheço do Recurso, com amparo nos arts. 100, §2º, e 932, parágrafo único, do CPC. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1001369-50.2019.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA FERERINE DO VALLE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
GISELIA SILVA ROCHA OAB - MT14241-O (ADVOGADO)
ERICK HENRIQUE DIAS PRADO OAB - MT17642-O (ADVOGADO)
MARCELO VENTURA DA SILVA MAGALHAES OAB - MT21412/O-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (APELADO)
BRADESCO SEGUROS S/A (APELADO)
ITAU SEGUROS S/A (APELADO)
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (APELADO)
FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-A (ADVOGADO)
JACO CARLOS SILVA COELHO OAB - MT15013-S (ADVOGADO)
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO)
JOSEMAR LAURIANO PEREIRA OAB - RJ132101-A (ADVOGADO)
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MS5871-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARIA SANTA DE JESUS FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

Nesta instância a análise restringiu-se ao cabimento ou não do benefício da justiça gratuita à apelante. Não se fez menção alguma à apelada Massa Falida da Federal Seguros S.A. Diante disso, indefiro o pedido com ID nº. 24540460. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016742-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. A. C. D. S. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAQUEL SOUZA NASCIMENTO CAMARGO OAB - MT22193-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
S. C. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
B. G. C. D. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

Após as informações prestadas pelo juízo que noticia o deferimento da guarda provisória à agravante e parecer da douta Procuradoria de Justiça, intime-se a agravante para requerer o que entender de direito. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018883-34.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARAMIS CARLOS BERNINI (AGRAVANTE)
NEIDE ZANASI BERNINI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA CRISTINA MAYER OAB - MT18586-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIPAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (AGRAVADO)
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA CELESTE LTDA (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018883-34.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 10:17:41 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018888-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELINO RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVANTE)
ABGAIL GENTIL (AGRAVANTE)
ANNA KAROLINA GENTIL RODRIGUES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA JULIA BARKOSKI DE OLIVEIRA OAB - MT21784O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 1ª VARA CÍVEL DE RONDONOÓPOLIS-MT (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018888-56.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 11:17:08 e distribuído inicialmente para o Des(a). GUIOMAR TEODORO BORGES

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018890-26.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
L. D. O. C. (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. C. S. D. O. (AGRAVADO)

Certifico, que o processo de n. 1018890-26.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 11:50:58 e distribuído inicialmente para o Des(a). SERLY MARCONDES ALVES

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015559-36.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DALVA DE SOUZA ALBUQUERQUE NUNES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTH AIARDES OAB - MT15463-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IRACEMA DE ALBUQUERQUE LUNAS (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012076-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDNA DE OLIVEIRA CONCEICAO DOS REIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-A (ADVOGADO)
LEMIR FEGURI OAB - MT10335-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1015345-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JHONATAN MATIAS DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

JULIO CESAR DE CARVALHO JUNIOR OAB - MT10032-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009583-95.2015.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS BASSI FILHO (APELANTE)
PAULA MARYELLEN SILVA OLIVEIRA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WESLEY HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUSA OAB - MT25589-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRINK'S E-PAGO TECNOLOGIA LTDA. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000127-72.2017.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
RENATA FARIAS ZAMPA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO AUGUSTO SANTOS DE SOUZA OAB - MT20350-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO ANTONIO POZZOBON (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WISAMARA OLIVEIRA DA SILVA OAB - MT200600-O (ADVOGADO)
MARCIO ROGERIO PARIS OAB - MT7526-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1003218-70.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ESTEVES DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINOR SENA RODRIGUES OAB - MT11453-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GENIVALDO DE MAGALHAES (APELADO)
ESPÓLIO DE JANDIRA BEARIS (APELADO)
SILVANA BEARIZ DE MAGALHAES (APELADO)
GENI BEARIZ DE JESUS (APELADO)
ELIAS ANDRADE DE JESUS (APELADO)
FLORACI BISPO DE OLIVEIRA MAGALHAES (APELADO)
SILMA MAGALHAES DE MORAES (APELADO)
VALDSON ANGELO MORAES (APELADO)
SANDRA REGINA MAGALHAES LAET (APELADO)
JOSE FERREIRA LAET (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALAN VITOR BRAGA OAB - MT8443-A (ADVOGADO)
MARCELO MACHADO DE OLIVEIRA OAB - MT11048-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
FLORACI BISPO DE OLIVEIRA MAGALHAES (TERCEIRO INTERESSADO)
SILMA MAGALHAES DE MORAES (TERCEIRO INTERESSADO)
ELIAS ANDRADE DE JESUS (TERCEIRO INTERESSADO)
GENIVALDO DE MAGALHAES (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE FERREIRA LAET (TERCEIRO INTERESSADO)
SILVANA BEARIZ DE MAGALHAES (TERCEIRO INTERESSADO)
VALDSON ANGELO MORAES (TERCEIRO INTERESSADO)
SANDRA REGINA MAGALHAES LAET (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE ESTEVES DOS SANTOS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
ALAN VITOR BRAGA OAB - MT8443-A (ADVOGADO)
MARCELO MACHADO DE OLIVEIRA OAB - MT11048-B (ADVOGADO)
GENI BEARIZ DE JESUS (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0023466-15.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
J. G. D. A. B. (APELANTE)
LENECIL CONCEICAO LISBOA DE ALMEIDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO REIS CARMONA OAB - MT20889-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO)
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LENECIL CONCEICAO LISBOA DE ALMEIDA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1022895-36.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
V. H. C. D. S. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIGUEL ANGELO CARROCIA OAB - MT21968-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
C. D. S. S. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDERSON ROSSINI PEREIRA OAB - MT9086-B (ADVOGADO)
Outros Interessados:
R. C. D. S. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0012190-32.2013.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
L. A. S. L. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO GOMES SÉRGIO SOUZA OAB - MT22809/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. F. D. L. E. S. F. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO LUIS FIGUEIREDO DE ARRUDA OAB - MT12814-O (ADVOGADO)
GILSON ESPIRITO SANTO NUNES RIBEIRO OAB - RJ135090-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016892-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO BARROS CARVALHO (AGRAVANTE)
MARIA THEREZA CAETANO CARVALHO (AGRAVANTE)
GERALDO BARROS CARVALHO JUNIOR (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA OAB - MT6005-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DA AMAZONIA SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

ELOI CONTINI OAB - MT35912-O (ADVOGADO)
ARIOSVALDEZ RODRIGUES DE LIMA OAB - MT17088-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016139-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M.E.S. COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR OAB - MT11322-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA LUCILIA GOMES OAB - MT5835-A (ADVOGADO)
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-S (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012587-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GOLD BLACK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE S.A. (AGRAVANTE)
GOLDFARB INCORPORACOES E CONSTRUCOES S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO MOREIRA CRISPIM (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO PEREIRA BRAGA OAB - MT12572/O-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015175-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGROPECUARIA ANGICO EIRELI - EPP (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELIO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - 939.908.399-34 (PROCURADOR)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013259-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SUELY DOLORES MACIEL DE ARRUDA E SA (AGRAVANTE)
GERALDO ALUIZIO GUIMARAES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITOR MARTINELLI DE MENDONCA OAB - MT13082-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA OAB - MT18099-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015271-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TEKNISA SOFTWARE LTDA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EZEQUIEL DE MELO CAMPOS NETTO OAB - MG71197 (ADVOGADO)
NATHALIA FERREIRA GUIMARAES OAB - MG135138 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BUFFET LEILA MALOUF LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON MARIO DE SOUZA OAB - MT4635-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1013848-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDEMAR FUHR (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO GARCIA TATIM OAB - MT8187-B (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011542-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MASSA FALIDA DO BANCO LAVRA S.A. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS DE ALVARENGA MATTOS OAB - SP62674 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
HELENA ROSSI BRIANTE (AGRAVADO)
MARIA MERCEDES DE CAMARGO GRANJA (AGRAVADO)
LUIZ ANTONIO RAIO GRANJA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO CELESTINO CORREA DA COSTA NETO OAB - MT4611-A (ADVOGADO)
JOSE ROBERTO LOUREIRO OAB - PR19021 (ADVOGADO)
MAURO DALARME OAB - PR18606 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018893-78.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SELMA CRISTINA BATISTA GUIDES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIR BLEMER DE CARVALHO OAB - MT11595-O (ADVOGADO)
SONIA MARIA HOFMAN OAB - MT25551/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MIDWAY S.A.- CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (AGRAVADO)
LOJAS RIACHUELO SA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018893-78.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1026551-98.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EDIVAINE ALMEIDA DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010739-16.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WELITON ALEX DE LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVALDO CORSI JUNIOR OAB - MT17676-O (ADVOGADO)
GUSTAVO HENRIQUE ZOCH LEITE OAB - MT25162-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1007295-04.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE PEREIRA DE SOUZA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BRANDAO CORREA OAB - MT16113-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-56 AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL
Processo Número: 1020142-72.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONILSON OLIVEIRA DE ARRUDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT12791-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0043084-57.2014.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ZERINETO PEREIRA ALVES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
GAYA LEHN SCHNEIDER PAULINO OAB - MS10766-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1011791-13.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KATIA CATILHAINE PEREIRA LIMA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MURILO FERREIRA BLANCO OAB - MT18713-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012379-54.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON FREIRE JARDIM DOS SANTOS OAB - MT26992-A (ADVOGADO)
LUIZ HENRIQUE VIEIRA OAB - MT26417-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AILTON RODRIGUES ALVES (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALBERTO PELISSARI CATANANTE OAB - MT17531-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1016841-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE DIER (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO COSTA DOS SANTOS OAB - MT0015771A (ADVOGADO)
JOSE MIGUEL DE ARRUDA PELISSARI OAB - MT15112-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001322-79.2013.8.11.0014
Parte(s) Polo Ativo:
RODIGHERI & CIA. LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR APARECIDO AQUINO CABRIOTE OAB - MT8869-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIPAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO LEONEL CELLI OAB - PR38615 (ADVOGADO)
EDUARDO DESIDERIO OAB - MT40321-O (ADVOGADO)
FABIO LUIS ANTONIO OAB - PR31149-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014867-37.2019.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:
NEILA SOUZA FERNANDES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BATISTA DA SILVA OAB - MT7697-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EWERTON BARROS MIRANDA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017708-05.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DA SILVA (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COMERCIAL DOÇURA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (AGRAVADO)
CASA DOS AQUECEDORES MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME (AGRAVADO)
PALMINO PEREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
MARIA PIEDADE DA SILVA TORRES (AGRAVADO)
SEBASTIAO CANDIDO DA SILVA (AGRAVADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1017256-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOYCE FERNANDA OLIVEIRA REIS (AGRAVANTE)
WELITON CARVALHO DA SILVA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR THIAGO MARQUES OCHIUCCI OAB - MT14495-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROZINEI TAVARES DE OLIVEIRA SIMAO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSUE ALVES NASCIMENTO OAB - MT20466-O (ADVOGADO)

Agravo de Instrumento interposto por Weliton Carvalho da Silva e Joyce Fernanda Oliveira Reis, de decisão que na ação de Reintegração de Posse c/c Resolução Contratual ajuizada por Rozinei Tavares de Oliveira Simão, deferiu a liminar para determinar a reintegração no imóvel urbano localizado na rua Pedro de Lazari Neto, n. 70, lote 10, qd 03, do loteamento Vila São José, no município de Mirassol D'Oeste. Os agravantes informam que não efetuaram o recolhimento do preparo do recurso, porquanto litigam sob o pálio da Justiça Gratuita. Ocorre que não se visualiza decisão que deferiu tal benefício. Nessa quadra, intimem-se os agravantes para comprovarem que são beneficiários da justiça gratuita ou promovam o recolhimento do preparo no recurso, no prazo de 05 dias. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018902-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIOLA BORGES DE MESQUITA OAB - SP206337-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RHAYFF FERREIRA BIAVA (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018902-40.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1004679-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA DOS SANTOS SALOMAO (AGRAVANTE)
OTTO FRANCISCO EWERLING (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIERME ROMERO OAB - MT6240-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
O TELHAR AGROPECUARIA LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO INACIO HELENE LESSA OAB - MT6571-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 22 de Janeiro de 2020 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014467-23.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EURICO DE OLIVEIRA COSTA NETO (AGRAVANTE)
CLAUDIA MARCELA DE MANTOVA CARDOSO COSTA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRASIELA ELISIANE GANZER OAB - MT9899-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação de pauta Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1010525-80.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITORIOS DO AGRONEGOCIO SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEY PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - SP182679-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ANTONIO GONCALVES VIANA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HIGARA HUIANE CARINHENA VANDONI DE MOURA OAB - MT10488-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 08:30 horas, no Plenário 3.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018329-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BMG SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT84400-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WALTER FERREIRA DA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO)

Posto isso, nega-se o efeito suspensivo ao agravo. Intime-se a agravada para apresentar contraminuta. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Des. Guiomar Teodoro Borges Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0007650-44.2013.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
CONCREFORTT CONSTRUTORA LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA CRISTIANE HECK OAB - MT16253-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MT13994-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MARILEI APARECIDA KEMPFER FORMEHL (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA

DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0007650-44.2013.8.11.0040 APELANTE: CONCREFORTT CONSTRUTORA LTDA - EPP APELADO: BANCO BRADESCO SA Vistos, Eminentes pares: Trata-se de recurso de apelação cível, interposto pela empresa Concrefortt Construtora Ltda. – EPP, com o fito de reformar a sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Sorriso, que julgou procedente o pedido formulado na Ação Monitória, ajuizada pelo Banco Bradesco S.A., para constituir o débito apontado na inicial em título executivo judicial, nos termos do artigo 701, §2º, do CPC, com incidência de correção monetária pelo INPC e juros moratórios de 1% ao mês, a partir do vencimento da dívida. Por conseguinte, condenou a parte requerida ao pagamento das custas judiciais e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 82, § 2º, do CPC. Nas razões recursais, a empresa apelante a configuração do cerceamento de defesa, decorrente do julgamento antecipado da lide, que obstou a produção da prova pericial, a fim de demonstrar a abusividade dos encargos cobrados. Sustenta a exorbitância dos juros cobrados e insurge-se contra a incidência da capitalização de juros. As contrarrazões juntadas ao id. 26611512. Sendo isto o que basta relatar, sigo aos fundamentos e, ao final, decido: A rigor do artigo 932, do Código de Processo Civil, incumbe ao relator não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado, ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida. Ainda, cumpre negar ou dar provimento ao recurso contrário à Súmula dos Tribunais Superiores e Locais, e Acórdão dos Tribunais Superiores submetidos ao rito dos recursos repetitivos. A esse respeito, esclarecem Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero: "1. O relator tem o dever de julgar o recurso monocraticamente, preenchidos os requisitos inerentes à espécie, porque aí está prestigiando a autoridade do precedente (arts. 926 e 927, CPC) e patrocinando sensível economia processual. Pode o relator julgar monocraticamente qualquer espécie recursal a partir do art. 932, CPC, podendo inclusive invocá-lo para decidir a remessa necessária (súmula 253, STJ: "o art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário") e para, em sendo o caso, decidir questões concernentes a processos de competência originária. O relator deve exercer seus poderes de ofício, independentemente de requerimento de quaisquer das partes." (Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz e Mitidiero, Daniel. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2. Ed. 2016, p. 997). E mais: "5. Negar provimento. O relator pode negar provimento ao recurso liminarmente, quando esse for contrário a precedentes das Cortes Supremas (art. 932, IV, a e b, CPC). Note-se que a alusão do legislador a súmulas ou a casos repetitivos constitui apenas um indício – não necessário e não suficiente – a respeito ou não de precedentes sobre a questão que deve ser decidida. O que interessa para a incidência do art. 932, IV a e b, CPC, é que exista precedente sobre a matéria – que pode ou não estar subjacente a súmulas e pode ou não decorrer do julgamento de recursos repetitivos. O relator também pode negar provimento a recurso invocando jurisprudência vinculante das Cortes de Justiça – que depende de se encontrar sumulada (art. 932, IV, a, in fine, CPC) ou de ter sido gerada a partir da forma específica dos incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência (art. 932, IV, c, CPC). O que se procura prestigiar com a possibilidade de o relator negar provimento ao recurso é a força vinculante dos precedentes e da jurisprudência sumulada ou decorrente de julgamentos dos incidentes próprios. 6. Dar provimento. O relator pode dar provimento ao recurso – mas aí, em respeito ao contraditório, deve primeiro ouvir a parte contrária (art. 932, V, CPC). As mesmas situações que autorizam o relator a negar provimento autorizam-no a dar provimento: a diferença entre os incisos OIV e V do artigo 932, CPC, encontra-se apenas na necessidade de prévia oitiva da parte contrária. O legislador persegue a mesma motivação: prestigiar a força vinculante dos precedentes e da jurisprudência sumulada ou de corrente de julgamentos dos incidentes próprios. Da decisão cabe agravo interno (art. 1.021,CPC)" (Marinoni, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz e Mitidiero, Daniel. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2. Ed. 2016, p. 998). No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 568, estabelecendo a possibilidade de julgamento monocrático com base em entendimento dominante acerca do tema, senão vejamos: Súmula 568/STJ - O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema. (Súmula 568, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/03/2016, DJe 17/03/2016). Neste contexto, por analogia ao verbete acima transcrito, há de se concluir que, o relator, em qualquer caso, poderá, monocraticamente, dar provimento ou negar seguimento, conforme esteja ou não de acordo com a jurisprudência dominante. Pois bem. Não há que se cogitar da nulidade da sentença, por violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa. É cediço que, ao Juiz, enquanto presidente do feito, compete aferir a conveniência da produção de provas, sendo-lhe facultado, inclusive, o indeferimento da diligência quando não verificar, pelo conjunto probatório, elementos que indiquem sua necessidade, a teor do disposto nos artigos 130 e 131 do CPC, "in verbis": "Art. 130. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias." "Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento." Em outras palavras, a produção da prova pericial somente deve ser deferida quando for necessária para a formação do convencimento do magistrado, cabendo a este indeferir as inúteis para o deslinde da controvérsia. No caso, o julgador entendeu pela prescindibilidade da produção de outras provas, além daquelas trazidas com a petição inicial, ante a existência de elementos suficientes para formar seu convencimento. De fato, tratando-se, a hipótese, de ação monitória fundada em contrato, devidamente celebrado entre as partes, o instrumento carreado aos autos é suficiente para aferir as bases do negócio, bem como a existência de eventuais ilegalidades dos encargos avençados; circunstância que possibilita o julgamento antecipado do processo, sem qualquer prejuízo às partes. Nesse passo, a despeito dos argumentos apresentados pela apelante, o acervo provatório colacionado é suficiente para embasar a sentença combatida e autorizar o julgamento antecipado do processo, circunstância que, por si só, obsta o reconhecimento do alegado cerceamento de defesa. Em situação semelhante, esta Câmara assim já teve a oportunidade de decidir. Vejamos: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO – DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL – QUESTÃO DE DIREITO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO LIMINAR PELA IMPROCEDÊNCIA - MATÉRIAS SUMULADAS OU DEFINIDAS EM RECURSOS REPETITIVOS PELO STJ - JUROS REMUNERATÓRIOS INFERIORES À MÉDIA DO MERCADO- ABUSO - NÃO OCORRÊNCIA -CAPITALIZAÇÃO - DUODÉCUPLO DOS JUROS MENSAIS INFERIOR À TAXA ANUAL - MANUTENÇÃO DA TAXA EFETIVA CONTRATADA - SÚMULA 541 DO STJ - NÃO EVIDENCIADA COBRANÇA DE ENCARGO ABUSIVO NA NORMALIDADE CONTRATUAL - MORA DEBENDI MANTIDA - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA NÃO CUMULADA - OBSERVÂNCIA ÀS SÚMULAS 296, 294 E 472 DO STJ - RECURSO NÃO PROVIDO. O art. 322 do CPC autoriza o juiz nas causas que dispensem a fase instrutória, independentemente da citação do réu, a julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar Súmula do STF ou STJ, acórdão proferido pelo STF ou STJ em Recursos repetitivos ou entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência, ou em Súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local. O princípio do livre convencimento motivado do juiz lhe confere a possibilidade de julgar a lide antecipadamente quando concluir que as provas constantes nos autos são suficientes. Conforme a Súmula n. 382 do STJ, a fixação de juros remuneratórios acima de 12% ao ano, por si só, não justifica a revisão do percentual pactuado, mas somente quando estiver configurado o excesso capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada. E, sendo eles estipulados em patamar similar à taxa média praticada pelo mercado, mantém-se o contratado. A capitalização de juros é permitida desde que avençada, e sendo o duodécuplo dos juros mensais inferior à taxa anual, admite-se a sua incidência, consoante enuncia a Súmula 541 do STJ. Não cabe o afastamento da mora debendi quando não constatada a cobrança de encargos indevidos durante o período de normalidade contratual (Repetitivo Resp 1061530/RS). (Ap 40301/2018, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 13/06/2018, Publicado no DJE 18/06/2018) Dos juros remuneratórios Como sedimentado pela jurisprudência pátria, não é abusiva a taxa de juros remuneratórios superior a 12% (doze por cento) ao ano, nos contratos bancários, desde que não ultrapassada a média da taxa de mercado à época do pacto, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No julgamento do REsp. 1.061.530/RS, submetido ao rito do artigo 1.036 do Código de Processo Civil (representativo de controvérsia), o

Superior Tribunal de Justiça se posicionou no sentido de que o abuso nos juros deve ser aferido com base na média praticada pelo mercado no período. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO (...) ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora; (...) (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009) Na parte da fundamentação deste mesmo julgado, a Corte Superior, com base nos precedentes da Casa, estabeleceu que os juros remuneratórios serão considerados extorsivos quando fixados em patamar uma vez e meia (50%) acima da taxa média do mercado. In casu, observo que a taxa contratualmente fixada entre as partes foi de 3,93% ao mês (fls. 18, id. 26610987), portanto, abaixo da taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil para o período (julho/2009) foi de 5,11% ao mês. (https://www.bcb.gov.br/ftp/depec/NITJ201110.xls) Desse modo, não há qualquer abusividade na taxa de juros praticada pela instituição financeira, devendo, portanto, ser mantida. Da Capitalização Mensal de Juros Acerca da capitalização de juros, o Superior Tribunal de Justiça se posicionou pela legalidade da incidência do encargo em periodicidade mensal, desde que haja previsão contratual. Essa previsão contratual pode decorrer de cláusula expressa ou do simples fato de a taxa anual de juros suplantar o duodécuplo da mensal. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. PACTUAÇÃO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- A capitalização dos juros é admissível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. Assim, permite-se sua cobrança na periodicidade mensal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial (Decreto-lei n. 167/67 e Decreto-lei n. 413/69), bem como nas demais operações realizadas pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00). 2.- A Segunda Seção desta Corte firmou o entendimento de que a previsão, no contrato bancário, de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. 3.- O agravante não trouxe qualquer argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, o qual se mantém por seus próprios fundamentos. 4.- Agravo Regimental improvido.(STJ - AgRg no AREsp: 465297 DF 2014/0013082-9, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 27/03/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/04/2014) Esse entendimento se encontra, inclusive, sumulado pela Corte Superior: Súmula 541. "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada." Na hipótese, no contrato, além de a capitalização mensal de juros se encontrar expressamente prevista no bojo do contrato (Cláusula Terceira, fls. 19), a taxa efetiva anual (58,81%) suplanta o duodécuplo do mensal (3,93%), estando, assim, contratada a capitalização dos juros. Como se vê, não há como acolher a súplica recursal. Pelo exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso. Por conseguinte, majoro os honorários advocatícios para 20% sobre o valor atualizado da causa, com fundamento no artigo 85, §11, do CPC. Ao ensejo, advirto às partes da pena de multa que incorre àquele que interpõe recurso manifestamente protelatório, nos termos dos artigos 80, VII, 81, 1.021, §4º, e 1.026, §§2º e 3º, todos do Código de Processo Civil, salientando que a assistência judiciária gratuita não exime o litigante do pagamento de multas processuais eventualmente impostas nos autos, nos termos do artigo 98, §4º, do mesmo diploma legal. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000833-41.2005.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
B S BARCI & SICCHIERI ENGENHARIA, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE JOSE LUDUVERIO PIZAURO OAB - SP272593 (ADVOGADO)
DANIEL FERREIRA BUENO OAB - SP217597 (ADVOGADO)
RICARDO ALVES PEREIRA OAB - SP180821-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
USINA BARRALCOOL S/A (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SIDNEI GONCALVES OAB - MT2933-O (ADVOGADO)

Vistos etc. Tendo em vista que o cerne da questão tratada neste recurso está intrinsecamente ligado ao resultado da Ação Anulatória de Patente nº 0500964-54.2006.4.02.5101, em trâmite na 38ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que se encontra em grau de recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça, determino a SUSPENSÃO do deste processo, até que sobrevenha o julgamento proferido pela Corte Superior. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0001409-34.2005.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
B S BARCI & SICCHIERI ENGENHARIA, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - EPP (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALVES PEREIRA OAB - SP180821-A (ADVOGADO)
ANDRE JOSE LUDUVERIO PIZAURO OAB - SP272593 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
USINA BARRALCOOL S/A (APELADO)
SOS ALCOOL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SIDNEI GONCALVES OAB - MT2933-O (ADVOGADO)
REINALDO COSTA OAB - SP55487-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0001409-34.2005.8.11.0008 APELANTE: B S BARCI & SICCHIERI ENGENHARIA, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - EPP APELADO: USINA BARRALCOOL S/A, SOS ALCOOL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME Visto. Tendo em vista que o cerne da questão tratada neste recurso está intrinsecamente ligado ao resultado da Ação Anulatória de Patente nº 0500964-54.2006.4.02.5101, em trâmite na 38ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que se encontra em grau de recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça, determino a SUSPENSÃO deste processo, até que sobrevenha o julgamento proferido pela Corte Superior. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Certidão Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018927-53.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. S. A. (AGRAVADO)

Certifico que o Processo nº 1018927-53.2019.8.11.0000 – Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1012167-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

JOSE ALUIZIO CHAVES SOBRINHO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALLINE PANIAGO MIRANDA DOS SANTOS ESPINDOLA OAB - MT18380-A (ADVOGADO)
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT11551-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA NOGUEIRA DA SILVA SANTOS (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAURA ARAUJO DA SILVA OAB - MT15566-O (ADVOGADO)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso para, reformando a decisão de base, deferir a assistência judiciária gratuita postulada pelo agravante. Publique-se e intimem-se, advertindo ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018711-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
B. P. C. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO JOSE BORGES SILVA OAB - BA17025 (ADVOGADO)
RODRIGO BORGES DE MOURA OAB - BA42878 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
F. P. D. C. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURICIO AUDE OAB - MT4667-A (ADVOGADO)
ALESSANDRO TARCISIO ALMEIDA DA SILVA OAB - MT4677-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
F. D. O. P. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Assim, até que venha a contraminuta para uma segura conclusão, defiro em parte a antecipação da tutela recursal a fim de majorar os alimentos provisórios para dois salários mínimos. Comunique-se ao juiz da causa e intime-se a parte adversa para oferecer resposta em 15 dias. Após, à Procuradoria-Geral de Justiça. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018711-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
B. P. C. (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO JOSE BORGES SILVA OAB - BA17025 (ADVOGADO)
RODRIGO BORGES DE MOURA OAB - BA42878 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
F. P. D. C. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURICIO AUDE OAB - MT4667-A (ADVOGADO)
ALESSANDRO TARCISIO ALMEIDA DA SILVA OAB - MT4677-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
F. D. O. P. (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Intimação ao(s) agravado(s) para apresentar(em) contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1019, II, do Código de Processo Civil.

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1000324-37.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO VINICIUS SATIRO DOS REIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUREMBERGUE ALVES JUNIOR OAB - MT10203-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO INTERMEDIUM SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT OAB - MG101330-A (ADVOGADO)

Retire-se de pauta. O apelante requer o direito à justiça gratuita, argumentando que não pode arcar momentaneamente com as custas judiciais, todavia não traz nenhuma prova das suas alegações. O artigo 99, §2º, do CPC estabelece que o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, devendo antes determinar à parte a comprovação de tais requisitos. Assim, intime-se o apelante a trazer em cinco dias documentos que efetivamente justifiquem o deferimento do benefício pleiteado. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018821-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADENILSON MAROCCO (AGRAVANTE)
MARINES FATIMA GALLI MAROCCO (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANO FRANCISCO DE OLIVEIRA OAB - MT6280-B (ADVOGADO)
CARLA CRISTINA MAYER OAB - MT18586-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SIPAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (AGRAVADO)
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA CELESTE LTDA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO LUIS ANTONIO OAB - PR31149-O (ADVOGADO)
EDUARDO DESIDERIO OAB - MT40321-O (ADVOGADO)
SILVANO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT6317-B (ADVOGADO)
PAULO JOSE GIARETTA OAB - PR16965 (ADVOGADO)
CARLOS NATAL GIARETTA OAB - PR18736 (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JAMIL LOURENÇO (TERCEIRO INTERESSADO)
GETULIO JOSE BIANCHI (TERCEIRO INTERESSADO)
JORGE HIDEO KAMITANI (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLA BORGES MOREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, NÃO ATRIBUO efeito ativo ao recurso. Publique-se e intimem-se, advertindo-se a agravada do prazo de 15 (quinze) dias de que dispõe para a apresentação de resposta, bem como ambas as partes das multas a que aludem os parágrafos 4º do artigo 1.021 e 2º do artigo 1.026 do CPC/15. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1014673-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
OSCAR LEONEL DE MENEZES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAIR BUENO LANZARIN OAB - MT8029-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEUZY DIAS POMPERMAYER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KARLA KAROLINA APARECIDA DIAS POMPERMAYER OAB - MT15965-O (ADVOGADO)

Retire-se de pauta. Em observância ao disposto nos arts. 9º e 10 do CPC e à superveniência da orientação jurisprudencial firmada pelo STJ no REsp nº. 1.604.412/SC, manifeste-se o agravante sobre a possível existência de causas impeditivas, interruptivas ou suspensivas da prescrição. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1015835-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIEN FABIO FIEL PAVONI (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIEN FABIO FIEL PAVONI OAB - MT6525-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE ALFEO BOSCOLI NETO (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENISE CONCEICAO ZOTTIS BOSCOLI OAB - 405.341.970-00 (PROCURADOR)
Outros Interessados:
DENISE CONCEICAO ZOTTIS BOSCOLI (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1011566-82.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL COSTA ROCHA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL COSTA ROCHA OAB - MT25880-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - MT9708-A (ADVOGADO)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso. Publique-se e intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1018742-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEISE DE FATIMA ALMEIDA ALVES (AGRAVANTE)
CLAUDYSON MARTINS ALVES (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EREMITA LAURA DA SILVA OURIVES OAB - MT12744/O (ADVOGADO)
LUDIMILA ALMEIDA PEREIRA DE SENA OAB - MT12067-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AGIP DISTRIBUIDORA S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
KAVEL COMERCIO E TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

Pelo exposto, indefiro o efeito suspensivo. Intime-se a agravada para trazer resposta em quinze dias. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0006857-56.2012.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
OSE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - EPP (APELANTE)
MARCILEI HISTER MILHOMEM SIQUEIRA (APELANTE)
MARCELO HISTER (APELANTE)
IVONE HULLER HISTER (APELANTE)
FRED MILHOMEM SIQUEIRA (APELANTE)
MARCIO HISTER (APELANTE)
BENO HISTER (APELANTE)
JULIANA VIEIRA MARTINS DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ACASSIO MUNIZ JUNIOR OAB - MT8872-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO AMATO PISSINI OAB - MT13842-A (ADVOGADO)
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO)
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-A (ADVOGADO)

Pelo exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, apenas autorizar a incidência da comissão de permanência, excluindo-se os demais encargos moratórios, bem como para reduzir os honorários advocatícios sucumbenciais para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do CPC; mantendo inalterada a sentença nos demais tópicos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000610-19.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
ODETE RO OWA RAIRATE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG SA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000610-19.2018.8.11.0110 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000606-79.2018.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
ODETE RO OWA RAIRATE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000606-79.2018.8.11.0110 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000815-82.2017.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
ANSELMO UTSEY RO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA OAB - MT24321-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-A (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0000815-82.2017.8.11.0110 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011766-71.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
WALTER OLIVEIRA BORGES JUNIOR (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAIZA EMANUELY DALAZEM PEREIRA OAB - MT15342-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
IVALDO ROSO JUNIOR (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS APARECIDO DE AGUIAR OAB - MT9769-O (ADVOGADO)
VITOR MENDES NUNES FILHO OAB - MT14037-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0011766-71.2013.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0009283-35.2019.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:

SILVANO FIRMINO FERREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAIRON CESAR DINIZ DE SOUSA OAB - MT14034-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TERRA COMUNICACAO LTDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO FERNANDO MANCINI OAB - MT1581-O (ADVOGADO)
ELAINE FERREIRA SANTOS MANCINI OAB - MT2915-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0009283-35.2019.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0011342-30.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
GENTE SEGURADORA SA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO)
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO JARDIM VIEIRA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KATIA CRISTINNA RODRIGUES OAB - MT13451-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0011342-30.2018.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0000049-77.2007.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
BAYER S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO UMBERTO LUCHESI OAB - SP76458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KAMINSKI - REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - ME (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0000049-77.2007.8.11.0078 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-50 APELAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 0047151-36.2012.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIAS PEREIRA FRANCO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO BRUNO CALDEIRA OAB - MT16707-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
LASER PAPELARIA COMERCIO E SERVICOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
BRT LOGISTICA INTEGRADA LTDA - ME (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 0047151-36.2012.8.11.0041 - Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018918-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA ESPECIALIZADA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE CUIABÁ (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018918-91.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018920-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETH REIS CALCADOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA OAB - MT11011-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018920-61.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018936-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TEODOSINA MARIA DA SILVA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA MUTUM-MT (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018936-15.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-152 AÇÃO RESCISÓRIA
Processo Número: 1006125-57.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE MARCILIO DONEGA OAB - MT3079-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE GABRIEL JULIO DE MATOS MULLER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIZETE BAGATELLI GONCALVES OAB - MT5932-O (ADVOGADO)
RODOLFO BAGATELLI GONCALVES OAB - MT21452-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ANALZITA DAS NEVES MULLER (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1006125-57.2018.8.11.0000 Classe: AÇÃO RESCISÓRIA (47) Assunto: [Adequação da Ação / Procedimento] Relator: Des(a). CLARICE CLAUDINO DA SILVA Turma Julgadora: [DES(A). CLARICE CLAUDINO DA SILVA, DES(A). JOAO FERREIRA FILHO, DES(A). MARILSEN ANDRADE ADDARIO, DES(A). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO, DES(A). SEBASTIAO BARBOSA FARIAS] Parte(s): [JOSE MARCILIO DONEGA - CPF: 357.405.748-20 (ADVOGADO), MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS - CPF: 345.984.481-72 (AUTOR), ANALZITA DAS NEVES MULLER - CPF: 208.072.361-87 (RÉU), ESPÓLIO DE GABRIEL JULIO DE MATOS MULLER (RÉU), ANALZITA DAS NEVES MULLER - CPF: 208.072.361-87

(REPRESENTANTE/NOTICIANTE), ELIZETE BAGATELLI GONCALVES - CPF: 301.330.841-91 (ADVOGADO), ELARMIN MIRANDA - CPF: 128.101.341-20 (ADVOGADO), BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA - CPF: 713.732.091-00 (ADVOGADO), ESPÓLIO DE GABRIEL JULIO DE MATOS MULLER (RÉU), RODOLFO BAGATELLI GONCALVES - CPF: 031.586.211-42 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, POR IGUAL VOTAÇÃO, JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO RESCISÓRIA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. E M E N T A AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO DE DESPEJO C/C PAGAMENTO DE ALUGUEIS E ENCARGOS - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL - AFASTADA - MÉRITO – AÇÃO AJUIZADA COM FUNDAMENTO EM PROVA NOVA – DOCUMENTOS QUE NÃO GUARDAM RELAÇÃO COM FATO ALEGADO NO CURSO DA DEMANDA EM QUE SE ORIGINOU A COISA JULGADA - PEDIDO RESCISÓRIO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO - IMPOSSIBILIDADE - AÇÃO IMPROCEDENTE. 1- De acordo com o posicionamento do STJ, a falta de pedido expresso de desconstituição da decisão transitada em julgado, não acarreta a inépcia da inicial, quando o Autor expõe todos os fundamentos e é possível verificar que o pedido rescindendo está implícito. 2- A prova a que alude o inciso VII, do artigo 966 do CPC, deve ser existente à época da decisão rescindenda, ignorada pela parte ou que dela ela não poderia fazer uso, tem que, por si só, ser apta a assegurar pronunciamento favorável e deve guardar relação com fato alegado no curso da demanda em que se originou a coisa julgada que quer se desconstituir. Neste caso, além de não ser possível aferir se a Autora ignorava a existência dos documentos apresentados com a inicial ou o motivo pelo qual estava impossibilitada de utilizá-los no momento em que lhe competia fazer a defesa na Ação de Despejo, porquanto não trouxe qualquer argumento neste sentido, as provas não tem qualquer relação com os fatos alegados na Ação de Despejo onde foi proferida a decisão rescindenda. A Autora desta demanda não alegou que o imóvel pertencia a outrem ou que se localizava fora do perímetro do imóvel do Requerido.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-152 AÇÃO RESCISÓRIA
Processo Número: 1017440-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HERVAL ALVES D AFONSECA (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA GRAZIANE DELMONDES OAB - MT17744-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO MEDIO ARAGUAIA (RÉU)
Outros Interessados:
ALFREDO FLORIANO TONETTO (TERCEIRO INTERESSADO)

DECISÃO: "Vstos etc. Herval Alves da Fonseca formulou pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 1.007 do CPC, para o processamento da Ação Rescisória ajuizada em face da Cooperativa de Crédito Rural do Médio Araguaia. Todavia, intimado para apresentar documentos aptos a demonstrar sua incapacidade financeira, preferencialmente, dos últimos seis meses, bem como a declaração de IR, quedou-se silente, conforme certificado no ID 2742479. Eis a síntese do necessário. Fundamento e decido. Com efeito, o art. 99 do CPC permite requerer a justiça gratuita por simples petição, durante o trâmite processual. Inobstante ser ampla a liberdade no momento de se requerer, é restrita a sua concessão, sendo admissível apenas quando comprovada a insuficiência de recursos, conforme já preceituava o artigo 5.º, inciso LXXIV, da Constituição Federal e, atualmente, o artigo 99, § 2º, do CPC/15, haja vista que a presunção da necessidade é relativa. No particular, o Autor deixou transcorrer, in albis, o prazo para comprovar a alegada incapacidade financeira, razão porque indefiro o pedido de justiça gratuita. Fixo o prazo de 05 (cinco) dias para o recolhimento das custas, da taxa judiciária e da multa de que trata o art. 968, inciso II, do CPC, sob pena de cancelamento da distribuição. Intimem-se. Cumpra-se." Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Des.ª Clarice Claudino da Silva Relatora INTIMAÇÃO: Com intimação aos patronos da Parte Autora: HERVAL ALVES DA FONSECA para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuarem o recolhimento das custas judiciárias, da taxa judiciária e da multa de que trata o art. 968, inciso II, do CPC, podendo ser efetuadas pelo site do TJMT, sob pena de cancelamento da distribuição.

Intimação Classe: CNJ-152 AÇÃO RESCISÓRIA
Processo Número: 1016980-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
NILO ALVES PIMENTA (AUTOR)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO ALVES DA SILVA OAB - MT19004-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDETE FATIMA MARTINI GIACOMELLI (RÉU)
MARIO LUIZ GIACOMELLI (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Com intimação aos patronos da Parte Autora: NILO ALVES PIMENTA para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuarem o pagamento do 5% do depósito judicial, de acordo com o art. 968, II do CPC/2015, sob pena de cancelamento da distribuição.

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018918-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA ESPECIALIZADA DE DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE CUIABÁ (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018918-91.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARILSEN ANDRADE ADDÁRIO.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018920-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETH REIS CALCADOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA OAB - MT11011-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADOR RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018920-61.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018936-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TEODOSINA MARIA DA SILVA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA MUTUM-MT (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018936-15.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Segunda Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado

Informação

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018930-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
3ª VARA DE FAMILIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE (SUSCITADO)
Outros Interessados:
JOSE CARLOS FERREIRA DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO BATISTA DE MORAES OAB - MT11059-O (ADVOGADO)
PRISCILA GONCALVES DE ARRUDA OAB - MT20310-A (ADVOGADO)

MINERACAO E AGROPECUARIA PEDRA GRANDE S A (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1018930-08.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018942-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE JACIARA (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE JACIARA (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018942-22.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1012965-83.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
AGRO PECUARIA NOIRUMBA S A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA BEATRIZ BEVILACQUA VIANA GOMES OAB - SP99805-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROBERTO ZAMPIERI (EMBARGADO)
PEDRO NARDELLI (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO ZAMPIERI OAB - MT4094-O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO Número Único: 1012965-83.2018.8.11.0000 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) Assunto: [Esbulho / Turbação / Ameaça] Relator: Des(a). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA Turma Julgadora: [DES(A). CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, DES(A). ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, DES(A). DIRCEU DOS SANTOS, DES(A). GUIOMAR TEODORO BORGES, DES(A). RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, DES(A). SERLY MARCONDES ALVES] Parte(s): [MARIA BEATRIZ BEVILACQUA VIANA GOMES - CPF: 086.053.398-02 (ADVOGADO), AGRO PECUARIA NOIRUMBA S A - CNPJ: 05061809000147 (EMBARGANTE), PEDRO NARDELLI - CPF: 02219140806 (EMBARGADO), ROBERTO ZAMPIERI - CPF: 091.384.438-13 (EMBARGADO), ROBERTO ZAMPIERI - CPF: 091.384.438-13 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: O PRESENTE FEITO FOI PRESIDIDO PELO EXMO. SR. DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA. POR MAIORIA, ACOLHEU, PARCIALMENTE, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE – INOCORRÊNCIA – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – MEIO INADEQUADO – ERRO MATERIAL – OCORRÊNCIA – VÍCIO SANADO – PREQUESTIONAMENTO – RECURSO ACOLHIDO EM PARTE. Para que seja cabível os embargos de declaração, é necessário haver conexão entre a matéria arguida e os requisitos ensejadores, conforme preconizam os artigos 1.022 e 489, §1º, do CPC. Sendo alegada a existência omissão, contradição e obscuridade com fim específico de rediscutir a matéria, os embargos de declaração deve ser rejeitado nestes pontos. Os embargos declaratórios é o meio adequado para sanar eventual erro material existente no decisum objurgado. No caso, houve erro de digitação no parágrafo do art. 966, do CPC, posto na fundamentação do acórdão e também em pequena parte da ementa, razão pela qual o decisum objurgado deve ser reformado neste particular.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1017783-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
Banco Sistema S/A (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SILVA DE ALMEIDA OAB - RJ210850 (ADVOGADO)
USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO OAB - MT3150-A (ADVOGADO)
RAFAEL BARUD CASQUEIRA PIMENTA OAB - RJ142307-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
DESEMBARGADORA ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES - 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
CAMPONESA AGROPECUARIA LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ADEMAR WURZIUS (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEXANDRE MARQUES DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
BRENER TAVARES FERNANDES (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLOS CESAR DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOSE GOMES FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE PEREIRA BRAGA FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ ANTONIO LODI MORAIS (TERCEIRO INTERESSADO)
MANOEL GONCALVES ANTUNES (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIO JUSTINO (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCOS VINICIUS RODRIGUES BRAGA (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCOS WURZIUS (TERCEIRO INTERESSADO)
MARILE SOARES (TERCEIRO INTERESSADO)
CELESTE BASSO VIEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDIMAR RODRIGUES SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTER MARIA DE LIMA WURZIUS (TERCEIRO INTERESSADO)
EUTIMIO FRANCISCO DE CAMPOS (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO BATISTA ALVES LOPES (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAQUIM DE SOUZA BARBOSA NETO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE CRISPIM DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
MAURO LEOPOLDINO DE FRANCA (TERCEIRO INTERESSADO)
ROBERTO SOARES (TERCEIRO INTERESSADO)

"...Ante o exposto, CONCEDO a liminar para atribuir efeito suspensivo ao Recurso de Agravo de Instrumento de nº. 1017539-18.2019.8.11.0000. Assim, notifique-se a impetrada, concitando-lhe a prestar informações em até 10 (dez) dias. Ato contínuo, cientifiquem-se os demais terceiros interessados para que, em igual prazo, intervenham nos autos, acaso queiram. Em seguida, dê-se vista dos Autos ao Ministério Público. Publique-se e intimem-se. Cumpra-se." Cuiabá, 29 de novembro de 2019. Desa. Serly Marcondes Alves Relatora

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018930-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
3ª VARA DE FAMILIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE (SUSCITADO)
Outros Interessados:
JOSE CARLOS FERREIRA DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO BATISTA DE MORAES OAB - MT11059-O (ADVOGADO)
PRISCILA GONCALVES DE ARRUDA OAB - MT20310-A (ADVOGADO)
MINERACAO E AGROPECUARIA PEDRA GRANDE S A (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1018930-08.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO.

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018942-22.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE JACIARA (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE JACIARA (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018942-22.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GUIOMAR TEODORO BORGES.

Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018896-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERLY GRASSIOTE (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz de Direito do Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca de Pontes e Lacerda (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (TERCEIRO INTERESSADO)
MUNICIPIO DE CONQUISTA D' OESTE (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1018896-33.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018904-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
4ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PUBLICA DA CAPITAL (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018904-10.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Informação Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018907-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
4ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PUBLICA DA CAPITAL (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018907-62.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-109 PETIÇÃO
Processo Número: 1018946-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADNALDO DOS SANTOS BEARIS (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 1018946-59.2019.8.11.0000 – Classe: PETIÇÃO (241) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1014315-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IDALIA DE SOUZA ALVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO MARCIO BORGES MODESTO OAB - MT15947-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Decisão: "[...] Ante o exposto, reconheço a incompetência deste Sodalício para o processamento deste Mandado de Segurança, ante a ilegitimidade do Secretário de Estado de Educação, razão pela qual DENEGO a segurança. Publique-se. Intime-se. Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Cuiabá-MT, data da assinatura digital. Desa. MARIA EROTIDES KNEIP Relatora"

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1006017-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
TANIA ARAUJO PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO QUEIROZ GARCIA OAB - MT21052-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Decisão: "[...] Ante o exposto, reconheço a incompetência deste Sodalício para o processamento deste Mandado de Segurança, ante a ilegitimidade da Secretário de Estado de Educação, razão pela qual DENEGO a segurança. Publique-se. Intime-se. Após o transcurso do prazo recursal, arquive-se. Cuiabá-MT, data da assinatura digital. Desa. MARIA EROTIDES KNEIP Relatora"

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1003186-41.2017.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO VILALBA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA OAB - MT14490-O (ADVOGADO)
BRUNO COSTA ALVARES SILVA OAB - MT15127-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, RECONHEÇO a perda superveniente do objeto mandamental para, monocraticamente, DENEGAR a segurança, ex vi art. 485, VI do CPC. Intime-se. Publique-se. Após o decurso do prazo recursal, arquive-se. Cuiabá-MT, data da assinatura digital. Desa. MARIA EROTIDES KNEIP Relatora

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018881-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CELIO CANDIDO DIAS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584-A (ADVOGADO)
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1018881-64.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018896-33.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERLY GRASSIOTE (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz de Direito do Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca de

Pontes e Lacerda (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (TERCEIRO INTERESSADO)
MUNICIPIO DE CONQUISTA D' OESTE (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1018896-33.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018904-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
4ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PUBLICA DA CAPITAL (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018904-10.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. LUIZ CARLOS DA COSTA.

Certidão Classe: CNJ-90 CONFLITO DE COMPETÊNCIA
Processo Número: 1018907-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
4ª VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PUBLICA DA CAPITAL (SUSCITANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA ESPECIALIZADA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DA CAPITAL (SUSCITADO)

Certifico que o Processo nº 1018907-62.2019.8.11.0000 – Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO.

Certidão Classe: CNJ-109 PETIÇÃO
Processo Número: 1018946-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADNALDO DOS SANTOS BEARIS (REQUERIDO)

Certifico que o Processo nº 1018946-59.2019.8.11.0000 – Classe: PETIÇÃO (241) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. MARIA EROTIDES KNEIP BARANJAK.

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1004038-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
EDER FRANCISCO DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBENS VENTURA OAB - MT24615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Decisão: "[...] Dessarte, havendo manifestação expressa da Impetrante, quanto à intenção de desistir do presente mandamus e, por inexistir óbice legal, homologo o pedido e, de consequência, julgo extinto o processo, nos termos do art. 200, parágrafo único, c/c art. 485, inciso VIII, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, arquive-se. Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019. Des. Márcio VIDAL, Relator."

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1004041-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELINEZ DA SILVA ROCHA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALNETE DALA BONA OAB - MT22482-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Intimação ao(s) Embargado (s) para apresentar(em) contrarrazões ao Embargos de Declaração, no prazo legal, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC.

Primeira Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018871-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO DA SILVA BATISTA RONDON (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (RÉU)
Outros Interessados:
THIAGO DA SILVA BATISTA RONDON (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018871-20.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MARCOS MACHADO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018885-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JONAS FERREIRA DA ROSA (RÉU)
RUAN CARLOS SPINELLI (RÉU)
DOUTO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE POCONÉ - MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1018885-04.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018919-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz Renata do Carmo Evaristo Parreira (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018919-76.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018939-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
2° Vara Criminal da Comarca de Rondonópolis (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LUIS FERNANDO SANTOS SOUZA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018939-67.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Pauta de Julgamento

Julgamento designado para SESSÃO ORDINÁRIA da PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, TERÇA-FEIRA (03/12/2019) às 14:00 horas, a ser realizada no PLENÁRIO 4, com observância do previsto no §1º do art. 134 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Apelação 45601/2019 - Classe: CNJ-417 COMARCA DE SINOP.
Protocolo Número/Ano: 45601 / 2019
RELATOR: DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI
APELANTE(S): FERNANDO RAMOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELANTE(S): THALYSSON CESAR DA SILVA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELANTE(S): JEZIEL DA SILVA LIMA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELANTE(S): ZAQUEU SOARES DE MOURA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELANTE(S): LUANA APARECIDA DA SILVA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO(S): LUANA APARECIDA DA SILVA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELADO(S): JEZIEL DA SILVA LIMA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELADO(S): FERNANDO RAMOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELADO(S): THALYSSON CESAR DA SILVA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELADO(S): ZAQUEU SOARES DE MOURA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELADO(S): ROBER FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO(S): Dr. NÉVIO PEGORARO
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO

PRIMEIRA SECRETARIA CRIMINAL em Cuiabá, aos 11 dias do mês de Dezembro de 2019.

Acórdão

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0011267-61.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA EDUARDA DE ARRUDA SOUZA (APELANTE)
DEUZANIR PEREIRA DE ARRUDA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY DA COSTA CAMPOS OAB - MT16944-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LILIAN FERNANDES MORAES SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
Y. V. C. N. (TERCEIRO INTERESSADO)
C. V. M. (TERCEIRO INTERESSADO)

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS COM ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTE E POSSE ILEGAL DE MUNIÇÕES – SENTENÇA CONDENATÓRIA – FALTA DE CONHECIMENTO DAS DROGAS E MUNIÇÕES PELA PRIMEIRA APELANTE; PENAS-BASES APLICADAS MEDIANTE ARGUMENTOS INERENTES AO TIPO PENAL; CONFISSÃO DA SEGUNDA APELANTE; PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO TRÁFICO PRIVILEGIADO PELA SEGUNDA APELANTE; INEXISTÊNCIA DE PROVAS ACERCA DO ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES; REDUÇÃO DAS PENAS PECUNIÁRIAS – PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO DA PRIMEIRA APELANTE E REDUÇÃO DAS PENAS DA SEGUNDA APELANTE – CONDUTA DA PRIMEIRA APELANTE – FALTA DE INVESTIGAÇÃO - TRAFICÂNCIA PRATICADA PELA MÃE – NÚCLEOS PENAIS NÃO CONFIGURADOS – JULGADOS DO TJMT – APREENSÃO DE MUNIÇÕES - POSSE COMPARTILHADA - AUSÊNCIA DE PROVAS – ARESTO DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TJMT – DOSIMETRIA DA SEGUNDA APELANTE - LUCRO ADVINDO DO VÍCIO - MOTIVO INERENTE AO TRÁFICO - CRIMES DERIVADOS DO CONSUMO/VENDA – CONSEQUÊNCIA TÍPICA NÃO ULTRAPASSADA - QUANTIDADE E DIVERSIDADE DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES – FUNDAMENTO IDÔNEO – PREMISSAS DO STJ - CONFISSÃO PARCIAL - RECONHECIMENTO – DEDICAÇÃO À ATIVIDADE CRIMINOSA – ENVOLVIMENTO EM ROUBO MAJORADO, TRAFICÂNCIA HABITUAL , QUANTIDADE DE DROGAS E BALANÇA DE PRECISÃO – ENUNCIADOS CRIMINAIS 30 E 52 DO TJMT - MINORANTE INAPLICÁVEL – ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES NA TRAFICÂNCIA – DEPOIMENTO DE INVESTIGADOR DE POLÍCIA – COMPROVAÇÃO - ARESTO DA PRIMEIRA CÂMARA DO TJMT - REGIME INICIAL SEMIABERTO - PENA INFERIOR A OITO ANOS, PRIMARIEDADE, MAIORIA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS E ESTADO DE SAÚDE DA SEGUNDA APELANTE – RAZOABILIDADE – JULGADO DO TJMT - PENA PECUNIÁRIA - PROPORCIONALIDADE COM A REPRIMENDA PRIVATIVA DE LIBERDADE - ENUNCIADO CRIMINAL 33 DO TJMT – RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE PARA ABSOLVER A PRIMEIRA APELANTE DO TRÁFICO DE DROGAS E DA POSSE ILEGAL DE MUNIÇÕES; E READEQUAR AS PENAS DO TRÁFICO DE DROGAS E ESTABELECER O REGIME INICIAL SEMIABERTO À SEGUNDA APELANTE. A ciência acerca da comercialização de drogas por um ente familiar ou a residência conjunta não induzem, por si só, a coautoria do tráfico. Afigura-se necessária a demonstração de que a agente tinha participação efetiva na comercialização de drogas. (TJMT, Ap nº 117793/2010; AP N.U 0030920-13.2017.8.11.0055) A posse compartilhada das munições não pode ser atribuída à apelante quando ausentes provas de que ela tenha aderido à conduta criminosa da sua mãe e seu irmão. (TJMT, AP N.U 0021946-54.2014.8.11.0002) O lucro advindo do vício trata-se de circunstância inerente ao tráfico de drogas e não enseja a avaliação desfavorável dos motivos do crime. (STJ, HC nº 363.361/SP) Os crimes derivados do consumo/venda de substâncias entorpecentes não justificam a avaliação desfavorável das consequências do crime, por integrarem à traficância e não transcenderem seu resultado típico. (STJ, HC nº 356.554/RS) A quantidade e diversidade de substâncias entorpecentes apreendidas [aproximadamente meio quilo de cocaína, meio quilo de pasta-base de cocaína e 800g de maconha] autorizam a fixação da pena-base acima do mínimo legal. (STJ, AgRg no HC 523.453/ES) O c. STJ firmou entendimento no sentido de que, mesmo nas hipóteses de confissão qualificada ou parcial, deve incidir a atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do CP, desde que tenha sido utilizada como elemento de convicção do julgador. (AgRg no HC nº 526.256/DF). O envolvimento pretérito em fato criminoso, a traficância exercida de forma habitual, a quantidade de drogas apreendidas e a localização de balança de precisão denotam dedicação à atividade criminosa. (STJ, HC 516.770/RS; TJMT, Enunciados Criminais 30 e 52) "Impõe-se a manutenção da majorante inserta no art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006 quando evidenciado o envolvimento de adolescente no cometimento do crime de tráfico de drogas." (TJMT, Ap nº 183293/2015) A majorante relativa ao envolvimento de adolescente deve ser preservada na fração de 1/2 (metade), em virtude do envolvimento da sua própria filha na traficância. (STJ, HC nº 170.118/SP) Se a reprimenda foi reduzida a patamar inferior a 8 (oito anos), a apelante for primária e a maioria das circunstâncias judiciais são favoráveis, a manutenção do regime inicial fechado não se afigura razoável, sobretudo quando o Estado declara não ter condições de fornecer o atendimento médico especializado, no interior estabelecimento prisional. (TJMT, AP N.U 0027589-27.2013.8.11.0002) A substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, apresenta-se incabível quando não preenchido o requisito disposto no art. 44, I do CP. (TJMT, Ap nº 121724/2016) A fixação da pena de multa deve observar duas etapas, "sendo definida na primeira a quantidade de dias-multa, em patamar proporcional à pena privativa de liberdade e, na segunda, o montante do dia-multa, de acordo com a capacidade econômica do apenado" (TJMT, Enunciado Criminal 33).

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1015102-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WOLNEY CEZA MESQUITA TOLEDO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WOLNEY CEZA MESQUITA TOLEDO OAB - MT7260-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
TEONES BARROS DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
LEONARDO FELIPE DA CRUZ VARGAS (TERCEIRO INTERESSADO)
JOÃO PEDRO SOUSA AVIZ (PACIENTE)

MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
WOLNEY CEZA MESQUITA TOLEDO OAB - MT7260-A (ADVOGADO)

Número Único: 1015102-04.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Furto Qualificado, Roubo Majorado, Prisão Preventiva] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [WOLNEY CEZA MESQUITA TOLEDO - CPF: 855.647.101-34 (ADVOGADO), WOLNEY CEZA MESQUITA TOLEDO - CPF: 855.647.101-34 (IMPETRANTE), JUIZO DA 4 VARA CRIMINAL DE LUCAS DO RIO VERDE (IMPETRADO), JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE (IMPETRADO), JOÃO PEDRO SOUSA AVIZ (PACIENTE), LEONARDO FELIPE DA CRUZ VARGAS - CPF: 703.721.641-02 (TERCEIRO INTERESSADO), TEONES BARROS DE OLIVEIRA - CPF: 236.771.818-01 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), WOLNEY CEZA MESQUITA TOLEDO - CPF: 855.647.101-34 (ADVOGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – ALEGADA DESNECESSIDADE DA MEDIDA – IMPROCEDÊNCIA – GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA – SUBSTITUIÇÃO DA MEDIDA EXTREMA POR OUTRAS CAUTELARES – INVIABILIDADE - ORDEM DENEGADA. A prisão cautelar é medida excepcional no Estado Democrático de Direito, podendo ser imposta somente quando demonstrada a efetiva necessidade. Contudo, diante da gravidade concreta da conduta, a segregação provisória, com fundamento na necessidade de garantir a ordem pública, é medida idônea. Demonstrada a necessidade da medida extrema, não é possível a incidência das medidas cautelares diversas da prisão.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1016084-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARY DA COSTA CAMPOS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY DA COSTA CAMPOS OAB - MT16944-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ALINE RODRIGUES COIMBRA ANATAL (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ARY DA COSTA CAMPOS OAB - MT16944-B (ADVOGADO)

Número Único: 1016084-18.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins, Liberdade Provisória, Prisão Domiciliar / Especial] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [ARY DA COSTA CAMPOS - CPF: 019.704.311-99 (ADVOGADO), ARY DA COSTA CAMPOS - CPF: 019.704.311-99 (IMPETRANTE), Juizo da Quinta Vara Criminal de Rondonópolis (IMPETRADO), JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO), ALINE RODRIGUES COIMBRA ANATAL - CPF: 037.062.991-43 (PACIENTE), ARY DA COSTA CAMPOS - CPF: 019.704.311-99 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO PREVENTIVA – PRETENDIDA REVOGAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE - GRAVIDADE CONCRETA - PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR – FILHAS ADOLESCENTES QUE RESIDEM COM O PAI E NA ÉPOCA DOS FATOS NÃO ESTAVAM SOB OS CUIDADOS DA GENITORA – PRESCINDIBILIDADE DA MÃE - ORDEM DENEGADA. A prisão cautelar é medida excepcional no Estado Democrático de Direito, podendo ser imposta somente quando demonstrada a efetiva necessidade. Contudo, diante da gravidade concreta da conduta, a segregação provisória, com fundamento na necessidade de garantir a ordem pública, é medida idônea. Demonstrada a necessidade da medida extrema, não é possível a incidência das medidas cautelares diversas da prisão. A prisão domiciliar, enquanto medida substitutiva da prisão preventiva, somente será admitida quando a genitora for imprescindível aos cuidados especiais da prole, com até 12 anos, o que não restou comprovado na espécie. Ordem denegada.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1016123-15.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALCIR FERNANDO CESA (IMPETRANTE)
DARI LEOBET JUNIOR (IMPETRANTE)
WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA (IMPETRANTE)
JIANCARLO LEOBET (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALCIR FERNANDO CESA OAB - MT17596-O (ADVOGADO)
DARI LEOBET JUNIOR OAB - MT21919-O (ADVOGADO)
JIANCARLO LEOBET OAB - MT10718-O (ADVOGADO)
WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA OAB - MT23350 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VERA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
CARLITO DE MATOS (PACIENTE)
ALCIR FERNANDO CESA OAB - MT17596-O (ADVOGADO)
JIANCARLO LEOBET OAB - MT10718-O (ADVOGADO)
DARI LEOBET JUNIOR OAB - MT21919-O (ADVOGADO)
WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA OAB - MT23350 (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
FERNANDA CAROLINE ALVES SILVA ADAM (VÍTIMA)

Número Único: 1016123-15.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Homicídio Qualificado, Prisão Decorrente de Sentença Condenatória] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [ALCIR FERNANDO CESA - CPF: 033.079.231-88 (ADVOGADO), DARI LEOBET JUNIOR - CPF: 011.120.021-03 (IMPETRANTE), ALCIR FERNANDO CESA - CPF: 033.079.231-88 (IMPETRANTE), JIANCARLO LEOBET - CPF: 929.963.371-15 (IMPETRANTE), WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA - CPF: 050.310.331-42 (IMPETRANTE), CARLITO DE MATOS - CPF: 362.704.151-87 (PACIENTE), JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VERA (IMPETRADO), DARI LEOBET JUNIOR - CPF: 011.120.021-03 (ADVOGADO), ALCIR FERNANDO CESA - CPF: 033.079.231-88 (ADVOGADO), DARI LEOBET JUNIOR - CPF: 011.120.021-03 (ADVOGADO), JIANCARLO LEOBET - CPF: 929.963.371-15 (ADVOGADO), JIANCARLO LEOBET - CPF: 929.963.371-15 (ADVOGADO), WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA - CPF: 050.310.331-42 (ADVOGADO), WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA - CPF: 050.310.331-42 (ADVOGADO), FERNANDA CAROLINE ALVES SILVA ADAM - CPF: 040.790.241-42 (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VERA (IMPETRADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO – DETRAÇÃO DO TEMPO DE PRISÃO CAUTELAR – PRETENDIDA MODIFICAÇÃO DO REGIME PRISIONAL – INVIABILIDADE – EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS – ORDEM DENEGADA. “Mostra-se, no caso, irrelevante a detração do período de prisão cautelar, nos termos do art. 387, § 2º, do CPP, pela presença de circunstâncias judicias desfavoráveis.” (STJ, HC 488.301/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019). Ordem denegada.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1016765-85.2019.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DOUGLAS FERNANDO DE OLIVEIRA ARAUJO (PACIENTE)
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA OAB - MT13599-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 1016765-85.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas, Habeas Corpus - Cabimento] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA - CPF: 716.076.251-72 (ADVOGADO), DOUGLAS FERNANDO DE OLIVEIRA ARAUJO - CPF: 018.805.701-30 (IMPETRANTE), JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO), JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO), GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA - CPF: 716.076.251-72 (IMPETRANTE), DOUGLAS FERNANDO DE OLIVEIRA ARAUJO - CPF: 018.805.701-30 (PACIENTE), GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA - CPF: 716.076.251-72 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONCEDEU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PLEITO DE REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA – PROVIDÊNCIA QUE SE PROLONGA POR UM ANO E TRÊS MESES – INSTRUÇÃO PROCESSUAL NÃO ENCERRADA - ILEGALIDADE – ORDEM CONCEDIDA. As medidas cautelares diversas da prisão se subordinam aos mesmos pressupostos cautelares desta, importando em ônus que não pode ser suportado por prazo indeterminado, sob pena de constrangimento ilegal. A monitoração eletrônica importa em ônus ao Estado, o que também recomenda um maior controle na sua utilização, reservando-a às situações de efetiva necessidade (STJ, HC 441.180/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2018). Ordem concedida.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017466-46.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GUSTAVO HENRIQUE MAZUCHINI CAUNETO (IMPETRANTE)
GILBERTO DOS ANJOS SILVA JUNIOR (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
GUSTAVO HENRIQUE MAZUCHINI CAUNETO OAB - MT24548/O (ADVOGADO)
GILBERTO DOS ANJOS SILVA JUNIOR OAB - MT23667-O (ADVOGADO)
JURACI CAMARGO DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO SAMPAIO DA SILVA (PACIENTE)

Número Único: 1017466-46.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Homicídio Simples, Crime Tentado, Liberdade Provisória] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [GILBERTO DOS ANJOS SILVA JUNIOR - CPF: 046.645.521-65 (ADVOGADO), ANTONIO SAMPAIO DA SILVA - CPF: 040.264.283-03 (IMPETRANTE), JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO (IMPETRADO), ANTONIO SAMPAIO DA SILVA - CPF: 040.264.283-03 (PACIENTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), JURACI CAMARGO DA SILVA (VÍTIMA), GILBERTO DOS ANJOS SILVA JUNIOR - CPF: 046.645.521-65 (ADVOGADO), GILBERTO DOS ANJOS SILVA JUNIOR - CPF: 046.645.521-65 (IMPETRANTE), GUSTAVO HENRIQUE MAZUCHINI CAUNETO - CPF: 050.681.631-12 (ADVOGADO), GUSTAVO HENRIQUE MAZUCHINI CAUNETO - CPF: 050.681.631-12 (IMPETRANTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONCEDEU PARCIALMENTE A ORDEM, COM EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ NA ORIGEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO TENTADO - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – SUFICIÊNCIA DE CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. A prisão preventiva não pode ser imposta com simples alusão à gravidade do delito, devendo ter por base elementos concretos que revelem o periculum libertatis, como também a inadequação das cautelares menos onerosas. Na hipótese, as cautelares diversas da prisão se revelam como suficientes e adequadas para resguardar a ordem pública. Ordem parcialmente concedida.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1016413-30.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
E. F. T. V. (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 1. V. D. C. D. C. N. D. P. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
T. S. B. D. S. (VÍTIMA)
EDSON FELIPE TONIASSO VEIGA OAB - MT21473-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. M. B. B. (PACIENTE)

Número Único: 1016413-30.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Estupro] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [EDSON FELIPE TONIASSO VEIGA - CPF: 025.653.061-05 (ADVOGADO), EDSON FELIPE TONIASSO VEIGA - CPF: 025.653.061-05 (IMPETRANTE), DOUTO JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT (IMPETRADO), ALVARO MURILO BRAZ BARBIERO - CPF: 032.160.731-73 (RÉU), ALVARO MURILO BRAZ BARBIERO - CPF: 032.160.731-73 (PACIENTE), THAYANI STHEFANY BELO DA SILVA - CPF: 052.731.524-96 (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), EDSON FELIPE TONIASSO VEIGA - CPF: 025.653.061-05 (ADVOGADO), JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO NOVO DO PARECIS (IMPETRADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONCEDEU A ORDEM, COM EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ NA ORIGEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – ESTUPRO - PRISÃO PREVENTIVA – PRESSUPOSTO INSUBSISTENTE - SUFICIÊNCIA DE CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – ORDEM CONCEDIDA. A prisão preventiva não pode ser imposta com simples alusão à gravidade do delito, devendo ter por base elementos concretos que revelem o periculum libertatis, como também a inadequação das cautelares menos onerosas. Ordem concedida.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1014770-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA OAB - MT20590-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAPEZAL - MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA OAB - MT20590-O (ADVOGADO)
L. G. D. L. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
FAGNER SANTOS (PACIENTE)

Número Único: 1014770-37.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Estupro de vulnerável, Liberdade Provisória] Relator: Des(a). MARCOS MACHADO Turma Julgadora: [DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA - CPF: 864.856.871-49 (ADVOGADO), RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA - CPF: 864.856.871-49 (IMPETRANTE), JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAPEZAL (IMPETRADO), FAGNER SANTOS - CPF: 968.493.391-68 (PACIENTE), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), JUIZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SAPEZAL - MT (IMPETRADO), RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA - CPF: 864.856.871-49 (ADVOGADO), L. G. D. L. (VÍTIMA)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – ESTUPRO DE VULNERÁVEL – EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA – AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR – PREDICADOS FAVORÁVEIS – PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, MEDIANTE FIXAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS – CONDUÇÃO DO PROCESSO EM TEMPO RAZOÁVEL – PECULIARIDADES DA CAUSA – PEDIDOS SUCESSIVOS DE REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA – EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS – DESÍDIA JUDICIAL – NÃO CONFIGURAÇÃO – ARESTOS DO STJ E TJMT – SEGREGAÇÃO CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA – ESTUPRO DE VULNERÁVEL PRATICADO EM CONTINUIDADE DELITIVA, COM ABUSO DE CONFIANÇA INERENTE AO PARENTESCO – JUSTIFICATIVA IDÔNEA – JULGADOS DO STF E STJ – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – ENUNCIADO 43/TJMT – MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS – INSUFICIÊNCIA – PRECEDENTE DO STJ – ORDEM DENEGADA "A averiguação do excesso de prazo reclama [...] um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal" (STJ, HC nº 404.971/SP; TJMT, HC nº 1006084-90.2018.8.11.0000). A gravidade concreta do crime – estupro de vulnerável praticado em continuidade delitiva, com abuso de confiança inerente ao parentesco – justifica a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública (STF, HC nº 112763; STJ, RHC nº 63.761/SP, RHC nº 80.817/MS). "As condições pessoais favoráveis não justificam a revogação, tampouco impedem a decretação da custódia cautelar, quando presente o periculum libertatis" (Enunciado Criminal 43/TJMT). Não se verifica suficiência/adequação das medidas cautelares alternativas (CPP, art. 319), ao se considerar o cometimento de delito contra a própria filha, de forma reiterada e consumada, com aparente omissão materna, a evidenciar maior reprovabilidade da conduta (STJ, RHC nº 106.408/PI).

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017250-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA OAB - MT13731-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
DIEGO DE LIMA DATTO (TERCEIRO INTERESSADO)
DEYSE MARIA FERREIRA DE CAMPOS (VÍTIMA)
PATRIKE NORO DE CASTRO (PACIENTE)

Número Único: 1017250-85.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Tráfico de Drogas e Condutas Afins, Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins, Habeas Corpus - Cabimento] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA - CPF: 627.442.241-20 (ADVOGADO), IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA - CPF: 627.442.241-20 (IMPETRANTE), IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA - CPF: 627.442.241-20 (ADVOGADO), DIEGO DE LIMA DATTO - CPF: 005.110.371-04 (TERCEIRO INTERESSADO), DEYSE MARIA FERREIRA DE CAMPOS - CPF: 209.508.961-87 (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), JUIZO DA 13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO), PATRIKE NORO DE CASTRO - CPF: 008.486.291-24 (PACIENTE), JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, CONCEDEU PARCIALMENTE A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PLEITO DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSA DA PRISÃO – ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – INSUBSISTÊNCIA – PREJUÍZO AO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA LÍCITA – POSSIBILIDADE DE ABRANDAMENTO - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. Além de estarem adequadamente fundamentadas, as providências estabelecidas têm total pertinência com o fato imputado ao paciente que, em tese, promovia a comercialização de drogas sintéticas, abastecendo festas na capital e no interior do Estado. Contudo, considerando que as medidas cautelares diversas da prisão estão vigentes há sete meses, sem qualquer notícia de descumprimento e o paciente comprovou que possui ocupação lícita, cuja rotina tem sido prejudicada, ainda que parcialmente, por algumas das medidas cautelares, inclusive com advertência por parte do empregador, é possível o abrandamento destas. Ordem parcialmente concedida.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1013356-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO MAMEDE LIMA PARREIRA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ROSÁRIO OESTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
M. C. A. (VÍTIMA)
GABRIEL APARECIDO SAMPAIO DA SILVA (PACIENTE)
THIAGO MAMEDE LIMA PARREIRA OAB - MT19809-O (ADVOGADO)

Número Único: 1013356-04.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Habeas Corpus - Cabimento, Estupro de Vulnerável] Relator: Des(a). MARCOS MACHADO Turma Julgadora: [DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [THIAGO MAMEDE LIMA PARREIRA - CPF: 946.959.891-15 (ADVOGADO), THIAGO MAMEDE LIMA PARREIRA - CPF: 946.959.891-15 (IMPETRANTE), JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE ROSARIO OESTE (IMPETRADO), JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ROSÁRIO OESTE (IMPETRADO), GABRIEL APARECIDO SAMPAIO DA SILVA - CPF: 047.969.321-86 (PACIENTE), THIAGO MAMEDE LIMA PARREIRA - CPF: 946.959.891-15 (ADVOGADO), M. C. A. - CPF: 055.307.911-58 (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – ESTUPRO DE VULNERÁVEL E AMEAÇA – GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS – OFENSA À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – PREDICADOS FAVORÁVEIS – SUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES – PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA – CUSTÓDIA PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA – REFERÊNCIA OU REITERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA PRISÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO DE NOVO TÍTULO JUDICIAL – IMPETRAÇÃO CONHECIDA – PRECEDENTES DO STJ – PERICULOSIDADE EVIDENCIADA PELA CONDUTA PRATICADA [REITERADO ESTUPRO DE VULNERÁVEL] –

SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – ARESTO DO STJ – REITERAÇÃO DELITIVA – FATOR CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR – ENUNCIADO 6/TJMT – PRISÃO PREVENTIVA COMPATÍVEL COM PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – DOUTRINA – PREDICADOS FAVORÁVEIS – REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA – INVIABILIDADE – ENUNCIADO CRIMINAL 43/TJMT – MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS – INSUFICIÊNCIA – JULGADO DO STJ – ORDEM DENEGADA. A reiteração ou referência a fundamentos da decretação da custódia preventiva para mantê-la na sentença condenatória não configura novo título judicial, a justificar o conhecimento da impetração (STJ: RHC 110828/MG, AgRg no RHC 114010/RO, RHC 114168/PR). A segregação cautelar encontra-se devidamente fundamentada em dados concretos, "diante da periculosidade do paciente, evidenciada pela conduta [...] praticada, consistente no reiterado estupro de vulnerável [...] que veio a engravidar" (STJ, HC nº 430704/RS). "O risco de reiteração delitiva, fator concreto que justifica a manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, pode ser deduzido da existência de inquéritos policiais e de ações penais por infrações dolosas em curso, sem qualquer afronta ao princípio da presunção de inocência" (Enunciado Criminal 6/TJMT). A prisão preventiva afigura-se compatível com o princípio da presunção de inocência (CF, art. 5º, LVII), porquanto não constitui pena e "somente se dará nos casos em que o 'status libertatis' do indiciado ou do réu ameace a sociedade ou o processo" (MOUGENOT, Edilson Bonfim). "As condições pessoais favoráveis não justificam a revogação, tampouco impedem a decretação da custódia cautelar, quando presente o periculum libertatis" (Enunciado Criminal 43/TJMT). "Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação encontra-se justificada e mostra-se imprescindível para acautelar o meio social da reprodução de fatos criminosos" (STJ, HC nº 367.118/RS).

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1015654-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO AUGUSTO NEVES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MARCOS ALEXANDRE DA SILVA (PACIENTE)
JADERSON MENDES DO NASCIMENTO (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
DILMARY DAS DORES SOARES MARTINS (PACIENTE)
FERNANDO DUARTE FIGUEIREDO (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAN DE LARA DOS ANJOS (PACIENTE)
DIVINO ALFREDO NUNES (TERCEIRO INTERESSADO)
ALAN GUSTAVO FREITAS FAGUNDES (TERCEIRO INTERESSADO)
HERLLIS WILSON NONATO VICENTE PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
RAFAELY DE AMORIM MELO (TERCEIRO INTERESSADO)
OSVALDO SOARES MARTINS (TERCEIRO INTERESSADO)
MAYARA NUNES DIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
MATHEUS PHILLIPE NEVES SOLON RIBEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCOS ALEXANDRE DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCIANO AUGUSTO NEVES OAB - MT12012-A (ADVOGADO)

Número Único: 1015654-66.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins] Relator: Des(a). MARCOS MACHADO Turma Julgadora: [DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [LUCIANO AUGUSTO NEVES - CPF: 474.078.161-15 (ADVOGADO), LUCIANO AUGUSTO NEVES - CPF: 474.078.161-15 (IMPETRANTE), JOAN DE LARA DOS ANJOS - CPF: 026.311.791-02 (PACIENTE), DILMARY DAS DORES SOARES MARTINS - CPF: 071.090.551-32 (PACIENTE), JADERSON MENDES DO NASCIMENTO - CPF: 045.918.371-06 (PACIENTE), MARCOS ALEXANDRE DA SILVA - CPF: 023.647.981-40 (PACIENTE), juiz criminal da setima vara cuiaba (IMPETRADO), JUÍZO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO), LUCIANO AUGUSTO NEVES - CPF: 474.078.161-15 (ADVOGADO), MARCOS ALEXANDRE DA SILVA - CPF: 023.647.981-40 (TERCEIRO INTERESSADO), MATHEUS PHILLIPE NEVES SOLON RIBEIRO - CPF: 068.809.031-18 (TERCEIRO INTERESSADO), MAYARA NUNES DIAS - CPF: 069.051.471-92 (TERCEIRO INTERESSADO), OSVALDO SOARES MARTINS - CPF: 039.487.961-90 (TERCEIRO INTERESSADO), RAFAELY DE AMORIM MELO - CPF: 053.117.611-80 (TERCEIRO INTERESSADO), HERLLIS WILSON NONATO VICENTE PEREIRA - CPF: 028.170.811-88 (TERCEIRO INTERESSADO), ALAN GUSTAVO FREITAS FAGUNDES - CPF: 047.318.441-93 (TERCEIRO INTERESSADO), DIVINO ALFREDO NUNES - CPF: 052.571.571-10 (TERCEIRO INTERESSADO), FERNANDO DUARTE FIGUEIREDO - CPF: 053.309.961-71 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS – PACIENTES PRESOS PREVENTIVAMENTE HÁ MAIS DE 1 (UM) ANO SEM FORMAÇÃO DA CULPA – PEDIDO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO – INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA – ALEGAÇÕES FINAIS APRESENTADAS PELA ACUSAÇÃO E PELA DEFESA DOS PACIENTES – ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO SUPERADA – SÚMULA 52/STJ – CONDUÇÃO DO PROCESSO EM TEMPO RAZOÁVEL – COMPLEXIDADE E PECULIARIDADES DA CAUSA – DESÍDIA JUDICIAL – NÃO CONFIGURAÇÃO – ARESTO DO STJ E DO TJMT – ORDEM DENEGADA. "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo" (Súmula 52/STJ). "A averiguação do excesso de prazo reclama [...] um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal" (STJ, HC nº 404.971/SP; TJMT, HC nº 1006084-90.2018.8.11.0000).

Acórdão Classe: CNJ-413 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000684-52.2018.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
KAYNAN KAIC FERREIRA SANTOS (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CHRYS KELLEN MARTINS RIBEIRO OAB - MT20323-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
JANAINA DE SOUZA BRASIL NASCIMENTO (VÍTIMA)
CACILDO FRANCO DE REZENDE (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0000684-52.2018.8.11.0020 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL (420) Assunto: [Roubo Majorado] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [CACILDO FRANCO DE REZENDE - CPF: 044.555.171-20 (VÍTIMA), JANAINA DE SOUZA BRASIL NASCIMENTO - CPF: 003.584.161-32 (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGANTE), KAYNAN KAIC FERREIRA SANTOS (EMBARGADO), CHRYS KELLEN MARTINS RIBEIRO - CPF: 045.134.411-19 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, ACOLHEU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CRIMINAL – IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL – ALEGADA CONTRADIÇÃO NO DECOTE DA VALORAÇÃO NEGATIVA DA CIRCUNSTÂNCIA DA CULPABILIDADE – PROCEDÊNCIA – CULPABILIDADE A SER CONSIDERADA DESFAVORÁVEL – FUNDAMENTO IDÔNEO APONTADO PELO PARQUET E CONSTANTE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA – PENA QUE MERECE REPAROS – CONSEQUENTE FIXAÇÃO DE REGIME FECHADO – DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS. No crime de roubo duplamente majorado pelo concurso de pessoas e mediante emprego de arma de fogo, o emprego de violência excessiva contra a vítima, a ponto de lhe causar lesões corporais leves, autoriza a negativação da circunstância judicial da culpabilidade para a exasperação da reprimenda basilar.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004383-63.2015.8.11.0050
Parte(s) Polo Ativo:
GEDEAO GOMES DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANE ALVES THEODORO DE MORAES OAB - MT11950-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
BRUNO JORGE DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
GENILDO DE LIMA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
SILVESTRE DIONES DIAS (TERCEIRO INTERESSADO)
RAFAEL PEREIRA ALVES (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ PAULO BORGES PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
UANDERSON SANTOS DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
GENILDO DE LIMA COSTA (VÍTIMA)
JAN LUCAS DA COSTA MOLINA (TERCEIRO INTERESSADO)
WESLEY DA CRUZ PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 0004383-63.2015.8.11.0050 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Homicídio Qualificado] Relator: Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Turma Julgadora: [DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), GEDEAO GOMES DE SOUZA (APELANTE), ADRIANE ALVES THEODORO DE MORAES - CPF: 707.898.781-00 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), UANDERSON SANTOS DA SILVA - CPF: 062.920.241-99 (TERCEIRO INTERESSADO), GENILDO DE LIMA COSTA (VÍTIMA), JAN LUCAS DA COSTA MOLINA - CPF: 024.314.441-55 (TERCEIRO INTERESSADO), GENILDO DE LIMA COSTA - CPF: 040.600.271-11 (TERCEIRO INTERESSADO), BRUNO JORGE DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO), SILVESTRE DIONES DIAS - CPF: 040.001.811-06 (TERCEIRO INTERESSADO), LUIZ PAULO BORGES PEREIRA - CPF: 051.744.021-09 (TERCEIRO INTERESSADO), RAFAEL PEREIRA ALVES - CPF: 028.133.291-69 (TERCEIRO INTERESSADO), WESLEY DA CRUZ PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO – HOMICÍDIO QUALIFICADO – DOSIMETRIA – NEGATIVAÇÃO INIDÔNEA DA CULPABILIDADE, DA PERSONALIDADE E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME – REDIMENSIONAMENTO DA PENA – ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS AO DEFENSOR DATIVO – PEDIDO JÁ DEFERIDO NO JUÍZO SINGULAR – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, PROVIDO. A culpabilidade, a personalidade do agente e as circunstâncias do crime são circunstâncias judiciais que devem ser concretamente fundamentadas, não bastando meras alegações genéricas e comuns ao tipo penal, sem qualquer lastro probatório, que não prestam ao recrudescimento da reprimenda. A fixação da verba honorária ao defensor dativo, quando do recebimento do apelo, prejudica o conhecimento do recurso neste ponto, pela perda superveniente do objeto.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003063-54.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX JUNIOR PEREIRA SOARES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO ALVES DE SOUZA OAB - MT23372-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ANDREIA CRISTINA DE MEIRA SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
GUSTAVO SEIBERT GAONA (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 0003063-54.2018.8.11.0023 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Tráfico de Drogas e Condutas Afins] Relator: Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Turma Julgadora: [DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [ALEX JUNIOR PEREIRA SOARES - CPF: 055.857.771-73 (APELANTE), RODRIGO ALVES DE SOUZA - CPF: 010.957.291-28 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), GUSTAVO SEIBERT GAONA - CPF: 056.772.731-98 (TERCEIRO INTERESSADO), ANDREIA CRISTINA DE MEIRA SOUZA - CPF: 060.634.901-40 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA – PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS – APREENSÕES DE EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGAS [MACONHA E COCAÍNA] E APETRECHOS [BALANÇA DE PRECISÃO, PAPEL FILME E RECORTES DE SACOLAS PLÁSTICAS] – EXISTÊNCIA DE DENÚNCIAS ANÔNIMAS – DEPOIMENTOS DOS AGENTES POLICIAIS – ENVOLVIMENTO PRETÉRITO COM A TRAFICÂNCIA [DUAS CONDENAÇÕES POR TRÁFICO DE DROGAS] – CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO SUFICIENTE – CONDENAÇÃO MANTIDA – REDUÇÃO DA REPRIMENDA – VIABILIDADE – AUMENTO DESPROPORCIONAL DA PENA-BASE E AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA – INAPLICABILIDADE DA MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO – REGISTRO DE MAUS ANTECEDENTES – MANUTENÇÃO DO REGIME FECHADO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, PARA READEQUAR A PENA DO AGENTE, EM DISSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL – READEQUAÇÃO DAS PENAS DOS CORRÉUS, DE OFÍCIO. Não cabe a absolvição do crime de tráfico de drogas, por alegada falta de provas, quando os elementos de convicção existentes nos autos comprovam a responsabilidade penal imputada ao réu na denúncia. Constatada a desproporcionalidade no aumento da pena basilar, impõe-se reduzi-la a fim de guardar perfeita harmonia com as peculiaridades do caso concreto. Deve ser afastada a agravante da reincidência se a condenação utilizada pelo magistrado ainda não tinha transitado em julgado. Se o agente não possui bons antecedentes, não se pode reconhecer, em seu favor, a causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Os maus antecedentes, a natureza/quantidade de drogas apreendidas justificam a manutenção do regime prisional fechado.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017630-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SÉRGIO AUGUSTO ROSA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
IGOR THALLYS SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOÃO NUNES DO NASCIMENTO (CUSTOS LEGIS)
JULIO CESAR SANTANA DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
WESSLEN CALIXTO SOUZA (PACIENTE)
CRISTIAN CAMARGO DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO)
DOUGLAS BALADOR (TERCEIRO INTERESSADO)
ELIZA QUEIROZ BUENO (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 1017630-11.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Roubo, Habeas Corpus - Cabimento] Relator: Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Turma Julgadora: [DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [SÉRGIO AUGUSTO ROSA (IMPETRANTE), JUÍZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO), WESLEN CALIXTO SOUZA (PACIENTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), CRISTIAN CAMARGO DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO), DOUGLAS

BALADOR - CPF: 004.616.251-80 (TERCEIRO INTERESSADO), ELIZA QUEIROZ BUENO (TERCEIRO INTERESSADO), IGOR THALLYS SOUZA - CPF: 033.399.321-74 (TERCEIRO INTERESSADO), JOÃO NUNES DO NASCIMENTO (CUSTOS LEGIS), JULIO CESAR SANTANA DA SILVA (VÍTIMA), WESSLEN CALIXTO SOUZA (PACIENTE)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – LATROCÍNIO E QUADRILHA OU BANDO [ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA] – EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA – INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO PODER JUDICIÁRIO – INSTRUÇÃO PRESTES A SER ENCERRADA – ORDEM DENEGADA EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL, COM RECOMENDAÇÃO À AUTORIDADE COATORA PARA QUE SE DÊ PRIORIDADE NO FEITO. Não há excesso de prazo para formação da culpa quando não evidenciada, de forma satisfatória, inércia ou morosidade irrazoável e desproporcional no andamento do feito, por culpa exclusiva do Poder Judiciário. Constatada a proximidade da conclusão da instrução criminal e, de corolário lógico, a prolação da sentença, não há motivos para o reconhecimento do constrangimento ilegal a autorizar a concessão da ordem pleiteada.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010658-58.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO SILVA NETO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO JESUS APARECIDO RIBEIRO OAB - MT10631-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0010658-58.2018.8.11.0006 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas] Relator: Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Turma Julgadora: [DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [FRANCISCO SILVA NETO - CPF: 523.131.151-00 (APELANTE), DIEGO JESUS APARECIDO RIBEIRO - CPF: 960.503.731-91 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (CUSTOS LEGIS), DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 02.528.193/0001-83 (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006 – PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO – INVIABILIDADE – CONJUNTO PROBATÓRIO FORTE E COESO DEMONSTRANDO A OCORRÊNCIA DO ILÍCITO E SUA AUTORIA – DEPOIMENTO DOS POLICIAIS CORROBORADO PELOS DEMAIS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO CARREADOS AOS AUTOS – NEGATIVA DE AUTORIA DESACOMPANHADA DE LASTRO PROBATÓRIO – TESES DEFENSIVAS INCAPAZES DE DESCONSTITUIR A CONDENAÇÃO – RECURSO DESPROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. Apresenta-se impertinente o pedido de absolvição, quando as provas dos autos evidenciam a responsabilidade penal atribuída ao agente. As declarações dos policiais, colhidas em juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, e em harmonia com os demais elementos de convicção angariados nos autos, constituem meio idôneo de prova para embasar a condenação. A negativa de autoria desacompanhada de provas que a sustente não basta para a absolvição do agente.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002682-29.2017.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
DOMINGOS MOREIRA DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALESSANDRA GOMES DA SILVA OAB - MT23208-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MARIZAN OLIVEIRA DOS SANTOS (VÍTIMA)

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL – AMEAÇA NO AMBIENTE DOMÉSTICO – SENTENÇA CONDENATÓRIA – PRESCRIÇÃO DA PENA DE MULTA, INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA E HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA PAGAMENTO DE PENA PECUNIÁRIA E CUSTAS PROCESSUAIS – PEDIDOS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE OU ABSOLVIÇÃO – PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO – TRANSCURSO ENTRE O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA – PRAZO PRESCRICIONAL DA MULTA NÃO VERIFICADO – JULGADO DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TJMT – PREJUDICIAL REJEITADA – MÉRITO – DEPOIMENTO DA VÍTIMA EM JUÍZO E CONFISSÃO PARCIAL DO AGENTE – SUFICIÊNCIA PARA COMPROVAR A AMEAÇA DE MORTE NARRADA NA INICIAL – SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA E TEMOR SOFRIDO RETRATADOS – CRIME DE NATUREZA FORMAL E INSTANTÂNEO – ARESTO DO TJMT – RESPONSABILIZAÇÃO PENAL MANTIDA – PENA DE MULTA E CUSTAS PROCESSUAIS – IMPOSIÇÃO LEGAL – INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA – COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL – JULGADOS DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – CONDENAÇÕES CONSERVADAS – RECURSO DESPROVIDO. “Não há se falar em extinção da punibilidade do agente pela ocorrência de prescrição, na modalidade retroativa, se entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença para a acusação, não transcorreu o tempo necessário.” (TJMT, Ap nº 48523/2018– 10.7.2018) “Não há que se cogitar de absolvição quanto ao crime de ameaça, quando o depoimento da vítima, corroborado pelo fato de que ela, após ser ameaçada, solicitou medidas protetivas, demonstram, de forma clara e inequívoca a ocorrência do delito e o medo causado pela promessa de mal injusto e grave feita pelo apelante.” (TJMT, Ap nº 0002381-87.2017.8.11.0006) “Eventual falta de condição financeira do agente para adimplir a pena de MULTA deve ser suscitada perante o juízo da execução penal” (TJMT, N.U 0012701-22.2017.8.11.0064); Do mesmo modo, a “pretendida isenção do pagamento das custas processuais[...], haja vista ser na fase da execução o momento adequado para aferir a real situação financeira do agente” (TJMT, N.U 0001292-27.2016.8.11.0018).

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000180-48.2019.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO LOPES DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0000180-48.2019.8.11.0008 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins] Relator: Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Turma Julgadora: [DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [PAULO SERGIO LOPES DA SILVA - CPF: 037.944.861-02 (APELANTE), LOURIVAL DA CRUZ DIAS - CPF: 452.593.131-00 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO, COM PROVIDÊNCIA DE OFÍCIO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO – CONDENAÇÃO – PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO ANTE A AUSÊNCIA DE PROVAS OU DESCLASSIFICAÇÃO

PARA A CONDUTA PREVISTA NO ART. 28 DA LEI DE DROGAS – IMPOSSIBILIDADE – MATERIALIDADE E AUTORIA DOS DELITOS INDISCUTÍVEIS – CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO IDÔNEO – DEPOIMENTOS FIRMES E COESOS DOS POLICIAIS MILITARES – EVIDENTE ENVOLVIMENTO COM A MERCANCIA DE ENTORPECENTES – ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA COM RELAÇÃO AO CRIME DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO – ALEGADA INEXISTÊNCIA DE RISCOS À INCOLUMIDADE PÚBLICA E FALTA DE COMPROVAÇÃO DA OFENSIVIDADE DAS ARMAS APREENDIDAS – DESCABIMENTO – DELITO DE MERA CONDUTA E PERIGO ABSTRATO – AFASTAMENTO DA PENA DE MULTA – INVIABILIDADE – APLICAÇÃO EM PROPORCIONALIDADE COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E EM 1/30 DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS – A IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA NÃO POSSUI O CONDÃO DE REDUZIR A PENA PECUNIÁRIA – RECURSO DESPROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL – REDUÇÃO, DE OFÍCIO, DA PENA-BASE RELATIVA AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS, A FIM DE GUARDAR PROPORCIONALIDADE COM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO – READEQUAÇÃO DO QUANTUM DA PENA. A inverossimilhança da versão apresentada pelo acusado sobre a origem e a propriedade das drogas e das armas de fogo, aliado às inúmeras contradições apuradas no bojo dos autos, não podem ser consideradas para fins de absolvição ou desclassificação, máxime quando a autoria dos delitos está demonstrada de modo irrefutável pelos depoimentos coerentes e harmônicos dos policiais que efetuaram a prisão e a apreensão das substâncias entorpecentes e do armamento. O crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido é de mera conduta ou de perigo abstrato, que dispensa a demonstração de seu efetivo caráter ofensivo. Precedentes do STJ. Conquanto a fixação da pena-base não se dê por critérios puramente objetivos e matemáticos, tampouco pela observância de valores previamente definidos em lei, admitindo-se, portanto, o exercício de discricionariedade da autoridade judiciária, deve o magistrado respeitar a razoabilidade entre o aumento operado e as circunstâncias judiciais valoradas negativamente. Constatada a desproporcionalidade no aumento da pena basilar, deve-se reduzi-la a fim de guardar perfeita harmonia com as peculiaridades do caso concreto. A impossibilidade financeira do agente não possui o condão de reduzir a pena pecuniária, "pois trata-se de sanção de aplicação cogente e inexiste previsão legal que possibilite a isenção do preceito secundário contido no tipo penal incriminador" (STJ, HC nº 298.188/RS).

Acórdão Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0010429-87.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS SOUSA SILVA (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERGIO BATISTELLA OAB - MT9155-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0010429-87.2018.8.11.0042 Classe: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL (413) Assunto: [Progressão de Regime] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (AGRAVANTE), MARCOS SOUSA SILVA - CPF: 046.535.461-00 (AGRAVADO), SERGIO BATISTELLA - CPF: 369.810.529-20 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO EM EXECUÇÃO – PROGRESSÃO DE REGIME – IRRESIGNAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – DECISÃO SINGULAR QUE FIXOU A DATA DA ÚLTIMA PRISÃO COMO O MARCO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS – PRETENDIDA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – ARTS. 111 E 118 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS – NOVO ENTENDIMENTO DA 3ª SEÇÃO DO STJ – RECURSO IMPROVIDO. Depreende-se da leitura dos artigos 111 e 118 da Lei de Execuções Penais, que não há previsão legal para a alteração da data-base no processo executivo de pena, na hipótese de condenação posterior ao início da execução. Assim, deve ser considerada como data-base a data da ocorrência do último crime praticado pelo agravado, e não a data da prolação da última condenação, vez que a morosidade da justiça não pode onerar ainda mais a pessoa submetida à custódia estatal. No julgamento do Recurso Especial nº 1.557.461/SC e do Habeas Corpus nº 381.218/MG, prevaleceu no âmbito da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, sobrevindo o trânsito em julgado de nova condenação no curso da execução penal, por delito praticado antes ou após o início da execução da pena, não há alteração da data-base para a obtenção de eventuais direitos, permanecendo como marco a data da última prisão por inexistir respaldo legal para a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios.

Acórdão Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0006278-09.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JACKSON FENNER (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO FELICIO GARCIA OAB - MT7297-O (ADVOGADO)
NEVIO PEGORARO OAB - MT6904-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0006278-09.2011.8.11.0015 Classe: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL (413) Assunto: [Pena Privativa de Liberdade] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MINISTERIO PUBLICO (AGRAVANTE), JACKSON FENNER (AGRAVADO), MARCELO FELICIO GARCIA - CPF: 831.480.601-30 (ADVOGADO), NEVIO PEGORARO - CPF: 389.593.210-87 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (AGRAVANTE), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A AGRAVO EM EXECUÇÃO – DATA FIXADA PARA PROGRESSÃO DE REGIME – IRRESIGNAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – DECISÃO SINGULAR QUE FIXOU A DATA DO COMETIMENTO DA FALTA GRAVE – PRÁTICA DE NOVO CRIME – PRETENDIDA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – ARTIGOS 111 E 118 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS – RECURSO DESPROVIDO. Depreende-se da leitura dos artigos 111 e 118 da Lei n. 7.210/1984, que não há previsão legal para a alteração da data-base no processo executivo de pena, na hipótese de condenação posterior ao início da execução. Assim, deve ser considerada como data-base a data da ocorrência do último crime praticado pelo agravado, e não a data da prolação da última condenação, ou do início do cumprimento da pena, vez que a morosidade da justiça não pode onerar ainda mais a pessoa submetida à custódia estatal. No julgamento do REsp 1753512-PR, representativo da controvérsia, de relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, no Tema Repetitivo n. 1006, assentou o entendimento de que, sobrevindo o trânsito em julgado de nova condenação no curso da execução penal, por delito praticado antes ou após o início da execução da pena, não há alteração da data-base para a obtenção de eventuais direitos, permanecendo como marco a data da última prisão, ou desde a última infração disciplinar, por inexistir respaldo legal para a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0013538-43.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL JUNIO DOS SANTOS BARBOSA (APELANTE)
LUAN SALES BARBOSA (APELANTE)
HALLAN KENNED ALVES DE SOUZA (APELANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
DAVID ALVES DOS SANTOS OAB - MT23128-A (ADVOGADO)
MAICON ANTONIO FLORENCIO OAB - MT20621-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JOSE FRANCISCO COELHO (VÍTIMA)
ADEILDO BARBOSA DOS SANTOS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0013538-43.2018.8.11.0064 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Roubo Majorado, Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas, Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins, Latrocínio] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), DANIEL JUNIO DOS SANTOS BARBOSA - CPF: 061.509.601-88 (APELANTE), LUAN SALES BARBOSA - CPF: 061.972.411-02 (APELANTE), DAVID ALVES DOS SANTOS - CPF: 008.819.551-16 (ADVOGADO), ADEILDO BARBOSA DOS SANTOS - CPF: 312.623.091-15 (VÍTIMA), JOSE FRANCISCO COELHO - CPF: 242.710.396-91 (VÍTIMA), HALLAN KENNED ALVES DE SOUZA (APELANTE), MAICON ANTONIO FLORENCIO - CPF: 975.253.831-20 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO EM CONCURSO FORMAL, TENTATIVA DE LATROCÍNIO E CORRUPÇÃO DE MENORES – RECURSO DE LUAN – PLEITO DE ABSOLVIÇÃO – INADMISSIBILIDADE – CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL E DECLARAÇÕES DE POLICIAIS EM HARMONIA AO CONJUNTO PROBATÓRIO – AFASTAMENTO DO CONCURSO FORMAL NO ROUBO – ROUBOS CIRCUNSTANCIADOS – DUAS VÍTIMAS DE UMA MESMA FAMÍLIA – PATRIMÔNIOS DIVERSOS – CONCURSO FORMAL CONFIGURADO – RECURSO DE DANIEL – PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO DO LATROCÍNIO TENTADO PARA O DELITO DE ROUBO TENTADO – ALEGADA PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA – INADMISSIBILIDADE – ATUAÇÃO RELEVANTE PARA O SUCESSO DA EMPREITADA CRIMINOSA – HIPÓTESE DE COAUTORIA – DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENORES – NATUREZA FORMAL – PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – SÚMULA 500 DO STJ – CONDENAÇÃO MANTIDA – RECURSO DE HALLAN – ATENUANTES DA CONFISSÃO E DA MENORIDADE JÁ RECONHECIDAS NA SENTENÇA – REDUÇÃO DA PENA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL – INADMISSIBILIDADE – SÚMULA 231 DO STJ – ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ E STF - RECURSOS IMPROVIDOS – CONDENAÇÕES MANTIDAS. A confissão extrajudicial do apelante Luan, as delações dos corréus na fase policial, bem como os depoimentos dos policiais que realizaram as investigações, sob o crivo do contraditório, estão em harmonia com o conjunto probatório e comprovam a participação do apelante Luan nos delitos narrados na denúncia. Ainda que as vítimas façam parte da mesma família, não há falar-se em crime único quando no mesmo contexto fático são subtraídos bens pertencentes a patrimônios distintos, incidindo, neste caso, a regra do concurso formal, prevista no art. 70 do Código Penal. O fato de o réu não estar portando a arma utilizada no crime ou que não tenha sido ele quem efetuou os disparos que atingiu a vítima, por si só, não são suficientes para a desclassificação de latrocínio para roubo majorado, ou mesmo para a causa geral de diminuição de pena (CP, art. 29, § 1°) bastando que o resultado mais grave seja previsto ou que tenha se comprometido a cumprir missões específicas para que recaia sobre si o delito descrito no art. 157, § 3°, in fine, do CP. Não pairam dúvidas do envolvimento do acusado Daniel nos fatos narrados na denúncia e de que ele e seus comparsas agiram em comunhão de esforços e conjugação de vontades. Se a sua conduta foi determinante para a perpetração do delito, não pode ser considerada acessória ou de menor importância. Possuía, assim, pleno conhecimento e aderiu totalmente à ação intentada pelos demais envolvidos, inclusive no emprego de arma de fogo. Para a configuração do crime de corrupção de menores (art. 244-B do ECA), não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, bastando a prova da participação do menor em infração delituosa na companhia de um adulto. Matéria consolidada no STF e STJ. As atenuantes da confissão e da menoridade foram devidamente reconhecidas em favor do apelante Hallan, no entanto "a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal." (Súmula 231 do STJ)

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000186-34.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
HYGOR LACERDA QUEIROZ (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MAGRO MARTINS OAB - MT21775-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JOHANES RAMOS DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
GUILHERME LUIZ BATISTA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDNELSON DUARTE DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MAIKON LUCAS DA SILVA NOGUEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALFREDO WAGNER DE MORAES (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 0000186-34.2019.8.11.0015 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MAIKON LUCAS DA SILVA NOGUEIRA - CPF: 067.810.971-05 (APELANTE), ANA MARIA MAGRO MARTINS - CPF: 086.287.209-01 (ADVOGADO), HYGOR LACERDA QUEIROZ - CPF: 062.493.471-35 (APELANTE), ALFREDO WAGNER DE MORAES - CPF: 037.652.201-16 (APELANTE), ALEX DOMINGOS COTRIM - CPF: 020.467.741-67 (ADVOGADO), IZAQUE DA SILVA - CPF: 965.871.131-68 (ADVOGADO), JOHANES RAMOS DOS SANTOS - CPF: 037.888.871-41 (APELANTE), EDNELSON DUARTE DA SILVA - CPF: 033.752.471-84 (APELANTE), GUILHERME LUIZ BATISTA - CPF: 034.787.811-32 (APELANTE), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), JOHANES RAMOS DOS SANTOS - CPF: 037.888.871-41 (TERCEIRO INTERESSADO), EDNELSON DUARTE DA SILVA - CPF: 033.752.471-84 (TERCEIRO INTERESSADO), GUILHERME LUIZ BATISTA - CPF: 034.787.811-32 (TERCEIRO INTERESSADO), ALFREDO WAGNER DE MORAES - CPF: 037.652.201-16 (TERCEIRO INTERESSADO), MAIKON LUCAS DA SILVA NOGUEIRA - CPF: 067.810.971-05 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - EXISTÊNCIA DUVIDOSA - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE ESTABILIDADE E ESTRUTURA CRIMINOSA VOLTADA AO NARCOTRÁFICO – CONCURSO DE AGENTES - ABSOLVIÇÃO - NECESSIDADE - SENTENÇA REFORMADA NESTE PONTO - DOSIMETRIA - CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS - EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE – PROPORCIONALIDADE - COMPROVADA DEDICAÇÃO DO RÉU ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS, DESCABE APLICAR A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, §4º, DA LEI Nº 11.343/06 – QUANTIDADE E NATUREZA QUE PERMITEM FIXAÇÃO DE REGIME FECHADO - PRECEDENTE STJ – ENUNCIADO 47 DA TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS DO TJMT – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Para a configuração do tipo penal previsto no art. 35 da Lei 11.343/06 é indispensável a existência de estabilidade, permanência ou habitualidade dos envolvidos na prática do tráfico de drogas, não bastando para a sua configuração a ocorrência de um evento ocasional. Inexistindo provas substancialmente convencíveis aclarando o envolvimento do apelante e o adolescente, de forma habitual e convergente, em verdadeira estrutura criminosa voltada ao narcotráfico, impõe-se a absolvição do apelante. Não há falar em ofensa à proporcionalidade, diante do quantum de pena

aplicado pelo juízo de origem na exasperação da pena-base, correspondente a 02 (dois) anos pelas consequências do crime, pois transportava grande quantidade de droga e variedade, tendo em vista, sobretudo, o mínimo e o máximo das penas cominadas abstratamente ao delito de tráfico de drogas. Não há falar-se na aplicação do tráfico privilegiado quando se comprova que o agente se dedica às atividades criminosas. Na hipótese dos autos, deve ser fixado o regime fechado para cumprimento da pena, pois se está diante de apreensão de grande quantidade de drogas diversas, uma delas de especial nocividade, o que negativa a circunstância de que trata o art. 42 da Lei nº 11.343/2006 e, por conseguinte, autoriza a observância do regime mais grave, nos termos da regra contida no art. 33, § 3º, do Código Penal.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017391-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ARTUR BARROS FREITAS OSTI (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VÁRZEA GRANDE- MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
BRUNO HENRIQUE OLIVEIRA GOMES DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCIO LEMOS DE LIMA (PACIENTE)
ARTUR BARROS FREITAS OSTI OAB - MT18335-O (ADVOGADO)
HELIO DIOGO CASSIANO DA SILVA (VÍTIMA)

EMENTA HABEAS CORPUS – EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E EVASÃO DO LOCAL DO ACIDENTE [ARTS. 306 E 305, AMBOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO] – PRISÃO PREVENTIVA CONSUBSTANCIADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, ANTE A REITERAÇÃO DELITIVA DO PACIENTE – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – PRETENDIDA REVOGAÇÃO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS CONTIDOS NO ARTIGO 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – POSSIBILIDADE –APONTAMENTOS EM NOME DO PACIENTE QUE REMONTAM AO ANO DE 2012 – AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE – INEXISTÊNCIA DE REGISTRO DE OUTRAS AÇÕES PENAIS OU ENVOLVIMENTO EM ILÍCITOS ATÉ A DATA DA PRISÃO PREVENTIVA – FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA PARA MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR – SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS – ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA, EM DISSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. A ausência do cometimento de outros crimes ou a deflagração de ações penais contra o paciente entre o cometimento do último crime registrado em sua ficha criminal e a decretação de sua prisão preventiva, desautoriza a decretação da segregação cautelar com fundamento na garantia da ordem pública. A imposição de medidas cautelares exige a demonstração da necessidade e adequação da providência, que deve se fundar ainda na proporcionalidade em sentido estrito. Presente a necessidade, cabe ao julgador perscrutar, dentre as medidas existentes, aquelas que, em observância à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado ou acusado, apresente-se adequada à salvaguarda dos interesses superiores do processo, da paz social ou da ordem econômica, considerando como tal aquela que se mostre com menor potencial de invasão aos direitos fundamentais do indivíduo, máxime diante de sua presunção constitucional de inocência.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007034-15.2012.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - PRIMAVERA DO LESTE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO PILOTO MACIEL OAB - MT8222-A (ADVOGADO)
JOSE RAVANELLO OAB - MT3291-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL - POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - SENTENÇA CONDENATÓRIA - RECURSO MINISTERIAL - NEGATIVAÇÃO DOS MAUS ANTECEDENTES E DA CULPABILIDADE DO APELADO - PEDIDO DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL - APELADO POSSUI CONDENAÇÃO POR PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - MAUS ANTECEDENTES CARACTERIZADO - JULGADO DO TJMT - APREENSÃO 2 (DUAS) ESPINGARDAS UMA 1 (UMA) MUNIÇÃO INTACTA - AUMENTO DA PENA-BASE JUSTIFICADA - ENTENDIMENTO DO STJ - ELEVAÇÃO DA PENA-BASE - RECURSO PROVIDO. Se o apelado possui condenação por crime praticado em 28.12.2011, com trânsito em julgado no dia 9.9.2013, e o delito em pauta ocorreu em 12.9.2012, afigura-se caracterizado os maus antecedentes (TJMT, Ap nº 91207/2014). A apreensão 2 (duas) espingardas e uma 1 (uma) munição intacta "justifica o aumento da pena-base para além do patamar mínimo previsto na legislação de regência" (STJ, AgRg no AREsp nº 1341597/RS).

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005142-22.2013.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. A. D. M. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO DE BRITO CANDIDO OAB - MT2802-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
M. P. C. D. S. (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL PRATICADO POR TIO DA VÍTIMA - SENTENÇA CONDENATÓRIA - INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA PARA CONDENAÇÃO - PRETENSÃO RECURSAL DE ABSOLVIÇÃO OU REDUÇÃO DA PENA - DECLARAÇÕES FIRMES DA VÍTIMA - DEPOIMENTO JUDICIAL DA GENITORA DA VÍTIMA - RELATÓRIO PSICOLÓGICO - COMPROVAÇÃO - JULGADOS DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TJMT - ENUNCIADO CRIMINAL 10 DO TJMT - JULGADOS DO TJMT - COMETIMENTO DO CRIME POR TIO DA VÍTIMA - EXASPERAÇÃO DA PENA EM ½ (UM MEIO) MANTIDA - ARESTO DO TJMT - CONTINUIDADE DELITIVA - FRAÇÃO MÍNIMA DE 1/6 (UM SEXTO) PRESERVADA - ORIENTAÇÃO DO STJ - RECURSO DESPROVIDO. A palavra firme e coerente da vítima assume especial relevo no contexto probatório de crimes contra a dignidade sexual. (TJMT, Enunciado Criminal 10) As declarações firmes da vítima e os depoimentos judiciais dos informantes, somados ao Relatório Psicológico, apresentam-se suficientes para comprovar o estupro de vulnerável atribuído ao apelante. (TJMT, AP N.U 0005223-05.2017.8.11.0050; TJMT, AP N.U 0001892-57.2011.8.11.0007) "Mantém-se a causa especial de aumento de pena do art. 226, II do CP, quando restar inequivocamente comprovado que o réu, casado com a tia da ofendida, exercia autoridade em relação à menor, circunstância que por si só implica na incidência da referida causa de aumento." (TJMT, AP NU 0002886-36.2017.8.11.0020) "Forçoso reconhecer a inexistência de violação do princípio da correlação, pois a denúncia descreve que a infante foi submetida a sucessivas práticas sexuais, devendo restar consignado, ainda, que a elevação pela continuidade delitiva se deu no patamar mínimo de 1/6." (STJ, AgRg no HC 463.664/PI)

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003939-93.2014.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ISAIAS VICTOR DA ROCHA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILO DOS SANTOS JUNIOR OAB - MT12359-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - BARRA DO BUGRES (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
DEIVIDI MACIEL DE SOUZA (VÍTIMA)

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL – HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR – SENTENÇA CONDENATÓRIA – IMPRUDÊNCIA NÃO COMPROVADA; CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA – PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO – TENTATIVA DE ULTRAPASSAGEM SEGUINDO OUTRO VEÍCULO – AUSÊNCIA DE CUIDADOS NECESSÁRIOS – CAUSA DETERMINANTE DO ACIDENTE – IMPRUDÊNCIA CONFIGURADA – EXCESSO DE VELOCIDADE DA VÍTIMA – FALTA DE COMPROVAÇÃO – FATO NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE PENAL DO APELANTE – COMPENSAÇÃO DE CULPAS NÃO ADMITIDA – PREMISSA DO STJ – JULGADOS TJMT – RECURSO DESPROVIDO A manobra arriscada de ultrapassagem caracteriza imprudência, a evidenciar a culpa do condutor do veículo. (TJMT, AP nº 0004407-41.2013.8.11.00046) "Afasta-se a

alegação de culpa exclusiva da vítima, quando as provas demonstram que o réu, de forma imprudente, inicia ultrapassagem sem observância do dever de cuidado objetivo, invade a pista de rolamento contrária e colide frontalmente com a motocicleta conduzida pela vítima que, em consequência, vem a óbito; outrossim, ainda que provada a existência de culpa concorrente no acidente, o que não é o caso, esse fato não excluiria a responsabilidade penal do réu, pois, no Direito Penal, é inadmissível a compensação de culpas". (TJMT, AP N.U 0002793-53.2012.8.11.0051)

Acórdão Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1016896-60.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ONEZINO DE ARRUDA JUNIOR (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS PEREIRA OAB - MT11810-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
LEONARDO PEREIRA DE ARAUJO (VÍTIMA)

E M E N T A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL – ARTIGO 121, § 2°, INCISO II, C/C ARTIGO 29, AMBOS DO CÓDIGO PENAL – SENTENÇA DE PRONÚNCIA – PRETENDIDA DESPRONÚNCIA – IMPOSSIBILIDADE – CERTEZA DO CRIME E INDÍCIOS DE AUTORIA – COMPETÊNCIA DO JÚRI – RECURSO DESPROVIDO – PRONÚNCIA CONFIRMADA. Na pronúncia não há confronto minucioso e profunda valoração da prova, em razão da possibilidade de transformar-se na antecipação do veredicto sobre o mérito da questão, cuja matéria é de competência exclusiva do Conselho de Sentença, conforme determina o artigo 5º, XXXVIII, alínea "d", da Constituição Federal. Se estão presentes os pressupostos exigidos para a decisão de pronúncia, - a certeza do crime e os indícios da autoria - não há falar-se em despronúncia.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001239-29.2018.8.11.0098
Parte(s) Polo Ativo:
JOSIAS VALERIO DOS REIS (APELANTE)
JOEL DOMINGOS DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO FELICIO GARCIA OAB - MT7297-O (ADVOGADO)
ANIBAL FELICIO GARCIA NETO OAB - MT11443-O (ADVOGADO)
ROBSON DOS REIS SILVA OAB - MT19991-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JULIAN MARCOS GONCALVES PARO (TERCEIRO INTERESSADO)

Número Único: 0001239-29.2018.8.11.0098 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), JOEL DOMINGOS DE SOUZA - CPF: 010.122.061-81 (APELANTE), ROBSON DOS REIS SILVA - CPF: 730.495.221-00 (ADVOGADO), ANIBAL FELICIO GARCIA NETO - CPF: 003.116.461-74 (ADVOGADO), JOSIAS VALERIO DOS REIS - CPF: 019.299.891-99 (APELANTE), MARCELO FELICIO GARCIA - CPF: 831.480.601-30 (ADVOGADO), JULIAN MARCOS GONCALVES PARO - CPF: 997.454.531-53 (APELANTE), JULIERME FRANCISCO MEIRA SILVA - CPF: 688.957.201-72 (ADVOGADO), JULIAN MARCOS GONCALVES PARO - CPF: 997.454.531-53 (TERCEIRO INTERESSADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÃO NAS SANÇÕES DOS ARTIGOS 33 E 35, AMBOS DA LEI 11.343/06 – IRRESIGNAÇÕES DEFENSIVAS – I. PRELIMINARES – DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE E GRATUIDADE DA JUSTIÇA – ALEGAÇÕES DO RÉU JOEL DOMINGOS – INVIABILIDADE – REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA PREENCHIDOS – CONDENADO QUE PERMANECEU PRESO DURANTE O PROCESSO – BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – AFERIÇÃO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL – II. ILICITUDE DAS PROVAS E ABSOLVIÇÃO – TESES DEFENSIVAS APRESENTADAS PELA DEFESA DOS APELANTES, JOEL DOMINGOS E JOSIAS VALÉRIO – ACESSO AOS DADOS ARMAZENADOS EM TELEFONE CELULAR (MENSAGENS DO APLICATIVO WHATSAPP) DURANTE A PRISÃO EM FLAGRANTE DO ACUSADO JOEL – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL – ACESSO INDEVIDO À APARELHO CELULAR – PROCEDÊNCIA – NULIDADE DA PROVA CORRESPONDENTE AO ACESSO NO INTERSTÍCIO ENTRE A PRISÃO EM FLAGRANTE DO ACUSADO JOEL DOMINGOS DE SOUZA, OCORRIDA ÀS 10H15MIN DO DIA 07.08.2018 E A DECRETAÇÃO DA QUEBRA DO SIGILO, OCORRIDA NO DIA 08.08.2018 – PEDIDO DE NULDADE DO FEITO – IMPOSSIBILIDADE – FLAGRANTE JUSTIFICADO EM FUNDADAS SUSPEITAS COM BASE EM OUTROS ELEMENTOS CONCRETOS DE INVESTIGAÇÕES PRÉVIAS – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO – PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF –SENTENÇA CONDENATÓRIA FUNDAMENTADA EM OUTROS ELEMENTOS CONCRETOS COLHIDOS DENTRO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO NA FASE INVESTIGATIVA E SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO JUDICIAL – APREENSÃO DE CONSIDERÁVEL QUANTIDADE (8KG) DE COCAÍNA – TESTEMUNHOS DE AGENTES POLICIAIS SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO – HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS – CONDENAÇÃO MANTIDA – PROVA SUFICIENTE DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DELITIVAS – III. DA ABSOLVIÇÃO DO DELITO DE ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS – POSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE VÍNCULO ASSOCIATIVO PERMANENTE E DIVISÃO DE TAREFAS DELINEADAS – IV. – INSURGÊNCIAS QUANTO À DOSIMETRIA DAS PENAS – IMPROCEDÊNCIA – MOTIVAÇÃO IDÔNEA EM AMBOS PROCESSOS DOSIMÉTRICOS – OBSERVÂNCIA À PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE DA PENA DE MULTA – RECONHECIDA E APLICADA A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA PARA O APELANTE JOEL DOMINGOS – CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006 – IMPOSSIBILIDADE – DEMONSTRAÇÃO EM ELEMETOS CONCRETOS APRESENTADOS NOS AUTOS DA DEDICAÇÃO DOS RÉUS EM ATIVIDADE CRIMINOSA – REGIME FECHADO MANTIDO – CIRCUNSTANCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS – ARTIGO 59 C/C ARTIGO 33, §§ 2° E 3º, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, C/C ARTIGO 42 DA LEI DE DROGAS – DETRAÇÃO PENAL – INVIABILIDADE – CONVERSÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS – IMPOSSIBILIDADE – REQUISITO OBJETIVO NÃO PREENCHIDO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça tem orientado no sentido de não deferir ao condenado o direito de recorrer em liberdade quando, presentes os motivos para a preventiva, permaneceu segregado durante a persecução criminal. O reconhecimento do benefício da assistência judiciária gratuita, com a eventual suspensão ou dispensa da exigibilidade das custas processuais deve ser apreciada pelo Juiz da Execução Penal. In casu, não obstante a nulidade das provas coletadas pelos policiais no interstício entre a prisão em flagrante do acusado Joel, ocorrida às 10h15min do dia 07.08.2018, e a decretação da quebra do sigilo pelo juízo, período em que obtiveram acesso aos dados (mensagens do aplicativo WhatsApp) armazenados no aparelho celular do acusado Joel, no momento da sua prisão em flagrante, sem autorização judicial, observa-se, do contexto fático-probatório, a existência de outros elementos autônomos, totalmente independentes das referidas mensagens de Whatsapp no aludido período, que atestam a autoria e materialidade delitiva do crime sub judice de forma suficiente para sustentar a condenação, tais como a prisão dos acusados em flagrante delito. Os testemunhos de agentes policiais gozam de presunção de credibilidade e são válidos para fundamentar a condenação, mormente quando colhidos sob o crivo do contraditório. No que tange ao crime de associação ao narcotráfico, o conjunto probatório não é suficiente para ensejar uma condenação, pois embora demonstrada a prática da traficância, não ficou comprovado tratar-se de grupo organizado com divisão de atividades. Não há nada nos autos que comprove eventual vínculo associativo ou repartição de lucro, tampouco estabilidade e perenidade. Embora a reprimenda tenha sido estabelecida em patamar inferior a 8 (oito) anos de

reclusão, mantém-se o regime inicial fechado, por se tratar de réus que ostentam circunstâncias judiciais desfavoráveis, com fixação da pena-base acima do mínimo legal, em observância aos critérios o artigo 59 c/c art. 33, §§2º e 3º, ambos do Código Penal c/c art. 42 da Lei de Drogas. O desconto da pena não influenciará no substrato jurídico em que o regime fechado foi fixado, de modo que o cálculo compete ao juízo da execução penal, nos termos do art. 66, III, "c", da Lei n. 7.210/84. Aplicada a pena superior a quatro anos, não há falar-se em conversão da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, porque desatendido o requisito do inciso I do art. 44 do CP.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007417-96.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
WALLAS VIANA RODRIGUES (APELANTE)
MAYCKON DIEGO LIMA DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES OAB - MT3402-O (ADVOGADO)
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT15694-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
VILSON PEREIRA NUNES (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0007417-96.2018.8.11.0064 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Roubo Majorado] Relator: Des(a). MARCOS MACHADO Turma Julgadora: [DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), MAYCKON DIEGO LIMA DA SILVA (APELANTE), THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES - CPF: 134.625.801-59 (ADVOGADO), ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR - CPF: 022.639.401-89 (ADVOGADO), WALLAS VIANA RODRIGUES - CPF: 055.854.101-13 (APELANTE), VILSON PEREIRA NUNES - CPF: 482.383.091-15 (VÍTIMA), MAYCKON DIEGO LIMA DA SILVA - CPF: 049.591.491-67 (APELANTE), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO [CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO] E RECEPTAÇÃO – SENTENÇA CONDENATÓRIA – PRIMEIRO APELANTE – CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO ROUBO SEM FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA, MENORIDADE RELATIVA E CONFISSÃO ESPONTÂNEA MAIOR ATENUAÇÃO DAS PENAS, REDUÇÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA POR INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA E REGIME DIVERSO DO FECHADO – PEDIDOS DE REDUÇÃO DAS PENAS E ESTABELECIMENTO DE REGIME INICIAL SEMIABERTO – SEGUNDO APELANTE – CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS "FAVORÁVEIS OU INERENTES AO TIPO PENAL" E COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE A REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA E A CONFISSÃO – PLEITO DE REDUÇÃO DAS PENAS – ROUBO – EXISTÊNCIA DE MAIS DE UMA MAJORANTE AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE DUAS COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL – DIRETRIZ DO STJ – CONSEQUÊNCIAS DO CRIME – TRAUMA CAUSADO À VÍTIMA –INCREMENTO DA PENA-BASE JUSTIFICADA – PREMISSA DO STJ – QUANTUM DE AUMENTO – DESPROPORCIONALIDADE – DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS NEGATIVAS – REDIMENSIONAMENTO – ORIENTAÇÃO DO STJ – MENORIDADE RELATIVA – AGENTE COM 19 (DEZENOVE) ANOS À ÉPOCA DO FATO – PRESENÇA DE DUAS ATENUANTES – REDUÇÃO NA FRAÇÃO DE 1/3 (UM TERÇO) – ENTENDIMENTO DO STJ – REDUÇÃO DA PENA DE MULTA – HIPOSSUFICIÊNCIA – NÃO CABIMENTO – ARESTO DO TJMT– MAIORIA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS, PRIMARIEDADE, MENORIDADE RELATIVA E REPRIMENDA IMPOSTA – REGIME INICIAL SEMIABERTO – JULGADO DO TJMT – SEGUNDO APELANTE – TRÊS CONDENAÇÕES TRANSITADAS EM JULGADO – MULTIREINCIDÊNCIA PREVALECE SOBRE A CONFISSÃO – JURISPRUDÊNCIA DO STJ – COMPENSAÇÃO INTEGRAL – INADEQUAÇÃO – AUMENTO NA FRAÇÃO DE ¼ (UM QUARTO) – PRECEITO DO STJ – RECEPTAÇÃO – NEGATIVAÇÃO DA CONDUTA SOCIAL E A PERSONALIDADE – "FICHA CRIMINAL" E "INCLINAÇÃO À CRIMINALIDADE" – INIDONEIDADE – ENTENDIMENTO DO STJ – VETOR CONSEQUÊNCIAS DO CRIME – EFEITOS NEGATIVOS À SOCIEDADE – ELEMENTO INERENTE AO TIPO PENAL – PREMISSA DO STJ – RECURSOS PROVIDOS PARA READEQUAR AS PENAS. A existência de mais de uma majorante autoriza a utilização de duas delas [concurso de pessoas e restrição à liberdade da vítima] como circunstância judicial desfavorável para elevar a pena-base circunstâncias do crime (STJ, HC nº 484.625/DF e REsp nº 1599138/DF). O trauma causado à vítima que "não mais consegue repousar durante à noite por medo e ainda necessita se submeter a psicoterapia, não pode ser confundido com mero abalo psicológico passageiro estando, portanto, justificado o incremento da básica pelas consequências do crime. " (STJ, HC nº 529.428/RJ) "[...] reconhecido a incidência das atenuantes da menoridade relativa e da confissão espontânea [...] é de rigor a redução da pena de 1/3, o que, considerando o entendimento da Súmula 231/STJ, importa na recondução da reprimenda ao piso legal [...]. " (HC nº 398.362/SP –Relator: Min. Ribeiro Dantas – 26.3.2018) "Desmerece acolhida a súplica por redução da pena de multa à conta da hipossuficiência do réu na hipótese em que, a latere da REDUÇÃO promovida na dosimetria em fase recursal, o valor unitário do dia-MULTA encontra-se estabelecido no piso legal, nos moldes do art. 49 do Código Penal [...]. " (TJMT, N.U 0012054-90.2018.8.11.0064). Sobre o regime inicial, a maioria das circunstâncias judiciais favoráveis, a primariedade, a menoridade relativa e a reprimenda imposta [inferior a oito anos] autorizam a fixação do regime inicial semiaberto para cumprimento da pena (TJMT, N.U 0000895-39.2016.8.11.0059). O c. STJ firmou entendimento que " condenações transitadas em julgado anteriormente, não utilizadas a título de reincidência, não constituem fundamentos idôneos para se inferir a personalidade do agente voltada a prática criminosa ou até mesmo para certificar sua conduta social como inadequada" (AgRg no AREsp nº 1442287/MS). A negativação do vetor consequências pelo aumento da criminalidade e efeitos negativos à sociedade constituem elementos inerentes ao tipo penal, sopesados quando da fixação das penas em abstrato do delito (STJ, HC nº 284.615/RS).

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003417-52.2018.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON DA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS MENDES BARRAVIEIRA OAB - MT13116-O (ADVOGADO)
MOACIR RIBEIRO OAB - MT3562-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0003417-52.2018.8.11.0032 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Tráfico de Drogas e Condutas Afins, Crimes do Sistema Nacional de Armas] Relator: Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Turma Julgadora: [DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [EDSON DA COSTA - CPF: 004.657.311-98 (APELANTE), MOACIR RIBEIRO - CPF: 474.524.989-68 (ADVOGADO), JONAS MENDES BARRAVIEIRA - CPF: 008.242.061-00 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE – CONDENAÇÃO – PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONDUTA PREVISTA NO ART. 28 DA LEI DE DROGAS – DESCABIMENTO – MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO INDISCUTÍVEIS – CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO IDÔNEO – DEPOIMENTO FIRME E COESO DOS POLICIAIS – EVIDENTE

ENVOLVIMENTO COM A MERCANCIA DE ENTORPECENTES – DOSIMETRIA DA PENA – REDUÇÃO DA PENA-BASE – VIABILIDADE – DESPROPORCIONALIDADE COM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO – AUMENTO DA FRAÇÃO RELATIVA AO TRÁFICO PRIVILEGIADO PARA O SEU GRAU MÁXIMO – POSSIBILIDADE – INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A RESTRIÇÃO – NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DO QUANTUM DA PENA – RECURSO PROVIDO EM PARTE, EM PARCIAL CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. A inverossimilhança da versão apresentada pelo acusado sobre a origem e a propriedade da droga, aliado às inúmeras contradições apuradas no bojo dos autos, não podem ser consideradas para fins de desclassificação, máxime quando a autoria do delito está demonstrada de modo irrefutável pelos depoimentos coerentes e harmônicos dos policiais que efetuaram a prisão e a apreensão da substância entorpecente. Conquanto a fixação da pena-base não se dê por critérios puramente objetivos e matemáticos, tampouco pela observância de valores previamente definidos em lei, admitindo-se, portanto, o exercício de discricionariedade da autoridade judiciária, deve o magistrado respeitar a razoabilidade entre o aumento operado e as circunstâncias judiciais valoradas negativamente. Constatada a desproporcionalidade no aumento da pena basilar, deve-se reduzi-la a fim de guardar perfeita harmonia com as peculiaridades do caso concreto. Diante da inexistência de argumentos aptos a justificar a limitação da fração redutora do tráfico privilegiado, a aplicação da minorante em seu grau máximo (2/3) é medida impositiva. O perdimento de veículo apreendido afigura-se injustificável quando não houver provas de que fora adquirido com recursos provenientes de crimes, tampouco empregado no cometimento do tráfico de drogas.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001177-50.2015.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
JEFERSON RODRIGUES DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO FERNANDES RIBEIRO OAB - MT21787-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
FABIANA CRISTINA COELHO RODRIGUES (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0001177-50.2015.8.11.0047 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Ameaça, Resistência, Violência Doméstica Contra a Mulher] Relator: Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Turma Julgadora: [DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [Fabiana Cristina Coelho Rodrigues (VÍTIMA), JEFERSON RODRIGUES DE SOUZA - CPF: 989.028.571-15 (APELANTE), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (APELADO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), MARCO AURELIO FERNANDES RIBEIRO - CPF: 621.547.531-91 (ADVOGADO), FABIANA CRISTINA COELHO RODRIGUES (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, PROVEU O RECURSO. E M E N T A RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AMEAÇA, RESISTÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA [ARTS. 147, 329 E 330, TODOS DO CÓDIGO PENAL] – SENTENÇA CONDENATÓRIA – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – PRETENDIDA ABSORÇÃO DO DELITO PREVISTO NO ART. 330 PELO PREVISTO NO ART. 329, AMBOS DO CÓDIGO PENAL – VIABILIDADE – CONDUTA DE DESOBEDIÊNCIA PRATICADA COMO DESDOBRAMENTO DO CRIME DE RESISTÊNCIA – AÇÕES PRATICADAS EM UM MESMO CONTEXTO FÁTICO E EM PROGRESSÃO CRIMINOSA – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO EM RELAÇÃO AO DELITO PREVISTO NO ART. 330, DO CÓDIGO PENAL (CRIME-MEIO) COM O DE RESISTÊNCIA (CRIME-FIM) – REANÁLISE DOSIMÉTRICA DO QUANTUM – REVISÃO DE OFÍCIO DA SEGUNDA FASE DOSIMÉTRICA – REAJUSTE DA FRAÇÃO DE AUMENTO PARA 1/6 (UM SEXTO) – REDIMENSIONAMENTO DA PENA FINAL – RECURSO PROVIDO, EM DISSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. Se o acervo probatório evidencia a relação de subordinação entre o delito do art. 330, do Código Penal, e o tipo contido no artigo 329, do mesmo codex, tendo em vista que ocorreram no mesmo contexto fático e temporal e mediante progressão criminosa, impõe-se reconhecer a absorção do delito de desobediência pelo de resistência, aplicando-se o princípio da consunção. Constatada a desproporcionalidade no aumento da pena intermediária, deve-se reduzi-la a fim de guardar perfeita harmonia com as peculiaridades do caso concreto, readequando-se o quantum final da reprimenda. A despeito do silêncio legislativo, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que a majoração da reprimenda na segunda fase da dosimetria, em face da existência de agravantes, deve ser aplicada na fração de 1/6, salvo se fundamentada a necessidade de fração diversa.

Acórdão Classe: CNJ-413 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0016169-25.2013.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CHARLES MALDONADO IANOVICH (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DONIZETH WILLIAN VEIGA DO NASCIMENTO OAB - MT20725-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VÁRZEA GRANDE (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Número Único: 0016169-25.2013.8.11.0002 Classe: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL (420) Assunto: [Crimes de Trânsito] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [CHARLES MALDONADO IANOVICH - CPF: 012.241.271-02 (EMBARGANTE), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS), DONIZETH WILLIAN VEIGA DO NASCIMENTO - CPF: 004.183.721-52 (ADVOGADO), MPEMT - VÁRZEA GRANDE (EMBARGADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU OS EMBARGOS. E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO – INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS – INOVAÇÃO RECURSAL - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – EMBARGOS REJEITADOS. Não se pode falar em omissão quando o embargante se refere à prova/matéria enfrentada no acórdão, não se prestando o recurso de embargos de declaração para a reapreciação de questões já debatidas entre as partes, analisadas e decididas pela Câmara Julgadora.

Acórdão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1015031-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DENER FELIPE FELIZARDO E SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENER FELIPE FELIZARDO E SILVA OAB - MT21678-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SINOP (IMPETRADO)
Outros Interessados:
DENER FELIPE FELIZARDO E SILVA OAB - MT21678-O (ADVOGADO)
PABLO VIEIRA FLAUZINO (PACIENTE)
PABLO DE BRITO VIEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
HENRIQUE KRAUZE DOS SANTOS (VÍTIMA)

Número Único: 1015031-02.2019.8.11.0000 Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) Assunto: [Homicídio Simples, Constrangimento ilegal, Liberdade Provisória, Habeas Corpus - Cabimento] Relator: Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Turma Julgadora: [DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES

NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [DENER FELIPE FELIZARDO E SILVA - CPF: 005.884.631-08 (ADVOGADO), DENER FELIPE FELIZARDO E SILVA - CPF: 005.884.631-08 (IMPETRANTE), JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SINOP (IMPETRADO), PABLO VIEIRA FLAUZINO - CPF: 068.103.541-23 (PACIENTE), DENER FELIPE FELIZARDO E SILVA - CPF: 005.884.631-08 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO), PABLO DE BRITO VIEIRA (TERCEIRO INTERESSADO), JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SINOP (IMPETRADO), HENRIQUE KRAUZE DOS SANTOS (VÍTIMA)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, DENEGOU A ORDEM. E M E N T A HABEAS CORPUS – TENTATIVA DE HOMICÍDIO – IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA – ILEGALIDADE DA PRISÃO ANTE A FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO E DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DESCABIMENTO – ELEMENTOS CONCRETOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA – PRISÃO ASSENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – REITERAÇÃO DELITIVA – FUNDAMENTO IDÔNEO PARA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – INSUFICIÊNCIA – PERICULOSIDADE REAL EVIDENCIADA – PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE NÃO INTERFEREM NA PRISÃO CAUTELAR – ORDEM DENEGADA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. Havendo indícios suficientes da autoria e da materialidade do crime imputado ao paciente, bem como estampada sua periculosidade em razão da constatação da reiteração delitiva, a prisão cautelar se justifica para garantia da ordem pública. Constatada a necessidade da segregação cautelar para garantia da ordem pública, não há se falar em emprego de medida cautelar diversa da prisão. O fato de o paciente ostentar predicados pessoais favoráveis, por si só, não obsta a manutenção da custódia cautelar, desde que presentes outros elementos que revelem a indispensabilidade da medida.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007787-84.2017.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
HERLAN CARDEX PIO DE CAMPOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MAGRO MARTINS OAB - MT21775-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SORRISO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA – POSSE QUE CONFIGURA TRAFICÂNCIA; PENA-BASE APLICADA COM FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA; CONFISSÃO; REGIME MENOS GRAVOSO DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS E CONFISSÃO – PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO; SUBSIDIARIAMENTE, REDUÇÃO DA PENA E FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL SEMIABERTO – TRANSPORTE DE APROXIMADAMENTE 8KG DE PASTA-BASE DE COCAÍNA – DEPOIMENTO DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL - “MULA” - RESPONSABILIZAÇÃO PENAL NÃO ELIDIDA – PREMISSA DO STF – LIÇÃO DOUTRINÁRIA - CRIME DE AÇÃO MÚLTIPLA - ATO DE COMÉRCIO – DESNECESSIDADE - ENUNCIADO CRIMINAL 7 DO TJMT – JULGADO DO TJMT - PENA-BASE – MAUS ANTECEDENTES CONFIGURADOS – CONDUTA SOCIAL E PERSONALIDADE – PRESUNÇÃO – CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME - GRAVIDADE CONCRETA EVIDENCIADA – QUANTIDADE DE DROGA CONSIDERÁVEL – JULGADOS DO STJ - CONFISSÃO REFERENCIADA NA SENTENÇA – ATENUANTE RECONHECIDA – ENTENDIMENTO DO STJ - REGIME INICIAL SEMIABERTO – IMPOSSIBILIDADE – RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE PARA READEQUAR AS PENAS. O fato de apelante não ser o proprietário da droga, mas sim “mula”, mostra-se insuficiente para elidir sua responsabilização penal, pois o transportador da droga tem papel essencial para sua circulação e comercialização difusa. Com efeito, o legislador não dispensou tratamento menos rigoroso ao “traficante mula” ou, ainda, a outros com “participação de menor importância” (STF, HC nº 10.1265/SP). O tráfico de drogas constitui crime de ação múltipla ou misto alternativo e, portanto, consuma-se com a prática de qualquer das condutas nele descritas, dentre as quais transportar substância entorpecente com destinação mercantil, sendo desnecessária a demonstração do ato de comércio (TJMT, Enunciado Criminal 7). Se o apelante registra condenações definitivas, os maus antecedentes resultam configurados. As valorações desfavoráveis da conduta social e personalidade não se justificam quando inexistirem provas de que o apelante integre a facção criminosa do “Comando Vermelho”, tratando-se de mera presunção. (STJ, AgRg no HC nº 497.773/AP) O “profissionalismo” na consumação do crime, extraído do transporte com participação de concurso eventual de agentes, locação de veículo, acondicionamento da droga e utilização de crachá falso, revela maior gravidade da conduta, a justificar a negativação das circunstâncias do crime. (STJ, AgRg no AREsp 1250585/MS; AgRg no REsp 1597416/CE) A quantidade de pasta-base de cocaína - 8kg (oito quilos) – afigura-se considerável e justifica a elevação da pena-base, notadamente por se tratar de circunstância preponderante sobre as demais (Lei nº 11.343/2006, art. 42), a revelar maior “desvalor da conduta”. (STJ, AgRg no REsp 1448502/SP) O c. STJ firmou entendimento no sentido de que, mesmo nas hipóteses de confissão qualificada ou parcial, deve incidir a atenuante prevista no art. 65, III, ‘d’, do CP, desde que tenha sido utilizada como elemento de convicção do julgador. (STJ, AgRg no HC nº 526.256/DF) Os maus antecedentes, a reincidência específica e a quantidade de pasta-base de cocaína obstam à fixação do semiaberto. (TJMT, AP N.U 0000324-51.2018.8.11.0042)

Acórdão Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1010898-14.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO FLORENTINO DE MELLO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUETONIO PAZ OAB - MT5203-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOVA MONTE VERDE (RECORRIDO)
Outros Interessados:
JUCEMAR LUIZ MORENO (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOSE CARLOS MAGALHAES (VÍTIMA)
DAIANE REGINA DE SOUZA (VÍTIMA)

Número Único: 1010898-14.2019.8.11.0000 Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) Assunto: [Homicídio Qualificado, Ameaça, Crime Tentado, Contra a Mulher] Relator: Des(a). MARCOS MACHADO Turma Julgadora: [DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [DAIANE REGINA DE SOUZA - CPF: 037.512.761-57 (VÍTIMA), JUCEMAR LUIZ MORENO - CPF: 965.034.679-15 (VÍTIMA), JOSE CARLOS MAGALHAES - CPF: 522.672.291-53 (VÍTIMA), PEDRO FLORENTINO DE MELLO - CPF: 040.953.411-06 (RECORRENTE), SUETONIO PAZ - CPF: 103.686.803-63 (ADVOGADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (RECORRIDO), PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (REPRESENTANTE), MPEMT - NOVA MONTE VERDE (RECORRIDO), MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, REJEITOU A PRELIMINAR, E NO MÉRITO, DESPROVEU O RECURSO. E M E N T A EMENTA RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADA [MOTIVO FÚTIL], AMEAÇA, LESÃO CORPORAL NO AMBIENTE DOMÉSTICO E DANO - PRONÚNCIA - NULIDADE DA DECISÃO PRONUNCIA POR INVERSÃO NA ORDEM DOS INTERROGATÓRIOS, NÃO INTIMAÇÃO DA DEFESA PARA A AUDIÊNCIA NA QUAL FOI COLHIDO O DEPOIMENTO DA VÍTIMA POR CARTA PRECATÓRIA, TESTEMUNHAS OUVIDAS SEM A PRESENÇA DO RECORRENTE E LAUDO PERICIAL NÃO ELABORADO E INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA PARA SUBMISSÃO AO JULGAMENTO POPULAR - PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO OU DESPRONUNCIA - PREJUDICIAL - PRESCRIÇÃO - AMEAÇA E O DANO - PENAS EM ABSTRATO DE 1 (UM) A 6 (SEIS) MESES DE DETENÇÃO (CP, ART. 147 E 163) - LIÇÃO

DOUTRINÁRIA - RECEBIMENTO DA DENÚNCIA ATÉ A PRONÚNCIA - MAIS DE 3 (TRÊS) ANOS - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - AMEAÇA E O DANO - PRELIMINAR - NULIDADE DA PRONÚNCIA - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA - INVERSÃO NA ORDEM DOS DEPOIMENTOS [RÉU E VÍTIMA] - NULIDADE RELATIVA (CPP, ART. 400) QUE DEVE SER MANIFESTADA TEMPESTIVAMENTE, NA PRÓPRIA AUDIÊNCIA – PREMISSA DO STJ - EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA (CPP, art. 222) NÃO SUSPENDE A AÇÃO PENAL - JULGADO DO TJMT -PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - RECORRENTE PERMANECEU EM SILÊNCIO - FALTA DE INTIMAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA NA QUAL FOI COLHIDO DEPOIMENTO DA VÍTIMA - CIÊNCIA DA EXPEDIÇÃO DA RESPECTIVA CARTA PRECATÓRIA PELA DEFESA - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO DO ATO ELIDIDA - ARESTO DO STJ - PRESENÇA DO ACUSADO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO NÃO ESSENCIAL PARA A VALIDADE DO ATO - ENTENDIMENTO DO STJ - LAUDO PERICIAL - TENTATIVA BRANCA - CONDUTA DELITUOSA PODE SER COMPROVADA POR OUTROS MEIOS DE PROVA - ORIENTAÇÃO DO STJ - NULIDADE NÃO RECONHECIDA - PRELIMINAR REJEITADA - MÉRITO - CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL DO RECORRENTE - DECLARAÇÕES DA VÍTIMA E DAS TESTEMUNHAS PRESENCIAIS - AMBAS AS FASES DA PERSECUÇÃO PENAL - INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA - ENUNCIADO CRIMINAL 8 DO TJMT - PRONÚNCIA - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO - JULGADOS DO STJ E DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DO TJMT - DESPRONÚNCIA - PROVIDÊNCIA VINCULADA À COMPLETA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA OU MESMO DA PROVA DA MATERIALIDADE - ACÓRDÃO DO TJDF - JULGAMENTO RESERVADO AO TRIBUNAL DO JÚRI - RECURSO DESPROVIDO. “O prazo prescricional inicial com o recebimento da denúncia. Uma vez decorrido por inteiro, sem que tenha sido julgado o feito, como no caso, impõe-se reconhecer operada a prescrição da pretensão punitiva (RSTJ 88/279).” (MIRABETE, Júlio Fabbrini, Código de Processo Penal Interpretado - editora Atlas - 5ª ed. São Paulo, 2004, p. 933) A inversão na ordem dos depoimentos [réu e vítima] configura nulidade relativa (CPP, art. 400) que deve ser manifestada tempestivamente, na própria audiência (STJ, AgRg no REsp 1751799/PA). A expedição de carta precatória (CPP, art. 222) não suspende a ação penal, “de modo, que eventual inversão, em face do cumprimento [...] na produção da prova testemunhal ou na colheita do interrogatório do acusado, não redunda em nulidade processual, mormente, quando eventual prejuízo suportado pelo réu não foi demonstrado” (TJMT, RSE N.U 1005206-34.2019.8.11.0000). “Nos termos do enunciado 273 da Súmula desta Corte, intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no Juízo deprecado. Na hipótese, além da defesa ter sido intimada acerca da expedição da precatória, foi nomeado defensor dativo para o ato.” (STJ, RHC nº 57.577/SP) “A presença do acusado na audiência de instrução, embora recomendável, não é essencial para a validade do ato, eis que constitui nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da comprovação concreta do prejuízo. IV. Hipótese em que foi nomeado defensor dativo que acompanhou as oitivas da vítima e testemunha [...].” (STJ, REsp nº 1114250/SP 2009/0085008-7) “Não há falar em perícia nos casos de tentativa branca, uma vez que, não ocorrendo dano, não há corpo de delito a ser examinado. 4. A ausência de objeto material a ser periciado não se confunde com inexistência do fato típico praticado, uma vez que a conduta delituosa pode ser comprovada por outros meios de prova.” (STJ, RHC n.º 22.433/SP) A confissão no inquérito policial, embora retratada em Juízo, tem valor probatório sempre que confirmada por outros elementos de prova (TJMT, Enunciado Criminal 8). A decisão de pronúncia não revela juízo de mérito, mas apenas de admissibilidade da acusação, direcionando o julgamento da causa para o Tribunal do Júri, órgão competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, sendo suficientes a demonstração da materialidade e indícios suficientes de autoria ou de participação (STJ, AgRg no AREsp nº 1507361/PR). “A sentença de pronúncia se caracteriza como mero juízo de admissibilidade, na qual o magistrado não deve se aprofundar no conjunto probatório dos autos, mas apenas mencionar as provas sobre a materialidade delitiva e os indícios suficientes da autoria, porquanto compete ao Tribunal do Júri a apreciação das versões e teses existentes no feito, conforme dispõe o art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “c”, da Constituição Federal.” (TJMT, N.U 1005383-95.2019.8.11.0000) A “despronúncia é providência vinculada à completa ausência de indícios de autoria ou mesmo da prova da materialidade” (TJDF, RESE nº 20080310050138).

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000185-77.2011.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
OSNALDO PAULA RIBEIRO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA ALMIRAO DOS SANTOS ESPANGA OAB - MT10085-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ERLI BATISTA FERREIRA (VÍTIMA)

EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL – HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR – ARTIGO 302, § ÚNICO, INCISO IV (ANTIGA REDAÇÃO) DA LEI 9.503/97 – PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – CULPA CONFIGURADA – INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE CUIDADO – AFASTAMENTO DA PENA ACESSÓRIA DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR – IMPOSSIBILIDADE – RESPONSABILIZAÇÃO PENAL MANTIDA – PRECEITO SECUNDÁRIO DO TIPO PENAL – APLICAÇÃO CUMULATIVA COM A PENA CORPORAL – IMPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA – RECURSO DESPROVIDO. O acusado concorreu para o resultado ao conduzir veículo sem observância do dever objetivo de cuidado, conduzindo o veículo automotor (ônibus), de forma imprudente e negligente, vindo a colidir com a vítima, que veio a óbito em decorrência das lesões corporais sofridas. Inviável a exclusão da penalidade de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, quando esta encontra-se prevista no preceito secundário da norma, como pena cumulativa e não alternativa.

Acórdão Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010981-80.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CHARLES MUNIZ NAGY (APELANTE)
ADRIANO CORRER (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEDOCIR ANHOLETO OAB - MT7502-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SINOP (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CARLOS ROBERTO NAGY (TERCEIRO INTERESSADO)
DOUGLAS SOUZA DA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
ANDREIA DA SILVA MARTINS (VÍTIMA)

Número Único: 0010981-80.2011.8.11.0015 Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) Assunto: [Receptação, Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente] Relator: Des(a). PAULO DA CUNHA Turma Julgadora: [DES(A). PAULO DA CUNHA, DES(A). FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES NETO, DES(A). GILBERTO GIRALDELLI, DES(A). JUVENAL PEREIRA DA SILVA, DES(A). MARCOS MACHADO, DES(A). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI, DES(A). PEDRO SAKAMOTO, DES(A). RONDON BASSIL DOWER FILHO] Parte(s): [DOUGLAS SOUZA DA COSTA - CPF: 037.746.211-01 (APELANTE), CARLOS ROBERTO NAGY - CPF: 431.502.689-15 (APELANTE), ADRIANO CORRER - CPF: 078.087.669-50 (APELANTE), MARCIO RONALDO DE DEUS DA SILVA - CPF: 458.660.071-34 (ADVOGADO), CHARLES MUNIZ NAGY - CPF: 324.942.418-80 (APELANTE), LEDOCIR ANHOLETO - CPF: 843.307.759-72 (ADVOGADO), ANDREIA DA SILVA MARTINS - CPF: 005.389.201-14 (VÍTIMA), MINISTERIO PUBLICO (APELADO), MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.507.415/0018-92 (CUSTOS LEGIS), MPEMT - SINOP (APELADO), DOUGLAS SOUZA DA COSTA - CPF: 037.746.211-01 (TERCEIRO INTERESSADO), CARLOS ROBERTO NAGY - CPF: 431.502.689-15 (TERCEIRO INTERESSADO)] A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). PAULO DA CUNHA, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, ACOLHEU A PRELIMINAR DE EXTINÇÃO, E NO MÉRITO, DESPROVEU OS RECURSOS. E M E N T A APELAÇÃO CRIMINAL – RECEPTAÇÃO QUALIFICADA EM CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 180, §1º, C/C ART. 71, AMBOS DO CP) E CORRUPÇÃO DE MENOR (ART. 244-B DA LEI Nº 8.069/90) – PRELIMINAR SUSCITADA PELA DEFESA DE ADRIANO CORRER – INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA

PRETENSÃO PUNITIVA NA MODALIDADE RETROATIVA PARA O CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENOR – PRELIMINAR ACOLHIDA – MÉRITO – PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE RECEPTAÇÃO QUALIFICADA POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA – IMPROCEDÊNCIA – AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS – DESTINAÇÃO MERCANTIL COMPROVADA –CONDENAÇÕES MANTIDAS – PRELIMINAR ACOLHIDA E, NO MÉRITO, PELO DEPROVIMENTO DOS RECURSOS EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. Tendo em vista que os acusados foram condenados à pena de 01 (um) ano de reclusão pela prática do crime de corrupção de menor, previsto no art. 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente e transcorrido lapso temporal superior a 04 (quatro) anos do dia do recebimento da denúncia até a data da sentença condenatória, impõe-se a extinção da punibilidade dos agentes em relação ao referido delito, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal. O “sabe” do caput do art. 180, do Código Penal, revela o pleno conhecimento da origem ilícita da coisa, enquanto que o “deve saber” do parágrafo aponta que o comerciante ou industrial, se não tem certeza da ilicitude do objeto, pela experiência do ramo, tinha a obrigação de saber que se tratava de produto de crime. Cuida-se de uma presunção normativa de que o agente, diante das circunstâncias fáticas e de suas condições pessoais, não poderia, de forma alguma, desconhecer a origem espúria da coisa recebida.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018871-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO DA SILVA BATISTA RONDON (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
3 Vara Criminal de Barra do Bugres (RÉU)
Outros Interessados:
THIAGO DA SILVA BATISTA RONDON (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1018871-20.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 20:40:23 e distribuído inicialmente para o Des(a). MARCOS MACHADO

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017513-20.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
HAMILTON LOBO MENDES FILHO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HAMILTON LOBO MENDES FILHO OAB - MT10791-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
HAMILTON LOBO MENDES FILHO OAB - MT10791-O (ADVOGADO)
REMERSON SOARES DA SILVA (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Assim sendo, mostra-se “inviável a concessão do benefício pleiteado pela estreita via do habeas corpus [...] sob pena de supressão de jurisdição”, como bem ponderou o i. procurador de Justiça Gill Rosa Fechtner. Por efeito, impõe-se o não conhecimento deste Habeas Corpus, monocraticamente, por veicular pedido incabível (RITJMT, art. 160). Com essas considerações, impetração NÃO CONHECIDA. Publique-se e intime-se. Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. MARCOS MACHADO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018885-04.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JONAS FERREIRA DA ROSA (RÉU)
RUAN CARLOS SPINELLI (RÉU)
DOUTO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE POCONÉ - MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico, que o processo de n. 1018885-04.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 10:27:31 e distribuído inicialmente para o Des(a). ORLANDO DE ALMEIDA PERRI

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018758-66.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ABDIEL VIRGINO MATHIAS DE SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ABDIEL VIRGINO MATHIAS DE SOUZA OAB - MT16241-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARANAÍTA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JOSE ROLINS MAIA (TERCEIRO INTERESSADO)
A. M. R. (VÍTIMA)
ABDIEL VIRGINO MATHIAS DE SOUZA OAB - MT16241-A (ADVOGADO)
CLAUDENIR APARECIDO MICHEL (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Assim, por ora, defiro parcialmente o pedido de liminar, para determinar a suspensão da audiência de instrução e julgamento designada para às 16 horas da presente data, até posterior reexame.Determino, ainda, (i) a solicitação de informações à autoridade indigitada coatora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; e (ii) a intimação do impetrante para trazer aos autos, em igual prazo, cópia da decisão que decretou a prisão preventiva, sob pena de não conhecimento do habeas corpus, no tocante à custódia cautelar.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004832-97.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA HELENA DA ROCHA BATISTA (APELANTE)
LUIZ CARLOS GARCIA (APELANTE)
ODILEI GIROTI FERNANDES (APELANTE)
WALISSON OLIVEIRA DUARTE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELIO CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT13555-O (ADVOGADO)
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
JOÃO BATISTA BORGES JUNIOR OAB - MT7637-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VÁRZEA GRANDE (APELADO)
Outros Interessados:
EDIO DIMAS PECANHA DE BRITO FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
ROSEMBERG BARBOSA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
DEVANIR BONIFACIO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0013205-60.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL FERREIRA GOMES (APELANTE)
ATHAYS CRISTINA SANTOS SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO BATISTELLA OAB - MT9155-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001811-92.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEMI LUCIO FERRAO (APELANTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES OAB - MT15616-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010569-91.2011.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS DOS SANTOS MARINHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GARCIA DE ALMEIDA OAB - MT2573-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VÁRZEA GRANDE (APELADO)
Outros Interessados:
ROBERTO SOARES DO NASCIMENTO (VÍTIMA)
PAULO SOARES DO NASCIMENTO (VÍTIMA)
EDEMILSON DIAS PAES (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ANTONIO CARVALHO DA SILVA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0027819-12.2014.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ZANIL FERREIRA GOMES (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO DA SILVA MONTEIRO OAB - MT3301-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
VALDEIR RODRIGUES LIMA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1015572-35.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELLO BASSAN JUNIOR (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARI LEOBET JUNIOR OAB - MT21919-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
EDRIANO CARLOS AGOSTINI (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ELIMAR DOS SANTOS SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1017930-70.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE GONCALVES PEREIRA (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
EDVANIA FRANCISCA QUIRINO - ME (VÍTIMA)
S C P VALE & CIA LTDA - ME (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006610-76.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO AMANCIO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO EUDES GOMES DE LIMA OAB - MT5773-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
FABRICIO DE CASTRO SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001127-97.2013.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. D. S. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
D. F. D. O. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1014930-62.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON ROGERIO GRAHL (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON ROGERIO GRAHL OAB - MT10565-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTO ESPERIDIÃO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ANDERSON ROGERIO GRAHL OAB - MT10565-O (ADVOGADO)
RAYSSA BORDON DA SILVA (VÍTIMA)
ANA LORRAYNE BORDON DA SILVA (VÍTIMA)
OLIBIO BORDON (PACIENTE)
ANA ZELMA BORDON (TERCEIRO INTERESSADO)
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (TERCEIRO INTERESSADO)

Com essas considerações, DETERMINA-SE a intimação do advogado Anderson Rogério Grahl [OAB/MT nº 10565] para que colacione o referido laudo pericial, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento da matéria alegada. Após, nova conclusão. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Des. MARCOS MACHADO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018919-76.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz Renata do Carmo Evaristo Parreira (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018919-76.2019.8.11.0000 – Classe:

HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018569-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO JOSE DE SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO JOSE DE SOUZA OAB - MT22452-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
SEBASTIAO PEREIRA VASCO (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
SEBASTIAO JOSE DE SOUZA OAB - MT22452-O (ADVOGADO)
GILVAN GUIMARÃES DA SILVA (VÍTIMA)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar...

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1015119-40.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ERASMO CARLOS RIBEIRO BARROS (RECORRENTE)
MARCO ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROADAM JHONEI DE PAULA LEAL OAB - MT14398-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
LUIS CARLOS DOS SANTOS FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ROBSON VICENTE TINELLO (TERCEIRO INTERESSADO)
ELTON NUNES XAVIER (VÍTIMA)
EVERTON DE JESUS MARTINS (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018939-67.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
2° Vara Criminal da Comarca de Rondonópolis (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LUIS FERNANDO SANTOS SOUZA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018939-67.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007103-64.2017.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL BARROS DE MOURA DE ABREU (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ALTA FLORESTA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001659-50.2017.8.11.0007
Parte(s) Polo Ativo:
OTAVIO LINDOLFO DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
CACILDA MARIA DA SILVA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007013-88.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO SIDES DA SILVA (APELANTE)
JOSIMAR FEITOSA DE ANDRADE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
BRUNA RIBEIRO DA COSTA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0022894-59.2015.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RAISON MAXUEL GUIMARAES SILVA (APELANTE)
JULICE CATIA DE ALMEIDA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VÁRZEA GRANDE (APELADO)
Outros Interessados:
EDIVANDO IVO ALVES FERREIRA KASPCHAH DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002579-86.2017.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ALEXANDRE GERALDO DE ALENCAR (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
NILCE FONSECA DA COSTA (VÍTIMA)
ZILDA FONSECA LEMOS (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007427-35.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR JOSE DE SANTANA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MAURICIO SANTANA DOS SANTOS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000858-92.2003.8.11.0018

Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDEMIR RODRIGUES DE SOUSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE RODRIGO SCHNEIDER OAB - MT7824-B (ADVOGADO)
RONEY SANDRO CUNHA OAB - MT5030-O (ADVOGADO)
RODRIGO LUIS MARTINS OAB - MT8981-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LORENA CRISTINA MILHOMEN REIS (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0013059-19.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
GERFERSON FERREIRA SERRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
ROK'S OURO 18 (VÍTIMA)
FRANCISCO ROQUE DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004794-91.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO SANTANA DA SILVA (APELANTE)
ODAIR BERLINDO DE SOUZA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
FLORENCIO DE JESUS (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0013036-15.2014.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
EMANUEL VICTOR DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
RICARDO CARLOS DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIO PEDRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003667-49.2017.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
KAIQUE FERREIRA DA SILVA (APELANTE)
DIEGO RICHARD ALMEIDA DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSELUCIA RODRIGUES DE SOUZA OAB - MT16071-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001519-05.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS FERNANDO OLIVEIRA SANTOS (APELANTE)
JASMIM DA COSTA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004315-76.2012.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
A. F. D. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALVARO LUIZ PEDROSO MARQUES DE OLIVEIRA OAB - MT7666-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
S. B. D. S. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002471-79.2014.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS REGO SOARES BARBOSA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
VIRGINIO LUIZ DE FREITAS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000044-48.2017.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
GLEISON DA CRUZ PEREIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
VANDERLEI PEREIRA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
VANILCE CORDEIRO (VÍTIMA)
FLAVIA CORDEIRO ZANEL (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Intimação de pauta Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL

Processo Número: 1017368-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
J. C. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACINTO CACERES OAB - MT25063/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 2. V. C. D. C. D. S. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
S. F. D. S. (VÍTIMA)
I. S. (PACIENTE)
JACINTO CACERES OAB - MT25063/O (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 17 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 4.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001970-37.2014.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS DA COSTA MARQUES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001970-37.2014.8.11.0010 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010881-65.2017.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
VICTOR LOPES DE OLIVEIRA (APELANTE)
LUCAS DE AMARAL TRAVAGINI (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
LUIZ FERNANDO CARDOSO (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0010881-65.2017.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002364-80.2019.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
P. J. D. N. (APELADO)
R. S. D. O. (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCY ROSA DA SILVA OAB - MT2613-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0002364-80.2019.8.11.0006 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. MARCOS MACHADO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0013324-60.2014.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
PERCIVAL VEIGA CAMPOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERIC RITTER OAB - MT5397-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
KARINE DE GOIS CONRADI (VÍTIMA)
MONICA DA SILVA COSTA (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0013324-60.2014.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008662-61.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIKYS ANDRE FERREIRA DEONEL (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0008662-61.2019.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009922-92.2015.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
O. C. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO QUINTAO OAB - MT10058-O (ADVOGADO)
GILSON DA SILVA OAB - MT21801-O (ADVOGADO)
GILMAR BENTO DE SALES OAB - MT12338-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
E. C. D. (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0009922-92.2015.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002287-56.2015.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OSCAR SIQUEIRA WERNER (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0002287-56.2015.8.11.0024 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006903-15.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:

JULIANA MAXIMA DA SILVA GOMES (APELANTE)
THIAGO RONDON DE PINHO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0006903-15.2018.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010079-08.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARLINDO OLMIRO GENRO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE FRANCISCO DE AZEVEDO PONTES OAB - MT8502-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0010079-08.2018.8.11.0040 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007426-97.2014.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RODRIGO DA SILVA MIRANDA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO MARCIO DIAS CUNHA OAB - MT5391-O (ADVOGADO)
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0007426-97.2014.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000595-88.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
EUDES MONTEIRO MONTEIRO DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
RODRIGO GONCALVES DA SILVA (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0000595-88.2019.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004569-05.2019.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CARLA SILVA GONCALVES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0004569-05.2019.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010380-03.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
UENIO GUIMARAES DE SOUZA (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0010380-03.2017.8.11.0003 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003122-92.2012.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIO MARINO THOME (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0003122-92.2012.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PAULO DA CUNHA.

Segunda Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018878-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIONEI DE PAULA MAGALHAES (RÉU)
DOUTO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE POCONÉ - MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1018878-12.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018880-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADIMAS DE LANA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADMILSON FRANCISCO DE MOURA OAB - MT21516/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA DE VIOLENCIA DOMESTICA DE VARZEA GRANDE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018880-79.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018894-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

JHONATAN SOUZA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ROBERTO FELFILI OAB - MT3923-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1ª vara criminal da comarca de várzea grande (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018894-63.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018909-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MAGRO MARTINS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MAGRO MARTINS OAB - MT21775-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DE APIACAS-MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
NATALIA DAS MERCES VILAR (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018909-32.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018924-98.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
KLEBER DE SOUZA SILVA (IMPETRANTE)
MARCIO ROBERTO CRUZ (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER DE SOUZA SILVA OAB - MT8002-O (ADVOGADO)
MARCIO ROBERTO CRUZ OAB - MT24328-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juizo da Comarca de Porto Esperidião - MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JAMIR PARABA BACA (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018924-98.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018925-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz Renata do Carmo Evaristo Parreira (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018925-83.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018928-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz Renata do Carmo Evaristo Parreira (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018928-38.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Informação Classe: CNJ-426 PETIÇÃO
Processo Número: 1018940-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WASHINGTON LUIZ DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ÁGUA BOA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1018940-52.2019.8.11.0000 – Classe: PETIÇÃO (1727) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018943-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018943-07.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Pauta de Julgamento

Julgamentos designados para a Sessão Extraordinária da SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL do dia 18.12.2019, às 14:00 horas, Plenário 04, nos termos do art. 10 do R.I.T.J, decorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas previsto no §1º do art. 134 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Visando facilitar o trabalho dos advogados, a SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL disponibiliza o e-mail: unificada.secretariacriminal@tjmt.jus.br para recebimento de pedido de preferência e sustentação oral que deverá ser feito em até 24 horas de antecedência da sessão de julgamento. As solicitações de preferência e sustentação oral feitas por e-mail dispensa o preenchimento de cadastro na sessão.

Apelação 54668/2017 - Classe: CNJ-417 COMARCA DE NOVA MUTUM.
Protocolo Número/Ano: 54668 / 2017
RELATOR: DRA. GLENDA MOREIRA BORGES
APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO
APELANTE(S): RONALDO ANGELO DA COSTA
ADVOGADO(S): Dr(a). HILARIO SCHIEFELBEIN
Dr(a). VINÍCIUS STEFANNO SANTOS SILVA
Dr(a). OUTRO(S)
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO(S): RONALDO ANGELO DA COSTA
ADVOGADO(S): Dr(a). HILARIO SCHIEFELBEIN
Dr(a). VINÍCIUS STEFANNO SANTOS SILVA
Dr(a). OUTRO(S)

Apelação 23934/2018 - Classe: CNJ-417 COMARCA CAPITAL.
Protocolo Número/Ano: 23934 / 2018
RELATOR: DRA. GLENDA MOREIRA BORGES
APELANTE(S): AMADEU AMÂNCIO FERREIRA
ADVOGADO(S): Dr. CAIO CEZAR BUIN ZUMIOTI - DEFENSOR PÚBLICO
APELANTE(S): WELITON FERNANDO COSTA E SILVA
ADVOGADO(S): Dr(a). LAURO GONÇALO DA COSTA
Dr(a). FABRICIO COSTA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Dr(a). OUTRO(S)
APELANTE(S): ALEX AGUIAR DOS SANTOS
ADVOGADO(S): Dr(a). ZACARIAS FERREIRA DIAS - DEFENSOR PÚBLICO
APELADO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO

SEGUNDA SECRETARIA CRIMINAL em Cuiabá, aos 11 dias do mês de Dezembro de 2019.

Acórdão

Apelação 54210/2018 - Classe: CNJ-417 COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE. Protocolo Número/Ano: 54210 / 2018. Julgamento: 04/12/2019. APELANTE(S) - JOÃO PAULO OLIVEIRA PINTO (Advs: Dr(a). REGINA CÉLIA SOUZA TIMOTHEO DE ALMEIDA - OAB 21630/O, Dr. YANN DIEGGO

SOUZA TIMÓTHEO DE ALMEIDA - OAB 12025/MT), APELANTE(S) - JOSÉ ANTÔNIO SILVA PINHEIRO (Advs: Dr(a). ARIAGDA SIQUEIRA GOMES SCATOLA - OAB 21161/MT, Dr(a). EUSTÁQUIO INÁCIO DE NORONHA NETO - OAB 12548/MT, Dr(a). FILIPE MAIA BROETO NUNES - OAB 23948/MT, Dr(a). GISELE DA SILVA REZENDE - OAB 21633/MT, Dr(a). LÉO CATALÁ JORGE - OAB 17525/MT, Dr. VALBER DA SILVA MELO - OAB 8927/MT), APELADO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO. Relator: Exmo. Sr. DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisão: À UNANIMIDADE, DEU PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS DE JOÃO PAULO OLIVEIRA PINTO E JOSÉ ANTÔNIO SILVA PINHEIRO, TÃO SOMENTE PARA RECONHECER A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL E DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DE AMBOS, QUANTO AO CRIME DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, EX VI DOS ARTS. 107, IV, PRIMEIRA FIGURA, 109, V, E 110, TODOS DO CP; REJEITADAS AS DEMAIS PRELIMINARES; E QUANTO A DOSIMETRIA DO APELANTE JOSÉ ANTÔNIO PINHEIRO, RELATIVAMENTE AO CRIME DE EXTORSÃO, REDIMENSIONAR PARA 1/2 A FRAÇÃO DE AUMENTO APLICADA PELA INCIDÊNCIA DA MAJORANTE PREVISTA NO §1º DO ARTIGO 158 DO CP, FIXANDO SUA PENA DEFINITIVA EM 12 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO, ALÉM DO PAGAMENTO DE 30 DIAS-MULTA, MANTENDO-SE O REGIME INICIAL FECHADO PARA CUMPRIMENTO DE PENA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.

EMENTA:

APELAÇÃO CRIMINAL – EXTORSÃO MAJORADA PELO CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA DE FOGO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – SENTENÇA CONDENATÓRIA – RECURSOS DEFENSIVOS – PRELIMINARES – 1.1. COMUM AOS APELANTES – PRESCRIÇÃO RETROATIVA – ART. 288 DO CP – ACOLHIMENTO – LAPSO TEMPORAL ENTRE A DATA DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E A DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA – PENA IN CONCRETO – APELANTE JOÃO PAULO – 1.2. NULIDADE DA SENTENÇA – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – REJEIÇÃO – OBEDIÊNCIA AO CRITÉRIO TRIFÁSICO – FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA – PENA-BASE RAZOÁVEL E PROPORCIONAL – REJEIÇÃO – APELANTE JOSÉ – 1.3. NULIDADE DO PROCESSO – VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E PARIDADE DE ARMAS – JUNTADA DE DOCUMENTO APÓS O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA – INOCORRÊNCIA – ACESSO AOS AUTOS APÓS A JUNTADA – INEXISTÊNCIA DE MANIFESTAÇAO NO MOMENTO OPORTUNO – PRECLUSÃO – 1.4. ILEGALIDADE DAS INTERCEPTAÇÕES – VIOLAÇÃO AO SIGILO DOS DIÁLOGOS ADVOGADO-CLIENTE – IMPROCEDÊNCIA – AUTORIZAÇÃO JUDICIAL – CAPTAÇÃO INCIDENTAL – MERA IRREGULARIDADE – PRECEDENTES STJ – 1.5. INÉPCIA DA DENÚNCIA – AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DE CONDUTAS – IMPERTINÊNCIA – REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS – AFASTAMENTO – 1.6 NULIDADE DA SENTENÇA POR NÃO APRECIAÇÃO DE TESE RELEVANTE – REJEIÇÃO – INEXISTÊNCIA DE MANIFESTACAO NO MOMENTO OPORTUNO – PRECLUSÃO – ALEGAÇÃO SUPERADA COM A SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA PENAL – 2. MÉRITO – PEDIDOS DA DEFESA DE JOÃO PAULO – 2.1. DOSIMETRIA DA PENA – CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS – READEQUAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA – DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO – PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – FRAÇÃO EM OBSERVÂNCIA ÀQUELA COMUMENTE UTILIZADA PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES – PRECEDENTES STJ – 2.2. MAJORANTE DO ART. 158, §1º, DO CP NO MÍNIMO LEGAL – IMPROCEDÊNCIA – FRAÇÃO FUNDAMENTADAMENTE ELEGIDA – PECULIARIDADES DO CASO CONCRERTO – PEDIDOS DA DEFESA DE JOSÉ ANTONIO – 2.3. ABSOLVIÇÃO – EXTORSÃO MAJORADA – COMETIDO CONTRA AS VÍTIMAS CARLOS DALLASTRA, FERNANDO BRESSAN E OLÍVIO TERHOST – ATIPICIDADE DA CONDUTA – INEXISTÊNCIA DE VANTAGEM ECONÔMICA – DESCLASSIFICAÇÃO – EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES OU DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – IMPROCEDÊNCIA – AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS – GRAVE AMEAÇA EXERCIDA COM INTUITO DE OBTENÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA – ACERVO PROBATÓRIO ROBUSTO E HARMÔNICO – SÚMULA 96 DO STJ – 2.4. ABSOLVIÇÃO – EXTORSÃO MAJORADA – VÍTIMAS MARCELO MARTINS PERACCHIA E VICENTE FISCHER – AUSÊNCIA DE PROVA – DECLARAÇÕES EXCLUSIVAS DAS VÍTIMAS – FUNDAMENTO INIDÔNEO PARA A CONDENAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA – MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA DEMONSTRADAS – PALAVRAS DA VÍTIMA – ESPECIAL RELEVÂNCIA NOS CRIMES PATRIMONIAIS – HARMONIA COM OUTRAS PROVAS –NEGATIVA DE AUTORIA ISOLADA DO CONJUNTO PROBATÓRIO – CONDENAÇÃO MANTIDA – 2.5. DESCLASSIFICAÇÃO – EXTORSÃO PARA CONSTRANGIMENTO ILEGAL – VÍTIMA PEDRO MARTIN – IMPROCEDÊNCIA – ELEMENTARES DO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO – DOLO DE OBTER VANTAGEM ECONÔMICA INDEVIDA EVIDENCIADO – 2.6. MAJORANTE DO ART. 158, §1º, DO CÓDIGO PENAL – FRAÇÃO DE 2/3 APLICADA EQUIVOCADAMENTE – AUSENCIA DE PREVISÃO LEGAL – PROCEDÊNCIA – ALTERAÇÃO QUE SE IMPÕE – APELOS PARCIALMENTE PROVIDOS. EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

1.1 - Se, considerando-se a pena in concreto, verifica-se que entre a data do recebimento da denúncia e a da publicação da sentença condenatória recorrível, transcorreu lapso temporal superior àquele previsto no art. 109, V, do Código Penal, impõe-se reconhecer a extinção da punibilidade dos réus pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, em sua modalidade retroativa, somente quanto ao crime de associação criminosa (art. 288, caput, do CP);

1.2 – Não há que se falar em nulidade da sentença por ausência de fundamentação quando o Magistrado, ao fixar a reprimenda, mantém estrita observância ao sistema trifásico instituído pelos arts. 59 e 68 do Código Penal, balizando as circunstâncias do crime com base em elementos objetivos extraídos dos autos e mediante o exercício da discricionariedade que lhe é outorgado, restando, por consequência, justificada a exasperação da pena-base, a qual, aliás, mostrou-se dentro dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade;

1.3 - Inviável acolher tese de nulidade por ofensa ao princípio do contraditório, se a reportagem jornalística foi colacionada ao processo após o encerramento da instrução criminal, mas antes das alegações finais pelas partes (fase do art. 402 do CPP), inexistindo ofensa ao contraditório e ampla defesa, sobretudo se o MP mencionou o referido documento audiovisual em suas alegações finais e se o seu conteúdo sequer foi utilizado como fundamento para a sentença, além de, frise-se, não ter sido comprovado pela Defesa qualquer prejuízo efetivo;

1.4 – Não configura violação de sigilo profissional a captação incidental de comunicação entre advogado e cliente em interceptação telefônica autorizada pela justiça. Precedentes STJ (RHC: 85819 RS 2017/0144462-2). Ademais, além de ter sido direcionada tão somente ao Apelante, seu conteúdo não foi utilizado como fundamento na sentença atacada.

1.5 – Considerando que o fato criminoso está exposto na denúncia, com todas as suas circunstâncias, atendendo a todos os requisitos do art. 41 do CPP, permitindo a leitura da peça acusatória e a compreensão da acusação, bem como possibilitando o exercício do contraditório e da ampla defesa, não há que se admitir a inépcia da inicial acusatória. Outrossim, é entendimento consolidado no STJ que, com a superveniência da sentença penal condenatória, torna-se irrelevante a discussão a respeito da inépcia da denúncia, ainda que tenha sido deduzida em momento anterior ao da prolação do decisum (STJ – AgRg nos EAREsp: 823053 RJ 2014/012370-8);

1.6 – “Não há falar em nulidade pela não apreciação da tese erigida pela defesa se esta, no momento processual oportuno, não opôs embargos de declaração para sanar supostas omissões, acarretando a preclusão da matéria” (STJ – HC: 391710 CE 2017/0053129-0).

2.1 – É irretocável a exasperação da pena-base em 06 meses, devida à aferição negativa de 4 circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, quando aplicada de forma fundamentada e discricionária pelo julgador, observando o quantum comumente admitido pelos Tribunais Superiores (1/8), se a pena em abstrato cominada ao delito é de 4 a 10 anos de reclusão;

2.2 – Comprovado nos autos que o concurso de agentes se deu com a participação de 10 pessoas e confirmado de forma harmônica pelas vítimas que os acusados agiram fortemente armados, escorreita a fundamentação do Magistrado ao eleger em 1/2 a fração de aumento decorrente da majorante do art. 158, §1º, do Código Penal.

2.3 – Evidenciado no conjunto probatório dos autos que o Apelante constrangeu as vítimas, mediante graves ameaças, visando à obtenção de vantagens econômicas indevidas, resta inquestionável a tipicidade do delito imputado. Ademais, consoante entendimento estabelecido pela Súmula nº. 96 do STJ, "o crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida”.

2.4 – Nos crimes contra o patrimônio, em regra cometidos clandestinamente, a palavra das vítimas tem especial relevância para formar a convicção sobre a culpa do réu, principalmente, quando em harmonia com as demais provas do processo, dentre elas o reconhecimento fotográfico do acusado, não havendo que se falar em insuficiência de prova;
2.5 – Comprovado que a grave ameaça exercida pelo Apelante visava à obtenção vantagem econômica indevida, mostra-se inviável a desclassificação do crime de Extorsão para o de Constrangimento ilegal, pois, enquanto naquele ilícito busca-se evitar o enriquecimento ilícito do agente, neste a finalidade é a proteção contra a restrição da liberdade da vítima;
2.6 – Se o comando legal prevê majoração da pena entre 1/3 e 1/2, a adequação do aumento contemplado na sentença é medida que se impõe, se equivocadamente aplicada em 2/3 a fração de aumento relativa ao crime do art. 158, § 1º, do Código Penal.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018878-12.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIONEI DE PAULA MAGALHAES (RÉU)
DOUTO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE POCONÉ - MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico, que o processo de n. 1018878-12.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 22:37:50 e distribuído inicialmente para o Des(a). PEDRO SAKAMOTO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018880-79.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADIMAS DE LANA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADMILSON FRANCISCO DE MOURA OAB - MT21516/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA DE VIOLENCIA DOMESTICA DE VARZEA GRANDE (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1018880-79.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 08:28:28 e distribuído inicialmente para o Des(a). PEDRO SAKAMOTO

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018798-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALYNNSON CORREA FERNANDES (IMPETRANTE)
IDELMAN MARIEL MARTINEZ DE MELO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYNNSON CORREA FERNANDES OAB - MT19481-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ALYNNSON CORREA FERNANDES OAB - MT19481-O (ADVOGADO)
PAULO WITER FARIAS PAELO (PACIENTE)

Diante do exposto, indefiro a liminar vindicada....

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018570-73.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CÁCERES (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ELBERI CARLOS TEOTONIO (VÍTIMA)
EDMAR CARLOS TEOTONIO (VÍTIMA)
DIEGO RIBEIRO GOMES (PACIENTE)

Logo, indefiro o pedido liminar...

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018433-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES OAB - MT15616-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
PABLA MELO KLAUSS (TERCEIRO INTERESSADO)
WESLEN HENRIQUE DE LIMA RAMOS (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MAX MANOEL CORREIA DA SILVA (PACIENTE)
DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES OAB - MT15616-O (ADVOGADO)

Assim, dada as circunstâncias expostas, indefiro o pedido de liminar, sem prejuízo de uma análise mais aprofundada ao tempo do julgamento do mérito do presente writ.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018006-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ELINETE DA COSTA ARAUJO (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOELTON BENEDITO DE CAMPOS (TERCEIRO INTERESSADO)

Assim, na estreiteza de um juízo de risco característico desta fase, e diante da ausência dos pressupostos que autorizam primus ictus oculi a concessão da medida liminar, indefiro-a, restando o lado sumaríssimo deste habeas corpus, com o efetivo exercício da competência do Órgão Colegiado.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018894-63.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JHONATAN SOUZA DA SILVA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ROBERTO FELFILI OAB - MT3923-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1ª vara criminal da comarca de várzea grande (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018894-63.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018516-10.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO LINO DA SILVA (IMPETRANTE)
ADRIANO DOMINGUES FERNANDES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DOMINGUES FERNANDES OAB - MT13384-O (ADVOGADO)
PAULO LINO DA SILVA OAB - MT25926-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PONTES E LACERDA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
PAULO LINO DA SILVA OAB - MT25926-A (ADVOGADO)
ADRIANO DOMINGUES FERNANDES OAB - MT13384-O (ADVOGADO)
FABIANO TRAJANO DA SILVA (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Portanto, indefiro o pedido de tutela liminar....

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018318-70.2019.8.11.0000

Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER SILVEIRA FAGUNDES (IMPETRANTE)
ANA PAULA BARELLA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUIRATINGA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
HELIO PERINA JUNIOR (PACIENTE)
CARLITO RAMOS DE REZENDE (TERCEIRO INTERESSADO)
DAVI SOUTO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIS CARLOS FELIX VIANA (TERCEIRO INTERESSADO)
SILVIO EDUARDO POLIDORIO (TERCEIRO INTERESSADO)
JAYME RODRIGUES CARVALHO JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, indefiro a liminar vindicada, devendo a insurgência defensiva ser objeto de deliberação definitiva após a tramitação regular do writ.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017939-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA VALDERES LISSONI (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA VALDERES LISSONI OAB - MS16279 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
WILLIAN ALVES DE OLIVEIRA (VÍTIMA)
JEOVAN RODRIGUES POSS (VÍTIMA)
EVERTON PEREIRA RAMOS (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MARIA VALDERES LISSONI OAB - MS16279 (ADVOGADO)
RENATA RODRIGUES POSS (VÍTIMA)
FABIO DA SILVA ARAUJO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, indefiro a liminar vindicada.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018909-32.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MAGRO MARTINS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MAGRO MARTINS OAB - MT21775-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DE APIACAS-MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
NATALIA DAS MERCES VILAR (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1018909-32.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 15:33:32 e distribuído inicialmente para o Des(a). PEDRO SAKAMOTO

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0011326-91.2013.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
SIMPLICIO GOMES SILVA FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO MOREIRA PEREIRA OAB - MT9405-O (ADVOGADO)
KALYNCA SILVA INEZ DE ALMEIDA OAB - MT15598-A (ADVOGADO)
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
DEBORAH ALESSANDRA SABOIA PRADO (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade de Simplício Gomes da Silva Filho, em razão da ocorrência da prescrição retroativa, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 110, § 1º, c/c art. 109, VI, todos do Código Penal e, pois, inadmito o recurso de apelação, julgando prejudicada a insurgência da Defesa, conforme art. 51, I-B, do RI/TJMT. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Glenda Moreira Borges Relatora convocada

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018692-86.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MANUEL ANTONIO PEREIRA ARAUJO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANUEL ANTONIO PEREIRA ARAUJO OAB - MT25246/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CAPITAL (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANDRESSA COSTA ESTRAL DOS SANTOS (VÍTIMA)
LUIS ANTONIO SOUZA RODRIGUES (PACIENTE)
MANUEL ANTONIO PEREIRA ARAUJO OAB - MT25246/O (ADVOGADO)

Dessa forma, homologo o pedido de desistência e julgo extinto o presente habeas corpus, com fulcro no art. 51, inciso X, do Regimento Interno desta Corte. Após as formalidades de praxe, arquive-se. Cuiabá, 6 de dezembro de 2019. Desembargador Pedro Sakamoto Relator

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1017793-88.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO KOCH (IMPETRANTE)
WILLIAM DOS SANTOS PUHL (IMPETRANTE)
KARINA ROMAO CALVO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SORRISO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
REINALDO RODRIGUES LIMA (TERCEIRO INTERESSADO)
ANDERSON LUIZ GAIDES (VÍTIMA)
WEBERTH BATISTA RIBEIRO (PACIENTE)
KARINA ROMAO CALVO OAB - MT19370-A (ADVOGADO)
CARLOS ALBERTO KOCH OAB - MT7299-A (ADVOGADO)
WILLIAM DOS SANTOS PUHL OAB - MT24067-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
AGUINALDO ROBERTO DEL MORO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante o exposto, dou por extinta a vertente ação constitucional, sem exame de mérito, em razão da perda superveniente do objeto. Comuniquem-se os impetrantes e o Ministério Público. Arquive-se, com as cautelas de praxe. Cuiabá, 09 de dezembro de 2019. Glenda Moreira Borges Relatora convocada

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018736-08.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ADMILSON FRANCISCO DE MOURA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA DE VIOLENCIA DOMESTICA DE VARZEA GRANDE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ADIMAS DE LANA (PACIENTE)
ADMILSON FRANCISCO DE MOURA OAB - MT21516/O (ADVOGADO)
CLEIDE PEREIRA DA SILVA (VÍTIMA)
M. D. P. D. S. (VÍTIMA)
P. R. D. S. S. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Dessa forma, indefiro a inicial, e julgo extinto o presente habeas corpus, sem análise do mérito, o que faço na forma do artigo 51, incisos XIV do Regimento Interno deste sodalício. Intimem-se e cumpra-se. Após cumpridas as formalidades de praxe, arquive-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Desembargador Pedro Sakamoto Relator

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010732-67.2019.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS PEREIRA DA SILVA SAMPAIO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL FELICIANO MOREIRA OAB - MT6833-O (ADVOGADO)
FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT15145-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JAQUELINE GRAZIELA FERREIRA GOMES (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DIEGO NERY DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

intimação para apresentação das razões do apelo, nos termos do artigo 600, § 4º, CPP - em 8 dias.

Intimação Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010732-67.2019.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS PEREIRA DA SILVA SAMPAIO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL FELICIANO MOREIRA OAB - MT6833-O (ADVOGADO)
FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT15145-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JAQUELINE GRAZIELA FERREIRA GOMES (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
DIEGO NERY DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

intimação para apresentação das razões do apelo, nos termos do artigo 600, § 4º, CPP - em 8 dias.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018791-56.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
S. P. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUETONIO PAZ OAB - MT5203-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 5. V. C. D. C. D. A. F. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
SUETONIO PAZ OAB - MT5203-O (ADVOGADO)
I. L. M. (PACIENTE)
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
L. R. (TERCEIRO INTERESSADO)

Assim, dada as circunstâncias expostas, indefiro o pedido de liminar, sem prejuízo de uma análise mais aprofundada ao tempo do julgamento do mérito do presente writ.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018925-83.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz Renata do Carmo Evaristo Parreira (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018925-83.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018928-38.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ELENICE SCHMIDT BATISTA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL NASCIMENTO RAMALHO OAB - MT24405/O-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Juiz Renata do Carmo Evaristo Parreira (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018928-38.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018218-18.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VALMIRO ANTONIO PINHEIRO DA SILVA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM AQUINO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
RODRIGO TOMAZ DE AQUINO (PACIENTE)
VALMIRO ANTONIO PINHEIRO DA SILVA OAB - MT9331-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Ante essas considerações, concedo parcialmente a ordem para determinar ao juízo da execução que aplique as frações de remição descritas no artigo 126 da LEP. Além disso, em caso de impossibilidade de aferição do tempo efetivamente trabalhado, impõe-se o reconhecimento de 06 (seis) horas para cada dia de trabalho com artesanato, bem como de 12 (doze) horas de estudo para cada 03 (três) dias de leitura.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1016709-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CELIA DE JULIO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CELIA DE JULIO OAB - MT13227/B-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUIRATINGA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
CARLITO RAMOS DE REZENDE (TERCEIRO INTERESSADO)
GILMAR DOMINGOS MOCELLIN (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIS CARLOS FELIX VIANA (TERCEIRO INTERESSADO)
SILVIO EDUARDO POLIDORIO (PACIENTE)
HELIO PERINA JUNIOR (TERCEIRO INTERESSADO)
JAYME RODRIGUES CARVALHO JUNIOR (PACIENTE)
DAVI SOUTO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
ANA CELIA DE JULIO OAB - MT13227/B-B (ADVOGADO)

"Vistos, I. Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de Silvio Eduardo Polidorio (OAB/MT 13.968) e Jayme Rodrigues De Carvalho Junior (OAB/MT 3735), visando cessar o constrangimento ilegal que alega estarem sofrendo os pacientes, imposto pelo juízo da Vara Única da Comarca de Guiratinga, nos autos nº 1768-06.2009.811.0036, código 67738. Diante da configurada hipótese de litispendência entre as ações mandamentais registradas sob os protocolos nºs. 1016689-61.2019.8.11.0000 e 1016692-16.2019.8.11.0000, declarou-se, monocraticamente a extinção da presente impetração aviada em prol dos pacientes Silvio Eduardo Polidorio (OAB/MT 13.968) e Jayme Rodrigues De Carvalho Junior (OAB/MT 3735), sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil, c/c artigo 51, inciso XXII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça (id. 22595499). Desta forma, cumpra-se o decisum id. 22595499. Procedam-se aos registros, anotações e intimações necessárias. Certificado o trânsito em julgado, promovam-se a baixa na distribuição e o arquivamento dos autos. Às providências"

Certidão Classe: CNJ-426 PETIÇÃO
Processo Número: 1018940-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WASHINGTON LUIZ DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ÁGUA BOA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1018940-52.2019.8.11.0000 – Classe: PETIÇÃO (1727) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018943-07.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018943-07.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1014683-81.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALYSON AMORIM DA CRUZ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS MENDES BARRAVIEIRA OAB - MT13116-O (ADVOGADO)
MOACIR RIBEIRO OAB - MT3562-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
LUCAS MATHEUS PEREIRA DA CRUZ (RÉU)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LUAN JÚNIOR NONATO MENDES (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002526-14.2016.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS GONCALO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO REIS CARMONA OAB - MT20889-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
SANDRA BENEDITA HELPS (VÍTIMA)
S. B. A. D. S. (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0026279-55.2016.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ALBERTINO FERREIRA SALES (APELANTE)
EMERSON GUIMARAES VELHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PINHEDO HERNANDES OAB - MT19124-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004287-58.2013.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - PRIMAVERA DO LESTE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PABLO HENRIQUE DA COSTA ZUFFO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007082-45.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
T. S. S. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. N. M. (APELADO)
Outros Interessados:
G. S. S. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009292-02.2016.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
VALERIANO NUNES DE ALMEIDA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
VERONICE NUNES DE OLIVEIRA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012273-06.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL PARAGUASSU DE SOUZA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
ANDERSON CLAYTON DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0011298-73.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
NILDA DE JESUS VIANA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SINOP (APELADO)
Outros Interessados:
LOJAS HAVAN DE SINOP (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0042799-22.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER COSTA PICOU (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MATEUS ROCHA DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
VILMA APARECIDA MATTA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001932-70.2016.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO DA COSTA SANTOS (APELADO)
Outros Interessados:
ADRIANA INACIO DE SOUZA BARBOSA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001975-98.2015.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
CLEBER CORREIA DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ANTONIA CRISTINA PEGO (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006987-25.2017.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO CORDEIRO DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
SILVIA LUISA DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007446-45.2012.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - BARRA DO GARÇAS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO HERCULINO DA COSTA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008595-49.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIAN DAUAN PEREIRA DE FARIA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIMAR VITOR PEREIRA OAB - MT19848-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELADO)
Outros Interessados:
ARIELIS SANTINA RIBEIRO SOBRINHO (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0011151-55.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO ISRAEL DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT12062-O (ADVOGADO)
JOSE OLAVO SUBTIL DE OLIVEIRA OAB - MT26032 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000590-45.2016.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
DENIS CLEITON BARROS (APELANTE)
MAILSON TAVARES DE ARAUJO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOBRES (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
Emily Adrie Alves de Barros (VÍTIMA)
AURO VINICIUS LIMA DA CRUZ (VÍTIMA)
VICTOR HENRIQUE MACHADO (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006757-48.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
ELIOLASMAR DA SILVA COSTA (APELANTE)
EZEQUIAS PAULINO RODRIGUES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SORRISO (APELADO)
Outros Interessados:
ADIR CARLOS BIANCHINI (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0024794-82.2012.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAO LUIS ARRUDA BASTOS OAB - MT19862-O (ADVOGADO)
JOAO GUEDES CARRARA OAB - MT14865-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
BIANCA CRISTINA DE OLIVEIRA FREIRE (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003971-85.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL DOUGLAS NASCIMENTO DE QUEIROZ (APELANTE)
GABRIEL FREITAS CAVALCANTE (APELANTE)

Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
THIERRY FRANCA DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
GODOFREDO PASSOS FERREIRA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0015793-69.2016.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS VINICYUS FERREIRA DA SILVA (APELANTE)
FERNANDO DE SOUZA FERREIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - TANGARÁ DA SERRA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
RENAN HENRIQUE DE SOUZA BRITO (VÍTIMA)
LUIS HENRIQUE GOMES GIMENES (VÍTIMA)
LORRAYNE MONTEIRO CHIEREGATTO (VÍTIMA)
LEIDIANE MONTEIRO CHIEREGATTO (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001697-04.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
P. S. M. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. S. (APELADO)
Outros Interessados:
C. G. M. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
L. G. S. F. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003385-80.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO CORREIA DO NASCIMENTO (APELANTE)
JOSE CARLOS DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO LEONARDO CANTUARIO DE ABREU OAB - MT21440-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ÁGUA BOA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0014891-13.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA REGINA DE OLIVEIRA (APELANTE)
CHRISTIANO LUIZ PEREIRA DE MORAIS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON APARECIDO POZZA FAVARO OAB - MT10200-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VÁRZEA GRANDE (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009064-29.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDER SILVA ALVES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
ODAIR JOSE DIAS DO NASCIMENTO (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001785-08.2018.8.11.0091
Parte(s) Polo Ativo:
TAISON HENRIQUE DE SOUZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON CAMPOS DE AZEVEDO OAB - GO37420-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOVA MONTE VERDE (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000798-92.2016.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - COLÍDER (APELANTE)
DAVID MACRIN REGONATO ALVES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DAVID MACRIN REGONATO ALVES (APELADO)
MPEMT - COLÍDER (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000153-08.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VINICIUS TADEU DA SILVA COSTA (APELADO)
WEVERSON PEREIRA DA SILVA (APELADO)
GUILHERME CAMPOS DA SILVA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0013863-84.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDER FRANCA DE OLIVEIRA (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0017601-46.2015.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MIGUEL TEIXEIRA DA SILVA (APELADO)
Outros Interessados:
ROSICLAIR DE SOUZA SANTOS (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1014650-91.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GIAN DIVINO SOARES DA CONCEICAO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
RAFAEL DA SILVA GONCALVES (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1016322-37.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JADER WICKSON RODRIGUES ESMERIO (RECORRENTE)
PAULO HENRIQUE DA SILVA CONCEIÇÃO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEILIANE ABREU DIAS OAB - TO3291-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
NILSINEY MUNDIN MORAES (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001682-29.2014.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ROBERTO FERNANDES (APELANTE)
ADELSON SOUZA OLIVEIRA FILHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS MENDES BARRAVIEIRA OAB - MT13116-O (ADVOGADO)
VANIA DOS SANTOS OAB - MT11332-O (ADVOGADO)
MOACIR RIBEIRO OAB - MT3562-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOBRES (APELADO)
Outros Interessados:
AUTO POSTO IDAZA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000797-43.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - SORRISO (APELANTE)
DASIO DIAS DA SILVA (APELANTE)
ALANO JHONY SOLINO FONSECA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FURTUNATO JOSE DE MEIRELES (APELADO)
MPEMT - SORRISO (APELADO)
ALANO JHONY SOLINO FONSECA (APELADO)
DASIO DIAS DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE FRANCISCO DE AZEVEDO PONTES OAB - MT8502-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
FURTUNATO JOSE DE MEIRELES (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009277-27.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHAN VIEIRA BARBARA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERSON LEVY RABONE PALMA OAB - MT18609-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - VÁRZEA GRANDE (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
V. Z. D. S. B. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012163-72.2009.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO ALVES DE SOUZA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - SINOP (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MIZAEL NOGUEIRA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1014790-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
T. H. C. D. C. (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
P. G. D. J. D. E. D. M. G. (RECORRIDO)
M. P. D. M. G. (RECORRIDO)
Outros Interessados:
D. R. D. S. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1009802-61.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON CELESTINO SILVA (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - ÁGUA BOA (RECORRIDO)
Outros Interessados:
EZEQUIEL MACIEL LOPES (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 0003378-71.2009.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRO MENDES DE SOUZA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
GLEYBI DE PAULA NETO (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003645-85.2018.8.11.0045
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL APARECIDO DE OLIVEIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE RODRIGUES DE FREITAS JUNIOR OAB - MT20055-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - LUCAS DO RIO VERDE (APELADO)
Outros Interessados:
ODACIR FRANCISCO ALVES DAROLD (VÍTIMA)
ITAMAR CAMARGO DE CARVALHO (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
CAIO PEREIRA TEIXEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALESSANDRA DE ALMEIDA DE ANDRADE (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003044-90.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS DE SOUSA FERREIRA (APELANTE)
LUAN CARLOS VALENTIN DE SOUZA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - COLÍDER (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000827-32.2016.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
EDENILSON GODOY INGLEZ (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005854-70.2013.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
CHARLES MOREIRA BRANDAO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - TANGARÁ DA SERRA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
LUCAS ANTONIO MARCON (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003884-03.2016.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIDSON DIAS PEREIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
LIDIANE TAVARES PEREIRA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003444-72.2016.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR FERREIRA DOS SANTOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - JACIARA (APELADO)
Outros Interessados:
JOSE DOMINGOS DA SILVA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1016441-95.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
W. F. O. (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (RECORRIDO)
Outros Interessados:
I. A. N. D. A. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1014837-02.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE NILTON RELIQUIAS DOS SANTOS (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

MARCUS ANTONIO SALES (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006858-90.2016.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
ALAN RIBEIRO ALVES VIEIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JESSICA DE SOUZA SILVA (VÍTIMA)
LUIZ FERNANDO RODRIGUES PINHO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005636-10.2016.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO FERREIRA DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JOANUS OLIVEIRA ALVES DA SILVA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006322-72.2018.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
R. S. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. J. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. A. C. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001758-09.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
R. A. C. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA JULIA BARKOSKI DE OLIVEIRA OAB - MT21784O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. R. (APELADO)
Outros Interessados:
STALYN PANIAGO PEREIRA OAB - MT6115-B (ADVOGADO)
G. F. D. F. (TERCEIRO INTERESSADO)
G. C. F. D. F. (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000355-60.2016.8.11.0036
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEVINO BARCELO GOMES (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - GUIRATINGA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001684-28.2015.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON JOSE MALIMANN (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO FERREIRA DE SOUZA OAB - MT6499-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - COLÍDER (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012150-40.2015.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
CLEBSON MORAIS DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
ANTONIA DE SOUZA SILVA DOS SANTOS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000846-03.2017.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
E. J. D. O. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OTTO MARQUES DE SOUZA OAB - MT12404-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
M. T. F. D. O. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010076-40.2013.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
G. P. D. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
S. B. D. M. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL

Processo Número: 0006488-07.2018.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
EDERSON RIBEIRO DE CARVALHO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONI BERGAMASCHI DA FONSECA OAB - MT5810-O (ADVOGADO)
SANDRA ALINE DE FARIAS OAB - MT21308-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
IRANI FERREIRA DA SILVA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO 04.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0020566-36.2015.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SAMUEL TEODORO DE PAULA (APELADO)
ADAO BARBOSA DE OLIVEIRA (APELADO)
ADILSON DA SILVA OLIVEIRA (APELADO)
MARCIO FERREIRA CARDOSO (APELADO)
RAFAEL ORTIZ RAMOS (APELADO)
ADVAGUES BENEDITO DA CRUZ (APELADO)
ALFREDO JESUS GOMES RIBEIRO (APELADO)
JARISON RODRIGUES DA SILVA (APELADO)
CLAUDIO MOREIRA DA SILVA JUNIOR (APELADO)
AUGUSTO GONCALVES DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE EDUARDO ESQUICATO DIAS OAB - MT10120-O (ADVOGADO)
JONATAS PEIXOTO LOPES OAB - MT20920-O (ADVOGADO)
YASMIN DE PINHO NOVO OAB - MT21335 (ADVOGADO)
ADEMIR RODRIGUES CARVALHO OAB - MT10245-O (ADVOGADO)
RICARDO HENRIQUE COUTINHO DOS SANTOS OAB - MT12882-O (ADVOGADO)
AERLISON ALONSO DE SOUZA SILVA OAB - MT23786-O (ADVOGADO)
WALMIR CAVALHERI DE OLIVEIRA OAB - MT2669-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
TARGET LOGISTICS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0020566-36.2015.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008096-80.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
WILLYAN COELHO DOS SANTOS (APELANTE)
CAROLINE GOMES DE LIMA E SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA CAMARGO DA SILVA OAB - MT19307-O (ADVOGADO)
DANIEL DE FRANCA TAVARES OAB - MT20490-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
LUIZ NEMER MESTAFA (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0008096-80.2018.8.11.0037 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000053-10.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MAYCON SYPSON PEREIRA DA SILVA (APELADO)
BRUNO TERTULHANO (APELADO)
Outros Interessados:
JOSE CARLOS DA SILVA (VÍTIMA)
MARIA DE FATIMA BOSCHIN SILVA (VÍTIMA)
DEVAIR GONCALVES (VÍTIMA)
DRIELLI SOANA BOSCHIN SILVA (VÍTIMA)
ROSENI CIRILO GONCALVES (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0000053-10.2019.8.11.0009 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006605-12.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDERSON CLEYTON JORGE DA SILVA (APELADO)
VICTOR HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA (APELADO)
ESTEFANIA RIBEIRO MENDES (APELADO)
FABIO DE LIMA PERIS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SIMONE APARECIDA MENDES PEREIRA OAB - MT5019-O (ADVOGADO)
FERNANDA MENDES PEREIRA OAB - MT4455-O (ADVOGADO)

Certifico que o Processo nº 0006605-12.2019.8.11.0002 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003785-62.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO HITALO SOUSA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERMY BERBERT CRUVINEL OAB - MT19492-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
ALLEF DA SILVA LOPES (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0003785-62.2018.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0016470-88.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
PRISCILA EVAS DE OLIVEIRA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
PRISCILA EVAS DE OLIVEIRA (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0016470-88.2017.8.11.0015 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004746-66.2019.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARCIEL SILVA DOS SANTOS (APELADO)
Outros Interessados:
DROGARIA BURITI (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JULIANA BORGES DOS SANTOS (VÍTIMA)
MARCIA REGINA MARCILIO (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0004746-66.2019.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002011-60.2019.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MATEUS DOS SANTOS (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES OAB - MT3402-O (ADVOGADO)
ANTONIO SILVEIRA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT15694-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0002011-60.2019.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005350-98.2012.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. C. D. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0005350-98.2012.8.11.0055 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008061-39.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JANAINA LIMA DA SILVA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELLEN MARCIA GALVAO ITACARAMBY OAB - MT16989-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0008061-39.2018.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006777-61.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ITAMAR JOSE FERNANDES ARAGAO (APELANTE)
VELOSTER AUTOMARCAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKELINE MOREIRA MARTINS PACHECO OAB - MT10402-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0006777-61.2018.8.11.0010 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003447-22.2018.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
D. D. S. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
P. G. D. J. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
J. A. L. (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0003447-22.2018.8.11.0086 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001267-30.2002.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ZILMA TORRACA MATOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERIC PINHEIRO DE AMORIM OAB - MT8948-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001267-30.2002.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002780-87.2015.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
MAGNO CESAR SILVA DELUQUE (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:

JOSE PEREIRA DA SILVA (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0002780-87.2015.8.11.0006 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007866-93.2014.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
EVERSON RIBAS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
RUSIOVANDO FIRMINO GOMES (VÍTIMA)
HUGO KEFLEN GOMES (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0007866-93.2014.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Terceira Câmara Criminal

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018875-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GEORGE ACELINO BISPO DA COSTA (RÉU)
JUIZO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 1018875-57.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018879-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO FELIX DE LIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO FELIX DE LIRA OAB - MT24837-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Alta Floresta - MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ALEX MARQUES FERNANDES (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018879-94.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018895-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO DA SILVA SOARES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BASSI SALDANHA OAB - MT9163/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA DECIMA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE CUIABA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018895-48.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018899-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE PRIMAVERA DO LESTE-MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JOSE ILTON DA ROCHA DIAS (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018899-85.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018913-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Juízo de São José dos Quatro Marcos (IMPETRADO)
Outros Interessados:
CLAUDEMAR BERTOLIN (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018913-69.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018916-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO NUNES OURIVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA PRETA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018916-24.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Pauta de Julgamento

Julgamento designado para a sessão ordinária do dia 18/12/2019 (Quarta-feira) da TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, no Plenário 03, às14h, (Ato Regimental n. 05/2016-TP) ou em sessão subsequente,se não decorrido o prazo previsto no artigo 134,§1º, do Regimento Interno.

Recurso em Sentido Estrito 60217/2019 - Classe: CNJ-426 COMARCA DE RONDONÓPOLIS.
Protocolo Número/Ano: 60217 / 2019
RELATOR: DES. GILBERTO GIRALDELLI
RECORRENTE(S): JEFFERSON RODRIGUES DE SOUZA SÁ
ADVOGADO(S): Dr. JOÃO BATISTA BORGES JÚNIOR
RECORRIDO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO

Apelação 42963/2019 - Classe: CNJ-417 COMARCA CAPITAL.
Protocolo Número/Ano: 42963 / 2019
RELATOR: DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO
APELANTE(S): EVANDRO LUZ DE SANTANA
ADVOGADO(S): Dr(a). LAURO GONÇALO DA COSTA
APELADO(S): MINISTERIO PUBLICO

TERCEIRA SECRETARIA CRIMINAL em Cuiabá, aos 11 dias do mês de Dezembro de 2019.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018875-57.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GEORGE ACELINO BISPO DA COSTA (RÉU)
JUIZO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico, que o processo de n. 1018875-57.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 22:11:36 e distribuído inicialmente para o Des(a). JUVENAL PEREIRA DA SILVA

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018879-94.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO FELIX DE LIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO FELIX DE LIRA OAB - MT24837-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Alta Floresta - MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ALEX MARQUES FERNANDES (PACIENTE)

Certifico, que o processo de n. 1018879-94.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 23:39:05 e distribuído inicialmente para o Des(a). GILBERTO GIRALDELLI

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018585-42.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
E. K. D. S. J. (IMPETRANTE)
E. B. R. F. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON BENEDITO RONDON FILHO OAB - MT24468-O (ADVOGADO)
ERIKA KAROLINE DA SILVA JONES OAB - MT19511-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 1. V. E. D. J. M. D. C. D. C. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
EDSON BENEDITO RONDON FILHO OAB - MT24468-O (ADVOGADO)
ERIKA KAROLINE DA SILVA JONES OAB - MT19511-O (ADVOGADO)
M. V. P. R. (PACIENTE)
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)
M. B. S. (VÍTIMA)

Isto posto, INDEFIRO a medida de liminar, relegando a apreciação do feito ao crivo do órgão colegiado...

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018895-48.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO DA SILVA SOARES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BASSI SALDANHA OAB - MT9163/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA DECIMA SEGUNDA VARA CRIMINAL DE CUIABA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018895-48.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018899-85.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE PRIMAVERA DO LESTE-MT (IMPETRADO)
Outros Interessados:
JOSE ILTON DA ROCHA DIAS (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018899-85.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018455-52.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO GUSTAVO FERNANDES MELO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO GUSTAVO FERNANDES MELO OAB - MT18188-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (IMPETRADO)
Outros Interessados:
NILSO DOS SANTOS DA SILVA (PACIENTE)
PAULO GUSTAVO FERNANDES MELO OAB - MT18188-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Assim, com essas considerações e à vista da falta de interesse processual, sob a modalidade adequação, INDEFIRO a petição inicial, extinguindo este Habeas corpus sem resolução do mérito, nos termos do disposto no art. 485, I, do NCPC (aplicados, aqui, por força do art. 3º, do CPP) e no art. 51, inc. XIV, do RI/TJMT. Procedam-se aos registros, anotações e intimações necessárias. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Às providências. Cumpra-se. Cuiabá, 06 de dezembro de 2019. Rondon Bassil Dower Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018655-59.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA GABRYELLE ALVES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (IMPETRADO)
Outros Interessados:
PATRICIA GABRYELLE ALVES OAB - MT20878-O (ADVOGADO)
KARLA ALEXANDRA MAZZONNI (PACIENTE)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
LUANA CAROLINE FERREIRA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

Enfim, diante da carência de elementos a permitir o exame dos pedidos formulados, INDEFIRO a petição inicial, extinguindo este Habeas corpus sem resolução do mérito, nos termos do disposto no art. 320 e no art. 485, inc. I, do NCPC (aplicado, aqui, por força do art. 3º, do CPP), e na regra delineada no art. 51, inc. XIV, do RI/TJMT. Procedam-se aos registros, anotações e intimações necessárias. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Às providências. Cumpra-se. Cuiabá, 7 de dezembro de 2019. Rondon Bassil Dower Filho Relator

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018481-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRESA MARTIGNAGO DE SOUZA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRESA MARTIGNAGO DE SOUZA OAB - MT13974-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANDRESA MARTIGNAGO DE SOUZA OAB - MT13974-A (ADVOGADO)
THALISON FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA (PACIENTE)

Feitas essas considerações, indefiro a liminar vindicada.

Intimação de pauta Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1016780-54.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)
Outros Interessados:
LOURIVAL DA CRUZ DIAS OAB - MT19538-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
RONALDO MARTINS MENDES (PACIENTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018913-69.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Juízo de São José dos Quatro Marcos (IMPETRADO)
Outros Interessados:
CLAUDEMAR BERTOLIN (PACIENTE)

Certifico que o Processo nº 1018913-69.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018785-49.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
M. A. M. D. S. (IMPETRANTE)
R. D. R. S. G. J. (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONIVAN DOS REIS SANTANA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT20436-O (ADVOGADO)
MARCO ANTONIO MEDEIROS DA SILVA OAB - MT5423-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. 1. V. C. D. C. D. C. N. D. P. (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MARCO ANTONIO MEDEIROS DA SILVA OAB - MT5423-O (ADVOGADO)
RONIVAN DOS REIS SANTANA GUIMARAES JUNIOR OAB - MT20436-O (ADVOGADO)
Y. D. C. S. (TERCEIRO INTERESSADO)
P. W. D. S. O. D. C. (PACIENTE)
M. P. D. M. G. (TERCEIRO INTERESSADO)

Feitas essas considerações, indefiro a liminar vindicada.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018916-24.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO NUNES OURIVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNO DAMASCENA DE FARIAS OAB - MT11134-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA PRETA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018916-24.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Intimação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018697-11.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
DEYVID NEVES DELBOM (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE JUARA (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
DEYVID NEVES DELBOM OAB - MT23070-O (ADVOGADO)
REINALDO ROSA (PACIENTE)

Ante o exposto, indefiro a liminar pleiteada, determinando, por conseguinte: I – a expedição de ofício à autoridade apontada como coatora, para que remeta a este Sodalício, no prazo de 05 (cinco) dias, relatório objetivo do feito correlato, juntamente com as informações e cópias dos documentos jurídicos indispensáveis à apreciação desta ação constitucional, em observância às exigências apontadas no artigo 1º, do Provimento nº. 47/2013-CGJ, de 05 de dezembro de 2013; consignando-se ainda, no citado ofício, a solicitação para que o impetrado preste informações complementares em caso de alteração superveniente do quadro fático e/ou jurídico do feito originário que possa influenciar no julgamento de mérito da ação mandamental. Findo o prazo sem que os informes sejam prestados, certifique-se o ocorrido, procedendo-se à conclusão dos autos para as providências pertinentes; II – a remessa do feito à Procuradoria-Geral de Justiça, a fim de que, por meio de um dos seus integrantes, opine sobre o constrangimento ilegal propalado na inicial. Cumpra-se. Cuiabá, 10 de dezembro de 2019. Desembargador Juvenal Pereira da Silva Relator

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0014954-98.2007.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
M. -. C. -. C. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. S. B. D. S. (APELADO)
Outros Interessados:
R. K. D. S. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001397-47.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUAN VITOR COSTA DOS SANTOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
RICARDO LEOMAM DA SILVA (VÍTIMA)
MAURICIO JOSE BARBOSA (VÍTIMA)
CREUNICE DA SILVA FORTES (VÍTIMA)
OLAELCO DA SILVA FORTES (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0002013-42.2012.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
LIZEU DUTRA FERREIRA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY DA COSTA CAMPOS OAB - MT16944-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001749-12.2014.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
S. G. D. R. (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RANIELE SOUZA MACIEL OAB - MT23424-O (ADVOGADO)
EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT8548-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. C. D. G. (APELADO)
Outros Interessados:
R. S. C. (VÍTIMA)
P. C. D. S. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA

DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0032737-88.2016.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GEILSON RODRIGUES DOS SANTOS (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000907-65.2005.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON CARLOS BOLONEZE (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS MARCELINO FRACAROLLI OAB - MT24914 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-408 AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL
Processo Número: 0011512-81.2017.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE DA SILVA SIQUEIRA (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AGRAVADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001535-75.2015.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
MARIO LUIZ PRETTO (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE BONISSONI OAB - MT18717-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010411-72.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
GLEYSON PINTO MESQUITA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
SIRLEI DE SOUZA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0007171-87.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
L. A. S. A. A. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
T. R. G. (VÍTIMA)
G. M. D. O. (VÍTIMA)
T. R. G. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005839-28.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
WESLLEN SALES DA COSTA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO HARRY MAGALHAES OAB - MT4960-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JOSÉ ROMULO MENESES GONÇALVES (VÍTIMA)
MIKAEL CARLOS SANTOS DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MICHELL ANDERSON DA SILVA SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0043334-48.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON CONCEICAO ARAUJO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002019-75.2015.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ERICLES MARIANO DE ARRUDA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004652-97.2007.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CELSO VACARO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:

MARCOS DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
Valter Ribeiro Espoldora (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003334-03.2019.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OZIL GONCALVES DE SOUZA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR DE OLIVEIRA OAB - MT16686-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0027498-30.2017.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
EWERSON HENRIQUE NOGUEIRA CAMPOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELDER GUSMA JACON OAB - MT18570-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - TANGARÁ DA SERRA (APELADO)
Outros Interessados:
REGINALDO ZEMETHEK (VÍTIMA)
NANCY BIFFI DIAVAN (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 1001427-71.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIANO OLIVEIRA DOS SANTOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - NOVA XAVANTINA (APELADO)
Outros Interessados:
JANIO NICOLAU ROGOFSKI JUNIOR (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-423 AGRAVO REGIMENTAL CRIMINAL
Processo Número: 1015765-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX LUCIO ALVES DE FARIA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX LUCIO ALVES DE FARIA OAB - SP299531 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUÍZO DA 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CUIABÁ (AGRAVADO)
Outros Interessados:
FAGNER FRANCISCO ELEUTERIO CHAVES (TERCEIRO INTERESSADO)
LUA JONATHAN DELGADO CAMPOS (TERCEIRO INTERESSADO)
LUCIANO ROBERTO GONCALVES LAGARES (TERCEIRO INTERESSADO)
JOAO CLEBER DIAS BARBOSA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOSE RONILSON DE FRANCA (TERCEIRO INTERESSADO)
FLAVIO DIAS DE ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO)
FABIO RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO)
FRANCISCO BISPO DOS SANTOS FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
GEIDE DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
CARLOS EDUARDO INACIO DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
AUREO ADRIANO MAGALHAES DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEX SILVA DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
MAURO GOMES FERNANDES (TERCEIRO INTERESSADO)
ODAIR CONCEICAO DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDMAR ORMENEZE (TERCEIRO INTERESSADO)
MARCOS ANTONIO DE SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
VANDELSON LUCIO DOS SANTOS ARRUDA (TERCEIRO INTERESSADO)
WISLEY JUNIOR RODRIGUES SILVA OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIANO CAVALCANTE RODRIGUES (TERCEIRO INTERESSADO)
OTTONI CAMPOS AZAMBUJA (TERCEIRO INTERESSADO)
PAULO ROBERTO LEAL (TERCEIRO INTERESSADO)
DEYVID MAGALHAES FERREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)
DIEGO TRINDADE DA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
EDINALDO DE SOUZA GARCIA (TERCEIRO INTERESSADO)
MANOEL XAVIER DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)
JOADIR ALVES GONCALVES (PACIENTE)
ALDEMIR DE ASSIS CAMPOS (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO MARCOS DE AZEVEDO LIMA (TERCEIRO INTERESSADO)
SINVAL MACHADO XAVIER (TERCEIRO INTERESSADO)
BABILYS PAES PINHEIRO NETO (TERCEIRO INTERESSADO)
WESLEY JORGE REIS SOUZA (TERCEIRO INTERESSADO)
CELIO JAMIL CAMPOS FRANCA (TERCEIRO INTERESSADO)
ELIAS CESAR DE ARRUDA NUNES (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
GABRIEL ITALO DA SILVA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO)
ALEX LUCIO ALVES DE FARIA OAB - SP299531 (ADVOGADO)
GERALDO SANCHEZ FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
GILBERTO SILVA BRASIL (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1016165-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAYCON DANILO GOMES MULLER (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
REBERT DIEGO MELGADO (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000948-81.2010.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ELIEL DA CRUZ E SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
GLAUBER TADEU ALVES DA SILVA (VÍTIMA)
RENO MARCEL FARIAS DO CARMO SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000126-44.2018.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
TIAGO ANTONIO FERREIRA DE MORAES (APELANTE)
DIEVAN RODRIGO DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
DAVI ALVES DE FREITAS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000523-81.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
W. R. M. D. S. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
G. V. P. D. N. M. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012145-67.2009.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
RONDINELI FURTADO BATISTA (APELANTE)
CRISTIAN CAMARGO DE ARRUDA (APELANTE)
ADILSON SARAIVA DE LIMA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA MENDES PEREIRA OAB - MT4455-O (ADVOGADO)
SIMONE APARECIDA MENDES PEREIRA OAB - MT5019-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
WAGNER MARCIO PEREIRA DE BIANCHI (TERCEIRO INTERESSADO)
JULIO CESAR DA SILVA FRANCA (TERCEIRO INTERESSADO)
LUIZ FERNANDO ALMEIDA DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)
GENIVALDO DE ARBUEZ (TERCEIRO INTERESSADO)
GERSON DE MOURA PINHO (TERCEIRO INTERESSADO)
ALINO CESAR DE MAGALHAES (TERCEIRO INTERESSADO)
DANIEL DE FREITAS MORAES (TERCEIRO INTERESSADO)
BANCO DO BRASIL S/A (VÍTIMA)
TANIA MARGARETH PEREIRA BIANCHI (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0006289-16.2018.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
A. A. R. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. -. S. (APELADO)
Outros Interessados:
D. C. D. V. R. (VÍTIMA)
A. K. D. V. R. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0012426-39.2018.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON MARCOS DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - RONDONÓPOLIS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
OLDIR PEREIRA DE ARAUJO (VÍTIMA)
CELSO DOS SANTOS OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009304-16.2016.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE VILMAR DA SILVA (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
ELENA DE OLIVEIRA MORAES (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010300-59.2016.8.11.0040
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONILSON CONCEICAO RAMOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (APELADO)
Outros Interessados:
JESSICA PEREIRA BATISTA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0035484-40.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DHIEGO ANTONIO SANTOS DA SILVA (APELADO)
THALLYS ASSIS SANTIAGO (APELADO)
Outros Interessados:
JOSE STALIN RODRIGUES VIEIRA (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
SARA NICOLAU (VÍTIMA)
YURI RODRIGUES DOS SANTOS VIEIRA (VÍTIMA)
GILMAR MAGALHAES BARBOSA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001523-25.2015.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
RONALDO LUZIA DOS SANTOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL

Processo Número: 0007443-74.2018.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO SILVA NETO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
CLAUDIANE MENDES LIMPIAS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003552-68.2017.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ELENILDO BENEDITO DE JESUS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
GUILHERME MATEUS JESUS (VÍTIMA)
VALDIRENE DE JESUS RODRIGUES (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001980-32.2018.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DALMACIO COSTA SOUSA (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO ELISIO DE PAULA NETO OAB - MT13071-O (ADVOGADO)
TALLYS AUGUSTO PIOVEZAN OAB - MT20395-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0017988-66.2016.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
MPEMT - CUIABÁ - CRIMINAL (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
UEBER ROBERTO DE CARVALHO (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUENDEL ROLIM WENDER OAB - MT10858-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
P. N. D. C. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001296-18.2019.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
NAILTON COELHO SOUZA SILVA (APELANTE)
THIAGO BRAUNO FREITAS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
M R DE S (VÍTIMA)
ALMIR MARIANO DE SOUZA (VÍTIMA)
FLAVIO APARECIDO FLORINDO SILVA (VÍTIMA)
JABEZ RIBEIRO DA SILVA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1016631-58.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GLEITIELEM OLIVEIRA ARAUJO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEUZANIA MARQUES VILELA ALVES OAB - MT5177-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010725-41.2016.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
S. F. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
C. A. D. A. (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004598-22.2016.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
C. A. R. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
M. G. B. R. (VÍTIMA)
J. M. D. C. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1016620-29.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GESSY BARBOSA PEREIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS MOREIRA MILHOMEM OAB - MT21907-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
LUCELI RODRIGUES RUAS (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008304-58.2017.8.11.0018

Parte(s) Polo Ativo:
L. D. P. S. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
L. M. S. (VÍTIMA)
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
A. P. M. D. S. (VÍTIMA)
L. F. B. B. S. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1017479-45.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ELGGY ALVES SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS GEHRING JUNIOR OAB - MT24318-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
EZEQUIEL DA SILVA PEMPER (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0010189-92.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CHRISTIAN DA SILVA CARVALHO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
AUGUSTO PEREIRA DEODATO CORREIA (TERCEIRO INTERESSADO)
ERIANE LUCIA COSTA NASCIMANTO (VÍTIMA)
CARLOS JOVANE DA SILVA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1015392-19.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ELIAS RODRIGUES DE FREITAS (RECORRIDO)
Outros Interessados:
LUCIANO RIBEIRO DE CAMPOS (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0040058-09.2018.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXSANDRO COLETTE FERREIRA DE SOUZA (APELANTE)
ALEX DE OLIVEIRA BARBOSA MARTINS (APELANTE)
DENIS LAURO ARAUJO CARDOSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
KARINE BARONI (VÍTIMA)
WALDECIR BARONI (VÍTIMA)
EVA KAROLINE BARONI (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1013437-50.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LOYANE DOS SANTOS CARVALHO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
EVERALDO NUNES FINGER (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0008318-91.2018.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
CRENIVAL RODRIGUES FERREIRA (APELANTE)
CLAUDIOMAR RODRIGUES FERREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ONESIO ANTONIO DE SOUZA OAB - MT19867-O (ADVOGADO)
RICARDO DA SILVA MONTEIRO OAB - MT3301-O (ADVOGADO)
BARBARA SOUZA SILVA MONTEIRO OAB - MT15833-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MPEMT - TANGARÁ DA SERRA (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
JORGE TEIXEIRA BASILIO (TERCEIRO INTERESSADO)
UANDERSON ARAGAO NABUCO (VÍTIMA)
JUSSARA MARINHO MARTINS (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1015469-28.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
VALDENIR QUEIROZ DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO FELIX DE LIRA OAB - MT24837-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
NIVALDO DA SILVA ALMEIDA (VÍTIMA)
VALDENIR QUEROZ DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0002321-58.2016.8.11.0036
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS SAMUEL OLIVEIRA DE JESUS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ORIVALDO DIAS DE SOUZA OAB - MT7790-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

MARIA FERNANDA MACHADO CAMARA (VÍTIMA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Intimação de pauta Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003065-73.2017.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
GEOVANE VIEIRA CARDOSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO INTIMAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO Julgamento designado para a Sessão Ordinária que será realizada em 18 de Dezembro de 2019 às 14:00 horas, no PLENÁRIO N. 03.

Distribuição de Processos Digitalizados

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0003988-08.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANE SOARES DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA CAMARGO DA SILVA OAB - MT19307-O (ADVOGADO)
ILSON JOSE GALDINO OAB - MT11554-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0003988-08.2018.8.11.0037 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001302-72.2016.8.11.0050
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO PIAZZA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON DO PRADO GUNTHEN OAB - MT3976-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
GUARACY PINTO CALAZA (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0001302-72.2016.8.11.0050 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0000570-76.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
M. V. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
D. I. G. (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0000570-76.2019.8.11.0021 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001425-41.2018.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GLABSON CORDEIRO ROCHA NETO (APELADO)
JEFERSON DE JESUS RODRIGUES MIRANDA DOS SANTOS (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001425-41.2018.8.11.0037 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0023285-49.2019.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO HENRIQUE FERREIRA TAVARES DOS SANTOS (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0023285-49.2019.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0009062-62.2017.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
R. A. M. M. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
R. G. Q. A. (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0009062-62.2017.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001012-72.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
E. A. B. L. (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001012-72.2019.8.11.0011 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001170-34.2019.8.11.0042
Parte(s) Polo Ativo:
WALISON JOSE DOS SANTOS (APELANTE)

VALDECI GONCALVES (APELANTE)
ELIZEU MATIAS DOS SANTOS (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CORBELINO BIANCARDINI OAB - MT7341-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)

Certifico que o Processo nº 0001170-34.2019.8.11.0042 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001883-11.2017.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HUGO FERREIRA SCHMIDT (APELADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES OAB - MT15616-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0001883-11.2017.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-418 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Processo Número: 1018889-41.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
RONAN DE SOUZA MOURA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILMAR JACOB OAB - MT15810-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)

Certifico que o Processo nº 1018889-41.2019.8.11.0000 - Classe: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (426) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005145-95.2019.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PATRIK WILIAN ZANON DE MORAIS (APELADO)
Outros Interessados:
NILTON BUENO ROSA (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0005145-95.2019.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001742-74.2014.8.11.0006
Parte(s) Polo Ativo:
M. A. C. (APELANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. E. D. M. G. (APELADO)
Outros Interessados:
J. P. (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0001742-74.2014.8.11.0006 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL DOWER FILHO.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0004328-97.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DAVID MARTINS PEREIRA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYCK FEITOSA CAMARA OAB - GO33571-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Certifico que o Processo nº 0004328-97.2018.8.11.0021 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. JUVENAL PEREIRA DA SILVA.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0005325-63.2009.8.11.0064
Parte(s) Polo Ativo:
MIRVALDO RIBEIRO DA SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO DE CASTRO SILVEIRA OAB - MT16257-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
EDNO MANFARDINE (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0005325-63.2009.8.11.0064 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. GILBERTO GIRALDELLI.

Distribuição de Processos Digitalizados Classe: CNJ-410 APELAÇÃO CRIMINAL
Processo Número: 0001540-07.2016.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
JADSON ROSA BARBOSA (APELANTE)
APARECIDO QUENIDY NEVES (APELANTE)
JULIANO GOMES DA SILVA (APELANTE)
FABIO SANTOS SILVA (APELANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO ELISIO DE PAULA NETO OAB - MT13071-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APELADO)
Outros Interessados:
JEFERSON APARECIDO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)
CLAUDEMIR RIBEIRO MAGALHAES (VÍTIMA)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
SHIRLEI SOUZA RAMOS (TERCEIRO INTERESSADO)
IVANILDA ZERETZKI (VÍTIMA)

Certifico que o Processo nº 0001540-07.2016.8.11.0078 - Classe: APELAÇÃO CRIMINAL (417) – originariamente físico em 1º Grau, foi digitalizado nos termos da Portaria nº 151/2018/PRES/TJMT, e distribuído automaticamente no sistema PJE, em conformidade com a Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RONDON BASSIL

DOWER FILHO.

Turma de Câmaras Criminais Reunidas

Informação

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018874-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA OAB - MT25244/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 3ª VARA DA COMARCA DE MIRASSOL D' OESTE (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018874-72.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. RUI RAMOS RIBEIRO.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018901-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO LEANDRO PONTES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO LEANDRO PONTES OAB - SP171090 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ALTO ARAGUAIA (RÉU)
Outros Interessados:
VALDEMAR FRANCISCO MONDENEZ (RÉU)

Certifico que o Processo nº 1018901-55.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Informação Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018947-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA OAB - MT25244/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARAPUTANGA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018947-44.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Decisão do Relator

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP) Nº 75009/2019 - CLASSE CNJ - 1733 COMARCA CAPITAL- REQUERENTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO-EXMO. SR. DES. MARCOS MACHADO
DECISÃO MONOCRÁTICA
No contexto, não se identifica elemento fático a ser perquirido em diligências complementares. Assim sendo, impõe-se arquivar o procedimento monocraticamente (Lei nº 8.038, art. 3º, I; RITJMT, art. 51, LIV). Com essas considerações, **DEFERE-SE** o pedido de arquivamento do presente Procedimento Investigatório, com as baixas e anotações de praxe. Publique-se. Cumpra-se. Cuiabá, 29 de novembro de 2019. Des. Marcos Machado - Relator.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018874-72.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA OAB - MT25244/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DA 3ª VARA DA COMARCA DE MIRASSOL D' OESTE (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1018874-72.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 10/12/2019 21:26:54 e distribuído inicialmente para o Des(a). RUI RAMOS RIBEIRO

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018901-55.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO LEANDRO PONTES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO LEANDRO PONTES OAB - SP171090 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ALTO ARAGUAIA (RÉU)
Outros Interessados:
VALDEMAR FRANCISCO MONDENEZ (RÉU)

Certifico que o Processo nº 1018901-55.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DRA. GLENDA MOREIRA BORGES.

Certidão Classe: CNJ-348 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Processo Número: 1018947-44.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACQUELINE OLIVEIRA MESQUITA OAB - MT25244/O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARAPUTANGA (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018947-44.2019.8.11.0000 – Classe: HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PEDRO SAKAMOTO.

Secretaria de Câmara Especial

Informação

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018881-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CELIO CANDIDO DIAS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584-A (ADVOGADO)
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MAURO MENDES FERREIRA (IMPETRADO)
GILBERTO GOMES DE FIGUEIREDO (IMPETRADO)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico que o Processo nº 1018881-64.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DO DES. PLANTONISTA.

Intimação

Intimação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018881-64.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
CELIO CANDIDO DIAS (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO ANDRADE ZUCHETTI OAB - MT22584-A (ADVOGADO)
NAYRA RINALDI BENTO OAB - MT23194-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IMPETRADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

Por conseguinte, não se verificando, ao menos por ora, a presença dos pressupostos legais que autorizariam conclusão diversa, INDEFIRO a liminar vindicada. Sobrevindo o reinício do expediente forense, distribuam-se os autos COM A MÁXIMA URGÊNCIA, na forma regimental. Intime-se. Cumpra-se.

Seção de Direito Privado

Intimação

Intimação Classe: CNJ-231 RECLAMAÇÃO
Processo Número: 1017983-51.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
GERMANO MULLER (RECLAMANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT17010-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
TURMA RECURSAL UNICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (RECLAMADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
BANCO CETELEM S/A (TERCEIRO INTERESSADO)

"...Por fim, fica a parte advertida que a tentativa de rediscutir a matéria em sede de agravo interno pode vir a gerar a multa prevista no art. 1021, §4º, do CPC/15. Igualmente, a oposição de eventuais embargos declaratórios de nítido intuito protelatório resultará na incidência da penalidade descrita no § 3º do art. 1026 do CPC/15. Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial, nos termos do artigo 51, incisos XIV e XV, do RITJ/MT c/c art. 485, inciso I, do CPC/15. Sem custas e honorários sucumbenciais. Dê-se ciência a douta Procuradoria-Geral de Justiça. Transcorrido o prazo recursal, ao arquivo com as baixas de estilo. P. I. C." Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.- MARILSEN ANDRADE ADDARIO Desembargadora

Intimação Classe: CNJ-61 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL
Processo Número: 1010717-13.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO MARQUES OLIVEIRA DE SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA (EMBARGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO)

Com intimação aos patronos da Parte Embargada: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A para, no prazo de 05 (cinco) dias, oferecer manifestação, nos termos do art. 1.023, § 2.º do CPC/15, com intuito de evitar alegação de nulidade e, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Seção de Direito Público e Coletivo

Informação

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018892-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSICLEIA GOMES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA MUTUM-MT (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018892-93.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO.

Informação Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018905-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLY SILVA DE ALMEIDA PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERLEN CRISTINE PEREIRA KOCH OAB - MT8428-A (ADVOGADO)
GISELE LACERDA GENNARI GOMES DA SILVA OAB - MT5901-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIO DE ESTADO DE GESTÃO DE MATO GROSSO - SEGES (IMPETRADO)

Certifico que o Processo nº 1018905-92.2019.8.11.0000 – Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador GABINETE DA DESA. SERLY MARCONDES ALVES.

Intimação

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018892-93.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSICLEIA GOMES (IMPETRANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA MUTUM-MT (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1018892-93.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 12:05:56 e distribuído inicialmente para o Des(a). NILZA MARIA POSSAS DE CARVALHO

Certidão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1018905-92.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLY SILVA DE ALMEIDA PEREIRA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERLEN CRISTINE PEREIRA KOCH OAB - MT8428-A (ADVOGADO)
GISELE LACERDA GENNARI GOMES DA SILVA OAB - MT5901-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIO DE ESTADO DE GESTÃO DE MATO GROSSO - SEGES (IMPETRADO)

Certifico, que o processo de n. 1018905-92.2019.8.11.0000 foi protocolado no dia 11/12/2019 14:35:01 e distribuído inicialmente para o Des(a). SERLY MARCONDES ALVES

Coordenadoria de Recursos Humanos

Decisão do Presidente

DECISÃO N. 3271/2019-PRES
CIA 0744270-60.2019.8.11.0086
Trata-se de pedido formulado pela Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Nova Mutum/MT, no qual solicita o descredenciamento, a pedido, de Alessandra Grandi dos Santos, matrícula 37182, na função de Conciliadora, a partir do dia 09.11.2019, bem como o credenciamento do próximo candidato para exercer a mesma função no CEJUSC da referida comarca, nos termos do Provimento 40/2008-CM.
Na Informação n. 218/2019-DAJE, prestada pelo Departamento de Apoio aos Juizados Especiais - DAJE, consta que o Processo Seletivo para credenciamento de conciliadores para atuarem na Comarca de Nova Mutum está em conformidade com o Edital n.03/2016/DF/NM, com homologação do certame disponibilizada no DJE n. 9763 em 27.4.2016, classificando 17 (dezessete) candidatos.
Informa ainda que Arleni Riediger, 5ª (quinta) candidata e Kelyne Borges Marques, 6ª (sexta) candidata manifestaram negativamente quanto aos seus credenciamentos. Por fim, a próxima candidata classificada, Ines Pereira da Cruz, 7ª (sétima) colocada, está apta ao credenciamento, e demonstrou interesse em assumir a vaga.
Por fim, referido departamento sugeriu o deferimento do pedido.
O Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, por sua vez, manifestou-se favorável ao pedido.
Diante do exposto, DETERMINO o descredenciamento de ALESSANDRA GRANDI DOS SANTOS, matrícula n. 37182, com efeitos retroativos a 9.11.2019.
HOMOLOGO o pedido de desistência das candidatas ARLENI RIEDIGER, CPF: 046.601.741-31 e, KELYNE BORGES MARQUES, CPF:

005.691.831-38.
Outrossim, AUTORIZO o credenciamento de INES PEREIRA DA CRUZ, portadora do CPF n. 844.970.251-87, para atuar na função de Conciliador no CEJUSC da Comarca de Nova Mutum, devendo a credenciada firmar compromisso em participar da capacitação como exigência legal, quando for convocada, nos termos do artigo 2º, da Resolução n. 125-CNJ e artigo 2º do Provimento n. 15/2016-CM.
À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências cabíveis, inclusive ciência desta decisão aos interessados.
Após, ao Departamento do FUNAJURIS para as anotações pertinentes.
Publique-se. Cumpra-se. Comunique-se. Arquive-se.
Cuiabá, 4 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3370/2019-PRES
CIA 0750100-68.2019.8.11.0001
A Gestora Judiciária lotada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Ambiental – CEJUSC Ambiental da Comarca de Cuiabá, requer a reabertura de prazo para apresentação no GPSem, dos documentos referente à produtividade do conciliador Erick Henrique Dias Prado, matrícula 21847, referente ao mês de novembro de 2019.
Alega que houve a perda do prazo para análise e confirmação da certidão de produtividade, motivo pelo qual solicita o pagamento extemporâneo ao profissional.
É o relatório.
Pois bem.
Considerando que o profissional credenciado é remunerado por abono variável, de cunho indenizatório, por sua atuação em favor do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com fulcro no artigo 22, III, da Instrução Normativa-CRH n. 09/2019, excepcionalmente, ACOLHO as justificativas apresentadas, razão pela qual AUTORIZO a reabertura do Sistema GPSem para inclusão da Nota Fiscal, das contribuições previdenciárias e demais documentos imprescindíveis para pagamento da produtividade do conciliador credenciada ERICK HENRIQUE DIAS PRADO, referente ao mês de novembro de 2019.
Posteriormente, AUTORIZO o respectivo pagamento, por meio de indenização, em prol da credenciada Erick Henrique Dias Prado, referente ao mês de novembro de 2019.
Cientifique-se à requerente acerca do teor da presente decisão, bem como para fiscalizar e evitar o encaminhamento extemporâneo dos documentos (artigo 12, §3º do Provimento n. 040/2008/CM, bem como da Instrução Normativa – CRH n. 09, de 15.04.2019).
Ao Departamento de Recursos Humanos e FUNAJURIS para providências necessárias.
Publique-se. Comunique-se. Arquive-se. Cumpra-se com urgência.
Cuiabá, 9 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3341/2019-PRES
CIA 0729009-62.2019.8.11.0019
Trata-se de pedido subscrito pelo Juiz de Direito e Diretor da Comarca de Porto dos Gaúchos-MT, em que solicita o credenciamento de candidato para ocupar a vaga de conciliador que está disponível em razão do pedido de descredenciamento da conciliadora Keli da Rocha (CIA: 0735905-24.2019), nos termos do Provimento 40/2008-CM.
Na Informação n. 223/2019-DAJE (andamento n. 11), prestada pelo Departamento de Apoio aos Juizados Especiais - DAJE, consta que a Comarca de Porto dos Gaúchos/MT realizou processo seletivo para o credenciamento de Conciliadores em conformidade com o Edital n. 5/2019/DF com homologa ção disponibilizad a no DJE n. 10614 em 06.11.2019 e publicado em 07/11/2019.
Informa, ainda, que o referido certame classificou 04 candidatos, sendo que o primeiro Sérgio Roberto Bernardi, CPF: 038.784.441-03, manifestou seu desinteresse na vaga ofertada (andamentos 8 e 9) em razão de exercer cargo público efetivo e, seguindo a lista classificatória, o próximo habilitado é Igor Acioli Silva, CPF: 046.803.951-17 (2º classificado) anuiu positivamente quanto ao seu credenciamento (declaração anexa - 10).
O Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, por sua vez, manifestou favorável ao pedido de credenciamento (andamento n. 14).
Diante do exposto, HOMOLOGO a desistência do candidato SÉRGIO ROBERTO BERNARDI, CPF: 038.784.441-03.
Outrossim, DETERMINO o credenciamento de IGOR ACIOLI SILVA, CPF: 046.803.951-17, para ocupar a vaga de conciliador no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT, devendo o credenciado firmar compromisso em participar da capacitação como exigência legal, quando for convocado, nos termos do artigo 2º, da Resolução n. 125-CNJ e artigo 2º do Provimento n. 15/2016-CM.
À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências cabíveis, inclusive ciência desta decisão aos interessados.
Comunique-se o Departamento do FUNAJURIS para as anotações e providências pertinentes.
Publique-se. Comunique-se. Arquive-se.
Cuiabá, 05 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3338/2019-PRES
CIA 0737052-16.2019.8.11.0042
Trata-se de pedido subscrito pelo Juiz de Direito e Coordenador do CEJUSC-Juizados Especiais da Comarca de Cuiabá-MT, em que solicita o descredenciamento a pedido da Conciliadora Maria Ferreira da Silva a partir de 11/09/2019 e credenciamento de novo conciliador para suprir a vaga aberta, nos termos do Provimento 40/2008-CM.
Na Informação n. 226/2019-DAJE (andamento n. 13), prestada pelo Departamento de Apoio aos Juizados Especiais - DAJE, consta que a Comarca de Cuiabá/MT realizou processo seletivo para o credenciamento de Conciliadores em conformidade com o Edital n. 1/2018/CATSC, tendo sido homologado pelo Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, e disponibilizado no DJE n. 10470 em 09/04/2019 e publicado em 10/04/2019.
Informa, ainda, que foram classificados foram classificados 691 (seiscentos e noventa e um) candidatos, sendo 89 (oitenta e nove) candidatos classificados no cadastro de reserva para candidatos negros e 03 (três) candidatos considerados classificados para a reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiência-PCD.
Pontuou, também, que o próximo candidato a ser chamado é Emerson Dos Santos Weber (26ª classificação na ampla concorrência), portador do CPF n. 022.124.601-04 contudo, apresentou manifestação de desinteresse na vaga ofertada (declaração anexa - andamentos 9) e, seguindo a lista classificatória, a próxima habilitada é Amanda Anyelle da Silva Luchtenberg, CPF: 033.839.131-20 (27ª classificada) anuiu positivamente quanto ao seu credenciamento (declaração anexa - 11).
O Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, por sua vez, manifestou favorável ao pedido de credenciamento (andamento n. 16).
Diante do exposto, HOMOLOGO a desistência do candidato EMERSON DOS SANTOS WEBER (26ª classificação na ampla concorrência), portador do CPF n. 022.124.601-04.
Outrossim, DETERMINO o descredenciamento da conciliadora MARIA PEREIRA DA SILVA, matrícula 30297, com efeitos a partir do dia 11/09/2019 e o credenciamento de AMANDA ANYELLE DA SILVA LUCHTENBERG, portadora do CPF: 033.839.131-20, para ocupar a vaga de conciliador no Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá, devendo o credenciado firmar compromisso em participar da capacitação como exigência legal, quando for convocado, nos termos do artigo 2º, da Resolução n. 125-CNJ e artigo 2º do Provimento n. 15/2016-CM.
À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências cabíveis, inclusive ciência desta decisão aos interessados.
Comunique-se o Departamento do FUNAJURIS para as anotações e providências pertinentes.
Publique-se. Comunique-se. Arquive-se.
Cuiabá, 05 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,
Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3336/2019-PRES
CIA 0707616-38.2019.8.11.0001
Trata-se de e-mail subscrito pelo Juiz de Direito da 5ª Vara Especializada de Família e Sucessões da Comarca de Cuiabá/MT, no qual solicita o descredenciamento da conciliadora Rosângela Scalabrin Camello Lopes, matrícula nº 32664, credenciada por meio do Ato n. 1063/2016-DRH, nos termos do Provimento n. 40/2008-CM.
O Departamento de Apoio aos Juizados Especiais, por meio da Informação n. 227/2019/DAJE (andamento n. 27), registra que a

conciliadora deverá ser descredenciada a partir do dia 25.10.2019.

O Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, por sua vez, manifestou-se favorável ao pedido de descredenciamento (andamento n. 30).

Diante do exposto, DETERMINO o descredenciamento da conciliadora ROSÂNGELA SCALABRIN CAMELLO LOPES, matrícula n. 32664, portadora do CPF n. 420.887.710-34, com efeitos a partir do dia 25/10/2019.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências cabíveis.

Após, ao Departamento do Funajuris para as anotações e providências pertinentes.

Publique-se. Comunique-se. Arquive-se.

Cuiabá, 5 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,

Presidente do Tribunal de Justiça.

PEDIDO DE CONCESSÃO E CONVERSÃO EM ESPÉCIE DE LICENÇA PRÊMIO 117/2019.

Solicitante: Sra. Claudenice Deijany Farias de Costa

Decisão n° 3390/2019-PRES

Referência: 0076138-64.2019.8.11.0000

[...]

Portanto, com fulcro no art. 1º, §1º da Lei n. 8.816/2008, DEFIRO a conversão em espécie de 90 (noventa) dias da licença-prêmio de 05.12.2014 a 05.12.2019.

Com efeito, AUTORIZO o pagamento de 90 (noventa) dias de licença-prêmio, em folha corrente, respeitando o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês, até a respectiva liquidação.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências cabíveis.

Publique-se. Comunique-se. Arquive-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,

Presidente do Tribunal de Justiça.

DECISÃO N. 3330/2019-PRES

CIA 0747281-19.2019.8.11.0015

Trata-se de ofício subscrito pelo Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Sinop/MT, na qual requer autorização para abertura de Processo Seletivo visando credenciamento e formação de cadastro de reserva para Conciliadores no Juizado Especial Cível e/ou Criminal, Varas e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, da referida Comarca, nos termos do Provimento n. 40/2008/CM.

Na Informação n. 234/2019-DAJE (andamento n. 7), o Departamento de Apoio aos Juizados Especiais, opina pelo deferimento do pedido, haja vista que o último processo seletivo realizado pela comarca (CIA 0117505-73.2016.8.11.0000), foi disponibilizado a homologação no Dje n. 10008/2017 em 28/04/2017, no qual 09 (nove) candidatos foram classificados, e o prazo de vigência é 28/04/2020.

Na sequência, a Corregedoria Geral da Justiça manifesta-se favorável à abertura do processo seletivo (andamento n. 10).

Pois bem.

De proêmio, cumpre ressaltar que a Alta Administração estabeleceu novo modelo de edital destinado ao processo seletivo para o credenciamento de Conciliadores disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico Edição n. 10337 em 13/09/2018 e no "Banco de normas da Coordenadoria de Recursos Humanos" (http://wiki.tjmt.jus.br/index.php/Banco_de_normas_da_Coordenadoria_de_Recursos_ Humanos), cuja observância deverá efetivar-se no âmbito de todo o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

O modelo editalício foi estabelecido para a padronização dos procedimentos na condução de processos seletivos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, vinculando-se à eficiência, eficácia e economicidade, cujo desígnio é intrínseco à boa administração.

Diante disso, faz-se imprescindível a estrita observância do modelo de édito disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico Edição n. 10337 em 13/09/2018, de modo que não há discricionariedade assegurada em alterar ou acrescentar regras definidas previamente pela Alta Administração para a seleção de credenciados.

Com essas considerações, AUTORIZO a abertura de novo Processo Seletivo para credenciamento e formação de cadastro reserva de Conciliador no Juizado Especial Cível e/ou Criminal, Varas e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, da Comarca de Sinop/MT, nos termos do Provimento n. 40/2008-CM, observando-se a ordem de classificação do certame anterior no que concerne ao cadastro de reserva vigente, de forma que os procedimentos necessários para a realização do processo seletivo estejam conforme o modelo padrão estabelecido no Diário de Justiça Eletrônico Edição n. 10337 de 13/09/2018.

À Coordenadoria de Recursos Humanos para as providências necessárias.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 5 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA,

Presidente do Tribunal de Justiça.

Atos do Presidente

ATO N.º 1650/2019-DRH O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 040/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT, CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0744270-60.2019,RESOLVEDESCREDENCIAR, a pedido, a Senhora ALESSANDRA GRANDI DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o n° 009.661.761-62, matrícula 37.182, da função de Conciliadora no Centro Judiciário de Solução de Conflitos da Comarca de Nova Mutum-MT, com efeitos retroativos a partir do dia 09/11/2019.Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.Cuiabá, 9 de dezembro de 2019.(assinado digitalmente)Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHAPresidente do Tribunal de Justiçatable

ATO N.º 1650/2019-DRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 040/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT,

CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0744270-60.2019,

RESOLVE

DESCREDENCIAR, a pedido, a Senhora ALESSANDRA GRANDI DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o n° 009.661.761-62, matrícula 37.182, da função de Conciliadora no Centro Judiciário de Solução de Conflitos da Comarca de Nova Mutum-MT, com efeitos retroativos a partir do dia 09/11/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 9 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1651/2019-DRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 40/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT, Portaria nº 242/ 2016-PRES, disponibilizada no DJE Ed. nº 9774 e Edital nº 3/2016/DF/NM, homologação disponibilizada no DJE nº 9763.

CONSIDERANDO os termos do Expediente NU. 0744270-60.2019,

RESOLVE

CREDENCIAR, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por mais 02(dois) anos, a Senhora INES PEREIRA DA CRUZ, CPF 844.970.251-87, para atuar como Conciliadora no Centro Judiciário de Solução de Conflitos da Comarca de Nova Mutum/MT, na condição de Auxiliar da Justiça, a partir da publicação deste.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 9 de dezembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1663/2019-DRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 40/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT, e Edital nº 05/2019/DF, homologação disponibilizada no DJE nº 10614 ,

CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0729009-62.2019,

RESOLVE
CREDENCIAR, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por mais 02(dois) anos, o Senhor IGOR ACIOLI SILVA, CPF: 046.803.951-17, para atuar como Conciliador no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Porto dos Gaúchos, na condição de Auxiliar da Justiça, a partir da publicação deste.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1660/2019-DRHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 040/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT, CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0737052-16.2019,RESOLVEDESCREDENCIAR, a pedido, a Senhora MARIA PEREIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob o n° 006.292.111-83, matrícula 30297, da função de Conciliadora no Juizado Especial Criminal Unificado da Comarca de Cuiabá, com efeitos a partir do dia 11/09/2019..Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.(assinado digitalmente)Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHAPresidente do Tribunal de Justiçatable
ATO N.º 1660/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 040/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT,
CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0737052-16.2019,
RESOLVE
DESCREDENCIAR, a pedido, a Senhora MARIA PEREIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob o n° 006.292.111-83, matrícula 30297, da função de Conciliadora no Juizado Especial Criminal Unificado da Comarca de Cuiabá, com efeitos a partir do dia 11/09/2019.
.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1661/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 40/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT, e Edital nº 01/2018-CATSC, homologação disponibilizada no DJE nº 10.470,
CONSIDERANDO os termos do Expediente NU. 0737052-16.2019,
RESOLVE
CREDENCIAR, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por mais 02(dois) anos, a Senhor a AMANDA ANYELLE DA SILVA LUCHTENBERG, CPF: 033.839.131-20, para atuar como Conciliadora no Quinto Juizado Especial Cível da Capital, na condição de Auxiliar da Justiça, a partir da publicação deste.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1662/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 40/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT, e Edital nº 01/2018-CATSC, homologação disponibilizada no DJE nº 10470,
CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0739490-41.2019,
RESOLVE
CREDENCIAR, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por mais 02(dois) anos, a Senhor a DÁFNE CRIS DIAS, CPF: 024.752.381-00, para atuar como Conciliadora no Juizado Especial Criminal Unificado da Capital, na condição de Auxiliar da Justiça, a partir da publicação deste.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1659/2019-DRHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 040/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT, CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0707616-38.2019,RESOLVEDESCREDENCIAR, a pedido, a Senhora ROSÂNGELA SCALABRIN CAMELLO LOPES, inscrita no CPF sob o n° 420.887.710-34, matrícula 32664, da função de Conciliadora no Juizado Especial Criminal Unificado da Capital, com efeitos a partir do dia 25/10/2019.Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.(assinado digitalmente)Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHAPresidente do Tribunal de Justiçatable
ATO N.º 1659/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 040/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT,
CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0707616-38.2019,
RESOLVE
DESCREDENCIAR, a pedido, a Senhora ROSÂNGELA SCALABRIN CAMELLO LOPES, inscrita no CPF sob o n° 420.887.710-34, matrícula 32664, da função de Conciliadora no Juizado Especial Criminal Unificado da Capital, com efeitos a partir do dia 25/10/2019.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1657/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar n.º 270, de 02.04.2007, Provimento nº. 40/2008/CM, de 19.11.2008 e art. 290, inciso I, do RITJ/MT, e Edital nº .01/2019, homologação disponibilizada no DJE nº10594,
CONSIDERANDO os termos do Expediente de NU. 0741034-40.2019,
RESOLVE
CREDENCIAR, pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por mais 02(dois) anos, o Senhor WESLEI JUNIOR SILVA AFONSO, CPF: 040.897.921-69, para atuar como Conciliador no Juizado Especial da Comarca de Novo São Joaquim, na condição de Auxiliar da Justiça, a partir da publicação deste.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1648/2019-DRH
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 96, inciso I, alínea “e” da Constituição Federal, artigo 96, inciso III, alínea “e” da Constituição Estadual, artigos 35, inciso LII e 290, inciso I do RITJ/MT,
CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Lei Estadual n. 8.814/2008, de 15.01.2008, que instituiu o “Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso”,
CONSIDERANDO a classificação no Concurso Público aberto por meio do Edital n.º 22/2015/GSCP, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico – MT n.º 9675, de 10.12.2015, homologado pelo Tribunal Pleno, cuja decisão foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 9836,
CONSIDERANDO a informação Nº 5562/2019-DRH, e a Decisão proferida nos autos de Pedido de Nomeação 24/2016, NU.0150289-06.2016,
RESOLVE
Nomear, os candidatos abaixo relacionados, obedecendo a classificação estabelecida pelo Edital n. 6/2016/GSCP, para exercerem efetivamente o cargo de Analista Judiciário-PTJ, na Comarca de Cuiabá.
Classificação Nome CPF
8º (PCD) MARCIO GLEY DA SILVA 419.857.611-49
14º (Cota para Negro) FELIPE ERNANDES BARBOSA CORREA

034.175.561-39
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 9 de dezembro de 2019
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1646/2019-DRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 96, inciso I, alínea "e" da Constituição Federal, artigo 96, inciso III, alínea "e" da Constituição Estadual, artigos 35, inciso LII e 290, inciso I do RITJ/MT,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Lei Estadual n. 8.814/2008, de 15.01.2008, que instituiu o "Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso",

CONSIDERANDO a classificação no Concurso Público aberto por meio do Edital n.º 22/2015/GSCP, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico – MT n.º 9675, de 10.12.2015, homologado pelo Tribunal Pleno, cuja decisão foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 9836,

CONSIDERANDO a decisão presidencial proferida nos autos Pedido de Vacância para Posse em outro Cargo Inacumulável 1/2019-DRH de NU. 0026251-14.2019 e a informação Nº 5445/2019-DRH, proferida nos autos de Pedido de Nomeação 19/2016, NU.0150261-38.2016,

RESOLVE

Nomear, a candidata abaixo relacionada, obedecendo a classificação estabelecida pelo Edital n. 6/2016/GSCP, para exercer efetivamente o cargo de Técnico Judiciário-PTJ, na Comarca de Cláudia.

Classificação Nome CPF

6º (Ampla Concorrência) FERNANDA COVATTI MARQUES 020.928.681-44

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

ATO N.º 1600/2019-DRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 96, inciso I, alínea "e" da Constituição Federal, artigo 96, inciso III, alínea "e" da Constituição Estadual, artigos 35, inciso LII e 290, inciso I do RITJ/MT,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Lei Estadual n. 8.814/2008, de 15.01.2008, que instituiu o "Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso",

CONSIDERANDO a classificação no Concurso Público aberto por meio do Edital n.º 22/2015/GSCP, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico – MT n.º 9675, de 10.12.2015, homologado pelo Tribunal Pleno, cuja decisão foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 9836,

CONSIDERANDO decisão presidencial proferida nos autos Pedido de Exoneração 25/2019-PRES de NU. 0741889-92.2019 e a Informação nº 5344/2019-DRH, constante nos autos de Pedido de Nomeação 66/2016, NU.150585-28/2016,

RESOLVE

Nomear, a candidata abaixo relacionada, obedecendo a classificação estabelecida pelo Edital n. 6/2016/GSCP, para exercer efetivamente o cargo de Técnico Judiciário-PTJ, na Comarca de São Félix do Araguaia.

Classificação Nome CPF

3º(Ampla Concorrência) LÍLIA MAURA MARQUES PERPÉTUO 079.135.986-70

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Cuiabá, 10 de dezembro de 2019
(assinado digitalmente)
Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA
Presidente do Tribunal de Justiça

Coordenadoria Financeira

Fundo de Apoio ao Judiciário - Departamento do Funajuris

Diárias

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 01/12/2019 - ID: 0748771-04.2019.8.11.0039
Requerente: Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: Vara Única da Comarca de São José dos Quatro Marcos - 1ª Entrância
Destino: De São José dos Quatro Marcos(MT) a Porto Esperidião(MT)
Finalidade: Deslocamento para a comarca de Porto Esperidiao
Período: 09/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 10 E ½ (DEZ E MEIA) DIÁRIAS A DOUTORA LÍLIAN BARTOLAZZI LAURINDO BIANCHINI, JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE PORTO ESPERIDIÃO, NOS DIAS 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 E 19/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1270/PRES, DE 27/09/2019..

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0076039-94.2019.8.11.0000
Requerente: Jean Garcia de Freitas Bezerra
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: 2ª Vara da Comarca de Alta Floresta - 3ª Entrância
Destino: De Alta Floresta(MT) a Guarantã do Norte(MT)
Finalidade: Regime de Exceção na Comarca de Guarantã do Norte
Período: 11/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 8 E ½ (OITO E MEIA) DIÁRIAS AO DOUTOR JEAN GARCIA DE FREITAS BEZERRA, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ALTA FLORESTA, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA PARTICIPAR DO REGIME DE EXCEÇÃO NA COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE, CONFORME DECISÃO PROFERIDA NO EXPEDIENTE 0074319-92.2019, CONFORME O ARTIGO 8º I E III DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0076038-12.2019.8.11.0000
Requerente: Edna Ederli Coutinho
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: 1ª Vara Criminal da Comarca de Tangará da Serra - 3ª Entrância
Destino: De Tangará da Serra(MT) a Guarantã do Norte(MT)
Finalidade: Regime de Exceção na Comarca de Guarantã do Norte
Período: 11/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 8 E ½ (OITO E MEIA) DIÁRIAS A DOUTORA EDNA EDERLI COUTINHO, JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE TANGARÁ DA SERRA, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA PARTICIPAR DO REGIME DE EXCEÇÃO NA COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE, CONFORME DECISÃO PROFERIDA NO EXPEDIENTE 0074319-92.2019, CONFORME O ARTIGO 8º I E III DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 04/12/2019 - ID: 0076035-57.2019.8.11.0000
Requerente: EVALDO SANTIAGO DE AMORIM
Cargo/Função: Demais Participantes (AUXILIAR JUDICIARIO SDCR)
Lotação: Divisão de Transportes - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Primavera do Leste(MT)
Finalidade: DIÁRIA EVALDO SANTIAGO DE AMORIM EM ATENDIMENTO AO NUPEMEC
Período: 10/12/2019 a 13/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 3,50 diária(s) ao servidor motorista EVALDO SANTIAGO DE AMORIM, matrícula 8535, em deslocamento nos dias 10/12 a 13/12/2019, para a Comarca de Primavera do Leste-MT, a fim de atender ao NUPEMEC - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMT, conforme despacho proferido no

expediente CIA - 0074742-52.2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 06/12/2019 - ID: 0076349-03.2019.8.11.0000

Requerente: ADEILDO ANTONIO DE ARRUDA

Cargo/Função: Demais Participantes (Militar)

Lotação:

Destino: De Cuiabá(MT) a Colniza(MT)

Finalidade: Deslocamento de equipe policial, fins acompanhamento e segurança de magistrado de Colniza.

Período: 10/12/2019 a 20/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 10,50 diária(s) ao Militar ADEILDO ANTONIO DE ARRUDA, matrícula 36328, em deslocamento nos dias 10/12 a 20/12/2019, para a Comarca de Colniza-MT, conforme deferido pelo Presidente da Comissão de Segurança de Magistrados, com o fim de fazer o acompanhamento e segurança pessoal do Magistrado Ricardo Frazon Menegucci - Juiz de Direito daquela comarca, conforme ofício n.º 811/CMTJMT/2019, de 05/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 27/11/2019 - ID: 0748123-65.2019.8.11.0090

Requerente: KARLA FERNANDES DA SILVA PEREIRA

Cargo/Função: Demais Participantes

Lotação:

Destino: De Nova Canaã do Norte(MT) a Nova Canaã do Norte(MT)

Finalidade: Pedido de Diária - Karla

Período: 10/12/2019 a 10/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Psicóloga Credenciada KARLA FERNANDES DA SILVA PEREIRA, matrícula 40986, em deslocamento no dia 10/12/2019, até a Comunidade Tapaiúna, Fazenda dois irmãos, Zona Rural, da comarca de Nova Canaã do Norte-MT, perfazendo um total de 120 km (ida e volta), a fim de realizar estudo psicossocial, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 26/11/2019 - ID: 0074400-41.2019.8.11.0000

Requerente: ANTONIO BRAZ SPOLTI

Cargo/Função: Demais Participantes (GESTOR ADMINISTRATIVO 2)

Lotação: Central de Administração - Comarca de Chapada dos Guimarães - SDCR

Destino: De Chapada dos Guimarães(MT) a Cuiabá(MT)

Finalidade: IV ENCONTRO DE SUSTENTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO - PLANILHA 01

Período: 09/12/2019 a 10/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) e passagens terrestres ao servidor ANTONIO BRAZ SPOLTI, matrícula 9344, em deslocamento nos dias 09/12 a 10/12/2019, para a Comarca de Cuiabá-MT, a fim de participar do "IV Encontro de Sustentabilidade do Poder Judiciário de Mato Grosso", no Auditório Gervásio Leite, conforme decisão proferida no expediente CIA - 0070761-15.2019. Ao Funajuris com cópia ao Departamento Adm. e Financ. da Escola dos Servidores, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0748483-73.2019.8.11.0001

Requerente: ALESSANDRA VIANA DE SOUSA CALESTINI

Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)

Lotação: Central de Administração - 1ª e 2ª Varas Esp. Infância e Juventude - Comarca da Capital - SDCR

Destino: De Cuiabá(MT) a Acorizal(MT)

Finalidade: Estudo Psicossocial dos autos 4755.31.2019.811.0063 – Medida de Proteção a criança e adolescente -Processo de Execução

Período: 09/12/2019 a 09/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora ALESSANDRA VIANA DE SOUSA CALESTINI, matrícula 7705, em deslocamento no dia 09/12/2019, para o Município de Acorizal-MT, num percurso aproximado de 120 Km (ida e volta), a fim de realizar visita domiciliar e estudo psicossocial, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 08/11/2019 - ID: 0745424-65.2019.8.11.0005

Requerente: ELZA FATIMA SILVA BOTELHO

Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)

Lotação: Central de Administração - Comarca de Diamantino - SDCR

Destino: De Diamantino(MT) a Alto Paraguai(MT)

Finalidade: Pedido diárias 09-12 E

Período: 09/12/2019 a 09/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora Assistente Social ELZA FATIMA SILVA BOTELHO, matrícula 7109, em deslocamento no dia 09/12/2019, para o Município de Alto Paraguai-MT, a fim de realizar visita domiciliar e estudo Social, em cumprimento à ordem judicial, nos termos do ofício n. 107/2019-DF, de 05/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 11/11/2019 - ID: 0070962-07.2019.8.11.0000

Requerente: Fabio Jose Feldmann

Cargo/Função: Demais Participantes (Consultor Ambiental)

Lotação:

Destino: De São Paulo(SP) a Cuiabá(MT)

Finalidade: IV Encontro de Sustentabilidade do Poder Judiciário de Mato Grosso

Período: 09/12/2019 a 10/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 1,50 diária(s) ao Colaborador FÁBIO JOSÉ FELDMANN, Consultor Especialista em Sustentabilidade, com deslocamento nos dias 09/12 a 10/12/2019, para a Comarca de Cuiabá-MT, a fim de proferir Palestra no "IV Encontro de Sustentabilidade do Poder Judiciário de MT", sob o tema: "Sustentabilidade Planetária: aonde eu me encaixo e a eficiência na Administração Pública", conforme CIA-0069841-41.2019. Ao Funajuris, com cópia à Assessoria de Relações Públicas, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 26/11/2019 - ID: 0074365-81.2019.8.11.0000

Requerente: Ivana Farina Navarrete Pena

Cargo/Função: Desembargadores (Conselheira do Conselho Nacional de Justiça)

Lotação:

Destino: De Goiânia(GO) a Cuiabá(MT)

Finalidade: IV Encontro de Sustentabilidade do Poder Judiciário de Mato Grosso

Período: 09/12/2019 a 09/12/2019

Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE ½ (MEIA) DIÁRIA COMO COLABORADORA, À EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA IVANA FARINA NARRETE PENA, CONSELHEIRA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, EM DESLOCAMENTO NO DIA 09/12/2019, PARA CUIABÁ/MT, A FIM DE PARTICIPAR DO IV ENCONTRO DE SUSTENTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, § 2º DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019 E. DECISÃO PRFERIDA NO EXPEDIENTE CIA 073462-46.2019

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0748484-58.2019.8.11.0001

Requerente: SISLEY MARQUES DA COSTA PORTO

Cargo/Função: Demais Participantes (Assistente Social)

Lotação:

Destino: De Cuiabá(MT) a Acorizal(MT)

Finalidade: Estudo Psicossocial dos autos 4755.31.2019.811.0063 – Medida de Proteção a criança e adolescente -Processo de Execução

Período: 09/12/2019 a 09/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada SISLEY MARQUES DA COSTA PORTO, matrícula 27648, em deslocamento no dia 09/12/2019, para o Município de Acorizal-MT, num percurso aproximado de 120 Km (ida e volta), a fim de realizar visita domiciliar e estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 21/11/2019 - ID: 0747307-75.2019.8.11.0028

Requerente: MARIA OTAVIA DORILEO CAMPOS

Cargo/Função: Demais Participantes

Lotação:

Destino: De Poconé(MT) a Poconé(MT)

Finalidade: Realizar estudo psicossocial com o genitor do infante

Período: 09/12/2019 a 09/12/2019

Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Psicóloga Credenciada MARIA OTAVIA DORILEO CAMPOS, matrícula 28694, em deslocamento no dia 09/12/2019, até a Comunidade Santo Onofre - Distrito de Cangas, zona rural, pertencente à Comarca de Poconé-MT, num percurso aproximado de 70 Km, a fim de realizar visita domiciliar e estudo psicológico, em

cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 25/11/2019 - ID: 0747744-76.2019.8.11.0009
Requerente: Fernando Kendi Ishikawa
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: Vara Única da Comarca de Nova Canaã do Norte - 1ª Entrância
Destino: De Colíder(MT) a Nova Canaã do Norte(MT)
Finalidade: Deslocamento para jurisdicionar na Vara Única da Comarca de Nova Canaã do Norte
Período: 11/12/2019 a 13/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 6 (SEIS) DIÁRIAS AO DOUTOR FERNANDO KENDI ISHIKAWA, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE COLÍDER, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE NOVA CANAÃ DO NORTE, NOS DIAS 11, 12, 13, 16, 17, 18 E 19/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 25/11/2019 - ID: 0747744-76.2019.8.11.0009
Requerente: Fernando Kendi Ishikawa
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: Vara Única da Comarca de Nova Canaã do Norte - 1ª Entrância
Destino: De Colíder(MT) a Nova Canaã do Norte(MT)
Finalidade: Deslocamento para jurisdicionar na Vara Única da Comarca de Nova Canaã do Norte
Período: 16/12/2019 a 19/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 6 (SEIS) DIÁRIAS AO DOUTOR FERNANDO KENDI ISHIKAWA, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE COLÍDER, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE NOVA CANAÃ DO NORTE, NOS DIAS 11, 12, 13, 16, 17, 18 E 19/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748984-21.2019.8.11.0100
Requerente: LUCIANE TENORIO LUNAS
Cargo/Função: Demais Participantes
Lotação:
Destino: De Brasnorte(MT) a Brasnorte(MT)
Finalidade: Solicitação de Diárias
Período: 11/12/2019 a 11/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Psicóloga Credenciada LUCIANE TENORIO LUNAS, matrícula 36306, em deslocamento no dia 11/12/2019, para a Comunidade São Bento e para o Distrito de Água da Prata, zona rural, todas pertencentes à comarca de Brasnorte-MT, num percurso de 140 Km (ida e volta), a fim de realizar acompanhamento e estudo psicossocial em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 26/11/2019 - ID: 0747978-62.2019.8.11.0040
Requerente: MARLY APARECIDA LOPES DA SILVA
Cargo/Função: Demais Participantes
Lotação:
Destino: De Sorriso(MT) a Boa Esperança do Norte(MT)
Finalidade: Deslocamento para o Distrito de Boa Esperança do Norte
Período: 11/12/2019 a 11/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada MARLY APARECIDA LOPES DA SILVA, matrícula 33587, em deslocamento no dia 11/12/2019, para o Distrito de Boa Esperança do Norte-MT, num percurso de 320 Km (ida e volta), a fim de realizar diligência e efetuar estudo social, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 06/12/2019 - ID: 0076348-18.2019.8.11.0000
Requerente: ORIAS JOSÉ DA SILVA
Cargo/Função: Demais Participantes (Militar)
Lotação:
Destino: De Cuiabá(MT) a Colniza(MT)
Finalidade: Deslocamento de equipe policial, fins acompanhamento e segurança de magistrado de Colniza.
Período: 10/12/2019 a 20/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 10,50 diária(s) ao Militar ORIAS JOSÉ DA SILVA, matrícula 30834, em deslocamento nos dias 10/12 a 20/12/2019, para a Comarca de Colniza-MT, conforme deferido pelo Presidente da Comissão de Segurança de Magistrados, com o fim de fazer o acompanhamento e segurança pessoal do Magistrado Ricardo Frazon Menegucci - Juiz de Direito daquela comarca, conforme ofício n.º 811/CMTJMT/2019, de 05/12/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0074812-69.2019.8.11.0000
Requerente: Diego Hartmann
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: Vara Única da Comarca de Nobres - 1ª Entrância
Destino: De Nobres(MT) a Guarantã do Norte(MT)
Finalidade: Deslocamento para a Comarca Guarantã do Norte
Período: 10/12/2019 a 18/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 8 E ½ (OITO E MEIA) DIÁRIAS AO DOUTOR DIEGO HARTMANN, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ARENÁPOLIS, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE GUARANTÃ DO NORTE, NOS DIAS, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 E 18/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 27/11/2019 - ID: 0074731-23.2019.8.11.0000
Requerente: WILLIAM ALVARO DA COSTA DANTAS
Cargo/Função: Demais Participantes (CHEFE DE DIVISAO)
Lotação: Divisão de Projetos - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Porto dos Gaúchos(MT)
Finalidade: Vistoria 10 a 13.12.2019
Período: 10/12/2019 a 13/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 3,50 diária(s) ao servidor WILLIAM ALVARO DA COSTA DANTAS, matrícula 32581, em deslocamento nos dias 10/12 a 13/12/2019, para a comarca de Porto dos Gaúchos-MT, a fim de realizar vistoria na obra (Edifício) que abriga o Fórum da comarca de Porto dos Gaúchos, conforme Ofício n. 29/2019/D.O, de 27/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 27/11/2019 - ID: 0748118-43.2019.8.11.0090
Requerente: ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA
Cargo/Função: Demais Participantes
Lotação:
Destino: De Nova Canaã do Norte(MT) a Nova Canaã do Norte(MT)
Finalidade: Pedido de Diária - Rozineide
Período: 10/12/2019 a 10/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Assistente Social Credenciada ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA, matrícula 33308, em deslocamento no dia 10/12/2019, até a Comunidade Tapaiúna, Fazenda dois irmãos, Zona Rural, da comarca de Nova Canaã do Norte-MT, perfazendo um total de 120 km (ida e volta), a fim de realizar estudo psicossocial, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 29/10/2019 - ID: 0068417-61.2019.8.11.0000
Requerente: UBIRACY NOGUEIRA FELIX
Cargo/Função: Demais Participantes (TECNICO JUDICIARIO - SDCR)
Lotação: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Juara(MT)
Finalidade: Estágio Supervisionado do CNJ nas Comarcas de Juara e Campo Novo dos Parecis
Período: 09/12/2019 a 13/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 4,50 diária(s) ao servidor UBIRACY NOGUEIRA FELIX, matrícula 3940, em deslocamento nos dias 09/12 a 13/12/2019, para as Comarcas de Juara e Campo Novo dos Parecis, a fim de realizar a Supervisão dos Mediadores voluntários, visando o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados por eles, bem como expedir, após o Certificado de Mediador Judicial, conforme as Ordens de

Serviço ns. 01 e 02/2017/NUPEMEC/PRES e normativas do CNJ. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0075282-03.2019.8.11.0000

Requerente: Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: 3ª V. Esp. Família e Sucessões da Comarca de Várzea Grande - Entrância Especial
Destino: De Cuiabá(MT) a Primavera do Leste(MT)
Finalidade: Oficina de Direito Sistêmico
Período: 10/12/2019 a 13/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 3 E ½ (TRÊS E MEIA) DIÁRIAS A DOUTORA EULICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI, JUÍZA DE DIREITO , PARA PARTICIPAR DA OFICINA DE DIREITO SISTÊMICO NA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE, CONFORME DECISÃO PROFERIDA NO EXPEDIENTE PTG 0074742-52.2019, CONFORME O ARTIGO 8º I E III, DA PORTARIA 511/PRES, DE 10/04/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748859-56.2019.8.11.0002

Requerente: MARIA JUCILENE DA SILVA
Cargo/Função: Demais Participantes (ASSESSOR DE GABINETE II)
Lotação: Gabinete do Juiz - 3ª Vara Esp. de Família e Sucessões - Comarca de Várzea Grande - SDCR
Destino: De Cuiabá(MT) a Primavera do Leste(MT)
Finalidade: OFICINA DE DIREITO SISTÊMICO EM PRIMAVERA DO LESTE
Período: 10/12/2019 a 13/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 3,50 diária(s) e passagens terrestres a servidora MARIA JUCILENE DA SILVA, matrícula 21548, em deslocamento nos dias 10/12 a 13/12/2019, para a Comarca de Primavera do Leste-MT, a fim de participar da "Oficina de Direito Sistêmico" naquela comarca, conforme decisão Presidencial proferida no expediente CIA - 0074742-52.2019. Ao Funajuris com cópia ao Departamento Adm. e Financ. da Escola dos Servidores, para as providências necessárias.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FUNAJURIS

Diárias de viagens deferidas e processadas.

Pedido de Pagamento de Diárias - 26/11/2019 - ID: 0747977-88.2019.8.11.0004

Requerente: EVANDRO TAVARES BUENO
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Barra do Garças - SDCR
Destino: De Barra do Garças(MT) a Ribeirãozinho(MT)
Finalidade: Viagem à Ribeirãozinho
Período: 12/12/2019 a 12/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) ao servidor EVANDRO TAVARES BUENO, Psicólogo, matrícula 7431, em deslocamento no dia 12/12/2019, para o Município de Ribeirãozinho-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicológico, num percurso de 224 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 03/12/2019 - ID: 0749241-43.2019.8.11.0004

Requerente: MARIA DE LOURDES SCARELLO
Cargo/Função: Demais Participantes (psicólogo)
Lotação:
Destino: De Barra do Garças(MT) a Torixoréo(MT)
Finalidade: Viagem à Torixoréu
Período: 12/12/2019 a 12/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada MARIA DE LOURDES SCARELLO, matrícula 39301, em deslocamento no dia 12/12/2019, para o Município de Torixoréu-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo social, num percurso de 120 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0748359-17.2019.8.11.0090

Requerente: KARLA FERNANDES DA SILVA PEREIRA
Cargo/Função: Demais Participantes
Lotação:
Destino: De Nova Canaã do Norte(MT) a Nova Canaã do Norte(MT)
Finalidade: Pedido de Diária - Karla
Período: 12/12/2019 a 12/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a Psicóloga Credenciada KARLA FERNANDES DA SILVA PEREIRA, matrícula 40986, em deslocamento no dia 12/12/2019, até a Comunidade Doze, Distrito de Ouro Branco, zona rural do município de Nova Canaã do Norte, perfazendo um total de 100 km (ida e volta), a fim de realizar estudo psicossocial, em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 28/11/2019 - ID: 0748343-15.2019.8.11.0009

Requerente: MEIRIELE DE OLIVEIRA LIMA
Cargo/Função: Demais Participantes (TECNICO JUDICIARIO - SDCR)
Lotação: Secretaria - 2ª Vara - Comarca de Colíder - SDCR
Destino: De Colíder(MT) a Sinop(MT)
Finalidade: CADASTRAMENTO/ATIVAÇÃO DE NOVO TOKEN
Período: 11/12/2019 a 11/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) a servidora MEIRIELE DE OLIVEIRA LIMA, matrícula 41216, em deslocamento no dia 11/12/2019, para a Comarca de Sinop-MT, a fim de realizar o cadastro e emissão do certificado digital (Token), para acesso ao sistema PJe na Comarca de Colíder, conforme ofício n. 184/2019/DF, de 27/11/2019. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 03/12/2019 - ID: 0749237-06.2019.8.11.0004

Requerente: MARIA DE LOURDES SCARELLO
Cargo/Função: Demais Participantes (psicólogo)
Lotação:
Destino: De Barra do Garças(MT) a Ribeirãozinho(MT)
Finalidade: Viagem à Ribeirãozinho
Período: 11/12/2019 a 11/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada MARIA DE LOURDES SCARELLO, matrícula 39301, em deslocamento no dia 11/12/2019, para o Município de Ribeirãozinho-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo social, num percurso de 220 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 25/11/2019 - ID: 0747648-55.2019.8.11.0011

Requerente: Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima
Cargo/Função: Juízes (Juiz de Direito)
Lotação: 1ª Vara da Comarca de Mirassol DOeste - 2ª Entrância
Destino: De Mirassol D'Oeste(MT) a Porto Esperidião(MT)
Finalidade: Deslocamento para comarca de Porto Esperidião
Período: 11/12/2019 a 17/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 6 E ½ (SEIS E MEIA) DIÁRIAS A DOUTORA HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA, JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE, EM FACE DO DESLOCAMENTO PARA A COMARCA DE PORTO ESPERIDIÃO, NOS DIAS 11, 12, 13, 14, 15, 16 E 17/12/2019, CONFORME O § 1º DO ARTIGO 14 DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019.

Pedido de Pagamento de Diárias - 26/11/2019 - ID: 0748002-04.2019.8.11.0004

Requerente: EVANDRO TAVARES BUENO
Cargo/Função: Demais Participantes (ANALISTA JUDICIARIO- SDCR)
Lotação: Central de Administração - Comarca de Barra do Garças - SDCR
Destino: De Barra do Garças(MT) a General Carneiro(MT)
Finalidade: Viagem à General Carneiro-MT
Período: 11/12/2019 a 11/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) ao servidor EVANDRO TAVARES BUENO, Psicólogo, matrícula 7431, em deslocamento no dia 11/12/2019, para o Município de General Carneiro-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo psicológico, num percurso de 120 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 26/11/2019 - ID: 0074110-26.2019.8.11.0000

Requerente: Agamenon Alcântara Moreno Júnior
Cargo/Função: Juízes Auxiliares (Juiz de Direito)
Lotação: 3ª V. Esp. da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá - Entrância

Especial
Destino: De Cuiabá(MT) a Brasília(DF)
Finalidade: "IV Encontro Nacional de Precatórios"
Período: 11/12/2019 a 12/12/2019
Despacho: DEFIRO O PAGAMENTO DE 1 E ½ (UMA E MEIA) DIÁRIAS AO DOUTOR AGAMENON ALCÂNTARA MORENO JUNIOR, JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA, BEM COMO A CONCESSÃO DE PASSAGENS AÉREAS, PARA PARTICIPAR DO IV ENCONTRO NACIONAL DE PRECATÓRIO, NA CIDADE DE BRASÍLIA, CONFORME, DECISÃO PROFERIDA NO EXPEDIENTE PTG 0061512-40.2019, CONFORME O ARTIGO 8º I E III, DA PORTARIA 1.270/PRES, DE 27/09/2019. TRECHO: CUIABÁ/BRASÍLIA/CUIABÁ.

Pedido de Pagamento de Diárias - 02/12/2019 - ID: 0748983-36.2019.8.11.0100
Requerente: DEBORAH GOMES EMERICK
Cargo/Função: Demais Participantes
Lotação:
Destino: De Brasnorte(MT) a Brasnorte(MT)
Finalidade: Solicitação de Diárias
Período: 11/12/2019 a 11/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada DÉBORAH GOMES EMERICK, matrícula 25376, em deslocamento no dia 11/12/2019, para a Comunidade São Bento e para o Distrito de Água da Prata, zona rural, todas pertencentes à comarca de Brasnorte-MT, num percurso de 140 Km (ida e volta), a fim de realizar acompanhamento e estudo psicossocial em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Pedido de Pagamento de Diárias - 21/11/2019 - ID: 0747162-91.2019.8.11.0004
Requerente: DINOMAR DA SILVA CRUZ MOTA
Cargo/Função: Demais Participantes (assistente social)
Lotação:
Destino: De Barra do Garças(MT) a Barra do Garças(MT)
Finalidade: Viagem à General Carneiro-MT
Período: 11/12/2019 a 11/12/2019
Despacho: Defiro o pagamento de 0,50 diária(s) à Assistente Social Credenciada DINOMAR DA SILVA CRUZ MOTA, matrícula 31704, em deslocamento no dia 11/12/2019, para o Município de General Carneiro-MT, a fim de realizar diligência e efetuar estudo social, num percurso de 130 Km (ida e volta), em cumprimento à ordem judicial. Ao Funajuris, para as providências necessárias.

Coordenadoria Administrativa

Departamento Administrativo

Edital

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS n. 2/2019

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria n. 418/2019-C.ADM, publicada no Diário da Justiça Eletrônico n. 10458, de 21.03.2019, de acordo com a Listagem de Eliminação de documentos, faz saber, a quem possa interessar, que, transcorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da data de publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, se não houver oposição, o Setor de Arquivo do Tribunal de Justiça eliminará os documentos relativos a processos administrativos conforme anexos I, II, III, IV e V deste edital.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Márcio Gonçalo Maciel de Arruda
Presidente da CPAD-TJMT

* Os Anexos I, II, III, IV e V encontram-se no Caderno de Anexo do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.

Clique aqui
Anexo I

Clique aqui
Anexo II

Clique aqui
Anexo III

Clique aqui
Anexo IV

Clique aqui
Anexo V

Decisão do Presidente

Doação de Bens Inservíveis n. 60/2019 – CIA n. 0061590-34.2019.8.11.0000
SOLICITANTE: Pastor Nivaldo José de Arruda, representante da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – IEAD, Jardim Ubatã, Cuiabá-MT
SOLICITADO: Tribunal De Justiça De Mato Grosso.
CNPJ: 03.535.606/0001-10
CONCLUSÃO DA DECISÃO "Diante do exposto, demonstrada a oportunidade, a conveniência e a prévia avaliação dos bens pela Comissão responsável, nos termos do art. 17, inc. II, "a" da Lei 8.666/93, considerando o parecer da Comissão de Inventário de Bens Inservíveis (CIBI) e o parecer da Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação, autorizo a doação dos bens solicitados vez que foram classificados como irrecuperáveis e antieconômicos. As medidas devem ser adotadas com a observância das orientações da ATJL no que atine à necessidade de juntada dos documentos de nomeação dos representantes legais da entidade, CNPJ e documentos pessoais, bem como seja oficiado ao Conselho Nacional de Justiça acerca desta decisão, em razão da doação dos equipamentos indicados, nos termos do §3º do artigo 19 da Resolução n. 210/2015. À Coordenadoria Administrativa para as providências. Cumpra-se. Cuiabá, 29 de novembro de 2019 Assinado Digitalmente Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA Presidente do Tribunal de Justiça."

Extrato

TERMO DE ENTREGA N. 01/2019
Doação de Bens Inservíveis n.27.2019 – 0708526-59.2019.8.11.0000
Parte: Doador - Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – Fórum da Comarca de Rondonópolis/MT - CNPJ: 03.535.606/0005-43
Parte: Donatário – Obra Kolping de Mato Grosso-Rondonópolis/MT - CNPJ: 03.939.543/0001-78.720-400
Objeto: O doador, possuindo, livre e desembaraçadamente de qualquer ônus, os bens móveis classificados como antieconômicos e inservíveis para o funcionamento da entidade doadora, resolve doá-los a título gratuito.
Interesse Público: A presente doação atenderá a Obra Kolping de Mato Grosso –Rondonópolis/MT, que tem por objetivo o atendimento aos alunos, demonstrando assim o interesse público da presente doação.
Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.
Bruna Thaisa Dias Penachioni Ivoglo
Diretora do Departamento Administrativo

Supervisão dos Juizados Especiais

Turma Recursal Única

Despacho

RECURSO CÍVEL INOMINADO 743/2019 - Classe: II-1 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE RONDONÓPOLIS. , Protocolo: 743/2019, RECORRENTE(S) - ANTONIO CARLOS MORAIS JR (Advs:Dr(a). VANDERLEI CHILANTE), RECORRIDO(S) - PEDRINA MARIA BEZERRA DA SILVA E SÓCRATES DUCCI COBIANCHI (Advs:Dr(a). ÁLVARO LUIS PEDROSO MARQUES DE OLIVEIRA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. VALMIR ALAÉRCIO DOS SANTOS

Fls. 285 "(...) I. Determino a redistribuição do feito ao Relator do Mandado de Segurança nº 552/2014, Dr. Valmir Alaércio dos Santos, a quem compete à apreciação do Recurso Inominado interposto as fls. 250/265, nos termos do artigo 80,§1°, do Regimento interno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. II. Às Providências. III. Cumpra-se. Lamisse Roder Feguri Alves Corrêa. Juíza de Direito

RECURSO CÍVEL INOMINADO 715/2019 - Classe: II-1 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CÁCERES. , Protocolo: 715/2019, RECORRENTE(S) - WILSON COSTA MARQUES JUNIOR (Advs:Dr(a). ANNE CHRISTINNE DE LIMA VIEGAS COLLEGIO ALVES, DR. ADRIANO COLLÉGIO ALVES), RECORRIDO(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Relator - Exmo. Sr(a). DRA. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORREA
Fls. 267 "(...) III. Dessa forma, determino a redistribuição do processo, encaminhando-o ao tribunal competente para apreciação da insurgência recursal. IV. Às providências. V. Cumpra-se. Lamisse Roder Feguri Alves Corrêa - Juíza de Direito
Nara Karina Vitorino
Gestora Judiciária Substituta

Intimação

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000832-48.2016.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA JULIANA DA SILVA (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE QUERENCIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARNALDO THADEU SEGURA PEREIRA OAB - MT9401-A (ADVOGADO)
FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA OAB - MT10965-B (ADVOGADO)
JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO OAB - MT20144-O (ADVOGADO)
IEVE PATRICIA GONCALVES FERREIRA MARTINS OAB - MT22265/O-O (ADVOGADO)
CAMILA SCHNEIDER GARCIA SALAMONI OAB - MT15198-B (ADVOGADO)
NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO OAB - MT16295/O (ADVOGADO)
ANDERSON LOPES ALVES OAB - MT8953-O (ADVOGADO)
ANGELICA LUCI SCHULLER OAB - MT16791-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA JULIANA DA SILVA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE QUERENCIA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IEVE PATRICIA GONCALVES FERREIRA MARTINS OAB - MT22265/O-O (ADVOGADO)
JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO OAB - MT20144-O (ADVOGADO)
ANGELICA LUCI SCHULLER OAB - MT16791-O (ADVOGADO)
CAMILA SCHNEIDER GARCIA SALAMONI OAB - MT15198-B (ADVOGADO)
ANDERSON LOPES ALVES OAB - MT8953-O (ADVOGADO)
NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO OAB - MT16295/O (ADVOGADO)
FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA OAB - MT10965-B (ADVOGADO)
ARNALDO THADEU SEGURA PEREIRA OAB - MT9401-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. Não havendo providência judicial a ser adotada neste feito por este Relator, proceda-se a baixa dos autos à Comarca de origem. Tomem-se as demais providências de estilo. Intime-se. Cumpra-se. Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8019010-65.2016.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JULCIMARA AURELINA DA COSTA CAMPOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. OAB - 03.467.321/0001-99 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso Inominado: 8019010-65.2016.8.11.0028 Classe CNJ: 460 Origem: Juizado Especial Cível de Poconé/MT Recorrente(s): Julcimara Aurelina da Costa Campos Recorrido(s): Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos Data do Julgamento: 10 de dezembro de 2019 Vistos etc. A parte Reclamante, ora Recorrente, desistiu do recurso interposto, conforme se vê do id 25681469. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, retiro este recurso da sessão de julgamento do dia 10 de dezembro de 2019 e nos termos do estatuído no artigo 998, do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência deste recurso inominado. Remeta-se este feito ao Juizado Especial de origem. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8019010-65.2016.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JULCIMARA AURELINA DA COSTA CAMPOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. OAB - 03.467.321/0001-99 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Recurso Inominado: 8019010-65.2016.8.11.0028 Classe CNJ: 460 Origem: Juizado Especial Cível de Poconé/MT Recorrente(s): Julcimara Aurelina da Costa Campos Recorrido(s): Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos Data do Julgamento: 10 de dezembro de 2019 Vistos etc. A parte Reclamante, ora Recorrente, desistiu do recurso interposto, conforme se vê do id 25681469. Ante o exposto, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, retiro este recurso da sessão de julgamento do dia 10 de dezembro de 2019 e nos termos do estatuído no artigo 998, do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência deste recurso inominado. Remeta-se este feito ao Juizado Especial de origem. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0010877-15.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CHARLY HOEGER OAB - MT12668-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NEIDE OLIVEIRA DA ROCHA DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de

declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 568/99, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1007973-53.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARLUCIA DELFINO DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAMIRES PAULA COSTA LEITE OAB - MT21419-A (ADVOGADO)
DALILA AUXILIADORA DA COSTA LEITE OAB - MT10469-A (ADVOGADO)
LUANA LIPORACE PIRES DA SILVA OAB - MT12223-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO DE PRETENSÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA CORRESPONDENTE, SENDO ESTE O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL – OCORRÊNCIA – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU /

FAZENDA PÚBLICA – NA HIPÓTESE DE EVENTUAL DEFASAGEM – PRESCRIÇÃO – MARCO INICIAL DA LEI QUE REESTRUTUROU A CARREIRA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Em caso de eventual direito material ter sido evidenciado, ainda assim, ocorrida a prescrição da pretensão, diante do marco inicial ser a reestruturação da carreira, de muito ultrapassada em relação ao momento de distribuição da ação. 5. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou prescrito o direito subjetivo de pretensão em relação aos pleitos contidos na petição inicial da presente demanda de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente lide, oportunidade em que pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pedidos da exordial. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos

as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o I B G E (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293.

Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, “a”, do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002264-90.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE TARGINO OAB - MT3476-B (ADVOGADO)
LUIS ROBERTO SILVA E TAQUES OAB - MT17504-O (ADVOGADO)
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROBERTO PEREIRA DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA OAB - MT13599-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11

da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas Leis Municipais nºs 961/1994 e 962/1994, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000696-06.2014.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
GRAZIELY SILVA DO NASCIMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE BARAO DE MELGACO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ROBERTO JABRA ANFFE OAB - MT3940-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL –

SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, em face da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que JULGOU IMPROCEDENTES os pedidos da petição inicial sob o argumento de a parte Recorrente ter ingressado no serviço público após a edição da Lei que reestruturou a carreira, não se falando em perda de vencimentos, decerto que pelas razões recursais pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Complementar nº 02/2001, datada de 28.12.2001, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear no sentido de que a presente elide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, segundo leciona o Decreto Lei nº 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, acrescidos aos fundamentos aqui esposados, em razão da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido, de qualquer sorte, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais,

inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001746-93.2014.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA RIBEIRO DE FREITAS OAB - MT18069-O (ADVOGADO)
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA OAB - 15.024.045/0001-73 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RAIMUNDO BESERRA DOS REIS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO)
FRANCISCA DE SA OAB - MT16391-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA Recorrente (s) : MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Recorrido (s) : RAIMUNDO BESERRA DOS REIS DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7545431), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. nº 2289235/2289238), que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o requerido ao pagamento das diferenças salariais decorrentes da conversão de cruzeiro real para URV, cujo percentual deverá ser apurado em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: nulidade da sentença - cerceamento de defesa – necessidade de realização de perícia contábil; Ausência de comprovação pelo autor de efetiva perda salarial supostamente ocorrida quando da conversão da moeda. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, o recorrido refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. 2351060, manifestou pela inexistência de interesse público capaz de justificar a sua intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, não conhecer do recurso, verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III – não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o requerido ao pagamento das diferenças salariais decorrentes da conversão de cruzeiro real para URV, cujo percentual deverá ser apurado em liquidação de sentença. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso, constata-se que o autor é servidor público municipal, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 533/1993, que promoveu a alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos do Município de Nova Xavantina/MT. Desse modo, tendo o autor ingressado com a ação em 2014, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Com efeito, a Súmula nº 01, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”,”b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Pelas razões expostas, reconheço, de ofício, a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC, restando prejudicado o recurso interposto. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001186-91.2015.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ADONIAS BATISTA FILHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGENOR JACOMO CLIVATI JUNIOR OAB - MT9245-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IVAN COSTA DOS REIS OAB - MT12728-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA

CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, em face da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que JULGOU IMPROCEDENTES os pedidos da petição inicial sob o argumento de a parte Recorrente ter ingressado no serviço público após a edição da Lei que reestruturou a carreira, não se falando em perda de vencimentos, decerto que pelas razões recursais pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 8.880/1994, dispôs-se sobre a reestruturação da carreira dos servidores daquela municipalidade lotados na Secretaria Municipal da Saúde, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear no sentido de que a presente elide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, segundo leciona o Decreto Lei nº 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, acrescidos aos fundamentos aqui esposados, em razão da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido, de qualquer sorte, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de

honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005668-67.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
NILSA DOS SANTOS VAZ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO PARMA TIMIDATI OAB - MT16027-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO DE PRETENSÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA CORRESPONDENTE, SENDO ESTE O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL – OCORRÊNCIA – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – NA HIPÓTESE DE EVENTUAL DEFASAGEM – PRESCRIÇÃO – MARCO INICIAL DA LEI QUE REESTRUTUROU A CARREIRA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Em caso de eventual direito material ter sido evidenciado, ainda assim, ocorrida a prescrição da pretensão, diante do marco inicial ser a reestruturação da carreira, de muito ultrapassada em relação ao momento de distribuição da ação. 5. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou prescrito o direito subjetivo de pretensão em relação aos pleitos contidos na petição inicial da presente demanda de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente lide, oportunidade em que pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pedidos da exordial. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas

alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM

CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, “a”, do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo

apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000940-21.2016.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM AQUINO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE DOM AQUINO (RECORRIDO)
MANOEL DE JESUS DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVERTON BENEDITO DOS ANJOS OAB - MT12464-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: “Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. ” Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, “ipsis litteris”: “Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis”. Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria “zero”. Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1003877-84.2019.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
MARLI DE JESUS SOUZA (AGRAVANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO REIS DE MENEZES OAB - RJ162449-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

CERTIDÃO CERTIFICO que foi interposto Agravo Interno no prazo legal, de acordo com o disposto no art. 1.070 do Código de Processo Civil, contra a r. decisão monocrática proferida. . . Procedo a intimação da parte contrária para apresentar suas Contrarrazões ao Agravo Interno. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019 WLADIMIR ORMOND MATTIOLI ANALISTA JUDICIÁRIO

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000537-63.2014.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
WILMA DOS ANJOS DE SOUZA MARQUES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE BARAO DE MELGACO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCIELI BRITZIUS OAB - MT0019138A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, em face da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que JULGOU IMPROCEDENTES os pedidos da petição inicial sob o argumento de a parte Recorrente ter ingressado no serviço público após a edição da Lei que reestruturou a carreira, não se falando em perda de vencimentos, decerto que pelas razões recursais pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que

externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Complementar nº 02/2001, datada de 28.12.2001, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear no sentido de que a presente elide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, segundo leciona o Decreto Lei nº 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, acrescidos aos fundamentos aqui esposados, em razão da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido, de qualquer sorte, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0007850-69.2014.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
REGINA MAURA CORREA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CORREA BRAGA FILHO OAB - MT16482-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula

nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito, restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida, pugnando pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob

sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o I B G E (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA

DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como, também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000669-23.2014.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
IVAN DIAS DE ALVARENGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE BARAO DE MELGACO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida em todos os seus termos ainda que

por fundamentação diversa, em face da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que JULGOU IMPROCEDENTES os pedidos da petição inicial sob o argumento de a parte Recorrente ter ingressado no serviço público após a edição da Lei que reestruturou a carreira, não se falando em perda de vencimentos, decerto que pelas razões recursais pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Complementar nº 02/2001, datada de 28.12.2001, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear no sentido de que a presente elide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, segundo leciona o Decreto Lei nº 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, acrescidos aos fundamentos aqui esposados, em razão da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido, de qualquer sorte, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000931-85.2017.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MATUPÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)

DORACI BIANCHESSI TARCA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MELISSA SARZI SARTORI OAB - MT7914-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. " Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, "ipsis litteris": "Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis". Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria "zero". Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000487-37.2014.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
CIBENES MARIA DE AMORIM (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GOULTH VALENTE SOUZA DE FIGUEIREDO OAB - MT7082-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE BARAO DE MELGACO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCIELI BRITZIUS OAB - MT0019138A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, em face da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que JULGOU IMPROCEDENTES os pedidos da petição inicial sob o argumento de a parte Recorrente ter ingressado no serviço público após a edição da Lei que reestruturou a carreira, não se falando em perda de vencimentos, decerto que pelas razões recursais pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Complementar nº 02/2001, datada de 28.12.2001, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear no sentido de que a presente elide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, segundo leciona o Decreto Lei nº 20.910/32. Em

recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, acrescidos aos fundamentos aqui esposados, em razão da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido, de qualquer sorte, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005374-59.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS RENATA DAMASO DOS REIS UMENO OAB - MT15560-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUAREZ ALBERTO DEBIASI (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO DE OLIVEIRA OAB - MT19069-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso nº 1005374-59.2017.8.11.0015. Vistos etc. Cumpra-se o v. acordão prolatado no id. nº 25027979. Às providências. Cuiabá-MT, 04 de dezembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004530-21.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS ROBERTO SILVA E TAQUES OAB - MT17504-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA NATALI MARCELINO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCO ARIEL BIZARELLO DOS SANTOS OAB - MT7557-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato

Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas Leis Municipais nºs 961/1994 e 962/1994, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001079-64.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANA MACIEL ESCOBAR OAB - MT16695-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO BATISTA DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da

primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 568/99, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001590-89.2017.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA OAB - 15.023.955/0001-31 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GELCY SILVA RIBEIRO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 0001590-89.2017.8.11.0048 Recorrente(s) : MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA Recorrida(s) : GELCY SILVA RIBEIRO DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado,

que encaminhou os autos para este Juízo (id. 8199324), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 7762086/7762087), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o recorrente a incorporar à remuneração da parte autora o percentual de 11,98%, decorrente da perda ocorrida quando da conversão do real para URV. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição quinquenal; Inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Reestruturação da carreira dos servidores públicos do Município com a edição da Lei nº 672/2005. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. nº 8197642, manifestou pela ausência de necessidade de intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o recorrente a incorporar à remuneração da parte autora o percentual de 11,98%, decorrente da perda ocorrida quando da conversão do real para URV. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora é servidora pública municipal, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 672/2005, que dispôs sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores públicos do Município de Juscimeira/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2017, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001022-76.2015.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VERA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARLINDO JOSE VOGEL OAB - SC8714 (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE VERA (RECORRIDO)
SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE VERA MT (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA ROSANE CRISTIANETTI FERREIRA ROMANI OAB - MT13117-O (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. " Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, "ipsis litteris": "Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis". Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm

direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria "zero". Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001202-26.2016.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON TAVEIRA FILHO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYWMY EDWARDA ARAUJO SILVA OAB - MT23677-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 0001202-26.2016.8.11.0048 Recorrente(s) : MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA Recorrido(s) : NELSON TAVEIRA FILHO DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7542150), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 5595010/5595011), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o recorrente a incorporar à remuneração da parte autora o percentual de 11,98%, decorrente da perda ocorrida quando da conversão do real para URV. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição quinquenal; Inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Reestruturação da carreira dos servidores públicos do Município com a edição da Lei nº 672/2005. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, o recorrido refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. nº 6841117, manifestou pela ausência de necessidade de intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o recorrente a incorporar à remuneração da parte autora o percentual de 11,98%, decorrente da perda ocorrida quando da conversão do real para URV. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora é servidor público do executivo municipal, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 672/2005, que dispôs sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Juscimeira/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2016, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1020361-56.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)

Parte(s) Polo Passivo:
IZABEL PENHA DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1020361-56.2016.8.11.0041 Recorrente(s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrida(s) : IZABEL PENHA DOS SANTOS DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7662080), passo à análise do presente feito. Dessa decisão, o Município de Cuiabá opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 5548504), que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o requerido ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença, observando-se o índice de até 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento). Em argumento recursal, o recorrente alega: Prejudicial de mérito: prescrição do fundo de direito; Inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Reestruturação da carreira dos servidores públicos do Executivo municipal – Leis Complementares nºs 152/2007, 153/2007 e 154/2007; Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. nº 6091934, manifestou pela ausência de necessidade de intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o requerido ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença, observando-se o índice de até 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento). Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de agente de saúde, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis nºs 152/2007, 153/2007 e 154/2007, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação, inicialmente distribuída no Juizado Especial da Fazenda Pública em 2015, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 06 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000413-31.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
NIRLENE FERREIRA DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS REZENDE OAB - MT12432-A (ADVOGADO)
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1000413-31.2016.8.11.0041 Recorrente(s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrida(s) : NIRLENE FERREIRA DE OLIVEIRA DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7527084), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 829173), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração da autora o percentual decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Real para URV, a ser apurado em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição do fundo de direito; Inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Reestruturação da carreira dos servidores públicos do Executivo municipal – Lei nº 4.594/2004; Leis Complementares nºs 152/2007; 153/2007 e 154/2007; Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Não houve apresentação de contrarrazões pela recorrida, conforme certidão anexada no id. nº 829174. O Ministério Público, por meio do Ofício nº 87/2017-CPC/NFDTIPI, informou que irá se manifestar apenas nos processos que envolverem interesse público capaz de justificar tal intervenção, seja em razão da matéria (saúde), ou

em razão das partes (menores e incapazes), o que não é o caso dos autos, razão pela qual não houve a sua remessa para manifestação. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração da autora o percentual decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Real para URV, percentual a ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de Técnico em Manutenção e Infraestrutura, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 4.594/2004, pela qual foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação, inicialmente distribuída no Juizado Especial da Fazenda Pública em 2016, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1018824-25.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ORIVANE SILVA MOLINA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO CARLOS REZENDE OAB - MT12432-A (ADVOGADO)
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1018824-25.2016.8.11.0041 Recorrente(s) : ORIVANE SILVA MOLINA Recorrido(s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 11114514), passo à análise do presente feito. Visa a recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 8014834), que reconheceu a prescrição da pretensão inicial, julgando extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, incisos I e II, do Código de Processo Civil. Em argumento recursal, a recorrente alega a inocorrência de prescrição, bem como a ausência de comprovação da incorporação do índice relativo à perda da conversão de Reais em URV, por ocasião da reestruturação da carreira dos servidores públicos municipais. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, o recorrido refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. nº 8652298, manifestou pela inexistência de interesse público capaz de justificar a sua intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, IV, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, negar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV – negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ademais, a Súmula nº 01 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que reconheceu a prescrição da pretensão inicial, julgando extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do

processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de Técnica em Manutenção e Infraestrutura, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis nºs 4.594/2004 e nº 220/2010, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2016, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e nego-lhe provimento para manter na íntegra a sentença recorrida, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95. Condeno a recorrente ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95, estando suspensa a sua exigibilidade, conforme art. 98, §3º, do Código de Processo Civil. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0042611-37.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ADELAR DAL PISSOL OAB - MT2838-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EUNICE GUIMARAES ALVES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SUSANNE CHRISTINNE ROSA ARRUDA OAB - MT17606-O (ADVOGADO)
NAIMY SHELITTA PIRES OAB - MT17565-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 0042611-37.2015.8.11.0041 Recorrente (s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrido (s) : EUNICE GUIMARÃES ALVES DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7665623), passo à análise do presente feito. Dessa decisão, o Município de Cuiabá opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 3281527), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração da requerente o percentual decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Real para URV, cujos valores serão apurados em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição do fundo de direito; Preliminar: nulidade da sentença – cerceamento de defesa - necessidade de realização de perícia contábil para constatação de eventual perda por ocasião da conversão da moeda A inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Reestruturação da carreira dos servidores públicos do município – Leis nºs 94/2003; 152/2007 e 153/2007. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio do Ofício nº 87/2017-CPC/NFDTIPI, informou que irá se manifestar apenas nos processos que envolverem interesse público capaz de justificar tal intervenção, seja em razão da matéria (saúde), ou em razão das partes (menores e incapazes), o que não é o caso dos autos, razão pela qual não houve a sua remessa para manifestação. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração da requerente o percentual decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Real para URV, cujos valores serão apurados em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro

MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de técnica administrativa escolar, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis nºs 94/2003; 152/2007 e 153/2007, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2015, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1010261-42.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LIANOR MORAIS DA SILVA (RECORRIDO)
MARIA DA GLORIA LEQUE (RECORRIDO)
JOICE KELLE MESSIAS DE JESUS SILVA (RECORRIDO)
JOZENIZE LINA DE OLIVEIRA CRUZ (RECORRIDO)
JULIANA CECILIA DA COSTA VASCONCELOS ROCHA (RECORRIDO)
KRISNA QUEIROZ (RECORRIDO)
ROSANGELA BATISTA DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
MARINA DE FATIMA COLOMBO (RECORRIDO)
RENATA MARCYA DA LUZ POVOAS (RECORRIDO)
ROGER MARTINS FERREIRA DA SILVA (RECORRIDO)
ERIC IVAN DOS SANTOS NEVES (RECORRIDO)
EVA ANETE NOGUEIRA DOMINGOS (RECORRIDO)
FRANCIS RAYMON CORDEIRO DE SOUZA (RECORRIDO)
ANA PAULA DA SILVA XAVIER (RECORRIDO)
CELEZIA RODRIGUES DE MATTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1010261-42.2016.8.11.0041 Recorrente(s) : ESTADO DE MATO GROSSO Recorrida(s) : ANA PAULA DA SILVA XAVIER E OUTROS DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado ao encaminhar os autos para este Juízo (id. 7534380), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 2013109), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o reclamado a incorporar à remuneração e/ou proventos dos autores o percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento). Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição quinquenal; A inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Ingresso no serviço público posteriormente à conversão aplicada pela URV - ciência da remuneração; Realinhamento de subsídios dos servidores; Violação ao disposto no art. 85, § 4º, inciso II, do CPC, eis que fixados os honorários advocatícios em percentual sobre sentença ilíquida. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id nº 2466761, manifestou pela inexistência de interesse público capaz de justificar a sua intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o recorrente ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos

contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que as partes autoras ocupam o cargo de Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja carreira foi reestruturada pela Lei 7.554/2001, pela qual foram definidos os subsídios para a categoria. Desse modo, tendo os autores ingressado com a ação em 2016, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 29 de outubro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0042611-37.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ADELAR DAL PISSOL OAB - MT2838-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EUNICE GUIMARAES ALVES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SUSANNE CHRISTINNE ROSA ARRUDA OAB - MT17606-O (ADVOGADO)
NAIMY SHELITTA PIRES OAB - MT17565-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 0042611-37.2015.8.11.0041 Recorrente (s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrido (s) : EUNICE GUIMARÃES ALVES DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7665623), passo à análise do presente feito. Dessa decisão, o Município de Cuiabá opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 3281527), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração da requerente o percentual decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Real para URV, cujos valores serão apurados em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição do fundo de direito; Preliminar: nulidade da sentença – cerceamento de defesa - necessidade de realização de perícia contábil para constatação de eventual perda por ocasião da conversão da moeda A inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Reestruturação da carreira dos servidores públicos do município – Leis nºs 94/2003; 152/2007 e 153/2007. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio do Ofício nº 87/2017-CPC/NFDTIPI, informou que irá se manifestar apenas nos processos que envolverem interesse público capaz de justificar tal intervenção, seja em razão da matéria (saúde), ou em razão das partes (menores e incapazes), o que não é o caso dos autos, razão pela qual não houve a sua remessa para manifestação. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração da requerente o percentual decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Real para URV, cujos valores serão apurados em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de técnica administrativa escolar, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis nºs 94/2003; 152/2007 e 153/2007, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2015, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de

mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006885-77.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL JOSE DE ALMEIDA BATISTA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA RAMALHO DA CRUZ OAB - MT14356-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1006885-77.2018.8.11.0041 Recorrente (s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrido (s) : RAFAEL JOSÉ DE ALMEIDA BATISTA DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 11396498), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 7950529), que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o requerido ao pagamento da diferença salarial apurada quando da conversão do real para URV, limitado ao percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento). Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição do fundo de direito; Preliminar: nulidade da sentença - necessidade de realização de perícia contábil para constatação de eventual perda por ocasião da conversão da moeda A inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Reestruturação da carreira dos servidores públicos do Executivo municipal – Leis nºs 93/2003; 94/2003; 152/2007; 153/2007 e 154/2007. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Não houve apresentação de contrarrazões pelo recorrido, conforme certidão acostada no id. nº 7950535. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. nº 8381294, manifestou pela ausência de necessidade de intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o requerido ao pagamento da diferença salarial apurada quando da conversão do real para URV, limitado ao percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), em percentual a ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de oficial administrativo II, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis nºs 93/2003; 94/2003; 152/2007 e 154/2007, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2018, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001485-63.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDERSON ALVES VALLE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO OAB - MT16512-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1001485-63.2018.8.11.0015 Recorrente(s) : MUNICÍPIO DE SINOP Recorrido (s) : ANDERSON ALVES VALLE DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 16001483), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 8963730), que julgou procedente o pedido inicial, reconhecendo o direito da autora à percepção da diferença remuneratória decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Real para URV, obedecendo-se o limite máximo de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), valor a ser apurado em liquidação de sentença. Em argumento

recursal, o recorrente alega: 1) Preliminar: Prescrição quinquenal; 2) Da limitação da ordem subjetiva: servidores que ingressaram nos quadros da Administração Municipal após 1994 não tem legitimidade para demandar por diferença de URV; 3) Implantação de novos planos de carreira aos servidores municipais; Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, o recorrido refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id nº 13098981, manifestou pela inexistência de interesse público capaz de justificar a sua intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o recorrente ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de farmacêutico/bioquímico, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 1604/2011, pela qual foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Sinop/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2018, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010663-09.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE FELIX ROMERO FILHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. OAB - 02.449.992/0001-64 (REPRESENTANTE)
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 8010663-09.2017.8.11.0028 Recorrente(s) : JOSÉ FELIX ROMERO FILHO Recorrida(s) : VIVO S/A DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 23569986), que homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo e julgou procedente o pedido inaugural, condenando a reclamada ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo INPC, a partir do arbitramento, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Ainda, declarou a inexistência do débito negativado, no valor de R$ 108,94 (cento e oito reais e noventa e quatro centavos), determinando a exclusão do nome da parte autora do cadastro restritivo de crédito. Em argumento recursal, o recorrente sustenta que o valor da indenização arbitrada pelo Juízo a quo não corresponde com o abalo sofrido, bem como que o termo inicial para a incidência dos juros de mora é do evento danoso, pois se trata de responsabilidade extracontratual. Ao final, requer a majoração do quantum indenizatório. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, objetiva desnaturar os efeitos da sentença recorrida que foi de encontro com entendimento pacificado nesta Turma Recursal, passo diretamente à apreciação da matéria. Inicialmente, constata-se que a decisão lançada no id. nº 23649972, concedeu a gratuidade da justiça ao recorrente. Extrai-se dos autos que o recorrente ajuizou reclamação,

objetivando a exclusão de seu nome do cadastro de proteção ao crédito, bem como a condenação da reclamada ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, em razão da conduta ilícita perpetrada pela demandada, que inscreveu indevidamente o seu nome em cadastro de inadimplentes. O Magistrado homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo e julgou procedente o pedido inaugural, condenando a reclamada ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo INPC, a partir do arbitramento, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Ainda, declarou a inexistência do débito negativado, no valor de R$ 108,94 (cento e oito reais e noventa e quatro centavos). Inconformado com a decisão singular, o recorrente aduz que o valor fixado não corresponde com o abalo sofrido, bem como que o termo inicial para incidência dos juros de mora é do evento danoso. Ao final, requer a majoração do quantum indenizatório. Pois bem. O cerne recursal cinge-se na possibilidade de majoração da verba indenizatória arbitrada a título de danos morais, decorrente da inscrição indevida do nome do autor em cadastro de inadimplentes. Assim, como o dever de indenizar é incontroverso, passo diretamente a análise do quantum arbitrado para a verba indenizatória. Com efeito, é sabido que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbe ao juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido, de modo que não signifique enriquecimento sem causa, produzindo, no causador do mal, impacto bastante para dissuadi-lo de igual procedimento, a fim de inibir eventuais e futuros atos danosos à moral de outrem. Relativamente ao quantum indenizatório, tenho que a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), arbitrada na sentença deve ser mantida, pois se mostra adequada ao caso concreto, estando em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, servindo para compensar o recorrente pelos transtornos sofridos, sem lhe causar o enriquecimento ilícito. Também, como medida de caráter pedagógico. Por outro lado, impende anotar que a decisão singular determinou a incidência de juros a partir da citação. Contudo, conforme orientação do e. Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios da indenização por danos morais fluem a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ. Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e dou-lhe parcial provimento tão somente para determinar que os juros, no que tange a condenação em danos morais, incidam a partir da data do evento danoso, mantida no mais a r. sentença, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95. Nos termos do artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95, e diante do mínimo êxito recursal, utilizo-me do disposto no parágrafo único do art. 86, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao caso em testilha, e condeno o recorrente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, estando suspensa a sua exigibilidade, conforme art. 98, §3º, do Código de Processo Civil. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000061-22.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
WEVERTON MOREIRA FREITAS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1000061-22.2019.8.11.0024 Recorrente(s) : BANCO BRADESCO S/A Recorrido(s) : WEVERTON MOREIRA FREITAS DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Visa a recorrente reformar a decisão monocrática lançada aos autos (id. 25850126), que homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo e julgou procedente o pedido inaugural, condenando o reclamado ao pagamento do valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE, a partir do arbitramento, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, do evento danoso. Ainda, declarou a inexigibilidade do débito negativado, no valor de R$ 53,08 (cinquenta e três reais e oito centavos), determinando a baixa do nome do autor dos órgãos de restrição ao crédito. Em argumento recursal, o recorrente alega: 1) Inexistência do dano moral; 2) Dos critérios para o arbitramento da indenização; 3) Aplicabilidade da Súmula 385/STJ – outras negativações. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida, ou a redução do quantum indenizatório. Em contrarrazões, o recorrido refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, objetiva desnaturar os efeitos da sentença recorrida que foi de encontro com entendimento pacificado nesta Turma Recursal, passo diretamente à apreciação da matéria. Da análise dos documentos lançados aos autos (id. 25850109), constata-se que o recorrido teve o seu nome inscrito no órgão de proteção ao crédito pelo recorrente, sendo que tal fato, por si só, induz a presunção de que haja abalo ao crédito e responsabilidade caso não se tenha justificativa para tal. Por outro lado, tenho que a parte ré não logrou êxito em demonstrar a contratação pelo autor do serviço que originou o débito negativado, mostrando-se indevida a inclusão do nome do recorrido no órgão de proteção ao crédito. No que tange aos danos morais, entendo que não restaram caracterizados, uma vez que o autor, por ocasião da negativação combatida nestes autos (23/12/2018), já possuía outra anotação preexistente no cadastro de inadimplência, realizada pelo SS COMERCIO DE COSMETICOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA, em 12/02/2016, no valor de R$ 143,01 (cento e quarenta e três reis e um centavo), conforme extrato de negativações anexado no id. 25850110. Assim, não restando demonstrada a ilegalidade da negativação preexistente, nem que seja objeto de discussão judicial, aplica-se a Súmula 385 do STJ, verbis: Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento. Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e dou-lhe parcial provimento para afastar a condenação a título de danos morais, ante a aplicabilidade da Súmula 385 do STJ, mantida no mais a r. sentença, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000209-55.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
VIVO S.A. (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVO S.A. OAB - 02.449.992/0001-64 (REPRESENTANTE)
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA CAMPOS LEITE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESDRA SILVA DOS SANTOS OAB - MT15916-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1000209-55.2018.8.11.0028 Recorrente(s) : VIVO S/A Recorrida(s) : SANDRA CAMPOS LEITE DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Visa a recorrente reformar a decisão prolatada aos autos (id. 25476038), que homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo e julgou procedente o pedido inaugural, condenando a reclamada ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo INPC, a partir do arbitramento, e acrescido de juros

de 1% (um por cento) ao mês, a partir do evento danoso. Ainda, declarou a inexistência dos débitos discutidos nos autos, determinando a exclusão do nome da parte autora dos cadastros restritivos de crédito. Em argumento recursal, a recorrente alega: 1) Da juntada de documento sigiloso; 2) Eficácia probatória das telas sistêmicas; 3) Do valor da condenação – violação do artigo 944 CC. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida ou a redução do quantum indenizatório. Em contrarrazões, a recorrida rechaça os fundamentos constantes da peça recursal, pugnando pela manutenção da sentença singular. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, objetiva desnaturar os efeitos da sentença recorrida que foi de encontro com entendimento pacificado nesta Turma Recursal, passo diretamente à apreciação da matéria. Da análise dos documentos lançados aos autos (id. 25476020), constata-se que a autora teve o seu nome inscrito no órgão de proteção ao crédito pela reclamada, sendo que tal fato, por si só, induz a presunção de que haja abalo ao crédito e responsabilidade caso não se tenha justificativa para tal. Por outro lado, tenho que a parte ré não logrou êxito em demonstrar a contratação pela autora do serviço que originou o débito negativado, apresentando apenas telas sistêmicas, que se tratam de provas unilaterais e não possuem o condão de comprovar a efetiva contratação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA. TELEFONIA. SUPOSTA FRAUDE. RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. ORIGEM DOS DÉBITOS NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PARTE RÉ. JUNTADA DE TELAS SISTÊMICAS. DOCUMENTOS UNILATERAIS, DESPROVIDOS DE FORÇA PROBATÓRIA. ANOTAÇÃO NEGATIVA INDEVIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS, IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO PARA R$ 6.500,00. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71007204894, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: José Ricardo de Bem Sanhudo, Julgado em 31/10/2017) (grifei) Logo, tenho que indevida a inclusão do nome da recorrida no órgão de proteção ao crédito, dando ensejo à ocorrência de dano moral. Ressalte-se ser desnecessária a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai pela só verificação da conduta, ocorrendo o chamado dano in re ipsa. Ou seja, a constatação do dano moral no caso concreto se satisfaz pela simples verificação da inclusão indevida do nome da recorrida no órgão de proteção ao crédito. Neste sentido: AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS PRESUMIDOS. SÚMULA N° 83/STJ. PRECEDENTES. DIMINUIÇÃO DO VALOR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SÚMULA N° 7/STJ. 1. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 é inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada. 2. O dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato. Precedentes. Súmula n° 83/STJ. 3. O valor fixado a título de danos morais, quando razoável e proporcional, não enseja a possibilidade de revisão, no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno não conhecido. (STJ - AgInt no AREsp 1026841/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 19/10/2017) (grifei) No caso, é inaplicável a Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que as outras 03 (três) anotações existentes em nome da autora são posteriores às inscrições discutidas nos autos (11/03/2016) e (11/04/2016), conforme consulta procedida junto aos cadastros de inadimplentes: ---------- C O N S U L T A D E B A L C A O SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO Consulta efetuada na: CDL CUIABA/MT ---------- NOME: SANDRA CAMPOS LEITE DATA NASCIMENTO: 18/08/1978 CPF: 019.312.831-41 ---------- REGISTRO(S) DE SPC: CDL - CUIABA / MT ---------- * CREDOR: MOINHO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ENT.ORIGEM: CDL - CUIABA / MT DATA VENCIMENTO: 28/03/2018 TIPO: COMPRADOR CONTRATO/FATURA: 12485 VALOR: 3.906,54 DATA INCLUSAO: 16/07/2019 * CREDOR: BIG LOJAS ENT.ORIGEM: CDL - CUIABA / MT DATA VENCIMENTO: 08/01/2019 TIPO: COMPRADOR CONTRATO/FATURA: 105000000186348 VALOR: 129,48 DATA INCLUSAO: 22/02/2019 ---------- ENDEREÇOS DAS ENTIDADES DE ORIGEM ---------- * ENT.ORIGEM: CDL - CUIABA / MT ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE GETULIO VAR ARGAS, 750 BAIRRO: CENTRO NORTE CIDADE: CUIABA / MT ---------- RESULTADO ---------- >Consta(m) um total de 2 registro(s), sendo detalhado(s) o(s) acima apresentado(s). ---------- Verificar o(s) valor(es) atual(is) do(s) debito(s) junto ao(s) credor(es). ---------- * Esta consulta apresenta informações de registros efetuados nas bases privadas do SPC Brasil e da Serasa. Demais informações, originadas de outros bancos privados ou públicos, devem ser acessadas junto aos órgãos de origem. ---------- NUM.PROTOCOLO: 002.200.188.567-1 09/12/2019 19:12:48-horario de Brasilia-FIM ---------- Produto Consultado: SCPC INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS - SÃO PAULO/SP, 09.DEZ.2019 19:49:42 NET 9999 Resumo do Relatório Status Tipo Quantidade Total (R$) Último Registro de Débitos 1 R$ 27,57 28/07/2019 Títulos Protestados NADA CONSTA 0 Registro de Consultas 1 (em 90 dias) - 20/11/2019 Informações Fornecidas Produto Consultado SCPC Tipo de Crédito Outros CPF 019.312.831-41 RG - Telefone - CEP - · Identificação Nome completo SANDRA CAMPOS LEITE Naturalidade - Título de Eleitor 0000000000000 Data de Nascimento 18/08/1978 CPF 019.312.831-41 RG - Telefone - CEP - Nome da Mãe MARIA MARTINHA SANTOS LEITE Nome do Cônjuge - Informações Complementares NADA CONSTA Confirmação de Telefone NADA CONSTA Registros de Débitos Quantidade: 1 Total de débitos: R$ 27,57 Último débito: 28/07/2019 Situação Informante Tipo Local Doc. Origem Data do Débito Disponível Valor (R$) C AGUAS DE POCONE S/A OJ SCPC SAO PAULO / SP 000007.5357895 28/07/2019 01/10/2019 R$ 27,57 Situação: C COMPRADOR A AVALISTA Tipo: IA IMOBILIÁRIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS EC CONSÓRCIOS AL LOCADORAS SF SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL OJ OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS RG REGISTRADO Títulos Protestados NADA CONSTA Registro de Consultas Quantidade de consultas por período Até 15 dias: 0 16 - 30 dias: 1 31 - 60 dias: 0 61 - 90 dias: 0 Data Razão Social Tipo 20/11/2019 TIM S A OU Tipo: CD CRÉDITO DIRETO CV CRÉDITO VEÍCULO CP CRÉDITO PESSOAL CH CHEQUE CC CARTÃO DE CRÉDITO OU OUTROS CRÉDITOS ATENÇãO: SR. OPERADOR, AS INFORMAÇÕES DE CONSULTAS ANTERIORES NÃO SÃO DESABONADORAS, PORTANTO NãO DEVERãO SER TRANSMITIDAS AO CLIENTE COMO FATOR DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. Seu IP é 179.252.121.130INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS - SÃO PAULO/SP, 09.DEZ.2019 19:49:42 NET 9999 Contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, a mesma deve influenciar no quantum indenizatório. A propósito: RECURSO CÍVEL INOMINADO - DEMANDA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - COBRANÇA INDEVIDA - DÉBITO INEXISTENTE - INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DEVER DE INDENIZAR - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - SÚMULA n.º 385 DO STJ - EXISTÊNCIA RESTRIÇÃO POSTERIOR A QUESTIONADA NOS AUTOS - VALOR INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 54 E 362 DO E. STJ - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 4. No caso em testilha, verifico que a parte recorrida possui restrição posterior (OI S/A - R$ 276,03 - 31/01/2017) à realizada pela empresa recorrente, motivo pelo qual tenho que a mesma deve ser considerada para critérios de fixação do quantum indenizatório. (...) (Recurso Inominado nº 0015980-74.2018.811.0001, Relator: Juiz Sebastião de Arruda Almeida, 1ª Turma Recursal Temporária do Estado de Mato Grosso, julgado em 09/07/2018) (grifei) Relativamente ao quantum indenizatório, tenho, todavia, que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, fixado no decisum deve ser reduzido para R$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de adequá-lo aos normativos da

proporcionalidade e da razoabilidade, considerando-se, conforme o sobredito acima, a existência de outras restrições em nome da autora, não obstante a inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ. Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e dou-lhe parcial provimento para reduzir o montante indenizatório para o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, mantida no mais a r. sentença, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004963-16.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANA FRIGERI JANDREY OAB - MT11109-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OLGA VAREA SARTORI (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MUNICIPIO DE SINOP (TERCEIRO INTERESSADO)

CERTIDÃO CERTIFICO que foi interposto Agravo Interno no prazo legal, de acordo com o disposto no art. 1.070 do Código de Processo Civil, contra a r. decisão monocrática proferida. . . Procedo a intimação da parte contrária para apresentar suas Contrarrazões ao Agravo. Cuiabá-MT, 28 de novembro de 2019 WLADIMIR ORMOND MATTIOLI ANALISTA JUDICIÁRIO

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000807-09.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
VIVO S.A. (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVO S.A. OAB - 02.449.992/0001-64 (REPRESENTANTE)
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA ROSA DE ARRUDA OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-A (ADVOGADO)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1000807-09.2018.8.11.0028 Recorrente(s) : VIVO S/A Recorrida(s) : ANA ROSA DE ARRUDA OLIVEIRA DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Visa a recorrente reformar a decisão prolatada aos autos (id. 24688822), que homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo e julgou procedente o pedido inaugural, condenando a reclamada ao pagamento do valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE, a partir do arbitramento, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, do evento danoso. Ainda, julgou improcedente o pedido contraposto, bem como declarou a inexistência do débito negativado, no valor de R$ 125,91 (cento e vinte e cinco reais e noventa e um centavos). Em argumento recursal, a recorrente alega: 1) Eficácia probatória das telas sistêmicas; 2) Do valor da condenação – violação do artigo 944 CC. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida ou a redução do quantum indenizatório. Em contrarrazões, a recorrida rechaça os fundamentos constantes da peça recursal, pugnando pela manutenção da sentença singular. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, objetiva desnaturar os efeitos da sentença recorrida que foi de encontro com entendimento pacificado nesta Turma Recursal, passo diretamente à apreciação da matéria. Da análise dos documentos lançados aos autos (id. 24688806), constata-se que a autora teve o seu nome inscrito no órgão de proteção ao crédito pela reclamada, sendo que tal fato, por si só, induz a presunção de que haja abalo ao crédito e responsabilidade caso não se tenha justificativa para tal. Por outro lado, tenho que a parte ré não logrou êxito em demonstrar a contratação pela autora do serviço que originou o débito negativado, apresentando apenas telas sistêmicas, que se tratam de provas unilaterais e não possuem o condão de comprovar a efetiva contratação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA. TELEFONIA. SUPOSTA FRAUDE. RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. ORIGEM DOS DÉBITOS NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PARTE RÉ. JUNTADA DE TELAS SISTÊMICAS. DOCUMENTOS UNILATERAIS, DESPROVIDOS DE FORÇA PROBATÓRIA. ANOTAÇÃO NEGATIVA INDEVIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS, IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO PARA R$ 6.500,00. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71007204894, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: José Ricardo de Bem Sanhudo, Julgado em 31/10/2017) (grifei) Logo, tenho que indevida a inclusão do nome da recorrida no órgão de proteção ao crédito, dando ensejo à ocorrência de dano moral. Ressalte-se ser desnecessária a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai pela só verificação da conduta, ocorrendo o chamado dano in re ipsa. Ou seja, a constatação do dano moral no caso concreto se satisfaz pela simples verificação da inclusão indevida do nome da recorrida no órgão de proteção ao crédito. Neste sentido: AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS PRESUMIDOS. SÚMULA N° 83/STJ. PRECEDENTES. DIMINUIÇÃO DO VALOR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SÚMULA N° 7/STJ. 1. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 é inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada. 2. O dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato. Precedentes. Súmula n° 83/STJ. 3. O valor fixado a título de danos morais, quando razoável e proporcional, não enseja a possibilidade de revisão, no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno não conhecido. (STJ - AgInt no AREsp 1026841/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 19/10/2017) (grifei) No caso, é inaplicável a Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que a outra anotação existente em nome da autora é posterior à inscrição discutida nos autos (09/08/2018), conforme consulta procedida junto aos cadastros de inadimplentes: ---------- C O N S U L T A D E B A L C A O SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO Consulta efetuada na: CDL CUIABA/MT ---------- NOME: ANA ROSA DE ARRUDA OLIVEIRA DATA NASCIMENTO: 22/04/1992 CPF: 042.320.511-04 ---------- REGISTRO(S) DE SPC: CDL - CUIABA / MT ---------- * CREDOR: TROPICAL - TUPPERWARE ENT.ORIGEM: CDL - CUIABA / MT DATA VENCIMENTO: 26/11/2018 TIPO: COMPRADOR CONTRATO/FATURA: 1173342 44/18 VALOR: 1.103,60 DATA INCLUSAO: 29/01/2019 ---------- ENDEREÇOS DAS ENTIDADES DE ORIGEM ---------- * ENT.ORIGEM: CDL - CUIABA / MT ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE GETULIO VAR ARGAS, 750 BAIRRO: CENTRO NORTE CIDADE: CUIABA / MT ---------- RESULTADO ---------- >Consta(m) um total de 1 registro(s), sendo detalhado(s) o(s) acima apresentado(s). ---------- Verificar o(s) valor(es) atual(is) do(s) debito(s) junto ao(s) credor(es). ---------- * Esta consulta apresenta informações de registros efetuados nas bases privadas do SPC Brasil e da Serasa. Demais informações, originadas de outros bancos privados ou públicos, devem ser acessadas junto aos órgãos de origem. ---------- NUM.PROTOCOLO: 002.200.194.957-2 09/12/2019 19:44:23-horario de Brasilia-FIM ---------- Contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, a mesma deve

influenciar no quantum indenizatório. A propósito: RECURSO CÍVEL INOMINADO - DEMANDA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - COBRANÇA INDEVIDA - DÉBITO INEXISTENTE - INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DEVER DE INDENIZAR - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - SÚMULA n.º 385 DO STJ - EXISTÊNCIA RESTRIÇÃO POSTERIOR A QUESTIONADA NOS AUTOS - VALOR INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 54 E 362 DO E. STJ - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 4. No caso em testilha, verifico que a parte recorrida possui restrição posterior (OI S/A - R$ 276,03 - 31/01/2017) à realizada pela empresa recorrente, motivo pelo qual tenho que a mesma deve ser considerada para critérios de fixação do quantum indenizatório. (...) (Recurso Inominado nº 0015980-74.2018.811.0001, Relator: Juiz Sebastião de Arruda Almeida, 1ª Turma Recursal Temporária do Estado de Mato Grosso, julgado em 09/07/2018) (grifei) Relativamente ao quantum indenizatório, tenho, todavia, que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, fixado no decisum deve ser reduzido para R$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de adequá-lo aos normativos da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando-se, conforme o sobredito acima, a existência de outra restrição em nome da autora, não obstante a inaplicabilidade da Súmula 385 do STJ. Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e dou-lhe parcial provimento para reduzir o montante indenizatório para o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, mantida no mais a r. sentença, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 10 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003445-33.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JACKELINE FELIX DE SOUZA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO SARTORI DOS SANTOS OAB - MT17714-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE)

Recurso Inominado nº.: 1003445-33.2017.8.11.0001 – AP - PJE Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá (EM DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DO TJMT). Recorrente(s): JACKELINE FELX DE SOUZA Recorrido(s): ESTADO DE MATO GROSSO Juiz Relator: Dra. Patrícia Ceni Vistos, etc. Tratam-se os autos de Ação de Obrigação de Fazer em que a parte Autora alega ter realizado concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva, implementado por meio do EDITAL N. 01/2013 UNEMAT. Adveio sentença de Improcedência. A parte Autora interpôs Recurso Inominado. Vale ressaltar que após determinações e decorrido o prazo, será analisado o recurso. De proêmio, cumpre anotar que a gratuidade de justiça é matéria de ordem pública, podendo ser revista a qualquer tempo. É importante salientar que o art. 98 do CPC/2015, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.” In casu, a parte Recorrente não demonstra a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, nem tampouco possuir condições econômicas pouco favoráveis que o impeça de pagar as custas processuais. No entanto, verifica-se que a parte Recorrente é servidora pública de autarquia ou fundação federal, bem como em pesquisa realizada no INFOJUD, nota-se que a remuneração do respectivo cargo não corrobora com hipossuficiência alegada, Vejamos: É sabido ainda que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário, o que não é o caso dos autos. No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIAGEM INTERNACIONAL. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA NÃO COMPROVADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. A presunção de pobreza que milita em favor daquele que afirma essa condição, consoante o § 1º, do art. 4º, da Lei 1.060/50, é relativa, o que permite ao Juiz considerá-la insuficiente para a concessão do benefício da gratuidade de justiça sempre que a situação social, profissional ou patrimonial do requerente mostre-se incompatível com o benefício pleiteado. Neste sentido, o verbete sumular nº 39 deste Tribunal: "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 5º, inciso LXXIV, da CF), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade." No caso em exame, verifica-se que os Agravantes não apresentaram elementos hábeis a comprovar a alegada hipossuficiência econômica. Com efeito, uma viagem internacional não pode ser adquirida por uma pessoa economicamente hipossuficiente. Portanto, a concessão do benefício da gratuidade de justiça afrontaria a própria natureza do instituto. Diante desse painel fático, forçoso concluir o acerto do decisum hostilizado, não havendo nenhum elemento novo capaz de demover o juízo de valor realizado pelo magistrado a quo. Decisão mantida RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (TJ-RJ - AI: 00624606720138190000 RJ 0062460-67.2013.8.19.0000, Relator: DES. JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO, Data de Julgamento: 19/11/2013, VIGÉSIMA QUARTA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 21/01/2014 00:00) AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO COM INDENIZAÇÃO – JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIENCIA – EXIGÊNCIA DE PROVAS – ART. 5º, LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – PARCELAMENTE – POSSIBILIDADE – ART. 98, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1- “A concessão do benefício da justiça gratuita está condicionada a comprovação do inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, ‘o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.’” (AI 67179/2015, DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 20/10/2015, Publicado no DJE 26/10/2015). 2- Nos termos do novo Código de Processo Civil, Art. 98, § 6o, “Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.” (AI 100035/2016, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 22/11/2016, Publicado no DJE 25/11/2016) (TJ-MT - AI: 01000352920168110000 100035/2016, Relator: DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, Data de Julgamento: 22/11/2016, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/11/2016) AGRAVO REGIMENTAL. JUSTIÇA GRATUITA. AFIRMAÇÃO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. O entendimento pretoriano admite o indeferimento do pedido de justiça gratuita quando tiver o Juiz fundadas razões, malgrado afirmação da parte de a situação econômica não lhe permitir pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Decidindo nesta conformidade a instância de origem, à luz de documentos, descabe o reexame da matéria probatória pelo Superior Tribunal de Justiça, mesmo porque o julgado deu razoável interpretação à Lei nº 1.060/50. 3. Agravo regimental improvido.” (STJ – Ag. Reg. nº 7324 – 4ª Turm. – Min. Rel. Fernando Gonçalves – 10/02/2004). Assim, ante o exposto, REVOGO O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA anteriormente concedido, diante do não preenchimento dos requisitos necessários para tal. Desta forma, determino a imediata intimação do Recorrente para que proceda no prazo improrrogável de 48 horas, a quitação do valor das custas a serem apuradas, sob pena de deserção. Findo o prazo com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos. Retire-se de pauta. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0005143-83.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA JAEGER (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
KATIA REGINA DE OLIVEIRA MOGLIA OAB - MT5014-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
MARCIA JAEGER (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
KATIA REGINA DE OLIVEIRA MOGLIA OAB - MT5014-B (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado nº.: 0005143-83.2016.8.11.0015 - TN - PJE Origem: SEXTA VARA CIVIL DA COMARCA DE SINOP Recorrente(s): MARCIA JAEGER E MUNICIPIO DE SINOP Recorrido(s): MARCIA JAEGER E MUNICIPIO DE SINOP Juiz Relator: Data do Julgamento: Dra. Patrícia Ceni 10/12/2019 Vistos, etc. De proêmio, cumpre anotar que a gratuidade de justiça é matéria de ordem pública, podendo ser revista a qualquer tempo. É importante salientar que o art. 98 do CPC/2015, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.” In casu, a Recorrente MARCIA JAEGER não demonstra a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, nem tampouco possuir condições econômicas pouco favoráveis que o impeça de pagar as custas processuais, uma vez que a Recorrente MARCIA JAEGER informa ser cirurgião dentista. Desta forma, em pesquisa realizada junto ao INFOJUD, verifica-se que esta possui rendimentos no valor de R$ 11.314,60 (onze mil e trezentos e quatorze reais e sessenta centavos), por mês, ou seja, a alegação que não possui condições é totalmente inconsistente. Vejamos: Sendo assim, é notório que esta possui emprego estável e remuneração qual afasta qualquer alegação de pobreza. É sabido ainda que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário, o que não é o caso dos autos. No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIAGEM INTERNACIONAL. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA NÃO COMPROVADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. A presunção de pobreza que milita em favor daquele que afirma essa condição, consoante o § 1º, do art. 4º, da Lei 1.060/50, é relativa, o que permite ao Juiz considerá-la insuficiente para a concessão do benefício da gratuidade de justiça sempre que a situação social, profissional ou patrimonial do requerente mostre-se incompatível com o benefício pleiteado. Neste sentido, o verbete sumular nº 39 deste Tribunal: "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 5º, inciso LXXIV, da CF), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade." No caso em exame, verifica-se que os Agravantes não apresentaram elementos hábeis a comprovar a alegada hipossuficiência econômica. Com efeito, uma viagem internacional não pode ser adquirida por uma pessoa economicamente hipossuficiente. Portanto, a concessão do benefício da gratuidade de justiça afrontaria a própria natureza do instituto. Diante desse painel fático, forçoso concluir o acerto do decisum hostilizado, não havendo nenhum elemento novo capaz de demover o juízo de valor realizado pelo magistrado a quo. Decisão mantida RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (TJ-RJ - AI: 00624606720138190000 RJ 0062460-67.2013.8.19.0000, Relator: DES. JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO, Data de Julgamento: 19/11/2013, VIGÉSIMA QUARTA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 21/01/2014 00:00) AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO COM INDENIZAÇÃO – JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIENCIA – EXIGÊNCIA DE PROVAS – ART. 5º, LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – PARCELAMENTE – POSSIBILIDADE – ART. 98, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1- “A concessão do benefício da justiça gratuita está condicionada a comprovação do inciso LXXIV, art. 5º da Constituição Federal, a dizer, ‘o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.’” (AI 67179/2015, DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 20/10/2015, Publicado no DJE 26/10/2015). 2- Nos termos do novo Código de Processo Civil, Art. 98, § 6o, “Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.” (AI 100035/2016, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 22/11/2016, Publicado no DJE 25/11/2016) (TJ-MT - AI: 01000352920168110000 100035/2016, Relator: DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, Data de Julgamento: 22/11/2016, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/11/2016) AGRAVO REGIMENTAL. JUSTIÇA GRATUITA. AFIRMAÇÃO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. O entendimento pretoriano admite o indeferimento do pedido de justiça gratuita quando tiver o Juiz fundadas razões, malgrado afirmação da parte de a situação econômica não lhe permitir pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Decidindo nesta conformidade a instância de origem, à luz de documentos, descabe o reexame da matéria probatória pelo Superior Tribunal de Justiça, mesmo porque o julgado deu razoável interpretação à Lei nº 1.060/50. 3. Agravo regimental improvido.” (STJ – Ag. Reg. nº 7324 – 4ª Turm. – Min. Rel. Fernando Gonçalves – 10/02/2004) Assim, ante o exposto, REVOGO O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA DA RECORRENTE MARCIA JAEGER anteriormente concedido, diante do não preenchimento dos requisitos necessários para tal. Desta forma, determino a imediata intimação da Recorrente MARCIA JAEGER para que proceda no prazo improrrogável de 48 horas, a quitação do valor das custas a serem apuradas, sob pena de deserção. Retire-se de pauta. Findo o prazo com ou sem manifestação, venham-me os autos conclusos. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1023217-90.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OLIZETH FERREIRA MARTINS OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
AUXILIADORA MARIA GOMES OAB - MT18865-O (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO ESCORREITA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que reconheceu a prescrição, tomando-se como termo a data da reestruturação da carreira, no que tange da eventual defasagem ocorrida pela equivocada conversão da URV, de modo que o recurso aviado pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de

assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC's 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001043-76.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO LOPES DOS REIS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS FREDERICK DA SILVA INEZ OAB - MT7355-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE)

Recurso Inominado nº: 1001043-76.2017.8.11.0001 – AP – PJE Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso. Recorrente(s): CARLOS ALBERTO LOPES DOS RESI Recorrido(s): ESTADO DE MATO GROSSO Juíza Relatora: Dra. Patrícia Ceni Data do Julgamento 10/12/2019 Vistos, etc. Defiro o pedido de Id. 2499494, para suspender o processo em virtude do falecimento do Autor, conforme certidão de óbito (Id. 24998495), nos termos do art. 313, inciso I do CPC, no prazo de 30 (trinta) dias. No mais, intime-se a requerente para que promova a citação do respectivo espólio de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, conforme disposto no art. 313, § 2º do CPC.

Retire-se o presente de pauta. Tomem-se as demais providências de estilo. Intime-se. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1018810-41.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS REZENDE OAB - MT12432-A (ADVOGADO)
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO ESCORREITA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que reconheceu a prescrição, tomando-se como termo a data da reestruturação da carreira, no que tange da eventual defasagem ocorrida pela equivocada conversão da URV, de modo que o recurso aviado pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC's 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos

aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1007926-79.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO GUILHERME ANGELO DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA LUIZA FREITAS DE ALMEIDA OAB - MT21195-A (ADVOGADO)
BRUNA BATTISTELLA OAB - MT16839-A (ADVOGADO)
TALITHA LAILA RIBEIRO OAB - MT14887-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos servidores integrantes da Carreira Militar, a Lei Complementar n. 231 de 15 de dezembro de 2005 reestruturou, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo

eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com

URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 231/2005 – Servidores Integrantes da Carreira Militar –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a

condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002746-09.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS ROBERTO SILVA E TAQUES OAB - MT17504-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARILENE PEREIRA DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCO ARIEL BIZARELLO DOS SANTOS OAB - MT7557-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas Leis Municipais nºs 961/1994 e 962/1994, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À

PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010128-26.2017.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANDRE DA CRUZ NEVES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DE JULIO PIOVEZAN OAB - MT20746-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON (RECORRIDO)
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OZANA BAPTISTA GUSMAO OAB - MT4062-A (ADVOGADO)
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
BRUNA TATIANE DOS SANTOS PINHEIRO SARMENTO OAB - RO5462-A (ADVOGADO)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: 8010128-26.2017.8.11.0046– JA-PJE EMBARGANTE: JOSE ANDRE DA CRUZ NEVES EMBARGADA: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Data do Julgamento: 10/12/2019 E M E N T A – DECISÃO MONOCRÁTICA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INDEFERIDA A JUSTIÇA GRATUITA – NÃO COMPROVAÇÃO DA ALEGA HIPOSSUFICIÊNCIA– TAMPOUCO DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS – FATO QUE ENSEJOU AO RECONHECIMENTO DA DESERÇÃO E DA NEGAÇÃO DE SEGUIMENTO DO RECURSO – REDISCUÇÃO DE MATÉRIA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, III DO CPC. Os embargos declaratórios somente podem ser opostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou erro material porventura existente em sentença ou acórdão proferida, nos termos do artigo 48, da Lei nº 9.099/95, sendo vedada a sua utilização em despachos que determinem apenas uma diligência da parte. Assim, tendo em vista que a Recorrente não comprovou ser beneficiária da justiça gratuita, e tampouco realizou o recolhimento de custas no prazo determinado, o reconhecimento quanto à deserção do Recurso Inominado é medida que se impõe, sendo certo que o direito não socorre aos que dormem. O artigo 42, §1º, da Lei nº. 9.099/1995 estabelece que o preparo deverá ser feito no prazo de 48h da interposição do recurso, independentemente de intimação, sob pena de deserção. Estando o recurso em desacordo com a disposição do artigo 54, parágrafo único, da Lei 9.099/1995, em dissonância com Tribunal Superior e ainda em dissonância com o entendimento da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, deve ser negado o seguimento ao recurso. Recurso a que se negou o seguimento em razão da deserção, cuja decisão deve ser mantida. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Pretende o embargante JOSE ANDRE DA CRUZ NEVES, o acolhimento dos embargos com efeitos infringentes para modificar a decisão judicial que indeferiu a gratuidade de justiça pretendida, e diante do não recolhimento das custas processuais, reconheceu a deserção e negou seguimento ao recurso. Afirma que tal decisão foi prolatada de forma indiscriminada, vez que deveria ter sido intimada a parte autora para comprovar os requisitos da concessão, bem como deveria ter sido indicado aos autos os elementos que indiquem a falta de critérios do autor para a revogação da gratuidade de justiça. Aduz ainda, pelo reconhecimento da contradição, para eu seja concedido os benefícios da gratuidade de justiça ao embargante. Não foram apresentadas contrarrazões pela embargada. É o relatório. Visando a prolação de uma decisão mais clara e objetiva, passo à análise por tópicos. DO CABIMENTOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO O art.1.022 do Novo Código de Processo Civil determina: “Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o.” DA INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ELEMENTO QUE JUSTIFIQUE A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS In casu, verifica-se que inexiste qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão objurgada, uma vez que a Embargante busca tão somente a realização de uma nova análise quanto ao pedido de gratuidade de Justiça que foi lhe negado diante do fato de a recorrente/embargante não demonstrar em prazo oportuno, sua condição de hipossuficiente para tal. No caso em tela a decisão discorre de forma fundamentada, clara, lógica e contínua, sendo certo que ao contrário ao alegado pela Embargante, vislumbrou-se a ausência de incapacidade de custeio, não tendo ainda a parte embargante cumprido com a determinação judicial, deixando transcorrer in albis o prazo para recolher com o preparo, ou então comprovar cabalmente sua incapacidade de fazê-lo. Ressalta-se ainda, que as alegações suscitadas no presente recurso, estão desvestidas de qualquer fundamento fático, digo isto, em virtude de que o embargante aduz não ter sido intimado para comprovar a sua hipossuficiência, contudo, denota-se dos autos que o fato não é verdadeiro sendo incontroverso que o autor teve o direito ao contraditório no momento em que realizou o pedido de reconsideração no id.87667933. Entretanto, tal pedido foi realizado de forma genérica, fundado em meras alegações, uma vez que em nenhum momento este colaciona os extratos da sua conta bancária, faturas do cartão, comprovante de renda e outros, documentos estes que evidenciariam sua real condição econômico-financeira. Ainda mais, ao que tange a impugnação que não foram apresentados os fatos que afastaram o benefício da gratuidade de justiça, grifo o motivo disposto na decisão “In casu, o autor/recorrente não demonstra a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, nem tampouco possuir condições econômicas pouco favoráveis que o impeça de pagar as custas processuais, mormente quando observa-se que o recorrente é produtor rural, o que comprova a possibilidade do Recorrente em recolher as custas.” Sendo assim, as alegações do autor, não passa de mero inconformismo e rediscussão de matéria, tendo em vista que decisão discorre de forma fundamentada e clara os motivos da revogação. Dito isso, importante ressaltar que inexiste qualquer contradição, omissão, obscuridade ou erro, na decisão atacada, sendo certo que, não há, portanto, qualquer motivo para a interposição de embargos de declaração, de acordo com o artigo 1.022 do Código de Processo Civil. É certo que os Embargos de Declaração são recursos de hipótese vinculada, somente podendo ser interpostos nos casos mencionados no artigo 1.022 do CPC, sendo vedada a sua utilização como espécie de sucedâneo recursal, sendo restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição, omissão ou erro material. No mesmo sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA E MISERABILIDADE ALEGADAS. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS. (Classe: Embargos de Declaração,Número do Processo:

0006150-89.2017.8.05.0000/50000, Relator (a): Gesivaldo Nascimento Britto, Segunda Câmara Cível, Publicado em: 17/10/2017) (TJ-BA - ED: 00061508920178050000 50000, Relator: Gesivaldo Nascimento Britto, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 17/10/2017) (grifo nosso) Deste modo, verifico que há mera insurgência da parte contra os termos da decisão, o que não legitima a oposição dos presentes embargos. Assim, no presente caso, a embargante não pretende a correção de ponto obscuro, contraditório, dúbio, omisso ou até erro material existente no acórdão, mas sim, rediscutir os motivos da revogação da concessão da gratuidade de Justiça, alterando o decisum. CONCLUSÃO Pelo exposto, CONHEÇO dos Embargos Declaratórios opostos, por serem tempestivos e, no mérito, os REJEITO, por não vislumbrar a existência de omissão, contradição, obscuridade ou erro na decisão. Determino a retirada do processo de pauta. Intimem-se. Cumpra-se. PATRÍCIA CENI Juíza de Direito - Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000581-60.2017.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
JUNIOR MAGALHAES DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO DOS SANTOS MENDONCA OAB - MT10064-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)

1000581-60.2017.8.11.0053– JA - PJE EMBARGANTE: JUNIOR MAGALHAES DA SILVA EMBARGADA: ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Vistos, etc. Pretende o embargante o acolhimento dos embargos com efeitos infringentes para modificar a decisão judicial que indeferiu a gratuidade de justiça pretendida, alegando a existência de erro material. Afirma que tal decisão foi prolatada de forma indiscriminada, vez que inexistem nos autos elementos capazes de demonstrar sua capacidade financeira, bem como aduz não possuir capacidade financeira para arcar com as custas processuais e honorários. É o relatório. O art.1.022 do Novo Código de Processo Civil determina: "Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o." Pois bem, ocorre a omissão quando o juízo ou tribunal deveria se manifestar sobre determinado ponto, o qual se manteve silente, necessitando assim, de complementação; podendo ser sanada através de provocação da parte, ou ex officio, pelo próprio magistrado. In casu, verifica-se que inexiste qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão objurgada, uma vez que o Embargante busca tão somente a realização de uma nova análise quanto ao pedido de gratuidade de Justiça que foi lhe negado diante do fato de o mesmo não demonstrar sua condição de hipossuficiente para tal. No caso em comento, a omissão/erro material não ocorreu por responsabilidade deste juízo, mas sim da parte interessada. Ora, este sequer informa a sua atividade profissional, bem como não comprova a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, uma vez que em nenhum momento este colaciona os extratos da sua conta bancária, faturas do cartão, comprovante de renda e outros, que demonstrasse sua real condição econômico-financeira. Dito isso, não há que se falar em qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Destarte, verifica-se que o autor após a Revogação da Gratuidade no ID.16254482, qual foi indeferido ante a profissão exercida pelo Reclamante, sendo esta, funcionário público municipal, decidiu informar o valor da sua remuneração qual perfaz o valor de R$1.173,33(um mil cento e setenta e três reais e trinta e três centavos, cujo verifica-se que o Reclamante é benificiário da gratuidade de justiça. No entanto, saliento não houve omissão, obscuridade, contradição, tão pouco erro material por parte desta Magistrada, o que ocorreu foi desmazelo por parte do Autor, de modo que, não anexou aos autos no momento da interposição documentos retratando a sua condição econômica. Ainda mais, poderia este apenas peticionar pedido de reconsideração, ao invés de apresentar embargos de declaração, posto que a omissão ocorreu por parte exclusiva do Recorrente. Dito isso, DEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, RECEBENDO o Recurso Inominado interposto. Desta forma, determino a retirada de pauta, tendo em vista a impossibilidade de análise do mérito. Decorrido o prazo, venham-me os autos concluso para inclusão em nova pauta. Intimem-se. Cumpra-se. PATRÍCIA CENI Juíza de Direito - Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0005027-35.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA OAB - 03.238.920/0001-30 (REPRESENTANTE)
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA MARIA DE LIMA SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTELA REDIVO DA COSTA OAB - MT16663-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos

seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 013/2008, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000991-53.2017.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL CABRAL (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LANNING PIRES AMARAL OAB - MT20910-A (ADVOGADO)
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução

de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 672/2005, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010285-62.2016.8.11.0004
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA GOMES FEITOSA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ERIN LEONEL VILELA OAB - MT15821-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-S (ADVOGADO)
OI MOVEL S.A. OAB - 05.423.963/0001-11 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

Vistos, etc... Conforme lançado no Acordão juntado em 19/07/2019, ID 8838299; o Dr. Valmir Alaercio dos Santos, então relator do julgado anterior, é prevento para a análise da presente demanda, devendo os autos serem remetidos ao mesmo. Determino a redistribuição do feito ao Dr. Valmir Alaercio dos Santos, uma vez que é o Juiz prevento para a análise do recurso, em razão da existência de decisão pretérita de sua Relatoria (ID 6707017), nos termos do artigo 80, §1º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Cumpra-se. Dr. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002705-86.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANA FRANCISCA DE SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE KROMINSKI OAB - MT10896-A (ADVOGADO)
MARCIANO XAVIER DAS NEVES OAB - MT11190-O (ADVOGADO)
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-A (ADVOGADO)
LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA OAB - MT12027-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado

relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, as Leis Complementares nºs. 7360/2000 e 8269/2004, reestruturaram, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a

honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento

assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis Complementares nºs 7360/2000 e 8269/2004 – Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Despacho Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8010165-50.2016.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA NATHALY VELASCO SILVA MARQUES OAB - MT23959-A (ADVOGADO)
ADRIELI GARCIA DE OLIVEIRA LOPES OAB - MT21213-A (ADVOGADO)
HELTON GEORGE RAMOS OAB - MT11237-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE FINANCIAMENTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRE HONDA FLORES OAB - GO33237-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

Vistos, etc. Cumpra-se o despacho do movimento 11967954, Intime-se Cumpra-se Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005047-36.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07

(REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANIA ALVES PRESTES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO OAB - MT9870-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito, restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida, pugnando pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que

"Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da

ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como, também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0025821-75.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ORLANDO FRANCISCO GATTA GALVAO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANA DE JESUS CARVALHO PIMENTEL OAB - MT15912-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU /

FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que “... no caso dos servidores integrantes da Carreira Militar, a Lei Complementar n. 231 de 15 de dezembro de 2005 reestruturou, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...”. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica “Dif.Conv. MP-482-URV” não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: “OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do

disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no sitedo IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à

incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 231/2005 – Servidores Integrantes da Carreira Militar –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0042263-19.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JULIETA KIELING MARCAL (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATA KARLA BATISTA E SILVA OAB - MT8753-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no

mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos

servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no sitedo IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O

documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0014372-23.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL ALCIDES PAULA DE ALMEIDA (RECORRIDO)
MALVINEIDE DE MIRANDA FREITAS (RECORRIDO)
GERALDO DONIZETI LUCIO (RECORRIDO)
ELISABETH MONCAO DE FRANCA PESSOA (RECORRIDO)
BENEDITO MOREIRA BRITO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO JOSE RICCI BOA VENTURA OAB - MT9271-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear

da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que no "... servidores integrantes da Carreira dos Profissionais da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – EMPAER, a Resolução nº. 004/200 e o Decreto nº 4.400/1994 reestruturaram, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos

as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o I B G E (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293.

Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Resolução nº. 004/200 e o Decreto nº 4.400/1994 – Profissionais da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – EMPAER, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0047883-12.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DORVALINA MARTINS DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELE YUKIE FUKUI OAB - MT13589-A (ADVOGADO)
FRANCISCO ANIS FAIAD OAB - MT3520-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (ASSISTENTE)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência

dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na

oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o I B G E (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO

DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002625-10.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS ROBERTO SILVA E TAQUES OAB - MT17504-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL GONCALO DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GLAUCIO ARAUJO DE SOUZA OAB - MT13599-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de

Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas Leis Municipais nºs 961/1994 e 962/1994, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1013123-30.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
EXTRALUZ MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO RICARDO ALVES OAB - MT15523-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
KOCZINSKI ELETROTECNICA LTDA - EPP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS OAB - MT10924-A (ADVOGADO)
EDUARDO MARQUES CHAGAS OAB - MT13699-O (ADVOGADO)
EDNEY LUIZ HEBERLE OAB - MT15191-A (ADVOGADO)
JORGE AUGUSTO BUZETTI SILVESTRE OAB - SP276791-O (ADVOGADO)
CAMILA SILVA ROSA OAB - MT15100-A (ADVOGADO)

Embargos de Declaração nº 1013123-30.2017.8.11.0015. Vistos etc. Considerando os efeitos infringentes perseguidos nos Embargos Declaratórios opostos no id. 7932101, determino a intimação da parte embargada para, querendo e no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar nos autos. Após, conclusos. Tomem-se as demais providências de estilo. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá (MT), 01 de outubro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1008140-41.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO RAMOS DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC's 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado

Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1007761-47.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS CORTES OAB - MT17750-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos. Defiro o pedido do id. 20286975. Às providências legais. Int. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000559-72.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
PEDRO DE ARRUDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS REZENDE OAB - MT12432-A (ADVOGADO)
JACKSON PELLIZZARI OAB - MT13831-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que “... no caso dos servidores integrantes da Carreira Militar, a Lei Complementar n. 231 de 15 de dezembro de 2005 reestruturou, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...”. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica “Dif.Conv. MP-482-URV” não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses,

sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux,

registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 231/2005 – Servidores Integrantes da Carreira Militar –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de

honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001246-83.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTINA NUNES DE ARRUDA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TELMA APARECIDA PALMA FERNANDES DA SILVA OAB - MT19772-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ TURMA RECURSAL ÚNICA Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito-Relator EMENTA: RECURSO CÍVEL INOMINADO – APLICAÇÃO DA “a”, IV DO ART. 932 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – DECISÃO MONOCRÁTICA – RECURSO CÍVEL INOMINADO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – FILA DE BANCO – DEMORA NO ATENDIMENTO BANCÁRIO – FALTA DE PROVA EFETIVA DA ALEGAÇÃO – INOCORRÊNCIA DE DANO MORAL – MERO ABORRECIMENTO –PEDIDO INDENIZATÓRIO REJEITADO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. A Norma de Proteção ao Consumidor, no tocante à inversão do ônus da prova, não dispensa o consumidor da produção de prova indiciária mínima quanto aos fatos alegados, consoante o estabelecido no art. 6º, inc. VIII, da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor. A permanência do usuário na fila do atendimento bancário além do prazo fixado em lei, não gera, por si, o dano moral. É certo que esse fato desagradável, causa irritação, desconforto, cansaço, dissabores, entretanto, não caracteriza abalo emocional que justifique tratamento restaurador indenizável, por se tratar, no caso, de mero aborrecimento normal da vida cotidiana. Em caso de interposição de agravo interno infundado, será aplicada a multa do artigo 1.021, §4° do NCPC. Tratando-se de recurso em confronto com a jurisprudência do Colegiado Recursal, aplica-se a “a”, IV, art. 932 do Código de Processo Civil, Enunciado 102 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais. Vistos, etc. Trata-se de Recurso Cível Inominado tirado contra sentença que Julgou Improcedente o pedido inicial encartado na ação indenizatória promovida pela parte recorrente em desfavor da parte recorrida, na qual visava à condenação da instituição bancária ao pagamento de danos morais, em razão do tempo de espera na fila além do permitido em lei. Em suas razões recursais, a parte recorrente aduz que a parte recorrida até a presente data não tomou nenhuma providência para adequar o seu atendimento de acordo com lei, e que a demora no atendimento causou-lhe stress, constrangimento, humilhação e, portanto, forte abalo moral. Conclui, postulando a reforma do “decisum” fustigado, com a condenação da parte recorrida ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos, no valor máximo permitido nos Juizados Especiais. Pugnou, ainda, pela concessão dos benefícios da justiça gratuita. A parte recorrida apresentou suas contrarrazões, rebatendo às alegações da parte recorrente e, pugnando pela manutenção da R. sentença recorrida. DECIDO Com lastro no que dispõe a alínea “a”, inciso IV do artigo 932 do Código de Processo Civil, com Enunciado 102 do FONAJE - Fórum Nacional dos Juizados Especiais, e, considerando que o tema fático-jurídico abordado no presente recurso se encontra em confronto com o atual entendimento uníssono deste Colegiado Recursal, passo ao julgamento monocrático do mesmo. As articulações fático-jurídicas invocadas pelos litigantes, bem como, os documentos por eles juntados, indicam que a parte recorrida se fez presente em uma das agências pertencentes à parte recorrida, retirando o documento eletrônico de atendimento que, por sua vez, apontou uma excessiva demora em receber o serviço bancário. É que, no caso vertente, não há provas suficientes que comprovam as articulações fático-jurídicas invocadas pela parte recorrente, isto porque, a mesma apresentou, unicamente, o extrato eletrônico contendo o registro do tempo de atendimento, prova processual que, a meu sentir, é insuficiente para sustentar a responsabilização civil da instituição bancária recorrida. O deslinde da questão fático-jurídica aqui registrada passa pelo reconhecimento das hipóteses de hipossuficiência jurídica que a Lei n.º 8.068/90 externa em relação ao consumidor, conforme estabelece o inc. VIII, do seu art. 6.º, assim escrito: Art. 6º. São direitos básicos do consumidor: I – (...); VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; Entretanto, é de se ver que a própria Norma de proteção ao consumidor obtempera o encargo processual referente à distribuição do ônus da prova, ao ressalvar que somente deve ser onerado o fabricante/comerciante/fornecedor de serviços, quanto à produção de provas, na hipótese de verossimilhança do direito alegado pelo consumidor, ou de dificuldade deste fazer tal produção probatória, situações que entendo não ocorrentes nos autos. Com efeito, entendo que o simples extrato eletrônico de atendimento bancário, por si só, não tem o condão de demonstrar que, de fato, ocorreu a demora na prestação do serviço bancário perseguido, pois, a meu ver, cabe à parte reclamante do serviço defeituoso fazer a prova de sua isenção quanto ao acontecimento gerador do alegado prejuízo moral. Por isso, entendo que, a sentença fustigada não merece reforma, pois, a permanência da parte recorrente na fila do atendimento bancário além do prazo fixado em lei não gera, por si, o dano moral. É certo que esse fato desagradável, causa irritação, desconforto, cansaço, dissabores, entretanto, não caracteriza abalo emocional que justifique tratamento restaurador indenizável, por se tratar, no caso, de mero aborrecimento normal da vida cotidiana. Ante o exposto, conheço do recurso, e como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência desta Turma Recursal e do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em face ao disposto alínea “a”, inciso IV do artigo 932 do Código de Processo Civil, e na Súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO. Em face do que dispõe o art. 55, da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, condeno a parte recorrente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios a base de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da causa, ressalvando-se eventual benefício da Justiça Gratuita, em relação à execução das verbas sucumbenciais. Eventual aviamento de Agravo Interno meramente protelatório, será aplicada a multa do artigo 1.021, § 4º do NCPC. Intimem-se. Cumpra-se Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem. Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito/Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004941-55.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JESUINA FERREIRA SOARES (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
LUIS CARLOS CORTES OAB - MT17750-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: “Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. ” Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos)

salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, "ipsis litteris": "Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis". Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria "zero". Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003301-51.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
GILMAR DE SA ROBERTO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos. Defiro o pedido do id. 20560984. Às providências legais. Int. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003293-74.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
KATIA RIBEIRO E SILVA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS CORTES OAB - MT17750-A (ADVOGADO)
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos. Defiro o pedido do id. 20564456. Às providências legais. Int. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005350-84.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IZABEL MARIA OLIVEIRA DE CAMPOS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC's 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei

Municipal nº 4.594/2004, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000925-31.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ROSIMEIRE SOARES DOS SANTOS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO FRAGA FILHO OAB - MT6818-O (ADVOGADO)
CRISTIANE GONCALVES DA SILVA OAB - MT15471-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIO HENRIQUE DE BRITO MAZETI OAB - SP313913 (ADVOGADO)
LUCIANO MEDEIROS CRIVELLENTE OAB - MT8321-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO ESCORREITA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que reconheceu a prescrição, tomando-se como termo a data da reestruturação da carreira, no que tange da eventual defasagem ocorrida pela equivocada conversão da URV, de modo que o recurso aviado pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator

julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas Leis Municipais nºs 2.159/1994, 2.171/1994 e 3.247/2000, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000470-05.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT8272-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDINEI SANTANA DE SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANE SOARES MARTINAZZO OAB - MT13561-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO

E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 013/2008, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000740-38.2015.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARLENE MACHADO DE CASTRO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma

Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ e a Súmula nº 443 do STF, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Por fim, afirmou que a parte Recorrente não comprovou que a Lei 50/1998 ou o Estatuto Lei 6528/1994 supriu os valores pretendidos na demanda, bem como que o ente estatal também não comprovou que Lei Complementar nº 50/1998 tenha sido regulamentada. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem

descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no sitedo IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES

E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000109-32.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO JOAO LEITE DE SA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO DE PRETENSÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA CORRESPONDENTE, SENDO ESTE O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL – OCORRÊNCIA – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – NA HIPÓTESE DE EVENTUAL DEFASAGEM – PRESCRIÇÃO – MARCO INICIAL DA LEI QUE REESTRUTUROU A CARREIRA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de

onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Em caso de eventual direito material ter sido evidenciado, ainda assim, ocorrida a prescrição da pretensão, diante do marco inicial ser a reestruturação da carreira, de muito ultrapassada em relação ao momento de distribuição da ação. 5. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou prescrito o direito subjetivo de pretensão em relação aos pleitos contidos na petição inicial da presente demanda de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente lide, oportunidade em que pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pedidos da exordial. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de “... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...”. Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: “OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais

sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do

padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000652-79.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
TADEU JOSE FEITOZA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO DOS SANTOS RICHOPPO OAB - MT21462-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP OAB - 15.024.003/0001-32 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos. Defiro o pedido do id. 21801507. Às providências legais. Int. Cumpra-se. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1009112-11.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIA PAULA APARECIDA CLAUDIO OAB - MT15120-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO DE PRETENSÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA CORRESPONDENTE, SENDO ESTE O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL – OCORRÊNCIA – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU /

FAZENDA PÚBLICA – NA HIPÓTESE DE EVENTUAL DEFASAGEM – PRESCRIÇÃO – MARCO INICIAL DA LEI QUE REESTRUTUROU A CARREIRA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Em caso de eventual direito material ter sido evidenciado, ainda assim, ocorrida a prescrição da pretensão, diante do marco inicial ser a reestruturação da carreira, de muito ultrapassada em relação ao momento de distribuição da ação. 5. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou prescrito o direito subjetivo de pretensão em relação aos pleitos contidos na petição inicial da presente demanda de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente lide, oportunidade em que pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pedidos da exordial. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos

as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no s i t e d o I B G E (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293.

Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, “a”, do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001470-46.2017.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO SOARES ARAUJO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILARIO AMARAL NETO OAB - MT20900-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2.

Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 672/2005, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1009533-98.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBI FACHIN OAB - MT3799-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA PERES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDREIA CRISTINA NOITE IZABEL OAB - MT17566-O (ADVOGADO)
MICHELLI LIMA DOS SANTOS FERRARI OAB - MT13266-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO ESCORREITA –

POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que reconheceu a prescrição, tomando-se como termo a data da reestruturação da carreira, no que tange da eventual defasagem ocorrida pela equivocada conversão da URV, de modo que o recurso aviado pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC's 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último,

determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0040151-77.2015.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DA GLORIA NEVES PRAXEDES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NILTON LUIS FERREIRA DA SILVA OAB - MT4811-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC’s 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo

Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005910-75.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SADORA XAVIER FONSECA CHAVES OAB - MT10332-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JULIA LOPES DA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDA CAMILA PICOLLI OAB - MT19716-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 1.492/1994, bem como pelas legislações posteriores, a saber, as Leis Municipais nºs 3.505/2010; 3.506/2010 e 3.507/2010, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser

devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002699-53.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELLY SILVA MOREIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEVIN MICHEL SOUZA TONDORF OAB - MT23335-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, em face da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que JULGOU IMPROCEDENTES os pedidos da petição inicial sob o argumento de a parte Recorrente ter ingressado no serviço público após a edição da Lei que reestruturou a carreira, não se falando em perda de vencimentos, decerto que pelas razões recursais pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 35/2003, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear no sentido de que a presente elide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, segundo leciona o Decreto Lei nº 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO

EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença em todos os seus termos ainda que por fundamentação diversa, acrescidos aos fundamentos aqui esposados, em razão da ocorrência da prescrição de eventual direito de fundo pretendido, de qualquer sorte, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005725-05.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SEVERINO FERREIRA DO NASCIMENTO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAELLA GOMES FAVRETO OAB - MT19384-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO DE PRETENSÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA CORRESPONDENTE, SENDO ESTE O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL – OCORRÊNCIA – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – NA HIPÓTESE DE EVENTUAL DEFASAGEM – PRESCRIÇÃO – MARCO INICIAL DA LEI QUE REESTRUTUROU A CARREIRA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Em caso de eventual direito material ter sido evidenciado, ainda assim, ocorrida a prescrição da pretensão, diante do marco inicial ser a reestruturação da carreira, de muito ultrapassada em relação ao momento de distribuição da ação. 5. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou prescrito o direito subjetivo de pretensão em relação aos pleitos contidos na petição inicial da presente demanda de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente lide, oportunidade em que pugnou pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pedidos da exordial. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c)

entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583

de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a

nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002668-86.2014.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE POCONE (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS GUIMARAES RODRIGUES GOUVEIA OAB - MT16928-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESMAEL PINTO DE MORAES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NAYARA DAS NEVES E SILVA OAB - MT18855-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. Não havendo providência judicial a ser adotada neste feito por este Relator, proceda-se a baixa dos autos à Comarca de origem. Tomem-se as demais providências de estilo. Intime-se. Cumpra-se. Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001318-69.2014.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
ENILCE REGINA DORILEO PINATTI (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HELTON GEORGE RAMOS OAB - MT11237-A (ADVOGADO)
ANA FLAVIA UCHOA OAB - MT18385-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. Não havendo providência judicial a ser adotada neste feito por este Relator, proceda-se a baixa dos autos à Comarca de origem. Tomem-se as demais providências de estilo. Intime-se. Cumpra-se. Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1011370-91.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EVAIR FAUSTINA DA FONSECA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALVARO MARCAL MENDONCA OAB - MT3247-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a", DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que "... no caso dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social a Lei Estadual n. 7554/2001, reestruturou, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promover generoso aumento salarial...". Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de

valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica "Dif.Conv. MP-482-URV" não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes

da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da

reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Estadual nº 7554/2001 – Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação "zero', de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo "ab initio" o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, "a", do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004485-61.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR JOSE CARDOSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
STELA MARA KOZOW ALBUQUERQUE OAB - MT10626-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1004485-61.2016.8.11.0041 Origem: 4ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT. Recorrente: Estado de Mato Grosso Recorrido: Jair José Cardoso Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pelo Recorrido Jair José Cardoso, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Estado de Mato Grosso, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 545450), o Recorrido Jair José Cardoso refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM

CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).” No caso concreto, o Recorrido Jair José Cardoso é aposentado como professor da educação básica, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar n. 50/98. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (01/10/1998) e a data da distribuição (31/03/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: “O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias”. Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Estado de Mato Grosso para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1011656-35.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
REGINA SASSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICENTE ANDREOTTO JUNIOR OAB - MT9207-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1011656-35.2017.8.11.004 Origem: 4ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Regina Sasso Recorrido: Estado de Mato Grosso Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente Regina Sasso, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para URV. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial, levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira da Recorrente e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformada, a Recorrente Regina Sasso, nas razões recursais, aduz o seguinte: a) que há distinção entre a natureza jurídica da conversão da URV e a reestruturação de carreira, não havendo se falar em compensação; b) que tratando-se de relação jurídica de trato sucessivo, a prescrição atinge apenas as parcelas dos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 85 do C. STJ. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 10409289), o Recorrido Estado de Mato Grosso refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO

MONOCRÁTICA Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente Regina Sasso ocupa o cargo de professora da educação básica, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar nº 50/98. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (01/10/1998) e a data da distribuição da presente actio (16/04/2017) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a "súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente Regina Sasso ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1007965-76.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LAURINDA RODRIGUES GEROLI (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DALILA AUXILIADORA DA COSTA LEITE OAB - MT10469-A (ADVOGADO)
LUANA LIPORACE PIRES DA SILVA OAB - MT12223-O (ADVOGADO)
TAMIRES PAULA COSTA LEITE OAB - MT21419-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1007965-76.2018.8.11.0041 Origem: 3ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente: Laurinda Rodrigues Geroli Recorrido: Estado de Mato Grosso Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente Laurinda Rodrigues Geroli, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para URV. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial,

levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira da Recorrente e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformada, a Recorrente Laurinda Rodrigues Geroli, nas razões recursais, aduz o seguinte: a) que há distinção entre a natureza jurídica da conversão da URV e a reestruturação de carreira, não havendo se falar em compensação; b) que somente mediante liquidação por arbitramento é que restará esclarecida a existência da suposta compensação. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 7948375), o Recorrido Estado de Mato Grosso refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente Laurinda Rodrigues Geroli ocupa o cargo de professora da educação básica, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar nº50/98. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (01/10/1998) e a data da distribuição da presente actio (28/03/2018) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a "súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente Laurinda Rodrigues Geroli ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001764-40.2016.8.11.0014
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDA FERREIRA DE ARAUJO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REINALDO BISPO DE ARAUJO FILHO OAB - MT14537-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 0001764-40.2016.8.11.0014 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Poxoréu/MT Recorrente: Geralda Ferreira de Araújo Recorrido: Estado de Mato Grosso Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de

cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente Geralda Ferreira de Araújo, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para URV. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial, levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira da Recorrente e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformada, a Recorrente Geralda Ferreira de Araújo, nas razões recursais, aduz o seguinte: a) a decisão não observou a jurisprudência recente que reconhece o direito dos servidores ao recebimento da não aplicação da conversão da URV. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 2104298), o Recorrido Estado de Mato Grosso refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente Geralda Ferreira de Araújo é servidora pública estadual, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Complementar n° 50/1998. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (01/10/1998) e a data da distribuição da presente actio (14/10/2016) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a "súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente Geralda Ferreira de Araújo ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0002877-83.2014.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIANO OLIVEIRA MONTEIRO OAB - MT13308-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ROSA FIN ALBIERO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TANIA MARA STEINKE OAB - MT17840-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 2877-83.2014.811.0051 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Campo Verde Recorrente: Município de Campo Verde Recorrido: Rosa Fin Albiero Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis

posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pela Recorrida Rosa Fin Albiero, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente Município de Campo Verde, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 2652245), a Recorrida Rosa Fin Albiero refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrida Rosa Fin Albiero ocupa o cargo de auxiliar de serviços gerais, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Municipal n°773/2002. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (03/04/2002) e a data da distribuição (10/07/2018) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Município de Campo Verde para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002865-43.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SORAIDE MARIA MARCELINO SANTANA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONE RUBENS DA SILVA GONSALES OAB - MT17665-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1002865-43.2018.8.11.0041 Origem: 4ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT Recorrente:

Soraide Maria Marcelino Santana Recorrido: Município de Cuiabá Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente Soraide Maria Marcelino Santana, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para URV. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial, levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira da Recorrente Soraide Maria Marcelino Santana e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformada, a Recorrente Soraide Maria Marcelino Santana, nas razões recursais, aduz o seguinte: a) que há distinção entre a natureza jurídica da conversão da URV e a reestruturação de carreira; b) que cabe ao Recorrido apresentar fatos modificativos, extintivos ou impeditivos com apresentação de cálculos periciais demonstrando a reestruturação da carreira. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 5578697), o Recorrido Município de Cuiabá refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente Soraide Maria Marcelino Santana é servidora pública municipal aposentada, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis Complementares 94/2003, 152/2007 e 153/2007. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (03/07/2003) e a data da distribuição da presente actio (09/02/2018) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a "súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente Soraide Maria Marcelino Santana ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002764-06.2018.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITA GONCALVES DE SOUZA MORAES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONE RUBENS DA SILVA GONSALES OAB - MT17665-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. Não havendo providência judicial a ser adotada neste feito por este Relator, proceda-se a baixa dos autos à Comarca de origem. Tomem-se as demais providências de estilo. Intime-se. Cumpra-se. Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001404-08.2013.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL GLORIA DE FREITAS (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO DIAS COUTINHO NETO OAB - MT11003-A (ADVOGADO)
CHERNENKO DO NASCIMENTO COUTINHO OAB - MT17553-O (ADVOGADO)
VALDIR SCHERER OAB - MT3720-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA OAB - 15.023.955/0001-31 (REPRESENTANTE)

Recurso Inominado: 0001404-08.2013.811.0048 Origem: VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUSCIMEIRA Recorrente: MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA Recorrido: MANOEL GLÓRIA DE FREITAS Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Trata-se de recurso inominado interposto em razão da sentença de procedência prolatada na ação formulada pelo Recorrido MANOEL GLÓRIA DE FREITAS, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para a URV. Inconformado, o Recorrente MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA, em suas razões recursais, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id 24889473), o Recorrido MANOEL GLÓRIA DE FREITAS refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos, etc. Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE

561836/RN-STF).” No caso concreto, o Recorrido MANOEL GLÓRIA DE FREITAS ocupa o cargo de serviços gerais, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Municipal n° 672/2005. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (2005) e a data da distribuição (26/12/2013) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso “se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal”. De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal, dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: “O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias”. Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar o Recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ante o resultado do julgamento. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0019949-65.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
D. G. G. D. L. (RECORRENTE)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO ALVES DE OLIVEIRA OAB - MT8083-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE VÁRZEA GRANDE (RECORRIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
CRISTIANE GONÇALVES PIMENTEL (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso nº 0019949-65.2016.811.0002 Origem: Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande/MT – Declinada a Competência pelo E. TJMT em sede de reexame necessário de sentença. Reclamante (s): D.G.G.D.L., representada por sua genitora Cristiane Gonçalves Pimentel Reclamado (s): ESTADO DE MATO GROSSO/MT Juiz Relator: Gonçalo Antunes de Barros Neto Vistos etc. Cuida-se de recurso de reexame necessário de sentença prolatada pelo Juízo da Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande/MT, que julgou procedente o pedido inicial para determinar que o requerido forneça, no prazo de 48 (horas), cirurgia ao autor, bem como disponibilize vaga em UTI pediátrica no pós-operatório, confirmando a tutela concedida nos autos. No id. nº 7534592, consta decisão prolatada pelo e. TJMT declinando da competência para a Turma Recursal, tendo em vista o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 85560/2016, que fixou a tese jurídica de que compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública processar e julgar as ações que não ultrapassem o valor de 60 (sessenta) salários mínimos. Vejamos: PROCESSUAL CIVIL - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR - AÇÕES DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV - VALOR DA CAUSA INFERIOR A 60 SALÁRIO MÍNIMOS - COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - ART. 2º, DA LEI N. 12.153/2009 - NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL - IRRELEVÂNCIA - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial. Por se tratar de questão de direito e, com vistas a evitar ofensa à segurança jurídica, deve o pedido formulado no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ser julgado improcedente, fixando, de consequência, a tese jurídica de que as ações concernentes à URV devem ser processadas e julgadas no Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos do art. 2º, da Lei n. 12.153/2009. (grifei) No entanto, por expressa determinação legal, nas causas da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública não há reexame necessário, conforme disposto na Lei nº 12.153/2009, em seu art. 11, in verbis: Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. (grifei) A propósito: REEXAME NECESSÁRIO. DESCABIMENTO NO RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. Nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009, no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. (TJRS - Recurso Cível Nº 71008376626, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Mauro Caum Gonçalves, Julgado em 04/04/2019) Consoante inteligência do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, não conhecer do recurso, verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III – não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; Assim, o presente recurso não merece seguimento, conforme a Súmula nº 01, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, in verbis: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”,”b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Pelas razões expostas, nego seguimento ao recurso de reexame necessário, por ser manifestamente inadmissível. Tomem-se as demais providências de estilo. Anote-se. Dê-se baixa. Cumpra-se, com urgência. Cuiabá-MT, 25 de novembro de 2019. Juiz Gonçalo Antunes de Barros Neto Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0009468-06.2014.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LUCIA BASSI ALBINO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA NARA VISSOTTO MACCARINI OAB - MT13614-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABRICIO LEITE CARNEIRO OAB - MT21428-B (ADVOGADO)
ADRIANO SOUZA PAULINO OAB - MT16689-O (ADVOGADO)
CIBELLY DE JESUS AMARAL OAB - MT18559-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 0009468-06.2014.811.0037 Origem: QUARTA VARA DA COMARCA DE PRIMAVERA DO LESTE Recorrente: MARIA LUCIA BASSI ALBINO Recorrido: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público” 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio

transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente MARIA LUCIA BASSI ALBINO, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para URV. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial, levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira da Recorrente MARIA LUCIA BASSI ALBINO e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformada, a Recorrente MARIA LUCIA BASSI ALBINO, nas razões recursais, aduz o que há distinção entre a natureza jurídica da conversão da URV e a reestruturação de carreira, não havendo se falar em compensação. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 12411983), o Recorrido MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente MARIA LUCIA BASSI ALBINO ocupa o cargo de agente comunitário de saúde, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Municipal n° 704/2001. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (20/12/2001) e a data da distribuição da presente actio (06/11/2014) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a "súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente MARIA LUCIA BASSI ALBINO ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000080-97.2014.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
IRAIDES MACHADO FERREIRA LIMA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GRACIELLY ROSA ORMOND OAB - MT18163-O (ADVOGADO)
ADRIELI GARCIA DE OLIVEIRA LOPES OAB - MT21213-A (ADVOGADO)
WILKER CHRISTI CORREA OAB - MT12228-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 0000080-97.2014.8.11.0031 Recorrente(s) : IRAIDES MACHADO FERREIRA LIMA Recorrido(s) : ESTADO DE MATO GROSSO DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7616937), passo à análise do presente feito. Visa a recorrente reformar a sentença prolatada no id. 5301896/5301897, que julgou improcedente a pretensão inicial que pleiteava a recomposição das perdas sofridas em decorrência da conversão da moeda para URV. Ainda, condenou a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, estando suspensa a exigibilidade pelo prazo de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 98, § 3°, do CPC/2015. Em argumento recursal, a recorrente

reafirma a tese inicial de que faz jus ao recebimento da diferença de URV decorrente da implantação do Plano Real no ano de 1994. Alega ainda, que os vencimentos dos servidores públicos estaduais não foram convertidos no último dia do mês de competência, implicando assim em perdas salariais no índice de 11,98. Ao final, pugna pela reforma da sentença singular. Não houve apresentação de contrarrazões pelo recorrido, conforme certidão lançada no id. nº 5301953. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. nº 6840881, manifestou pela ausência de necessidade de intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, não conhecer do recurso, verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III – não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou que julgou improcedente a pretensão inicial que pleiteava a recomposição das perdas sofridas em decorrência da conversão da moeda para URV. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa cargo da carreira dos Profissionais da Educação Básica, que foi reestruturada pela Lei Complementar nº 50/1998, pela qual foram definidos os subsídios para a categoria. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2014, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Com efeito, a Súmula nº 01, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, “a”,”b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. Pelas razões expostas, reconheço, de ofício, a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC, restando prejudicado o recurso interposto. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Por fim, determino a intimação da parte autora da presente decisão, por meio de seu causídico, Dr. Wilker Christi Corrêa, OAB/MT-12228 (id. 5301956). Cuiabá-MT, 29 de novembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0006180-48.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ELZIZA DIAS BRITO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 0006180-48.2016.811.0015 Origem: 6ª Vara Cível de Sinop/MT Recorrentes: Município de Sinop/MT e Elziza Dias Brito Recorridos: Município de Sinop/MT e Elziza Dias Brito Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSOS INOMINADOS. URV. PERDA SALARIAL. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, V, A, DO CPC/15. RECURSO DO ENTE PÚBLICO DEMANDADO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DA DEMANDANTE PREJUDICADO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, “porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público”. 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: “O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).”. 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Recurso do ente público provido para acolher a prejudicial de prescrição. 6. Recurso da demandante prejudicado. 7. Decisão monocrática em razão do disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil e Súmula 11 da Turma Recursal Única de Mato Grosso. RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pela Recorrente/Recorrida Elziza Dias Brito, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para UVR. Contestado o feito, foi proferida sentença de parcial procedência, nos seguintes termos: “Ex Positis”, JULGO PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, no sentido de: a) RECONHECER o DIREITO em favor da Autora a PERCEPCAO da DIFERENCA REMUNERATORIA decorrente da perda ocorrida quando da CONVERSKO do REAL para URV, obedecendo-se o LIMITE MAXIMO de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) e devendo, também, a incorporação incidir sobre quaisquer verbas percebidas no período,

inclusive 13° salario, férias, gratificações e demais vantagens que compõem a remuneração; b) FIXAR os JUROS de MORA no percentual de 6% ac ano, a partir da cITAc1"s.o e a coRRE¢11o MONETARIA pelo IPCA-E, tendo como TERMO INICIAL a data em que os valores deveriam ter sido inseridos no patrimônio dos servidores; c) CONSIDERAR a PRESCRICAO QUINQUENAL dos valores referentes aos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento desta ação; d) APURAR a EXISTENCIA de EVENTUAL PERDA SALARIAL, bem como o REAL PERCENTUAL DEVIDO, somente na LIQUIDAC§O de SENTENQA, por ARBITRAMENTO. Por conseguinte, DECLARO EXTINTO o PROCESSO com JULGAMENTO DE MERITO com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil/2015" Ambas as partes apresentaram recurso inominado. A Recorrente/Recorrida Elziza Dias Brito, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja reconhecido o seu direito à incorporação independentemente de eventual lei de implantação de regime de subsídio, excluindo-se da parte dispositiva a condicionante que consignou o termo final para o cálculo a data da publicação da referida lei ou da efetiva implantação do subsídio. O ente público Recorrente/Recorrido Município de Sinop, por sua vez, suscita prejudicial de prescrição, com fundamento no Decreto Federal 20.910/32. Em contrarrazões (Id. 12590974), a Recorrente/Recorrida Elziza Dias Brito refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço dos recursos inominados, porquanto preenchidos os pressupostos de admissibilidade. A sentença comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela Corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, litteris: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, a Recorrente/Recorrida Elziza Dias Brito ocupa o cargo de Gari referencia CE-02, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Municipal n°568/99. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (25/10/1999) e a data da distribuição (16/05/2016) da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, V, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso "se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". De igual modo, a Súmula nº. 02 desta Turma Recursal dispõe que o relator pode, monocraticamente, dar provimento ao recurso que impugna decisão que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, litteris: "O relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a sentença estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Recursal Única ou de Tribunal Superior, cabendo recurso interno para a turma recursal, no prazo de cinco dias". Posto isso, monocraticamente, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Município de Sinop para o fim ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO da pretensão inicial, julgando extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II do CPC. Por consequência, resta prejudicada a análise do recurso interposto por Elziza Dias Brito. Condeno a Recorrente/Recorrida Elziza Dias Brito ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do Código de Processo Civil. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000327-38.2017.8.11.0037
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVERTON SCHULTZ DE BARROS OAB - MT22432-O (ADVOGADO)
VINICIUS EMIDIO CEZAR OAB - MT16426-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABRICIO LEITE CARNEIRO OAB - MT21428-B (ADVOGADO)
JANAINE OTTONELLI OAB - MT17269-A (ADVOGADO)
RENATA CARRETO OAB - MT18929-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Recurso Inominado: 1000327-38.2017.8.11.0037 Origem: 4ª Vara Cível de Primavera do Leste Recorrente: Lourivaldo Rodrigues de Oliveira Recorrido: Município de Primavera do Leste Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: RECURSO INOMINADO. URV. PERDA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. PRECEDENTES DO C. STF E STJ. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 932, IV, A, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Segundo entendimento do C. STF, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público" 2. Assim, a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. 3. Além do precedente oriundo do C. STF, de observância obrigatória (art. 927 do CPC/2015), esta E. Turma Recursal também editou o Enunciado Sumular nº 11, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF).". 4. No caso concreto, as diferenças salariais pretendidas pela parte demandante encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira e a data da distribuição da presente actio transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. 5. Sentença que merece ser confirmada por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Recurso ao qual se nega provimento, mediante decisão monocrática (art. 932, IV, a, do CPC). RELATÓRIO: Cuida-se de ação aforada pelo Recorrente Lourivaldo Rodrigues de Oliveira, visando o recebimento da diferença salarial decorrente da perda ocorrida quando da conversão do Cruzeiro Real para URV. Contestado o feito, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição do direito postulado na exordial, levando-se em conta a data da lei que reestruturou a carreira do Recorrente e a tese fixada pelo C. STF quando do julgamento do RE nº 561836, com Repercussão Geral. Inconformado, o Recorrente Lourivaldo Rodrigues de Oliveira, nas razões recursais, aduz que a Lei Municipal n° 704/2001 não se refere ao pagamento da conversão e que enquanto não sobrevier lei que ajuste as remunerações com o percentual aludido não há que se falar em prescrição. Com base nesses argumentos, pugna pela reforma da sentença, a fim de que seja afastada a tese da prescrição e a ação julgada procedente. Em contrarrazões (Id 7271320), o Recorrido Município de Primavera do Leste refuta in totum as razões recursais, pleiteando pelo improvimento do recurso e consequente manutenção da sentença proferida nos autos por seus próprios fundamentos. É o que merece registro. DECISÃO MONOCRÁTICA Conheço do recurso, porquanto preenchido os pressupostos de admissibilidade. A sentença não comporta reforma. Com efeito, o Colendo Superior Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 561.836-RN, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de que a existência de leis posteriores reestruturando a carreira faz cessar o direito ao recebimento das diferenças salariais decorrentes da URV, "porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". Restou assentado pela corte superior, ainda, que a vigência da lei que reestrutura a carreira do servidor é o marco inicial do prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação. A propósito: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (STF - ED RE: 561836 RN - RIO GRANDE DO NORTE, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/12/2015, Tribunal Pleno) Igualmente, em decorrência da decisão supracitada, o Superior Tribunal de Justiça também reinterpretou a matéria, reconhecendo que a partir do momento em que houve a reestruturação da carreira, inicia-se a fluência do prazo para o exercício da pretensão. Nesse sentido: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. MILITARES. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. LEI Nº 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI DELEGADA Nº 43/2000. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DE TODAS AS PARCELAS RECLAMADAS APÓS O QUINQUÊNIO DA DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A LEI DELEGADA Nº 43/2000. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça veda a compensação de perdas salariais resultantes da conversão equivocada em URV com reajustes determinados por leis supervenientes, porém admite a limitação temporal das diferenças remuneratórias decorrentes da equivocada conversão do salário em URV, determinada pela Lei nº 8.880/90, em decorrência de posterior reestruturação remuneratória dos servidores. 2. O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão geral), adotou entendimento segundo o qual "(...) inequívoca conclusão de que é correto vedar a compensação [...] com aumentos supervenientes concedidos aos servidores públicos a título de reajuste ou revisão", todavia "o termo 'ad quem' da incorporação [...] é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira" (RE nº 561.836/RN, Rel. Min. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 10/02/2014). 3. Limitada a existência de possíveis diferenças salariais à edição da Lei Estadual Delegada nº 43/2000, com vigência a partir de junho/2000, e, ajuizada a ação somente após cinco anos a referida data, já se encontram prescritas todas as parcelas passíveis de restituição (cf. AgRg no REsp 1333769/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2013). 4. Reforma do acórdão da Segunda Turma para, reconhecendo a limitação temporal do reajuste buscado, negar provimento ao recurso especial. (REsp 1268004/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (REsp 1809026/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Esta E. Turma Recursal Única também editou a Súmula nº 11 referente às matérias da Fazenda Pública, que assim dispõe: "O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF)." No caso concreto, o Recorrente Lourivaldo Rodrigues de Oliveira ocupa o cargo de servente I, cuja carreira foi reestruturada pela Lei Municipal n°704/2011. Portanto, as diferenças salariais pretendidas encontram-se fulminadas pela prescrição, porquanto entre a data da publicação da lei que reestruturou a sua carreira (20/12/2001) e a data da distribuição da presente actio (15/05/2017) transcorreu-se prazo superior a 05 (cinco) anos. Nos termos do art. 932, IV, alínea a, do CPC, o relator pode, monocraticamente, negar provimento ao recurso que for contrário a "súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal". Posto isso, conheço o recurso inominado, porém, como a pretensão do Recorrente confronta com a jurisprudência do C. STF e STJ, bem como do entendimento da Súmula n.º 11 desta Turma Recursal, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO, consoante disposição do art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil. Condeno a Recorrente Lourivaldo Rodrigues de Oliveira ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando a exigibilidade do pagamento suspensa, enquanto perdurar a sua impossibilidade em adimpli-las, nos termos do artigo 98, § 3.º, do CPC. Preclusa a via recursal, devolva-se o feito à comarca de origem. É como voto. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001982-28.2014.8.11.0050
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMPO NOVO DO PARECIS (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IVANETE COELHO PASSOS (RECORRIDO)
JOSENAN LEMONIE GILIOLI (RECORRIDO)
SERENITA DE CASTRO (RECORRIDO)
TANIA NUNES MATTEI (RECORRIDO)
EDEZIO SENE DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
DELIR HITINGER (RECORRIDO)
CLARINDA FERNANDES LEITE OLIVEIRA (RECORRIDO)
FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERV MUN DE CAMPO N DO PARECIS (RECORRIDO)
ROZENILDE CASTRO DE OLIVEIRA (RECORRIDO)
SANDRA CRISTINA DE AVILA DEL BARCO (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROGERIO DE CAMPOS OAB - MT8967-O (ADVOGADO)
ANDERSON ELIAS SIEBERT OAB - MT18591-O (ADVOGADO)
CLAIR DIRLEI SCHEUERMANN OAB - MT12998-O (ADVOGADO)
PRISCILA SACARDI BIUDES RUBERT OAB - MT7286-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO: 0001982-28.2014.8.11.0050 Vistos, etc. Trata-se de reexame necessário, porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, somente resta a este relator determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Registro ainda, que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública. Às providências. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000832-48.2016.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA JULIANA DA SILVA (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE QUERENCIA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARNALDO THADEU SEGURA PEREIRA OAB - MT9401-A (ADVOGADO)
FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA OAB - MT10965-B (ADVOGADO)
JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO OAB - MT20144-O (ADVOGADO)
IEVE PATRICIA GONCALVES FERREIRA MARTINS OAB - MT22265/O-O (ADVOGADO)
CAMILA SCHNEIDER GARCIA SALAMONI OAB - MT15198-B (ADVOGADO)
NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO OAB - MT16295/O (ADVOGADO)
ANDERSON LOPES ALVES OAB - MT8953-O (ADVOGADO)
ANGELICA LUCI SCHULLER OAB - MT16791-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA JULIANA DA SILVA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE QUERENCIA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
IEVE PATRICIA GONCALVES FERREIRA MARTINS OAB - MT22265/O-O (ADVOGADO)
JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO OAB - MT20144-O (ADVOGADO)
ANGELICA LUCI SCHULLER OAB - MT16791-O (ADVOGADO)
CAMILA SCHNEIDER GARCIA SALAMONI OAB - MT15198-B (ADVOGADO)
ANDERSON LOPES ALVES OAB - MT8953-O (ADVOGADO)
NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO OAB - MT16295/O (ADVOGADO)
FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA OAB - MT10965-B (ADVOGADO)
ARNALDO THADEU SEGURA PEREIRA OAB - MT9401-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Vistos, etc. Não havendo providência judicial a ser adotada neste feito por este Relator, proceda-se a baixa dos autos à Comarca de origem. Tomem-se as demais providências de estilo. Intime-se. Cumpra-se. Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000078-81.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AURIMAR CARDOSO MARQUES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALLISON KENEDI DE LIMA OAB - MT16704-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Vistos etc. Por meio da petição digitalizada na ID. n° 23013455, a Reclamada BANCO DO BRASIL S/A, pugna pelo restabelecimento do prazo recursal, tendo em vista a demora na juntada do acórdão. Da análise dos autos, verifico que este processo foi levado à julgamento no dia 05.11.2019, e o acórdão e o voto foram digitalizados em 07.11.2019. Entendo que, no presente caso, não houve demora na disponibilização do acórdão e do voto, por isso, não deve haver nova intimação do acordão para fluir o prazo recursal. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de devolução do prazo recursal neste processo. Assim, devolvo à secretaria para que certifique-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão proferida no mov. nº 23226498, e após, encaminhe-se este feito ao Juízo de Origem. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), 11 de Dezembro de 2019. Valmir Alaércio dos Santos. Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-53 AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo Número: 1000078-81.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AGRAVANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
AURIMAR CARDOSO MARQUES (AGRAVADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALLISON KENEDI DE LIMA OAB - MT16704-A (ADVOGADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA Vistos etc. Por meio da petição digitalizada na ID. n° 23013455, a Reclamada BANCO DO BRASIL S/A, pugna pelo restabelecimento do prazo recursal, tendo em vista a demora na juntada do acórdão. Da análise dos autos, verifico que este processo foi levado à julgamento no dia 05.11.2019, e o acórdão e o voto foram digitalizados em 07.11.2019. Entendo que, no presente caso, não houve demora na disponibilização do acórdão e do voto, por isso, não deve haver nova intimação do acordão para fluir o prazo recursal. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de devolução do prazo recursal neste processo. Assim, devolvo à secretaria para que certifique-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão proferida no mov. nº 23226498, e após, encaminhe-se este feito ao Juízo de Origem. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá (MT), 11 de Dezembro de 2019. Valmir Alaércio dos Santos. Juiz de Direito – Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1008398-51.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JACI LANZANA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADRIANO DE AZEVEDO ARAUJO OAB - MT13179-B (ADVOGADO)

Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1008398-51.2016.8.11.0041 Recorrente (s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrida (s) : JACI LANZANA DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 12084955), passo à análise do presente feito. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 7238689), que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração da autora o percentual de 11,98%, cujo montante devido será apurado na fase de liquidação e cumprimento de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: 1) Preliminar: prescrição do fundo de direito; 2) A inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; 3) Reestruturação da carreira dos servidores públicos municipais; 4) Violação ao art. 85, § 4º, II, do CPC. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. nº 8059647, manifestou pela ausência de necessidade de intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando o requerido a incorporar à remuneração da autora o percentual de 11,98%, cujo montante devido será apurado na fase de liquidação e cumprimento de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de professora, cuja carreira foi reestruturada pela Lei nº 4594/2004, pela qual foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2016, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 04 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003244-52.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
SAULO APARECIDO PAVAN DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN CARDOSO DE ANDRADE OAB - MT13008-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

Reexame Necessário: 1003244-52.2016.8.11.0041 Origem: 4.ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CUIABÁ Reclamante: SAULO APARECIDO PAVAN DA SILVA Reclamado: ESTADO DE MATO GROSSO Juíza Relatora: LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. REMESSA DOS AUTOS À E. TURMA RECURSAL, APÓS O JULGAMENTO DO IRDR N.º 85560/2016. DESCABIMENTO NO RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO. 1. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que “compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial”. 2. Sucede, no entanto, que no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009. Neste contexto, considerando a modificação da competência, impõe-se o não conhecimento do reexame necessário. 3. Inexistindo recurso voluntário a ser examinado por esta E. Turma Recursal, a devolução dos autos à origem é medida impositiva. 4. Reexame Necessário não conhecido. DECISÃO MONOCRÁTICA VISTOS, ETC. Dispensado o relatório, atendido o disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que “compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial”. Sucede, no

entanto, que no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, nos termos do artigo 11 da Lei 12.153/2009. "Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário." Neste contexto, considerando a modificação da competência, impõe-se o não conhecimento do reexame necessário. Inexistindo, ainda, recurso voluntário a ser examinado por esta E. Turma Recursal, a devolução dos autos à origem é medida impositiva. Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência pátria: RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. MAGISTÉRIO. REAJUSTES DO ART. 8º, INCISOS IV E V, DA LEI Nº 10.395/95. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA - ULTRA PETITA. (...) REEXAME NECESSÁRIO. A teor do artigo 11 da Lei nº 12.153/2009, não há reexame necessário no âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública. (...) RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Recurso Cível Nº 71005663125, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Rosane Ramos de Oliveira Michels, Julgado em 27/10/2015) RECURSO INOMINADO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTES PREVISTOS NA LEI 10.395/95. PARCELA AUTÔNOMA E PERCENTUAL DE 20% DA PARCELA AUTÔNOMA INCORPORADO AO VENCIMENTO BÁSICO. CORREÇÃO MONETÁRIA. (...) REEXAME NECESSÁRIO. No âmbito do sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública, não há reexame necessário, de acordo com o artigo 11 da Lei 12.153/2009. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME. (Recurso Cível Nº 71005574025, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Deborah Coleto Assumpção de Moraes, Julgado em 27/10/2015) Posto isso, VOTO no sentido de NÃO CONHECER DO REEXAME NECESSÁRIO, determinando a devolução dos autos à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. LAMISSE RODER FEGURI ALVES CORRÊA JUÍZA DE DIREITO - RELATORA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001033-93.2019.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA LOPES DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-A (ADVOGADO)
VIVO S.A. OAB - 02.449.992/0001-64 (REPRESENTANTE)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1001033-93.2019.8.11.0055 Recorrente(s) : AMANDA LOPES DA SILVA Recorrida(s) : VIVO S.A DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Visa a recorrente reformar a decisão prolatada aos autos (id. 26022175), que homologou o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo e julgou improcedente o pleito inicial e procedente o pedido contraposto, condenando a reclamante ao pagamento dos valores de R$ 82,89 (oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos), com correção monetária pelo INPC, desde a data do respectivo vencimento e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Ainda, condenou a parte autora em litigância de má-fé ao pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor dado à causa, além das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 55, da Lei nº 9.099/95. Em argumento recursal, a recorrente alega a ausência de relação jurídica entre as partes, bem como a ocorrência de danos morais. Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, a recorrida refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02, da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, objetiva desnaturar os efeitos da sentença recorrida que foi de encontro com entendimento pacificado nesta Turma Recursal, passo diretamente à apreciação da matéria. Inicialmente, constata-se que o pedido de justiça gratuita formulado pela recorrente não foi apreciado pelo Juízo singular. Assim, defiro tal pleito, ressalvadas as hipóteses legais de revogação posterior do benefício. Da análise dos documentos anexados aos autos (id. 26022155), vê-se que a recorrente teve o seu nome inscrito no órgão de proteção ao crédito pela recorrida, no valor de R$ 82,89 (oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos), sendo que tal fato, por si só, induz a presunção de que haja abalo ao crédito e responsabilidade caso não se tenha justificativa para tal. Por outro lado, tenho que a parte ré não logrou êxito em demonstrar a contratação pela autora do serviço que originou o débito negativado, apresentando apenas faturas e telas sistêmicas, que se tratam de provas unilaterais e não possuem o condão de comprovar a efetiva contratação. Neste sentido: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. TELAS SISTÊMICAS/FATURAS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ORGANISMO DE PROTEÇÃO CREDITÍCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. APLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. INSCRIÇÕES PREEXISTENTES. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de ação na qual a Recorrente postula pela declaração de inexistência de débito, bem como indenização por danos morais decorrente de inscrição indevida oriunda de suposto débito com a empresa Recorrida. 2. Diante da negativa da Recorrente em ter celebrado contrato com a empresa Recorrida, cabia a esta o ônus de provar a regularidade da contratação, entretanto, não acostou aos autos qualquer documento capaz de demonstrar a existência das negociações. 3. Ao contrário do afirmado na origem, telas sistêmicas/faturas colacionadas aos autos são documentos unilaterais e não se prestam a comprovar a efetiva contratação e utilização dos serviços pela consumidora. 4. Possível fraude perpetrada por terceiro, cuja responsabilidade é da empresa Recorrida ao não tomar as cautelas necessárias ao contratar, certificando-se da identidade de quem contrata consigo. 5. Por tal razão, impõe-se a declaração da inexistência do débito em questão, ante a ausência de comprovação da regularidade da dívida cobrada pela empresa Recorrida. 6. No que tange ao dano moral, é o caso de se aplicar a Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, em razão da existência de anotações preexistentes em nome da Recorrente nos órgãos de proteção ao crédito, a respeito das quais não veio aos autos notícias da sua ilegalidade. 7. Sentença reformada. 8. Recurso conhecido e parcialmente provido. (Recurso Inominado nº 0018894-42.2017.8.11.0003, 2ª Turma Recursal Temporária do Estado de Mato Grosso, Relatora Juíza Lamisse Roder Feguri Alves Correa, julgado em 17/07/2018) (grifei) Logo, tenho que indevida a inclusão do nome da recorrente no órgão de proteção ao crédito, dando ensejo à ocorrência de dano moral. Ressalte-se ser desnecessária a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai pela só verificação da conduta, ocorrendo o chamado dano in re ipsa. Ou seja, a constatação do dano moral no caso concreto se satisfaz pela simples verificação da inclusão indevida do nome da recorrente no órgão de proteção ao crédito. Neste sentido: AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS PRESUMIDOS. SÚMULA N° 83/STJ. PRECEDENTES. DIMINUIÇÃO DO VALOR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SÚMULA N° 7/STJ. 1. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 é inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada. 2. O dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato. Precedentes. Súmula n° 83/STJ. 3. O valor fixado a título de danos morais, quando razoável e proporcional, não enseja a possibilidade de revisão, no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno não conhecido. (STJ - AgInt no AREsp 1026841/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 19/10/2017) (grifei) No que tange ao quantum indenizatório, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixo o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de

danos morais, que se mostra adequado ao caso concreto, servindo para compensar a recorrente pelos transtornos sofridos, sem lhe causar o enriquecimento indevido. Também, como medida de caráter pedagógico. Desse modo, restando evidenciada a ilegitimidade do débito discutido nos autos, há que se reconhecer a improcedência do pedido contraposto. Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e dou-lhe parcial provimento para declarar a inexistência do débito negativado, no valor de R$ 82,89 (oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos), bem como condenar a recorrida/reclamada ao pagamento em favor da recorrente/reclamante da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do evento danoso, e correção monetária medida pelo INPC, a partir desta decisão. Ainda, para julgar improcedente o pedido contraposto, afastando a condenação por litigância de má-fé. Por fim, determino à secretaria do Juizado de origem que expeça ofício ao órgão de proteção ao crédito, a fim de proceder a exclusão do nome da parte autora do cadastro, no que diz respeito a presente dívida. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1006442-97.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDA HELENA VIOLA RODRIGUES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO BORGES DE SOUZA OAB - MT15490-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO - URV – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a”, DO NCPC C/C A SÚMULA Nº 02 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de modo que a sentença deve ser reformada para improcedência dos pedidos da petição inicial. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, contra a sentença que entendeu que deve ser feita a incorporação do percentual de 11,98% a título de URV e ainda o pagamento dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, aduzindo o Estado de Mato Grosso Recorrente que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica “Dif.Conv. MP -482-URV”, fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também, que os servidores do Poder Executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês naquela época, bem como que no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela ocasião, o então governador apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994, assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que “... no caso dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, as Leis Complementares nºs. 7360/2000 e 8269/2004, reestruturaram, por completo, suas carreiras, implementando o subsídio e destacando cargos e atribuições, além, obviamente, de promoverem generoso aumento salarial...”. Pugnou ao final: pelo reconhecimento da prescrição quinquenal; ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças; e, ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida rebateu as alegações da prescrição, invocando o DECRETO FEDERAL nº 20.910/32 e ainda a Súmula nº 85 do STJ, que não acolhe a prescrição do fundo de direito (situação jurídica fundamental), restando as parcelas do último quinquênio anterior à propositura da demanda; aduziu mais, que o pagamento sob a rubrica “Dif.Conv. MP-482-URV” não induz de forma automática à recomposição salarial quando da conversão equivocada da moeda, pois apenas juntar as fichas salarias não seria o bastante para demonstrar tal perda da recomposição da moeda pela Medida Provisória 482, convertida em Lei 8880/94 e que os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença, repisando, no mais os pleitos da exordial, no que tange do direito à incorporação do percentual de 11,98% a título de URV, inclusive aos servidores do Poder Executivo, aplicando-se ao mesmo o artigo 168 da CF, e que eventuais aumentos em si mesmo, não suprimem o direito da recomposição da conversão errada da moeda anteriormente ocorrida. Assim, pugnou pela manutenção integral da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do Ofício nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório necessário. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade de o relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: “SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017).” Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994.” Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios nºs 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica “DIF.CONV.MP – 482-URV”, ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID

7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da parte Recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que tem que se ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994.". Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela LEI 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO

PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 05 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, as Leis Complementares nºs 7360/2000 e 8269/2004 – Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS –, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas digo isto apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como, devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial do autor. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, CONHEÇO do recurso inominado aviado e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para julgar totalmente improcedentes os pleitos exordiais, nos moldes do artigo 487, inciso I, do NCPC, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 02 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso V, “a”, do NCPC. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais, pelo fato de o Estado ser isento, e sem a condenação em honorários advocatícios, diante do que dispõe o artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as

custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Após o trânsito em julgado, devolvam-se os autos à origem com as baixas e anotações pertinentes de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005772-06.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
KAIO CESAR SOUZA BELGROVICZ (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - PR56918-A (ADVOGADO)

Vistos, etc... Vieram-me os autos conclusos para apreciar pedido de devolução do prazo recursal. De fato, verifico que a sessão de julgamento ocorreu em 26/09/2019, no entanto o voto e acórdão somente foram lançados em 03/10/2019, ou seja, após fluído o prazo recursal. À vista do exposto, DEFIRO o pedido de devolução de prazo, o qual passa a fluir a partir da intimação da presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8011925-91.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ CATARINA DE ARRUDA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA PINHEIRO REGO OAB - MT14215-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO)

Vistos, etc... Vieram-me os autos conclusos para apreciar pedido de devolução do prazo recursal. É sabido que, em se tratando de Juizado Especial, o prazo recursal inicia-se da sessão de julgamento, conforme Enunciado 85 do FONAJE. Dispõe o Enunciado 85 do FONAJE: ENUNCIADO 85 – O Prazo para recorrer da decisão de Turma Recursal fluirá da data do julgamento (XIV Encontro – São Luís/MA). Ademais, é praxe que os acórdão, em regra, sejam disponibilizados para lançamento no próximo dia útil seguinte ao julgamento, no entanto algumas vezes são confeccionados em momento posterior devido ao número de processos o que justifica a data no lançamento do voto e acórdão. À vista do exposto, INDEFIRO o pedido de devolução de prazo. Certifique-se o trânsito em julgado e, acaso operado este, DETERMINO a baixa dos autos à origem. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se. Lúcia Peruffo Juíza de Direito Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001701-03.2017.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIEL FRANCISCO TEIXEIRA DE OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0020-07 (REPRESENTANTE)

Recurso Inominado nº: 1001701-03.2017.8.11.0001 – PJE – CH Origem: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE CUIABÁ Recorrente(s): GABRIEL FRANCISCO TEIXEIRA DE OLIVEIRA Recorrido(s): ESTADO DE MATO GROSSO Juiz Relator: Data de Julgamento: DRA. PATRÍCIA CENI 10/12/2019 Vistos, etc. De proêmio, cumpre anotar que a gratuidade de justiça é matéria de ordem pública, podendo ser revista a qualquer tempo. É importante salientar que o art. 98 do CPC/2015, ao tratar dos beneficiários da justiça gratuita, assim estabelece: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.” In casu, o Recorrente não demonstra a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, nem tampouco possuir condições econômicas pouco favoráveis que o impeça de pagar à custa processual, uma vez que em nenhum momento este colaciona os extratos da sua conta bancária, faturas de cartão, comprovante de renda e outros documentos que evidenciariam sua real condição econômico-financeira. Com efeito, denota-se dos autos que o Recorrente informa ser Servidor Público, bem como aduz não possuir condições de arcar com a custa do preparo, no entanto, em pesquisa realizada ao Portal transparência, verifica-se que este possui remuneração no valor de R$ 19.029,48 (Dezenove mil e vinte nove reais e quarenta e oito centavos), e apesar de ocorrerem deduções em sua remuneração, este ainda recebe liquido o montante de R$ 13.148,13 (Treze mil cento e quarenta e oito reais e treze centavos), ou seja, a alegação que não possui condições é totalmente inconsistente. Vejamos: Pesquisa realizada no Portal transparência no dia 06/12/2019 É sabido ainda que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário, o que não é o caso dos autos. É sabido ainda que o benefício da justiça gratuita deve ser deferido com cautela e parcimônia, objetivando o cumprimento do papel a ela imposta, qual seja, de possibilitar as pessoas mais carentes e desprovidas de condição econômica o acesso ao Poder Judiciário, evitando o uso predatório da jurisdição, notadamente quando as pessoas atualmente vem criando teses na tentativa de não ter despesas processuais, sendo que ao final, quem acaba por pagar tais despesas é o Estado. Assim, uma análise mais minuciosa de cada caso, visa exatamente conter os gastos públicos decorrentes da utilização abusiva do benefício da gratuidade de justiça por parte daqueles que financeiramente não têm legitimidade para pleiteá-lo. Sobre o assunto, o desembargador Henry Petry Junior, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina afirma que: "A deliberação sobre a gratuidade deve estabelecer critérios que sejam de fácil identificação pelas partes e que as decisões sejam baseadas nesses critérios. A própria parte pode impugnar a gratuidade quando a outra está em uma rede social ostentando bens materiais ou viagens incompatíveis com a declaração, por exemplo. Esses são os chamados sinais exteriores de riqueza, que também devem ser observados pelos oficiais de Justiça". No mesmo sentido, os seguintes precedentes jurisprudenciais: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIAGEM INTERNACIONAL. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA NÃO COMPROVADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. A presunção de pobreza que milita em favor daquele que afirma essa condição, consoante o § 1º, do art. 4º, da Lei 1.060/50, é relativa, o que permite ao Juiz considerá-la insuficiente para a concessão do benefício da gratuidade de justiça sempre que a situação social, profissional ou patrimonial do requerente mostre-se incompatível com o benefício pleiteado. Neste sentido, o verbete sumular nº 39 deste Tribunal: "É facultado ao Juiz exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos, para obter concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 5º, inciso LXXIV, da CF), visto que a afirmação de pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade." No caso em exame, verifica-se que os Agravantes não apresentaram elementos hábeis a comprovar a alegada hipossuficiência econômica. Com efeito, uma viagem internacional não pode ser adquirida por uma pessoa economicamente hipossuficiente. Portanto, a concessão do benefício da gratuidade de justiça afrontaria a própria natureza do instituto. Diante desse painel fático, forçoso concluir o acerto do decisum hostilizado, não havendo nenhum elemento novo capaz de demover o juízo de valor realizado pelo magistrado a quo. Decisão mantida RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. (TJ-RJ - AI: 00624606720138190000 RJ 0062460-67.2013.8.19.0000, Relator: DES. JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO, Data de Julgamento: 19/11/2013, VIGÉSIMA QUARTA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR, Data de Publicação: 21/01/2014 00:00) (GRIFO NOSSO) Assim, ante o exposto, REVOGO O

BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA anteriormente concedido, diante do não preenchimento dos requisitos necessários para tal. Desta forma, determino a imediata intimação do Recorrente para que proceda no prazo improrrogável de 48 horas, a quitação do valor das custas a serem apuradas, sob pena de deserção. Determino a retirada do processo de pauta. Cumpra-se. Dra. Patrícia Ceni Juíza de Direito - Relatora

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000480-13.2017.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
IZONILDES PIO DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IZONILDES PIO DA SILVA OAB - MT6486-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CONDOMINIO RESIDENCIAL SAINT GERMANY (RECORRIDO)
REGINA DELIBERAI TREVISAN (RECORRIDO)
VERA LUCIA SOARES GOMES (RECORRIDO)
HILTON GIOVANI NEVES (RECORRIDO)
LUIZ RENATO DE BARROS BAMBIRRA (RECORRIDO)
ADVAIR ALVES BATISTA (RECORRIDO)
ZAIRA DE MELO PEREIRA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCUS VINICIUS ARAUJO FRANCA OAB - MT13408-A (ADVOGADO)

CERTIDÃO CERTIFICO que foram opostos Embargos de Declaração no prazo legal, de acordo com o dispositivo no art. 49 da Lei nº 9.099/95. . CERTIFICO ainda, que em cumprimento à Ordem de Serviço n° 01/2014 (DJE 13.01.2014), art. 1º, III, tendo em vista o efeito infringente dos embargos, procedo a intimação da parte contrária para apresentar suas contrarrazões. . Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019 ADRIANA TRUFFI ANALISTA JUDICIÁRIA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1002410-07.2018.8.11.0000
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO CAVADAS FILHO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA OAB - MT4032-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ TURMA RECURSAL ÚNICA Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito/Relator EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REMESSA DO FEITO À E. TURMA RECURSAL, APÓS O JULGAMENTO DO IRDR N. 85560/2016. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA PARA O JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA IRRECORRÍVEL. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. 1. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que “compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial”. 2. É de sabença que em regra, no microssistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública não é cabível recurso contra decisões interlocutórias, com exceção daquelas em que se defere ou indefere providências cautelares ou antecipatórias no curso do processo, consoante disposição inserta no art. 3.º da Lei n.º 12.153/09. 3. Recurso a que se nega seguimento. DECISÃO MONOCRÁTICA VISTOS, etc. Dispensado o relatório, atendido o disposto no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. De início, impõe-se esclarecer que o presente feito fora remetido à esta E. Turma Recursal em razão do julgamento do IRDR 85560/2016, no qual o E. Tribunal de Justiça Estadual fixou a tese no sentido de que “compete ao Juizado Especial da Fazenda Pública o processamento e o julgamento das ações, em que o valor da causa não ultrapasse a 60 (sessenta) salário mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade da produção da prova pericial”. Trata-se de recurso de Agravo de interposto pelo José Antonio Cavadas Filho, em face da r. decisão proferida pelo Juízo da Terceira Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá que, nos autos de Execução de Título Extrajudicial - Processo nº 20042-47.2012.811.0041, promovida pelo recorrente em desfavor do Estado de Mato Grosso, indeferiu o pedido de expedição de precatório complementar, por não reconhecer o direito do agravante em receber juros moratórios entre a data da última atualização monetária em 01 de novembro de 2012 até a data da inscrição do precatório em 11 de fevereiro de 2014. Sucede, no entanto, que na sistemática dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, somente é cabível a interposição de recurso contra sentença, ressalvada as hipóteses em que se analisam providências cautelares ou antecipatórias no curso do processo, consoante disposições insertas nos arts. 3.º e 4.º da Lei n.º 12.153/09, in verbis: Art. 3.º- O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Art. 4º- Exceto nos casos do art. 3.º, somente será admitido recurso contra a sentença. No caso em comento, tratando-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que declinou da competência do feito originário para o Juizado Especial da Fazenda Pública, sem cunho antecipatório e cautelar, incabível a utilização do recurso em análise. A propósito, eis os seguintes casuísmos jurisprudenciais, litteris: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. INCONFORMISMO DO AGRAVANTE. PARTE DEMANDANTE. RECURSO SEM PREVISÃO LEGAL NO AMBITO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. IRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS. O manejo de agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas pelos julgadores a quo não encontra respaldo na legislação que rege o Juizado Especial Cível. Inconformismo que não merece conhecimento. RECURSO NÃO CONHECIDO (Agravo de Instrumento Nº 71007356157, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Carvalho Fraga, Julgado em 30/11/2017). AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. RECURSO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. DECLINIO DE COMPETÊNCIA. RECURSO INADIMISSÍVEL. A lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública nº 12.153/2009, somente admite recurso contra decisão que concede medida cautelar e antecipatória no curso do processo, para evitar dano de difícil ou incerta reparação, bem como a possibilidade de interposição de recurso inominado contra a sentença. Inadmissível, assim, Agravo de Instrumento contra decisão que declinou da competência. RECURSO NÃO CONHECIDO. (Agravo de Instrumento Nº 71005556881, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, Julgado em 18/06/2015) Posto isso, NÃO CONHEÇO do presente recurso de agravo de instrumento, em face da ausência de previsão legal, nos termos do art. 932, III, do CPC/15. Preclusa a via recursal, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo. Às providências. Cumpra-se. Dr. Sebastião de Arruda Almeida Juiz de Direito – Relator.

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1001202-23.2018.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ZUCARMO SANTANA DIAS DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MANOEL AUGUSTO DE FIGUEIREDO COELHO OAB - MT4937-O (ADVOGADO)
SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA OAB - 09.477.652/0001-96 (REPRESENTANTE)

CERTIDÃO CERTIFICO que foram opostos Embargos de Declaração no prazo legal, de acordo com o dispositivo no art. 49 da Lei nº 9.099/95. . CERTIFICO ainda, que em cumprimento à Ordem de Serviço n° 01/2014 (DJE 13.01.2014), art. 1º, III, tendo em vista o efeito infringente dos embargos, procedo a intimação da parte contrária para apresentar suas contrarrazões. . Cuiabá-MT, 11 de dezembro de 2019 ADRIANA TRUFFI ANALISTA JUDICIÁRIA

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1028446-94.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADAO GONCALVES GOMES (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

ESLY GERALDO PINHEIRO OAB - MT16549-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Órgão : 1ª TURMA RECURSAL TEMPORÁRIA N. Recurso : 1028446-94.2017.8.11.0041 Recorrente (s) : MUNICÍPIO DE CUIABÁ Recorrido (s) : ADÃO GONÇALVES GOMES DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos etc. Conforme determinação do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, que encaminhou os autos para este Juízo (id. 7616910), passo à análise do presente feito. Dessa decisão, o Município de Cuiabá opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Visa o recorrente reformar a decisão prolatada nos autos (id. 5545813), que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o requerido ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Em argumento recursal, o recorrente alega: Preliminar: prescrição do fundo de direito; Inexistência de diferença a ser restituída a título de URV; Reestruturação da carreira dos servidores públicos do Executivo municipal – Leis nºs 93/2003; 94/2003; 4594/2004; 152/2007; 153/2007 e 154/2007; Ao final, requer a reforma da sentença recorrida. Em contrarrazões, o recorrido refuta os fundamentos lançados nas razões recursais, pugnando pela manutenção da sentença singular. O Ministério Público, por meio da petição lançada no id. nº 7051226, manifestou pela ausência de necessidade de intervenção no presente feito. É o relatório. DECIDO. Pois bem. Consoante inteligência do art. 932, inciso V, alínea a, do Código de Processo Civil, é permitido ao Juiz Relator, mediante decisão monocrática, dar provimento ao recurso, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V – depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; (...) (grifei) Ademais, a Súmula nº 02 da Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. Com efeito, tendo em vista que o presente recurso amolda-se ao dispositivo normativo evidenciado, bem como ao referencial sumular, pois, vai de encontro ao entendimento pacificado nesta Turma Recursal acerca da matéria, passo a análise da irresignação processual. Cuida-se de recurso interposto contra a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, condenando o requerido ao pagamento de eventual percentual devido a título de URV, devendo tal valor ser apurado em liquidação de sentença. Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 561.836/RN, cuja repercussão geral foi reconhecida, firmou entendimento no sentido de que o servidor público tem direito a pleitear a incorporação de eventual defasagem salarial em virtude da conversão da moeda em URV até a reestruturação remuneratória. Vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. (...) 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. (...) (RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014) (grifei) No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) (grifei) Em consequência, inicia-se o prazo prescricional para reclamar diferenças não recebidas nos 05 (cinco) anos anteriores à reestruturação remuneratória das carreiras de cada categoria de servidor público. A Súmula nº 11, editada pela Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, assim dispõe: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público. (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). (grifei) O artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, preleciona: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. (grifei) No caso dos autos, constata-se que a parte autora ocupa o cargo de auxiliar municipal, cuja carreira foi reestruturada pelas Leis nºs 152/2007 e 154/2007, pelas quais foram definidos os subsídios para a categoria dos servidores públicos do Executivo do Município de Cuiabá/MT. Desse modo, tendo a parte autora ingressado com a ação em 2017, ou seja, após transcorridos mais de 05 (cinco) anos da data da reestruturação do quadro remuneratório, resta configurada a prescrição de fundo do direito. A propósito: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. Decorridos mais de cinco anos entre a lei que implementou novo regime remuneratório e o ajuizamento da ação, estão prescritas todas parcelas porventura decorrentes de suposta conversão errônea de vencimentos em URV (cf. AgInt no REsp 1577459/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/11/2018). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1804128/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 19/09/2019) (grifei) Pelas razões expostas, conheço do recurso, posto que tempestivo, e DOU-LHE PROVIMENTO para reconhecer a prescrição da pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, em razão do resultado do julgamento, nos termos do que dispõe o artigo 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Cuiabá-MT, 05 de dezembro de 2019. Juiz GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004182-37.2014.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTH CARDOSO RIBEIRO DOS SANTOS OAB - MT10350-A (ADVOGADO)
HERMES TESEU BISPO FREIRE JUNIOR OAB - MT67287-A (ADVOGADO)
ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA OAB - MT14387-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRA DOS SANTOS CASTRO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILKER CHRISTI CORREA OAB - MT12228-O (ADVOGADO)
JUCELI DE FATIMA PLETSCH OAB - MT16261-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, “a” DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O

entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas Leis Municipais nºs 961/1994 e 962/1994, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001068-35.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUAREZ BATISTA DE SOUZA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
SAAES - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE SINOP (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do

artigo 932, V, “a” do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, “a”, “b” e “c” do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: “SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF).” Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 568/99, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido.” Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001383-27.2016.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO VALTER ALVES DO CARMO (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DERCIO LUPIANO DE ASSIS FILHO OAB - MT12466-A (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO

– OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 672/2005, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0007682-67.2014.8.11.0055
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE RICARDO FERREIRA GOMES OAB - MT11837-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:

IDELMA SANTA RANIERI VILELA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JUCELI DE FATIMA PLETSCH OAB - MT16261-O (ADVOGADO)
KESSILA RODRIGUES LOPES OAB - MT19952-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 2.875/2008, que dispôs sobre a reestruturação das carreiras da presente municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição de fundo de direito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0000587-02.2017.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEROLAYNE LORRAYNE CASTALDELI GUALBERTO OAB - MT19873-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ZENAIDE MARCIA DE BESSA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYWMY EDWARDA ARAUJO SILVA OAB - MT23677-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INGRESSO DA AÇÃO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA REFORMADA – SÚMULA DA FAZENDA PÚBLICA Nº 11 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, V, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 02 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 02 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 5 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e o ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei 20910/32 e ainda RE 561836/RN- STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pelas Súmulas da Fazenda Pública de nºs 10 e 11 publicadas em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser reformada. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de recurso aviado pela municipalidade contra a sentença que determinou a implantação do pagamento de valores de URV, bem como pagamento de valores atrasados em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A municipalidade aduziu a ausência do direito alegado e ainda prescrição. Em sede de contrarrazões o recorrido pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, DAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 02 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: SÚMULA Nº 02: O Relator, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão recorrida estiver dentro das hipóteses do artigo 932, V, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias para a decisão colegiada da Turma Recursal. (Nova redação aprovada em 12/09/2017). Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pela Lei Municipal nº 672/2005, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, sendo o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, bem ainda o marco para basear que a presente lide fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016) No mesmo diapasão foi a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) Ainda no mesmo julgado acima noticia-se que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso e no mérito DOU-LHE PROVIMENTO para acolher a prescrição, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos moldes do artigo 487, inciso II do NCPC. Isento de custas processuais e sem a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, ante o resultado do recurso, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95. Registro ainda que, com a mudança de locação / competência, as regras de sucumbência são as do Juizado Especial, em superação à qualquer outra, diante da existência de Lei Especial (Lei 9099/95) em sobreposição à Lei Geral (NCPC). Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários

em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1003232-82.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ EDUARDO CALLONTI VIERA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ IORI OAB - MT7865-A (ADVOGADO)
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: “Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. ” Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, “ipsis litteris”: “Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis”. Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria “zero”. Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências. Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1004958-91.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VANDELEUSA FARIAS LIMA (RECORRIDO)
MUNICIPIO DE SINOP (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT13079-A (ADVOGADO)
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT5395-O (ADVOGADO)
CARLOS MELGAR NASCIMENTO OAB - MT17735-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

REEXAME NECESSÁRIO DECISÃO Vistos etc. Trata-se de reexame necessário, que foi declinado para a Turma Recursal / Juizados Especiais da Fazenda Pública, diante da decisão proferida nos autos (ID n°), porém, em sede de Juizado Especial, inexiste reexame necessário, nos moldes do artigo 11 da Lei dos Juizados da Fazenda Pública, senão vejamos: “Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário. ” Além disso, nos termos dos incisos do §3º do art. 496 do CPC, também não será aplicado o reexame necessário quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União, 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados e os Municípios que constituam suas capitais e 100 (cem) salários-mínimos para os demais Municípios, “ipsis litteris”: “Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [...] – omissis § 3º Não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. [...] – omissis”. Como não existe se falar em reexame necessário em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, inexistindo qualquer objeção por quaisquer das partes, somente resta a este relator, determinar que o feito baixe à origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para os devidos atos subsequentes. Via de regra, caberia a liquidação num segundo momento, porém, após os estudos e vários julgamentos a Turma Recursal do Estado de Mato Grosso editou as seguintes súmulas: SÚMULA 10: Os servidores públicos do Poder Executivo estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6.528 de 15/09/1994. SÚMULA 11: O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 561836/RN-STF). Tais súmulas chegaram à conclusão de que os servidores do executivo estadual padecem do direito à URV, bem como, em especial aos servidores municipais, deve ser observada a prescrição com base no marco de início da edição da primeira lei de reestruturação de carreiras e vencimentos de cada município, o que levaria à conclusão de em tais situações a liquidação seria “zero”. Até pouco tempo atrás tinha-se a cultura de conceder o direito à URV, para posterior liquidação, sem nenhuma profundidade, porém, tal quedou-se neste momento, resolvendo-se tal questão pela TRU. Registro ainda que, por óbvio, como o feito fora declinado para os Juizados Especiais o mesmo deverá seguir o valor máximo de custos no processo ao teto dos Juizados da Fazenda Pública em até 60 (sessenta) salários-mínimos, que deverá ser observado pelo magistrado da origem. Desta feita, ante tais fatos, determino o envio do presente feito para a Comarca de Origem, para os Juizados Especiais com atribuições da Fazenda Pública, para as providências necessárias, cientificando-se o magistrado acerca das aludidas Súmulas e sua aplicação pela Turma Recursal EM TODOS OS CASOS. Às providências.

Alex Nunes de Figueiredo Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1015849-93.2017.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
TACIANE GARCEZ MAURICIO (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA NIEDERLE OAB - MT10458-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CUIABÁ (RECORRIDO)
Outros Interessados:
MPEMT - CUIABÁ - JUIZADO ESPECIAL (CUSTOS LEGIS)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA – MARCO INICIAL – DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – AÇÃO AJUIZADA ALÉM DO PRAZO PRESCRICIONAL – SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO ESCORREITA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E SÚMULA Nº 11 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 11 da TRU em assuntos da Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Ultrapassados o prazo de mais de 05 (cinco) anos entre a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras e a data do ajuizamento da demanda, passa a ocorrer a prescrição ao eventual direito de recomposição / pagamento de diferenças da conversão da moeda de Cruzeiro Real para Unidade Real de Valor, nos ditames do Decreto-Lei nº 20.910/32 e ainda RE 561836/RN-STF e o julgamento dos embargos de declaração deste mesmo recurso extraordinário, com efeito repetitivo. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 11 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso interposto contra a sentença que reconheceu a prescrição, tomando-se como termo a data da reestruturação da carreira, no que tange da eventual defasagem ocorrida pela equivocada conversão da URV, de modo que o recurso aviado pugnou pelo provimento e acolhimento das pretensões da inicial. Em sede de contrarrazões a parte Recorrida pugnou pela manutenção da sentença. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Decido. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 11 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA Nº 11 – O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão de moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratória das Carreiras de cada categoria de servidor público (Embargos de Declaração do RE 861836/RN-STF)." Deve ser observada a data da reestruturação das carreiras, de onde, pelas LC's 93/03, 94/2003, LC 152/2007, LC 153/2007, bem como pela Lei Municipal nº 4.594/2004, dispôs sobre a reestruturação das carreiras daquela municipalidade, de onde este seria o termo limite para se pleitear qualquer tipo de valores de URV, de onde, a ação presente fora ajuizada em data além do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, do Decreto Lei 20.910/32. Em recentíssimo julgamento no RESP 1.809.026/AL, da lavra do Ministro Herman Benjamin, decidido em data de 25/06/2019 e publicado em data de 02/08/2019, assim ficou lançado: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido." Em outros casos idênticos seguem as decisões do STJ: "ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1451549/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 23/05/2016).". Outra não foi também a conclusão do Ministro Luiz Fux, quando decidiu os Embargos de Declaração no RE 561836/RN que se tornou caso de repercussão geral sobre o tema, senão vejamos: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016).". Ainda, o mesmo julgado acima noticia que seria paga, no caso de decréscimo salarial a ser devidamente demonstrado, quando da reestruturação da carreira, uma verba destacada com o nome de VPNI que seria absorvida com o passar dos anos, com as recomposições salariais que viessem ocorrendo, de onde, de longa data, tal também já teria sido absorvido, com as várias alterações salariais ao longo de quase 25 (vinte e cinco) anos, sem falar na total ausência mínima de demonstração de decréscimo salarial no presente feito. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 11 da TRU em sede de matéria da

Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, "a", do NCPC. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, com a suspensão de ambas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Intimação Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1005774-29.2016.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ADEVALDO FERNANDES JUNIOR (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIA PAULA APARECIDA CLAUDIO OAB - MT15120-B (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RECORRIDO)

DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA RECURSO INOMINADO – MÉRITO – FAZENDA PÚBLICA – AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SALARIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DA MOEDA EM URV – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PLEITOS INICIAIS MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMETOS – AUSÊNCIA DE DIFERENÇAS SALARIAIS – RECOMPOSIÇÃO ACIMA DO ÍNDICE EM 1994 – AUSÊNCIA DO DIREITO ALEGADO – JULGAMENTO MONOCRÁTICO – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932, IV, "a" DO NCPC C/C SÚMULA Nº 01 DA TRU E SÚMULA Nº 10 DA TRU / FAZENDA PÚBLICA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O magistrado relator tem o poder de julgar de forma monocrática, dentro das hipóteses do artigo 932, IV, "a" do NCPC, cumulada ainda com a Súmula nº 01 da própria TRU que autoriza tal procedimento e ainda com espeque na Súmula nº 10 da TRU em matéria afeto à Fazenda Pública que trata do tema em análise. 2. Observada a ausência do alegado direito à recomposição linear da URV, pela ausência de perda, com a recomposição salarial, ainda no mesmo ano da conversão, inexiste se falar em direito à incorporação de valores de forma linear e ainda de valores retroativos, como pretende a autora, de onde, a sentença deve ser mantida. 3. O entendimento está sedimentado pela Súmula da Fazenda Pública de nº 10 publicada em 16/09/2019 pela Turma Recursal do Estado de Mato Grosso. 4. Sentença que merece ser mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Registro que o presente feito fora recebido e tramitando agora pelos Juizados Especiais, por força do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 85560/2016, que concluiu pela competência de tal matéria perante os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Trata-se de recurso inominado interposto pelo servidor público do Estado de Mato Grosso, contra a sentença que julgou improcedentes os seus pleitos iniciais de implantação de URV e ainda de pagamentos de valores atrasados, em relação aos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da demanda, pugnando pelo conhecimento e provimento do recurso, com a procedência dos pleitos exordiais. Em sede de contrarrazões, o ESTADO DE MATO GROSSO aduziu que ocorreu a prescrição quinquenal pela reestruturação da carreira correspondente, sendo este o início do prazo prescricional, pela aplicação do julgado em Repercussão Geral RE 941.449-MT, bem como foi feito pagamento sob rubrica "Dif.Conv. MP -482-URV", fazendo ainda alusão ao Recurso de Apelação Cível 37117/2017, que assim reconheceu, inexistindo qualquer defasagem salarial; Aduziu também que os servidores do executivo não faziam jus a tal direito, por receberem no dia 20 de cada mês, naquela época, bem como, no ano de 1994, pela Lei 6.528/94 de 15/09/1994, segundo o ementário / mensagem do Governador do Estado naquela época, o mesmo apontou que a Lei enviada era com o objetivo de recompor as defasagens dos servidores, numa média de recomposição de 18%, e, algumas categorias ainda com maior recomposição, inclusive da URV, de onde o Ofício / Mensagem 48/94 datado de 02/09/1994 assim demonstrou a intenção / finalidade da recomposição salarial era para cobrir também a defasagem / recomposição da URV em patamares acima dos 11,98% pretendidos na presente demanda. Acostou ainda, juntamente com a peça de recurso, vários documentos. Por derradeiro, acrescentou que em se tratando de "... servidor(a) da Educação Básica, cuja Lei Complementar nº 50/1998, que reestruturou a carreira, o quadro remuneratório do(s) apelante(s), as eventuais diferenças remuneratórias existentes estão alcançadas pela prescrição quinquenal, já que a ação foi proposta após mais de 5 anos da publicação da lei...". Pugnou ao final: a) pelo reconhecimento da prescrição quinquenal, ausência de valores a serem recebidos, pelos pagamentos a título de diferenças e ainda a ausência de valores a título de URV, pelo fato da recomposição pela Lei 6528/94 ter sido no patamar de 31,17%, acima do percentual pretendido da URV, inexistindo defasagem alguma a se resolver, com o consequente desprovimento do recurso aviado. Sem remessa ao Ministério Público, nos moldes do OFÍCIO Nº 85/2017-CPC-NFDTIPI, que externou o seu desinteresse neste tipo de assunto. É o relatório. Antes de adentrar no mérito da matéria colocada à análise registro que o relator pode, monocraticamente, NEGAR PROVIMENTO ao recurso cuja decisão recorrida estiver em manifesto confronto com a Súmula do próprio Tribunal, acerca do tema em testilha, é o que dispõe o art. 932, IV, "a", do Código de Processo Civil, senão vejamos, in verbis: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; (sublinhei) Bem como, a Súmula nº 01 desta Turma Recursal também dispõe sobre a possibilidade do relator julgar e dar provimento monocraticamente, senão vejamos: "SÚMULA Nº 01: O Relator, em decisão monocrática, poderá negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificadamente os fundamentos da decisão recorrida ou, negar provimento a recurso que esteja dentro dos ditames do artigo 932, IV, "a", "b" e "c" do Novo CPC, cabendo recurso de agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, para a decisão colegiada da Turma Recursal. (nova redação aprovada em 12/09/2017)." Registro ainda que em data de 11/09/2019 foi aprovada a Súmula nº 10 da Fazenda Pública, nos seguintes termos: "SÚMULA 10 – Os servidores públicos do Poder Executivo Estadual não têm direito à pretensão da diferença ou implantação de valores da conversão de Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), ante a recomposição realizada pela Lei 6528 de 15/09/1994." Ou seja, após período de maturação entendeu-se que os servidores do Executivo Estadual padecem do alegado direito à implantação de URV ou de eventuais diferenças, justamente pelo fato de que tais foram devidamente recompostas de longa data. Segundo os Ofícios 053/2017/SGFP/SEGES e 122 CM/SGP/SEGES/2016, acostados com a peça de contestação, ali segundo informação da própria Superintendência de Gestão de Folha de Pagamentos do Estado de Mato Grosso, nos anos de 1993 a 1994, o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo eram feitos ainda dentro do mesmo mês (oficio 122/2016) , bem como, de que, existia ainda a folha de pagamento suplementar para cobrir a diferença da URV entre o dia do fechamento da folha do pagamento e do valor da URV do último dia do mês, com o pagamento da rubrica "DIF.CONV.MP – 482-URV", ocorrendo o pagamento das diferenças nos meses de abril / maio / junho do ano de 1994, vigorando por três meses, sendo posteriormente substituído pela nova moeda, com o nome de REAL (ofício 053/2017, que se encontra em vários feitos da URV do Estado, citando como mera referência o feito 1000219-39.2018.8.11.0048 – ID 7371747), de onde em sede de impugnação à contestação apenas se limitou a dizer que essas alegações não eram suficientes a comprovar a recomposição oriunda da defasagem atinente da URV, porém, nada mais traz em sede de contraposição, sendo contra, pelo simples fato de ser contra. Poderia a

parte lastrear suas alegações em provas, porém, apenas alega e nada mais, não se desincumbindo do seu ônus probatório, o que, somente por tais fatos em caso análogo na Apelação Cível 37117/2017, julgado no TJMT, com voto da lavra do Desembargador Luiz Carlos da Costa, o mesmo julgou improcedentes os pleitos da parte, pela ausência da impugnação devidamente fundamentada. Sabe-se ainda que a aduzida defasagem salarial na remuneração decorrente do equivocado método de conversão de Cruzeiros Reais para a Unidade de Valor – URV não se estende a todos os servidores público de forma indiscriminada, mas apenas àqueles que, comprovadamente, foram prejudicados, não sendo uma via oblíqua e automática para aumento dos vencimentos, que, é o que se aparenta na pretensão da recorrida. Outro ponto importante a ser reconhecido, como não poderia deixar de ser, juntamente com a peça de contestação, veio ainda encartado OFÍCIO/DAD/GG/1334/94, de 02/09/1994, da lavra do Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso da época, Jayme Veríssimo de Campos, de onde o mesmo encaminha o Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, justamente para a devida recomposição salarial dos servidores do executivo estadual, para textualmente recompor as perdas salarias, inclusive da URV, para os servidores, senão vejamos: "OFÍCIO/DAD/GG/1334/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Senhor Presidente, Para apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a MENSAGEM Nº 48 /94, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Reajusta as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos pares os protestos de elevado apreço e distinta consideração. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado Excelentíssimo Senhor Deputado HUMBERTO BOSAIPO Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa Palácio Filinto Muller Nesta. MENSAGEM Nº 48/94. Cuiabá, 02 de setembro de 1994. Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados: Nos termos do disposto nos artigos 39 e 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências". Imbuído no propósito de sempre buscar ofertar acréscimos as Tabelas Salariais de nossos abnegados servidores públicos, na oportunidade e hora em que vislumbro compatibilidade de caixa com o estudo do impacto que tal acréscimo ocasiona, no Tesouro Estadual, sem descuidar dos serviços essenciais que a administração pública tem sob sua responsabilidade, encaminho-lhes o anexo Projeto de Lei que tem esse objetivo. Busco aí atender a todos com especial destaque aos nossos educadores (30%), bem como buscando corrigir prejuízos sofridos na conversão da URV, como foi o caso específico dos Auditores do Estado e Médicos-Legista. Decidi-me pela aplicação de um realinhamento linear médio de percentual condizente com a capacidade ora vislumbrada, sem a adoção do parcelamento para não impor mais sacrifícios aos nossos servidores, mantendo-se assim a despesa de custeio de pessoal dentro do limite constitucional (art. 38, ADCT da Constituição Federal), razão pela qual entendo merecedor o anexo Projeto de Lei de aprovação por essa Casa de Leis. Encareço, outrossim, sua tramitação pelo regime de urgência estatuído no artigo 41, da Constituição Estadual, oportunidade que uso do ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos seus dignos pares, as expressões do meu melhor apreço e profunda consideração. Atenciosamente, JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS Governador do Estado" (destaca-se) (documentos anexos) Desse encaminhamento originou a Lei 6.528/1994, datada de 15/09/1994, cujo texto de ementa da lei, anota que a mesma "realinha as tabelas vencimentais dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"(sic), ou seja a lei, realinhou os vencimentos de todos do executivo, e tal realinhamento era, no intuito ainda de "recompor as eventuais defasagens da URV, que em geral foi de 18% PARA TODAS AS CATEGORIAS, enquanto algumas tiveram recomposição ainda maior, ou seja, bem acima do percentual de 11,98% pretendido pela parte autora, ISSO AINDA NO MÊS DE 15/09/1994. O que se tem que ter em mente é que, no ano de 1994, fora editado o DECRETO do GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO 4400/94, de 14/04/1994, que fez a conversão dos salários para a URV, e, nesse meio termo, saiu a Lei Federal 8880/94, que instituiu a "MOEDA REAL", de onde, em seu artigo 3º, § 1º impôs que a partir de julho de 1994 iria ser emitida e convertida a moeda para "REAL", bem como, ainda EM DATA DE 15/09/1994 fora editada a Lei Estadual 6.528/1994, que fez a recomposição salarial dos servidores em geral, em diversas faixas e alíquotas, com o objetivo de também recompor o salário inclusive das perdas da URV, segundo a mensagem 48/94 do Governador do Estado, acima transcrita. Certo ainda que, a recomposição salarial, em si mesmo não afasta a imposição de se recompor a perda de valores decorrentes da URV, disso não se descura, nos moldes de vários julgados do STF, sobre o tema, de onde, uma coisa não substitui a outra, porém, no caso em tela, o objetivo da recomposição era exatamente recompor as perdas salariais e ainda a perda da conversão da URV, COMO SE OBSERVA DE FORMA CLARA NA MENSAGEM DA INTENÇÃO LEGISLATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA ÉPOCA DOS FATOS, e o simples fato do cabeçalho da Lei 6528/94 não trazer ali também a menção da URV, isto por si só não afasta esta intenção, essa finalística da lei. Se consideramos o percentual padrão de 11,98% da URV da qual se pretende ainda obteve-se a recomposição extra de aproximadamente entre 18% e 19%, além da URV, e, em algumas categorias com valores ainda maiores, não existindo defasagem alguma a ser recomposta, visto que, exatamente na edição da Lei 6528/94, tais valores foram efetivamente recompostos. Existem diferenças entre os servidores do Estado e do Poder Judiciário, visto que, cada um teve o seu momento de recomposição, ante a independência dos poderes, de onde, o Poder Judiciário, obteve o direito à URV, pelo fato de que, demorou muito tempo depois para fazer as correções e perdas, advindo daí o seu direito, não querendo dizer que todos de forma indiscriminada tenham o direito à URV, à exemplo do caso em tela. E ainda há de ser registrado que, posteriormente, ainda no mês de NOVEMBRO DE 1994, ocorreu mais uma reposição salarial, no importe de 37,75%, nos salários, nos moldes descritos na própria Lei 6528/94, em seu artigo 10, senão vejamos: "Art. 10 – O Governo do Estado de Mato Grosso, concederá um novo reajuste salarial, a todos os servidores públicos do Estado, a partir do mês de novembro de 1994." Ou seja, já tinha ocorrido um reajuste salarial, com o objetivo de recomposição e ainda de recomposição pelas perdas da URV em setembro de 1994 e ai em novembro de 1994, novo reajuste ainda foi concedido a todos os servidores do Estado e Mato Grosso, pela Lei 6583 de 13/12/1994. Anoto ainda que, o mesmo raciocínio vale para tantas outras carreiras do ESTADO DE MATO GROSSO, senão vejamos, o comparativo das tabelas abaixo, com recomposição acima dos 11,98% da URV. Calha ainda a consideração de que as informações acima, constam de diversos outros processos a tramitar perante a Turma Recursal, da relatoria deste magistrado, de onde, em detida e profunda verificação as tabelas acima NADA MAIS SÃO DO QUE UM MERO RESUMO DO QUE ESTÁ A CONSTAR TANTO NO DECRETO 440/1994 E NA LEI 6528/1994, sendo informações públicas e EXATAMENTE A BASE LEGAL PARA A PRESENTE DECISÃO JUDICIAL, não podendo ninguém alegar que é uma prova que não consta dos autos, ou que seria uma prova surpresa, sendo apenas aproveitado o documento, pois já devidamente formatado, sendo a Lei Pública e do conhecimento de todos os envolvidos. E, em pesquisa no site do IBGE (https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf), tem-se que índices inflacionários no período foram os seguintes acumulados: Considerando o período de julho de 1994 até dezembro de 1994, o acúmulo do índice do INPC foi de 17,37%, ou seja, além da recomposição anterior da URV e outras perdas, ainda, posteriormente, nova recomposição em 37,74%, inexistindo se falar em valores de URV a serem pagos e/ou incorporados ao vencimento mensal do servidor. Calha ainda a consideração de que, as diversas carreiras estatais sofreram, posteriormente, as suas reestruturações vencimentais e organizacionais ao longo do tempo, porém, registro também, que, isso nada tem a ver com URV convertida, pois lá atrás, ainda em 1994, houve a recomposição específica para suprir a eventual defasagem salarial que ocorria. E se não fosse por tal prisma, calha ainda a menção de que eventuais diferenças salariais, caso houvessem, na época da reestruturação das mais diversas carreiras, esta não seria eterna, ou seja, o RE 561836/RN (RECURSO REPETITIVO), da lavra do Excelentíssimo Ministro do STF Luiz Fux, registrou que o lapso temporal era exatamente a reestruturação das carreiras, senão vejamos: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO MONETÁRIO. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO: CRUZEIRO REAL EM URV. DIREITO AOS 11,98% OU AO ÍNDICE DECORRENTE DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO, E A SUA INCORPORAÇÃO. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MÉRITO JULGADO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TERMO AD QUEM DA INCORPORAÇÃO DOS 11,98%, OU DO ÍNDICE OBTIDO EM

CADA CASO, NA REMUNERAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO DEVE OCORRER NO MOMENTO EM QUE A SUA CARREIRA PASSAR POR UMA RESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA, PORQUANTO NÃO HÁ DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO POR SERVIDOR PÚBLICO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. (Ministro Luiz Fux, ED no RE 561836/RN, julgado 18/12/2015, publicado 22/02/2016) E, ainda nesse julgamento, no julgamento originário / primitivo, o mesmo ainda anota que, em caso de eventual decréscimo vencimental quando da reestruturação da carreira, naquele momento, deveria ser paga uma verba destacada denominado de VPNI, que teria duração até o momento em que houvessem as recomposições ao longo do tempo, com prazo para sua extinção e não sendo eterna, senão vejamos: EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Supremo Tribunal Federal RE 561836 / RN AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA BAHIA ADV.(A / S) : MARCONI DE SOUZA REIS A M. CURIAE . : APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES E M EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA ADV.(A / S) : RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA SOUZA A M. CURIAE . : ESTADO DE SÃO PAULO PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - AFPEB ADV.(A / S) : CESAR AUGUSTO PRISCO PARAISO E OUTRO (A / S) A M. CURIAE . : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E SERVIDORES DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA - AFIZ ADV.(A / S) : KLEBER CURCIOL EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do2 Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4615293. Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 90 Ementa e Acórdão RE 561836 / RN índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decisum na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei n° 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte. JULGADO 26/09/2013, Relator: Ministro Luiz Fuz – Supremo Tribunal Federal) E, não se tem como afastar que, mesmo que houvesse eventual decréscimo salarial lá no momento da reestruturação da carreira, já se transcorreu muito mais do que 5 (cinco) anos, entre a reestruturação da carreira e o momento em que se ajuizou a ação, o que, invariavelmente, também estaria albergada pelo instituto da prescrição, nos moldes do que regra o Decreto-Lei 20.910/32, bem como também pelo decurso de tempo, ante as inúmeras leis posteriores de reestruturação das carreiras de Estado, como por exemplo, a Lei Complementar nº 50/1998 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, de onde, fatalmente a incorporação / recomposição já teria ocorrido, com a consequente extinção da denominada verba com a nomenclatura VPNI. Mas, digo isso apenas no campo das suposições, pois tais pontos sequer foram traçados pela parte interessada, bem como devidamente demonstrado anteriormente que a recomposição fora feita ainda no ano de 1994, a afastar totalmente a pretensão inicial da parte autora. Registro ainda, por derradeiro, que em sede de Juizados Especiais, nos moldes do artigo 38, § único da Lei 9099/95, não se faz possível sentença ilíquida, de onde, este relator, após estudar o assunto, conseguiu entender toda a dinâmica que o cerca, elaborando a sua decisão, exatamente nos moldes de uma perícia judicial, aplicável ao caso, de forma clara e tranquila, a não desafiar a tentativa de sequer ser verificada em sede de liquidação de sentença, pois, como bem demonstrado o feito independe de qualquer liquidação, atacando-se TODA A MATÉRIA DE IMEDIATO de forma exaustiva. Então a única conclusão que se retira é de que o pleito da exordial é totalmente improcedente, de onde ainda registro que em vários casos que tem me chegado à conclusão na fase de liquidação, foi de liquidação “zero’, de onde, não posso me furtar à profundidade do voto, resolvendo “ab initio” o processo, sem causar falsas esperanças às partes envolvidas, a não merecer reparos a sentença objurgada. Posto isso, conheço do recurso inominado aviado e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO para manter inalterada a sentença, nos moldes do artigo 46 da Lei 9099/95, com seus fundamentos e acrescidos aos fundamentos aqui esposados, de forma monocrática, com espeque na Súmula nº 01 da TRU c/c Súmula nº 10 da TRU em sede de matéria da Fazenda Pública, c/c artigo 932, inciso IV, “a”, do NCPC. Diante do resultado do julgamento do recurso, condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e ainda em honorários advocatícios, que, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, porém, ambas suspensas, diante da gratuidade de justiça anteriormente concedida, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Registro ainda que, caso este feito tenha sido iniciado pela Justiça Comum, e, posteriormente enviado para a Turma Recursal / Juizados Especiais, automaticamente a sistemática das custas e honorários serão, por óbvio, as utilizadas na Lei 9099/95, prevalecendo esta sobre eventual condenação anterior, seja das custas ou de honorários em 1º grau, visto que, em sede de Juizados Especiais, inexistem custas ou honorários advocatícios em sede de 1º grau, de onde, nos moldes do artigo 55 da Lei 9099/95, somente serão arbitradas as custas ou honorários em caso de insucesso do recurso aviado, valendo

apenas as custas e honorários fixados e da forma em que foram fixados nesta decisão. Por último, determino que a Secretaria da TRU proceda as eventuais anotações e cadastramentos necessários em 2º GRAU, bem como, com o trânsito em julgado, que seja encaminhado ao Juizado Especial da Comarca de Origem, com competência para causas da Fazenda Pública, ou ao próprio Juizado Especial da Fazenda Pública, providenciando-se ainda as baixas pertinentes na Vara Cível de Origem da Justiça Comum, visto que não terá mais competência de analisar e julgar a presente demanda quando do seu retorno. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Relator

Decisão

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 959/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 959/2019, APELANTE(S) - MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL, APELADO(S) - CARINA FERREIRA DE MORAES (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 44/45 (...) Por essas razões, conheço do recurso, e como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência desta Turma Recursal e do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em face ao disposto alínea "a", inciso IV do artigo 932 do Código de Processo Civil, e na súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, reconheço ter ocorrido à prescrição da pretensão punitiva e NEGO-LHE PROVIMENTO, em consequência estes autos devem ser arquivados. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao juizado de origem. Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 903/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 903/2019, APELANTE(S) - MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL, APELADO(S) - DELICIO LOPES CARNEIRO JUNIOR (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 69/71 "(...) Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, 'a', do Novo Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar a r. sentença fustigada e determinar o prosseguimento do procedimento penal ditado pela Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito - Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 883/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 883/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - GEOVANI GUARIM DE ABREU BORGES (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 46/47 "(...) Por essas razões, conheço do recurso, e como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência desta Turma Recursal e do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em face ao disposto alínea "a", inciso IV do artigo 932 do Código de Processo Civil, e na súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, reconheço ter ocorrido à prescrição da pretensão punitiva e NEGO-LHE PROVIMENTO, em consequência estes autos devem ser arquivados. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 854/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 854/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - SAMUEL DA SILVA FERREIRA (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 43/45 "(...) Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, 'a', do Novo Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar a r. sentença fustigada e determinar o prosseguimento do procedimento penal ditado pela Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito - Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 860/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 860/2019, APELANTE(S) - MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL, APELADO(S) - ADILSON JUNIOR CAMPOS MORAES (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 47/49 "(...) Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, 'a', do Novo Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar a r. sentença fustigada e determinar o prosseguimento do procedimento penal ditado pela Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 919/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 919/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - THIAGO PEREIRA DUARTE (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 42/44 "(...) Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, 'a', do Novo Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar a r. sentença fustigada e determinar o prosseguimento do procedimento penal ditado pela Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 925/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 925/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - MAURÍCIO PEREIRA DOS SANTOS (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 42/44 "(...) Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, 'a', do Novo Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar a r. sentença fustigada e determinar o prosseguimento do procedimento penal ditado pela Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 937/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 937/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - PAULO HENRIQUE NOLASSO DOS SANTOS (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 51/53 "(...) Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, 'a', do Novo Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar a r. sentença fustigada e determinar o prosseguimento do procedimento penal ditado pela Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 945/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 945/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - VINICIUS GABRIEL MACIEL FERREIRA, APELADO(S) - PEDRO FONSECA SOUZA, APELADO(S) - PAULO VICTOR COSTA SOARES (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 51/53 "(...) Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, 'a', do Novo Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar a r. sentença fustigada e determinar o prosseguimento do procedimento penal ditado pela Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 948/2019 - Classe: I-2 JUIZADO

ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 948/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - VALDINEI BATISTA SUARES (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 50/52 "(...) Ante o exposto, conheço o recurso inominado, e, em face ao disposto no art. 932, V, 'a', do Novo Código de Processo Civil e a Súmula nº 02 desta Turma Recursal, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO, para reformar a r. sentença fustigada e determinar o prosseguimento do procedimento penal ditado pela Lei nº 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao Juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019. Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 910/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 910/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - CLEBER REIS SOARES DOS SANTOS (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 49/50 "(...) Por essas razões, conheço do recurso, e como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência desta Turma Recursal e do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em face ao disposto alínea "a", inciso IV do artigo 932 do Código de Processo Civil, e na súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, reconheço ter ocorrido à prescrição da pretensão punitiva e NEGO-LHE PROVIMENTO, em consequência estes autos devem ser arquivados. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019.

Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 874/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO GARÇAS. , Protocolo: 874/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, APELADO(S) - DIJALMA SOUSA LIRA (Advs:Dr(a). KAMILA SOUZA LIMA-DEFENSORA PÚBLICA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

Fls. 48/49 "(...) Por essas razões, conheço do recurso, e como a pretensão da Recorrente confronta com a jurisprudência desta Turma Recursal e do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em face ao disposto alínea "a", inciso IV do artigo 932 do Código de Processo Civil, e na súmula nº 01 desta Turma Recursal, monocraticamente, reconheço ter ocorrido à prescrição da pretensão punitiva e NEGO-LHE PROVIMENTO, em consequência estes autos devem ser arquivados. Intimem-se. Cumpra-se. Preclusa a via recursal, retornem os autos ao juizado de origem." Cuiabá, 04 de dezembro de 2019.

Dr. Sebastião de Arruda Almeida – Juiz de Direito – Relator

REC.DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Classe: I-4 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CLÁUDIA. (Oposto nos autos do(a) "HABEAS CORPUS" 652/2019 - Classe: I-1), Protocolo: 673/2019, IMPETRADO - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CLÁUDIA, EMBARGANTE - JIANCARLO LEOBET, EMBARGANTE - ALCIR FERNANDO CESA, EMBARGANTE - DARI LEOBET JUNIOR, EMBARGANTE - WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA, PACIENTE(S) - MARCOS LEVI BERVIG (Advs:Dr(a). DARI LEOBET JUNIOR,, DR. WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA, Dr. (a) JIANCARLO LEOBET, DR ALCIR FERNANDO CESA), Relator - Exmo. Sr(a). DR. SEBASTIAO DE ARRUDA ALMEIDA

(fls.205/206)"Por tais motivos, indefiro a liminar vindicada. Notifique-se a Autoridade tida por coatora para que, no prazo legal, preste as informações que entender necessárias. Decorridos os prazos legais das fases processuais acima indicadas, ao MP para a sua judiciosa manifestação. Tomem-se as demais providências de estilo. Cuiabá-MT, 18 de novembro de 2019. DR. SEBASTIÃO DE ARRUDA ALMEIDA - Juiz de Direito/Relator"

RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL 484/2019 - Classe: I-2 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARIPUANÃ. , Protocolo: 484/2019, APELANTE(S) - MINISTÉRIO PUBLICO DA COMARCA DE ARIPUANÃ, APELADO(S) - LUCAS LIMA DE MEDEIROS, Relator - Exmo. Sr(a). DRA. PATRÍCIA CENI

Fls. 47/48 "(...) Desta forma, DECLARO A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RÉU, pela prescrição, nos termos do art. 30 da Lei 11.343/2006, restando prejudicado o exame do mérito recursal. Sem custas e sem honorários advocatícios. Intimem-se. Preclusa a via recursal, remeta-se os autos a origem. Cumpra-se. Cuiabá, 06 de dezembro de 2019. Patrícia Ceni - Juíza de Direito - Relatora

Nara Karina Vitorino
Gestora Judiciária Substituta

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004165-82.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
AVELINO TSEREWADE (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WELTON ESTEVES OAB - MT11924-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0004165-82.2017.8.11.0044 Classe CNJ: 460 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Paranatinga-MT Recorrente: Município de Paranatinga Recorrido(s): Avelino Tserewade Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, "A" DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, "a", do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão". O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Paranatinga– MT, também condenou ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor da parcelas vencidas até a data da sentença. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era Professor-Prefeitura municipal de Paranatinga., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 533/2008, de 16 de Dezembro de 2008, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da

prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004104-27.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
GILBERTO TSEREHOMORA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WELTON ESTEVES OAB - MT11924-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0004104-27.2017.8.11.0044 Classe CNJ: 460 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Paranatinga-MT Recorrente: Município de Paranatinga Recorrido(s): Gilberto Tserehomora Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Paranatinga– MT, também condenou ao pagamento dos honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor da parcelas vencidas até a data da sentença. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ.

DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era Professor-Prefeitura municipal de Paranatinga., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 533/2008, de 16 de Dezembro de 2008, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004103-42.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
RAMINS TSEREWAWAAWE TSAEMOWA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELTON ESTEVES OAB - MT11924-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0004103-42.2017.8.11.0044 Classe CNJ: 460 Origem: 1ª Vara Cível da Comarca de Paranatinga-MT Recorrente: Ramins Tserewawaawe Tsaenowa Recorrido(s): Município de Paranatinga Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, “A” DO CPC – RECURSO IMPROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso improvido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pela Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou Improcedente os pedidos formulados na petição inicial. Defende o Recorrido que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrente integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe

de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a Recorrente é ou era professor da educação básica –Prefeitura de Paranatinga, que foi reestruturada, por meio da LEI Nº 533/2008, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008. Onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, negar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso IV, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO e reconhecer que ocorreu a prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, mantenho a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas

processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95, porém suspendo a execução em consonância com o § 3º do art. 98 da legislação processual civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0004096-50.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
EMILIANO RUMORI (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WELTON ESTEVES OAB - MT11924-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0004096-50.2017.8.11.0044 Classe CNJ: 460 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Paranatinga-MT Recorrente: Município de Paranatinga Recorrido(s): Emiliano Rumori Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Paranatinga– MT, também condenou ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor da parcelas vencidas até a data da sentença. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ.

DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era Professor-Prefeitura municipal de Paranatinga., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 533/2008, de 16 de Dezembro de 2008, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001936-52.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA MARIA DA SILVA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL CARDOSO DE SOUZA OAB - MT19303-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0001936-52.2017.8.11.0044 Classe CNJ: 460 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Paranatinga-MT Recorrente: Rosa Maria da Silva Recorrido(s): Município de Paranatinga Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, “A” DO CPC – RECURSO IMPROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso improvido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pela Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou Improcedente os pedidos formulados na petição inicial. Defende o Recorrido que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrente integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo

prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a Recorrente é ou era servidor publico–Prefeitura de Paranatinga, que foi reestruturada, por meio da LEI Nº 035/2003, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003. Onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, negar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso IV, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO e reconhecer que ocorreu a prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, mantenho a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários

advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95, porém suspendo a execução em consonância com o § 3º do art. 98 da legislação processual civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001470-58.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA MARIA PERUCHINI OLIVEIRA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEL CARDOSO DE SOUZA OAB - MT19303-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0001470-58.2017.8.11.0044 Classe CNJ: 460 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Paranatinga-MT Recorrente: Rosa Maria Peruchini Oliveira Recorrido(s): Município de Paranatinga Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, IV, “A” DO CPC – RECURSO IMPROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, IV, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso improvido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pela Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou Improcedente os pedidos formulados na petição inicial. Defende o Recorrido que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrente integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos

servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a Recorrente é ou era professora da educação básica –Prefeitura de Paranatinga, que foi reestruturada, por meio da LEI Nº 533/2008, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008. Onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, negar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso IV, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) IV - negar provimento a recurso que for contrário a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, NEGO-LHE PROVIMENTO e reconhecer que ocorreu a prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, mantenho a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Condeno a parte Recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95, porém suspendo a execução em consonância com o § 3º do art. 98 da legislação processual civil. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 0001464-51.2017.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE PARANATINGA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL SCHILO OAB - MT9954-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO SOUSA DANTAS (RECORRIDO)
EVA AUXILIADORA DE SOUSA DANTAS (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOEL CARDOSO DE SOUZA OAB - MT19303-O (ADVOGADO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS

Recurso Inominado: 0001464-51.2017.8.11.0044 Classe CNJ: 460 Origem: 2ª Vara Cível da Comarca de Paranatinga-MT Recorrente: Município de Paranatinga Recorrido(s): Luciano Souza Dantas Juiz Relator: Valmir Alaércio dos Santos DECISÃO MONOCRÁTICA - EMENTA: RECURSO INOMINADO – PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS DA URV – CARREIRA QUE POSTERIORMENTE SOFREU REESTRUTURAÇÃO – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PRAZO PRESCRICIONAL FLUI A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – PRELIMINAR ACOLHIDA – DECISÃO MONOCRÁTICA ART. 932, V, “A” DO CPC – RECURSO PROVIDO. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. (Súmula nº 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso) Decisão monocrática em face ao disposto no art. 932, V, “a”, do Código de Processo Civil. Recurso provido. Vistos etc. Deixo de elaborar o relatório, por ser dispensado em face ao disposto no art. 46 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, in verbis: “Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão”. O presente recurso está tramitando, atualmente, na Turma Recursal dos Juizados Especiais, por força da decisão do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS nº 85560/2016, em que o egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso atribuiu a competência para decidir esta matéria aos Juizados Especiais, despacho do Desembargador Relator que determinou a remessa à Turma Recursal. Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente em epígrafe, contra a sentença que Julgou procedente os pedidos formulados pela autora na ação de cobrança movida contra o município de Paranatinga– MT, também condenou ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de 10% sobre o valor da parcelas vencidas até a data da sentença. Defende o Recorrente que o marco inicial para fluir o prazo prescricional quinquenal é a data que ocorreu a reestruturação da carreira que a parte Recorrida integra, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em face ao disposto nos art. 1º do Decreto n. 20.910/32, c/c. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. O representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Justiça proferiu parecer de não haver interesse do órgão ministerial Há muito tempo é pacífico o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Por tal motivo, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel.

Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017). Decisões recentes da referida Corte Superior continuam ser no mesmo sentido, ou seja, de que o prazo prescricional quinquenal, quando há reestruturação da carreira passa a fluir a partir de então: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA. LEI ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. 1. A irresignação não prospera, pois o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que mesmo a prescrição quinquenal de trato sucessivo fulmina o direito quando o ajuizamento da ação é posterior aos cinco anos da data da reestruturação. Precedentes: AgInt no AREsp 1.451.549/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/6/2019; AgRg no AREsp 811.567/MS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2016. 2. Recurso Especial não provido. (STJ – - REsp 1809026 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 25/06/2019 – Publ. DJE 02/08/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. CONVERSÃO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PARCELAS PRETÉRITAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRECEDENTES. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais. 2. In casu, tendo a ação sido ajuizada mais de cinco anos após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual 127/2008, que, segundo a Corte de origem, teria estabelecido a reestruturação da carreira (fl. 242, e-STJ), inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ – AgRg no AREsp 811567 / MS – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 10/03/2016 – Publ. DJE 23/05/2016) Além disso, a incorporação da diferença da URV pelo servidor público não é eterna, cessa no momento que ocorrer a reestruturação da carreira, que se constitui em termo final ou limitação temporal para o perseguido direito à incorporação da diferença pela conversão em URV, como decidiu o Excelso Supremo Tribunal de Federal no Recurso Extraordinário n° 561.836-RN, Relator Ministro LUIZ FUX, j. 26.09.13, no sentido de que "O término da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma restruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público". As decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça também são no sentido de que uma vez ocorrida a reestruturação da carreira, cessa o direito de recebimento de diferenças referente a URV: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 489, § 1º, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. REVISÃO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. 3. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1814804 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 01/07/2019) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. INVIABILIDADE. ARTIGOS NÃO PREQUESTIONADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. CONVERSÃO DA MOEDA. URV. LEI 8.880/1994. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LEI MUNICIPAL. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensar as perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ – REsp 1804834 / AL – Rel. MINISTRO HERMAN BENJAMIN – J. 11/06/2019 – Publ. DJE 18/06/2019) ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. As diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. Precedentes. 2. Agravo interno não provido (STJ – AgInt no AREsp 1451549 / AL – Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES – J. 04/06/2019 – Publ. DJE 10/06/2019) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Está pacificado neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores. (STJ - AgInt no AREsp 935.728/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 22.9.2016). AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. URV. CONVERSÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTE STJ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento no sentido de que as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório. (c.f.: AgRg no AREsp 40.081/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 16/11/11. 3. Agravo regimental não provido (STJ - AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 24.10.2012). A decisão objurgada simplesmente acolheu os fatos alegados na petição inicial, sem nenhuma elucidação sobre como eram efetuados os pagamentos dos servidores, se houve pagamento de diferenças, recomposição salarial, quais eram as normas que vigoraram na época, se houve reestruturação da carreira, enfim sem aprofundamento sobre os fatos, muitos deles são públicos e notórios, pois originaram de Leis e Decretos. Deve-se aplicar ao caso os princípios narra mihi factum dabo tibi jus (narra-me os fatos e eu te darei o direito), e iura novit curia (o juiz conhece o direito), que se traduz no dever que o juiz tem de conhecer a norma jurídica e aplicá-la por sua própria autoridade. Por isso, uma vez exposto o fato, o juiz deve aplicar o direito, ainda que não alegado o dispositivo legal ou alegado equivocadamente. Especificamente neste caso a parte Recorrida é ou era servidor-Prefeitura municipal de Paranatinga., que foi reestruturada, por meio da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 533/2008, de 16 de Dezembro de 2008, onde foram definidos os subsídios para a categoria, em conformidade com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, a partir de então cessou o direito de receber diferenças referente a URV e também passou a fluir o prazo prescricional. Sobre o início da fluência do prazo prescricional quinquenal para o servidor pleitear diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV), em consonância com decisões do colendo Superior Tribunal de Justiça, a Turma Recursal Única editou a Súmula nº 11, com o seguinte teor: SÚMULA 11. O início do marco prescricional para reivindicar eventuais diferenças da conversão da moeda de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor (URV) é a edição da primeira Lei de Reestruturação Remuneratórias das carreiras de cada categoria de servidor público. Como a presente ação foi distribuída depois de haver transcorrido prazo superior a 05 (cinco) anos, contado da reestruturação da carreira, deve-se reconhecer a ocorrência da prescrição. O relator pode, monocraticamente, dar provimento a recurso que esteja em desacordo com a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, é o que dispõe o art. 932, inciso V, alínea “a” do Código de Processo Civil, podendo ser aplicada multa, caso haja interposição de agravo inadmissível ou infundado, in verbis: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a: a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; Ante o exposto, conheço do recurso inominado e por ser a decisão recorrida contrária ao disposto na Súmula nº 10 desta Turma Recursal, em face ao estatuído no art. 932, inciso V, alínea “a”, do Código de Processo Civil, monocraticamente, DOU-LHE PROVIMENTO e reconheço a ocorrência da

prescrição dos pleitos contidos na petição inicial, reformo a sentença e julgo improcedente a pretensão da parte autora. Deixo de condenar a parte Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, em face ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Valmir Alaércio dos Santos Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 8018307-37.2016.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-S (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
CATARINA DE SOUZA SILVA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

Recurso Inominado nº.: 8018307-37.2016.8.11.0028 Origem: Juizado Especial Cível de Poconé Recorrente(s): Recorrido: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL CATARINA DE SOUZA SILVA Juiz Relator: Marcelo Sebastião Prado de Moraes Vistos, etc. Constato que a requerida aportou peça de acordo no ID. 24574493, com formas de pagamento e conta bancária. ISTO POSTO, ante os fatos, HOMOLOGO O ACORDO celebrado entre as partes, no ID. 24574493, nada mais a ser discutido nos autos, a não ser que não ocorra o cumprimento do acordo. Às providências. Cuiabá, 11 de dezembro de 2019. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000622-69.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER DE OLIVEIRA BLAN (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO MINORU OSSOTANI OAB - MT15390-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZ DE DIREITO DO 6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL (IMPETRADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

Modelo de decisão. O conteúdo deste modelo pode ser alterado livremente. MANDADO DE SEGURANÇA: 1000622-69.2019.811.9005 (MANDADO DE SEGURANÇA 1017419-72.2019.8.11.0000) IMPETRANTE: WAGNER DE OLIVEIRA BLAN IMPETRADO: JUIZ RELATOR DO RECURSO INOMINADO 1017419-72.2019.8.11.0000 – DR. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO LITISCONSORTE: ATAÍDE TRINDADE DOS SANTOS E OUTRO JUIZ RELATOR: MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES VOTO MONOCRÁTICO EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA – SUCEDÂNEO DE RECURSO – IMPOSSIBILIDADE – VEDAÇÃO LEGAL – INDEFERIMENTO DA EXORDIAL – DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. Observada a utilização de mandado de segurança como sucedâneo recursal, em nítida violação ao artigo 5º, II da Lei de Mandado de Segurança, existindo recurso de Agravo Interno no Regimento Interno do TJMT, bem como, artigo 1021 do NCPC, deve ser indeferida a peça de mandado de segurança, com a consequente denegação da ordem mandamental. ORDEM MANDAMENTAL DENEGADA. Vistos, etc. Trata-se de mandado de segurança aviado por WAGNER DE OLIVEIRA BLAN contra ato anotado como ilegal praticado pelo Juiz Relator do Mandado de Segurança 1017419-72.2019.811.0000 – Dr. Alex Nunes de Figueiredo, questionando o indeferimento da inicial do Mandado de Segurança proferida pelo mesmo, traçando considerações sobre direito líquido e certo, para a concessão da gratuidade de justiça, através do presente remédio heroico. É o relatório mínimo. FUNDAMENTO E DECIDO. Apenas à título de esclarecimento, o Autor ajuizou ação principal sob número 0040341-92.2017.811.0001 (PROJUDI), na qual apresentou recurso inominado, sendo que já em segundo grau teve a gratuidade revogada pela Relatora Dra. Patricia Ceni. Desta decisão, impetrou o Mandado de Segurança 1017419-72.2019.811.0000, o qual teve a inicial indeferida pelo Relator Dr. Alex Nunes de Figueiredo, sob fundamento de ser Agravo Interno o recurso correto, não cabendo Mandado de Segurança. Desta decisão monocrática que indeferiu a inicial do Mandado de Segurança, o Autor impetrou o presente Mandado de Segurança. Pois bem, após a detida análise dos autos, é de se registrar que existe um recurso específico para tal decisão registrado no Regimento Interno do TJMT, no artigo 79- D, senão vejamos: Art. 79-D. Da decisão que conceder, denegar ou revogar a gratuidade da justiça, caberá agravo interno, no prazo de: I – 15 (quinze) dias, se o processo for de natureza cível; Ou seja, a via escolhida e prevista para questionar toda e qualquer decisão do relator individualmente, regra geral será o Agravo Interno, previsto regimentalmente. E, mesmo se assim não o fosse, existe ainda a previsão expressa do artigo 1021 do NCPC, senão vejamos: Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. Porém, o mesmo não aviou o recurso específico. Sem contar ainda na dicção do artigo 5º, II da Lei de Mandado de Segurança, assim descrito: Art. 5o Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; Ou seja, tenta se socorrer de mandado de segurança quando existe recurso próprio, anteriormente descrito, qual seja: AGRAVO INTERNO. Desta feita, entendo como erro insanável e crasso a interposição da ação mandamental, com outros requisitos e elementos, ao invés do Recurso de Agravo Interno, previsto regimentalmente, não sendo sequer possível qualquer conversão ou fungibilidade, sendo o caso de indeferimento da peça exordial, com a consequente denegação da ordem mandamental, pela ausência de interesse processual, ante a falta de adequação, nos moldes do artigo 485, VI do NCPC. Frise-se, por fim, que ainda que tivesse sido oposto Agravo Interno da decisão proferida no Mandado de Segurança 1017419-72.2019.8.11.0000 pelo Relator Dr Alex Nunes de Figueiredo, lhe seria negado provimento, tendo em vista que a decisão do referido Relator está correta. ISTO POSTO, nos moldes da fundamentação anteriormente alinhavada, indefiro a peça exordial, por total falta de adequação, violando o artigo 485, I e VI do NCPC c/c artigo 5º, II da Lei 12016/2009, denegando a concessão da segurança almejada, nos moldes ainda do 6º, § 5º da Lei de Mandado de Segurança, extinguindo o feito sem resolução do mérito. DETERMINO À GESTORA DA SECRETARIA DA TURMA RECURSAL QUE COMUNIQUE O MAGISTRADO RELATOR NO RECURSO 1017419-72.2019.8.11.0000, para ciência e demais atos sequenciais. Deixo de condenar ao pagamento de custas processuais ou honorários advocatícios, ante a ausência de previsão para tais condenações. Após o trânsito em julgado, ao arquivo com todas as baixas pertinentes. P.R.I. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator

Decisão Classe: CNJ-212 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL
Processo Número: 1000628-76.2019.8.11.9005
Parte(s) Polo Ativo:
AURELINA SOFIA DE CAMARGO BRANDAO (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBENIS PEREIRA JARA OAB - MT15967-O (ADVOGADO)
HERBERT COSTA THOMANN OAB - MT27466-O (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
juízo do Quinto Juizado especial da comarca de Cuiabá (IMPETRADO)
Outros Interessados:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

1000Mandado de Segurança nº.: 1000628-76.2019.8.11.9005 Origem: Primeira Turma Recursal do Estado de Mato Grosso Impetrante: Aurelina Sofia de Camargo Brandão Impetrado: Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá Autoridade Coatora: Dr. Jorge Alexandre Martins Ferreira Litisconsorte: ENERGISA MATO GROSSO Juiz Relator: Dr. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Vistos, etc. Em síntese, trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado contra ato acoimado de ilegal perpetrado pelo MM. Juízo do Quinto Juizado Especial Cível de Cuiabá, que indeferiu o pedido de assistência judiciária gratuita nos autos do processo nº. 8039158-76.2019.811.0001. A Impetrante requer a concessão de liminar determinando o recebimento do recurso inominado interposto no bojo daqueles autos sob o pálio da justiça gratuita. Pois bem. Nos termos do artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. A jurisprudência atual sobre o tema é no seguinte sentido: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO DE BENEFÍCIO, PARA POSTERIOR COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. POSSIBILIDADE. 1. A declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa de veracidade, admitindo-se prova em contrário. 2. Quando da análise do pedido da justiça gratuita, o magistrado poderá investigar sobre a real condição econômico-financeira do requerente, solicitando que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 329910 AL 2013/0112430-8, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 06/05/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/05/2014) JUSTIÇA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. INDEFERIMENTO. O gozo do benefício da justiça gratuita deve ser concedido apenas àqueles que comprovem ser pobres, não sendo suficiente para tanto a simples declaração de pobreza de próprio punho, quando ausentes documentos que comprovem sua hipossuficiência. É ônus da parte interessada a prova de sua hipossuficiência. (TJ-MG - AI: 10145120817096001 MG , Relator: Cabral da Silva, Data de Julgamento: 22/10/2013, Câmaras Cíveis / 10ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/11/2013) O Impetrante juntou aos autos inclusive holerite com seu benefício de pensionista no valor líquido de R$ 2.139,76. Assim, evidentemente que o recolhimento do preparo recursal comprometerá sua subsistência, justificando o fundamento relevante da demanda. No tocante ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, este guarnece na possibilidade de ineficácia da medida caso o provimento ora postulado seja concedido somente na decisão final do mandamus, uma vez que o não recolhimento do preparo recursal ensejará na deserção do recurso pelo magistrado a quo, impedindo assim a reapreciação da sentença pela Egrégia Turma Recursal. Isto posto, e por tudo mais que nos autos consta, presentes os requisitos legais, DEFIRO A LIMINAR PRETENDIDA para DETERMINAR à autoridade coatora que se abstenha da exigência das custas, recebendo o recurso ora interposto, observando-se a tempestividade, remetendo-o, por oportuno, à Turma Recursal Única para julgamento. Notifique-se a autoridade coatora para que preste as informações que tiver, no prazo legal de 10 (dez) dias, em conformidade com o artigo 7º, da Lei nº. 12.016/2009. Em caso de retratação, o juízo deverá comunicar este Relator para adoção das providências cabíveis. Cite-se o Litisconsorte passivo necessário, para, querendo, no prazo legal, apresentar contestação. Após, dê-se vistas ao Ministério Público, também pelo prazo de 10 (dez) dias, e após, voltem-me conclusos para o agendamento de sessão de julgamento. Intime-se. Cumpra-se. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito – Relator

Decisão Classe: CNJ-65 RECURSO INOMINADO
Processo Número: 1000228-49.2018.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE AUGUSTO FRANCA (RECORRENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESDRA SILVA DOS SANTOS OAB - MT15916-A (ADVOGADO)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (RECORRIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-A (ADVOGADO)
Magistrado(s):
MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES

Embargos de Declaração nº 1000228-49.2018.8.11.0032 Embargante: JOSE AUGUSTO FRANCA EmbargadO: BANCO BRADESCO SA JUIZ RELATOR: MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OBJETIVO DE SANAR SUPOSTA CONTRADIÇÃO – IRREGULARIDADE NÃO VERIFICADA – TESES DEVIDAMENTE APRECIADAS – EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS IMPROVIDOS. Os embargos declaratórios somente podem ser opostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida porventura existente na sentença proferida, nos termos do artigo 48, da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1.022 do CPC, sendo vedada a sua utilização para rediscutir a matéria. Tendo sido apreciadas todas as teses, em decisão fundamentada, inexiste falar em julgamento contraditório, sendo o caso de não acolhimento dos embargos. RELATÓRIO E VOTO Pretende o embargante o acolhimento dos embargos com efeitos infringentes para modificar o acórdão, que, monocraticamente, deu parcial provimento ao recurso inominado então interposto, para o fim de afastar a condenação a título de danos morais, em razão de existência de inscrição anterior, aplicando a Súmula 385 do STJ. Os embargos declaratórios somente podem ser interpostos na estrita hipótese de obscuridade, contradição, omissão ou erro material porventura existente na sentença proferida, nos termos do artigo 48, da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1.022 do CPC. É recurso de hipótese vinculada, somente podendo ser interposto nos casos mencionados, sendo vedada a sua utilização como espécie de sucedâneo recursal ou visando à rediscussão do mérito da ação julgada. A respeito do tema, o Mestre José Carlos Barbosa Moreira disserta o seguinte: “Com a publicação da sentença de mérito, exaure-se, em princípio, a competência funcional do órgão de primeiro grau, no tocante à apreciação da lide (art. 463 CPC), é defeso ao Juiz alterá-la, ainda que se convença de não ter julgado corretamente”. Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO A RESPEITO DE QUALQUER MATÉRIA AFETA AO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS. 1. O art. 535 do CPC é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, tratando-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, sendo vedada a sua utilização com a finalidade de sustentar eventual incorreção do decisum hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo. (...) 3. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1123898/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 09/11/2011). Em que pese os termos da oposição, verifico que o acórdão abordou toda a matéria levada à discussão em sede recursal e decidiu fundamentadamente, por dar parcial provimento ao Recurso, razão pela qual não há se falar no alegado julgamento contraditório ou omisso. Destaco que, em que pese tenha ingressado judicialmente contra os apontamentos preexistentes (Feito nº 1000227-64.2018.8.11.0032), a demanda foi julgada improcedente, o que presume ser o débito legítimo, mesmo que ainda pendente de trânsito em julgado. Verifico, assim, que há mera insurgência da parte contra os termos do acórdão, o que não legitima a oposição dos presentes embargos. Assim, no presente caso, o embargante não pretende a correção de ponto obscuro, contraditório, dúbio ou omisso existente no acórdão, até porque ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Pelo exposto, CONHEÇO dos Embargos Declaratórios opostos, por serem tempestivos e, no mérito, OS REJEITO, ante a inexistência de qualquer contradição, omissão ou obscuridade e sim ausência do direito pleiteado, na tentativa de rediscutir a matéria devidamente enfrentada. Em caso de eventuais novos embargos de declaração, será fatalmente aplicada multa pelos embargos protelatórios. É como voto. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito – Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS E DOCUMENTOS – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO/TJMT

CLASSE PROCESSUAL	NÚMERO DO PROCESSO	IDENTIFICADOR
PREGÃO PRESENCIAL	41/2011	233027
PREGÃO ELETRÔNICO	01/2012	236297
PREGÃO PRESENCIAL	08/2012	236814
PREGÃO ELETRÔNICO	34/2012	237880
PREGÃO ELETRÔNICO	54/2012	0094568-11-2012
PREGÃO PRESENCIAL	11/2012	237990
PREGÃO ELETRÔNICO	13/2012	237722
PREGÃO ELETRÔNICO	55/2012	008123322-2012
PREGÃO ELETRÔNICO	64/2012	0128769-19.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	10/2012	234740
PREGÃO ELETRÔNICO	43/2012	0050599-43-2012
PREGÃO ELETRÔNICO	62/2012	004227127-2012
PREGÃO ELETRÔNICO	18/2012	235224
PREGÃO ELETRÔNICO	19/2013	0041039-43.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	26/2012	0039669-63.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	24/2012	005944294.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	39/2012	238297
TOMADA DE PREÇOS	04/2010	215121
PREGÃO ELETRÔNICO	61/2012	237835
PREGÃO ELETRÔNICO	53/2012	0106508-70.2012
PREGÃO PRESENCIAL	16/2012	233223
PREGÃO PRESENCIAL	2/2012	229679
PREGÃO ELETRÔNICO	65/2012	0124007-67.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	25/2012	238539
PREGÃO ELETRÔNICO	22/2012	237553
PREGÃO ELETRÔNICO	28/2012	0042817-82.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	35/2012	0049809-59.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	5/2012	0043136-50
PREGÃO ELETRÔNICO	53/2011	232985
PREGÃO ELETRÔNICO	50/2012	237750
PREGÃO ELETRÔNICO	23/2012	224150
PREGÃO ELETRÔNICO	20/2012	238080
PREGÃO PRESENCIAL	04/2012	235513
PREGÃO ELETRÔNICO	82/2011	234337
PREGÃO ELETRÔNICO	58/2013	0091456-97.2013
PREGÃO PRESENCIAL	08/2013	0021148-36.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	26/2013	0061454-47.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	459/2013	0132792-81.2013.8.11.0000
PREGÃO ELETRÕNICO	88/2013	0129909-64.2013.8.11.0000
PREGÃO ELETRÔNICO	09/2013	0121173-91.2012.8.11.0000
PREGÃO ELETRÔNICO	40/2012	0060092-44.2012
PREGÃO PRESENCIAL	05/2013	0028485-76.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	11/2013	0068747-68.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	64/2013	0095604-54.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	17/2013	0037826-83.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	24/2013	0032758-38.2013
PREGÃO ELETRÕNICO	57/2012	0103251-37.2012
CONTRATO	131/2003	218382
CONTRATO	16/2005	38665
CONTRATO	77/2011	235281
CONTRATO	25/206	38699

CONTRATO	88/2011	235226
CONTRATO	49/2008	202945
CONTRATO	81/2011	235371
CONTRATO	33/2010	224433
CONTRATO	115/2011	236571
CONTRATO	109/2012	0106800-55.2012
CONTRATO	39/2010	221526
CONTRATO	94/2096	216777
CONTRATO	96/2009	218183
CONTRATO	17/2007	51306
CONTRATO	76/2009	214594
CONTRATO	107/2011	38722
CONTRATO	71/2006	207386
CONTRATO	06/2011	227125
CONTRATO	31/2007	46876
CONTRATO	26/2005	38662
CONTRATO	74/2009	215453
CONTRATO	18/2012	236921
CONTRATO	66/2010	226.921
CONTRATO	25/2009	214560
PREGÃO ELETRÔNICO	33/2010	221930
TOMADA DE PREÇO	03/2010	221.523
PREGÃO PRESENCIAL	11/2010	221.297
CONTRATO	58/2008	206799
CONTRATO	04/2011	226959
CONTRATO	03/2001	46.031
CONTRATO	52/2012	237521
CONTRATO	15/2011	230267
CONTRATO	142/2017	0155632-22.2012
CONTRATO	42/2005	214654
CONTRATO	16/2013	0017306-48.2013
CONTRATO	77/2012	0093465-66.2012
CONTRATO	33/2008	203.554
PREGÃO ELETRÔNICO	18/2008	201471
CONTRATO	12/2012	237226
CONTRATO	72/2013	237226
DOAÇÃO BENS INSERSIVEIS	24/2013	0099635-20.2013.8.11.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	462/2009	139.777.2009
PROCESSO ADMINISTRATIVO	214/2009	64452/2009
PROCESSO ADMINISTRATIVO	145/2011	230629
PROCESSO ADMINISTRATIVO	239/2014	0033806-58.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	164/2011	230.565
CONTRATO.	105/2008	208704
PROCESSO ADMINISTRATIVO	198/2007	57176
PROCESSO ADMINISTRATIVO	483/2009	218385
CONTRATO	146/2008	209632
CONTRATO	147/2008	209635
CONTRATO	04/2009	210276
CONTRATO	02/2008	200016
PREGÃO ELETRÔNICO	76/2013	0004910-39.2013
PREGÃO PRESENCIAL	28/2011	227.698
PREGÃO ELETRÔNICO	07/2013	0000158-24.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	50/2013	0077706-28.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	31/2013	234773
CONTRATO	94/2008	208.693
CONTRATO	95/2008	208.694
CONRATO	96/2008	208.695
CONTRATO	97/2008	208.696
CONTRATO	98/2008	2018.697
CONTRATO	99/2008	208.698
CONTRATO	12/2008	214.174
CONTRATO	100/2008	208.699
CONTRATO	101/2008	208.700
CONTRATO	104/2008	208.703
CONTRATO	116/2008	209.119
CONTRATO	01/2011	227.117
CONTRATO	97/2008	208696

CONTRATO	02/2009	210.274
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	75/2008	100202-85.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	158/2010	221514
PROCESSO ADMINISTRATIVO	157/2010	221.506
PROCESSO ADMINISTRATIVO	85/2010	219970
PROCESSO ADMINISTRATIVO	86/2010	219970
PROCESSO ADMINISTRATIVO	65/2010	219.404
PROCESSO ADMINISTRATIVO	91/2010	220101
PROCESSO ADMINISTRATIVO	153/2010	221449
PROCESSO ADMINISTRATIVO	220/2010	223138
PROCESSO ADMINISTRATIVO	355/2010	225635
PROCESSO ADMINISTRATIVO	214/2010	223068
PROCESSO ADMINISTRATIVO	187/2010	222318
CONTRATO	26/2014	231826
PREGÃO PRESENCIAL	18/2012	237610
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	48/2013	0051872-33.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	181/2013	0158259-62.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	89/2010	225896
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	15/2014	0015606-03.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	50/2011	228860
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	103/2013	0113632-70.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	66/2012	0036794-86.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	111/2010	226309
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	49/2011	232727
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	174/2013	0158240-56.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	85/2012	0114152-64.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	54/2012	0064215-85.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	38/2010	221049
PROCESSO ADMINISTRATIVO	315/2010	224959
CONTRATO	115/2008	2091115
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	36/2013	0046801-40.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	24/2010	220.041
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	97/2008	218.197
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	120/2012	0151259-45.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	86/2011	229.488
CONTRATO	122/2012	0142079-05.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	49/2011	228.854
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	98/2010	226.348
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	57/2011	233.326
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	10/2011	229.310
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	92/2011	234.795
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	90/2011	234.791
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	71/2011	233.855
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	100/2011	234.882
CONTRATO	16/2012	237765
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	41/2011	232.648
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	106/2011	234891
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	19/2012	236.977
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	105/2010	226.889
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	106/2010	226.890
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	102/2010	226.864
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	116/2012	0151224-85.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	60/2012	0069290-08.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	68/2012	0097327-45.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	121/2012	0151270-74.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	44/2013	0051856-69.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	72/2012	00100311-02.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	201/2012	0082842-40.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	20/2009	211.566
PROCESSO ADMINISTRATIVO	115/2013	0043607-32.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	384/2013	0116203-14.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	59/2011	233.332
CONTRATO	23/2010	223.482
CONTRATO	52/2008	101.404
CONTRATO	39/2014	0038760-50.2014
CONTRATO	30/2014	0038762-20.2014
CONTRATO	98/2011	236.339
CONTRATO	100/2009	218271

CONTRATO	151/2008	209649
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	115/2010	226.913
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	97/2008	2085347
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	91/2012	0124600-96.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	100/2012	238.452
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	43/2012	0064080-73.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	30/2010	220.352
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	46/2010	221895
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	107/2010	226.893
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	146/2011	236.691
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	63/2011	233574
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	119/2011	235440
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	125/2011	235.522
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	74/2014	234016
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	117/2011	235.401
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	91/2011	234794
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	140/2011	236.543
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	34/2011	232493
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	33/2010	220.785
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	40/2010	221051
CONTRATO	06/2010	214607
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	89/2013	0105653-57.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	136/2011	236.313
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	88/2013	0105537-51.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	195/2012	0065424-89.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	09/2011	104782
PROCESSO ADMINISTRATIVO	437/2009	217.751
PROCESSO ADMINISTRATIVO	241/2014	0043544-70.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	555/2014	0154659-96.2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	185/2013	0158281-23.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	13/2014	0014744-32.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	24/2013	0011088-04.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	136/2010	221047
PROCESSO ADMINISTRATIVO	21/2012	237027
PROCESSO ADMINISTRATIVO	354/2014	0066658-38.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	356/2011	235223
PROCESSO ADMINISTRATIVO	47/2011	228.791
PROCESSO ADMINISTRATIVO	70/2010	219.499
PROCESSO ADMINISTRATIVO	462/2013	0136481-36.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	407/2013	0118356-20.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	26/2012	237.261
PROCESSO ADMINISTRATIVO	375/2011	235.633
PROCESSO ADMINISTRATIVO	490/2013	0133078-59.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	176/2013	0158244-93.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	41/2013	0051831-56.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	481/2013	0129943-39.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	297/2013	0088596-26.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	368/2013	0112924-20.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	336/2012	0122476-43.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	145/2009	212828
PROCESSO ADMINISTRATIVO	128/2008	202.652
PROCESSO ADMINISTRATIVO	240/2013	0054910-43.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	15/2011	227.464
PROCESSO ADMINISTRATIVO	137/2011	230.516
PROCESSO ADMINISTRATIVO	32/2010	218.894
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	179/2013	0158247-48.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	366/2012	0146669-25.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	326/2012	0098680-23.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	01/2015	0173652-90.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	173/2012	0056387-38.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	28/2019	210616
PROCESSO ADMINISTRATIVO	171/2012	0055933-58.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	113/2010	220617
PROCESSO NSL	84/2007	51.325
PROCESSO ADMINISTRATIVO	504/2013	0143464-51.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	457/2014	0117155-56.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	296/2014	0057581-05.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	114/2011	229547
PROCESSO ADMINISTRATIVO	271/2012	0111978-82.2012

PEDIDO INFORMAÇÃO	01/2007	55.702
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	145/2013	0133695-19.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	45/2009	213.598
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	157/2013	0138500-15.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	172/2009	21.392
PROCESSO ADMINISTRATIVO	221/2010	223.149
PROCESSO ADMINISTRATIVO	531/2014	0147797-12.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	08/2013	0001988-25.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	176/2012	0056591-82.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	23/2015	0013457-97.2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO	295/2008	215.518
PROCESSO ADMINISTRATIVO	351/2010	225.567
PROCESSO ADMINISTRATIVO	558/2014	0155992-83.2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	131/2013	0127167-66.2013
PROCESSO NSL	118/2007	51351
PROCESSO ADMINISTRATIVO	194/2012	0067321-55.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	324/2008	89.360
PROCESSO NSL	02/2001	4626
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	111/2012	0151200-57.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	155/2011	230.206
PROCESSO ADMINISTRATIVO	171/2014	007125-51.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	14/2014	0065851-52.2013
CONTRATO	114/2008	209.114
PROCESSO ADMINISTRATIVO	369/2011	235.450
PEDIDO PROVIDÊNCIAS	01/2010	221.475
PROCESSO ADMINISTRATIVO	202/2014	0024207-95.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	175/2012	0057208-42.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	300/2012	0122253-30.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	50/2012	237724
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	45/2013	0051858-39.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	173/2013	0158237-04.2013
INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	30/2014	0101786-22.2014
INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	26/2014	0023439-72.2014
INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	41/2014	0093044-08.2014
INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	35/2014	0120108-90.2014
INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	44/2014	0125516-62.2014
INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	40/2014	0130980-67.2014
CONTRATO	62/2009	214.174
PROCESSO ADMINISTRATIVO	146/2012	0042031-38.2012
CONTRATO	10/2009	211135
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	33/2014	0095577-37.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	31/2014	0104552-48.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	09/2014	0031989-56.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	44/2013	0134232-15.2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	37/2014	0120747-11.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	36/2014	0107116-97.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	23/2014	0092604-12.2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	12/2014	0014450-77.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	339/2014	0063936-31.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	01/2014	0003808-45.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	10/2014	0041134.39.2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	55/2013	0051929-41.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	95/2010	226.031
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	103/2010	226.870
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	78/2011	234.336
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	81/2011	234373
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	85/2011	234378
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	177/2013	0158245-78.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	60/2013	0063654-27.2013
PEDIDO PROVIDÊNCIAS	11/2011	225.580

ANEXO II

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS E DOCUMENTOS – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO/TJMT

CLASSE PROCESSUAL	NÚMERO DO PROCESSO	IDENTIFICADOR
PREGÃO ELETRÔNICO	34/2013	0049814-47.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	63/2013	114.383.572.013
PREGÃO ELETRÔNICO	42/2013	0076958-93.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	32/2012	0038109-86.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	59/2012	0102341-10.2012
PREGÃO PRESENCIAL	29/2012	0097260-80.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	40/2013	011927713-2012
CONTRATO	40/2013	55.642
CONTRATO	106/2009	216.753
CONTRATO	125/2009	218.372
CONTRATO	85/2011	233.939
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	009/2010	224.152
PREGÃO	30/2012	0054724-24.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	38/2013	0074408-28.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	57/2013	0097169-53.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	65/2013	0113961-82.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	14/2013	0032209-88.2013
CONTRATO	99/2009	216.603
CONTRATO	35/2009	214.628
CONTRATO	37/2013	0107671-51.2013
CONTRATO	191/2010	222.984
CONTRATO	148/2012	0091906-74.2012
CONTRATO	004/2012	0078640-20.2012
CONTRATO	70/2009	215.305 02
CONTRATO	127/2009	218.374
CONTRATO	009/2011	229.008
CONTRATO	57/2007	57.156
CONTRATO	82/2008	208.342
CONTRATO	80/2011	235.629
CONTRATO	010/2010	217.897
CONTRATO	105/2009	218.281
CONTRATO	47/2007	55.747
CONTRATO	18/2011	230.238
CONTRATO	45/2007	390.67
CONTRATO	136/2012	0134705-65.2012
CONTRATO	36/2009	214.629
CONTRATO	73/2007	57.199
CONTRATO	28/2005	40.240
CONTRATO	26/2006	38.700
CONTRATO	140/2008	209.502
CONTRATO	67/2009	213.578
CONTRATO	69/2010	226.655
CONTRATO	113/2012	00138200-87
CONTRATO	65/2009	214.887
PROCESSO ADMINISTRATIVO	384/2012	0154331-40.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	214/2012	0060289-96.2013
CONTRATO	135/2009	218.387
CONTRATO	007/2010	237.084
CONTRATO	26/2012	238.087
CONTRATO	23/2012	238.010
CONTRATO	18/2010	221.578
CONTRATO	49/2006	48.119
CONTRATO	120/2009	218.352
CONTRATO	98/2012	0104981-83.2012
CONTRATO	59/2013	0140565-80.2013
CONTRATO	13/2012	237.229
CONTRATO	74/2011	235.265
CONTRATO	16/2011	230.268
CONTRATO	112/2012	0135543-75.2012
CONTRATO	46/2012	0044499-72.2013
CONTRATO	85/2012	0094369-86.2012
CONTRATO	63/2013	0127557-36.2013

CONTRATO	009/2007	38.765
CONTRATO	004/2014	0154324-14.2014
CONTRATO	89/2009	214.123
PROCESSO ADMINISTRATIVO	22/2012	237.142
CONTRATO	65/2010	226.920
CONTRATO	38/2014	0038764-87.2014
CONTRATO	88/2009	215.510
CONTRATO	54/2011	233.039
INEXIGIBILIDADE	13/2014	0045156-43.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	335/2013	0107095-58.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	329/2013	0107368-37.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	57/2013	0116026-84.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	108/2012	0149485-77.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	101/2012	0137988-66
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	48/2012	00640086-80.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	223/2014	0037557-53.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	411/2013	0122518-58.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	358/2013	0105888-24.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	130/2013	0039052-69.2013
INEXIGIBILIDADE	46/2013	0144831-13.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	377/2012	0152463-27
PROCESSO ADMINISTRATIVO	351/2012	0138862-51
PROCESSO ADMINISTRATIVO	244/2012	0097348-21
PROCESSO ADMINISTRATIVO	240/2009	214.436
PROCESSO ADMINISTRATIVO	481/2009	218.364
PROCESSO ADMINISTRATIVO	231/2014	0083968-91
PROCESSO ADMINISTRATIVO	186/2013	0060791-98.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	191/2014	0029874-62.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	177/2012	0057433-62 2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	410/2014	0104194-83
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	006/2014	0083315-55
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	002/2014	0047510-41.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	219/2011	232.226
PROCESSO ADMINISTRATIVO	219/2011	232.226
PROCESSO ADMINISTRATIVO	185/2012	0063331-56
PROCESSO ADMINISTRATIVO	391/2011	236.524
PROCESSO ADMINISTRATIVO	237/2009	214.417
DOAÇÃO DE BENS	15/2008	206.881
PROCESSO ADMINISTRATIVO	208/2009	213.941
DOAÇÃO DE BENS	30/2010	224.014
CONTRATO	106/2011	234.680
CONTRATO	37/2014	0040579-22
CONTRATO	012/2010	220.695
CONTRATO	85/2010	226.960
CONTRATO	50/2009	214.662
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	004/2010	222.548
PROCESSO ADMINISTRATIVO	369/2012	0148137-24
CONTRATO	57/2010	0061823-75.2012
CONTRATO	49/2014	0044703-48.2014
CONTRATO	123/2009	218.368
CONTRATO	46/2009	214.658
CONTRATO	19/2009	212.678
CONTRATO	13/2011	229.578
CONTRATO	25/2011	231.452
CONTRATO	49/2007	57.222
CONTRATO	72/2010	226.939
PROCESSO ADMINISTRATIVO	51/2012	237.734
CONTRATO	27/2010	223790
CONTRATO	008/2011	227.308
CONTRATO	104/2011	236.471
PREGÃO ELETRÔNICO	80/2014	0077490-33.2014
CONTRATO	23/2009	214.232
CONTRATO	75/2008	207.915
CONTRATO	005/2013	0018197-69
PREGÃO ELETRÔNICO	53/2013	0079094-63.2013
CONTRATO	27/2007	51.389
PREGÃO ELETRÔNICO	008/2009	210.714
PREGÃO	21/2011	230.199
PREGÃO	30/2009	210.861

PREGÃO	25/2011	231.095
PREGÃO ELETRÔNICO	67/2011	234.813
PREGÃO ELETRÔNICO	22/2011	229.684
PREGÃO ELETRÔNICO	26/2011	221.314
PROCESSO ADMINISTRATIVO	167/2010	221.609
CONTRATO	002/2007	482.41
CONTRATO	42/2011	233.602
PREGÃO ELETRÔNICO	42/2010	219.626
CONTRATO	38/2007	51.446
CONTRATO	54/2010	226.566
PROCESSO ADMINISTRATIVO	81/2012	238.086
CONTRATO	151/2012	0088623-43.2012
CONTRATO	50/2013	0129230-64.2013
CONTRATO	101/2009	217.249
PREGÃO ELETRÔNICO	008/2011	216.592
PREGÃO ELETRÔNICO	005/2012	230.830
PREGÃO ELETRÔNICO	005/2012	230.830
PREGÃO ELETRÔNICO	29/2013	0067018-07.2013
CONTRATO	139/2008	209.140
CONTRATO	48/2010	224.418
CONTRATO	07/2009	211.398
CONTRATO	44/2006	40.655
CONTRATO	56/2003	21.435
CONTRATO	136/2008	209.615
PREGÃO ELETRÔNICO	31/2012	0041941-30.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	31/2011	229.018
PREGÃO ELETRÔNICO	41/2012	0069941-40.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	20/2013	0037429-67.2013
CONTRATO	13/2013	0028495-23.2013
CONTRATO	71/2010	226.649
CONTRATO	117/2011	236.592
PREGÃO ELETRÔNICO	8/2013	0007517-25.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	21/2012	238.545
PREGÃO ELETRÔNICO	30/2013	0069511-54.2013
CONTRATO	40/2013	0120816-17.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	14/2012	238.950
PREGÃO ELETRÔNICO	2/2013	0004254-82.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	5/2013	0119552-59.2013
CONTRATO	52/2010	225.797
CONTRATO	67/2004	30.594
PROCESSO ADMINISTRATIVO	231/2009	214.330
CONTRATO	137/2008	209.616
PREGÃO ELETRÔNICO	67/2013	0072007-56.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	13/2013	0021133-67 2013
PREGÃO ELETRÔNICO	06/2013	0150271-204-2012
PREGÃO ELETRÔNICO	16/2012	231.850
PREGÃO ELETRÔNICO	86/2013	0120654-82
PROCESSO ADMINISTRATIVO	463/2013	0129109-36
PROCESSO ADMINISTRATIVO	472/2013	0129107-66
PROCESSO ADMINISTRATIVO	469/2013	139108
PREGÃO ELETRÔNICO	72/2013	237.359
PREGÃO ELETRÔNICO	62/2013	0120588-05.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	38/2012	238.456
PROCESSO ADMINISTRATIVO	249/2013	0083477-84.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	16/2013	008734-062013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	158/2013	0138514-96
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	62/2013	0063666-41
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	43/2013	0051854-02
CONTRATO	49/2012	238.435
CONTRATO	110/2012	0134249-85
PREGÃO ELETRÔNICO	009/2013	0121173-91
PREGÃO ELETRÔNICO	12/2012	236.537
PREGÃO	3/2012	234.874
PREGÃO	4/2013	0043608-17
PREGÃO ELETRÔNICO	94/2014	0127210-03
PREGÃO	01/2011	233.980
PREGÃO ELETRÔNICO	62/2010	221.575
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	111/2009	218.358
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	26/2011	232.058

ATA DE REGISTRO DE PREÇO	90/2008	207.996
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	65/2010	223.467
PROCESSO ADMINISTRATIVO	329/2010	225.057
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	95/2011	234.800
PREGÃO	006/2010	229.264
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	45/2010	221894
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	004/2012	236.698
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	005/2012	236.699
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	139/2013	0133290-80
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	16/2012	236.974
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	17/2012	236.975
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	22/2013	019365-09
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	51/2013	0051908-65
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	002/2009	209.680
PROCESSO ADMINISTRATIVO	361/2009	216.743
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	51/2013	0051908-65
PROCESSO ADMINISTRATIVO	445/2008	208.269
PROCESSO ADMINISTRATIVO	411/2008	207.586
PROCESSO ADMINISTRATIVO	155/2008	203.197
PROCESSO ADMINISTRATIVO	45/2009	211.227
PROCESSO ADMINISTRATIVO	21/2009	210.400
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	30/2007	57.190
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	72/2010	223.739
PROCESSO ADMINISTRATIVO	211/2010	222.822
PROCESSO ADMINISTRATIVO	346/2010	225.516
PROCESSO ADMINISTRATIVO	244/2010	223.637
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	35/2010	220.787
PROCESSO ADMINISTRATIVO	360/2009	216.739
PROCESSO ADMINISTRATIVO	300/2009	215.600
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	47/2009	213.921
PROCESSO ADMINISTRATIVO	139/2013	0050417-23
PROCESSO ADMINISTRATIVO	71/2011	229.229
PROCESSO ADMINISTRATIVO	335/2010	225.175
PROCESSO ADMINISTRATIVO	111/2011	229.385
PROCESSO ADMINISTRATIVO	243/2010	223.613
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	50/2010	222.966
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	86/2008	207.990
PROCESSO ADMINISTRATIVO	218/2013	0074620-49
PROCESSO ADMINISTRATIVO	99/2013	0034913-74.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	68/2011	233.849
PROCESSO ADMINISTRATIVO	331/2013	0093732-04
PROCESSO ADMINISTRATIVO	281/2013	0070050-20
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	123/2011	235.550
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	124/2013	0126768-37
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	70/2009	214.518
PROCESSO ADMINISTRATIVO	265/2009	214.769
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	60/2010	223.458
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	41/2010	221.052
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	61/2010	223.459
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	9/2009	210.111
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	79/2010	224.770
PROCESSO ADMINISTRATIVO	35/2011	228.328
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	85/2008	207.989
PROCESSO ADMINISTRATIVO	416/2009	217.320
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	78/2010	224.405
PROCESSO ADMINISTRATIVO	88/2011	229.494
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	71/2008	207.184
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	65/2011	233.578
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	80/2008	207.465
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	21/2011	231.926
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	17/2009	211.561
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	114/2010	226.912
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	12/2013	0008729-81
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	86/2013	0104308-56
PROCESSO ADMINISTRATIVO	54/2011	228.875
INEXIGIBILIDADE	39/2014	0043978-59.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	245/2011	232.230
PROCESSO ADMINISTRATIVO	63/2011	229.060
PROCESSO ADMINISTRATIVO	35/2009	210.790

PROCESSO ADMINISTRATIVO	313/2011	233.689
CONTRATO	64/2013	0147810-45.2013
CONTRATO	47/2013	0126681-81.2013
CONTRATO	52/2011	234.060
PROCESSO ADMINISTRATIVO	456/2011	0125505-33
PROCESSO ADMINISTRATIVO	508/2011	0139625-81
PROCESSO ADMINISTRATIVO	545/2014	0150304-43
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	115/2009	218.369
PROCESSO ADMINISTRATIVO	88/2010	220.009
PROCESSO ADMINISTRATIVO	515/2014	0140757-76
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	33/2013	0028397-38
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	87/2011	234.601
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	82/2010	225.486
PROCESSO ADMINISTRATIVO	535/2014	0151195-64
PROCESSO ADMINISTRATIVO	514/2014	0140650-32
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	115/2013	0116539-18
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	1/2007	38.752
PROCESSO ADMINISTRATIVO	66/2013	0026631-47
PROCESSO ADMINISTRATIVO	554/2014	0155013-24
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	70/2012	0100178-57
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	99/2009	218.202
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	99/2010	226.349
PROCESSO ADMINISTRATIVO	52/2011	228.865
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	24/2008	205.160
PROCESSO ADMINISTRATIVO	463/2008	208.678
PROCESSO ADMINISTRATIVO	97/2009	212.263
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	129/2011	235.724
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	39/2011	232.645
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	81/2012	0112715-85
PROCESSO ADMINISTRATIVO	134/2007	557.66
PROCESSO SELETIVO	250/2014	0155746-87
PROCESSO SELETIVO	23/2014	0031068-97
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	97/2013	0111054-37
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	27/2011	232.071
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	66/2011	233.739
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	29/2010	220.351
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	44/2010	221.893
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	89/2012	0114182-02
PROCESSO ADMINISTRATIVO	180/2010	222.049
PROCESSO ADMINISTRATIVO	134/2010	220.951
PROCESSO ADMINISTRATIVO	156/2010	221.500
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	110/2009	218.353
PROCESSO ADMINISTRATIVO	187/2010	222.318
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	80/2009	217.196
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	009/2013	0008718-52
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	45/2011	232.673
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	142/2011	236.596
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	21/2007	57.228
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	143/2013	0133658-89
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	92/2010	225.932
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	147/2013	0133731-61
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	123/2014	0132376-79
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	34/2010	220.786
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	60/2011	33.472
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	44/2012	0064081-58
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	56/2011	233.323
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	40/2012	0064077-21
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	3/2011	227.270
PROCESSO ADMINISTRATIVO	42/2014	0008975-43
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	131/2011	235.737
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	20/2011	231.919
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	55/2011	233.321
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	114/2011	235.342
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	81/2010	224.776
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	47/2010	221.896
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	011/2011	229.311
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	110/2011	234.945
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	63/2013	0063678-55
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	28/2012	238.289

ATA DE REGISTRO DE PREÇO	107/2012	0149475-33
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	50/2012	0064088-50
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	011/2012	236.866
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	46/2012	0064084-13
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	133/2013	0127610-17
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	134/2013	0127676-94
PROCESSO ADMINISTRATIVO	347/2010	225.522
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	103/2012	0143378-17
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	25/2012	236.984
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	47/2013	0051867-98
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	120/2011	235.441
PROCESSO ADMINISTRATIVO	316/2012	0121864-08
PROCESSO ADMINISTRATIVO	199/2012	0077510-92
PROCESSO ADMINISTRATIVO	18/2010	005085-38
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	63/2010	223.461
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	15/2012	236.973
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	58/2009	214.181
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	133/2011	236.265
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	120/2013	0121181-34
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	78/2012	0112708-93
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	42/2011	232.649
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	34/2007	57.186
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	72/2009	214.934
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	003/2012	236.735
PROCESSO ADMINISTRATIVO	143/2011	230.573
PROCESSO ADMINISTRATIVO	52/2012	237.355
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	101/2011	234.884
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	76/2013	0094558-30
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	010/2010	219.662
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	38/2007	57.201
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	80/2012	0112712-33
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	11/2010	219.663
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	82/2012	0112720-10
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	54/2013	0051927-71
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	40/2011	232.646
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	102/2011	234.887
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	67/2012	0097265-05
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	69/2013	0063708-90
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	25/2010	220.346
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	48/2011	232.726
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	116/2013	117973-42
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	147/2011	236.697
PROCESSO ADMINISTRATIVO	173/2014	0127822-38
PROCESSO ADMINISTRATIVO	162/2012	0050790-88
PROCESSO ADMINISTRATIVO	207/2010	222.720
PROCESSO ADMINISTRATIVO	108/2011	229.749
PROCESSO ADMINISTRATIVO	89/2012	238.164
PROCESSO ADMINISTRATIVO	5/2010	218.492
PROCESSO ADMINISTRATIVO	141/2012	0044749-08
PROCESSO ADMINISTRATIVO	143/2012	0042537-2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	264/2010	223.638
PROCESSO ADMINISTRATIVO	011/2007	55.657
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	49/2012	6408765
PROCESSO ADMINISTRATIVO	29/2011	228148
PROCESSO ADMINISTRATIVO	120/2012	239134
PROCESSO ADMINISTRATIVO	95/2012	238308
PROCESSO ADMINISTRATIVO	147/2011	230686
PROCESSO ADMINISTRATIVO	341/2011	235004
PROCESSO ADMINISTRATIVO	148/2008	203087
PROCESSO ADMINISTRATIVO	510/2013	14346366
PROCESSO ADMINISTRATIVO	526/2013	01495409
PROCESSO ADMINISTRATIVO	332/2010	225113
PROCESSO ADMINISTRATIVO	295/2010	224702
PROCESSO ADMINISTRATIVO	51/2011	228863
PROCESSO ADMINISTRATIVO	2/2013	0155119-54
PROCESSO ADMINISTRATIVO	54/2014	0010808-96
PROCESSO ADMINISTRATIVO	27/2011	228.080
PROCESSO ADMINISTRATIVO	548/2014	0153141-71
PROCESSO ADMINISTRATIVO	67/2012	237.901

PROCESSO ADMINISTRATIVO	391/2012	226.721
PROCESSO NSL	280/2007	55.629
PROCESSO ADMINISTRATIVO	132/2010	220.918
PROCESSO ADMINISTRATIVO	399/2008	207.373
PROCESSO ADMINISTRATIVO	463/2009	218.230
PROCESSO ADMINISTRATIVO	386/2011	236.355
PROCESSO ADMINISTRATIVO	137/2010	221.081
PROCESSO ADMINISTRATIVO	174/2011	231.177
PROCESSO ADMINISTRATIVO	121/2013	0032414-20
PROCESSO ADMINISTRATIVO	31/2013	013829-17
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	9/2011	229.188
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	43/2013	0051833-26
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	113/2012	0151212-71
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	142/2013	0133569-66
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	114/2013	0116231-79
PROCESSO ADMINISTRATIVO	325/2013	0131492-21
PROCESSO ADMINISTRATIVO	243/2013	0078146-24
PROCESSO ADMINISTRATIVO	242/2013	0069109-70
PROCESSO ADMINISTRATIVO	169/2012	0051146-83
PROCESSO ADMINISTRATIVO	34/2012	0039841-05
PROCESSO ADMINISTRATIVO	313/2013	0094718-55
PROCESSO ADMINISTRATIVO	373/2012	0127668-54
PROCESSO ADMINISTRATIVO	76/2013	0029525-93
CONTRATO	98/2009	218.185
PROCESSO ADMINISTRATIVO	268/2014	0038699-92
PROCESSO ADMINISTRATIVO	188/2014	0125430-28
PROCESSO ADMINISTRATIVO	333/2014	0066777-96
PROCESSO ADMINISTRATIVO	305/2014	0062384-31
PROCESSO ADMINISTRATIVO	117/2014	015786-19
PROCESSO ADMINISTRATIVO	288/2012	0117429-88
PROCESSO ADMINISTRATIVO	521/2014	0137527-25
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	002/2013	0113196-48
PROCESSO ADMINISTRATIVO	373/2010	225.941
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	80/2012	224.775
PROCESSO ADMINISTRATIVO	338/2012	0133593-31
PROCESSO ADMINISTRATIVO	89/2011	229514
PROCESSO ADMINISTRATIVO	122/2012	239.176
PROCESSO ADMINISTRATIVO	39/2012	237.527
PROCESSO ADMINISTRATIVO	506/2013	0143539-90
PROCESSO ADMINISTRATIVO	549/2014	15213614
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	14/2007	46937
PROCESSO ADMINISTRATIVO	346/2012	0137952-24
DOAÇÃO DE BENS	001/2007	46.772
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	17/2011	230.033
PROCESSO ADMINISTRATIVO	271/2013	0053804-46
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	003/2014	0054752-51
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	002/2015	0015839-63
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	006/2012	0045946-95
PROCESSO ADMINISTRATIVO	349/2010	225.542
PROCESSO ADMINISTRATIVO	166/2011	231.034
PROCESSO ADMINISTRATIVO	340/2011	234.986
PROCESSO ADMINISTRATIVO	68/2012	237.903
PROCESSO ADMINISTRATIVO	334/2014	0066657-53
DISPENSA DE LICITAÇÃO	12/2014	0020796-44
PROCESSO ADMINISTRATIVO	465/2014	0129849-57
DISPENSA DE LICITAÇÃO	17/2014	0071983-91
PROCESSO ADMINISTRATIVO	213/2010	222.521
PROCESSO ADMINISTRATIVO	85/2012	238.088
PROCESSO ADMINISTRATIVO	312/2008	205.390
PROCESSO ADMINISTRATIVO	74/2013	0029581-29
PROCESSO ADMINISTRATIVO	470/2013	0115849-86
PROCESSO ADMINISTRATIVO	330/2014	0065403-45
PROCESSO ADMINISTRATIVO	276/2012	0114885-30
PROCESSO ADMINISTRATIVO	110/2012	238.705
DISPENSA	15/2014	0090543-81
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	112/2012	151206-64
PROCESSO ADMINISTRATIVO	136/2013	0052360-75
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	113/2013	0115711-22
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	126/2013	0126778-81

ATA DE REGISTRO DE PREÇO	14/2014	0014775-52
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	02/2007	38.757
PROCESSO NSL	262/2007	55.618
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	16/2011	229.741
PROCESSO ADMINISTRATIVO	44/2014	0137423-68.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	172/2013	0158229-27.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	181/2012	0061386-34.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	371/2008	206.749
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	125/2013	0126776-14
PROCESSO ADMINISTRATIVO	501/2013	0145971-82
PREGÃO	22/2011	218.032
PROCESSO ADMINISTRATIVO	226/2009	214779
PROCESSO ADMINISTRATIVO	238/2014	0036639-49
PROCESSO ADMINISTRATIVO	114/2009	212530
PROCESSO ADMINISTRATIVO	197/2012	0068376-41
PROCESSO ADMINISTRATIVO	148/2013	0036953-29
INEXIGIBILIDADE	18/2014	0047579-73
INEXIGIBILIDADE	43/2014	0140805-35
PROCESSO ADMINISTRATIVO	321/2014	0065995-89
PROCESSO ADMINISTRATIVO	240/2014	0130676-05
PROCESSO ADMINISTRATIVO	291/2013	0089323-82
PROCESSO ADMINISTRATIVO	118/2013	0032264-39
PROCESSO ADMINISTRATIVO	355/2014	0066650-61
PROCESSO ADMINISTRATIVO	248/2011	232.394
INEXIGIBILIDADE	07/2014	0146061-90
PROCESSO ADMINISTRATIVO	180/2014	0021461-60
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	155/2013	0138485-46
PROCESSO ADMINISTRATIVO	428/2013	0123673-96 3
PROCESSO ADMINISTRATIVO	565/2014	0161246-37
PROCESSO ADMINISTRATIVO	425/2014	0111558-09
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	171/2013	0158228-42
INEXIGIBILIDADE	5/2014	0006694-17
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	52/2012	0064212-33
DOAÇÃO DE BENS	1/2007	30063
INEXIGIBILIDADE	16/2014	0035916-30
INEXIGIBILIDADE	11/2014	0019437-59
INEXIGIBILIDADE	6/2014	0003705-38
INEXIGIBILIDADE	47/2011	0135459-40
INEXIGIBILIDADE	21/2014	0070507-18
INEXIGIBILIDADE	34/2014	0114899-43
INEXIGIBILIDADE	24/2014	0094442-87
DOAÇÃO DE BENS	26/2013	0113425-71
PROCESSO ADMINISTRATIVO	101/2010	220.335
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	160/2013	0150594-92
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	112/2011	235.239
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	75/2013	0089775-92
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	92/2013	0110913-18
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	14/2012	236.914
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	32/2010	220.784
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	01/2012	236.730
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	99/2012	0132298-56
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	83/11	234.376
PROCESSO ADMINISTRATIVO	110/2013	0042464-08
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	135/2013	0128014-68
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	94/2010	226.030
CONTRATO - SEGUEVEL	41/2009	214.653
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	137/2013	0128109-98
PROCESSO ADMINISTRATIVO	216/2013	0069096-19
PROCESSO ADMINISTRATIVO	246/2012	0092999-72
PROCESSO ADMINISTRATIVO	231/2013	0050427-67
PROCESSO ADMINISTRATIVO	217/2013	006094-04
PROCESSO ADMINISTRATIVO	294/2013	0083292-42
DISPENSA	22/2014	0150595-43
PROCESSO ADMINISTRATIVO	17/2014	0063772-66
PROCESSO ADMINISTRATIVO	65/2009	211.654
CONTRATO SOLIDEZ	11/2009	212.969
PROCESSO ADMINISTRATIVO	457/2008	208.528
PROCESSO ADMINISTRATIVO	147/2010	221.260
DOAÇÃO DE BENS	19/2013	0056468-50

PROCESSO ADMINISTRATIVO	205/2011	231.886
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	163/2013	0152814-63
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	81/2013	0095594-10
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	163/2013	0152814-63
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	104/2010	226874
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	17/2007	201347
PROCESSO ADMINISTRATIVO	354/2008	206.376
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	1/2008	201638
PROCESSO ADMINISTRATIVO	461/2008	208674
PROCESSO ADMINISTRATIVO	127/2008	202641
PROCESSO ADMINISTRATIVO	39/2009	210942
DOAÇÃO DE BENS	18/2013	0050644-13
DOAÇÃO DE BENS	13/2014	0032439-96
DOAÇÃO DE BENS	8/2009	211.860
DOAÇÃO DE BENS	2/2013	0003545-47
DOAÇÃO DE BENS	10/214	0063486-88
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	73/2013	0082976-33
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	58/2012	0068081-04
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	90/2013	0106563-84
CONTRATO	12/2011	230.125
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	12/2012	0121927-33
PROCESSO ADMINISTRATIVO	339/2012	0130271-03
PROCESSO ADMINISTRATIVO	191/2012	0038410-33
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	124/2012	0154046-47
PROCESSO ADMINISTRATIVO	127/2012	0041725-69
PROCESSO ADMINISTRATIVO	88/2013	0027218-69
PROCESSO ADMINISTRATIVO	332/2013	0104837-75
DOAÇÃO DE BENS	012/13	0033058-60
PROCESSO ADMINISTRATIVO	364/2013	0110157-09
INEXIGIBILIDADE	45/2014	0142777-40
PREGÃO ELERÔNICO	3/2013	0001722-38
PREGÃO ELERÔNICO	33/2013	0073851-41
PREGÃO ELERÔNICO	36/2013	0083296-83
PREGÃO	116/2015	40508
PREGÃO	21/2012	0052949-04
PREGÃO	27/2012	237968
PREGÃO	31/2012	0091091-77
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	7/2010	219659
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	4/2010	218311
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	30/2011	232159
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	70/2012	0137541-78
PREGÃO ELETRÔNICO	35/2013	0076384-70
PREGÃO ELETRÔNICO	85/2013	0116037-79
PREGÃO ELETRÔNICO	75/2013	0122491-75
PROCESSO ADMINISTRATIVO	484/2013	0129745-02
PROCESSO ADMINISTRATIVO	467/2013	0129744-17
PREGÃO ELETRÔNICO	1/2013	0139478-26
PROPOSIÇÃO	8/2004	30045
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	86/2011	234600
DOAÇÃO DE BENS	16/2014	12212854
DOAÇÃO DE BENS	6/2005	37608
DOAÇÃO DE BENS	25/2012	137757
DOAÇÃO DE BENS	14/2009	213680
DOAÇÃO DE BENS	22/2008	209219
DOAÇÃO DE BENS	11/2008	205603
DOAÇÃO DE BENS	12/2010	221089
DOAÇÃO DE BENS	12/2009	212767
DOAÇÃO DE BENS	5/2013	0008230-97
PREGÃO ELETRÔNICO	29/2015	0041508-21
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	63/2012	0095483-60
DOAÇÃO DE BENS	20/2014	0136626-58
PROCESSO ADMINISTRATIVO	164/2013	0055001-36
PROCESSO ADMINISTRATIVO	255/2010	223116
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	161/2013	0152166-83
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	1/2011	227251
PROCESSO ADMINISTRATIVO	87/2011	229491
CONTRATO	77/2008	207926
CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO	2/2011	227318
CONTRATO	110/2009	216967

CONTRATO	22/2006	40573
DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS	19/2008	208037
DOAÇÃO DE BENS	20/2008	208038
DOAÇÃO DE BENS	13/2010	221.094
CONTRATO	16/2009	213078
CONTRATO	86/2010	227058
CONTRATO	35/2013	0105368-64
CONTRATO	03/2008	55748
DOAÇÃO DE BENS	001/2010	218.579
DOAÇÃO DE BENS	39/2010	225.627
DOAÇÃO DE BENS	5/2011	228.191
DOAÇÃO DE BENS	16/2011	229.270
DOAÇÃO DE BENS	79/2010	219.784
DOAÇÃO DE BENS	42/2010	225959
DOAÇÃO DE BENS	40/2010	225848
CONTRATO	63/2004	30.589
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	3/2007	46883
CONTRATO	90/2008	208.684
CONTRATO	43/2004	28289
DOAÇÃO DE BENS	16/2010	221610
DOAÇÃO DE BENS	21/2009	215247
DOAÇÃO DE BENS	32/2009	218175
DOAÇÃO DE BENS	007/2009	211852
DOAÇÃO DE BENS	27/2011	230811
DOAÇÃO DE BENS	5/2009	211817
DOAÇÃO DE BENS	4/2008	201364
PROCESSO ADMINISTRATIVO	43/2011	228676
PROCESSO ADMINISTRATIVO	16/2012	236903
PROCESSO ADMINISTRATIVO	402/2011	236662
PROCESSO ADMINISTRATIVO	63/2013	23995
PROCESSO ADMINISTRATIVO	305/2009	215976
PROCESSO ADMINISTRATIVO	180/2012	0060436-25
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	11/2010	225487
COMUNICAÇÃO	05/2003	204.04
DOAÇÃO DE BENS	27/2013	0127136-46
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	19/2013	0019164-17
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	31/2013	0028388-76
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	4/2013	0007957-21
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	32/2013	0028394-83
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	57/2013	0063580-70
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	23/2005	37.565
PROCESSO ADMINISTRATIVO	328/2013	0093317-21
PROCESSO ADMINISTRATIVO	134/2013	0050885-84
PROCESSO ADMINISTRATIVO	25/2010	218.768
DOAÇÃO DE BENS	1/2009	209.974
DOAÇÃO DE BENS	2/2005	37.561
DOAÇÃO DE BENS	35/2010	225.224
DOAÇÃO DE BENS	16/2009	213.690
DOAÇÃO DE BENS	27/2010	223.627
DOAÇÃO DE BENS	18/2008	208.036
DOAÇÃO DE BENS	2/2011	228.004
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	4/2012	0062446-42
PROCESSO ADMINISTRATIVO	241/2011	232.618
PROCESSO ADMINISTRATIVO	305/2011	233.968
PEDIDO DE PROV.	1/2012	239.149
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	07/2010	223.167
PROCESSO ADMINISTRATIVO	441/2013	0126992-72
PROCESSO ADMINISTRATIVO	498/2013	0038404-89
PROCESSO ADMINISTRATIVO	523/2013	0039927-39
PROCESSO ADMINISTRATIVO	13/2014	0065850-67
PROCESSO ADMINISTRATIVO	274/2010	2.214.173
PROCESSO ADMINISTRATIVO	169/2013	0061701-28
PROCESSO ADMINISTRATIVO	138/2013	0051972-75
PROCESSO ADMINISTRATIVO	92/2013	0034028-60
PROCESSO ADMINISTRATIVO	29/2013	0012547-71
PROCESSO ADMINISTRATIVO	311/2013	0095578-56
PROCESSO ADMINISTRATIVO	299/2013	0090672-23
PROCESSO ADMINISTRATIVO	204/2013	0071904-49
PROCESSO ADMINISTRATIVO	180/2013	0062789-04

PROCESSO ADMINISTRATIVO	320/2014	0067890-85
PROCESSO ADMINISTRATIVO	311/2014	0063037-33
PROCESSO ADMINISTRATIVO	533/2013	0154411-67
PROCESSO ADMINISTRATIVO	513/2013	0147699-61
PROCESSO ADMINISTRATIVO	505/2013	0143538-08
PROCESSO ADMINISTRATIVO	474/2013	0137383-86
PROCESSO ADMINISTRATIVO	312/2013	0097791-35
PROCESSO ADMINISTRATIVO	275/2012	0106856-88
PROCESSO ADMINISTRATIVO	425/2013	0065894-07
PROCESSO ADMINISTRATIVO	383/2013	0051169-92
PROCESSO ADMINISTRATIVO	237/211	232.564
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	003/2009	212.573
PROCESSO ADMINISTRATIVO	283/2009	215.176
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	008/2010	223.585
PROCESSO ADMINISTRATIVO	135/2013	0048902-50
PROCESSO ADMINISTRATIVO	379/2013	0085459-36
PROCESSO ADMINISTRATIVO	166/2013	0033723-76
PROCESSO ADMINISTRATIVO	211/2013	0039884-05
PROCESSO ADMINISTRATIVO	400/2013	0123155-09
PROCESSO ADMINISTRATIVO	17/2011	227.538
PROCESSO ADMINISTRATIVO	219/2013	0075046-61
PROCESSO ADMINISTRATIVO	103/2013	0037837-58
PROCESSO ADMINISTRATIVO	159/2014	0023576-02
PROCESSO ADMINISTRATIVO	24/2014	005932-98
PROCESSO ADMINISTRATIVO	46/2014	0009983-55
PROCESSO ADMINISTRATIVO	295/2014	0056441-33
PROCESSO ADMINISTRATIVO	289/2014	0054691-93
PROCESSO ADMINISTRATIVO	010/2014	0000296-54
PROCESSO ADMINISTRATIVO	5/2014	0000041-96
PROCESSO ADMINISTRATIVO	225/2014	0037559-23
PROCESSO ADMINISTRATIVO	233/2014	0039736-57
PROCESSO ADMINISTRATIVO	169/2014	0028838-82
PROCESSO ADMINISTRATIVO	190/2014	0030891-36
PROCESSO ADMINISTRATIVO	219/2014	0036119-89
PROCESSO ADMINISTRATIVO	221/2014	0037555-83
PROCESSO ADMINISTRATIVO	168/2014	0028784-19
PROCESSO ADMINISTRATIVO	163/2014	0027837-62
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	6/2012	236.700
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	7/2012	236.701
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	8/2012	236.702
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	93/2012	0125617-70
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	123/2012	153388-23
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	92/2012	0125609-93
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	88/2012	0114172-55
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	128/2013	0126794-35
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	20/2008	205.119
PROCESSO ADMINISTRATIVO	479/2008	209.022
PROCESSO ADMINISTRATIVO	4/2009	209938
PROCESSO ADMINISTRATIVO	15/2009	210117
PROCESSO ADMINISTRATIVO	83/2009	211976
PROCESSO ADMINISTRATIVO	122/2009	212582
PROCESSO ADMINISTRATIVO	44/2009	211200
PROCESSO ADMINISTRATIVO	76/2009	211862
PROCESSO ADMINISTRATIVO	103/2009	212385
PROCESSO ADMINISTRATIVO	110/2009	212472
PROCESSO ADMINISTRATIVO	130/2009	212668
PROCESSO ADMINISTRATIVO	170/2009	213270
PROCESSO ADMINISTRATIVO	85/2009	213554
PROCESSO ADMINISTRATIVO	224/2009	214239
PROCESSO ADMINISTRATIVO	245/2009	214523
PROCESSO ADMINISTRATIVO	121/2009	21258
PROCESSO ADMINISTRATIVO	125/2009	212622
PROCESSO ADMINISTRATIVO	187/2009	213581
PROCESSO ADMINISTRATIVO	246/2009	214524
PROCESSO ADMINISTRATIVO	236/2009	214413
PROCESSO ADMINISTRATIVO	126/2009	212626
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	101/2010	226686
PROCESSO ADMINISTRATIVO	268/2010	224145
PROCESSO ADMINISTRATIVO	273/2009	214961

ATA DE REGISTRO DE PREÇO	57/2010	223454
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	65/2009	214392
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	86/2010	225809
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	40/2009	213586
PROCESSO ADMINISTRATIVO	522/2013	0050661-49
PROCESSO ADMINISTRATIVO	134/2012	0043201-45
PROCESSO ADMINISTRATIVO	136/2011	230490
PROCESSO ADMINISTRATIVO	371/2013	0114632-08
PROCESSO ADMINISTRATIVO	22/2014	003610-08
PROCESSO ADMINISTRATIVO	20/2014	0146490-574
PROCESSO ADMINISTRATIVO	519/2013	0074537-33
PROCESSO ADMINISTRATIVO	209/2011	232008
PROCESSO ADMINISTRATIVO	381/2013	0065853-22
CONTRATO	11/2013	0005302-76
CONTRATO	18/2008	48523
CONTRATO	21/2009	213284
CONTRATO	21/2012	238182
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	94/2012	0126588-55
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	45/2012	0064083-28
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	47/2012	0064085-95
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	83/2012	0114141-35
PROCESSO ADMINISTRATIVO	185/2013	0063827-51
PROCESSO ADMINISTRATIVO	142/2013	0050417-23
PROCESSO ADMINISTRATIVO	189/2013	0064413-88
PROCESSO ADMINISTRATIVO	188/2013	0056711-91
PROCESSO ADMINISTRATIVO	323/2012	0127767-24
PROCESSO ADMINISTRATIVO	205/2013	0029651-46
PROCESSO ADMINISTRATIVO	94/2013	0035121-58
PROCESSO ADMINISTRATIVO	71/2013	0028329-88
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	18/2012	236976
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	21/2012	236979
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	98/2011	234804
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	127/2011	235720
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	008/2011	229169
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	51/2011	232883
CONTRATO	60/2007	55709
CONTRATO	44/2009	214656
CONTRATO	153/2012	0156619-58
CONTRATO	79/2009	214949
CONTRATO	20/2011	229957
CONTRATO	22/2007	51414
CONTRATO	38/2012	238524
CONTRATO	56/2004	30574
CONTRATO	21/2010	223384
CONTRATO	20/2013	0029345-77
CONTRATO	77/2010	226948
CONTRATO	61/2009	213872
CONTRATO	22/2013	0062551-82
CONTRATO	24/2009	213918
CONTRATO	87/2011	236111
PROCESSO ADMINISTRATIVO	328/2011	234575
PROCESSO ADMINISTRATIVO	261/2013	0085525-16
PROCESSO ADMINISTRATIVO	22/2013	0010402-12
PROCESSO ADMINISTRATIVO	238/2013	0080506-29
PROCESSO ADMINISTRATIVO	196/2013	0055775-66
PROCESSO ADMINISTRATIVO	417/2013	0125186-02
PROCESSO ADMINISTRATIVO	426/2013	0126343-10
PROCESSO ADMINISTRATIVO	29/2014	0007711-88
PROCESSO ADMINISTRATIVO	264/2013	0085527-83
PROCESSO ADMINISTRATIVO	309/2013	0097386-96
PROCESSO ADMINISTRATIVO	243/2013	0080985-22
PROCESSO ADMINISTRATIVO	336/2013	0107091-21
PROCESSO ADMINISTRATIVO	334/2013	0107-73
PROCESSO ADMINISTRATIVO	333/2013	0107090-36
CONTRATO	39/2011	232.290
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	78/2013	0094568-74
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	87/2013	0105402-39
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	46/2013	0051861-91
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	65/2013	0063680-25

CONTRATO	33/2011	230.571
CONTRATO	35/2006	40697
CONTRATO	130/2009	218377
CONTRATO	33/2007	39022
CONTRATO	78/2012	0053089-38
CONTRATO	010/2013	0025247-49
CONTRATO	29/2009	214610
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	79/2012	0112710-63
PROCESSO ADMINISTRATIVO	169/2011	231068
PROCESSO ADMINISTRATIVO	105/2011	229694
PROCESSO ADMINISTRATIVO	229/2010	223331
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	25/2011	232050
DISPENSA	006/2014	0011796-20
PROCESSO ADMINISTRATIVO	367/2014	0080129-24
PROCESSO ADMINISTRATIVO	371/2014	0084872-77
PROCESSO ADMINISTRATIVO	424/2014	0110261-64
PROCESSO ADMINISTRATIVO	79/2012	238047
PROCESSO ADMINISTRATIVO	405/2013	0119015-29
PROCESSO ADMINISTRATIVO	97/2011	229562
PROCESSO ADMINISTRATIVO	337/2013	0107092-06
PROCESSO ADMINISTRATIVO	199/2013	0068670-59
CONTRATO	84/2011	235753
CONTRATO	24/2011	231150
DOAÇÃO DE BENS	002/2007	46971
DOAÇÃO DE BENS	73/2010	219622
DOAÇÃO DE BENS	26/2009	217378
DOAÇÃO DE BENS	19/2012	0117751-11
DOAÇÃO DE BENS	41/2010	225854
DOAÇÃO DE BENS	002/2014	0016909-52
DOAÇÃO DE BENS	27/2014	0151625-16
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	007/2013	0008297-62
PROCESSO ADMINISTRATIVO	158/2013	0056533-45
PROCESSO ADMINISTRATIVO	153/2013	0054996-14
PROCESSO ADMINISTRATIVO	131/2013	0044338-28
CONTRATO	112/2008	209102
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	002/2013	0007943-37
CONTRATO	90/2009	216719
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	5/2013	0007966-80
PROCESSO ADMINISTRATIVO	473/2014	0129930-06
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	115/2011	235344
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	96/2013	0111047-45
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	39/2012	0061332-68
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	21/2013	0019361-69
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	167/2013	0154743-34
PROCESSO ADMINISTRATIVO	314/2014	0065241-50
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	132/2013	0127576-42
PROCESSO ADMINISTRATIVO	372/2010	225922
PROCESSO ADMINISTRATIVO	258/2009	214736
PREGÃO	26/2011	230778
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	127/2013	0126784-88
INEXIGIBILIDADE	46/2014	0150670-82
DISPENSA	14/2014	0024454-76
DOAÇÃO DE BENS	006/2012	0042851-57
DOAÇÃO DE BENS	29/2011	231247
DOAÇÃO DE BENS	008/2007	46958
DOAÇÃO DE BENS	008/2014	0044018-41
DOAÇÃO DE BENS	007/2012	0064057-30
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	53/2012	0064214-03
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	86/2012	0114158-71
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	42/2012	0064079-88
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	77/2009	215845
DOAÇÃO DE BENS	12/2014	0089730-54
DOAÇÃO DE BENS	33/2010	224763
PROCESSO ADMINISTRATIVO	230/2012	0069939-70
DOAÇÃO DE BENS	011/2014	0084320-15
DOAÇÃO DE BENS	34/2011	231734
DOAÇÃO DE BENS	36/2010	225253
DOAÇÃO DE BENS	30/2011	231265
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	56/2012	0064228-84

ATA DE REGISTRO DE PREÇO	97/2011	234.803
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	47/2011	232725
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	93/2011	234796
CONTRATO	84/2012	0092480-97
CONTRATO	56/2010	226351
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	84/2012	0114147-42
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	13/2013	0008731-51
PROCESSO ADMINISTRATIVO	132/2013	0033490-79
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	94/2013	0110959-07
CONTRATO	9/2010	220020
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	93/2013	0110923-62
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	146/2013	0133701-26
PROCESSO ADMINISTRATIVO	484/2009	218392
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	68/2013	0063684-62
PREGÃO ELETRÔNICO	42/2012	0085456-18
DOAÇÃO DE BENS	003/2014	0041430-61
DOAÇÃO DE BENS	26/2011	230669
DOAÇÃO DE BENS	007/2013	0016983-43
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	71/2012	0100202-85
DOAÇÃO DE BENS	33/2011	231604
DOAÇÃO DE BENS	005/2007	46949
DOAÇÃO DE BENS	17/2011	229611
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	148/2013	0135218-66
DOAÇÃO DE BENS	50/2011	236692
CONTRATO	68/2008	203461
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	83/2013	0103345-48
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	98/2013	0111055-22
PREGÃO ELETRÔNICO	44/2013	0069476-94
PREGÃO ELETRÔNICO	39/2013	0088150-23
CONTRATO	123/2012	0142080-87
CONTRATO	149/2008	209647
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	23/2006	40467
DOAÇÃO DE BENS	5/2012	0041154-98
DOAÇÃO DE BENS	18/2014	0137013-73
CONTRATO	31/2010	224143
CONTRATO	134/2012	0132579-12
CONTRATO	26/2013	0069097-56
CONTRATO TJ	6/2005	33142
CONTRATO	69/2012	0053180-31
CONTRATO	128/2008	209510
CONTRATO	139/2012	0114197-68
CONTRATO	28/2003	23445
CONTRATO	28/2013	0071498-28
DOAÇÃO DE BENS	22/2013	070101-31

ANEXO III

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS E DOCUMENTOS – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO/TJMT

CLASSE PROCESSUAL	NÚMERO DO PROCESSO	IDENTIFICADOR
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	57/2012	0064232-24.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	52/2012	0052106-39.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	109/2012	0151187-58.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	001/2013	0005234-29.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	010/2013	0008723-74.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	100/2009	218.203
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	100/2010	226.594
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	101/2008	208.420
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	101/2009	218.284
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	101/2013	0112582-09.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	102/2012	0138570-66.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	102/2013	0112589-98.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	103/2011	234.888
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	104/2011	234.889
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	104/2013	0113826-70.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	105/2011	234.890
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	105/2013	0114293-49.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	106/2012	0149449-35.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	106/2013	0114388-79.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	107/2013	0114714-39.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	108/2013	0114782-86.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	11/2007	51423
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	110/2012	0151194-50.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	110/2013	0115507-75.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	111/2013	0115594-31.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	112/2013	0115658-41.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	113/2011	235.240
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	114/2012	0151219-63.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	115/2008	209.379
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	117/2013	0117981-19.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	118/2010	226.916
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	118/2011	235.418
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	12/2007	55.710
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	12/2011	12/2011 – 229.481
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	122/2012	0153385-68.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	122/2013	0123677-36.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	123/2013	0126763-15.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	129/2013	0126798-72.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	13/2011	229.625
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	13/2012	236.886
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	130/2011	235.725
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	130/2013	0126985-80.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	132/2011	235.728
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	136/2013	0128094-32.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	138/2013	0133283-88.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	139/2011	236.539
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	14/2010	219.666
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	14/2011	229.667
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	14/2013	0008732-36.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	140/2013	0133500-34.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	141/2011	236.595
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	141/2013	0133522-92.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	145/2011	236.690
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	15/2013	0008733-21.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	150/2013	0135258-48.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	151/2014	0148905-76.2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	153/2013	0138472-47.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	154/2013	0138479-39.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	156/2013	0138488-98.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	159/2013	0140327-61.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	162/2013	0152745-31.2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO	164/2013	0153502-25.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	165/2013	0154707-89.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	166/2013	0154736-42.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	17/2011	231.817
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	17/2013	0008737-58.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	18/2013	0013927-02.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	182/2013	0158281-23.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	19/2011	231.892
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	002/2012	236.731
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	002/2010	219.072
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	002/2011	227.253
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	23/2007	57.230
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	23/2011	231.958
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	23/2012	236.982
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	26/2013	0019433-56.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	27/2010	220.349
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	27/2013	0028363-63.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	28/2010	220.350
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	28/2013	0028369-70.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	29/2012	238.684
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	29/2013	0028375-77.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	30/2012	239.158
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	30/2013	0028382-69.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	32/2012	0039621-07.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	33/2011	232.275
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	34/2013	0032822-11.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	36/2010	220.788
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	37/2011	232.563
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	37/2013	0050173-94.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	39/2010	221.050
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	39/2013	0050314-16.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	004/2011	227.273
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	46/2011	232.675
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	48/2010	221.897
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	49/2013	0051878-30.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	5/2011	227.274
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	50/2011	232.833
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	50/2013	0051883-52.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	51/2012	0064089-35.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	52/2013	0051916-42.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	53/2013	0051922-49.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	54/2008	206.227
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	54/2011	233.319
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	56/2013	0051932-93.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	58/2008	206.937
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	58/2013	0063623-07.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	59/2010	223.457
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	59/2013	0063629-14.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	6/2011	227.305
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	61/2013	0063665-56.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	62/2011	233.569
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	62/2012	0095455-92.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	64/2013	0063679-40.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	65/2012	0096757-59.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	66/2013	0063681-10.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	67/2013	0063683-77.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	69/2013	0097378-56.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	71/2010	223.480
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	71/2013	0063722-74.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	72/2011	233.937
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	74/2012	0106365-81.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	74/2013	0087267-76.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	76/2009	215.724
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	76/2012	0111466-02.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	77/2012	0112701-04.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	77/2013	0094563-52.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	78/2010	224.069
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	79/2013	0094570-44.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	008/2008	203.833

ATA DE REGISTRO DE PREÇO	82/2013	103337-71.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	84/2011	234.377
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	84/2013	0103691-96.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	85/2013	0104216-78.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	87/2012	0114162-11.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	88/2010	225.828
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	88/2011	234.786
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	89/2011	234.789
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	90/2012	0123046-29.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	91/2010	225.926
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	94/2011	234.799
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	95/2012	0126673-41.2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	95/2013	0110972-06.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	96/2010	226.032
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	96/2011	234.801
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	17/2010	219.670
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	18/2011	231.864
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	144/2013	0133665-81.2013
CONCORRÊNCIA	11/2012	0037672-45.2012
CONCORRÊNCIA	11/2012	0037672-45.2012
CONCORRÊNCIA	11/2012	0037672-45.2012
CONCORRÊNCIA	14/2012	230.478
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	6/2014	0097912-29.2014
CONTRATO	113/2009	218.319
CONTRATO	54/2008	205.342
CONTRATO FAJ	10/06	35.899
CONTRATO FAJ	10/2006	35.899
CONTRATO FAJ	50/2006	48.095
CONTRATO FAJ	19/2006	40.613
CONTRATO FAJ	47/2006	48.120
CONTRATO FAJ	60/2003	21.439
CONTRATO FAJ	63/2006	48.111
CONTRATO FAJ	65/2005	37.643
CONTRATO FAJ	69/2006	40.624
CONTRATO FAJ	07/05	38.647
CONTRATO FAJ	71/2006	48.252
CONTRATO	40/2008	203.065
CONTRATO	003/2009	210.275
CONTRATO	003/2009	210.275
CONTRATO	103/2008	208.702
CONTRATO	103/2008	208.702
CONTRATO	103/2008	208.702
CONTRATO	103/2008	208.702
CONTRATO	105/2008	208.704
CONTRATO	105/2008	208.704
CONTRATO	105/2008	208.704
CONTRATO	114/2012	0138224-18.2012
CONTRATO	116/2009	218.328
CONTRATO	119/2009	218.351
CONTRATO	122/2010	209.491
CONTRATO	128/2012	0136287-70.2012
CONTRATO	132/2009	218.383
CONTRATO	133/2008	209.589
CONTRATO	133/2009	218.384
CONTRATO	143/2012	0155918-97.2012
CONTRATO	148/2008	209.640
CONTRATO	150/2012	0107153-95.2012
CONTRATO	155/2008	209.663
CONTRATO	18/2013	0059168-96.2013
CONTRATO	19/2004	21.489
CONTRATO	22/2008	203.196
CONTRATO	22/2011	229.716
CONTRATO	24/2012	237.894
CONTRATO	26/2009	214.596
CONTRATO	29/2007	51.442
CONTRATO	30/2010	220.201
CONTRATO	32/2008	204.190
CONTRATO	32/2010	224.251
CONTRATO	34/2008	204.286

CONTRATO	37/2009	214.646
CONTRATO	37/2011	226.818
CONTRATO	38/2010	221.522
CONTRATO	4/2012	236.938
CONTRATO	42/2012	0042041-82.2012
CONTRATO	43/2010	225.819
CONTRATO	43/20107	55.637
CONTRATO	44/2010	225.825
CONTRATO	45/2010	225.826
CONTRATO	46/2008	202.941
CONTRATO	05/2010	218.638
CONTRATO	52/2008	204.508
CONTRATO	58/2009	214.681
CONTRATO	58/2010	226.813
CONTRATO	58/2012	0045848-13.2012
CONTRATO	63/2007	55.758
CONTRATO	64/2008	207.078
CONTRATO	64/2010	225.917
CONTRATO	64/2011	234.811
CONTRATO	66/2011	227.648
CONTRATO	67/2012	0083884-27.2012
CONTRATO	68/2010	226.733
CONTRATO	69/2009	215.467
CONTRATO	70/2008	207.307
CONTRATO	71/2013	0153766-42.2013
CONTRATO	76/2008	207.923
CONTRATO	76/2008	207.923
CONTRATO	76/2008	207.923
CONTRATO	008/2013	0021637-73.2013
CONTRATO	80/2010	226.955
CONTRATO	17/1998	SEM IDENTIFICADOR
CONTRATO TJ	41/2004	20.461
CONTRATO TJ	57/2003	21.436
CONTRATO	150/2008	209.648
CONTRATO	150/2008	209.648
CONTRATOS FAJ	78/2006	40.638
DISPENSA DE LICITAÇÃO	4/2014	0013750-04.2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO	008/2014	0145417-50.2013
DIVERSOS	142/2003	26.657
DOAÇÃO DE BENS INSERVIÍVEIS	29/2014	0148358-36.2014
DOAÇÃO DE BENS INSERVIÍVEIS	116/2010	220.662
DOAÇÃO DE BENS INSERVIÍVEIS	27/2009	217.839
DOAÇÃO DE BENS INSERVIÍVEIS	31/2009	218.117
DOAÇÃO DE BENS INSERVIÍVEIS	4/2011	228.094
DOAÇÃO DE BENS INSERVIÍVEIS	006/2007	46.948
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	15/2014	0026555-86.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	4/2014	0023121-89.2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	45/2013	0142072-76.2013
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	186/2003	26.638
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	10/2010	225.446
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	12/2014	0008720-85.2014
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	18/2011	229.973
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	2/2012	239.151
PEDIDO DE PROVIDÊNCIA	1/2011	227.197
POCESSO ADMINISTRATIVO	220/2012	0091889-38.2012
POCESSO ADMINISTRATIVO	101/2013	0036614-70.2013
PREGÃO	20/2012	238.382
PREGÃO	14/2013	0042396-58.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	81/2011	234.298
PREGÃO ELETRÔNICO	010/2013	0007145-76.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	37/2012	237.795
PREGÃO ELETRÔNICO	005/2011	224.567
PREGÃO ELETRÔNICO	52/2013	0086295-09.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	51/2013	0053448-33.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	47/2012	0090887-33.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	79/2011	234.966
PREGÃO ELETRÔNICO	011/2012	237.423
PREGÃO ELETRÔNICO	011/2013	0145076-58.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	15/2012	238.172

PREGÃO ELETRÔNICO	23/2012	238.009
PREGÃO ELETRÔNICO	003/2012	230.524
PREGÃO ELETRÔNICO	37/2013	0081214-79.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	4/2012	231.625
PREGÃO ELETRÔNICO	4/2013	0000408-57.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	44/2012	0049415-52.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	45/2011	231.721
PREGÃO ELETRÔNICO	45/2012	238.238
PREGÃO ELETRÔNICO	46/2013	0091454-30.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	56/2012	237.963
PREGÃO ELETRÔNICO	58/2012	0090460-36.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	60/2013	0110942-68.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	66/2012	0128983-20.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	8/2012	234.491
PREGÃO ELETRÔNICO	9/2012	236.815
PREGÃO	1/2013	0149748-12.2012
PREGÃO	12/20152	236.807
PREGÃO	15/2012	238.782
PREGÃO	17/2012	237.914
PREGÃO	5/2011	225.735
PREGÃO	5/2011	225.735
PREGÃO PRESENCIAL	28/2012	0055078-79.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	431/2009	217.569
PROCESSO ADMINISTRATIVO	297/2012	0120542-50.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	37/2013	0017387-94.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	151/2011	230.722
PROCESSO ADMINISTRATIVO	292/2013	0089753-34.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	107/2013	0033257-82.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	109/012	238.562
PROCESSO ADMINISTRATIVO	119/2012	239.087
PROCESSO ADMINISTRATIVO	123/2011	229.979
PROCESSO ADMINISTRATIVO	128/2012	0041751-67.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	13/2015	0006340-55.2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO	139/2014	0020678-68.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	141/2013	0050417-23.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	146/2011	230.667
PROCESSO ADMINISTRATIVO	146/2013	0047042-14.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	150/201	230.699
PROCESSO ADMINISTRATIVO	156/2013	0054685-23.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	157/2013	0054895-74.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	163/2011	227.401
PROCESSO ADMINISTRATIVO	167/2014	0028632-68.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	175/2011	231.184
PROCESSO ADMINISTRATIVO	181/2013	0062789-04.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	182/2012	0061387-19.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	183/2012	0062084-40.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	185/2014	0029671-03.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	192/2012	0060996-64.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	195/2013	0066446-51.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	198/2013	0067978-60.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	2/2011	227.128
PROCESSO ADMINISTRATIVO	20/2011	229.961
PROCESSO ADMINISTRATIVO	20/2013	0008220-53.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	203/2013	0071001-14.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	204/2010	222.473
PROCESSO ADMINISTRATIVO	210/2011	232.024
PROCESSO ADMINISTRATIVO	212/2012	0087104-33-2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	212/2014	0038758-80.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	222/2011	232.316
PROCESSO ADMINISTRATIVO	222/2013	0076041-74.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	225/2011	232.344
PROCESSO ADMINISTRATIVO	226/2013	0082262-73.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	227/2013	0079090-26.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	228/2010	223.309
PROCESSO ADMINISTRATIVO	228/2013	0079091-11.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	229/2013	0048677-30.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	23/2013	0010749-45.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	230/2014	0038380-27.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	232/2013	0080185-91.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO	236/2013	0078038.92.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	244/2011	232.679
PROCESSO ADMINISTRATIVO	245/2008	204.246
PROCESSO ADMINISTRATIVO	250/2013	0083997-44.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	253/2014	0047706-11.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	264/2009	213.356
PROCESSO ADMINISTRATIVO	27/2010	218.456
PROCESSO ADMINISTRATIVO	270/2011	233.118
PROCESSO ADMINISTRATIVO	270/2013	0067459-85.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	272/2013	0102137-63.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	279/2013	0079850-72.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	28/2014	0148192-38.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	282/2012	0114888-82.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	289/2012	0112545-16.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	289/2013	0086649-34.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	295/2013	0091438-76.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	296/2013	0089644-20.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	003/2011	227.129
PROCESSO ADMINISTRATIVO	30/2012	237.219
PROCESSO ADMINISTRATIVO	300/2011	233.938
PROCESSO ADMINISTRATIVO	306/2014	0059953-24.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	307/2010	224.836
PROCESSO ADMINISTRATIVO	311/2013	0065686-05.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	320/2012	0122488-57.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	323/2008	205.668
PROCESSO ADMINISTRATIVO	325/20013	0103717-94.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	328/2014	0070582-57.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	330/2013	0106906-80.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	331/2014	0070491-64.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	339/2013	0087853-16.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	340/2013	0087852-31.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	342/2013	0128167-38.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	344/2012	0137217-88.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	345/2011	235.077
PROCESSO ADMINISTRATIVO	345/2013	0108669-19.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	348/2011	235.099
PROCESSO ADMINISTRATIVO	350/2011	235.112
PROCESSO ADMINISTRATIVO	351/2011	235.145
PROCESSO ADMINISTRATIVO	353/2013	0112519-81.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	354/2013	0085315-62.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	378/2012	0153063-48.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	382/2012	0100122-24.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	391/2014	0092933-24.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	394/2013	0119449-18.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	397/2013	0122897-96.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	409/2013	0119522-87.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	411/2014	0041517-17.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	418/2013	0115947-71.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	438/2013	0074019-43.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	445/2013	0129857-68.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	45/2013	0019429-19.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	464/2014	0128468-14.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	50/2007	55.681
PROCESSO ADMINISTRATIVO	507/2013	0143465-36.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	527/2013	0150966-41.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	536/2013	0133074-22.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	538/2014	0149353-49.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	55/2011	228.876
PROCESSO ADMINISTRATIVO	63/2010	219.333
PROCESSO ADMINISTRATIVO	65/2013	0022780-97.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	79/2014	0016823-81.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	84/2011	229.478
PROCESSO ADMINISTRATIVO	85/2013	0031115-08.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	91/2013	0034095-25.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	93/2012	237.532
PROCESSO ADMINISTRATIVO	72/2011	229.246
PROCESSO ADMINISTRATIVO	143/2013	0050417-23.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	332/2012	0133383-77.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	11/2012	236.825

PROCESSO ADMINISTRATIVO	297/2014	0025047-08.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	307/2014	0059954-09.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	360/2011	235.297
PROCESSO NSL	100/2005	30.542

ANEXO IV

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS E DOCUMENTOS – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO/TJMT

CLASSE PROCESSUAL	NÚMERO DO PROCESSO	IDENTIFICADOR
PREGÃO ELETRÔNICO	37/2012	237.795
PREGÃO ELETRÔNICO	05/2011	224.567
CONTRATO	23/2008	203.638
CONTRATO	15/2007	23.659
CONTRATO	115/2009	216.432
CONTRATO	54/2009	214.669
CONTRATO	136/2009	216.616
CONTRATO	24/2010	223.625
CONTRATO	36/2010	219.157
CONTRATO	91/2011	236.272
CONTRATO	93/2011	236.280
CONTRATO	105/2011	236.472
CONTRATO	126/2012	121303-81.2012
CONTRATO	87/2009	216.765
CONTRATO	12/2006	40.621
CONTRATO	24/2005	40.472
CONTRATO	22/2009	41.037
CONTRATO	39/2009	78.312
CONTRATO	70/2010	226.539
CONTRATO	65/2011	229.349
CONTRATO	71/2009	214.756
CONTRATO	79/2012	0099037-03.2012
CONTRATO	51/2004	30.474
CONTRATO	02/2005	30.628
CONTRATO	68/2005	38.679
CONTRATO	69/2008	207.299
CONTRATO	28/2004	23.514
CONTRATO	140/2012	0126994-76.2012
CONTRATO	53/2011	234.165
CONTRATO	29/2005	38.671
CONTRATO	49/2004	30.538
CONTRATO	38/2003	21.418
CONTRATO	145/2008	200.115
CONTRATO	51/2008	204.720
CONTRATO	44/2008	203.490
CONTRATO	01/2005	33.125
CONTRATO	108/2012	0130532-65.2012
CONTRATO	116/2014	0160254-76.2014
CONTRATO	06/2009	211.092
CONTRATO	51/2012	234.155
CONTRATO	95/2009	216.989
CONTRATO	06/2009	211.092
CONTRATO	83/2009	216.475
CONTRATO	80/2012	0100115-32.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	203/2010	222.648
PROCESSO ADMINISTRATIVO	200/2010	222.630
PROCESSO ADMINISTRATIVO	279/2012	0106933-97.2012
CONTRATO	17/2008	201.615
CONTRATO	57/2006	48.137
CONTRATO	124/2009	218.371
CONTRATO	54/2012	239062
CONTRATO	127/2012	0151283-73.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	264/2012	0097839-28.2012
CONTRATO	14/2006	40.618
PREGÃO ELETRÔNICO	74/2011	235108
PREGÃO ELETRÔNICO	83/2011	225622
PREGÃO ELETRÔNICO	10/2012	232338
CONTRATO	48/2007	51.219
CONTRATO	34/2010	224.760
CONTRATO	14/2004	23.111
CONTRATO	46/2006	48.121

CONTRATO	74/2010	206.943
PREGÃO ELETRÔNICO	19/2010	211.365
CONTRATO	29/2010	223.876
PREGÃO ELETRÔNICO	19/2010	211.565
CONTRATO	109/2008	208.896
CONTRATO	144/2008	125.807
CONTRATO	08/2005	38649
CONTRATO	66/2008	107445
CONTRATO	27/2008	61857
CONTRATO	03/2010	219183
CONTRATO	40/2010	223938
CONTRATO	21/2003	21397
CONTRATO	66/2009	215.010
CONTRATO	126/2009	218373
CONTRATO	64/2003	21443
CONTRATO	89/2011	236.212
CONTRATO	05/2012	235626
CONTRATO	58/2007	46.973
CONTRATO	35/2012	237972
CONTRATO	115/2012	0139080-79.2012
CONTRATO	48/2012	0049881-46.2012
CONTRATO	17/2012	236.919
CONTRATO	81/2012	0086236-55.2012
CONTRATO	04/2008	55767
CONTRATO	57/2008	205.243
PREGÃO ELETRÔNICO	009/2011	0002895-63.2014
CONTRATO	30/2008	225129
CONTRATO	82/2011	203980
CONTRATO	19/2012	236.644
CONTRATO	37/2006	40.673
CONTRATO	128/09	218375
CONTRATO	60/2011	234.059
CONTRATO	14/2011	229.225
CONTRATO	108/2009	218.294
CONTRATO	71/2012	0088835-64.2009
PREGÃO ELETRÔNICO	17/2009	203.608
PREGÃO ELETRÔNICO	48/2012	216.059
PREGÃO ELETRÔNICO	18/2013	0049813-62-2010
PREGÃO ELETRÔNICO	43/2013	0124444-11.2009
PROCESSO ADMINISTRATIVO	108/2009	212437
PROCESSO ADMINISTRATIVO	359/2013	0040330-08.210
PROCESSO ADMINISTRATIVO	321/2011	234.420
PROCESSO ADMINISTRATIVO	373/2013	0051765-76.10
PROCESSO ADMINISTRATIVO	30/2013	0012304-97.2010
PREGÃO ELETRÔNICO	36/2015	0062767-09
PREGÃO ELETRÔNICO	63/2012	021172-09.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	36/2012	0045421-16.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	24/2012	238.103
PREGÃO ELETRÔNICO	71/2012	124512-58.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	114/2014	0068051-95.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	68/2012	0132839-89.201
PREGÃO ELETRÔNICO	49/2012	0063257-02.2012
PREGÃO ELETRÔNICO	17/2014	0007489-23.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	95/2014	0100668-11.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	009/2012	233.646
PREGÃO ELETRÔNICO	009/2012	233.646
PREGÃO ELETRÔNICO	32/2013	0073038-14.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	60/2010	224.777
PREGÃO ELETRÔNICO	108/2014	0622423-83.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	28/2013	0042779-36.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	72/2014	0072535-56.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	011/2014	0035385-75.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	02/2013	0004485-75.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	33/2014	0023686-53.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	81/2014	0090674-56.2014
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	004/2011	227.453
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	05/2011	227.629
PREGÃO ELETRÔNICO	83/2014	0052910-36.2015
PREGÃO ELETRÔNICO	46/2014	0083681-65.2013

PREGÃO ELETRÔNICO	34/2016	016593-39.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	13/2013	0154080-22.2012
DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS	16/2013	0048509-28.2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO	453/2014	0125466-36.2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO	393/2014	0095975-81.2014
DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS	21/2013	0076125-75.2013
DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS	20/2013	0055278-52.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	14/2012	237.392
PREGÃO ELETRÔNICO	122/2014	124327-49.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	116/2014	0109820-83.2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	6/2010	2.019.657
PREGÃO ELETRÔNICO	78/2013	0124435-15.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	121/2013	0121481-93.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	111/2011	235036
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	70/2013	0063718-37.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	100/2013	0112580-39.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	61/2014	288930-60.2014
PREGÃO ELETRÔNICO	21/2013	0048045-04.2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	069/2010	223.476
PREGÃO ELETRÔNICO	30/2012	238.085
PREGÃO ELETRÔNICO	82/2013	0132921-86.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	69/2014	0039443-2013
PREGÃO ELETRÔNICO	43/2014	0113565-08.2013
PREGÃO ELETRÔNICO	02/2012	235.208

ANEXO V

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS E DOCUMENTOS – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO/TJMT

CLASSE PROCESSUAL	NÚMERO DO PROCESSO	IDENTIFICADOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO	262/2010	224.040
PROCESSO ADMINISTRATIVO	163/2012	0053943-32.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	140/2013	0050417-23.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	439/2013	0124056-74.2013.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	41/2012	0064078-06.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	147/2013	0055331-33.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	428/2009	216.565
PROCESSO ADMINISTRATIVO	380/2012	0154480-36.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	379/2011	236.147
PROCESSO ADMINISTRATIVO	368/2012	0149442-43.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	416/2013	0113359-91.2013.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	115/2012	0151222-18.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	69/2015	0041561-02.2015.811.0000
DISPENSA DE LICITAÇÃO	34/2013	129876-44.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	85/2009	28775
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	178/2013	0158246-63.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	275/2011	233.404
PROCESSO ADMINISTRATIVO	96/2012	238.344
PROCESSO ADMINISTRATIVO	338/2013	0107093-88.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	170/2014	0029156-65.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	151/2014	0021426-03.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	263/2013	0085526-98.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	30/2011	228.170
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	105/2012	0149444-13.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	480/2013	0137499-92.2013.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	8/2013	0008715-97.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	8/2014	0000040-14.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	3/2014	0000127-67.2014.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	121/2011	235442
PROCESSO ADMINISTRATIVO	287/2014	0054690-11.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	532/2013	0154413-37.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	511/2013	0145220-95.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	200/2014	0030072-02.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	176/2014	0027875-74.2014.811.0000
CONTRATO	22/2012	236.687
CONTRATO	19/2011	230.274
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	32/2011	232.232
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	44/2011	232.670
PROCESSO ADMINISTRATIVO	25/2012	237.252
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	12/2010	219.664
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	36/2011	232.531
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	128/2011	235.723
PROCESSO ADMINISTRATIVO	108/2012	238.555
PROCESSO ADMINISTRATIVO	7/2014	0000039-29.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	312/2014	0064351-14.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	224/2014	0037558-38.2014.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	104/2012	0145059-22.2012.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	4/2014	0002594-19.2014.8.11.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	482/2014	0130015-89.2014.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	199/2014	0166968-52.2014.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	12/2012	236883
PROCESSO ADMINISTRATIVO	262/2010	224.040
PROCESSO ADMINISTRATIVO	163/2012	0053943-32.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	140/2013	0050417-23.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	439/2013	0124056-74.2013.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	41/2012	0064078-06.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	147/2013	0055331-33.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	428/2009	216.565
PROCESSO ADMINISTRATIVO	380/2012	0154480-36.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	379/2011	236.147
PROCESSO ADMINISTRATIVO	368/2012	0149442-43.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	416/2013	0113359-91.2013.811.0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇO	115/2012	0151222-18.2012,811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	69/2015	0041561-02.2015.811.0000
DISPENSA DE LICITAÇÃO	34/2013	129876-44.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	85/2009	28775
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	178/2013	0158246-63.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	275/2011	233.404
PROCESSO ADMINISTRATIVO	96/2012	238.344
PROCESSO ADMINISTRATIVO	338/2013	0107093-88.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	170/2014	0029156-65.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	151/2014	0021426-03.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	263/2013	0085526-98.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	30/2011	228.170
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	105/2012	0149444-13.2012.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	480/2013	0137499-92.2013.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	08/2013	0008715-97.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	08/2014	0000040-14.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	03/2014	0000127-67.2014.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	121/2011	235442
PROCESSO ADMINISTRATIVO	287/2014	0054690-11.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	532/2013	0154413-37.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	511/2013	0145220-95.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	200/2014	0030072-02.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	176/2014	0027875-74.2014.811.0000
CONTRATO	22/2012	236.687
CONTRATO	19/2011	230.274
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	32/2011	232.232
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	44/2011	232.670
PROCESSO ADMINISTRATIVO	25/2012	237.252
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	012/2010	219.664
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	36/2011	232.531
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	128/2011	235.723
PROCESSO ADMINISTRATIVO	108/2012	238.555
PROCESSO ADMINISTRATIVO	007/2014	0000039-29.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	312/2014	0064351-14.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	224/2014	0037558-38.2014.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	104/2012	0145059-22.2012.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	004/2014	0002594-19.2014.8.11.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	482/2014	0130015-89.2014.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	199/2014	0166968-52.2014.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	012/2012	236883
PROCESSO ADMINISTRATIVO	002/2014	01574409-43.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	15/2014	0000968-62.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	69/2014	00015159-15.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	81/2014	0017824-04.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	183/2014	0028780-79.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	195/2014	0034460-45.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	222/2014	0037556-68.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	009/2014	0000037-56.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	045/2014	0009029-09.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	78/2014	0017222-13.2013.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	91/2014	0016761-41.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	182/2014	0029713-52.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	192/2014	0032914-52.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	196/2014	0034465-67.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	226/2014	0037560-08.2014.811.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	154/2012	0107172-042012.811.0000
CONTRATO	111/2009	218297
CONTRATO	011/2016	40570
CONTRATO	132/2008	209579
CONTRATO	75/2006	48148
CONTRATO	50/2008	204519
CONTRATO	62/2007	57130
CONTRATO	125/2008	209507
CONTRATO	75/2006	48148
CONTRATO	50/2008	204519
CONTRATO	62/2007	57130
CONTRATO	125/2008	209507
CONTRATO	010/2003	20788
CONTRATO	78/2011	235329

CONTRATO	42/2007	38783
CONTRATO	58/2003	21437
CONTRATO	35/2010	222556
CONTRATO	32/2009	214625
CONTRATO	42/2010	225818
CONTRATO	010/2006	38709
CONTRATO	31/2008	204046
CONTRATO	57/2009	214672
CONTRATO	81/2007	31242
CONTRATO	41/2007	38782
CONTRATO	88/2010	227060
CONTRATO	103/2009	216890
CONTRATO	28/2007	51419
CONTRATO	82/2007	40526
CONTRATO	76/2012	0096232-77.2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO	325/2011	234493
CONTRATO	78/2008	208088
PROCESSO ADMINISTRATIVO	32/2012	237445
CONTRATO	29/2012	237157
CONTRATO	46/2004	30564
CONTRATO	006/2007	51294
CONTRATO	34/2004	30554
CONTRATO	13/2013	221088
CONTRATO	53/2007	55755
CONTRATO	68/2006	48147
CONTRATO	79/2008	204624
CONTRATO	13/2009	213206
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	55/2012	0064216-70.2012.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	100/2012	0132310-70.2012.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	119/2012	0151246-46.2012.8.11.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	97/2012	0132250-97.2012.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	117/2012	0151229-10.2012.8.11.0000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	327/2010	225032
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	003/2013	0007946-89.2013.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	27/2012	236986
CONTRATO	74/2003	21452
CONTRATO	89/2008	207177
CONTRATO	46/2005	40545
CONTRATO	83/2008	206827
CONTRATO	81/2008	207866
CONTRATO	012/2008	200900
CONTRATO	92/2008	208686
CONTRATO	68/2003	21447
CONTRATO	93/2009	217336
CONTRATO	26/2007	51386
CONTRATO	114/2009	218321
CONTRATO	66/2012	0083303-12.2012.811.0000
CONTRATO	116/2011	236589
CONTRATO	68/2012	0074799-76.2012.811.0000
CONTRATO	34/2012	237759
CONTRATO	73/2006	48198
CONTRATO	122/2009	218367
CONTRATO	19/2008	203518
CONTRATO	17/2011	229279
CONTRATO	53/2006	38725
CONTRATO	002/2008	55741
CONTRATO	126/2008	209508
CONTRATO	59/2009	213533
CONTRATO	80/2007	39100
CONTRATO	004/2006	38927
CONTRATO	006/2008	200308
CONTRATO	25/2008	202452
CONTRATO	33/2006	40696
CONTRATO	26/2008	202334
CONTRATO	106/2008	288828
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	011/2013	0008727-14.2013.811.0000
ATA DE REGISTRO DE PREÇO	26/2012	236985